



Anna Cecilia Faro Bonan

**O Movimento Unido dos Camelôs e a luta por direitos
o direito em disputa no contexto de repressão e criminalização dos
camelôs no Rio de Janeiro.**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Adriano Pilatti

Rio de Janeiro

Abril de 2023



Anna Cecilia Faro Bonan

**O Movimento Unido dos Camelôs e a luta por direitos:
o direito em disputa no contexto de repressão e criminalização dos
camelôs no Rio de Janeiro.**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, do Departamento de Direito da PUC-Rio.

Prof. Adriano Pilatti

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Profª. Thula Rafaela de Oliveira Pires

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. João Ricardo Wanderley Dornelles

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Fernanda Maria da Costa Vieira

Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos - UFRJ

Prof. Carla Appolinário de Castro

Departamento de Direito Privado - UFF

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Anna Cecilia Faro Bonan

Graduou-se em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2014. Se tornou mestra em Direito Constitucional pela mesma universidade em 2017. Foi Professora Substituta de Direito Penal e Processual Penal no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFF e de Prática Penal na Faculdade Nacional de Direito (FND) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi Professora Visitante da Especialização em Direito Penal, Processo Penal e Criminologia da Universidade Cândido Mendes (UCAM). É professora da Pós-Graduação em Advocacia Criminal do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É colaboradora do Projeto de Extensão Mulheres Encarceradas, vinculado ao Laboratório de Direitos Humanos (LADIH) da UFRJ. É coordenadora do Grupo de Trabalho de Direito e Movimentos Sociais da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil (CDHAJ) – Seção do Rio de Janeiro (OAB-RJ). É assessora jurídica popular com atuação engajada no Movimento Unido dos Camelôs (MUCA). No curso desta pesquisa, foi bolsista internacional do Programa CAPES Print, tendo cursado um período de mobilidade no Programa de Posgrado en Estudios Avanzados de Derechos Humanos, da Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), bem como bolsista de Doutorado Nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Ficha Catalográfica

Bonan, Anna Cecilia Faro

O Movimento Unido dos Camelôs e a luta por direitos : o direito em disputa no contexto de repressão e criminalização dos camelôs no Rio de Janeiro / Anna Cecilia Faro Bonan ; orientador: Adriano Pilatti. – 2023.

397 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2023.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Trabalho ambulante. 3. Informalidade. 4. Direito. 5. Criminalização. 6. Movimentos sociais. I. Pilatti, Adriano. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

À todas e todos os trabalhadores ambulantes que estão na luta, que represento
nessa dedicatória na figura de Maria de Lourdes do Carmo Santos, a Maria dos
Camelôs.

Lute como uma camelô!

Agradecimentos

A trajetória do doutorado é uma longa caminhada, que se traduz não só no processo da pesquisa científica, mas também no amadurecimento da prática e do pensamento de quem pesquisa. Esse amadurecimento que se localiza no indivíduo pesquisador só pode ser constituído a partir de relações sociais, da construção compartilhada de ideias e experiências, da comunhão de afetos e de redes de solidariedade. Não se trata apenas de uma titulação ou de um resultado científico consubstanciado em centenas de páginas escritas. É, portanto, na chegada da reta final, que pretendo registrar minha profunda gratidão por não trilhar sozinha os desafios que me propus seguir, em parte por vocação, em parte pela responsabilidade política que me impulsionou nessa empreitada.

Primeiramente, agradeço aos integrantes do Movimento Unido dos Camelôs, por toda confiança, apoio, carinho e, principalmente, pela constante e ativa participação nesta pesquisa, que não é minha, senão nossa. Não poderia iniciar esses agradecimentos de outra forma. Quero deixar especialmente uma menção honrosa a Maria de Lourdes do Carmo Santos (Maria dos Camelôs), aguerrida liderança, guardiã da memória do movimento, que foi (e é) uma grande companheira de jornada. Depois de tanto escrever, me faltam palavras para explicar o quanto aprendo cotidianamente ao seu lado. Também registro minha gratidão nominalmente aos outros camelôs da coordenação do MUCA, André Pacheco, Nilzeti Carolini Alves da Silva, Ramón Luis de Menezes e Aline Araújo.

Destaco ainda a generosidade e coragem do camelô Marcelo Sebastião Damasceno, quem compartilhou relatos de um momento tão duro e sofrido de sua vida, o seu encarceramento ocorrido no ano de 2003. Alguns trabalhadores ambulantes hoje afastados do movimento social também devem ser lembrados, tendo em vista a participação na minha trajetória de campo, como o Thiago, o Cruz e o Idison.

Deixo também um agradecimento especial a assessoria de comunicação do MUCA, Guilherme Faro Bonan, Renata Jones, Hertz Leal e outros colaboradores. Parte do material empírico da pesquisa só foi possível de ser sistematizado e analisado em função do trabalho engajado desses comunicadores, posto que as peças de comunicação por eles elaboradas criam registros históricos e integram um acervo de memórias do movimento.

Agradeço profundamente às Advogadas Populares e Professoras Dras. Mariana Trotta Dallalana Quintans, Fernanda Maria da Costa Vieira e Ana Claudia Diogo Tavares, não só pelo acesso que me proporcionaram aos documentos do extinto Centro de Assessoria Jurídica Mariana Criola relacionados com o MUCA e pelas informações prestadas a essa pesquisa, mas também pela parceria na assessoria jurídica popular dos movimentos sociais e na construção de trincheiras na academia voltada para o fortalecimento das lutas populares. São mulheres que me inspiram na minha trajetória na academia e na advocacia popular.

Agradeço ainda a Defensora Pública Maria Júlia Miranda, da Coordenação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPGERJ), não só pelas trocas constantes que auxiliaram nas reflexões dessa pesquisa, mas por sua atuação na defesa aguerrida dos camelôs da cidade do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, presto minha gratidão ao Guilherme Pimental da Ouvidoria Externa da DPGERJ, quem sempre está conosco no front das lutas dos trabalhadores ambulantes da cidade carioca.

Ao Observatório de Metrôpoles do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR) da UFRJ, na figura do Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior, pelo engajamento no campo realizando pesquisas empíricas e críticas, construindo dados sobre a realidade do comércio ambulante no Rio de Janeiro com a participação ativa do MUCA e colaborando com as lutas por direitos do movimento social.

Deixando um pouco os agradecimentos direcionados aos sujeitos que interagiram diretamente no campo da pesquisa, quero consignar que vivenciamos nesses últimos 4 anos – o período desse doutoramento – ataques diretos às nossas universidades, estrangulamento nos orçamentos, cortes de bolsas de pesquisa, constantes tentativas de sucateamentos e privatizações do ensino superior público, investidas contra os direitos dos professores, tratativas de censura ao pensamento crítico, entre outras violências políticas. Entre 2020 e 2022, centenas de milhares de pessoas faleceram no Brasil, vítimas não só da pandemia, mas de um negacionismo científico usado estrategicamente como política de extermínio. A Ciência foi tão atacada que até a vacina se tornou um tabu. Chegar hoje nesse momento de defesa da tese de Doutorado só foi possível em função de nossa luta incansável pela garantia dos investimentos públicos no ensino superior e na pesquisa científica.

A minha formação é, antes de tudo, resultado de políticas públicas. Sou ex-aluna da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde pude concluir não só a graduação como o mestrado, tendo sido bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foi também nas universidades públicas que iniciei minha trajetória de dedicação ao magistério, como professora substituta na UFF e na UFRJ. Ainda hoje realizo atividades de ensino, pesquisa e extensão nessas universidades, lecionando também na Pós-Graduação em Advocacia Criminal do CEPED-UERJ.

Finalizar meu doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) só foi possível em função do financiamento público para as pesquisas científicas, que garantiu o pagamento das mensalidades, oportunidade de mobilidade em universidade estrangeira e a dedicação necessária para a realização da pesquisa. Nesse período fui bolsista internacional do Programa CAPES Print e bolsista Doutorado Nota 10 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Mas essas políticas públicas não são qualquer benesse do Estado, e sim efetivação de direitos que deveriam ser acessados por todos os cidadãos, o que está longe de ser uma realidade no Brasil. Assim, quero agradecer à todas e todos que lutam pela Educação e pela Ciência de nosso país, não apenas por mim, mas pelos próximos que virão, desde baixo, renovar a academia brasileira.

Agradeço também à PUC-Rio, mas especificamente ao Departamento de Direito, aqui na figura das coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em Direito durante a minha estadia, Prof. Dra. Giselle Guimarães Cittadino e Prof. Dr. Thula Rafaela de Oliveira Pires. Além da excelência do corpo docente, da estrutura privilegiada para a formação dos pesquisadores e o desenvolvimento dos projetos de pesquisa, da liberdade para exercer o pensamento crítico e das práticas de internacionalização das pesquisas (pontos que são verdadeiros diferenciais da universidade), pude contar também com o apoio e a sensibilidade do Departamento de Direito (e da PUC-Rio como um todo) em relação as perdas do período de pandemia.

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. Adriano Pilatti, quem, desde o início do curso, apoiou e confiou em uma pesquisadora “rebelde”, como o próprio costuma me apontar. Pois é também essa rebeldia que nos coloca juntos na caminhada. O brilhante e querido professor sempre estimulou meu pensamento crítico, de forma livre e com respeito as divergências, tendo me

possibilitado seguir com um projeto de pesquisa (protocolado desde a seleção do Doutorado) que sempre foi um tanto quanto megalomaniaco, mas repleto de potência, em especial pelo compromisso com a luta política do movimento social.

Agradeço especialmente à Prof. Dr. Maria José Fariñas Dulce, catedrática na Universidade Carlos III de Madrid (UC3M), quem me coorientou no período de mobilidade do Doutorado Sanduíche e me recebeu de braços abertos no Programa de Posgrado Estudios Avanzados en Derechos Humanos desta universidade. Essa calorosa recepção me proporcionou participar de congressos internacionais, ministrar classes na disciplina de Filosofia do Direito na graduação da universidade estrangeira, acompanhar as aulas de Sociologia Jurídica no programa de pós-graduação conveniado, conhecer pesquisadores de diferentes países, assistir a diversos eventos acadêmicos e ter acesso a outras literaturas, referenciais conceituais e metodológicos. Ao lado dos Profs. Drs. Silvina Veronica Ribotta e Carlos Lema Añón, a professora anfitriã também me convidou para ministrar uma conferência e discutir um pouco de reflexões que eu vinha desenvolvendo na minha pesquisa no Seminário de Teoria Crítica do Instituto de Derechos Humanos Gregorio Peces Barba da UC3M, uma experiência muito rica, na qual levamos a história de lutas do MUCA para as universidades europeias.

Nessa experiência internacional de estadia de pesquisa, registro ainda um encontro, acompanhado de meus agradecimentos, com o Prof Dr. Manuel Eugenio Gándara Carballido, quem me permitiu acompanhar as aulas do curso “Fundamentos Críticos: los derechos humanos como procesos de lucha por dignidad” (12ª edição) organizado pelo Programa de Posgrado en en Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo – e o Instituto de Derechos Humanos Joaquín Herrera Flores, na Universidad Pablo Olavide (UPO), em Sevilha. Também na UPO estive na qualidade de ouvinte no Seminário Internacional “¿Vivimos un Estado Autoritario de Derecho?”. Foi o momento de conhecer e (re)encontrar diversos pesquisadores, inclusive brasileiros e trocar reflexões teóricas e críticas.

Dirijo um agradecimento à Prof. Dra. Bethânia de Albuquerque Assy, quem coordenando o Projeto do Programa CAPES Print no PPGD/PUC-Rio, me concedeu todo o apoio para a realização da viagem internacional, especialmente no momento de sufoco da pandemia, quando tudo ficou em suspensão. Também agradeço ao Prof. Dr. João Ricardo Wanderley Dornelles, quem fez a ponte com a

Prof. Dra. M. J. Fariñas Dulce, me auxiliando na abertura das portas da universidade estrangeira.

Presto aqui minha gratidão a todo corpo docente do PPGD/PUC-Rio, na figura do querido Prof. Dr. José María Gómez, sendo certo que tive a oportunidade de assistir aulas brilhantes de profissionais extremamente qualificados, comprometidos com o magistério e estimuladores do pensamento crítico e da inovação científica. Também quero registrar agradecimentos nominalmente a quem dá vida e movimento à Secretaria do PPGD/PUC-Rio, isto é, Carmen Barreto de Rezende Oliveira e Anderson Torres Almeida. Um administrativo disponível, célere, atencioso e competente torna a vida de qualquer pesquisador um pouco mais leve.

Meus agradecimentos aos membros examinadores que compõem a banca de defesa da Tese de Doutorado, quase todos já mencionados anteriormente, faltando registrar meu sincero afeto pela Prof. Dra. Carla Appolinário de Castro, uma docente que muito me inspira e que vem colaborando com a minha formação e meu amadurecimento enquanto docente e pesquisadora desde minha experiência como professora substituta no Departamento de Direito do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFF.

Considerando que essa caminhada começa antes do próprio Doutorado, agradeço ao Prof. Dr. Enzo Bello, quem participou de minha orientação ainda no mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da UFF e que me incentivou a enveredar os caminhos da pesquisa empírica, a qual acredito ser essencial para a renovação do pensamento crítico.

Registro agradecimentos também a atual vereadora Prof. Dra. Luciana Boiteux de Figueiredo Rodrigues, pelas trocas compartilhadas na trajetória acadêmica, ressaltando aquelas do Projeto de Extensão Mulheres Encarceradas vinculado ao Laboratório de Direitos Humanos da UFRJ, e pelo incentivo na realização e superação dos desafios da pesquisa de Doutorado.

Quero agradecer também aos meus amigos, dentro e fora da academia. Aqueles sem os quais eu jamais poderia ter tido estrutura emocional para cumprir essa longa jornada, especialmente em momentos de tantas privações. Ocorre que uma tentativa de os nomear me faria correr o risco de deixar muita gente de fora. No entanto, não posso deixar de mencionar quatro amigas pesquisadoras que foram grandes suportes nessa jornada, Thayla Fernandes da Conceição (doutoranda no

PPGSD/UFF), Larissa de Paula Couto (doutoranda no PPGD/PUC-Rio), Fernanda Amim Sampaio Machado (doutoranda no IPPUR/UFRJ) e a Alejandra Luísa Magalhães Estevez (Prof. Dra. no ICHS/UFF), companheiras com as quais mantive nos últimos 4 anos uma intensa troca intelectual e afetiva.

Deixo uma enorme saudação à toda minha turma de Doutorado, colegas com os quais compartilhei esses 4 anos, não só trocando conhecimento, ideias, referenciais, experiências, mas principalmente apoio. E aqui me refiro sem o pronome de tratamento não por menos admiração, mas pela dimensão afetiva que pretendo transpassar: Andreu Wilson Pereira Leandro, Bruna Portella de Novaes, Daniela Marques de Carvalho de Oliveira, Glenda Vicenzi, Isabella Zalberg Frajhof, Katiuscia Quirino Barbosa, Leonardo Felipe de Oliveira Ribas, Luciana Costa Fernandes, Maira de Souza Moreira, Marcelo Santini Brandão e Reinaldo Silva Cintra. Também me cumpre mencionar que o PPGD/PUC-Rio me trouxe companheiros em outras turmas, com quem também pude muito compartilhar nesse período, não só academicamente, mas no campo dos afetos, como a Ana Carolina Mattoso Lopes, Hamilton Gonçalves Ferraz, Twig Santos Lopes, Grazielle Da Silveira Pereira, Natália Sant'anna De Figueiredo, entre outros.

Não poderia deixar de ressaltar o feliz encontro com companheiros latino-americanos, durante o período de mobilidade na UC3M, em Madrid, com quem compartilhei as alegrias e angústias típicas das vivências de missão internacional de pesquisa. Assim, meus agradecimentos especialmente aos pesquisadores Maryluz Barragán González (da Colômbia), Italo Carlos Alonso (do Chile) e Santiago Javier Fernández (da Argentina), amigos que hoje estão de volta em seus países originários cumprindo com a responsabilidade social e política do pensamento intelectual crítico na América Latina.

Agradeço ao querido Matheus Guarino de Almeida, advogado, educador popular e doutorando em Sociologia e Direito no PPGSD/UFF, quem realizou a revisão do texto da tese. Assim como, à Erika Cristina Zordan, jornalista e mestranda do PPGCI IBICT/UFRJ, quem auxiliou na digitalização de parte documentos do Acervo do MUCA. E, à Tamiris Alves Felismino, estudante e empregada doméstica, quem foi ouvinte das leituras de revisão da presente tese.

Por fim, e não menos importante, eu quero agradecer a minha querida família por todo apoio. Mas principalmente à minha mãe, Lilian Regina Telles Faro, psicóloga e professora universitária, grande referência na minha vida. Acompanhei

minha mãe desde pequena nas salas de aula, estive presente quando ela cursou seu mestrado, senti saudades quando ela foi para Israel com uma bolsa de estudos, e mais ainda quando ela foi cursar seu Doutorado Sanduíche em Portugal, a vi escrevendo sua tese e o quanto foi cansativo trilhar todo esse caminho com 4 filhos e muitos empregos. Hoje é a vez da minha mãe acompanhar de perto todo o meu percurso na academia, sendo sempre um porto seguro e uma mola propulsora.

Agradeço também ao meu tio e padrinho Luiz Cesar Telles Faro, jornalista e escritor, pelo estímulo constante à minha leitura e escrita, bem como pelas conversas instigantes, repletas de reflexões criativas e provocações inteligentes. Seu suporte e generosidade ao longo dessa minha trajetória acadêmica foram fundamentais.

Em memória, quero agradecer às minhas avós Marly Telles Faro e Regina da Silva Bonan, mulheres tão diferentes e fortes, que me acolheram em suas próprias casas durante parte da minha formação, o que viabilizou meus estudos nas cidades de Niterói e do Rio Janeiro. Voinha, como eu chamava a primeira, era escultora e educadora, uma fortaleza de mulher, sempre à frente do seu tempo, e me inspirava a superar todos os meus limites. Era ela quem financiava meus livros, materiais de estudo, cursos, sempre investindo na minha educação. Vó Regina, dona de casa e costureira, me trazia o maior aconchego do mundo e, durante a minha graduação, se encarregou de cuidar carinhosamente de minha alimentação. Ambas não chegaram a me ver entrando no Doutorado, mas sem elas eu jamais teria chegado até aqui.

Resumo

Bonan, Anna Cecília Faro; Pilatti, Adriano. **Rebeldia Ambulante**: o direito no contexto de repressão e mobilização dos camelôs nos centros urbanos. 2023. 397p. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Os trabalhadores ambulantes, cada vez mais comuns nas ruas nas grandes cidades do mundo, são sujeitos excluídos socialmente, embora incluídos pela sua própria exclusão em severas medidas de controle social. Caracterizados como desviantes em relação às formas jurídicas estabelecidas, esses trabalhadores são alvos costumeiros de repressões estatais. Nesse quadro, tais cidadãos, em situação de informalidade e precariedade, inclusive em relação ao Direito, sofrem violentas intervenções do Estado supostamente em nome da “lei” e da “ordem”, inclusive por meio da instrumentalidade das normas jurídico-penais, ou seja, através de processos de criminalização. No entanto, por sua vez, trabalhadores ambulantes vêm reivindicando ao próprio Estado a garantia de seus direitos, em especial aqueles de ordem jurídico-constitucional. Diante dessa aparente contradição, a pesquisa trata de compreender não só os fundamentos e implicações da política repressiva ao comércio ambulante, no campo social e jurídico, mas também como o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), sujeito protagonista dessa investigação, vem disputando os instrumentos e discursos do Direito, tanto na ordem jurídico-legal como na ordem jurídico-política, no contexto de repressão e criminalização dos camelôs na cidade do Rio de Janeiro, desde a década de 90 aos dias atuais. Trata-se, então, de observar as múltiplas dimensões que o fenômeno jurídico manifesta para as lutas sociais e políticas desses trabalhadores. Ressalta-se ainda o papel da mediação jurídica exercida pela advocacia popular na luta por direitos dos camelôs na cidade carioca. A presente pesquisa tem cunho sócio jurídico, articula chaves teóricas de perspectiva crítica e é desenvolvida empiricamente por meio de análise documental e observação participante na modalidade de pesquisa-ação.

Palavras-Chave

Palavras-chave: Trabalho Ambulante; Informalidade; Direito; Criminalização; Movimentos Sociais

Resumen

Bonan, Anna Cecilia Faro; Pilatti, Adriano(Asesor). **El Movimiento Unido dos Camelôs y la lucha por derechos:** el derecho en disputa en el contexto de represión y criminalización de los vendedores ambulantes en Río de Janeiro. 2023. 397p. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Los vendedores ambulantes, cada vez más comunes en las calles de las grandes ciudades del mundo, son sujetos socialmente excluidos, aunque están incluidos por su propia exclusión en severas medidas de control social. Caracterizados como desviantes en relación con las formas legales establecidas, estos trabajadores suelen estar en la mira de la represión estatal. En este contexto, dichos ciudadanos, en situación de informalidad y precariedad, incluso en relación con el Derecho, sufren intervenciones violentas del Estado supuestamente en nombre del “derecho” y del “orden”, incluso a través de la instrumentalización de normas jurídico-penales, es decir, a través de procesos de criminalización. Sin embargo, a su vez, los vendedores ambulantes han venido reclamando al propio Estado la garantía de sus derechos, en especial los de carácter jurídico-constitucional. Frente a esta aparente contradicción, la investigación trata de comprender no solo los fundamentos e implicaciones de la política represiva hacia los vendedores ambulantes, en el ámbito social y jurídico, sino también cómo el Movimiento Unido dos Camelôs (MUCA), protagonista de esta investigación, ha venido disputando los instrumentos y discursos del Derecho, tanto en el orden jurídico-normativo como en el orden jurídico-político, en el contexto de represión y criminalización de los vendedores ambulantes en la ciudad de Río de Janeiro, desde la década de 1990 hasta la actualidad. Se trata, entonces, de observar las múltiples dimensiones que manifiesta el fenómeno jurídico para las luchas sociales y políticas de estos trabajadores. También se destaca el papel de la mediación jurídica ejercida por el derecho popular en la lucha por los derechos de los vendedores ambulantes en la ciudad de Río de Janeiro. Esta investigación tiene un carácter socio jurídico, articula claves teóricas desde una perspectiva crítica y se desarrolla empíricamente a través del análisis documental y de la observación participante en forma de investigación acción.

Palabras Clave

Trabajo Ambulante; Informalidad; Derecho; Criminalización; Movimientos Sociales

Sumário

INTRODUÇÃO.....	19
Apresentação da pesquisa:.....	19
Os caminhos e descaminhos da pesquisa: considerações metodológicas e epistemológicas	25
1 CAMELO É TRABALHADOR: CRISE, TRABALHO INFORMAL E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AMBULANTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	32
1.1 A(s) crise(s) contemporânea(s) e o mundo do trabalho: neoliberalização, fim do emprego e informalidade:	32
1.2 A rua como o espaço de “se virar”: o trabalho ambulante no Rio de Janeiro	50
1.2.1 Primeira onda neoliberal da cidade carioca: reordenação do comércio ambulante e o legado de César Maia.	58
1.2.2 Segunda onda neoliberal da cidade carioca: Rio Pós-2016 e o atual estado da arte do comércio ambulante.....	64
1.3 Pés que pisam nas ruas: O Movimento Unido dos Camelôs.....	74
2 “CAMELO NÃO É LADRÃO, CAMELO É PROFISSÃO”: A CRIMINALIZAÇÃO E A REPRESSÃO AOS CAMELOS NA CIDADE CARIOCA	93
2.1 O Movimento Unido dos Camelôs remonta o histórico da repressão, criminalização e violações de direitos humanos	96
2.2 Camelo é caso de polícia?: o sistema penal e a perseguição aos trabalhadores ambulantes.	139
2.2.1 Ainda é sobre punição e estrutura social: o atual paradigma do sistema penal e o controle social dos camelôs.	140
2.2.2 O sistema penal e o contexto brasileiro: a marca da colonialidade e o racismo estrutural	157
2.2.3 Lei e ordem no espaço: a municipalização da segurança e militarização da cidade.....	180
2.2.4 A construção do camelo como “inimigo”: difusão estratégica do medo e etiquetamento dos ambulantes.....	216
3 O CAMELO É MEU AMIGO, MEXEU COM ELE, MEXEU COMIGO!: DA REPRESSÃO À LUTA POR DIREITOS	229
3.1 “Tira a mão da minha mercadoria”: da repressão e criminalização à mobilização.....	231
3.2 Mediação jurídica em movimento: a atuação da assessoria jurídica popular e o Movimento Unido dos Camelôs.	272
3.3 O Direito e o Movimento Unido dos Camelôs: reflexões críticas, teóricas e práticas em favor da luta coletiva.	296
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	336
APÊNDICE – O MUCA-RJ E A PANDEMIA DA COVID-19.....	345

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	351
----------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES:

ABIH -	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
ADPF -	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ANDES-SN/RJ	Regional do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior
CAMTRA -	Casa da Mulher Trabalhadora
CDHAJ-OAB/RJ -	Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional RJ
CDH-ALERJ -	Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
CESTEH -	Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana
CMP -	Central de Movimentos Populares
Cofecon -	Conselho Federal de Economia
COMLURB -	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
COR -	Centro de Operações Rio
CTB -	Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Ctran -	Coordenadoria de Trânsito da GM-RJ
CUCA -	Cadastro Único do Comércio Ambulante
CUT -	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE -	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
F/CGEU -	Coordenadoria de Gestão de Espaços Urbanos
F/CLF -	Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização
FAAL -	<i>Frente de Artesanos y Artistas em Lucha</i>
Fecomércio -	Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro
FEOP -	Fundo Especial de Ordem Pública
Firjan -	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FNRU -	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FPJ -	Fundação Parque e Jardins
GAE -	Grupamento de Ações Especiais da GM-RJ
GAT -	Grupamento de Apoio ao Turista da GM-RJ
GCG -	Grupamento de Cães da Guarda da GM-RJ
GDA -	Grupamento de Defesa Ambiental da GM-RJ
GEP -	Grupamento Especial da Praia da GM-RJ
GOE -	Grupamento de Operações Especiais
GRE -	Grupamento de Ronda Escolar da GM-RJ
GTM -	Grupo Tático Móvel da GM-RJ
IAPE -	<i>Inter-American Policy Exchange</i>
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILO -	International Labour Organization.
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUR -	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano
MEI -	Microempreendedor Individual
MJ -	Ministério da Justiça
MLB -	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MNLM -	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST -	Movimento dos Trabalhadores Terra

MTSD -	Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos
MTST -	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUCA -	Movimento Unido dos Camelôs
NAJUP -	Núcleo de Assessoria Jurídica Popular
NUDEDH-DPGERJ -	o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro
OMS -	Organização Mundial de Saúde
PCdoB -	Partido Comunista do Brasil
PEC -	Proposta de Emenda Constitucional
PELOM -	Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal
PGERJ -	Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
PL -	Partido Liberal
PLM -	Projeto de Lei Municipal
PMDB -	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNADC -	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua
PRDC-MPF	Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal
PRONASCI –	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PSB -	Partido Socialista Brasileiro
PSOL -	Partido Socialismo e Liberdade
PT -	Partido dos Trabalhadores
RE -	Recurso Especial
RENAJORP -	Rede de Jornalistas Populares
RENAP -	Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares
RI -	Representação de Inconstitucionalidade
RIOLUZ -	Companhia Municipal de Energia e Iluminação
SECONSERMA -	Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente
SEEU -	Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SENASP -	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEOP -	Secretaria de Ordem Pública
SindsPrev/RJ -	Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro
SISDEPEN -	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SMASDH -	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
SMTE -	Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego
TUAP -	Taxa de Uso de Área Pública
UFRJ -	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNE -	União Nacional dos Estudantes
UNICAB -	União Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil
UOP -	Unidade de Ordem Pública
UTEP -	<i>Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular</i>

Centro do Coração
Num reduto biriteiro
Um camelô troca as pilhas do meu coração
De quebra me vende mais uma ilusão
Aldir Blanc, Moacyr Luz e Vitor Martins

Carioca
Ambulando
Que nem muamba
Nas ondas do mar
Cidade Maravilhosa
Chico Buarque

INTRODUÇÃO

Apresentação da pesquisa:

As políticas de austeridade e uma série de reformas – em especial as que versam sobre a reconfiguração das relações de trabalho – implementadas pelo poder público, em concorrência das diferentes esferas de poder, acentuaram as situações de violação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais da população e acirraram as desigualdades no país. Esse processo de esgarçamento do tecido social e de profunda dessocialização do trabalho tem levado cada vez mais e mais trabalhadores(as) a empregar sua força de trabalho no mercado informal.

Embora o mercado informal seja costumeiramente associado a uma espécie de *buffer* na economia, como válvula de equilíbrio do mercado de trabalho em tempos de crise (processo cíclico e endêmico que materializa a força negativa do capital), é preciso entender que o mesmo têm seu tamanho, suas formas e suas características estreitamente ligadas aos processos históricos singulares da acumulação do capital em cada país, e, portanto, nem sempre o fenômeno da informalidade pode ser visto como algo transitório, pelo contrário, é, na maioria das vezes, estrutural em países periféricos, em especial naqueles de origem escravocrata.

Ainda assim, o aumento da informalidade no mundo todo na última década é preocupante, pois expressa uma tendência da reformulação do mundo do trabalho em si, e que ameaça, em especial, os trabalhadores das economias capitalistas periféricas. No Brasil, a chamada “economia subterrânea”, movimentada por trabalhadores “sem direitos”, passou a ser a principal economia brasileira¹.

Dentro dessa economia informal está o setor do comércio ambulante, atividade econômica que garante o sustento de milhares (até milhão) de famílias brasileiras. Cada vez mais e mais trabalhadores buscam o sustento de suas famílias no comércio de rua, numa prática que ficou conhecida como a de “se virar”, exigindo, inclusive, um trabalho vivo, inventivo, desses atores no mercado informal. São distribuidores – e, por vezes, até produtores – de mil-e-uma utilidades, sempre antevendo a demanda dos transeuntes e inovando não só na oferta de produtos como nas práticas comerciantes. Chega a ser impressionante a

¹ A pesquisa traz dados que confirmam essa afirmação no primeiro capítulo.

versatilidade, criatividade e velocidade do mercado a céu-aberto: se em um dia algo ganha alguma repercussão na sociedade, no dia seguinte já é possível ver a oferta de produtos ou as chamadas dos vendedores – os famosos “pregões” – com o mesmo mote ganhando as ruas.

Não obstante, o padrão global de atuação – e reprodução – do poder público nas metrópoles tem sido tratar os trabalhadores ambulantes como verdadeiros “entraves urbanos” que necessitam ser removidos a qualquer custo, inclusive à força. Esse modelo é ainda mais agravado pela escalada global de uma espécie de urbanismo militar, verdadeira militarização das cidades e repressão de outras formas de experiência urbana. E o Rio de Janeiro não foge à regra. Essa remoção/repressão se dá não só no contexto do “rapa”² e nas cenas de confronto que frequentemente o sucedem, mas também no dia a dia desses trabalhadores, que vivem, na cidade carioca, sob violências físicas e morais, marginalização e criminalização.

A tendência é tratar o comércio ambulante como mera questão de “ordem pública”/ “caso de polícia” e não como questão atinente às nossas relações sociais (de trabalho, de produção, de vida) e aos direitos humanos. Os camelôs são vistos e tratados pelo poder público a partir de sua relação negativa com a norma jurídica, ou seja, a violação da lei. Diante da lei são formalmente reconhecidos como “sujeitos de direitos” (e por isso mesmo podem ser responsabilizados), mas materialmente vivem “sem direitos”, e essa contradição não só inviabiliza suas atividades laborais e seus sustentos, como também os relega a condição de indignos, marginais e até mesmo criminosos, terminando por inserir esses sujeitos em uma zona ainda maior de vulnerabilidades.

Esse fenômeno foi, em parte, identificado durante o processo de investigação empírica e teórica de minha³ pesquisa de mestrado que culminou com a dissertação

² Termo popular para as ações de apreensão e fiscalização do poder público.

³ Uso a 1ª pessoa do singular tão somente nesta introdução, a fim de evidenciar a relação entre o “sujeito pesquisador” e o “objeto pesquisado”, considerando que não há observação neutra na ciência e que o pensamento que se desenvolve em qualquer pesquisa possui uma influência direta das próprias relações que se estabelecem entre um e outro. Aqui trato de expor como o projeto e a pesquisa foram sendo construídos. Por outro lado, a opção por escrever na 1ª pessoa do plural ao longo da tese também decorre de nossas opções teórico-metodológicas que implicaram numa inserção dos sujeitos protagonistas do conflito estudado na própria produção da pesquisa, de modo que a tese é resultado também de um pensar coletivo, junto dos camelôs da coordenação do Movimento Unido dos Camelôs. Os destacamentos, quando necessário, serão feitos pontuando “a pesquisadora” no texto.

“Camelôs Rebeldes: a dimensão sócio-espacial do direito na cidade em disputa”⁴, defendida no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense. Naquela pesquisa os conflitos urbanos dos camelôs no Centro do Rio de Janeiro, no contexto de preparação para a recepção de *megaeventos* (da Eco-92 ao Rio Pós-2016), consubstanciavam o objeto empírico para observar a dimensão sócio-espacial do direito⁵, em uma cidade disputada por atores sociais antagônicos.

O Rio de Janeiro se apresentava como um verdadeiro laboratório para pesquisadores se aprofundarem sobre a “questão urbana”, após ser palco de uma série de megaeventos que o localizaram no mercado global de cidades. Esse havia sido o motivo de me lançar em campo para observar os conflitos vividos pelos camelôs no Centro do Rio de Janeiro, buscando entender em uma pesquisa interdisciplinar, a relação que se instituía entre o fenômeno jurídico e a produção da cidade no atual estágio da sociedade capitalista. No centro do debate buscava entender a relação entre a disputa pela produção da cidade e o Direito, observando os conflitos concretos entre os camelôs e o poder estatal.

Naquela pesquisa eu comecei a observar as relações dos camelôs com o Direito não só de “cima para baixo” (onde dei de cara com as faces perversas do direito administrativo e do direito penal que se apresentam aos trabalhadores ambulantes), mas também de “baixo para cima”, olhando para as resistências dos camelôs frente ao processo de reurbanização da cidade carioca. Foi assim que, na pesquisa de campo, conheci o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA). A partir de então, houve um engajamento de minha parte no movimento social, de modo que, após a defesa da dissertação, em meados do ano 2017, passei a prestar assessoria jurídica popular para o movimento.

Muitas dúvidas sobre a relação que os camelôs possuem com o Direito (e sobre o próprio Direito) surgiram a partir daquela primeira imersão em campo. Ocorre que o Direito se apresenta aos camelôs de modo extremamente duro e

⁴ BONAN, Anna Cecília Faro. **Camelôs Rebeldes: A dimensão sócio-espacial do Direito na Cidade em disputa**. 2017. Dissertação (mestrado em Direito Constitucional) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

⁵ A compreensão de uma dimensão sócio-espacial do direito foi possível a partir de uma pesquisa eminentemente interdisciplinar, articulando pensadores da Sociologia, da Geografia e do Direito. Pegadas nesse sentido foram deixadas por Milton Santos (2012, p. 63), geógrafo e advogado, que considerava possível espacializar a norma, enquanto um objeto técnico em um espaço formado por um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ver : SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2012. p. 63.

violento, exclui socialmente os sujeitos, legitima a repressão desenfreada e se impõe, muitas vezes, como criminalização desses trabalhadores. Mas é justamente daí que floresce a luta política do movimento que, por sua vez, se reivindica enquanto uma luta por direitos. Parece uma relação bem contraditória. Essas minhas inquietações foram aumentando ao passo que pude ir trocando mais e mais com os camelôs do MUCA.

Segundo Maria Lourdes do Carmo, liderança do referido movimento social, os camelôs formam uma categoria muito heterogênea, difícil de manter mobilizada em torno de interesses comuns. No entanto, o movimento encontra maior facilidade para atuar e obter apoio em ações emergenciais relacionadas à repressão e à criminalização dos camelôs da cidade carioca⁶. Não é coincidência que grande parte dos protestos expressivos da categoria ocorram justamente após truculentas ações do poder público, incluindo detenções abusivas e múltiplas formas de violência, e que uma das bandeiras principais do movimento seja a luta contra o armamento da Guarda Municipal na cidade do Rio de Janeiro.

Desde a sua criação, o movimento tem buscado criar estratégias para lidar com a brutal política repressiva contra o comércio ambulante, com as violações de direitos humanos de camelôs e com os frequentes processos de criminalização desses trabalhadores, tais como realizações de protestos e denúncias, pressão pela edição de leis protetivas, exigência de participação na elaboração dessas leis e na política pública, articulação com assessorias jurídicas populares, Defensoria Pública e instituições de defesa dos direitos humanos, representações ao Ministério Público, entre outras. Portanto, o movimento vem travando disputas não só no plano político, mas também no “jurídico” propriamente dito.

Ressalta-se o papel fundamental da assessoria jurídica popular para o movimento social. Foi no contexto de intensa criminalização dos camelôs na cidade do Rio de Janeiro que o MUCA buscou apoio de advogadas/os populares a fim de garantir assistência jurídica para trabalhadores ambulantes presos e acusados em processos criminais. Essas relações constituídas entre o MUCA e a assessoria jurídica popular trouxeram novas ferramentas para as lutas sociais e políticas dos camelôs.

⁶ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 30 abril de 2018.

Nesse sentido, destacamos a relação desenvolvida entre o MUCA e as advogadas populares dras. Fernanda Vieira e Mariana Trotta, atualmente professoras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Durante o intervalo de 2003 e 2007, as advogadas populares, que vieram a fundar em 2006 o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, situado no Rio de Janeiro, receberam, com frequência, processos criminais de camelôs imputados pelas práticas de receptação qualificada⁷ e de violação de direito autoral⁸. As advogadas/professoras, que hoje fazem parte do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Universitária Luiza Mahin, mantém até hoje uma atuação e próxima relação com o movimento.

Em constante diálogo com a coordenação do MUCA, percebi que alguns desses processos criminais tinham se tornado emblemáticos para a mobilização e a articulação dos camelôs na cidade carioca. Em realidade, o movimento social costuma contar a sua própria história de lutas a partir desse processo histórico de perseguição violenta e de criminalização de trabalhadores ambulantes. Nesse sentido, há uma memória coletiva do MUCA que se apresenta numa costura entre a repressão ao comércio ambulante e as lutas por direitos dos camelôs.

Partindo da teoria crítica do Direito, concebendo que o fenômeno jurídico é mais amplo que a sua forma jurídica⁹, é possível analisar, em um estudo jurídico sociológico, como o MUCA, organizando e mobilizando as lutas dos camelôs no enfrentamento à política repressiva e aos processos de criminalização, vem disputando o Direito ao longo de sua história. Deste modo, o que trato de estudar aqui é a íntima relação entre a repressão estatal e a dinâmica de lutas dos camelôs, observando as disputas orquestradas em torno do Direito.

O fenômeno da repressão e da criminalização dos trabalhadores ambulantes é tomado, então, como um campo de análise específico para estudar a contradição de um Direito que oprime e de um Direito que aparece enquanto bandeira de lutas. Assim, busco observar a mobilização dos camelôs do MUCA em relação ao Direito e a mobilização do Direito por esses trabalhadores, ao longo da história do movimento social. Trata-se, então, de observar as múltiplas dimensões que o

⁷ Na forma do artigo 180, §1º e §2º, do Código Penal. BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 04 mar. 2023.

⁸ Na forma do artigo 184, §2º, do Código Penal.

⁹ FALBO, Ricardo Nery. A contribuição da Teoria Crítica para o Direito. In: BELLO, Enzo. ENGELMANN, Wilson. **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

fenômeno jurídico manifesta para as lutas sociais e políticas dos trabalhadores ambulantes organizados no MUCA. Esse enfoque permite assumir um lugar privilegiado para se pensar as relações entre Estado, Direito e Sociedade, dando centralidade na luta política do movimento social.

Considerando esse ser um objeto bem amplo, destrinchei com a coordenação do movimento social objetivos específicos para a pesquisa, sendo eles os seguintes: i) entender como a informalidade/legalidade insere/exclui socialmente os trabalhadores ambulantes; ii) compreender o fenômeno da criminalização dos camelôs; iii) observar o impacto ou a reação da política repressiva e criminal (o uso do aparato jurídico-penal) na organização desses atores; iv) observar o impacto ou a reação da política criminal e repressiva na organização desses atores; v) observar um repertório “jurídico” de ação coletiva do MUCA; vi) investigar as possibilidades/limites do Direito para as lutas sociais e políticas do movimento social.

Para alcançar tais objetivos, embora o surgimento do MUCA tenha se dado em 2003, foi demarcado um recorte temporal para analisar empiricamente os conflitos entre os camelôs e o poder público carioca a partir da década de 90, período de uma profunda neoliberalização da cidade do Rio de Janeiro e quando ocorreram, segundo o Movimento Unido dos Camelôs, dois marcos importantes para a compreensão do objeto: a promulgação da Lei Municipal n.º 1.876/92, que regula a atividade comercial ambulante na cidade, e da Lei Municipal n.º 1.887/92, que instituiu a Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

O corpo do texto da tese foi pensado de tal modo que o primeiro capítulo trata de estruturar o conflito, o contexto socioeconômico, político e legal, assim como apresentar o sujeito protagonista da pesquisa. É uma antessala necessária para compreender o choque que se encontra entre o segundo e o terceiro ato. O segundo capítulo é uma imersão empírica e teórica acerca da política repressiva e do fenômeno da criminalização dos trabalhadores ambulantes na cidade do Rio de Janeiro. Já o terceiro capítulo expõe, no campo empírico, o contraste que é colocado pela luta por direitos do Movimento Unido dos Camelôs e pela atuação da Assessoria Jurídica Popular junto ao movimento, para finalmente, amarrar uma reflexão prática e teórica acerca do Direito que faça sentido para as lutas sociais e políticas do sujeito coletivo. Os títulos dos capítulos são palavras de ordem do MUCA.

Os caminhos e descaminhos da pesquisa: considerações metodológicas e epistemológicas

A constituição de um campo científico, um saber específico desenvolvido na égide do pensamento moderno ocidental, se deu especialmente através da afirmação e da incessante busca de legitimidade de seus métodos. De forma muito simplificada, não há ciência sem falar em métodos, o que não nos impede de reconhecer que há saberes variados que prescindem de métodos, ou, pelo menos, de métodos logicamente organizados ou racionalmente refletidos.

Assim, a pretensão de estudar algum objeto e apresentar resultados à luz da ciência – um saber-poder com uma poderosa carga de responsabilidade histórica¹⁰ – impõe, ou deveria impor, a qualquer pesquisador(a), a exposição de seus métodos. Em função disso, é de praxe encontrar o tradicional tópico de “metodologia” nas introduções das pesquisas acadêmicas e científicas, embora outras explicações ou apontamentos possam ser encontrados, de forma explícita ou não, ao longo do texto.

A exposição da metodologia da pesquisa se dá porque o conhecimento científico não é, por si e para si, um conhecimento revelado, mas sim construído a partir dos caminhos trilhados na e pela pesquisa. É nesse sentido que se encontra a proposição de que a metodologia é, sobretudo, o campo de *estudos dos caminhos*¹¹, no qual não se compreende somente as técnicas, mas também a matriz cognitiva de um pensamento, ou seja, possui estreita relação com suas bases epistemológicas.

Vale lembrar que embora existam chaves teórico-metodológicas mais habituais, e talvez hegemônicas, em cada campo de conhecimento, não existe uma metodologia universal, de modo que a validade das “verdades” produzidas em uma pesquisa estão intimamente conectadas às escolhas epistêmicas e metodológicas realizadas no processo de construção do conhecimento científico.

Considerar os caminhos de uma pesquisa, as opções teórico-metodológicas que a atravessam, é, em realidade, o que permite compreender o próprio conhecimento científico pretendido e produzido, isto é, onde se espera chegar e onde, de fato, se chega. Desse modo, pretendo aqui revelar ao (à) leitor (a) de que

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica del poder**: Genealogía del poder n.º1. Org. Julia Varela y Fernando Alvarez-Uría. 3. ed. Madrid: Ediciones Endymión, 1992.

¹¹ DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

modo me aproximei e conheci o objeto e como sistematizei e consolidei os resultados decorrentes da minha busca pelo conhecer, embora já tenha deixado pistas evidentes na apresentação do trabalho.

De antemão, esclareço que a longa jornada desta pesquisa de doutorado, não se deu à risca de uma rota traçada sobre um mapa pré-constituído, embora tenha se atinado a seguir um projeto delimitado, com orientações teórico-metodológicas previamente definidas. O trajeto, do ponto de partida até o momento da redação final desta tese, é sempre marcado pelos obstáculos e descaminhos que surgem no fazer da pesquisa, de modo que a sua metodologia e seus discursos epistemológicos são também, e principalmente, construídos *in actu exercitu*.

Como vem afirmando o campo da sociologia empírica do Direito no Brasil, *a metodologia é um conjunto de problemas que o pesquisador vai superando ao longo da pesquisa*¹². Ou ainda, na esteira da teoria crítica do/ao direito, de embrião marxista, *a metodologia se reordena, não antes ou depois do percurso científico, mas durante esse percurso, como poderias aprender nas teses contra Feuerbach, a partir da gnoseologia mesma*¹³.

Assim, é de se perceber que uma pesquisa que se propõe assumir um perfil jurídico-sociológico e uma perspectiva crítica permite a variação da combinação de técnicas, um certo grau de flexibilidade em relação aos protocolos e até mesmo eventuais mudanças de rotas, em especial quando se trata de pesquisa empírica acerca de um objeto dinâmico e animado por sujeitos encarnados, como a presente.

Nesse ponto, vale explicitar que a tradição jurídica brasileira – reproduzindo vícios da ciência jurídica europeia –, historicamente, deixou de dar a devida importância e necessidade de realizar pesquisas empíricas e até mesmo pesquisas interdisciplinares acerca do Direito, se encastelando em um universo teórico e dogmático, marcado pela preponderância do estudo da *forma jurídica*, e atribuindo-lhe uma vida própria.

Sem desmerecer a importância da realização de pesquisas teórico-dogmáticas, na prática, o que se vê na academia jurídica brasileira é uma certa acomodação numa espécie de auto legitimidade criada pelo discurso jurídico, que

¹² GERALDO, Pedro Heitor Barros; FONTAINHA, Fernando de Castro. Apresentação – por uma sociologia empírica do direito. In: GERALDO, Pedro Heitor Barros; FONTAINHA, Fernando de Castro (org.). **Sociologia Empírica do Direito**. Curitiba: Juruá, 2015.

¹³ LYRA FILHO, R. Carta a um Jovem Criminólogo: Teoria, Práxis e Táticas Atuais. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, v. 28, 1979. p. 11.

permite, inclusive, a existência de produtos supostamente científicos, sem qualquer menção às escolhas teórico-metodológicas tomadas ou contendo apenas uma sintética descrição do que eventualmente seria uma revisão bibliográfica, com apontamento de autores – por vezes chamados de “doutrinadores”.

Nesse sentido, esse trabalho se encontra dentro de um movimento mais amplo, em busca de renovação do pensamento crítico na ciência jurídica brasileira, que vem, nas últimas décadas, impulsionando maior adesão e dedicação de juristas aos métodos da pesquisa empírica, bem como maior contato com as outras áreas do saber, especialmente a sociologia e a antropologia¹⁴.

Evidente que esse processo é também reflexo das disputas em torno do que entendemos acerca do Direito, pois parte da compreensão do direito enquanto um fenômeno jurídico-social, e não só como um conjunto de regras (ordem normativa) que devem ser estudadas em si mesmas, como trata de apresentar a estratégia de defesa positivista do saber jurídico.

Embora o aumento das pesquisas empíricas no Direito tenha ocorrido nas últimas duas décadas¹⁵, esse esforço acadêmico pode ser encontrado em solo brasileiro desde a segunda metade do século XX, em trabalhos de vanguarda como o de Felipe Augusto de Miranda Rosa¹⁶, no intento de defender uma sociologia jurídica brasileira, ou, em perspectiva bem diversa, na Nova Escola Jurídica Brasileira¹⁷, capitaneada por Roberto Lyra Filho e, posteriormente, a escola ou o movimento do Direito Alternativo, organizado a partir da década de 90.

De um lado, a sociologia jurídica brasileira tem provocado discussões observando o *direito em ação*¹⁸, deslocando a questão “o que é o Direito?” para “como o Direito se realiza através das práticas sociais?”, de outro lado, a teoria

¹⁴ FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre. A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, 2004.

¹⁵ Conforme concluiu o pesquisador Guilherme Jardim: *A pesquisa, parcialmente realizada, levantou o quanto se produziu de pesquisa empírica em Direito no Brasil. Com o uso de um crawler (software) para automação de coleta e com o uso de palavras-chave como “pesquisa empírica”, “ênfase empírica”, “direito”, descobriu-se que houve um crescimento quase exponencial do que foi produzido em revistas nacionais, a partir de 2003. Mais, realizando um levantamento por área, também se identificou o mesmo crescimento na série temporal.* JARDIM, Guilherme Duarte. Mapeamento da produção de pesquisa em direito no Brasil (1998-2012). In: ENCONTRO DE PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITO, 4. 2014, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: REED, 2014. p. 173-192. p. 176.

¹⁶ MIRANDA ROSA, Felipe Augusto. **Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social**. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

¹⁷ LYRA FILHO, R. A nova escola jurídica brasileira. **Revista Notícia do Direito Brasileiro**, Nova Série, Brasília, n. 7, p. 497-507, 2000.

¹⁸ GERALDO; FONTAINHA, 2015, p. 11-12.

crítica do/ao direito que se proliferou no Brasil vem vinculando, dialeticamente, o segundo questionamento ao primeiro, em um esforço de compor uma dimensão filosófica e sociológica sobre o Direito. Nesta última proposição, não bastaria produzir pesquisas sociológicas sobre o universo jurídico, mas sim pesquisas jurídicas que contemplem a dimensão social, histórica, política e cultural do Direito.

No entanto, a aplicação dos métodos empíricos nos estudos críticos do Direito vem evidenciando obstáculos epistemológicos fundantes, que partem de uma *ausência de problematização das funções teóricas e sociais dos modelos de investigação como condição fundamental da prática científica de natureza social*¹⁹. Essa cegueira intelectual acaba colocando o empírico como mais um recurso de legitimação das formas tradicionais do saber jurídico, naturalizando certas categorias tidas como universais, ou, então, como proposta de expor “materialmente” críticas já sistematizadas no campo teórico – uma tentativa de adaptar a realidade à teoria.

Diante desse quadro é preciso resgatar o potencial da teoria crítica e a sua dimensão empírica, apontando sua necessária contribuição para a produção do conhecimento jurídico. Parte-se de uma orientação para a pesquisa empírica, mas sem qualquer “demissão teórica”. A proposta é a articulação do objeto real com objeto teórico, na produção do conhecimento acerca da realidade social. É esse retorno constante da teoria ao concreto garante que a produção científica não se petrifique e não pratique alienação.

A orientação teórico-metodológica dessa pesquisa calca-se na teoria crítica do direito, trazendo dois principais referenciais da crítica à hegemonia ocidental, em situações geopolíticas diversas: i) a teoria crítica marxista (ainda que comportando algum grau de heterodoxia) europeia; ii) o pensamento crítico latino-americano (tratando de localizar o pensamento crítico local, com ênfase no Brasil).

Desse modo, pretendo dar conta das tarefas fundamentais da teoria crítica estruturada por Horkheimer: i) a teoria deve estar ancorada na realidade como parte dela, cumprindo seu papel de imanência; ii) a teoria deve buscar compreender elementos ainda não desenvolvidos da realidade, que permitam esclarecer os

¹⁹ FALBO, Ricardo Nery. Pensamento crítico, pesquisa empírica e emancipação teórica do direito. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 14, p. 259-290, 2016. p. 262.

horizontes de sua própria superação, cumprindo assim um papel de transcendência²⁰.

Uma pesquisa crítica no Direito precisa, sobretudo, lidar com as realidades sociais na qual o “jurídico” está inserido. Deve assumir o papel não só de evidenciar o conflito social, chamando a atenção para a problemática, como também de identificar as bases do mesmo, criar acúmulo e conhecimento sobre o tema, visibilizar os atores sociais e suas práticas e, até mesmo, propor e realizar transformações sociais²¹. Nesse sentido, a pesquisa deve buscar não só ter qualidade formal, mas também qualidade política, que diz respeito aos fins, aos conteúdos, à prática histórica, isto é, a “dimensão do cientista social como ator político comprometido com histórias menos desiguais”²².

Uma das premissas da teoria crítica – em especial a que se constitui na América Latina, irrigada de pensamento(s) crítico(s) próprio(s) da região – é reconhecer no sujeito real um sujeito ativo, dotado de subjetividade e repleto de potência, que cria e imprime na materialidade, que produz e articula conhecimento. É, sobretudo, compreender que as vivências produzem e registram saberes, que os atores em conflito possuem voz própria e são capazes de contar a sua história e manter viva a memória coletiva.

Nessa pesquisa, o Movimento Unido dos Camelôs ou seus integrantes não são reduzidos a um mero objeto observado. Ao contrário, o sujeito coletivo, e aqueles(as) que o encarnam, foram integrados nesse processo de investigação. Não para “dar voz” aos sujeitos oprimidos, mas para de fato escutar essas vozes que já ecoam nas ruas e nas lutas sociais. Assim, tratei de realizar uma pesquisa jurídico-sociológica na modalidade de pesquisa-ação. Como bem elucida Paulo Freire acerca dos métodos dessa pesquisa alternativa:

Se minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência quotidiana) se torna um novo conhecimento²³.

²⁰ HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

²¹ FALBO, 2015.

²² DEMO, 1995, p. 25.

²³ FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34-41. p. 35.

Desse modo, os caminhos tomados foram desenhados a partir da realidade social e dos sujeitos que a animam, e não o contrário. Os protagonistas dos conflitos foram incorporados nas etapas da pesquisa, com oficinas de autodiagnóstico, estratégia de enfrentamento prático e organização política comunitária. Importante mencionar que os camelôs da coordenação do MUCA participaram não somente da coleta do material empírico, como também de sua análise, sendo inseridos na discussão teórica que se desenvolveu ao longo da pesquisa.

Ademais, utilizei recursos metodológicos complementares e outras técnicas de pesquisa, tais como a própria observação participante, revisão bibliográfica, análise documental e jurisprudencial. O mais interessante desse processo é que muitas vezes os camelôs traziam novas fontes de pesquisa e abriam novas possibilidades de imersão no campo empírico, trazendo mais elementos para se analisar o conflito e o fenômeno estudado. Também vale mencionar que parte da literatura foi mobilizada em função dos discursos do próprio movimento social que, muitas vezes, se apropriavam de categorias teóricas no debate público.

Em relação à análise documental, tive o privilégio de ter acesso ao acervo do MUCA, que vem reunindo um material historiográfico desde a sua fundação com matérias de jornal, fotos, vídeos, relatórios, textos de blogs, documentos oficiais e não-oficiais, entre outros. Além disso, o próprio movimento social mantém um arquivo-morto do extinto Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, com cópias de processos criminais contra trabalhadores ambulantes, o qual fui autorizada a analisar também pelas advogadas populares Fernanda Vieira e Mariana Trotta.

Em relação à análise documental, tive o privilégio de ter acesso ao acervo do MUCA, que vem reunindo um material historiográfico desde a sua fundação com recortes de matérias de jornal, fotos, vídeos, relatórios, manifestos, cartas, textos de blogs, documentos oficiais (registros de ocorrência, cópias de inquéritos, representações criminais, ofícios, etc) e não-oficiais, entre outros. Além disso, o próprio movimento social mantém um arquivo-morto do extinto Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, com cópias de processos criminais contra trabalhadores ambulantes entre os anos de 2005 e 2007, o qual fui autorizada a analisar também pelas advogadas populares Fernanda Vieira e Mariana Trotta. No entanto, muitos dos processos criminais apontados como relevantes pelos

camelôs (entre os anos de 2003 e 2005) não se encontravam no arquivo, de modo que foi necessário realizar consultas no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

As referidas advogadas populares também me deram acesso ao relatório do Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais”, coordenado pelo Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola e financiado pelo Fundo Brasil, em 2009. Também tive acesso à íntegra dos autos da Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001, ajuizada pela 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, ainda em 2013, e pendente de julgamento, cuja qual foi apontada pelo MUCA como importante instrumento jurídico-legal em defesa dos camelôs da cidade do Rio de Janeiro.

1 CAMELÔ É TRABALHADOR: CRISE, TRABALHO INFORMAL E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AMBULANTES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*Veio o camelô vender!
Anel, cordão, perfume barato
Baiana pra fazer
Pastel e um bom churrasco de gato
Aldir Blanc e João Bosco*

Apesar do aumento do mercado informal (global) e do comércio ambulante (em escala nacional, estadual e municipal), da relativa aceitação popular em relação a esses comerciantes, da integração desses personagens na cultura e no cotidiano de nossa cidade, da realização do escoamento de produtos no mercado de consumo, da alternativa real de condições básicas de subsistência e dignidade por meio dessa atividade profissional, seguimos assistindo o poder público carioca tratar os trabalhadores ambulantes com violência e desrespeito, com abusos de autoridade, negando-lhes e violando-lhes seus direitos.

De outro lado, também vemos esses trabalhadores “sem direitos” criarem suas estratégias de resistência, de organização, de mobilização e de ação coletiva na luta por seus direitos, combatendo energicamente à repressão estatal e exigindo participação ativa nas decisões do poder público acerca do comércio ambulante.

Tratamos nesse capítulo de compreender onde se instaura esse conflito, quais suas bases socioeconômicas, o que estava no tabuleiro do jogo político da cidade do Rio de Janeiro entre a década de 90 e o período atual, quem é o sujeito protagonista dessa “luta por direitos” a ser contada e estudada.

1.1 A(s) crise(s) contemporânea(s) e o mundo do trabalho: neoliberalização, fim do emprego e informalidade:

De tempos em tempos a crise ressurgue nas manchetes dos noticiários, na maioria das vezes apresentadas em análises técnicas incompreensíveis, embora assustadoras, ao expectador leigo, e infladas em discursos de políticos e de porta vozes oficiais dos governantes, repletos de emoções, promessas de combate e

pedidos de resiliência. As crises também são vividas e sentidas para a maioria dos trabalhadores naquilo que concerne a afetação dos seus direitos mais básicos, a supressão das condições materiais de uma vida digna, isto é, da alimentação, da moradia, do acesso a água, do saneamento básico, do trabalho, da mobilidade, da saúde, da educação e da segurança. A crise se anuncia e é anunciada, não necessariamente nessa mesma ordem.

A questão que nos interessa aqui é entender a crise contemporânea – em especial no contexto específico brasileiro – e como ela alterou as relações sociais do mundo do trabalho, e, conseqüentemente, reconfigurou os conflitos protagonizados pela classe trabalhadora.

A crise, enquanto força negativa imanente do capital, está sempre à espreita²⁴. É dizer, o capitalismo comporta necessariamente a crise, pois engendra em si mesmo um acúmulo e uma condensação de contradições que contaminam o seu próprio modelo de produção e reprodução da vida, afetando negativamente um ou mais domínios sociais a cada (re)ajuste.

Segundo Alysson Leandro Mascaro, há duas vertentes mais frequentes da crise capitalista, a primeira relativa aos obstáculos dos fluxos de circulação, expansão e, principalmente, acumulação do capital, ou seja, a crise econômica, e a segunda, no campo do conflito social, no qual a política das sociedades capitalistas se estrutura²⁵. Em grande parte, essas múltiplas formas de manifestação da crise irrompem de modo simultâneo e imbricado, embora seja possível imaginar contextos em que uma crise social ou política seja um fenômeno independente da crise econômica. O mais comum, em especial quando analisamos contextos estruturais, é que a crise se manifeste em todas as suas dimensões concomitantemente ou pelo menos cronologicamente de modo interconectado.

A realidade é que muito já se discorreu sobre o conceito de crise na economia política²⁶. E a noção da crise na contemporaneidade está cada vez mais vulgarizada,

²⁴ GRESPAN, Jorge Luis. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

²⁵ MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018a. p. 24-25

²⁶ Ver BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. **O problema da crise capitalista em O capital de Marx**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016; CASTELLS, Manuel. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Trad. Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016; MASCARO, Alysson Leandro. Política e crise do capitalismo atual: aportes teóricos. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 1, p. 46-69, 2018b. TONELO, Iuri. **A crise capitalista e suas formas**. São Paulo: Edições Iskra, 2016.

correspondendo a uma palavra-chave, genérica, para justificar a desagregação e decadência nas múltiplas esferas de sociabilidade. A certeza constante é a de que a crise não só virá, como está entre nós, na medida em que o capitalismo também pode ser considerado a própria crise²⁷. Conforme preleciona Francisco Luiz Corsi,

A crise faz parte da própria dinâmica da acumulação de capital. Não existe capitalismo sem crises periódicas. As crises são as formas pelas quais o sistema resolve momentaneamente as suas contradições para recolocá-las mais adiante em um patamar superior. Os conflitos de classe, na tentativa de resolução dessas contradições, levam o sistema a reestruturar-se, criando as condições para uma nova fase de expansão²⁸.

Cada crise exige que os detentores do capital engendrem novas estratégias ou aperfeiçoem antigas estratégias de classe, para contornar os obstáculos e garantir uma tendência favorável em sua taxa de lucros, embora seja sabido que essa tendência não resiste, de forma prolongada, a própria dinâmica do capital. Muitas vezes a solução de uma crise resulta nas condições necessárias de uma crise vindoura, pois como argumenta Harvey, “crises não são acontecimentos isolados. Embora tenham gatilhos óbvios, as mudanças tectônicas que representam levam anos para se desenvolver [...] Com efeito, a saída de uma crise contém em si as sementes das crises que virão”²⁹.

A receita mais aplicada nas últimas décadas para a superação da crise é aquela que diz que é preciso “cortar na carne”, com pacotes emergenciais de austeridade, rebaixamentos salariais e desmantelamento dos instrumentos de proteção dos trabalhadores, mas é certo que cada contexto social, econômico e histórico específico traz uma combinação de medidas muito mais diversificadas.

O final do século XX traz lições importantes relativas ao tema, enquanto um período determinado por circunstâncias e acontecimentos históricos que impuseram mudanças consideráveis nas relações sociais de produção e, logo, de trabalho em todo o mundo, ainda com distintas manifestações nos contextos locais. A década de

²⁷ MASCARO, 2018a, p. 66.

²⁸ CORSI, Francisco Luiz. A Crise do Capitalismo Global. In: SANTOS, Agnaldo dos; CORSI, Francisco Luiz; CAMARGO, José Maragongi; VIERIA, Rosângela Lima (orgs.). **Crise do capitalismo global no mundo e no Brasil**. Bauru, SP: Canal6, 2013.

²⁹ HARVEY, 2016.

70 foi marcada pela emergência de profundas crises, a petrolífera, a fiscal, a de fundos e mercados, entre outras tantas possíveis de identificar³⁰.

A sobreposição dessas crises culminou em uma crise global, que implodiu as estruturas e o pacto político que sustentava o chamado Estado de Bem-Estar Social, que havia garantido uma certa adequação do processo de acumulação capitalista ao avanço da luta dos trabalhadores, em especial no campo da consagração dos direitos sociais.

Em contextos como esses, segundo a tese marxista, o acirramento da luta de classes também poderia representar oportunidades de profundas transformações sociais em prol dos trabalhadores³¹. De fato, a história comprova que cenários de crises conduziram a algumas tantas revoluções alastradas na luta popular³², e esse é um risco a qual as elites capitalistas não estavam e não estão dispostas a correr³³. Assim, houve, e há sempre, uma urgência muito grande desses mesmos atores em controlar a crise, com todos os recursos possíveis, inclusive – e talvez principalmente – os do próprio Estado. Afinal, a teoria crítica do e ao Estado nos aponta que essa “entidade moderna” serviu historicamente para mediar os interesses do sistema sócio reprodutivo em voga, o sistema capitalista³⁴.

Frente a crise estrutural da década de 70, as grandes corporações, os grandes bancos, os fundos de investimento e os governos dos países centrais estabeleceram rapidamente estratégias para a reestruturação do sistema, propagando um conjunto de valores e de medidas que se tornou conhecido como “neoliberalismo”. À época, o capital financeiro, que se reestruturava com força após a Grande Depressão (1930), redirecionou os gastos públicos com vistas a sustentar sua própria valorização, aproveitando-se de uma imensa desregulamentação financeira e da abertura das economias nacionais em crise³⁵.

³⁰ “crise de superprodução, crise do sistema financeiro internacional estabelecido em Bretton Woods, crise energética, crise do padrão tecnológico, crise do fordismo e crise de hegemonia dos EUA” (CORSI, 2013, p. 53) são alguns exemplos.

³¹ Ver MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: UNICAMP: Ensaio, 1990.; e HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

³² HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995a.

³³ Muito menos naquele período em que o mundo se encontrava polarizado com a presença da URSS (suposta ameaça vermelha) e logo após os levantes estudantis e de trabalhadores no final da década de 60 (que trouxeram novos elementos para o centro de discussão das lutas populares).

³⁴ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos (1818-1883)**. Seleção de textos de José Arthur Giannotti; Traduções de José Carlos Bruni et al.; 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. [Coleção Os Pensadores].

³⁵ CORSI, 2013, p. 54.

Pregou-se a redução máxima do papel regulador do Estado e garantidor dos serviços sociais, a tal exigência de um Estado mínimo, que, em realidade, reflete mais uma adaptação dos Estados às exigências das grandes corporações e do capital financeiro. Nas palavras de Milton Santos, “não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante³⁶”.

O resultado desse processo foi o esvaziamento da política no núcleo do Estado, e o seu consequente deslocamento para o mercado, o que tomou proporções muito maiores no marco da globalização. Com a abertura das economias nacionais o capital ganhou intensa mobilidade, ampliando as desigualdades sistêmicas entre centro e periferia³⁷, haja vista a ausência, nos Estados nacionais periféricos, de condições materiais de resistir as investidas do mercado global. Grande parte das economias periféricas ficaram à mercê dos movimentos especulativos³⁸. O Brasil, como grande parte da América Latina, se viu nessas circunstâncias após o período de “ouro” experienciado no seio de uma brutal ditadura militar, restando completamente subserviente ao capital estrangeiro no início da década de 90.

A dependência que se estruturou entre essas economias no “sistema-mundo”³⁹ sufocou a política local, dando protagonismo a atores externos nos centros de decisão, o que impossibilitou que os países periféricos caminhassem com políticas próprias para a defesa dos interesses e a garantia dos direitos da maioria de seus cidadãos. Na prática o mercado global impôs uma agenda de políticas socioeconômicas neoliberais a serem reproduzidas como modelo, acriticamente, pelos Estados nacionais.

Esse modelo é marcado pela reestruturação produtiva, pela hipertrofia da esfera financeira, pela concentração e centralização de capitais, por uma onda de privatizações generalizada, pelo desmantelamento dos serviços públicos, pelo fim da promessa do pleno emprego, pela desregulamentação da proteção social ao

³⁶ SANTOS, Milton. **Por outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. p. 66

³⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, v. 37, n. 17, p. 4-28, 2002.

³⁸ CHESNAIS, Francis. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

³⁹ Ver WALLERSTEIN, Immanuel Maurice *et al.* **La reestructuración capitalista y el sistema-mundo**. New York: Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, State University of New York at Binghamton, 1995.

trabalhador, pela emergência de políticas de caráter excepcional e, principalmente, pela flexibilização.

O neoliberalismo representa um novo regime do capital, um novo paradigma, qual seja, o da acumulação flexível, que avança por toda parte: “flexibilização da estrutura produtiva em relação ao território, flexibilização da organização da unidade de produção (que se fragmenta), flexibilização nas relações de trabalho, flexibilização e diversificação dos produtos, flexibilização dos mercados”⁴⁰ e evidentemente, flexibilização normativa. A demanda por leis mais flexíveis está intimamente ligada a esse processo, pois as crises e as mudanças do modelo socioeconômico impactam diretamente nas formas sociais, especialmente na *forma jurídica*⁴¹.

Aqui, nos interessa principalmente as afetações desse novo regime de “acumulação flexível” no mundo do trabalho, que se materializou como uma “agressão massiva”⁴² do capital contra o trabalho e a classe trabalhadora. Segundo Ricardo Antunes,

foi nesse contexto que o capital, em escala global, veio redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa. [...] Entre as distintas formas de flexibilização – em verdade, precarização – podemos destacar, por exemplo, a salarial, de horário, funcional ou organizativa. A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho⁴³.

As transformações que se deram no modelo de produção inviabilizaram a manutenção da forma do emprego, consolidando o desemprego crônico⁴⁴ que impõe – até hoje – a sujeição do trabalhador às novas regras ditadas pelo mercado de trabalho, sendo este, inclusive, levado a crer que a sua readequação é a medida

⁴⁰ MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015. p. 71.

⁴¹ PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. Boitempo Editorial, 2017.

⁴² MANDEL, 1990, p. 230

⁴³ ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 233-234.

⁴⁴ MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 17.

necessária ou ao menos inevitável para o desenvolvimento da sociedade em que vive⁴⁵.

O trabalho no mundo sem emprego foi obrigado a assumir novas versões, empurrando uma grande quantidade de trabalhadores para uma categoria um tanto aberta que se convencionou chamar de “informalidade”. De modo amplo, tudo aquilo que não se enquadrava nas formas convencionais de trabalho – com referência nos moribundos modelos fordista e taylorista – foi comprimido nesse conceito residual, desde novas formas de organização do trabalho, mais precárias, até as formas não regulares da atividade capitalista tradicional (sem *forma jurídica* ou contra a *forma jurídica*)⁴⁶. Assim a informalidade se transformou em um conceito polissêmico, reunindo uma gama de possíveis atividades laborais em diferentes relações de trabalho.

É importante notar que o fenômeno da informalidade, embora tenha ganhado maior repercussão no debate público e nas reflexões acadêmicas nesse período de avanços das medidas neoliberais, não pode ser considerado como uma inovação da época, haja visto que o trabalho informal foi um elemento constitutivo de diversas economias periféricas. Assim, para compreender a conformação do “setor informal” de trabalho em uma determinada nação é elementar se atentar ao tipo de acumulação do capital que se formou, segundo as suas singularidades históricas.

Diferente dos países centrais, edificados por meio da exploração do trabalho assalariado, o progresso de expansão e acumulação da sociedade brasileira se deu por meio de uma pavorosa estrutura escravocrata racista, marcada pela divisão racial do trabalho e pela coisificação de homens e mulheres não brancos. Ainda que não seja o centro dessa pesquisa racializar o debate, seria de uma imensa cegueira ou desonestidade intelectual não o fazê-lo, e essa é uma reflexão necessária para a compreensão da matéria.

O negro escravizado não era considerado uma pessoa humana em sua plenitude, logo, não era sujeito de direitos. Seu corpo podia ser alienado, vendido e comprado, explorado e violado. O escravo era incluído na sociedade pela sua

⁴⁵ ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; NUNES, Tiago de Garcia; CASTRO, Carla Appollinário de. Empreendedorismo Tupiniquim: notas para uma reflexão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1, 2002, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: CONINTER, 2002. p. 3.

⁴⁶ FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n; 41, p. 221-229, maio/ago. de 2004.

própria exclusão, e isso se torna perceptível na própria produção legislativa da época. Na maior parte do período colonial não havia codificação em relação a escravidão, mas apenas normativas esparsas (em sua maioria alvarás), de modo que os escravos eram indivíduos que careciam de regulação, não eram “pessoas legais”. A escravidão formou um complexo super heterogêneo, no qual os sujeitos se relacionavam dentro dessa informalidade e em uma estrutura extremamente diferenciada e hierarquizada⁴⁷, a exemplo dos libertos capitães do mato, na escravidão rural, e dos escravos de ganho e escravos de aluguel, na escravidão urbana.

A abolição – incompleta – da escravidão, não buscou alterar esse quadro, haja vista que “a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento podem representar momentos da adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista”⁴⁸. Desse modo, embora tenha ocorrido o reconhecimento dos ex-escravizados como sujeitos de direitos, atingindo, então, as condições de possibilidade para a construção de uma comunidade de homens livres, negros e negras se mantiveram com uma espécie de *subcidadania*⁴⁹ e foram relegados à um padrão de vida sem garantias e à uma intensa informalidade.

O golpe republicano, por sua vez, manteve o povo rechaçado pelas elites dominantes – a grande massa de libertos –, alienado de seus direitos. Somente com a refundação da República na Era Vargas é que, por uma necessária adequação das lutas dos trabalhadores ao processo de industrialização do país, se buscou garantir a inclusão dessa imensa massa de indivíduos a um corpo cidadão por meio da forma (tutela jurídica) do trabalho, não sendo um exagero afirmar que a carteira de trabalho foi o nosso primeiro e, até recentemente, um dos mais simbólicos títulos de cidadania⁵⁰.

⁴⁷ Ainda que os padrões de relações entre pessoas livres e escravos não fosse de absoluta separação. Ver SCHWARCZ, L. M. Pela história: um país de futuro ou branqueado. In: SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

⁴⁸ ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. p. 184.

⁴⁹ SOUZA, Jessé. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”? **Lua Nova**, n. 59, p. 51-73, 2003.

⁵⁰ PILATTI, Adriano. Constituintes, Golpes e Constituições: os caminhos e descaminhos da formação constitucional do Brasil desde o período colonial. In: GOMES, M. E. (org.). **A Constituição de 1988, 25 anos: a construção da democracia & liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da Constituinte**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

Ainda assim, a despeito de uma codificação/regulamentação das relações sociais de trabalho, grande parte dos trabalhadores se manteve na informalidade, até mesmo trabalhadores assalariados foram forçados a aceitar condições “ilegais” em trabalhos, em tese, formais ou a complementar suas rendas em atividades extras⁵¹⁵².

Esse é um ponto que nos localiza nesse debate. Enquanto o “setor informal” se apresentava como uma válvula de escape para o excedente de mão de obra em períodos de abalos sistêmicos nos países centrais – isso é, mera garantia de subsistência de trabalhadores temporariamente excluídos do mercado de trabalho –, este sempre esteve presente e foi amplamente explorado em nossa economia periférica. Como bem elucida Maria Augusta Tavares, “no Brasil [...] a dualidade e a heterogeneidade do mercado de trabalho são problemas histórico-estruturais”⁵³.

Sem se atentar para essas questões, as teorias da modernização e da marginalização, que se propagaram ainda no início da década de 70, cometeram o equívoco de associar a existência de um “Setor Informal” – entendido como arcaico/atrasado – ao processo de industrialização tardia dos países periféricos, em contraposição ao dito “Setor Formal” – entendido como moderno/avançado – próprio dos países centrais. Segundo essas teorias, a mão de obra alocada na informalidade seria introduzida no mercado de trabalho formal na medida em que os países periféricos atingissem um outro patamar de desenvolvimento⁵⁴. No

⁵¹ Essa condição histórica da informalidade no Brasil e em outros países da América Latina fizeram com que Lautier afirmasse que a diferença substancial desta para com a informalidade europeia se encontraria em uma “cidadania não assalariada” típica dos países periféricos, visto que os titulares dos direitos políticos nessas sociedades não eram de fato trabalhadores assalariados. Ver LAUTIER, Bruno. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Caderno CRH**, v. 6, n. 18, 1993.

⁵² Nesse sentido, importa mencionar nessa pesquisa que, no governo de Vargas, o próprio comércio ambulante será objeto pela primeira vez de legislação federal, por meio do Decreto-Lei n.º 2.041/40, estabelecendo no Parágrafo único do seu 1º artigo que a licença da autoridade competente para o exercício da camelotagem só será concedida ao cidadão que apresente carteira profissional emitida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

⁵³ TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in) visíveis da produção capitalista. **Revista outubro**, v. 7, p. 49-60, 2002.

⁵⁴ Conforme explica Oliveira e Santos: “Em síntese, a “teoria da modernização”, balizada no entendimento de que os países subdesenvolvidos tinham economias polarizadas - por um setor avançado e de ponta sucedido da recente industrialização, e, por outro lado, um setor de atividades bastante atrasadas, compostas por migrantes internos -, defendia que a informalidade é um processo transitório e seria superada quando os países saíssem da condição de subdesenvolvimento. A “teoria da marginalidade”, diante das dificuldades de superação do subdesenvolvimento pelos países periféricos, defendia a tese de que certos grupos de trabalhadores seriam inseridos precária e marginalmente, em longo prazo, no mercado de trabalho, em virtude de alguns fracassos do desenvolvimento acelerado dos países de industrialização tardia”. SANTOS, Hudson S. dos;

entanto, com a reestruturação do capital e o avanço das políticas neoliberais, a tendência se mostrou contrária e a informalidade se expandiu no mundo inteiro.

Nesse sentido, embora parta de outra matriz teórico-metodológica, é muito interessante a provocação colocada pelo sociólogo e economista Bruno Lautier, ao rechaçar a noção de “setor informal”⁵⁵, haja visto que as relações informais de trabalho não estão à margem do capital, ao contrário, o próprio desenvolvimento histórico das estruturas capitalistas movimenta essas contradições, de modo que o tamanho, a forma e as características da informalidade estão condicionadas a própria dinâmica do processo de acumulação de capital. O mesmo autor afirma ainda a importância de discutir a informalidade, na medida em que não é só um fenômeno do presente, mas também do futuro, segundo as próprias tendências dos países ditos “desenvolvidos”⁵⁶. Nesse ponto, a aposta parece certa.

Ainda no final da década de 90, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional passaram a recomendar a expansão do setor informal como uma contra tendência ao desemprego, complementar às políticas de proteção social para os extremamente pobres⁵⁷. No Brasil, segundo a análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada por Castro, do início da década de 90 até meados dos anos 2000, a taxa de ocupação na informalidade oscilava próxima a 50%, isto é, quase metade dos trabalhadores brasileiros ocupados declaravam empregar a sua força de trabalho fora da clássica forma do “emprego”, em sua maioria negros⁵⁸.

No mesmo período proliferou-se, por parte dos reformadores (neo)liberais, o apelo a uma “razão empreendedora”⁵⁹, buscando resgatar a argumentação “schumpeteriana” – do início do século XX – em torno da figura heroica do empreendedor, embora a estrutura transnacional do capital, a interdependência dos mercados, os grandes conglomerados empresariais e a desregulamentação social, forças elementares nesse novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, já não

OLIVEIRA, Márcia C. S. de. Trabalho informal no Brasil: uma questão de “opção”? **Revista Vox**, n. 05, p. 27-40, 2018.

⁵⁵ LAUTIER, Bruno; MIRAS, Claude de; MORICE, Alain. **L'État et l'informel**. Paris: L'Harmattan, 1991.

⁵⁶ LAUTIER, Bruno. **L'économie informelle dans le tiers monde**. 2. ed. Paris: Éditions La Découverte, 2004. p. 110.

⁵⁷ TAVARES, 2002, p. 49

⁵⁸ Ver CASTRO, Carla Appollinario de. **Crítica à razão empreendedora**: a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, 2013.

⁵⁹ Ibid.

permitisse o sucesso de iniciativas individuais de pequenos e médios portes⁶⁰. O discurso do poder público priorizou fomentar a entrada das pessoas no mercado de circulação de produtos e serviços, na forma de pseudoempreendedores, ao passo que defendeu a precarização do trabalhador assalariado.

Nesse contexto, a repaginação do empreendedorismo criou uma nova figura, pautada na valorização do autoemprego, que poderíamos chamar de “emprecário”. Sobre o tema, vale reproduzir *ipsis litteris* as palavras de Luciano Vasapollo:

As novas figuras do mercado de trabalho, os novos fenômenos do empreendedorismo, cada vez mais se configuram em formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, precarizado, instável, trabalho “autônomo” de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado⁶¹.

Em busca de consolidar esse *ethos* empreendedor, o discurso capitalista incorporou, inclusive, expressões forjadas nas lutas sociais dos anos 60, dando-lhes sentido completamente diverso, como foi com o “cooperativismo”, o que resultou em uma proliferação de cooperativas falsas⁶², também chamadas de *cooperfraude* ou *coopergato*⁶³, em um modelo totalmente distante da proposta autogestionada, participativa e horizontal das cooperativas tradicionais. No Brasil, nos primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, foram realizadas alterações na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) a fim de permitir que cooperativas e cooperados prestassem serviços a empresas sem configurar qualquer vínculo empregatício – mais um mecanismo para a exploração da força de trabalho alheia.

Ainda como reflexo da reestruturação produtiva – decorrente da crise de superprodução que deslocou a atribuição de valor ao capital para o mercado ficto –, para além da propagação de trabalhos precários, formou-se também uma enorme massa de “inempregáveis”, completamente descartáveis sob o ponto de vista da nova divisão social do trabalho, e que já não mais cumpririam, na perspectiva

⁶⁰ BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. In: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (orgs.) **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 79-98.

⁶¹ VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 10.

⁶² ANTUNES, 2009.

⁶³ BARBOSA, 2007.

marxista, a função de “exército industrial de reserva”⁶⁴. Segundo Leonel Alvim, Tiago Nunes e Carla Appollinario de Castro:

Verifica-se que os “inempregáveis”, com o advento da incessante renovação tecnológica que desaloja imensos contingentes de indivíduos do mundo da produção, não servem mais como exército industrial de reserva e, assim, passaram a formar um contingente significativo de pessoas para as quais não há lugar tradicional (no sentido de emprego formal, regular, pago e com todos os direitos sociais) no sistema produtivo do capitalismo tardio⁶⁵.

Nem mesmo o respiro dado pelo avanço de forças progressistas no início do século XXI, em especial naquilo que ficou conhecido como “onda rosa” na América Latina serviu para inverter esse quadro, pelo contrário⁶⁶. Embora alguns autores tenham discutido um possível período “pós-neoliberal” nessa região⁶⁷, entusiasmados com a associação de políticas sociais e redistributivas a estratégias de desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas, o que se percebeu foi muito mais um neoliberalismo resiliente, no qual esses países seguiram subordinados aos fluxos do mercado global.

Mais uma vez a interdependência de mercados e a subordinação ao capital financeiro formaram uma barreira para reformas estruturais e/ou rupturas que pudessem garantir a emancipação dos trabalhadores – embora países como Venezuela, Equador e Bolívia tenham tomado medidas muito mais contundentes, tanto do ponto de vista econômico, como jurídico constitucional, na busca de dar novos sentidos ao Estado.

No Brasil, nos primeiros mandatos no qual o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do Executivo e com forte apoio do legislativo – governando à base de uma coalizão embebida de contradições – houve uma série de avanços do ponto de vista

⁶⁴ Marx afirmou que o excesso de população marginalizada, esse contingente da superpopulação relativa, seria não só produto, mas também alavanca da produção capitalista, na medida em que serviria para manter o trabalhador vulnerável e submisso às condições de sua exploração, bem como forneceria substrato de mão-de-obra para a expansão da produção. Porém, com a perda da centralidade do trabalho, essa massa marginal não só perdeu sua função no sistema capitalista, como passou a ser um estorvo para os movimentos de expansão do capital. Ver em SOUZA, Davisson de. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 2, 2005.

⁶⁵ ALVIM; NUNES; CASTRO, 2002, p. 13-14.

⁶⁶ BALESTRO, Moisés; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, 2019. p. 45.

⁶⁷ Ver BOSCHI, Renato. **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011; e DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

social, efetivando vitórias políticas “dos debaixo”, mas fortalecendo, dialeticamente, as relações sociais de exploração destes pelos “de cima”⁶⁸.

Não nos cabe aqui destrinchar todas essas contradições, não estranhas à “autonomia relativa” que o Estado mantém do mercado⁶⁹, mas sim assinalar em especial que houve uma adequação de diferentes políticas, tanto de bem-estar social, como neoliberais, na regulação do trabalho. A exemplo, se de um lado se implementou uma política de valorização real do salário mínimo, a inclusão de trabalhadoras domésticas na proteção social do trabalho e incentivos para o reaquecimento de setores econômicos estratégicos para a geração de empregos, por outro lado se permitiu uma indigna reforma previdenciária em desfavor dos trabalhadores, uma série de recuos na proteção trabalhista do servidor público e um o reforço da ideologia empreendedora.

Uma expressiva fatia dessa massa de trabalhadores informais a que estamos nos referindo ganhou uma nova alcunha, uma forma jurídica para chamar de sua, no governo petista: trata-se da figura do Microempreendedor⁷⁰. Grande parte do arcabouço jurídico para o “novo empreendedor” advém justamente desse período, estimulando a regularização de trabalhadores autônomos e garantindo-lhes alguns direitos, entretanto nem todas essas normas vieram com vistas a proteger o trabalhador, cada vez mais precarizado. Um bom exemplo é a realizada fixação do pagamento dos benefícios previdenciários ao salário mínimo e não ao rendimento integral declarado por esses trabalhadores autônomos.

Não se pretende aqui reproduzir uma crítica esvaziada atribuindo equivalência aos governos de Lula-Dilma (2003-2016) e do antecessor Fernando Henrique Cardoso (FHC/1995-2002) na condução e execução de políticas neoliberais, e muito menos em relação ao governo sucessor, tendo como o clímax desse processo de neoliberalização a entrada de Paulo Guedes no Ministério da Economia em 2019. Mas de perceber que no período de governo petista não houve

⁶⁸ A esse fenômeno Chico de Oliveira chamou de “hegemonia às avessas”. O debate também foi travado por outros sociólogos críticos como Ruy Braga e Carlos Nelson Coutinho e mereceu uma coletânea de artigos científicos para tratar do tema. Ver OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2015; e RIZEK, Cibebe Saliba; OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁶⁹ Ver HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

⁷⁰ Instituída pela Lei Complementar n.º 128, de 19/12/2008, editada durante o governo Lula e alterada durante o governo Dilma, pela Lei Complementar n.º 139, de 10/11/2011, em vigor desde janeiro de 2012

efetivamente ruptura com o ideário neoliberal em si⁷¹, houve, ao contrário, uma certa aceitação de que o processo de precarização do trabalho seria inevitável.

Em que pese todas as intenções políticas – positivas para uns, negativas para outros – um dado da realidade é que a população empregada em trabalhos precários e em serviços autônomos se expandiu (ao menos sob o ponto de vista da notificação desses trabalhadores), sendo possível confirmar essas afirmações por meio da análise da PNAD contínua promovida pelo IBGE. O que levou teóricos críticos brasileiros a dissecarem o período lulista na transformação da classe trabalhadora, como Ruy Braga ao teorizar sobre o precariado⁷² ou André Singer ao mobilizar a categoria de subproletariado⁷³.

Mas a aceleração desse processo de neoliberalização parece ter se dado a partir dos efeitos globais da crise de 2008. A crise de mercados que se deu nessa virada de década, que tem seu marco mais popular o *crash* da bolha imobiliária norte-americana, afetou duramente o ciclo de *boom* das commodities e recolocou o conflito distributivo no centro do debate. Pois,

com a queda dos excedentes das exportações de commodities valorizadas, a macroeconomia baseada na poupança externa com câmbio valorizado e taxas de juros elevadas não podia mais coexistir com a expansão dos gastos sociais e aumento real do salário mínimo⁷⁴.

Segundo Wolfgang Streeck,

A atual crise financeira, orçamental e econômica é [...] o ponto alto, até o momento, da longa transformação neoliberal do capitalismo do pós-guerra. A inflação, o endividamento público e o endividamento privado constituíram, durante algum tempo, recursos de emergência que permitiram à política democrática manter a aparência de um capitalismo de crescimento com progresso material igual para todos ou até com uma redistribuição progressiva de oportunidades de mercado e de vida do topo para a base. Esses recursos esgotaram-se todos, um após outro, e tiveram de ser substituídos por outros recursos de emergência, quando, passada cerca de uma década de utilização extensiva de cada um deles, os beneficiários e gestores do capital começaram a considera-los caros⁷⁵.

⁷¹ BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo Moreira; e KELLER, Rene José. Contrarreforma Neoliberal do Estado e Imobilismo Social no Brasil: Trabalho Flexível Pós-Golpe de 2016. In: CUNHA, José Ricardo (org.). Teorias críticas e crítica ao direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. v. 2. p. 265.

⁷² Ver BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2015. BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2017; RIZEK; OLIVEIRA; BRAGA, 2015.

⁷³ SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷⁴ BALESTRO; MONTEIRO, 2019, p. 47.

⁷⁵ STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 171.

A crise econômica provocou uma crise da forma política dos Estados, impondo, novamente, uma agenda neoliberal profundamente severa, por meio de estratégias dentro e fora das “regras do jogo” democrático. O crescente apelo as estratégias de derrocada de democracias, de intervenções militares, de golpes jurídico-institucionais e de governos de espoliação desenfreada chocaram o mundo todo, levando pensadores críticos e liberais a diagnosticarem a decadência da democracia⁷⁶.

No Brasil, tentativas de fazer da crise uma “marolinha”, por meio da ampliação e do fortalecimento do mercado interno, sucumbiram, desencadeando um processo conflitivo e convulsionante na economia, na política e na sociedade, marcado por eventos importantes como as manifestações de junho de 2013, a dura polarização das eleições presidenciais de 2014, o avanço persecutório da Operação Lava Jato sobre a política, em especial sobre figuras do Partido dos Trabalhadores, o golpe jurídico-parlamentar representado pelo *impeachment* da Dilma Rousseff em 2016, o “pacote de maldades” representado pelo choque de austeridade fiscal introduzido por Temer, a prisão comprovadamente ilegal do ex-presidente Lula, a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 e a implementação de uma agenda puramente neoliberal capitaneada por Paulo Guedes⁷⁷. E o país ainda segue convulsionando, apesar das esperanças depositadas na recente vitória do Partido dos Trabalhadores na eleição presidencial de 2022.

E, evidentemente, nos ciclos da crise brasileira, quem vem “pagando o pato” (símbolo utilizado nas manifestações *pró-impeachment* de Dilma) são aqueles localizados nos estratos inferiores da sociedade, a sua base. Corretas estavam as militâncias alvoroçadas que denunciaram que “o golpe foi no trabalhador”. Diante da crise, a narrativa dominante alegou ser preciso “cortar na carne”, e, assim, ao lado de números relativos ao desenvolvimento e índices de produção, as vidas de

⁷⁶ Ver CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018; e LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁷⁷ O Programa de Bolsonaro e Guedes nas eleições de 2018 declarava abertamente o seu viés neoliberal, com medidas como i) redução da dívida pública por meio de privatizações, concessões e venda de propriedade imobiliária da União; ii) introdução gradativa do modelo de previdência de capitalização; iii) educação voltada para o empreendedorismo; iv) instituição de programa de renda mínima, seguindo o ditame do Imposto de Renda Negativo, de Milton Friedman; v) “carteira de trabalho verde e amarela”, em que o contrato individual se sobrepõe à norma trabalhista da Consolidação das Leis Trabalhistas (prevalência do negociado sobre o legislado). Ver BOLSONARO, Jair Messias. **O Caminho da Prosperidade: propostas de plano de governo**. Brasília, DF: [s. n.], 2018.

inúmeros cidadãos vêm sendo sopesadas em balanças, quase que traduzidas em recursos contábeis. Assistimos, ao longo dos últimos anos, a uma corrida institucional para aprovar pacotes de “deformas” legislativas com vistas a adequar a forma jurídica à exigência de maior flexibilização, ou, mais diretamente, de precarização do trabalho.

Ao lado da Reforma trabalhista (Lei Federal nº 13.467/2017), da Reforma Previdenciária (aprovada por meio da PEC nº 6/2019) e da Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020) ainda em andamento, o próprio Judiciário cedeu ao mercado parte do sistema de proteção ao trabalho humano – e não só conferindo constitucionalidade a essas absurdas retiradas de direitos trabalhistas, como atuando para aprofundá-las. Para citar alguns exemplos, temos o julgamento da ADPF 324 e do RE 958.252-MG, no qual foi autorizada a terceirização das atividades fins. Posteriormente, no julgamento do RE 693.456-RJ, o STF deliberou, com repercussão geral, que a Administração Pública tem o dever, e não mera faculdade, de cortar o ponto de servidores grevistas.

Acerca do principal marco de decadência das tradicionais formas de proteção social do trabalho, a Reforma Trabalhista, vale reproduzir as palavras do historiador João José Reis:

A recentíssima reforma trabalhista causa temor a quem entende do assunto. Segundo o auditor fiscal do trabalho Luís Alexandre Farias, “as mudanças criam condições legais e permitem que a legislação banalize aquelas condições que identificamos como trabalho análogo ao escravo”. E a respeito do princípio do negociado sobre o legislado, o procurador do MPT [Ministério Público do Trabalho] Maurício Ferreira Brito, que encabeça a Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, advertiu sobre o perigo da escravidão voluntária: “A depender do que se negocie”, ele alertou, “você pode legalizar práticas do trabalho escravo”. Seria uma graça que esse procurador fosse tão ouvido quanto os de Curitiba. Faltou falar da licença agora dada ao capital para empregar a mulher gestante em ambientes insalubres. Não me convencem as ressalvas da lei: se isso não é trabalho degradante, o que mais será? Sobre a reforma trabalhista aceitem um exercício de imaginação pessimista. Não resisto a comparar o “trabalho intermitente” ali contemplado com o sistema de ganho ou de aluguel nas cidades escravagistas: no primeiro caso, o senhor mandava o escravo à rua para alugar ele próprio a sua força de trabalho; no segundo o senhor escolhia um locatário. Circulava o escravo ao ganho ou de aluguel entre um e outro e mais outro empregador, como cumprirá fazê-lo o trabalhador intermitente do novo Brasil. Um professor, por exemplo, poderá, como autônomo intermitente, servir em vários estabelecimentos de ensino, um dia num, no dia seguinte mais um, depois ainda outro. Nascerá, assim, o professor ao ganho. Some-se a recente Lei da Terceirização e alcançamos o quadro quase completo de precarização radical do trabalho. A terceirização agora vale para atividades fins. Ainda no setor do ensino, empresas que antes limitavam-se a fornecer empregados para atuar na segurança ou na limpeza poderão doravante oferecer professores a escolas, faculdades e

universidades, e fazê-los circular de acordo com a demanda do mercado. Nascerá, então, o professor de aluguel⁷⁸.

Não obstante os ataques frontais aos direitos dos trabalhadores, foi na intensificação desse processo que o governo federal se direcionou ao próprio trabalhador com as seguintes palavras “não pense em crise, trabalhe!” – pronunciamento realizado por Temer tão logo assumiu a presidência e espalhado por *outdoors* pelo Brasil⁷⁹.

Pior ainda foi a tentativa fracassada do governo Bolsonaro ao lançar a Carteira Verde a Amarela, através da Medida Provisória nº 950, em novembro de 2019. O programa, que esteve vigente por tão só 5 (cinco) meses, pretendia criar “subempregos”, com uma contundente retirada de direitos do trabalhador, divulgada como “redução de encargos trabalhistas” aos empregadores.

Tudo isso ocorreu em meio a uma proliferação de novas formas de trabalho mediadas por plataformas digitais transnacionais, num processo que vem sendo popularmente chamado de *uberização*⁸⁰. A captura do poder econômico daquilo que surgiu inicialmente como uma economia do compartilhamento⁸¹ criou um intenso processo de precarização do trabalho, no qual o trabalhador exerce atividades por sua própria conta e risco, usando dos seus próprios meios, sem qualquer relação empregatícia e amparo legal, repassando expressiva parte dos seus ganhos para as plataformas digitais.

Nesse novo cenário do mundo do trabalho é possível se deparar com a seguinte cena: um cidadão pede uma pizza em um restaurante X, por meio do aplicativo Y, de modo que a entrega é realizada por um jovem trabalhador, que aluga uma bicicleta elétrica da empresa Z. Nesse exemplo, bem frequente no cotidiano hodierno, o jovem trabalhador não possui vínculo com nenhuma das três empresas que auferem mais-valia de seu labor, não há qualquer encargo trabalhista, nenhuma proteção social. Vale ainda mencionar que, apesar do debate público sobre o tema dar maior centralidade aos motoristas e entregadores de aplicativos, hoje há

⁷⁸ REIS, João José. Comunicação Particular, 23 de julho de 2017 apud BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. Boitempo Editorial, 2017.

⁷⁹ GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. “Não pense em crise, trabalhe”: o jogo da história na trama da língua. **Fórum Linguístico**, v. 15, n. 1, p. 2891-2902, 2018.

⁸⁰ Sobre o tema ver ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

⁸¹ Sobre o tema ver SLEE, Tom. **Uberização: A nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

uma enorme pluralidade de trabalhadores “conectados” e explorados por meio das plataformas digitais, como faxineiras, corretores e até professores.

Assim, em um processo de dismantelamento das garantias sociais e de políticas econômicas que permitam o encarecimento da vida, só restou ao morto de fome, aquele que ficou sem condições mínimas de subsistência, vender a sua força de trabalho e tudo aquilo que tiver agregado no seu capital humano da forma que for possível⁸². No mundo sem emprego resta apenas o trabalho degradado e degradante.

Para se ter uma ideia do tamanho do mercado informal nos tempos contemporâneos, as primeiras estimativas globais, publicadas pela OIT em 2018, apontaram que 61% de todos os trabalhadores (cerca de 2 bilhões de indivíduos) estão empregados informalmente⁸³. No Brasil, no ano de 2021, o Portal do Empreendedor – página oficial do governo – declarou que o Brasil ultrapassou a marca de 10 milhões de MEIs (microempreendedores individuais)⁸⁴, e, segundo a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no trimestre até agosto de 2022, os trabalhadores informais bateram o recorde de 39,307 milhões de cidadãos precarizados (incluindo trabalhadores autônomos, trabalhadores do setor privado sem carteira assinada e trabalhadores não remunerados), superando a marca de trabalhadores ocupados do mercado formal⁸⁵.

A reestruturação produtiva que se deu, tanto como causa, como consequência das crises do final do século XX e início do século XXI, abalaram a tal ponto as relações sociais de trabalho, que grande parte da economia política e da sociologia do trabalho deram a sentença de morte as teses marxistas.

⁸² Sobre esse tema são interessantes e ousadas as provocações colocadas pelo Comitê Invisível sobre o fim do trabalho e a exigência de expansão do mercado para todos os níveis da vida, os novos mortos de fome seriam aqueles que, incapazes sequer de vender a sua força de trabalho ou mesmo de subsistir com ela, seriam obrigados ou induzidos a vender tudo que lhe pertencem, inclusive a si mesmo como objeto do consumo, transformando o mesmo indivíduo em produtor, comerciante e produto. Ver COMITÊ INVISÍVEL. **Motim e destituição agora**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

⁸³ ILO. **Women and men in the informal economy: a statistical Picture**. 3. ed. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang-en/index.htm. Acesso em: 03 mar. 2023.

⁸⁴ BRASIL. Governo Federal. **Estatísticas do Portal do Empreendedor**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 03 mar. 2023.

⁸⁵ IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNADC). Rio de Janeiro: IBGE, 3º trimestre de 2022. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421> Acesso em: 14 out. 2022.

Não obstante, se buscamos compreender essas relações a partir de sua materialidade e de seu contexto histórico, em vez de tentar meramente realizar a subsunção da realidade em conceitos teóricos, percebemos que ainda estamos diante da lei fundante do modelo de produção capitalista: “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista”⁸⁶.

Conforme preleciona a tese marxista – e as suas múltiplas derivações – a força de trabalho transformada em mercadoria é a única que, quando consumida, produz valor, logo, apesar da obsolescência da forma emprego, o capital não se sustenta sem o trabalho⁸⁷, ainda que a reestruturação produtiva, em tempos de financeirização sem fronteiras e expansão das tecnologias de automação e informatização tenha criado a ficção de que o trabalhador é um mero coadjuvante na economia contemporânea. Mas ainda é sobre o “trabalho” e a sua exploração que se instaura o conflito, e a principal mudança se encontra em realidade no abandono da forma “assalariada” de trabalho. Isso implica nos esforços teóricos em atualizar (ou mesmo salvar) a teoria do valor marxista, ampliando a noção de trabalho produtivo para além do trabalho nos moldes industriais tradicionais ou ao menos justificar a agregação de valor indireta ao capital no trabalho contemporâneo, o que implica em observar uma nova morfologia do trabalho em nossa sociedade⁸⁸.

1.2 A rua como o espaço de “se virar”: o trabalho ambulante no Rio de Janeiro

Como observamos, a chamada “economia subterrânea”, fundada no marco desse quase-conceito que é a informalidade, tem exercido papel fundamental na economia brasileira. É justamente nesse quadro que encontramos o setor do comércio ambulante, atividade socioeconômica que garante o sustento de muitas famílias do nosso país.

⁸⁶ TAVARES, 2002, p. 50.

⁸⁷ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins fontes, 1983.

⁸⁸ ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, 2015.

A “camelotagem” é uma prática antiga nas cidades brasileiras, presentes desde o tempo da escravidão, exercida historicamente por pessoas negras (pretas e pardas) e em condição de subalternidade e/ou vulnerabilidade social, a exemplo das emblemáticas negras de tabuleiro, retratadas em pinturas do período colonial, como do pintor francês Jean-Baptiste Debret ou, posteriormente, dos trabalhadores ambulantes livres retratados nas famosas imagens do fotógrafo franco-brasileiro Marc Ferrez no início do século XX.

O reconhecimento da profissão no âmbito jurídico-legal (no direito positivo) também já pode ser considerado antigo, apesar da escassez de direitos garantidos à categoria até os dias atuais. A profissão é reconhecida no cenário nacional desde a década de 1940 pelo Decreto-Lei nº 2.041. Mas somente em 1978, em meio a ditadura militar, os comerciantes ambulantes foram incluídos e classificados, ainda que precariamente, para fins trabalhistas e previdenciários, por meio da promulgação da Lei Federal nº 6.586.

No entanto, as relações do poder público com o comércio ambulante sempre foram conflitivas. No Rio de Janeiro, ainda na década de 1920, em meio a primeira profunda (e violenta) reforma urbana da cidade carioca, o comércio ambulante tornou-se motivo de preocupação para o governo de Pereira Passos, melhor dizer, um obstáculo para os interesses das elites mediados pela sua governança, e foi objeto de legislações municipais que visavam deslocar esses trabalhadores das ruas aos mercados populares, bem como estabelecer normas de condutas rígidas para o exercício da atividade⁸⁹.

Para os objetivos dessa pesquisa, demarcamos um recorte temporal para analisar o trabalho ambulante a partir da década de 90, período de uma profunda neoliberalização da cidade carioca e quando ocorreram, segundo o Movimento Unido dos Camelôs, dois marcos importantes para compreender os conflitos dos camelôs no Rio de Janeiro: a promulgação da Lei Municipal nº 1.876/92, que regula a atividade comercial ambulante na cidade, e da Lei Municipal nº 1.887/92, que instituiu a Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Hildete Pereira de Melo e Jorge Luiz Teles, em artigo premiado no Prêmio Brasil de Economia 1999, conferido pelo Conselho Federal de Economia

⁸⁹ Ver BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX.** (1953) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992; BONAN, 2017.

(Cofecon), buscaram observar o comércio ambulante no Rio de Janeiro nesse período. O trabalho, vinculado às pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), evidenciou que durante a década de 90 houve um avanço das atividades ligadas à economia informal, que pôde ser comprovado empiricamente não como um mero fenômeno transitório em nossa sociedade, mas sim como uma tendência de alta. Os autores demonstraram que houve nesse período um lento processo de esvaziamento econômico, no qual a participação dos ambulantes na taxa de ocupação teve um crescimento considerável, enquanto a população economicamente ativa (PEA) e população ocupada (PO) regional tiveram as menores taxas de expansão de todas as regiões metropolitanas⁹⁰.

O primeiro obstáculo desta pesquisa foi de realizar um mapeamento atual do trabalho ambulante no país e na cidade carioca. Para tanto, mergulhamos nos dados estatísticos disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNADC) do IBGE, porém, nos deparamos com a dificuldade de extrair os números exatos. Ocorre que tal ofício é exercido em diferentes versões de atuação, e os trabalhadores ambulantes se identificam em diversos agrupamentos de atividades (como “comércio”, “alimentação”, “trabalho em vias públicas”, entre outros). Tampouco é possível tomar em consideração a totalidade de trabalhadores em vias públicas como camelôs, pois nesse agrupamento se encontram declarações de outros trabalhadores como pedreiros e catadores. Como os trabalhadores ambulantes formam uma categoria extremamente fragmentada, em seus modos e meios de trabalho, há uma pulverização dos dados na pesquisa, sendo necessário o aprofundamento dos microdados para chegar a um resultado mais fidedigno.

Segundo o jornal O Globo, o IBGE, ao realizar a análise dos microdados da PNADC divulgada no primeiro trimestre de 2018, apontou que cerca de 200 mil novos ambulantes passaram a disputar as calçadas dos centros urbanos brasileiros somente entre 2014 e 2017, quando o número de brasileiros(as) ganhando a vida nas ruas chegou a 1,7 milhões⁹¹. Por sua vez, o periódico online da Rede Brasil Atual divulgou informações do IBGE de que só em 2019 houve um aumento de 12,1% na quantidade de pessoas que trabalham em vias públicas, chegando à marca

⁹⁰ MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. **Serviços e informalidade**: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. [Texto para discussão n.º 773].

⁹¹ COSTA, Daiane. Crise empurra mais 200 mil pessoas para o trabalho na rua. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-empurra-mais-200-mil-pessoas-para-trabalho-na-rua-22678103>. Acesso em: 03 mar. 2023.

de 2,3 milhões de brasileiras/os, ressaltando o crescimento expressivo no segmento do comércio ambulante⁹².

Já a Folha de S. Paulo buscou observar, a partir de informações cedidas pelo IBGE e pelos relatórios de pesquisa do banco de investimento *Credit Suisse*, o crescimento de trabalhadores ambulantes apenas no setor da venda de alimentos, divulgando que, em janeiro de 2018, haveria pelo menos meio milhão de trabalhadores ocupados somente com a gastronomia de rua, impactando diretamente na redução (ou no mascaramento) da taxa de desemprego⁹³.

A percepção da expansão da atividade comercial ambulante nas cidades brasileiras, em especial nos últimos anos, já é um lugar comum, percebida ao olho nu por quem vive nos centros urbanos. E embora seja difícil precisar o tamanho do comércio ambulante, podemos indicar, com base nos dados apresentados, o seu aumento. E, apesar das oscilações no crescimento da população ocupada no mercado informal da década de 90 para os dias atuais⁹⁴, o que podemos observar é que o comércio ambulante seguiu mantendo uma tendência de alta⁹⁵.

Hoje a região metropolitana do Rio de Janeiro concentra uma grande legião de camelôs. De acordo com informações prestadas pelo IBGE ao jornal O Globo, até o primeiro trimestre de 2018 já se contabilizavam 145 mil trabalhadores ambulantes no estado fluminense, concentrados principalmente na capital e nos seus arredores⁹⁶. Já a Gênero e Número apontou que o estado do Rio de Janeiro é o

⁹² 'NOVO' mercado tem cada vez mais pessoas trabalhando em veículos, ambulantes e entregadores. **Rede Brasil Atual**, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/novo-mercado-tem-cada-vez-mais-pessoas-trabalhando-em-veiculos-ambulantes-e-entregadores/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

⁹³ CUNHA, Joana. Meio milhão de brasileiros vendem comida na rua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jan. 2018. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1948561-meio-milhao-de-brasileiros-vende-comida-na-rua.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2023.

⁹⁴ Em especial entre meados da década de 2000 à meados da década de 2010. Ver PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade Ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108928>. Acesso em: 03 mar. 2023.

⁹⁵ Importante considerar que os anos de 2020 e 2021 foram principalmente abalados pela pandemia da Covid-19 e a imposição de medidas sanitárias de esvaziamento do espaço público, interferindo na declaração de muitos trabalhadores ambulantes, que passaram a se declarar desocupados no período, pois estavam impossibilitados de exercer suas atividades. O crescimento de trabalhadores em vias públicas, nas estatísticas da PNADC do IBGE, volta a aparecer em meados de 2021 e se torna mais expressivo em 2022, retomando a tendência anterior à pandemia.

⁹⁶ COSTA, Daiane. Crise empurra mais 200 mil pessoas para o trabalho na rua. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-empurra-mais-200-mil-pessoas-para-trabalho-na-rua-22678103>. Acesso em: 03 mar. 2023.

que possui a maior concentração de trabalhadores ambulantes do país, representando 9,14% de todo o comércio ambulante brasileiro⁹⁷.

Na cidade do Rio de Janeiro, local onde o trabalho ambulante, em suas mais variadas versões, compõe uma cena historicamente comum no cotidiano urbano⁹⁸, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, declarou à esta pesquisadora o ínfimo número de 9.601 trabalhadores ambulantes com a autorização formal para a atividade (com a devida incidência da Taxa de Uso de Área Pública - TUAP)⁹⁹, sendo essas vagas limitadas pelo próprio poder público, segundo decisões de planejamento e controle urbano por parte das secretarias municipais incumbidas.

No ano de 2017 foi divulgada uma pesquisa inédita da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ), encomendada pelos sindicatos do comércio do município, que apontou a existência de 39,3 mil trabalhadores ambulantes sem autorizações nas ruas da cidade¹⁰⁰, o que nos ajuda a ter uma noção do tamanho real do comércio ambulante no município do Rio de Janeiro.

Se consideramos os dados acima e somamos os camelôs com e sem autorização para o exercício legal da atividade, o número se aproxima da estimativa do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) – sujeito coletivo que encarna e protagoniza os conflitos que são objetos desta pesquisa – que coloca na casa dos 60 mil camelôs consolidados nas ruas da cidade carioca. A mesma estimativa também apareceu como referência na justificativa do Projeto de Lei Municipal nº 779/2010, que culminou com a reforma da Lei Municipal nº 1.876/92 pela aprovação da Lei Municipal nº 6.216/2017. O número apresentado está longe de ser exagerado já que o IBGE apontou que apenas 5% dos trabalhadores ambulantes no país têm autorização do poder público municipal para trabalhar¹⁰¹.

⁹⁷ FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da; MARTINS, Flávia Bozza. Fome, medo e falta de renda: a vida das ambulantes no primeiro ano de pandemia. **Gênero e Número**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/ambulantes-pandemia/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

⁹⁸ Ver BACKHEUSER, Everardo. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 6, n. 1, p. 3-29, 1944.

⁹⁹ Dados coletados pela própria pesquisadora, por meio da Lei de Acesso à Informação, junto ao Pedido de Acesso à Informação RIO-23439512-4, em 02 de julho de 2021.

¹⁰⁰ WERNECK, Antônio. Pesquisa da Fecomércio mostra que trabalho informal cresceu 28% na cidade em um ano. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 set. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-da-fecomercio-mostra-que-trabalho-informal-cresceu-28-na-cidade-em-um-ano-1-21840674>. Acesso em: 03 mar. 2023.

¹⁰¹ COSTA, 2018.

Mas quem são as e os trabalhadores ambulantes? A Gênero e Número, analisando os microdados da PNADC do IBGE até o primeiro trimestre de 2021, disponibilizou uma tabela de dados que nos ajuda a conhecer o perfil das e dos trabalhadores ambulantes brasileiros. Segundo a associação, 67% da categoria é formada por pessoas negras (pretas e pardas) e apenas 31% dos camelôs se declaram brancos, reafirmando a divisão racial do trabalho. Ao observar o marcador gênero, os homens ainda compõem a maioria da categoria (58,47%), mas as mulheres já ocupam 41,53% do comércio ambulante nacional. Em três estados do país, elas já são a maioria, quais sejam Roraima, Mato Grosso do Sul e Acre. Já em Tocantins e Santa Catarina, as mulheres representam 50% dos trabalhadores ambulantes. Ao cruzar os dados de gênero e raça é possível auferir que 28% de todo o comércio ambulante é realizado por mulheres negras, o que chega próximo ao número de todos os camelôs que se declaram brancos¹⁰².

Embora no estado fluminense a proporção seja de 60,61% homens e 39,39% mulheres¹⁰³, seguindo a tendência nacional esses números podem mudar. Os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam que entre os anos de 2015 e 2017 as mulheres representaram 55,5% das pessoas que procuraram o trabalho nas ruas como meio de sobrevivência¹⁰⁴. O que se tem percebido é que há uma tendência de que as mulheres, especialmente as negras, venham a ocupar majoritariamente esse segmento de trabalho.

Isso ocorre porque as políticas neoliberais, em especial aquelas de austeridade econômica, apesar de atingir toda a população, tendem a aumentar as disparidades sociais e a impactar de forma mais profunda a população negra e as mulheres, particularmente as mulheres negras, que se encontram na base da pirâmide social brasileira, e que vão buscar algum alento em formas precárias de trabalho¹⁰⁵.

¹⁰² FERREIRA; SILVA; MARTINS, 2021.

¹⁰³ Ibid.

¹⁰⁴ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Camelôs:** panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, MUCA, 2019. [Projeto Viver, Morar e Trabalhar no Centro]. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Camel%C3%B4s-na-%C3%A1rea-central-jan-2019.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023. p. 37.

¹⁰⁵ MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (orgs). **Dossiê Mulheres Negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/LivroDossi%C3%AA_mulheres_negras-retrato_das_condi%C3%A7%C3%B5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil. Acesso em: 03 mar. 2023.

O processo de feminização da pobreza deixou as mulheres ainda mais vulnerabilizadas, acumulando uma sobrecarga ainda maior na divisão sexual do trabalho. A situação das mulheres camelôs é de extrema vulnerabilidade¹⁰⁶ e, em relação aos homens camelôs, estão em maior precariedade e mais suscetíveis a sofrer violências nas ruas. Essa foi uma das conclusões do relatório “Camelôs: panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro” da pesquisa realizada entre os anos de 2017-2018 pelo Movimento Unido dos Camelôs e o Observatório das Metrópoles – IPPUR/UFRJ, com apoio da Fundação Ford e da Central de Movimentos Populares, no bojo do Projeto “Viver, Morar e Trabalhar no Centro”¹⁰⁷. Em março de 2019 o instituto de pesquisa e o movimento também lançaram, com participação ativa das pesquisadoras Mariana Werneck e Bruna Ribeiro, o infográfico “8M também é dia internacional das mulheres camelôs”, compilando dados dessa pesquisa¹⁰⁸.

Ainda falta dizer que tipo de trabalhador/a se encaixa na categoria de camelô. Vale explicar que aqui neste texto não estamos realizando qualquer diferenciação entre camelô e ambulante, apenas pela opção de ter mais recursos linguísticos (vocábulos) para a construção do mesmo. No entanto, é importante registrar que a coordenadora do MUCA, Maria Lourdes do Carmo, mais conhecida como Maria dos Camelôs, afirma a existência de uma diferença de estigma social, ressaltando a importância da identidade do camelô, que traz consigo uma bagagem histórica, cultural, social e política:

[...] Quando me perguntam qual é a diferença entre camelô e ambulante? Eu costumo dizer que é a mesma diferença entre comunidade e favela. Eu não sou trabalhadora ambulante. Eu sou camelô. Saio de casa todos os dias, deixando 4 filhos e preciso voltar para dar comida para eles [...] ¹⁰⁹.

¹⁰⁶ SILVA, Alaiane de Fátima dos Santos; SANTOS, Iana Amora; SILVA, Eleutéria Amora da. **Trabalhadoras ambulantes: vida, trabalho e direitos**. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2011. Disponível em: <https://camtra.org.br/wp-content/uploads/2018/10/livro-trabalhadoras-ambulantes-vida-trabalho-e-direitos.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

¹⁰⁷ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019.

¹⁰⁸ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **8M também é dia internacional das mulheres camelôs** [Infográfico]. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Infogr%C3%A1fico-8M-Camel%C3%B4s.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.; WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna. Trabalho ambulante feminino na dianteira da vulnerabilidade. **Observatório das Metrópoles**, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/trabalho-ambulante-feminino-na-dianteira-da-vulnerabilidade/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

¹⁰⁹ Fala de Maria de Lourdes do Carmo em encontro com Luiz Inácio Lula da Silva, em 30 de março de 2022, Hotel Pestana, Copacabana, Rio de Janeiro. Transcrição realizada a partir de registro audiovisual do Acervo MUCA-RJ. O vídeo contendo o trecho da fala também foi disponibilizado

Por outro lado, alguns pesquisadores assimilam o camelô àquele vendedor de ponto fixo (assentado), e o ambulante ao comerciante que efetivamente ambula (itinerante)¹¹⁰. Essas associações decorreram de anos de silêncio normativo a respeito de uma aparente classificação. Entretanto, na legislação atual do município do Rio de Janeiro não resta dúvidas, ambos são tratados como sinônimos, seja comerciante de ponto fixo ou sem ponto fixo (conforme art. 1ª Da lei municipal nº 1.876/92, com redação dada pela Lei nº 6.272/2017). O trabalhador ambulante ou camelô pode, então, ser descrito como toda pessoa física que exerce a atividade comercial no espaço público, por sua conta e risco, com ou sem emprego de tabuleiro ou outro apetrecho permitido pela legislação, apregoando suas mercadorias.

É bem possível estabelecer diversos critérios, que se complementam, para classificar a atividade comercial ambulante: i) existência ou não do ponto fixo; ii) outorga ou não de autorização de uso especial da área pública (camelôs com ou sem “TUAP”); iii) subordinação ou não a terceiros (relação com os alugueis de “TUAP” ou empregos irregulares); iv) os meios pelos quais se exerce a atividade (barraqueiros, carroceiros, ambulantes de triciclos, ambulantes de tabuleiro etc); v) os produtos que são comercializados, a habitualidade com que é exercida; vi) o local onde se exerce (o bairro, a região); vii) estar ou não atrelada a eventos ou feiras (ambulantes de eventos, camelôs de feiras) etc. Assim, o comércio ambulante pode ser entendido como um universo complexo, no qual diferentes relações sociais são forjadas e vivenciadas, e, portanto, não é uma tarefa simplória compreender os múltiplos conflitos protagonizados pelos seus e suas trabalhadoras.

Mas para o poder público a principal demarcação entre o tipo de “camelotagem” e o tratamento conferido ao camelô está na existência de autorização para o exercício da atividade. A fronteira da *forma jurídica* do trabalho ambulante tem marcado os “bons” e “maus” camelôs. E, como mencionado, a maioria dos trabalhadores ambulantes excluídos da formalização. O controle dessa fronteira é do poder público municipal e é uma determinação, sobretudo, política.

pelo MUCA em seu perfil na rede social *Instagram*. CARMO, Maria de Lourdes do. **MUCA encontra Lula em sua passagem pelo Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 30 mar. 2022. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbvbGPPpMxM/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

¹¹⁰ SLAIBI FILHO, Nagib. Ocupação da via pública por ambulante e camelô. **Ensaio Jurídico – o Direito em Revista**, Niterói, Instituto Brasileiro de Atualização Judiciária, v. 5, p. 103-107, 1998.

Mas que impacta diretamente na ordem jurídico-constitucional, na medida em que afeta a garantia dos direitos desses cidadãos.

Nossa proposta é analisar aqui dois contextos para compreender melhor o tema, observando como a agenda neoliberal implementada na cidade carioca afetou a vida e o labor dos e das trabalhadoras ambulantes: uma primeira onda neoliberal (do início dos anos 90 até 2008) e uma segunda onda neoliberal (de 2009 aos dias atuais).

1.2.1 Primeira onda neoliberal da cidade carioca: reordenação do comércio ambulante e o legado de César Maia.

Entre o final da década de 80 e o início dos anos 90, assistimos a um amplo giro migratório e o consequente aumento demográfico nos centros urbanos, resultante da expansão maciça das indústrias multinacionais nos territórios dos países periféricos. Essa explosão demográfica nas cidades não foi acompanhada pela criação de suficientes postos de emprego. Ao contrário, como verificamos, houve o aprofundamento do desemprego e da flexibilização e precarização do trabalho. Desse modo, um imenso contingente de trabalhadores foi obrigado a “se virar” pelas ruas da cidade.

Tal fenômeno se tornou uma preocupação do poder público municipal do Rio de Janeiro, que buscava atrair investimentos do capital internacional em um mercado global de cidades altamente competitivo, ao passo que escoava com cada vez mais intensidade o excedente da produção em um novo ciclo de urbanização da cidade. Marcam esse período em especial a recepção pelo Rio de Janeiro da Eco-92, com sua comitiva de empresários multinacionais, e a instituição do primeiro planejamento estratégico da cidade¹¹¹.

Um dos focos da política municipal passou a ser controlar a ocupação do espaço público pelo comércio ambulante, conter seu crescimento, em especial em pontos estratégicos da cidade, como a região do Centro e da Zona Sul. No meio de operações de limpeza e revitalização das ruas, discussões sobre políticas públicas envolvendo o comércio ambulante ganharam bastante relevância.

¹¹¹ VAINER, Carlos. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO, 14., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

Na época, se iniciaram fortes disputas políticas sobre a regularização e ordenação do comércio de rua¹¹². Os trabalhadores se preocupavam com os impactos dos instrumentos do governo na própria dinâmica das ruas, enquanto uma elite bradava por “ordem” e “limpeza” na cidade. Duas principais linhas políticas ganharam destaque, a primeira na defesa da construção de Mercados Populares (também conhecidos como camelódromos), a segunda na adoção de um modelo repressivo¹¹³.

Foi em 1989 que o então prefeito Marcello Alencar, ao assumir o governo, decidiu frear os projetos dos centros populares, limitar o número de “vagas” para camelôs na cidade, congelando as autorizações dadas pelo poder público para o exercício legal da atividade, e propor a revisão do Código de Posturas do Município. Em 1992, os conflitos entre os interesses do poder público em reordenar o comércio ambulante e a exigência dos trabalhadores por melhores condições de trabalho propiciaram o cenário para a promulgação da Lei Municipal do Comércio Ambulante (Lei municipal n. 1.876/92).

A discussão sobre a construção de camelódromos ressurgiu no cenário político com a chegada de César Maia à prefeitura, em 1993. Com intermédio do então governador do Estado, Leonel Brizola, e em meio à pressão das mobilizações dos trabalhadores ambulantes, a prefeitura decidiu, com base na nova lei, operar um cadastramento desses trabalhadores, priorizando o assentamento desses em Mercados Populares. Mas o processo de deslocamento dos camelôs para os centros populares “foi apenas uma das etapas da ‘grande operação’ cujo objetivo principal era ‘retirar’ os camelôs das ruas do Centro e iniciar um ‘plano de revitalização da área’”¹¹⁴. Essa prática de remoção de sujeitos periféricos, encarados como “entraves urbanos”¹¹⁵, segundo a conveniência do poder público e a “estratégia de classe”¹¹⁶ da elite dominante não é nenhuma novidade¹¹⁷.

¹¹² HIRATA, Daniel. Street commerce as a ‘problem’ in the cities of Rio de Janeiro e São Paulo. *Vibrant*, Virtual Braz, v. 11, n. 1, p. 96-117, 2014.

¹¹³ MAFRA, Patrícia D. A “**pista**” e o “**camelódromo**”: Camelôs no Centro do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. p. 75.

¹¹⁴ MAFRA, 2005, p. 80.

¹¹⁵ DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 105.

¹¹⁶ LEFEBVRE, 2001.

¹¹⁷ Podemos encontrar um bom retrato disso na pesquisa do historiador Jaime Larry Benchimol, ao tratar das remoções de trabalhadores ambulantes na reforma urbana de Pereira Passos, ainda no início do século XX. Ver BENCHIMOL, 1992, p. 280.

No entanto, muitos camelôs preferiram e até hoje preferem não se assentar em locais pré-determinados pelas autoridades. Lenin Pires, antropólogo que tem como objeto de pesquisa empírica a atividade ambulante, alerta que o poder público, ao conformar espaços específicos para esse comércio, segue uma lógica de “desterritorialização”, e quando se propõe “reterritorializar” esses atores, o faz “com base em lógicas de utilização e pertencimento estranhos aos segmentos que se ocupam daquela atividade”¹¹⁸. O que resulta, muitas vezes, em mercados instalados em localidades de baixo interesse dos camelôs, afastadas dos grandes fluxos urbanos, havendo, inclusive, um posterior abandono dos postos nesses mercados, a exemplo do camelódromo da Praça Onze¹¹⁹. O Mercado Popular da Uruguaiana, por sua vez, foi inaugurado em 1994, atendendo a intensa mobilização dos trabalhadores ambulantes, que lutaram por ocupar aquela região, no corredor cultural da zona especial do centro histórico do Rio de Janeiro, encontrando-se até hoje em plena atividade – e em meio de muitas contradições.

A tática de construir camelódromos tampouco contemplou a expansão do comércio ambulante, vez que a quantidade de vagas ofertadas pelo poder público não atendia a demanda real de trabalhadores nas ruas. Ademais, a lei implementada estabeleceu critérios para a outorga da autorização da atividade, que restringiram a habilitação de diversos trabalhadores. A legislação à época buscou priorizar aqueles que, ao seu entendimento, não possuíam, a priori, as condições de concorrer a um posto de trabalho no comércio ordinário¹²⁰, expressando a “implícita crença em um mercado capaz de criar insumos para que uma pessoa, a partir de sua vinculação ao comércio ambulante, se requalifique e adquira condições de requisitar uma posição

¹¹⁸ PIRES, Lenin. **Arreglar não é pedir arrego**: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010. Tese (doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. p. 327.

¹¹⁹ FERREIRA, Thaísa Duarte. **As associações de criminalidade à figura do camelô**: um estudo através da Teoria Ator-Rede. 2014. Dissertação (Mestrado em psicologia social) - apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

¹²⁰ O texto original da lei estipulava em seu art. 5º os seguintes critérios: “São considerados habilitados para o comércio descrito no art. 1º: I- os cegos, os paraplégicos, mutilados e demais deficientes físicos; II- os carentes, aí entendidos as pessoas físicas com idade superior a quarenta e cinco anos, os desempregados por tempo ininterrupto superior a um ano e os egressos do sistema penitenciário, condicionado o exercício da atividade ao não envolvimento em nova prática delituosa; III- as pessoas físicas que já exerçam atividades profissionais previstas nesta Lei na data de sua promulgação. Parágrafo Único: Os desempregados e os egressos do sistema penitenciário poderão exercer as atividades previstas nesta Lei e pelo prazo de dois anos”. RIO DE JANEIRO [município]. **Lei n.º 1876, de 29 de junho de 1992**. Dispõe sobre o comércio ambulante no município e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 1992.

no mercado de trabalho”¹²¹, o que representava, em grande parte, a noção e função atribuída ao dito “setor informal” até então.

Assim, a abertura do espaço público à camelotagem tinha como fundamento a instituição de uma política pública assistencial, uma espécie de tutela transitória voltada aos vulneráveis e despossuídos, inaptos à intensa competição do clássico mercado de trabalho capitalista¹²². Com a instituição da lei municipal n. 1.876/92, o comércio ambulante da cidade do Rio de Janeiro passou a ser compreendido, juridicamente, como uma atividade voltada à percepção de meios de subsistência, sem finalidade de enriquecimento ou de promoção de atividades tipicamente capitalistas, e, socialmente, como mera “passagem” para o mercado formal de trabalho.

A característica de transitoriedade atribuída ao comércio ambulante não se comprovou empiricamente. A partir da pesquisa de campo, se pôde atentar que grande parte dos trabalhadores ambulantes exerce essa atividade profissional de forma habitual por tempos verdadeiramente prolongados, e muitos sequer possuem o interesse de adquirir um “emprego de carteira assinada”. Em diversos relatos, tais trabalhadores expressaram ter experiências negativas no mercado de trabalho, a sua maioria na relação com o empregador, decidindo não se subjugar a condições indignas estabelecidas por algum patrão. Precarização por precarização, muitos desses trabalhadores enfatizaram o valor da autonomia na condução de suas atividades, consolidando o sustento das suas famílias no comércio ambulante. Assim, muitos somam décadas de trabalho nas ruas de nossa cidade, inclusive se tornando referência de determinados lugares, criando ali suas relações, repletas de sentidos e de afetos.

O cadastramento de César Maia, com base na inovação legal, foi extremamente injusto, segundo os próprios trabalhadores ambulantes consultados pela pesquisa. Primeiro, porque a norma criou critérios que impuseram limitações alheias a dinâmica concreta do comércio ambulante, tentando, de modo frustrante, enclausurar a realidade à norma. Segundo, porque muitos dos trabalhadores que já praticavam a atividade econômica em questão não possuíam formas de comprovar

¹²¹ PIRES, 2010, p. 329-330

¹²² SILVA, Gabriel Borges. **Entre precariedades e os “direitos” que delas advém**: uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. p. 41.

o tempo de seu exercício, o que impossibilitava o cadastro nos moldes do antigo inciso III do artigo 5º da Lei municipal nº 1.876/92.

Nesse sentido, chama a atenção o relato de Maria de Lourdes do Carmo, liderança popular do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), que tardou anos em conseguir a sua autorização legal para a atividade, e só o fez após apanhar na delegacia de polícia, quando intervinha pela liberação de camelôs detidos, e obter um documento referente ao seu registro de ocorrência (RO nº 48340/2003) no qual declarava sua ocupação¹²³

Ainda de acordo com as informações prestadas pelos camelôs na pesquisa de campo, o cadastramento permitiu a distribuição de autorizações a pessoas que sequer tinham o interesse de trabalhar efetivamente como camelô, e que passaram a alugar ilegalmente suas autorizações – semelhante ao que ocorre com a licença outorgada aos taxistas – ou a empregar de modo irregular e extremamente precário outros cidadãos, pervertendo a noção de trabalho auxiliar introduzida no texto legal¹²⁴. O espaço público passou, na verdade, a possibilitar não só a percepção de dinheiro por verdadeiros rentistas, como também a percepção de mais-valia sobre o trabalho alheio, ao contrário do que defendiam ser os fundamentos da norma.

A política de César Maia operou em dois sentidos: de um lado, gerou publicidade positiva para o governo, que se apresentava como acolhedor do comércio ambulante, tanto por destinar locais para o exercício dessa atividade econômica, como pela regularização da situação de parte dos camelôs, ainda que em um cadastramento repleto de incongruências; e de outro lado, legitimou o aumento da repressão do poder público àqueles trabalhadores que foram excluídos do cadastramento. Conforme aludimos em pesquisa anterior,

Ao promover os registros dos que exercem a camelotagem, o poder público realiza a inclusão de certos trabalhadores no mercado de circulação de produtos e serviços (com interesses bem definidos para a sociedade de consumo), mas esta inclusão é limitada, não atende à demanda. Logo, há uma ambivalência nessa inclusão social, ela demarca e legitima também uma fronteira de exclusão¹²⁵.

¹²³ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 10 de novembro de 2019. O documento se encontra no Acervo MUCA.

¹²⁴ Segundo o artigo 16.º, *caput*, da lei municipal 1.876/92 “É permitido à pessoa física contar com um auxiliar na atividade de comerciante ambulante, o qual poderá ser o seu representante no momento da ação fiscal desde que seu nome figure na autorização”. RIO DE JANEIRO, 1992.

¹²⁵ BONAN, 2017, p. 93.

Desse modo, aqueles trabalhadores excluídos do cadastramento não se encontravam “formalizados”, ou seja, amparados pela forma jurídica concebida ao trabalho ambulante, e ficaram ainda mais expostos a política repressiva.

Para dar conta da “varredura” de trabalhadores nas áreas de especulação do capital na cidade carioca, o poder público passou a se utilizar não só de seus agentes de fiscalização – vinculados a secretaria de Fazenda do Município – como também uma agência de controle estatal recém instituída, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio), criada pela Lei Orgânica Municipal 1.887/92 e, oficialmente, implementada pelo prefeito César Maia através do Decreto Municipal 12.000 de 1993, ignorando o desvio de função constitucional, segundo a previsão do art. 144, §8º, da Constituição Federal de 1988¹²⁶ – trataremos dessa questão no capítulo seguinte.

A então promulgada Lei do Comércio Ambulante também estabeleceu diversos limites aos camelôs, com o fundamento de vedar uma suposta “concorrência desleal” com os lojistas, como a restrição de produtos a serem comercializados (artigos 27 e 28 da Lei 1.876/92) e a limitação territorial de afastamento dos estabelecimentos comerciais concorrentes (artigo 30, inciso III, da Lei 1.876/92). E ainda impôs diversas adequações aos camelôs na prática de suas atividades, como determinações de dimensões e modelos de barracas e tabuleiros, vedação de buzinas, campainhas e outros utensílios ruidosos, ou mesmo do uso de caixotes para sentar ou mostrar os produtos. Para a grande maioria dos trabalhadores ambulantes, inclusive alguns formalmente autorizados pelo poder público, foi impossível se adequar aos limites da norma, de modo que seguiram com o *status* de “fora da lei”, suscetíveis a intervenção do poder de polícia das agências estatais.

O período de César Maia na prefeitura é relatado pela grande maioria dos camelôs em diálogo com esta pesquisa como uma fase de intensa repressão ao comércio ambulante, tendo como o centro da cidade o palco de uma verdadeira guerra contra esses trabalhadores. E, infelizmente, esse foi um longo período. Maia assumiu a prefeitura em 1993, em 1996 elegeu seu sucessor, Luiz Paulo Conde, para o mandato seguinte (1997-2000) e, após, retornou ao poder por mais

¹²⁶ Art. 144, §8º, CRFB/88: “Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.

dois mandatos consecutivos, isto é, até 2008, ano em que promulga o Decreto Municipal 29.881, o novo Código de Posturas da Cidade do Rio de Janeiro, deixando para seu sucessor um corpo normativo que pudesse regular a figura do “novo cidadão carioca” e da “cidade renovada”, com um legado de limitações e imposições ao comércio ambulante.

1.2.2 Segunda onda neoliberal da cidade carioca: Rio Pós-2016 e o atual estado da arte do comércio ambulante.

Em 2009, Eduardo Paes assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro, prometendo modernizar, civilizar, limpar e embelezar a “cidade maravilhosa”, e, tendo como principal justificativa o preparo da cidade para a recepção de importantes megaeventos, implementou uma série de empreendimentos urbanísticos e políticas públicas mais com vistas a atender a expansão de centros de consumo para o grande capital, do que efetivamente para a população carioca. A prefeitura do Rio enfim assumiu, ao pé da letra, a lógica da “governança empreendedora empresarial”¹²⁷ que havia sido difundida nas grandes cidades dos países centrais desde a década de 90.

No mesmo ano em que assumiu o governo, Paes iniciou um novo cadastramento dos camelôs da cidade carioca, redefinindo a posição de milhares de trabalhadores no espaço urbano, inclusive daqueles que já possuíam a autorização para uso de determinada área pública. Essa movimentação foi e é possível tendo em consideração a natureza precária da autorização concedida aos camelôs, conforme aduzem o artigo 15 da lei municipal nº 1.876/92 (Lei do Comércio Ambulante) e o artigo 3, do Regulamento nº 2 do Decreto 29.881/2008 (Código de Posturas da Cidade do Rio de Janeiro).

Do ponto de vista do direito administrativo¹²⁸, a precariedade da autorização permite que essa seja revogada sumariamente, unilateralmente e sem qualquer compensação indenizatória, a qualquer tempo, de acordo com os interesses da autoridade pública, sem que os titulares da autorização possam arguir eventual direito adquirido em função do tempo de exercício de suas atividades ou pelo

¹²⁷ HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

¹²⁸ Ver MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 15. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990. p. 428; e MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 19. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2005. p. 493.

recolhimento de impostos e/ou taxas. Essa é, inclusive, a posição consolidada do Superior Tribunal de Justiça¹²⁹.

Em tese, esse poder discricionário deveria ser abalizado pelo “interesse público”, o que, a despeito das múltiplas tentativas de definição, emaranhados de prescrições sociológicas e jurídicas, não deixa de ser um conceito elástico. O interesse público é sempre um espaço de conflito e o que temos percebido, na prática, é que o remanejamento ou a extinção das autorizações de uso de área pública são muito mais conduzidos pelas estratégias da classe dominante, do que pelo bem-estar da população. E, assim, os trabalhadores ambulantes se encontram imersos em profunda precariedade, sendo possível afirmar que o direito não recepcionou de maneira plena a sua atividade laboral, mantendo sempre uma vantagem do poder público frente ao camêlo.

A respeito da política de reordenação do comércio ambulante empreendida por Eduardo Paes, foi realizado uma extensa pesquisa pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, com a participação ativa do MUCA, culminando no *Dossiê Violações ao Direito do Trabalho e à Cidade dos Camêlos no Rio de Janeiro*¹³⁰. Esse documento, ao lado de observações empíricas e entrevistas realizadas, serve de base a descrição que se segue.

Inicialmente, Paes prometeu formalizar 25 mil trabalhadores ambulantes na cidade do Rio de Janeiro¹³¹, e, com base em uma política de choque de ordem, instituiu em abril de 2009 o Decreto nº 30.587, estabelecendo as diretrizes do recadastramento de todos os trabalhadores ambulantes, na então inaugurada Secretaria Especial de Ordem Pública (SEOP). O anúncio causou imediato rebuliço, na medida em que a prefeitura anunciou a revisão de todas as autorizações e que a outorga conferida pela gestão anterior não garantiria a renovação da mesma.

O cadastramento se deu através da instauração do Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA), que deveria reunir todas as informações das e dos camêlos da cidade, e seguir os termos da legislação vigente acerca da matéria. O

¹²⁹ Ver Recurso Ordinário em Mandado de Segurança/ STJ nº 12.954 – RJ (2001/0026075-6) e Recurso Ordinário em Mandado de Segurança/ STJ nº 14.538 - RJ (2002/0033133-7).

¹³⁰ COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO; PLATAFORMA DHESCA BRASIL. **Dossiê Violações ao Direito ao Trabalho e ao Direito à Cidade dos Camêlos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, set. 2014. Disponível em: https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/Dossi%EA_Camel%F4s_2014.pdf. Acesso em: 04 mar .2023.

¹³¹ RIO DE JANEIRO. Prefeitura. Plano Estratégico do Rio de Janeiro 2009-2012. Pós 2016: O Rio mais Integrado e Competitivo. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2009a. p. 60.

que ocorreu por meio de duas etapas: na primeira houve uma chamada para recadastramento e a verificação de novas vagas de acordo com o mapeamento urbano feito pela SEOP, e na segunda ocorreu o cadastramento de todos aqueles que se candidatavam a exercer a atividade. O sistema de avaliação dos inscritos no processo de cadastramento adotou um ranking de pontuação, preenchendo as vagas ofertadas e formando uma espécie de cadastro de reserva, para aqueles que aguardariam com o protocolo em mãos a abertura de novas vagas ou cancelamentos de autorizações.

O sistema adotado acabou permitindo que aqueles melhores classificados escolhessem seus pontos de trabalho, dilacerando laços que outrora haviam sido criados pelos trabalhadores que já exerciam a atividade em certas localidades, afetando principalmente o trabalho ambulante no centro da cidade. Vale ressaltar que a emissão de autorizações foi interrompida, não por casualidade, nessa cobiçada região¹³². Assim, o pico máximo atingido de cadastrados foi o de 18.400 trabalhadores, não chegando a cumprir a promessa do então prefeito Eduardo Paes.

Em realidade, houve uma série de irregularidades no cadastramento. O Decreto Municipal nº 30.587/2009 criou Comissões Regionais, compostas apenas por representantes do governo, no âmbito das Subprefeituras, para realizar o mapeamento da cidade, excluindo a participação e negando o exercício dos direitos políticos dos trabalhadores ambulantes, haja vista a determinação expressa no artigo 6º da Lei municipal nº 1.876/1992 da participação de representantes da categoria nas comissões responsáveis pela organização do comércio ambulante. A Secretaria de Ordem Pública não realizou o mapeamento e a identificação dos comerciantes ambulantes em exercício da atividade nos seus locais de trabalho, como previa o próprio decreto que instituiu o cadastramento, e preferiu acelerar o processo a partir de uma chamada por edital, sem, tampouco, considerar o levantamento realizado na gestão anterior, de César Maia.

Parte das denúncias realizadas pelos camelôs apontam também para a expansão do clandestino “aluguel de TUAP’s” e o consequente aumento da rede de explorações de vendedores ambulantes na cidade. Muitos dos selecionados pelo

¹³² WINTOUR, Nora; COSTA, Emily de Andrade; PINHEIRO, Marina Brito; VANNUCHI, Maíra Villas Boas. **Copa do Mundo para Todos**: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014. Rio de Janeiro: StreetNet Internacional, 2012. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

cadastramento do poder público, alheios ao trabalho ambulante, passaram a empregar outros trabalhadores como auxiliares ou até mesmo alugar a sua autorização.

E mais, os trabalhadores ambulantes relatam que lideranças das entidades representativas da categoria cooptadas pelas Comissões Regionais da Prefeitura e aqueles com alguma influência nas instituições do governo municipal passaram a interferir no processo de cadastramento, pouco transparente, a fim de favorecer os alugadores de TUAP's, assumindo um papel de intermediação entre o ambulante “ilegal” e o titular da autorização, inclusive cobrando “taxa” pelo serviço. Assim, certos atacadistas conseguem acessar mais de uma autorização, praticando uma espécie de monopólio do espaço público, com empregados e preços reduzidos, enquanto muitos trabalhadores ambulantes aguardam há anos a sua autorização legal.

A proliferação de “empregadores” no comércio ambulante possibilitou trazer à tona a razão empreendedora para o centro do debate. É no governo de Eduardo Paes que a política de reordenação do comércio ambulante vai passar a exigir do camelô uma postura de empreendedor, se adequando a agenda neoliberal da cidade. Podemos elencar algumas tantas ações do poder público nessa direção, apenas afim de exemplificar: i) o programa de incentivo “Empresa Bacana”, organizado em parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro, o Sebrae/RJ e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon/RJ), estimulando o registro de atividades informais, incluindo o comércio ambulante; ii) a Secretaria de Ordem Pública incumbida não só de promover a legalidade, controlando as atividades econômicas no espaço público, como também de incentivar o empreendedorismo entre os trabalhadores ambulantes¹³³; iii) a proposta fracassada de construção de um camelódromo vertical, incluído na Operação Porto Maravilha, com a pretensão de formalizar os trabalhadores instalados como microempreendedores individuais (MEI), por meio de parceria com a Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego (SMTE); iv) a institucionalização e padronização de feiras urbanas, com estímulo a empreendedores individuais, a partir de parcerias público-privadas, como a Feira

¹³³ RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Ordem Pública. **Proposta para um plano municipal de ordem pública (diagnóstico e proposições)**. Rio de Janeiro: SEOP, 2010a. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/c%20/document_library/get_file?uuiid=db98a6e4-98a5-4df3-8de7-d4f620142ec&groupId=91293 . Acesso em: 04 mar. 2023.

Noturna da Lapa Legal, à época patrocinada pela Antarctica – cervejaria do grupo AMBEV¹³⁴.

O último exemplo remete a expansão do modelo implantado no carnaval carioca, que vinculou o comércio ambulante aos interesses de grupos econômicos, garantindo a exclusividade da venda dos produtos aos patrocinadores, semelhante ao que ocorreu com o carnaval de Salvador, Belo Horizonte, Recife-Olinda e outras cidades turísticas do país. A gestão do Carnaval, outrora competência da Secretaria Municipal de Cultura, foi passada a uma Parceria Público-Privada entre a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (RioTur) e a empresa privada *Dream Factory*, permitindo a abertura de capitalização do carnaval por empresas como a AMBEV, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Olla. Nos termos estabelecidos entre a Prefeitura e a AMBEV, a última se tornou patrocinadora oficial do evento, com injeções polpudas de capital, assegurando o monopólio da venda de bebidas no sambódromo e nas folias de rua, enquanto a primeira se encarregou de operar toda a estrutura para a execução do acordo e o controle da venda de mercadorias pelos trabalhadores ambulantes¹³⁵.

A adoção do modelo de Parceria Público-Privada no carnaval impactou negativamente o comércio ambulante e resultou em um aprofundamento da precarização de seus trabalhadores. Na prática, os camelôs passaram a trabalhar à serviço da AMBEV, que, explorando a força de trabalho de milhares de trabalhadores, sem nenhum vínculo formal – logo, sem qualquer encargo trabalhista – passou a auferir lucros exorbitantes com o evento. O amplo cadastramento de trabalhadores interessados em comercializar bebidas no carnaval seguiu o sistema de sorteio, e terminou deixando de fora trabalhadores ambulantes habituais no evento de maior rentabilidade no ano para o comércio ambulante. Foram impostas diversas limitações aos trabalhadores, proibidos de vender produtos de outras marcas não pertencentes à AMBEV e obrigados a se adequar ao reduzido volume do isopor determinado pela empresa, o que, em termos de operação e logística, impôs novas dificuldades ao aproveitamento do trabalho pelos vendedores. Por fim, o carnaval passou a contar com uma imensa tropa de fiscalizadores e repressores

¹³⁴ COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO; PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2014, p. 6.

¹³⁵ Ver MACHADO, Fernanda Amim Sampaio. **Ei você aí, me dá um dinheiro aí?**: conflitos, disputas e resistências na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

das agências estatais, criando verdadeiras cenas de conflito violento entre esses e os camelôs em plena folia¹³⁶.

O aprofundamento desse cenário, ano após ano em que o modelo foi seguido, colocou a questão do comércio ambulante em pauta na Comissão Especial do Carnaval da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, presidida pelo vereador Tarcísio Motta (PSOL/RJ), e, somente na Audiência Pública sobre o Caderno de Encargos do Carnaval de Rua, realizada no dia 21 de maio de 2021, que a prefeitura e a Riotur, questionadas por esta pesquisadora acerca da inconstitucionalidade sobre o monopólio de venda de bebidas em espaço público, inclusive em função de princípios liberais, como a liberdade econômica livre iniciativa e livre concorrência, assumiu que a AMBEV não poderia ter tal exclusividade e que as incursões de seus agentes contra os ambulantes durante a folia estariam até então equivocadas¹³⁷.

Esse modelo de gestão administrativa calcado na contratação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), e priorizando os interesses privados sobre os interesses públicos, foi alastrado na esteira dos megaeventos desportivos sediados pelo Rio de Janeiro. Uma das principais áreas afetadas foi a região portuária da cidade, considerada área estratégica para a especulação capitalista. O Projeto do Porto Maravilha, encabeçado pela Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, tratou de expulsar os trabalhadores ambulantes ali estabelecidos. Durante os megaeventos, novamente excluíram os camelôs das instalações destinadas ao público, inclusive nas vias da cidade, como o *Boulevard Olímpico*, permitindo apenas a venda por parte das empresas patrocinadoras, em seus quiosques repletos de publicidade.

O legado do “Rio Pós-2016”, como Eduardo Paes chamou seu primeiro planejamento estratégico quando assumiu a Prefeitura em 2009¹³⁸, terminou por ser desastroso para os trabalhadores ambulantes, cada vez mais precarizados. Além de criar uma ficção de que o camelô é um microempresário, enquanto os subordinava aos interesses de empresas de grande porte em uma verdadeira privatização do

¹³⁶ BELLO, Enzo; BONAN, Anna Cecilia F.; TOLEDO, Bianca. Eu quero é botar... meu bloco na rua! Direito à cidade e cultura em carnavais de luta. In: ALVAREZ, Alejandro Montiel; TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; FELONIUK, Wagner Silveira. (orgs.). **Perspectivas do discurso jurídico: novos desafios culturais do século XXI**. Porto Alegre: DM, 2017. p. 146- 162.

¹³⁷ Disponível na íntegra no link <https://www.youtube.com/watch?v=r0b0kPxmRdQ> Acesso em 06 de mar 2023.

¹³⁸ RIO DE JANEIRO, 2009.

espaço público, implementou uma série de políticas públicas violadoras dos direitos dessa categoria.

Esse período foi marcado pelas distorções no processo de cadastramento e recadastramento dos trabalhadores, por multas abusivas impostas pelos agentes do poder público, por apreensões indevidas ou irregulares, por uma série de abusos de autoridade, pela violência policial e pelas violações ao direito ao trabalho, em especial nos conflitos dos trabalhadores ambulantes com a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, ao passo que, contraditoriamente, o poder público argumentava uma suposta defesa da legalidade. Conforme mencionamos em outra pesquisa:

A política do poder público destinada a institucionalização e formalização do comércio ambulante, ou seja, o estímulo a adequação do trabalho a forma jurídica, cumuladas com novas legislações e o reforço da fiscalização, terminou – ainda que disputada pelos trabalhadores – por expressar um interesse próprio do capital, seja na regulação da relação capital-trabalho, seja na reordenação do espaço público da cidade do Rio de Janeiro. [...] A lógica desse processo de institucionalização e formalização legitima-se na inclusão, mas é concomitantemente excludente, pois demarca aqueles largados fora da legalidade. O que se percebe empiricamente é que a forma jurídica institucionaliza a exclusão, e o poder público é chamado a atuar para conter a conflitividade social resultante desse processo. [...] Amparado no discurso da defesa da legalidade, o poder público municipal reforçou uma prática de perseguição e repressão aos trabalhadores ambulantes. A forma jurídica foi usada como um suporte para achatar a realidade, e simplificá-la entre as fronteiras do legal e o ilegal, renegando a complexidade do mundo empírico¹³⁹.

A 1ª gestão de Eduardo Paes, após dois mandatos subsequentes, terminou no final de 2016, sem conseguir eleger o seu indicado a sucessor, Pedro Paulo Carvalho, pelo mesmo partido (P)MDB. A cidade carioca, em uma guinada conservadora, que passou a dar os tons da política nacional após o golpe jurídico-parlamentar de Dilma Rousseff, elegeu em um segundo turno altamente polarizado com a esquerda carioca – na figura de Marcelo Freixo, então pelo PSOL –, o prefeito Marcelo Crivella, bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus. Essa alternância de poder – ainda dentro do espectro neoliberal – não rompeu o processo de precarização e repressão ao comércio ambulante.

Crivella se elegeu para governar o “Rio Pós-2016” prometendo “cuidar das pessoas” – *slogan* de sua campanha – realizando, inclusive, diversas reuniões com os camelôs da cidade e entidades representativas da categoria, nas quais garantiu reduzir a política repressiva implementada pelo “Choque de Ordem” de Eduardo

¹³⁹ BONAN, 2017, p. 108.

Paes. Em suas promessas de campanha alegou que reformularia a Guarda Municipal como agente comunitário e não perseguidora de camelôs¹⁴⁰. E, assim que assumiu, nos primeiros meses, houve um relativo apaziguamento nas ruas da cidade, sendo acusado no final do primeiro ano de mandato de “afrouxar a fiscalização do comércio ambulante”¹⁴¹, inclusive pela importante vitória política dos trabalhadores ambulantes representada pela aprovação da Lei municipal nº 6.272/2017 – antigo PL 779/2010 – que atualizou a Lei do Comércio Ambulante (Lei nº 1.876/92), incorporando diversas demandas dos camelôs.

Mas não tardou muito para a prefeitura sucumbir à pressão do mercado, em especial da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio RJ) – que à época financiava o Programa Segurança Presente¹⁴² –, e a retomar a política de regularização limitada e de repressão desenfreada.

Em agosto de 2018, Crivella lançou o Programa Ambulante Legal, por meio do decreto municipal 44.838/2018, prevendo a atualização do cadastro dos trabalhadores ambulantes da cidade e obrigando o uso de identificação por meio de um crachá de acesso virtual, contendo nome, número de inscrição municipal e QR Code – código bidimensional de resposta rápida – incorporando a inovação tecnológica do meio digital.

A partir do lançamento do referido programa, os autorizados a exercer a atividade comercial ambulante tiveram de se inscrever, segundo prazos progressivos para cada região da cidade, em um cadastro online – repetindo o equívoco do cadastro de Paes, vez que a ausência de cadastramento presencial nos territórios abre brecha para que exploradores de autorizações se formalizem no lugar dos trabalhadores que de fato ocupam as ruas da cidade¹⁴³. O novo sistema de

¹⁴⁰ MARTIN, Maria. A versão suavizada de Marcelo Crivella decola no Rio com a crise do PMDB carioca. **El País Brasil**, Rio de Janeiro, 29 set. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1474998409_666777.html. Acesso em: 04 mar. 2023.

¹⁴¹ MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Veja como foi o primeiro ano do governo de Marcelo Crivella. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/veja-como-foi-primeiro-ano-do-governo-de-marcelo-crivella-22242707>. Acesso em: 04 mar. 2023.

¹⁴² Em 2018 o TCU considerou que o aporte destinado pela Fecomércio RJ para a segurança pública caracterizaria um desvio dos objetivos e das finalidades institucionais da entidade, impedindo a continuidade desse repasse.

¹⁴³ RIBEIRO, Bruna; WERNECK, Mariana. Novo cadastro de Crivella põe em risco o direito ao trabalho dos camelôs. **Observatório de Metrôpoles**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/camelos-do-centro-do-rio-podem-viver-novo-choque-de-ordem/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

identificação passou a permitir o acesso digital direto às informações cadastrais do ambulante disponíveis no Cadastro Único do Comércio Ambulante (CUCA), ampliando as técnicas de controle pelos agentes da fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda e da Guarda Municipal.

O Programa foi lançado em um evento no Palácio da Cidade, em Botafogo, com a presença de representantes de associações ligadas ao comércio ambulante e representantes de entidades empresariais: Fecomércio RJ, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH). O discurso da Prefeitura foi no sentido de ordenar a cidade e estimular as práticas empreendedoras, prometendo dar acesso às informações e aos benefícios garantidos ao Microempreendedor Individual (MEI). No evento, Cesar Barbiero, o então secretário municipal da Fazenda, pareceu resgatar a alegoria fantástica de Silvio Santos:

A ideia é tentar transformar o comércio ambulante num microempreendimento individual. Vale a pena a política pública concentrar esforços para tutelar essas pessoas que querem empreender. Há muitos exemplos de pessoas que começaram assim e se tornaram empresárias, gerando mais empregos¹⁴⁴.

Crivella prometeu (e não cumpriu) a realização de um censo dos trabalhadores em situação irregular, a fim de elaborar critérios mais adequados para a priorização da distribuição de novas autorizações e de implementar políticas públicas de qualificação profissional e de inserção social, mas não ofereceu uma solução imediata a todos os trabalhadores que ficariam de fora do cadastramento. O programa do então prefeito, segundo informações concedidas pela própria Prefeitura, alcançou 137 bairros na cidade e distribuiu 8.371 crachás de identificação com QR code¹⁴⁵.

Outra tentativa de empurrar a camelotagem ao empreendedorismo se deu com a promulgação da lei municipal nº 197/18 e o Decreto Rio 45.585/18, estabelecendo o Código Sanitário da Cidade. Segundo a normativa, os ambulantes, feirantes, food trucks, trailers e similares que trabalhem na manipulação de alimentos deveriam se

¹⁴⁴ RIO DE JANEIRO. Prefeitura. Prefeitura lança o programa Ambulante Legal. **Rio Prefeitura Notícias**, 6 ago. 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8237973>. Acesso em: 04 mar. 2023.

¹⁴⁵ RIO DE JANEIRO. Prefeitura. Ambulante Legal: 41 ambulantes recebem autorização para trabalhar. **Rio Prefeitura Notícias**, 7 ago. 2020a. Disponível em: <https://prefeitura.rio/fazenda/ambulante-legal-41-ambulantes-recebem-autorizacao-para-trabalhar/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

licenciar na Vigilância Sanitária, com o devido pagamento da Taxa de Licenciamento Sanitário, com 50% de desconto. Já aos microempreendedores foi concedida a isenção da taxa¹⁴⁶. Assim, o poder público passou a oferecer benefícios para estimular o cadastramento de novos MEIs. Mas o curioso é que não abrem vagas novas para a ocupação do comércio ambulante nas áreas desejadas, e a própria regularização como MEI não garante a autorização para o uso especial da área pública, pois a outorga da mesma compete a Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização da Prefeitura.

Paralelamente, Crivella defendeu a necessidade de ampliar a fiscalização e sucumbiu à continuidade da política repressiva de Eduardo Paes, tratando a “camelotagem” como mera questão de “ordem pública”, por meio da Secretaria de Ordem Pública e dos agentes da GM-Rio. De um lado, se prometeu a regularização empreendedora, e de outro a repressão daqueles que não se adequassem as novas regras. Ainda em seu governo, Crivella e sua base na esfera legislativa turbinaram a pauta da gestão anterior pelo armamento dos agentes da Guarda Municipal, além de estabelecer convênios com o Estado para a atuação conjunta da PMERJ nas operações de ordenamento urbano, ampliando as condições de riscos e possíveis violações dos direitos dos camelôs nas operações de fiscalização do comércio ambulante – como veremos mais especificamente no próximo capítulo.

Nas eleições municipais de 2020, os trabalhadores ambulantes restaram “entre a cruz e a espada”, diante da escolha entre dois projetos de governo que pensavam a cidade sem incluir as demandas concretas dessa categoria e que defendiam abertamente a conformação ou o reforço de uma agência policial municipal. Finalmente, culminou eleito o já conhecido político Eduardo Paes, com a promessa de findar a “covardia” contra os camelôs – registrada inclusive em áudio enviado ao próprio Movimento Unido dos Camelôs¹⁴⁷. Infelizmente, a nova gestão deu continuidade a perseguição aos camelôs, dando início a uma nova rodada de “remoções” dos ambulantes em diversos pontos da cidade, principalmente no Centro do Rio de Janeiro, com a aprovação do Programa Reviver Centro, e na Zona Sul, com destaque para as truculentas “Operações de Verão”, como veremos mais à frente.

¹⁴⁶ RIO DE JANEIRO. Prefeitura. Crivella diz que novo código sanitário vai gerar mais empregos. **Rio Prefeitura Notícias**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://prefeitura.rio/saude/crivella-diz-que-novo-codigo-sanitario-vai-gerar-mais-empregos-2/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

¹⁴⁷ Acervo do MUCA.

1.3 Pés que pisam nas ruas: O Movimento Unido dos Camelôs

Partimos da premissa de que a sociedade é fundada no conflito – de interesses, de classe, de modos de vida, etc. E, somente a partir de um olhar atencioso às especificidades das relações sociais, entre sujeitos reais, é possível compreender como os conflitos sociais se constituem materialmente, e não cair em um lugar comum das grandes narrativas teóricas, que costumeiramente se fundam em um cenário artificial e inanimado.

A teoria crítica tem a tarefa de investigar as raízes dos conflitos em nossa sociedade e de examinar as alternativas históricas enquanto possibilidades reais¹⁴⁸, e, para tanto, torna-se essencial se atentar para o protagonismo político-social daqueles que são sujeitos de espoliação, exclusão e marginalização na sociedade, isto é, aqueles que estão em desvantagem perante o sistema e o padrão dominante, mas que lutam e resistem em práticas insurgentes, carregando consigo a semente da transformação¹⁴⁹. Nessa perspectiva, entendemos como tarefa fundamental da teoria crítica também dar visibilidade aos sujeitos que encarnam as lutas sociais e políticas.

Se de um lado viemos observando a intensa precarização do trabalho, a espoliação dos direitos humanos e sociais de trabalhadores, a imposição de condições indignas a cidadãos despossuídos, o abandono desses a uma intensa informalidade e a repressão de suas táticas de sobrevivência, por outro lado devemos também observar como esses sujeitos se organizam e se mobilizam em práticas de resistência e insurgência em uma sociedade tão injusta e desigual.

A organização dos trabalhadores e de suas lutas ao longo da história passa por uma grande variedade de composição de sujeitos coletivos: comunas, partidos, sindicatos, associações etc. Mas por muito tempo os trabalhadores da informalidade, em especial os trabalhadores autônomos, foram estigmatizados como uma categoria de subproletariado, desprovida de consciência de classe, por, pasme-se, defensores da emancipação do trabalho em relação ao capital. Releituras marxistas ao longo de décadas rechaçaram a importância, os fundamentos e táticas

¹⁴⁸ MARCUSE, Hebert. **O Homem Unidimensional**: A ideologia na Sociedade Industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 14.

¹⁴⁹ ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia**: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Madrid: Baladre, 2011.

das lutas desses trabalhadores. Porém, com a reestruturação produtiva e a nova configuração da relação capital-trabalho a partir do final do século XX, não nos resta dúvidas de que a luta anticapitalista passa necessariamente por incluir e fortalecer a mobilizações desse imenso contingente de trabalhadores.

Nesse sentido, os trabalhadores ambulantes vêm, há algumas décadas, se organizando por toda parte do mundo¹⁵⁰. Um marco importante para essas lutas ocorreu em 1995, quando trabalhadores ambulantes de 11 cidades de todos os continentes se reuniram na cidade de Bellagio, na Itália, a fim de discutir diretrizes fundamentais para as políticas públicas voltadas ao trabalho informal e criar um plano estratégico para a promoção de seus direitos. O encontro resultou em um manifesto batizado de *Bellagio International Declaration of Street Vendors*¹⁵¹, direcionado não só aos governos nacionais e das cidades, mas também a instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho e o Banco Mundial. A partir de então, diversos encontros ocorreram por todo o mundo, culminando em 2002 com a formação da Aliança Internacional dos Vendedores de Rua *StreetNet*, composta por diversas associações, uniões, cooperativas e movimentos na defesa dos trabalhadores ambulantes, com sede em Durban na África do Sul¹⁵².

No Rio de Janeiro, em julho de 2003, em meio a uma intensa repressão aos trabalhadores ambulantes e a negação ao acesso a tantos direitos consagrados constitucionalmente, foi fundado, a partir de uma perspectiva anticapitalista, o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), com fins de organizar a luta dos trabalhadores da cidade carioca. O cenário altamente conflitivo da prefeitura de César Maia, intensificado com a preparação da cidade para os Jogos Pan-americanos, criou

¹⁵⁰ À título de ilustração, podemos citar o caso da Índia, país em que tem uma média de 90% da população economicamente ativa trabalhando no mercado informal. Desde a década de 90, trabalhadores ambulantes indianos vêm travando lutas coletivas por meio de organização autônoma popular e ações judiciais a fim de garantir o direito a trabalhar nas ruas e melhores condições de trabalho. Foi a partir dessa pressão que, em 2010, a Corte Suprema Indiana ratificou o entendimento de que o comércio ambulante é um direito fundamental, determinando que o governo federal promulgasse uma lei específica para a tutela desse direito. Ver ALCÂNTARA, André; COMARU, Francisco; SAMPAIO, Geilson; ITIKAWA, Luciana; KOHARA, Luiz; FERRO, Maria Carolina. *Ambulantes e Direito à Cidade: trajetórias de vida, organização e políticas públicas*. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013. (Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade). p. 128.

¹⁵¹ BELLAGIO International Declaration of Street Vendors 1995. União Europeia: [s. n.], 1995. Disponível em: <https://europa.eu/capacity4dev/iesf/documents/bellagio-international-declaration-street-vendors-1995>. Acesso em: 04 mar. 2023.

¹⁵² Ver mais informações no site da organização: <https://streetnet.org.za/es/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

uma grande agitação entre os camelôs da cidade e levou que algumas dezenas de trabalhadores se mobilizassem. O movimento recebeu forte apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) para a sua estruturação, tanto em termos de recursos, como logísticas e atividades de formação política¹⁵³.

Naquela época já havia algumas associações de trabalhadores ambulantes e sindicatos de trabalhadores informais na cidade carioca, mas, segundo os integrantes do MUCA, a cooptação dos representantes dessas entidades pelo poder público inviabilizavam a defesa das justas demandas dessa categoria, de modo que se decidiu fundar um movimento social que, por meio de um repertório de ações coletivas, representasse de forma independente esses trabalhadores e potencializasse suas lutas. Esse foi, segundo Darby Igaiara, dirigente da CUT, o motivador para que a entidade sindical viesse a prestar apoio ao movimento social:

O apoio da CUT e de seus filiados também tem outro aspecto: o de separar movimentos legítimos dos grupos com outros interesses. “Há movimentos e movimentos, sindicatos e sindicatos, associações e associações. Alguns estão voltados para algum tipo de arrecadação, não para fazer e fortalecer a luta, para desdobrar em movimentos. A CUT não entra nessa seara”, esclarece Darby. E o MUCA já foi alvo de interesses nesse sentido. Segundo o dirigente, já houve quem entendesse que o movimento dos ambulantes fosse transformado num sindicato, alegando que, para a CUT, seria interessante, já que mais uma entidade filiada representa aumento de receita. “Mas eu falo que está errado, porque o que está fazendo história, dando dignidade a estes trabalhadores, é um movimento chamado MUCA, que surgiu com essa essência e dá condições de fazer qualquer coisa por aqueles que precisam do espaço para trabalhar. Pode até existir, no futuro, um

¹⁵³ Segundo Maria Lourdes do Carmo, coordenadora e uma das fundadoras do movimento, naquela época, ao mesmo tempo que havia uma forte indignação contra a política repressiva de César Maia, havia também uma animação inicial ocasionada pela recente eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, e por isso o grupo de camelôs buscou apoio no diretório do Partido dos Trabalhadores (PT). Na sede do partido foram direcionados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que acolheu os ambulantes e forneceu o apoio inicial para a estruturação do MUCA, que foi batizado inclusive dentro da entidade sindical. O movimento atuou com uma estreita relação com a CUT até 2009, quando Eduardo Paes iniciou seu mandato na Prefeitura da cidade. Isso porque a aliança entre o PT e o PMDB no governo do Rio de Janeiro impactou em mudanças nas dinâmicas, estratégias e forças políticas dentro da CUT, criando inclusive fricções internas dentro do PT carioca. As lutas dos trabalhadores ambulantes haviam entrado em rota de colisão com o projeto olímpico da cidade carioca, que recebia apoio do governo federal e os laços entre o movimento e a entidade foram se distanciando. Ainda assim, o movimento manteve algumas articulações com a entidade, em especial pela mediação com parlamentares do PT, como o então vereador Reimont. O MUCA participou ativamente do mandato de vereança de Reimont de 2009, ano em que foi eleito, a 2018. Hoje a CUT subsidia um outro coletivo, mais recente, com uma menor mobilização, com o nome “Camelô-CUT”.

sindicato dos camelôs, mas o MUCA não pode ser anulado”, defende o presidente da CUT.¹⁵⁴

Desse modo, entendemos que o Movimento Unido dos Camelôs encarnou um agir humano coletivo em torno de um projeto de *classe* – entendida aqui como relação e processo – se aproximando do conceito proposto por Edward Palmer Thompson¹⁵⁵. Também seria possível caracterizá-lo como movimento social por ser uma “ação social coletiva de caráter sócio político e cultural que viabiliza formas distintas de uma parcela da população se organizar e expressar demandas”¹⁵⁶. Considerando a dimensão sócio-espacial, poderíamos ainda dizer que o MUCA se enquadra na categoria de “movimentos sociais urbanos”, que segundo Manuel Castells consiste-se em práticas coletivas conscientes, advindas de problemas urbanos, que, ao se contrapor aos interesses sociais dominantes institucionalizados, se tornam capazes de produzir mudanças substanciais no sistema urbano, na cultura local e nas instituições políticas”¹⁵⁷.

O movimento social, desde sua origem, passou a defender as demandas dos trabalhadores ambulantes, sem fazer qualquer distinção entre as versões do comércio ambulante da cidade carioca, convocando sempre a mobilização dos trabalhadores em chamadas amplas, buscando a identificação, a união e a organização da categoria. Desse modo, é comum ver nas chamadas do movimento alusões aos “camelôs do pulo”¹⁵⁸, os “camelôs que pagam para trabalhar”¹⁵⁹, os

¹⁵⁴ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **A CUT e o MUCA**. Rio de Janeiro: MUCA, 2012. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/p/cut-e-o-muca.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

¹⁵⁵ THOMPSON, Edward Palmer. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?. In: THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**. Barcelona: Ed. Critica, 1979.

¹⁵⁶ GOHN, Mara da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. p. 335.

¹⁵⁷ CASTELLS, Manuel. **The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements**. Univ of California Press, 1983.

¹⁵⁸ Os “camelôs do pulo” são aqueles que trabalham ambulando de forma irregular, sem ponto fixo, normalmente usando de apetrechos de fácil desmonte, como tabuleiros e mantas. O “pulo” está relacionado à mobilidade desses trabalhadores e suas estratégias para saltar a fiscalização.

¹⁵⁹ Os “camelôs que pagam para trabalhar” seriam aqueles que pagam taxas para terceiros a fim de resguardar seu trabalho, seja para se estabelecer em um determinado ponto da cidade ou para conferir uma aparência de regularidade e proteção contra a fiscalização, por meio do aluguel de TUAP (na forma de auxiliar). Embora essas práticas sejam irregulares, o MUCA-RJ entende que esses trabalhadores, que estão de fato exercendo suas atividades nas ruas, são, em realidade explorados por terceiros, e essas são apenas táticas de sobrevivência.

“camelôs de assentamentos”¹⁶⁰, os “camelôs com ou sem TUAP’s”¹⁶¹, os “camelôs de eventos”¹⁶², os “camelôs de triciclos e carroças”¹⁶³, os “camelôs estrangeiros”¹⁶⁴, os “camelôs da praia”¹⁶⁵, entre outras variações possíveis. No entanto, o movimento não inclui aqueles que possuem autorização do poder público e a alugam para terceiros, auferindo renda sem de fato exercer a camelotagem. Nas palavras de Maria dos Camelôs,

O movimento defende todos os camelôs. Não tem essa de se tem ou não a licença, isso aí é feito para dividir mesmo a gente. Hoje eu tenho, mas foram anos de luta para conseguir. Quem tem licença tem é que ajudar quem não tem, porque somos todos camelôs, todo mundo tá tentando sobreviver e a rua é de todos. Hoje talvez você tá com a licença e amanhã não tá, porque eles tiram. Então o MUCA defende todos. Tem camelô de tudo que é tipo e as necessidades mudam de acordo com o tipo, mas no final todos os camelôs são vítimas da mesma política da prefeitura, que é de exclusão mesmo, de dar pouco ou nenhum direito. Então a gente luta também pela união. É difícil organizar a categoria, mas só com essa união é que a gente vai conseguir transformar essa política. Agora, gente que aluga a TUAP para outra pessoa não é camelô, é a mesma coisa daqueles donos de licença de táxi, que vive do trabalho dos outros. Camelô é quem tá na rua trabalhando, não é um nome que tá numa licença¹⁶⁶.

Um ponto importante e que distingue o movimento de outras associações é o reconhecimento e a reivindicação do camelô enquanto trabalhador, tanto para afastar a imagem marginalizada – e até mesmo criminosa – da categoria, que se difundiu na sociedade, como para afastar as concepções de que o camelô é um microempresário tentando a sorte no mercado capitalista, atuando, inclusive, a partir de métodos pedagógicos – da educação popular – para a formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores ambulantes. Nesse sentido, além de mobilizar campanhas de conscientização, o movimento realiza oficinas com os

¹⁶⁰ Os “camelôs de assentamento” são aqueles que possuem ponto fixo determinado pelo poder público municipal.

¹⁶¹ O MUCA-RJ trata de organizar trabalhadores ambulantes independente de sua formalização em relação ao poder público municipal, nesse sentido, “com ou sem TUAPs” remete a existência ou não da autorização do uso de área pública para o exercício da atividade comercial ambulante.

¹⁶² Os “camelôs de eventos” são aqueles que abastecem os eventos em espaço público, como nas ruas e praças, de forma que se movimentam pela cidade de acordo com uma agenda cultural ao longo do ano. É comum que os ambulantes de eventos também atuem em manifestações políticas e outras oportunidades de aglomeração de cidadãos.

¹⁶³ A referência aos “triciclos e carroças” diz respeito ao meio pelo qual o camelô exerce sua atividade, que, por depender de veículo, exige uma série de fatores de logística, muitas vezes ignorados pelo poder público, como a questão dos depósitos.

¹⁶⁴ Os “camelôs estrangeiros” são aqueles imigrantes, refugiados ou não, que, por sua condição, enfrentam uma série de vulnerabilidades, em especial no que tange ao acesso à formalização.

¹⁶⁵ Os “camelôs da praia” possuem dinâmicas muito próprias de trabalho, organizados normalmente em grupos pelo tipo de produto que comercializam, e costumam ficar mais vulneráveis no período do verão, quando se intensificam as operações de fiscalização nas praias.

¹⁶⁶ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 23 de agosto de 2021.

trabalhadores ambulantes e a sociedade civil, convidando pesquisadores, professores universitários, advogados, representantes políticos e militantes de outras organizações e movimentos sociais. Mais uma vez, com a palavra, Maria dos Camelôs:

Camelô é trabalhador! A gente repete isso há anos. No começo era mais porque queriam criminalizar a gente, tratar como bandido. E a gente precisava – e ainda precisa né?! – afirmar que a gente só queria trabalhar, que não era marginal. Mas agora a gente precisa falar que é trabalhador também porque forçam uma barra de que camelô é microempresário, é empreendedor. Empurram isso principalmente para quem tem licença, e o povo acha logo que vai ser o novo Silvio Santos. Você sabia que ele era camelô né?... Mas isso é muito ruim, porque traz essa lógica do empresário, de competição, e não deixa o camelô perceber que ele é mais um trabalhador ferrado nesse sistema, dificulta a organizar a categoria¹⁶⁷.

O MUCA atualmente possui uma assessoria técnica popular que compõe o movimento, tanto de assistência jurídica – a qual esta pesquisadora integra – como de comunicação – Guilherme Faro Bonan, Renata Procopio Raymunde Jones e Hertz Viana Leal –, mas a coordenação do movimento, desde sua fundação, é formada apenas por camelôs. Conforme explica André Pacheco, um dos coordenadores do MUCA e representante da Feira Noturna da Lapa:

Têm muitas associações e entidades de camelôs que são lideradas por pessoas que não trabalham nas ruas. Tem muita liderança que se apresenta por aí e é na verdade dono de depósito, que aluga barraca, que trabalha de certa forma com o comércio ambulante, mas que não é camelô. Não vou citar nomes, mas você conhece! (risos) No MUCA quem planeja, toma as decisões, faz as negociações, representa nos espaços públicos somos nós mesmos. É um movimento de camelô para camelô e eu acredito que isso é muito importante. Porque somos nós que sabemos o que passamos e temos toda a capacidade de propor políticas públicas para a melhoria da nossa realidade.¹⁶⁸

Entre as principais bandeiras do movimento estão: i) a participação política ativa dos trabalhadores informais; ii) a luta pela regularização do comércio ambulante; iii) a defesa de condições dignas de trabalho e demais direitos sociais dos camelôs; iv) o fortalecimento coletivo e a economia solidária; e v) o enfrentamento à política de repressão violenta consolidada pelo poder público.

Para tanto, o movimento vem usando de múltiplas estratégias de atuação, que passam pela organização, formação e mobilização popular, por atos e manifestações políticas, culturais e ações diretas, pela realização de campanhas, pela veiculação

¹⁶⁷ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 23 de agosto de 2021.

¹⁶⁸ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 14 de setembro de 2022.

de denúncias nos meios de comunicação, pela assistência social e jurídica aos camelôs, por articulações políticas com diferentes movimentos sociais, sindicatos e instituições de defesa dos direitos humanos, pela participação ativa nas discussões do poder legislativo, ao lado dos parlamentares parceiros, pela pressão e negociação com o poder público municipal etc.

O MUCA, fundado um ano após a criação da Aliança Internacional dos Vendedores de Rua *StreetNet*, compõe essa organização no âmbito global participa, sempre que possível, de seus encontros e atividades. Em abril de 2019, Maria dos Camelôs compôs a delegação brasileira que participou do Congresso da organização no Quirguistão, país localizado na Ásia Central, onde pôde compartilhar experiências com trabalhadores ambulantes de diversos lugares do mundo.

Além dessa experiência internacional, a coordenação do MUCA participou de diversos encontros organizados pela *StreetNet* em diferentes estados do país, como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Porto Alegre e São Paulo, considerando a forte atuação da organização no país – e na América Latina. Para citar uma atividade mais recente, o MUCA participou em maio de 2022, do “Encontro Regional da Aliança Global *StreetNet* International”, em São Paulo, reunindo representações latino-americanas dos movimentos e associações de trabalhadores ambulantes. O encontro, além de proporcionar a troca de conhecimentos – práticos e teóricos – entre as diversas organizações de vendedores ambulantes, também teve como objetivo a construção de um plano estratégico para o desenvolvimento das atividades da *StreetNet* na região para os próximos 4 anos.

O movimento social também vem colaborando com a União Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil – UNICAB, desde sua fundação em 2011. A UNICAB é uma articulação nacional de organizações representativas de trabalhadoras e trabalhadores ambulantes em diversas cidades do Brasil e está presente em 8 estados do país. Sua fundação se deu a partir do acúmulo dos processos de luta desencadeados pelos Comitês Populares da Copa do Mundo. A organização busca colaborar na formação das lideranças das organizações que a compõem, fortalecendo a luta das e dos ambulantes do Brasil, além de incidir para que os poderes públicos reconheçam

esses trabalhadores como parte essencial da economia do país e garantam seus direitos¹⁶⁹.

Atualmente, o MUCA é afiliado aos Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos (MTSD), tendo participado de sua fundação em 04 de maio de 2022. Maria dos Camelôs, além de ser fundadora e coordenadora do MUCA, exerce também as funções de coordenadora estadual (Rio de Janeiro) e nacional no outro movimento. O MTSD é um movimento suprapartidário que nasceu da grande necessidade de organizar a luta de todos os trabalhadores informais no Brasil, reunindo categorias como entregadores e motoristas de aplicativos, camelôs, ambulantes, feirantes, diaristas, pedreiros, manicures, catadores de material reciclável etc. Assim, o movimento nacional se coloca na luta pelo direito ao trabalho, pela ocupação organizada dos espaços públicos, por direitos humanos, contra a criminalização dos trabalhadores, contra a precarização do trabalho e pela democracia. O objetivo é retirar da invisibilidade tantas classes trabalhadoras que ajudam a girar a economia do país, com muitos deveres e nenhum direito garantido pelo poder público.

Foi por meio da participação no MTSD que, no início do mês de dezembro de 2022, Maria dos Camelôs teve a oportunidade de participar de um intercâmbio internacional, em Buenos Aires, Argentina. A integração foi promovida pela entidade argentina *Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular* (UTEP), e a participação do MTSD foi articulada pela Fundação Rosa Luxemburgo. A experiência possibilitou uma valiosa troca entre os trabalhadores informais da América Latina. Lá, a também coordenadora do MUCA teve a oportunidade de conhecer diversas entidades representativas de trabalhadores informais e participar da manifestação “*Jornada Nacional por Aguinaldo, Herramientas y Alimentos para la Economía Popular*”, pelas ruas do Centro de Buenos Aires.

Os intercâmbios são de grande valia para os movimentos sociais. As experiências vividas pelos companheiros do MUCA se assemelham e, ao mesmo tempo, se diferem das vivenciadas por outros trabalhadores informais e ambulantes em outras regiões do país e do continente. Assim, a articulação do MUCA com o MTSD permite não só essas trocas de conhecimentos e experiências, mas também a construção de estratégias e ações comuns nas lutas nacionais e regionais.

¹⁶⁹ Informações extraídas do sítio online oficial da União Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores Camelôs, Ambulantes e Feirantes do Brasil – UNICAB. Disponível em: <https://www.unicab.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

O MUCA também busca a articulação com outras entidades e movimentos não restritos à pauta dos camelôs e trabalhadores informais, reforçando a posição crítica assumida pelo movimento, inserindo as lutas dos trabalhadores ambulantes no campo das lutas anticapitalistas e conectando as demandas específicas dos camelôs com as outras lutas sociais por acesso à moradia digna, à segurança alimentar, à saúde, à educação, à justiça, à mobilidade, ao lazer, à cultura, entre outras.

Nesse sentido, o MUCA, ao longo de seus 20 anos de história, apoiou e construiu ações conjuntas com uma série de movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais e outras entidades, como a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), as Brigadas Populares, a Teia Solidária da Zona Oeste, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), a Casa da Mulher Trabalhadora (CAMTRA), a ONG Justiça Global, a ONG Anistia Internacional Brasil, ONG Ação Cidadania, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Intersindical Central da Classe Trabalhadora, Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado do Rio (SINDSPREV/RJ), a Regional do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN/RJ), entre muitos outros, ressaltando ainda a presença de articulações com organizações internacionais como o fórum *Nuestamérica Movimiento Popular* (Argentina).

Por meio dessas articulações o MUCA vem participando ativamente na conformação de diversas frentes e ações coletivas importantes para a reivindicação dos direitos dos despossuídos, entendendo que a informalidade não diz respeito apenas ao trabalho, mas a condições de vida. Nesse sentido, cita-se sua participação no Comitê Social do Pan, no Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, na Coordenação de Movimentos Sociais da organização do Grito dos Excluídos, na Plenária dos Movimentos Sociais do Rio de Janeiro, nas ações do Conselho Popular, entre outras.

Nessa conformação de redes de colaboradores e parceiros, o movimento social ressalta ainda a busca de assessorias técnicas de distintas áreas do saber, como a extinta Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, o Observatório de

Metrópolis, vinculado ao IPPUR/UFRJ, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin – NAJUP/UFRJ, a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional RJ (CDHAJ-OAB/RJ), o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) da Fiocruz, entre outros.

Diante da repressão descomedida pelo poder público, o MUCA, além de realizar atos públicos, também vem levando importantes denúncias para as mídias, os órgãos competentes e às instituições de tutela dos direitos humanos e direitos coletivos, tais como o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUDEDH-DPGERJ), a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (CDH-ALERJ), instâncias do Ministério Público Estadual e a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PRDC-MPF). Assim como vem lançando diversas campanhas de conscientização e pressão popular, como a campanha contra a criminalização do comércio informal (lançada com apoio da CUT) e a campanha #GuardaArmadaNão – que serão abordadas no terceiro capítulo.

O MUCA também realiza, com frequência, diversas oficinas e rodas de conversas em parceria com grupos de estudos, de pesquisa e de extensão das instituições de ensino localizadas na cidade, buscando não só conscientizar os estudantes, pesquisadores e professores, mas realizar uma efetiva troca, que permita a articulação do conhecimento teórico e prático acerca das questões do trabalho ambulante no Rio de Janeiro. Em fevereiro de 2023, Maria dos Camelôs foi convidada a compor o painel “Um Rio chamado Brasil - afluentes da reconstrução e desbolsenarização do Brasil” da “13ª Bienal da UNE (União Nacional dos Estudantes), Festival dos Estudantes”.

Como uma de suas frentes de mobilização encontra-se também a pressão e/ou articulação na casa legislativa da cidade carioca. Para além de mobilizar a categoria e encher as galerias da Câmara Municipal, a fim de resistir aos projetos de lei prejudiciais aos trabalhadores ambulantes, o MUCA, enquanto um movimento suprapartidário, sempre buscou diálogo e apoio de parlamentares que se preocupam com as justas demandas desses trabalhadores, em especial aqueles dentro do campo político da esquerda – considerando as bandeiras defendidas pelo próprio movimento –, mas não exclusivamente, tendo em vista a necessidade de apoio amplo para a aprovação de novas legislações. Nesse campo de atuação, o

movimento social prioriza a participação ativa na elaboração de novas leis e nos espaços abertos pelas audiências públicas, além de cobrar dos parlamentares a fiscalização do poder público municipal, levando as denúncias dos camelôs aos representantes do povo carioca.

Segundo informações prestadas por Maria dos Camelôs, os apoios dos mandatos parlamentares sempre foram muito importantes na história do movimento, desde sua fundação, quando vereadores como Edson Santos, Eliomar Coelho, Aldison Pires (todos pelo PT), Ricardo Maranhão (pelo PSB) e Verônica Costa (pelo PL/PMDB) apoiaram a organização dos camelôs. À época, alguns deputados estaduais também auxiliaram o movimento, como Alessandro Molon e Gilberto Palmares (ambos pelo PT)¹⁷⁰.

Nesse sentido, ressaltamos a participação ativa do MUCA entre os anos de 2009-2018 no mandato do então vereador Reimont (pelo PT), considerando que, através dessa articulação, o movimento social protagonizou uma série de discussões no Legislativo Municipal. A atuação do MUCA junto ao mandato do parlamentar possibilitou a reforma da Lei Municipal nº 1.876/92, por meio não só da elaboração do Projeto de Lei (PL) nº 779/2010, mas também de uma ampla mobilização dos camelôs pela aprovação da proposta legislativa, que culminou na Lei Municipal nº 6.272/2017. O MUCA também pautou e participou da formulação da Lei Municipal nº 6.426/2018, oriunda do PL nº 330/2017, que regulamenta os depósitos para entidades representativas do comércio ambulante.

O MUCA vem contando, nos últimos anos, também com um forte apoio da bancada municipal do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), valendo destacar em especial a interlocução com Marielle Franco, em seu breve mandato na vereança do Rio de Janeiro, interrompido pelo seu assassinato¹⁷¹, e o ex-vereador, atual deputado federal, Tarcísio Motta. Marielle Franco foi uma voz importante na luta contra o armamento da GM-Rio. Já Tarcísio Motta encampou diversas pautas do movimento social, porém, frisa-se aqui a sua atuação incansável contra o modelo de mercantilização do carnaval carioca, defendendo o trabalho ambulante no maior evento da cidade.

¹⁷⁰ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 21 de fevereiro de 2023.

¹⁷¹ Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes foram vítimas de homicídio, que escandalizou o mundo, em 14 de março de 2018. Diante da ausência de respostas para o crime bárbaro até os dias de hoje, e da importância da memória, da verdade e da justiça, vale registrar nessa pesquisa: Quem mandou matar Marielle?

Atualmente, parte da coordenação do MUCA está filiada ao PSOL, incluindo Maria dos Camelôs, quem foi candidata à vereança, pela primeira vez, nas eleições municipais de 2020, com forte apoio do deputado federal Glauber Braga (pelo mesmo partido) e do MTST, tendo recebido 1.981 votos. A respeito de sua filiação e candidatura Maria de Lourdes do Carmo disse:

Eu já fui filiada ao PT e hoje estou filiada ao PSOL. Isso tem a ver com o programa político que acredito e que me coloco a disposição de construir, no coletivo. Alguns companheiros também se filiaram, a gente conversou sobre isso. Mas o movimento tem a sua autonomia. Do mesmo jeito que o Boulos e várias figuras do MTST tão no PSOL ou a Marina do MST e várias outras figuras do movimento tão no PT. Imagina se a APIB não ia ter mais autonomia porque a Sônia Guajajara foi para o PSOL! Isso é muito importante de falar. Partido nenhum é dono do movimento social, ainda que existam relações próximas, que a gente esteja ali na base construindo. E se o movimento social não é do partido, muito menos é de um representante político. A pauta é sempre da categoria, o protagonismo é sempre dos trabalhadores organizados, a vitória é, antes de tudo, do movimento social. Foi por isso também que eu me candidatei, porque é uma demanda do movimento ter uma representação direta, ocupar esses espaços. Eu já fui muito para as ruas fazer campanha de muita gente, faço até hoje e vou seguir fazendo. Mas sempre escutei dos camelôs quando é que a gente ia ter a nossa própria campanha. Se eu me coloco a disposição para isso é porque é uma demanda e uma avaliação do movimento.¹⁷²

O MUCA vem, ao longo dos seus 20 anos de luta, reivindicando uma cidadania ativa¹⁷³ e concebendo uma radicalização da democracia, na qual as e os trabalhadores ambulantes se colocam como protagonistas da sua própria história. A candidatura de Maria à vereança foi resultado desse processo de acúmulo do movimento social.

Nesse sentido, o MUCA vem exigindo sua participação não só na produção legislativa, como também na formulação e execução de políticas públicas pelo Executivo municipal. Nas Eleições Municipais de 2020, o movimento chegou a enviar uma carta aos candidatos à Prefeitura do Rio de Janeiro, contendo 14 propostas fundamentais para a categoria dos trabalhadores ambulantes¹⁷⁴. O movimento social também cobra recorrentemente reuniões com a Prefeitura, nas quais além de apontar as dificuldades e violações de direitos dos camelôs cariocas, também apresenta propostas concretas ao poder público municipal, exigindo sua

¹⁷² Comunicação particular realizada à pesquisadora em 21 de fevereiro de 2023.

¹⁷³ BELLO, Enzo. **A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013. p. 293.

¹⁷⁴ A Carta pode ser acessada em MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Propostas ao Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: MUCA, 2020. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/page/2/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

participação e se colocando à disposição para contribuir na formulação e implementação das políticas públicas relativas à categoria.

Para citar um exemplo, o qual esta pesquisadora teve a oportunidade de acompanhar, temos o caso do Projeto Reviver Centro, da gestão de Eduardo Paes. O MUCA já havia demandado diálogo com a Prefeitura antes mesmo do projeto sair do papel, lançando a campanha “Reviver Centro com os Camelôs”, mas não foi atendido. Tão logo se iniciou a implementação do projeto, o poder público municipal passou a realizar operações de remoção dos trabalhadores ambulantes na região, retirando os camelôs do Largo da Carioca, nos arredores do Edifício Central.

No dia 24 de junho de 2021, o MUCA organizou um protesto junto a esses trabalhadores, que ficaram em condições de (ainda mais) vulnerabilidade sem a possibilidade da manutenção de suas atividades laborais. Durante horas o movimento social ocupou a Avenida Rio Branco, travando as ruas e os trilhos do VLT. A CDHAJ-OAB/RJ, a CDH da ALERJ, a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e alguns mandatos do PSOL estiveram presentes. Somente a partir dessa pressão popular o poder público municipal aceitou realizar um encontro com o movimento para tratar das demandas.

A reunião ocorreu na SEOP no dia 29 de junho daquele ano, com a presença do Secretário de Ordem Pública, sr. Breno Carnevale, do, à época, Subprefeito do Centro, Leonardo Pavão e representantes da GM-Rio. Na ocasião, o MUCA levou a listagem dos trabalhadores afetados e um projeto urbanístico desenvolvido pelo Observatório de Metrópoles do IPPUR/UFRJ para a realocação dos camelôs, considerando a padronização dos mesmos e a manutenção dos fluxos de pedestres nas calçadas e acessos ao metrô. A proposta apresentada era de que o movimento social realizaria o cadastro *in locu* dos vendedores ambulantes, para cada etapa do Reviver Centro, priorizando a realocação e regularização dos mesmos na região. No entanto, a Prefeitura seguiu simplesmente removendo os trabalhadores como se fossem dejetos urbanos. Os trabalhadores até hoje não foram reassentados.

Outro exemplo recente, dessa vez com um desfecho vitorioso: no dia 31 de janeiro deste ano, o MUCA ocupou a entrada do gabinete do prefeito Eduardo Paes, na sede da Prefeitura – Cidade Nova, após diversas tentativas de diálogo com o poder público municipal. A ação já era o quarto ato em protesto contra as ações abusivas da “Operação Verão 2022/2023”, conduzidas pela Prefeitura por meio da SEOP e da GM-Rio. O objetivo do movimento social era conseguir uma reunião

com o Prefeito Eduardo Paes para negociar as demandas emergenciais dos trabalhadores e denunciar as violações de direitos humanos infligidas no curso das operações de verão. Durante a ocupação, o movimento social esteve acompanhado pela CDHAJ-OAB/RJ e pela CDH-ALERJ. Após algum momento de tensão com os agentes da segurança do prefeito, que não se encontrava no edifício, e da mediação de Leandro Matieli, no cargo de Subchefe de Gabinete do Prefeito, finalmente o Secretário de Ordem Pública, Brenno Carnevale, aceitou se reunir com os camelôs e estabelecer uma mesa de negociação.

Ocorre que, para além da violência desproporcional dirigida aos camelôs nas operações que vinham ocorrendo na orla de Copacabana, as e os ambulantes estavam encontrando imensa dificuldade para recuperar as mercadorias apreendidas, em especial em razão do procedimento de restituição estabelecido pela Resolução SEOP nº 439/2023, editada no início daquele mês, que passou a exigir a autorização do próprio Secretário para a liberação das mercadorias apreendidas. Na prática, a SEOP havia criado um procedimento exageradamente burocrático, que vinha impossibilitando, por longo período, o exercício das atividades laborais e a garantia de renda e condições básicas de vida das e dos camelôs. Diversas trabalhadoras presentes, mães chefes de família, relataram situação de insegurança alimentar.

O movimento, com apoio das comissões presentes, negociou a alteração da referida resolução, o que foi acatado pelo secretário Carnevale. A nova resolução revogando o trecho do texto discutido foi publicada no Diário Oficial do Município (Resolução SEOP nº 447/2023), no dia seguinte, reestabelecendo o procedimento mais simples previsto legalmente. O secretário ainda se comprometeu a não estabelecer novamente tal exigência em sua gestão¹⁷⁵, haja visto que já havia publicado resolução semelhante em outubro de 2022 e voltado atrás em novembro daquele ano, após negociação com o parlamentar Reimont.

Nessa esteira, ainda vale mencionar que, atualmente, o MUCA vem realizando conversas com a SEOP acerca de propostas para a regulamentação dos depósitos, considerando que, apesar de haver lei municipal vigente (Lei Municipal nº 6.426/2018), o poder público não regulamentou o funcionamento de depósitos na cidade, de modo que manteve todos na irregularidade. Ao contrário, com

¹⁷⁵ O MUCA-RJ gravou essa declaração, que consta hoje em registro audiovisual nos arquivos do movimento.

frequência se utiliza de “estouros de depósito clandestino” para realizar apreensões de grande porte, impedindo os camelôs de trabalhar. O movimento vem defendendo um modelo de regulamentação que priorize a autogestão de depósitos pelos próprios trabalhadores ambulantes.

O MUCA também realiza ações de caráter mais assistencialista, em função da intensa vulnerabilidade dos trabalhadores ambulantes, mas sempre pautando a luta por direitos e sem nenhuma pretensão de assumir os deveres do Estado. Nesse sentido, se encontram ações como a distribuição de cestas básicas, com vistas a garantir alguma condição material de subsistência aos camelôs mais necessitados, aqueles que passam fome e insegurança alimentar¹⁷⁶. Para realizar essas ações o movimento além de lançar campanhas de financiamento coletivo, disputar editais e realizar parcerias com instituições, também conta com o apoio de diversos atores do cenário cultural carioca, que realizam doações de verbas e alimentos arrecadados nos eventos culturais da cidade, por meio de entradas solidárias.

Essas ações foram intensificadas a partir do ano de 2020, com a instauração da pandemia da Covid-19, declarada em março daquele ano pela Organização Mundial de Saúde (OMS), nas cidades brasileiras, com a consequente implementação das medidas sanitárias de esvaziamento prolongado dos espaços públicos e o aprofundamento da crise socioeconômica. Além dessas iniciativas, o MUCA-RJ também promoveu outras ações para a assistência social dos camelôs e a defesa dos seus direitos durante o período pandêmico – ver apêndice “O MUCA e a pandemia da COVID-19”.

Nos últimos anos, o combate à fome passou a integrar fortemente as agendas do MUCA-RJ. Em dezembro de 2021 o movimento firmou sua colaboração na

¹⁷⁶ A alimentação é um direito humano que vem sendo violado sistematicamente e compromete o acesso a outras necessidades essenciais, interferindo diretamente na qualidade de vida da população. A insegurança alimentar está intrinsecamente ligada à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras e a precarização do trabalho intensificada pela Reforma Trabalhista (Lei N.º 13.467/2017) e pela Lei N.º 13.874/2019 (conhecida como minirreforma trabalhista). De acordo com o IBGE, em 2013, 22,6% da população apresentava alguma restrição alimentar ou preocupação com a possibilidade de falta de recursos para adquirir alimentos. Em 2017-2018, o quantitativo de pessoas em insegurança alimentar aumentou para 36,7% da população, cerca de 84,9 milhões de pessoas. Em 2020 esse quantitativo aumentou ainda mais, 116 milhões de pessoas, um pouco mais da metade da população, não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Em 2022, 125,2 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar, o que corresponde a 58,7% da população do país. Segundo o art. 3.º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei Federal n.º 11.346/2006, a segurança alimentar e nutricional não pode ser analisada como uma questão individual, mas sim coletiva, considerando que práticas alimentares são promotoras de saúde e cidadania, respeitando a diversidade cultural e sendo social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

construção do Mapa da Fome da cidade do Rio de Janeiro, projeto que busca levantar dados concretos que possam subsidiar políticas públicas contra a fome e a insegurança alimentar. O mapeamento foi instituído a partir de um convênio de cooperação técnica entre a Câmara dos Vereadores e o Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, contando com a colaboração de diversas organizações e movimentos parceiros da Frente Parlamentar de Combate à Fome da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Ressalta-se, ainda, a experiência da Cozinha Solidária da Lapa, no Centro do Rio de Janeiro, inaugurada em 26 de novembro de 2021, a partir de uma parceria do MUCA-RJ com o MTST. A cozinha, voltada para combater a fome da população em vulnerabilidade social, como camelôs e pessoas em situação de rua, distribui semanalmente cerca de 500 refeições gratuitas, preparadas com alimentos sem agrotóxicos produzidos por pequenos agricultores¹⁷⁷. O MTST inaugurou o projeto no contexto da pandemia e, conforme dados compilados até setembro de 2022, possui 31 Cozinhas Solidárias pelo país, em 14 Estados¹⁷⁸. A colaboração entre os movimentos foi fundamental para que a cidade do Rio de Janeiro pudesse ter uma Cozinha Solidária.

O MUCA também exerceu um importante papel nas tensionadas Eleições de 2022, integrando a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Antes mesmo do início do período eleitoral, no dia 30 de março de 2022, Maria dos Camelôs participou de um encontro com o então pré-candidato e atual presidente, realizado no Hotel Pestana, no bairro de Copacabana. Na ocasião, a coordenadora do MUCA teve a oportunidade de se dirigir direta e publicamente à Lula sobre a necessidade de construir políticas públicas para os trabalhadores informais:

É preciso que o poder público tenha cuidado com essas pessoas que trabalham não somente como camelôs, mas também com os entregadores e motoristas de aplicativos, os catadores, as empregadas domésticas, as manicures e todas as categorias de trabalhadores excluídos. Nós precisamos fazer uma discussão sobre esse povo. Eu lembro de uma entrevista da época em que você estava preso na qual afirmou que as centrais sindicais deveriam entender como iriam lidar com os trabalhadores informais. Disse também que esse povo não estava mais nas fábricas.

¹⁷⁷ PROJETO Cozinha Solidária começa a funcionar no centro do Rio de Janeiro nesta sexta-feira (26). **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2021/11/26/projeto-cozinha-solidaria-comeca-a-funcionar-no-centro-do-rio-de-janeiro-nesta-sexta-feira-26>. Acesso em: 04 mar. 2023.

¹⁷⁸ Para saber mais visite o sítio oficial do projeto em: MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Cozinha Solidária**. [S. l.]: MST, 2023. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

As nossas fábricas são a rua. O que nós vamos fazer para resistir? Nós precisamos levar comida para as nossas casas. Nós precisamos de um diálogo nacional, de sermos enxergados nacionalmente. E precisamos reafirmar o tempo todo que camelô é trabalhador. [...] O (vereador) Tarcísio acompanhou uma reunião que tivemos na Câmara Municipal, na semana passada, após um ato onde a polícia jogou bomba em cima dos manifestantes. Então, eu queria pedir que façamos um debate sobre a informalidade. [...]¹⁷⁹

Após promover e participar de diversas atividades da campanha de Lula no primeiro turno das Eleições de 2022, em 13 de outubro do mesmo ano, o movimento lançou o manifesto civil “Camelôs pela Democracia”, convocando os trabalhadores ambulantes para integrar a campanha de segundo turno:

Nós estamos nas ruas das cidades vendendo mercadorias para ganhar o sustento das nossas vidas, que fazemos parte da família das pessoas que produzem com o trabalho informal e sem direitos, precisamos nos posicionar sobre o futuro do nosso Brasil. A decisão política é agora, vamos votar escolhendo o projeto que pode garantir a qualidade de vida da nossa comunidade.

Fazer política é poder decidir onde investir o orçamento do Estado, como criar e como dividir as riquezas do nosso país. Há uma luta pela apropriação desses valores. Nesse momento, nós pobres, precários e favelados devemos fazer a diferença, pois somos a maioria. Devemos nos posicionar pela distribuição da riqueza, contra a desigualdade e pela democracia participativa. Queremos ter voz e determinar os destinos da nossa nação.

O Movimento Unido dos Camelôs – MUCA não tem vínculo partidário e está ao lado de todas as pessoas que batalham pela sobrevivência, queremos garantir um futuro de oportunidades e de diálogo com os governos para assegurar políticas públicas inclusivas, com direitos ao trabalho, à moradia, à educação e à saúde, com investimentos públicos e sem orçamentos secretos. Por isso nós apoiamos o ex-presidente Lula 13. [...]¹⁸⁰

Após a eleição do atual presidente, no dia 10 de dezembro de 2022, dia dos Direitos Humanos, o MUCA encaminhou para a Equipe de Transição do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na figura de Aloízio Mercadante, suas principais sugestões de políticas públicas para as pessoas que trabalham nas ruas das cidades, seja no comércio ambulante, seja na prestação de serviços ou em outras atividades de trabalho precarizadas¹⁸¹. No momento da redação desta tese, o movimento está se preparando para uma reunião, agendada em Brasília, com o atual

¹⁷⁹ Fala de Maria de Lourdes do Carmo em 30 de março de 2022, Hotel Pestana, Copacabana, Rio de Janeiro. Transcrição realizada a partir de registro audiovisual do Acervo do MUCA.

¹⁸⁰ O Manifesto pode ser acessado na íntegra em MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Manifesto Camelôs pela Democracia**. Rio de Janeiro: MUCA, 2022a. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

¹⁸¹ A Carta à Coordenação da Equipe de Transição de Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode ser acessada em MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **MUCA Envia Propostas para Equipe de Transição do Governo Lula**. Rio de Janeiro: MUCA, 2022b. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

Ministro do Trabalho, Luiz Marinho. Desse modo, o movimento social vem também buscando nacionalizar os debates sobre a “camelotagem” e demais trabalhos informais.

Por fim, é importante registrar que o MUCA atualmente luta pela construção de um Centro de Referência para os camelôs e trabalhadores informais do Rio de Janeiro. O projeto do movimento tem como objetivo a criação de um espaço para receber as e os camelôs e trabalhadores informais da cidade, com vistas a acolher suas demandas, dar orientações, realizar atendimentos e acompanhamentos desses trabalhadores, ofertando assistência social e jurídica, por meio de parcerias com assessorias técnicas. O projeto também inclui atividades de formação para a categoria e de diálogo com a população carioca sobre o trabalho dos camelôs e suas reivindicações, visando à ampliação do debate democrático junto à sociedade civil. A proposta é que o espaço também funcione para a conservação e o espraio da história e memória de luta do MUCA e dos camelôs da cidade, por meio do armazenamento adequado dos arquivos do movimento social e da realização de exposições públicas¹⁸².

A demanda pelo Centro de Referência esteve inclusive na já mencionada carta enviada pelo movimento à Equipe de Transição do atual governo federal:

Hoje, entendemos que é fundamental organizar Centros de Referência para os trabalhadores informais que possam orientar sobre os serviços públicos de assistência social, saúde e educação, sobre o cadastramento nos programas de Bolsa Família, sobre os locais e programas de vacinação do SUS, sobre programas de educação e capacitação profissional, sobre creches próximas aos seus locais de trabalho ou residência, sobre o acesso à justiça quando seus direitos são violados, sobre as políticas de incentivo do governo quando essas lhe auxiliem, sobre as possibilidades de regularização previdenciária. No caso dos trabalhadores ambulantes, é fundamental que tais Centros de Referência realizem a orientação e o apoio para os trâmites das autorizações municipais para o trabalho nas ruas, bem como a respeito das taxas, multas e dos cancelamentos dessas, de acordo com a normativa do seu próprio município.

Ao demandar os Centros de Referência, também defendemos uma cidadania ativa, de modo que esses espaços sejam constituídos e gerenciados pelos próprios movimentos sociais e organizações dos trabalhadores informais, ou seja, verdadeiros instrumentos democráticos. As e os trabalhadores informais sabem do que precisam, vivem na pele as mazelas e dificuldades de suas condições e devem ter garantida a possibilidade de participar ativamente da criação e da realização das políticas

¹⁸² Esta pesquisadora participou ativamente de diversas reuniões e tratativas para a elaboração do projeto, tendo inclusive auxiliado na redação do mesmo para concorrer ao edital “Fortalecendo os Trabalhadores Informais na Luta por Direitos”, lançado em dezembro de 2022 pelo Labora – Fundo de Apoio ao Trabalho Digno, uma parceria realizada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos com a Laudes Foundation, a Fundação Ford e a Open Society Foundations. No momento, o movimento ainda aguarda os resultados da seleção.

públicas que lhes são destinadas. Assim, é essencial que existam incentivos para a criação desses Centros de Referência, inclusive garantindo o espaço físico a partir da destinação de imóveis públicos em desuso e mesmo de desapropriação de imóveis privados abandonados, isto é, que não cumpram a função social da propriedade privada prevista na Constituição Federal.¹⁸³

Na busca de concretizar o sonho coletivo do Centro de Referência para os camelôs e trabalhadores informais o MUCA chegou a ocupar, em julho de 2022, um imóvel localizado na Rua do Teatro, nº 17, Centro do Rio de Janeiro. O imóvel se encontrava em um loteamento fracionado, com parcela de área privada, no entanto estava (e ainda está) fechado há mais de uma década, sem qualquer utilidade, servindo apenas a especulação imobiliária dos imóveis do centro da cidade. Os trabalhadores que compõem o movimento foram desalojados ilegalmente do imóvel ocupado no dia em que publicizaram a ocupação em suas redes sociais¹⁸⁴.

Atualmente o movimento logrou alugar um espaço, localizado na Rua Marechal Floriano, nº 149, no Centro do Rio de Janeiro, e vem contando com apoio financeiro da Regional do Rio de Janeiro do Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN/RJ) na construção desse projeto. No momento, o MUCA tem realizado vários esforços para a estruturação do espaço idealizado. Além de participar de editais para levantamento de recursos, o movimento organizou diversos mutirões entre os camelôs para arrumar o imóvel, que ganhou nova pintura e novas telhas. O Centro de Referência já possui uma exposição permanente de parte do acervo do MUCA e uma pequena biblioteca. O local já tem abrigado reuniões da coordenação do movimento, oficinas de preparação de materiais para os atos políticos e rodas de conversa com professores e estudantes. Antes mesmo da inauguração oficial do espaço, no início de março de 2023, o Centro de Referência foi visitado por diversos estudantes, militantes de outros movimentos sociais e pesquisadores no 1º Encontro de Vivências das Lutas Urbanas, uma atividade organizada entre os movimentos sociais – Brigadas Populares, MTST, MUCA e MTSD – e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁸³ MUCA, 2022b.

¹⁸⁴ Ver MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Movimento Unidos dos Camelôs (MUCA) vem por meio desta mensagem informar que está ocupando o imóvel localizado à Rua do Teatro [...]**. Rio de Janeiro, 11 jul. 2022c. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cf4NPmWjxFT/>. Acesso em: 04 mar. 2023; e MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Ontem as e os camelôs do MUCA-RJ foram desalojados ilegalmente [...]**. Rio de Janeiro, 12 jul. 2022d. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cf7es7YBwUv/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

2 “CAMELÔ NÃO É LADRÃO, CAMELÔ É PROFISSÃO”: A CRIMINALIZAÇÃO E A REPRESSÃO AOS CAMELÔS NA CIDADE CARIOCA

A crueldade é o caráter das leis ditadas pela covardia, pois, a covardia só consegue ser enérgica sendo cruel.
Karl Marx¹⁸⁵

A relação dos trabalhadores ambulantes com o Direito sempre foi conflitiva. Os camelôs são em sua maioria trabalhadores “sem direitos”, considerando a escassez de proteção social juridicamente instituída. Em sua maioria são sujeitos em situação de clandestinidade, na medida em que atuam fora dos marcos legais, tanto pela inadequação à *forma jurídica* do trabalho (desde o exercício da atividade sem autorização até o exercício irregular da atividade autorizada), como pela proibição/criminalização de suas práticas costumeiras. Em geral, a fronteira demarcada pelo direito positivo, legal e ilegal, representa uma linha de exclusão a esses trabalhadores, mas que também aponta uma mira contra eles. Expulsos dos quadros legais, o Estado trata de empreender uma caça a esses trabalhadores, mobilizando inclusive o Direito penal (a *ultima ratio*) e seu aparato bélico.

Muito antes de escrever o seu clássico *O Capital*, o jovem Karl Marx, percebeu a quem servia as fórmulas do Direito burguês, em especial a *forma jurídica penal*, quando, em 1842, publicou uma série de textos no jornal *Gazeta Renana* a respeito da lei referente ao furto de madeira e a criminalização dos pobres renanos¹⁸⁶. O jovem hegeliano, ao observar, ainda do ponto de vista da racionalidade liberal, a criação e aplicação de um sistema de sanções a práticas e direitos consuetudinários dos mais pobres – a tipificação dos “crimes florestais” e a criminalização dos habitantes das florestas –, denunciou a usurpação das razões de Estado pelos interesses particulares, entrando em contradição com os postulados da racionalidade superior que lhe foi atribuída por Hegel¹⁸⁷.

¹⁸⁵ MARX, Karl. *Gazeta renana*, Colônia, n. 300, 27 de out. 1842. Suplemento. In: MARX, Karl. **Os Despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017b. p. 92.

¹⁸⁶ MARX, Karl. **Os Despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017a.

¹⁸⁷ Segundo Hegel: “§75: A natureza do Estado não consiste em relações de contrato de todos com todos, seja de todos com o príncipe ou o governo. A intromissão dessas relações e daquelas da propriedade privada nas relações políticas causou sérias confusões no direito público e na realidade.

É talvez nesse texto que encontramos o início do deslocamento do pensamento de Marx, que, a partir das contradições do campo jurídico, político e social-econômico, começou a desconfiar dos enunciados de racionalidade universal que estruturaram as teorias modernas do Estado. O autor percebeu que o Estado passou a ser reduzido à uma mera soma das relações contratuais tecidas na sociedade civil. Assim, o Estado foi rebaixado à um veículo dos interesses privados de uma certa parcela da sociedade:

Se, porém, se evidenciar aqui que o interesse privado quer e tem de rebaixar o Estado aos recursos do interesse privado, como não inferir disso que uma *representação dos interesses privados*, dos estamentos, quer e tem que rebaixar o Estado às ideias do interesse privado? Todo Estado moderno, por menos que corresponda ao seu conceito, será obrigado, diante da primeira tentativa prática de tal poder legislativo, a exclaimar: seus caminhos não são os meus caminhos e seus pensamentos não são os meus pensamentos!¹⁸⁸

O jovem pensador, analisando as atas da Sexta Assembleia Provincial Renana (*Dieta Renana*) discorreu sobre a realidade do Estado e as funções exercidas perante a sociedade civil, concluiu que

Ela cumpriu sua vocação e representou certo *interesse particular* tratando-o como fim último. O fato de ter pisoteado o direito para fazer isso é *simples consequência de sua tarefa*, pois o interesse é, por sua natureza, instinto cego, desmedido, unilateral, em suma, sem lei.¹⁸⁹

Ao longo de sua obra, Marx manteve uma postura crítica ao Direito burguês, sem necessariamente elaborar uma teoria a respeito, não sendo o centro de seu trabalho. Mas diversos pensadores marxistas trataram de abordar a questão do direito a partir de suas leituras, havendo muitas divergências se o direito se encontraria na “infraestrutura” ou na “superestrutura” da sociedade¹⁹⁰. No campo

Tal como outrora os privilégios públicos e as funções do Estado foram considerados propriedade imediata de certos indivíduos em detrimento do direito do príncipe e do Estado, assim também no período moderno ao direitos do príncipe e do Estado foram fundados em contratos dos quais eles seriam objeto e que foram considerados uma simples vontade comum, resultante do livre-arbítrio daqueles que se encontram unidos no Estado. No entanto, por mais diferentes que sejam, esses dois pontos de vista compartilham o fato de terem transportado as características da propriedade privada para uma esfera que é de natureza diferente e mais elevada. [...] §100 O Estado, de maneira geral, não é um contrato, e sua essência substancial não é exclusivamente a proteção e a segurança da vida e da propriedade dos indivíduos isolados. Ele é, antes, a realidade superior, e até reivindica essa vida e essa propriedade e exige que elas lhe sejam sacrificadas”. HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia da direito**. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

¹⁸⁸ Ibid., p. 34.

¹⁸⁹ Ibid., p. 36.

¹⁹⁰ Marx considerava que cada sociedade apresentava uma forma específica, edificada por seres reais e pelas suas relações sociais conflitivas na marcha de um processo histórico. No entanto, a organização social não poderia ser reduzida a um mero amontoado de relações aleatórias,

dos estudos do crime, o pensamento marxista foi elementar para a Criminologia Crítica, assim como para a história social do crime.

Na entrada da obra *Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro*, Nilo Batista sacramenta:

Sem pretender resgatar a surrada imagem da “base e superestrutura”, desacreditada pela voz autorizada de Poulantzas, é decisivo advertir-se para a “essência econômica” que subjaz às definições jurídicas abstratas, compreendendo o verdadeiro processo social de criação do direito. [...] O direito penal vem ao mundo (ou seja, é legislado) para cumprir funções concretas *dentro de e para uma sociedade* que concretamente se organizou de uma *determinanda maneira*. [...] A função do direito de estruturar e garantir determinada ordem econômica e social, à qual estamos nos referindo, é habitualmente chamada de função “conservadora” ou de “controle social”. [...] Há marcante congruência entre os fins do Estado e os fins do direito penal, de tal sorte que o conhecimento dos primeiros, não através de fórmulas vagas e ilusórias, como sói figurar nos livros jurídicos, mas através do exame de suas reais e concretas funções históricas, econômicas e sociais, é fundamental para a compreensão dos últimos.¹⁹¹

Assim, estudar o fenômeno de repressão e de criminalização dos trabalhadores ambulantes na cidade do Rio de Janeiro exige observar toda uma costura de relações de ordem jurídica, social, econômica e política, na qual se instaura o conflito. É necessário entender a política de “controle social”¹⁹² instituída, na maioria das vezes não declarada, para desvelar como o sistema penal¹⁹³ opera concretamente em uma sociedade. É o que se pretende fazer neste capítulo.

compreendendo o autor que em toda sociedade haveria necessariamente uma infraestrutura e uma superestrutura. O conceito de infraestrutura está bem delimitado na obra marxista, corresponde as relações sociais de produção – necessárias em toda e qualquer sociedade, vez que delas dependem a sobrevivência do ser humano – em um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas. Já a superestrutura aparece como algo residual, aspectos e relações sociais que variam em cada sociedade, mas que não alteram os seus fundamentos, ou seja, necessariamente precisam se adequar a sua base estrutural. E é nesse campo que a teoria marxista geralmente localiza as estruturas resultantes das estratégias dos grupos dominantes para a consolidação e perpetuação de seu domínio, como a estrutura jurídico-política e as estruturas ideológicas. Mas vale observar que a estrutura não causa necessariamente a superestrutura, ao pé da letra, trata-se de um condicionamento entre algo que é necessário e algo que é contingente numa forma específica de sociedade. Nesse sentido, os pensadores marxistas fizeram interpretações variadas acerca das relações entre a infraestrutura e a superestrutura, chegando até mesmo a questionar essas definições. Essa discussão será retomada no último tópico do 3 capítulo.

¹⁹¹ BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. 12. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. p. 18-23.

¹⁹² Segundo Lola Aniyar de Castro o controle social “não passa da predisposição de táticas, estratégias e forças para a construção da hegemonia, ou seja, a busca da legitimação ou para assegurar o consenso; em sua falta, para a submissão forçada daqueles que não se integram à ideologia dominante. In CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005. (Coleção Pensamentos Criminológicos, v. 10). p. 119.

¹⁹³ Entendemos aqui o sistema penal através de uma perspectiva material, incluindo nesse conceito os órgãos como as agências de comunicação social, de reprodução ideológica, internacionais ou transnacionais, bem como sistemas penais paralelos (de caráter punitivo, porém não regulados pelas

Além disso, buscamos expor as contradições da ordem jurídico-legal em relação à política repressiva e a criminalização dos camelôs, demonstrando a farsa que se opera no mundo do Direito (burguês, moderno, positivo).

No primeiro tópico o Movimento Unido dos Camelôs remonta o histórico da repressão, da criminalização e das violações de direitos humanos dos trabalhadores ambulantes no Rio de Janeiro, entre a década de 90 e os dias atuais. Já no segundo tópico, tratamos de efetivamente entender, trazendo os aportes teóricos, o fenômeno da criminalização dos camelôs e o uso ilegítimo e, por vezes, ilegal do aparato jurídico-penal contra esses trabalhadores.

2.1 O Movimento Unido dos Camelôs remonta o histórico da repressão, criminalização e violações de direitos humanos

Esse tópico é produto especialmente da coleta e análise do material empírico construído junto ao Movimento Unido dos Camelôs. Parte mais especificamente de observação participante engajada, de diálogos realizados ao longo da pesquisa e de uma análise documental de um acervo reunido pelos próprios integrantes do movimento desde sua fundação, em especial 6 (seis) painéis de cartolina, reunindo mais de 60 (sessenta) recortes de jornais noticiando os confrontos entre o poder público e os trabalhadores ambulantes, e um “caderno de denúncias” (material sistematizado para uma representação criminal ao Ministério Público), com registros de ocorrência em delegacias, peças processuais, laudos técnicos/médicos, documentos de peticionamento à vários órgãos, cartas, fotografias etc.

O conflito entre o poder público e os camelôs evidentemente não surge da noite para o dia. O comércio ambulante não autorizado é perseguido pelo poder estatal desde o período do Brasil Imperial, tendo sido, inclusive, reforçado na Primeira República¹⁹⁴. Ademais, o comércio ambulante no Rio de Janeiro é objeto de regulamentação, organização e fiscalização do poder municipal há cerca de pelo

leis penais) e subterrâneos (à margem ou avessos à lei penal). Ver ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Derecho Penal**. Parte General. Buenos Aires: Ediar, 2000.

¹⁹⁴ A historiadora Amy Chazkel cita expressamente a criminalização do comércio ambulante não autorizado, dentre as práticas de repressão as pequenas infrações, em um estudo sobre o papel que a Casa de Detenção do Rio de Janeiro assumiu para o controle social nesse período. Ver CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2009.

menos um século, em função da gestão e do controle do espaço público carioca¹⁹⁵. Durante esse extenso período, é possível falar em interesses conflitivos e disputas com menor ou maior grau de intensidade e temperatura.

O recorte temporal trazido pelo Movimento Unido dos Camelôs, no entanto, é de uma história relativamente recente, atrelada diretamente as vivências dos trabalhadores ambulantes que o compõem. Nesse sentido, parte da adoção (ou renovação) de um modelo de política pública repressiva ao comércio ambulante, que se apresentou no início da década de 90, junto da chegada de um pacote de medidas neoliberais na política da cidade. É dessa época o sucesso de MC Magalhães, funkeiro e camelô, que fez das ruas o seu palco, com o *Rap do Trabalhador*, no qual relatou as dificuldades do seu cotidiano vendendo bombom na Zona Oeste da cidade, afirmando, categoricamente, que “*César Maia...quebrou a firma*”. O funk de Magalhães se tornou na época o que hoje chamaríamos de “conteúdo viral”, pois trazia de forma extremamente lúdica uma dura representação da realidade e uma forte crítica social¹⁹⁶.

Esse período também foi marcado pela criação da Guarda Municipal do Rio de Janeiro (GM-Rio), através da Lei Orgânica Municipal 1.887/92 e, oficialmente, implementada pelo prefeito César Maia através do Decreto Municipal 12.000 de 1993, com um forte discurso de integralização da segurança e de segurança preventiva. Segundo matéria do jornal A Nova Democracia, resguardado nos arquivos do MUCA,

A origem da GM-Rio está na criação, em 1979, do corpo de vigilantes da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb). No início, atuavam na vigilância das instalações da empresa. Depois de algum tempo, recebeu o nome de Serviço Orgânico de Vigilância e em 1990 transformou-se na Gerência de Vigilância e Segurança Patrimonial. O Decreto 12.000, de 30 de março de 1993, transformou-a na Guarda

¹⁹⁵ O historiador Jaime Larry Benchimol, ao estudar a reforma urbana de Pereira Passos no início do século XX, observou a questão da reordenação do comércio ambulante e a consequente retirada dos ambulantes das ruas da cidade. Na época, o Rio de Janeiro estava repleto de trabalhadores “livres”, outrora escravos, e imigrantes que buscaram um refúgio econômico no trabalho ambulante e se espalhavam pelas ruas e calçadas, em especial do centro da cidade. De acordo com o autor, “alguns segmentos desse pequeno setor mercantil e artesanal urbano foram varridos porque entravam em choque com as novas exigências da reprodução do capital ou da força de trabalho, quer por razões de saneamento, de circulação urbana ou de abastecimento”. O poder público editou diversos decretos visando impor novos códigos de conduta a esses trabalhadores e tratou de realizar a realocação e fixação dos mesmos em mercados populares. Ver BENCHIMOL, 1992, p. 280.

¹⁹⁶ RAP do trabalhador. Intérprete: MC Magalhães. Compositor: MC Magalhães. In: A Cuca: O Som Alucinante. Intérprete: DJ Evolução; DJ Renato Bruno. Rio de Janeiro: Universal Music Group, 1988. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6SR05Pbgc47Se8Ppor2js2?si=Imm2SBuuSVaf5rN-9hHBpQ>. Acesso em: 04 mar. 2023.

Municipal. A Lei 1.887/92 tratou de ampliar (e militarizar) parte dos serviços e justificar sua atuação¹⁹⁷.

A entrada dos agentes da Guarda Municipal na fiscalização do comércio ambulante resultou em uma nova configuração na política de controle e repressão aos trabalhadores ambulantes, visivelmente mais violenta. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro oficiou, em novembro de 1994, o *Parquet* para informar a sua preocupação com as incursões truculentas da Guarda Municipal na coibição à camelotagem, “[...] temerosa...de que algo grave [pudesse] acontecer no confronto [...]”¹⁹⁸. Em resposta, a Prefeitura chegou a apresentar um plano de emergência para a organização do comércio ambulante¹⁹⁹, mas que não saiu do papel.

Segundo a pesquisa documental realizada, no mesmo ano, o camelô Idison José da Silva, então Diretor do Sindicato de Trabalhadores da Economia Informal e posteriormente um dos coordenadores do MUCA – atualmente afastado –, levou uma representação ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, informando acerca da, em suas próprias palavras,

[...] difícil situação em que se encontra o comércio ambulante desta cidade... as famílias dependentes deste comércio estão sendo impedidas de ganhar a subsistência, milhares estão passando por privações, sendo forçadas a trabalhar fugindo da repressão [...]”²⁰⁰.

Ainda no mesmo período, mais especificamente em dezembro de 1994, uma matéria com graves denúncias foi publicada no Boletim 18 GTMN- RJ, do jornal do Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, conforme transcrição abaixo:

Camelô é profissão desde 06/11/78 (Lei Federal 6.586) e sua atividade teve regulamentação, no Rio de Janeiro, pela Lei 1.876/92.

As autoridades, entretanto, parecem ignorar estes fatos e a única atitude contra os aumentos dos camelôs nas ruas da cidade, devido a miséria e ao aumento do desemprego, tem sido a repressão violenta.

Sem dar nenhuma alternativa de ganha pão para esses trabalhadores do comércio ambulante, a ação da Guarda Municipal e da Polícia Militar é a perseguição como, prisões, espacamentos, destruição de barracas e confisco de mercadorias. Só no ano passado, além de 15 feridos, houve apreensão de 600 toneladas de mercadorias.

¹⁹⁷ OLIVEIRA, João Henrique Oliveira. É a prefeitura que agride os camelôs no Rio. **A Nova Democracia**, dez. 2003, p. 16. [Violência Policial contra o povo]. Acervo MUCA.

¹⁹⁸ RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Procedimento Administrativo n.º 123/01, Portaria n.º 1951/2003. Acervo MUCA.

¹⁹⁹ RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Procedimento Administrativo n.º 123/01, fls. 13. Acervo MUCA.

²⁰⁰ RIO DE JANEIRO. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Procedimento Administrativo n.º 123/01, fls. 02-03. Acervo MUCA.

A Guarda Municipal, desde o ano passado, é chefiada pelo Coronel da Reserva Paulo César Amêndola de Souza. Assim que o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ soube da sua nomeação, denunciou ao Prefeito César Maia, a participação deste oficial na repressão política da ditadura militar (ver Boletim 15). Baseados nesta denúncia do Grupo, vereadores liderados por Jorge Bittar (PT), em 13/04/93, solicitaram ao Prefeito a revogação da nomeação. Entretanto, o Coronel Amêndola continua na Superintendência da Guarda Municipal até hoje.

Não bastasse a ação da Guarda Municipal e da Polícia Militar, a prefeitura incentivou a criação de um policiamento particular pelo Clube dos Diretores Lojistas. Policiais civis e militares à paisana, através de uma empresa de segurança, passaram a agir juntos com os fiscais da prefeitura na repressão.

[...] Ao votar, no último dia 15 (JB 16/11/94), o Prefeito diz que vai reivindicar ao novo Governador a ajuda da Polícia Militar na repressão aos camelôs²⁰¹.

Ao questionar os integrantes do Movimento Unido dos Camelôs sobre o histórico do conflito, houve um consenso apontando a gestão de César Maia (1993-1996 e 2001-2008) na prefeitura carioca como o período de maior repressão ao comércio ambulante no Rio de Janeiro e de graves violações de Direitos Humanos. Interessante observar que os camelôs ressaltaram, quando questionados, uma continuidade da política de repressão no período da gestão municipal de Luiz Paulo Conde (1997-2000), sucessor de César Maia após seu primeiro mandato. Assim, não se considera de fato um intervalo nessa escalada repressiva.

Foi na gestão de Conde que, em 1999, o Decreto Municipal nº 17.931 ampliou os poderes da Guarda Municipal, atribuindo aos seus agentes formalmente a competência para a apreensão de mercadorias dos ambulantes e camelôs, responsabilizando os guardas da desobstrução dos bens públicos municipais e da coibição a sua má utilização. Os guardas municipais passaram a ter o poder de reter as mercadorias de ambulantes irregulares que estivessem ocupando indevidamente, isto é, sem autorização do poder municipal, as ruas e calçadas, assim como aquelas mercadorias que não possuísem nota fiscal. O decreto conferiu, inclusive, aos guardas municipais a autorização do uso de “providências cautelares” conforme a necessidade da situação, uma previsão vaga, que ampliou a margem de discricionariedade dos agentes da GM-Rio.

Os camelôs integrantes do MUCA apontaram ainda que houve uma intensificação proeminente da política de repressão do poder público carioca no segundo e terceiro mandato de César Maia na Prefeitura (2001-2008), tendo como um marco importante o ano de 2003. Segundo seus relatos, a partir de 2003 as ruas

²⁰¹ GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ. Os camelôs e o Sr. César Maia. **Boletim 18 GTMN-RJ**, dez. 1994. Acervo MUCA.

do Rio de Janeiro se tornaram muito perigosas para quem se arriscava no comércio ambulante sem a autorização do poder público, ou seja, para a grande maioria desses trabalhadores.

Segundo relato do camelô Idison José da Silva, à época participante do MUCA, em publicação oriunda do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais – RJ, o jornal sindical Sintuperj em Ação, os comerciantes ambulantes já conviviam com o chamado “rapa”, operações de agentes municipais que apreendem a mercadoria dos trabalhadores, no entanto, no reformado governo de César Maia, a Guarda Municipal teria passado a atingir a integridade física das pessoas e a categorizar os camelôs como marginais²⁰². Além da violência física, outros abusos de poder se tornaram recorrentes, como o confisco irregular de mercadorias:

Tratados como bandidos

[...] Ele [um camelô] pede a palavra: “Não tem emprego para a gente. Achem que todo mundo é errado. Não é todo mundo. Já perdi a minha mercadoria cinco vezes (para os guardas municipais). Um prejuízo de cinco mil reais”.

Mais denúncias são feitas contra a ação da GM-Rio: “Agoira estão tomando e não estão devolvendo nada. Ouvi um papo que eles vendiam o que apreendiam para outras pessoas. Acho errado tomar e bater na gente”, conta a mulher. Ela prossegue: “Nossas mercadorias têm nota fiscal. Faço crochê na mão e tomam isso também e compro tudo direitinho, com nota fiscal.”

Num ponto mais distante, na Rua do Ouvidor (onde a repressão vem atuando sistematicamente), paramos para ouvir duas moças que vendem alças de silicone para sutiãs. [...] A história se parece com as que já ouvimos, mas nem por isso perde a sua força: “Já sofri com a violência da Guarda. Uma vez um cara grandão me pegou pelo braço e saiu me arrastando, descalça. Passei vergonha, fui tratada como ladra. Um cara daquele tamanho!” A outra moça confirma o que já escutamos: “Já tomaram minha mercadoria. E não conseguimos recuperar, não vale a pena.” Será que dessa vez eles deram nota do que levaram? “Não dão nada”, completa. [...] A incerteza, o medo, o prejuízo iminente. Perto dali, na Uruguaiana, os guardas envergam sua versão de armadura medieval. Garotas vendendo alças de silicone podem ser perigosas²⁰³.

Conforme os depoimentos dos camelôs que participaram da pesquisa, a partir do início da política de cadastramento legal para o exercício da atividade comercial ambulante, estabelecida pela Lei Municipal n.º 1.876/1992, todos aqueles trabalhadores que restaram excluídos, ou seja, os “clandestinos” passaram a ser identificados pelo poder público como “inimigos da ordem” e “bandidos”,

²⁰² SINTUPERJ EM AÇÃO. Espancamento de camelôs é a resposta de César Maia para o desemprego. Publicação do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro. Publicado em janeiro de 2004, p. 4. Acervo MUCA

²⁰³ OLIVEIRA, João Henrique Oliveira. É a prefeitura que agride os camelôs no Rio. *A Nova Democracia*, dez. 2003, p. 16. [Violência Policial contra o povo]. Acervo MUCA. Grifos do autor.

associando diretamente a informalidade com a criminalidade. Supostamente em defesa da legalidade, os agentes municipais passaram a realizar ações ilegais, perpetrando uma sistemática violência estatal. Para toda e qualquer incursão violenta e abusiva a Prefeitura passou a oferecer a suposta justificativa: a repressão ao comércio informal seria, em realidade, um combate ao comércio ilegal, organizado por uma grande organização criminosa.

Entre os recortes de jornais do acervo do MUCA, no qual não podemos identificar o periódico, encontra-se a seguinte notícia: “Máfia controla os camelôs do Centro do Rio. 1. Grupos de mafiosos chineses e contrabandistas paulistas fornecem mercadorias falsificadas a ambulantes. 2. Esquema de segurança reproduz táticas do tráfico contra a polícia, com o uso de olheiros e radiocomunicadores. 3. Quadrilhas de ladrões de carga que agem na Baixada também abastecem o mercado clandestino”²⁰⁴.

A narrativa de que o comércio ambulante, em especial o camelódromo da Uruguaiana, teria conexões com a máfia chinesa era difundida pelo próprio Prefeito da cidade. Em uma matéria publicada no Jornal Extra, em 07 de dezembro de 2001, registra-se a indignação dos camelôs, que, por meio da Associação dos Comerciantes do Mercado Popular da Uruguaiana, esclareceu que, na ocasião, de 1.486 barracas do camelódromo apenas 8 seriam de propriedade chinesa, sendo todos pobres e trabalhadores²⁰⁵.

Em outro documento do acervo do MUCA se encontra uma entrevista de César Maia, em que o mesmo afirmou, categoricamente, que a “máfia” dos camelôs tem relações diretas e indiretas com o tráfico de drogas e com supostas organizações criminosas para prática de delitos variados, tendo o mesmo, inclusive, solicitado apoio ao governo estadual, para garantir auxílio da Polícia Militar²⁰⁶.

Neste período, o combate à “pirataria” se tornou um recurso disponível e frequentemente utilizado para a intensa fiscalização e a criminalização dos trabalhadores ambulantes. O então prefeito César Maia chegou a sugerir à imprensa que os camelôs seriam marginais disfarçados de trabalhadores, um “bando de piratas” e as mídias alinhadas com os interesses ventilados pelo poder público municipal deram conta de ventilar essa narrativa. No acervo do MUCA

²⁰⁴ Acervo MUCA.

²⁰⁵ EXTRA, Jornal. Pânico no Centro do Rio. Seção Geral. Publicado em 07 de dezembro de 2001. Acervo do MUCA.

²⁰⁶ Acervo MUCA.

encontramos, por exemplo, um recorte de jornal com a seguinte manchete “Guardas enfrentam bando de piratas no Centro”²⁰⁷.

Os trabalhadores ambulantes, por sua vez, passaram a reagir de forma contundente às operações truculentas, inclusive empregando a força física e os meios que tinham ao seu dispor – por vezes as emblemáticas pedras portuguesas das ruas cariocas. Os confrontos no Centro da cidade passaram a ser frequentes, sendo costumeiramente descritos nos jornais como uma “guerra” entre camelôs e agentes da GM-Rio, ressaltando o “tumulto” prejudicial aos outros cidadãos, por vezes feridos em meio aos conflitos.

Um confronto marcante apontado pelo MUCA ocorreu no dia 04 de dezembro de 2002 e durou cerca de 7 (sete) horas de intensa repressão e resistência, envolvendo não só os agentes da Guarda Municipal, como da Polícia Militar. Segundo matéria publicada no jornal O Dia, no dia 05 de dezembro de 2002, a situação se iniciou pela manhã, por volta das 10h:30min, quando o então guarda municipal Ricardo Rodrigues de Araújo, de folga do serviço, portando ilegalmente uma arma, disparou tiros para o alto, a fim de afastar camelôs de uma joalheria na Rua Gonçalves Dias, onde fazia “bico” de segurança particular. Embora tenha sido detido, o fato esquentou o clima entre os trabalhadores ambulantes e guardas municipais, que há 10 (dez) dias consecutivos vinham se confrontando nas ruas do Centro²⁰⁸.

Ainda segundo o jornal, já prevendo a batalha, a Guarda Municipal destinou um agrupamento de 50 (cinquenta) agentes trajados de coletes à prova de impacto e armaduras para realizar a operação de fiscalização do Centro. Pela tarde, percebendo a movimentação da guarda, um grupo de camelôs se reuniu para resistir a investida do “rapa”. O confronto se iniciou na Rua Sete de Setembro e se espalhou rápido pela Avenida Rio Branco, Rua do Ouvidor, Rua do Rosário, Rua Uruguaiana, Rua da Quitanda, Rua da Assembleia e Rua do Carmo. A Guarda Municipal perseguiu e espancou diversos camelôs:

Quando o ambulante José Cláudio Gomes de Oliveira, 27 anos, era espancado por cinco agentes, um guarda tentou impedir e brigou com os colegas. [...] À tarde, quem passava pela Rua do Carmo, em frente ao número 38, ficou chocado quando 15

²⁰⁷ Acervo MUCA.

²⁰⁸ O DIA, Jornal. **Guarda de um lado, PM de outro**. 06 de dez. 2002, p. 3. Acervo MUCA.

guardas encurralaram com golpes de cassetete o camelô Paulo Henrique Farias do Santos, que sofreu fratura no braço direito e corte na cabeça²⁰⁹.

Diante desse cenário, policiais militares se deslocaram para conter a situação, e realizaram a prisão por porte ilegal de arma do guarda municipal Charles Balbino, que, fardado, sacou uma pistola para ameaçar os trabalhadores ambulantes. O ocorrido gerou um imenso conflito entre a própria Guarda Municipal e os Policiais Militares, que tiveram que pedir reforços ao Batalhão de Choque da PMERJ. No meio da confusão, diversos passantes se feriram e os comércios foram obrigados a fechar.

Acerca desse episódio, o então Prefeito César Maia alegou que se tratava de criminosos e disse:

Se for necessário um confronto por hora, vamos ter um confronto por hora. Se forem necessários 365 dias por ano de confronto, vamos ter. Não vamos recuar. Se eles são ambulantes mesmo, vão recuar para os pontos de venda permitidos. [...] Aquelas pessoas que participam de confronto não são camelôs. Elas, através de filmagens que fazemos nas principais regiões de conflito, serão identificadas e investigadas, e os registros, entregues à polícia. Trabalhamos juntos desde segunda-feira²¹⁰.

Cenas como essa se repetiram centenas de vezes no mandato de César Maia, principalmente no Centro da cidade, se tornando, inclusive, rotineiras. Tal como no episódio narrado, a truculência da Guarda Municipal nas operações de fiscalização do comércio ambulante passou a vitimar não só os camelôs, mas também transeuntes que circulavam pelas ruas do Centro, como foi o caso de Cesar Eduardo Simões da Silva, policial militar, e Sandro Santos Setti, diagramador, agredidos pelos agentes municipais, ao lado do camelô Alberto da Silva Matias, num conflito ocorrido em 10 de setembro de 2003, conforme Registro de Ocorrência nº 003815/0001/2003 da 1ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro²¹¹.

Outro exemplo, documentado pelo MUCA, é o caso das lesões corporais cometidas pela Guarda Municipal em face de Ozanira Maria Pereira da Silva, ocorrido no dia 08 de março de 2004, no Dia Internacional da Mulher. Segundo os depoimentos colhidos no Registro de Ocorrência nº 912-01062/2004 da Delegacia de Atendimento à Mulher – Centro, Ozanira, que à época era artesã, realizava compras de mercadorias para a confecção de artesanato no Centro da cidade, junto

²⁰⁹ Ibid.

²¹⁰ O DIA, Jornal. **Guarda de um lado, PM de outro**. 06 de dez. 2002, p. 3. Acervo MUCA.

²¹¹ Registro de Ocorrência n.º 003815/0001/2003. 1º Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro – Praça Mauá. 10 set. 2003. Acervo MUCA.

com seu marido, André Luiz Lopes Aragão, quando avistou um grupamento de Guardas Municipais que entrariam na Rua do Rosário, com o intuito de reprimir o comércio ambulante. Assustados com a possibilidade de um confronto violento e vendo a correria de diversos trabalhadores, o casal decidiu correr para o ponto de ônibus na Avenida Rio Branco, a fim de embarcar num ônibus da linha 176 e retornar à casa, quando ocorreram as injustas agressões.

Conforme as declarações prestadas na DEAM-Centro, ao correr, Ozanira recebeu um empurrão no braço esquerdo de um Guarda Municipal, o que fez com que seu esposo, André, lhe indagasse o motivo da agressão. Em ato subsequente, o guarda municipal ergueu um cassetete para agredi-lo, e Ozanira o protegeu com o seu corpo, recebendo um forte golpe, que a levou ao desmaio. Os relatos de André sobre os fatos ocorridos após a perda de consciência da vítima merecem ser transcritos:

que o declarante ainda indagou do dito guarda, se este não ia fazer nada e este disse que sim, e ainda deu um chute na perna de Ozanira que estava desmaiada; que paralisado com a atitude do guarda municipal, o declarante olhou para ele, momento em que, o guarda fez menção de apanhar um spray, acreditando ser de pimenta; que neste momento, chegou um outro guarda municipal, e o declarante o ouviu dizer: ‘tá vendo a merda que você fez, BARRETO?? Vamos embora’; que novamente, o declarante perguntou ao guarda se iria deixá-los naquela situação e este respondeu: ‘vai procurar o que fazer’; que populares que ali se encontravam também cobraram providências do guarda e de seus dois outros colegas, mas estes entraram na viatura da Guarda Municipal e dali saíram²¹²

Ozanira só foi socorrida depois do marido ir buscar auxílio de um policial militar que se encontrava nas redondezas do local, tendo sido levada ao Hospital Souza Aguiar, onde foi atendida e medicada. Chama ainda a atenção o seguinte trecho que encerra o depoimento de André Luiz no mesmo Registro do Ocorrência:

que o declarante quer fazer um adendo para dizer que supõe que ele e sua companheira teriam sido confundidos com camelôs, porque estavam correndo e de posse de um saco plástico preto, com artigos para montagem de bijouterias. E mais não disse.²¹³

Caso semelhante é o de Sandro de Souza Silva, espancado pela Guarda Municipal, no dia 22 de abril de 2004. Na data houve um confronto entre os agentes municipais e os camelôs, e Sandro, que apenas passava pelo local, entrou numa loja, com intuito de se proteger. A vítima trabalhava com carteira assinada numa

²¹² Registro de Ocorrência n.º 912-01062/2004. Delegacia de Atendimento à Mulher – Centro. 08 de março de 2004. Acervo MUCA.

²¹³ Ibid.

papelaria e havia passado aquela manhã toda realizando pagamentos em bancos, no entanto, em virtude simplesmente de sua aparência física – jovem, negro, trajando roupas simples – os guardas municipais o “confundiram” com um trabalhador ambulante e o perseguiram no interior da loja e o agrediram com chutes e golpes de cassetetes²¹⁴.

Ser “confundido” com um camelô pela Guarda Municipal se tornou um grande risco, ao ponto de serem noticiadas em jornais agressões com essa injusta motivação. Entre os recortes de jornais selecionados pelo MUCA, constam matérias publicadas sobre os confrontos que ressaltam essa afirmação: “Na briga, o motorista Jorge Pereira, que passava a pé no local, foi confundido com um camelô e levou golpe de cassetete na testa. Ele foi socorrido por PMs”²¹⁵; “No meio da confusão, pedestres mais uma vez saíram feridos. O entregador de água Adilson Serpa Silva, 21 anos, foi confundido com um camelô e levou golpes de cassete. ‘Os guardas já chegam batendo’ reclamou”²¹⁶.

Por vezes, cidadãos sensibilizados com a situação dos trabalhadores ambulantes ofereciam suporte aos mesmos, e, por essa razão, terminavam vitimados pelas ações violentas e ilegais da Guarda Municipal. Exemplo disto foi a perseguição dos agentes municipais aos camelôs, ocorrida dia 25 de junho de 2004, que terminou em agressões injustas à diversas pessoas e prejuízos a comerciantes de uma galeria na Travessa dos Poetas de Calçada, um beco localizado na Rua Senador Dantas, no Centro do Rio de Janeiro.

Segundo o jornal O Globo, o Grupamento Tático Móvel da GM-Rio (o GTM), invadiu a galeria atrás de um trabalhador ambulante, e, na perseguição, depredaram dois estabelecimentos comerciais, sendo uma loja de xerox – que teve a máquina de cópias e a porta danificadas – e o Bar e Lanchonete Galeto Bicão²¹⁷. Ao entrarem no restaurante, empurraram os clientes, derrubaram cadeiras, mesas e até pratos. Diante da enorme truculência, os clientes revidaram, atirando garrafas e outros objetos na Guarda Municipal. Os agentes reagiram de maneira violenta, espancando

²¹⁴ Acervo MUCA.

²¹⁵ Jornal não identificado. GUARDA e camelôs em novo confronto: três agentes e um pedestre se ferem, no 10º embate este ano, no Centro. [S. l.: s. n., s. d.]. Acervo MUCA.

²¹⁶ Jornal não identificado. LIMA, Pedro Motta. **Pimenta no caldeirão do Centro**: confusão entre guardas municipais e ambulantes terminam com dois camelôs detidos e cinco pessoas feridas – uma delas com spray. [S. l.: s. n., s. d.]. Acervo do MUCA.

²¹⁷ DUTRA, Marcelo. Caçada a camelô acaba em briga num bar. **O Globo**, 26 jun. 2004. p. 17. Acervo MUCA.

as pessoas que se encontravam no estabelecimento. Pelo menos dois clientes, Márcio José Alves e Marcelo Felipe, ficaram feridos. Além deles, o filho do então proprietário do estabelecimento, Miguel Ângelo, foi agredido e humilhado pelos agentes, conforme seu depoimento prestado ao jornal O Dia:

Os guardas entraram na galeria atrás de ambulantes derrubando mesas, causando pânico. Eu os repreendi, dizendo que era responsável pelo estabelecimento, e fui agredido. Corri para cozinha e escondi a cabeça sob o fogão para me proteger das cacetadas. Fui algemado como um marginal e arrastado até o Largo da Carioca. Depois, fiquei largado no chão. Meu prejuízo não é só material. É moral. Foi um desrespeito. Os guardas municipais são irresponsáveis e despreparados²¹⁸.

Na ocasião, o então vereador Fernando Gusmão (PCdoB), que almoçava no restaurante árabe Al-Kuwait, na mesma galeria, testemunhou a ação truculenta e comentou

Fui a Senador Dantas chamar o sargento Júlio Dutra, que trabalha no trânsito, para tentar controlar a situação. O guarda desacatou o policial e quase passou com o carro em cima da gente. Foi preciso o sargento puxar a arma para fazer ele parar. É essa cidade que o prefeito quer?²¹⁹

O caso, que repercutiu em pelo menos três jornais de grande circulação na cidade carioca – O Globo, O Dia e Extra –, terminou na 5ª Delegacia de Polícia – Gomes Freire, onde houve mais discussão entre os agentes municipais, advogados e amigos das vítimas. De acordo com as declarações prestadas pelo delegado da 5ª DP, Gilberto da Cruz Ribeiro, ao jornal Extra, os guardas alegaram que os clientes estavam dando cobertura aos camelôs²²⁰.

Os confrontos despertaram a atenção e o debate de diversas entidades. Segundo a matéria jornalística “Violência de César Maia aumenta tensão social”, publicada em um periódico sindical não identificado, assinada por Olyntho Contente, a então Presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/RJ), Ilda Corrêa de Oliveira, lamentou as práticas de ação truculenta da Guarda Municipal e apontou a necessidade de tratar a questão por meio da Secretaria Municipal de Trabalho, articulando diferentes políticas públicas e buscando apoio

²¹⁸ BOTTINO, Karina. Guardas fazem quebra-quebra. **O Dia**, 16 jun. 2004. p. 4. Acervo MUCA.

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ PERSEGUIÇÃO acaba em tumulto dentro de bar no Centro. **Extra**, 26 jun. 2004. Seção Geral, p. 7. Acervo MUCA.

governamental nas esferas estadual e federal, além de criar um canal de negociações respeitadas com as representações dos camelôs²²¹.

Já o então diretor de Políticas Sindicais da Central Única dos Trabalhadores – CUT/RJ, Ronaldo Moreno, pontuou que “pessoas honestas estão sendo tratadas como criminosas. São pessoas que tentam uma alternativa às demissões em massa e à recessão e sofrem esta repressão, absurda e fascista”²²². Também se pronunciou o então diretor da Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro – SindsPrev/RJ, Júlio César Pereira, alegando o abuso de poder da Guarda Municipal ao realizar apreensões de mercadorias e espancamentos de camelôs²²³.

No entanto, a prefeitura não retrocedeu na política de repressão e criminalização dos trabalhadores ambulantes, ao contrário, a aprofundou de forma ainda mais agressiva. As operações e confrontos ocorriam diariamente, apavorando os cidadãos e esvaziando o Centro carioca. Em matéria jornalística assinada por Eliane Benício, no jornal Povo, encontramos um registro de um confronto bem ilustrativo:

Às 15h, a chegada de 15 agentes da guarda causou novo corre-corre e as portas das lojas foram novamente fechadas. Apenas o vendedor de doces Jeová Pereira da Silva, 67 anos, permaneceu no local, já famoso pelos confrontos. – Sou deficiente físico e trabalho na Sete de Setembro com Rio Branco a quatro anos. Não tenho aposentadoria e meu único ganha-pão é esse aqui. Tenho a permissão verbal de um comandante da guarda para ficar. Quando há confusão, entro na caixa e me protejo – contou o ambulante, sentado em sua cadeira de rodas e com uma caixa de papelão na cabeça²²⁴.

Como consequência dos embates violentos entre Guardas Municipais e camelôs, houve um impacto negativo também ao comércio formal do Centro da cidade. Os consumidores deixaram de realizar as compras não só nas ruas, mas também nas lojas da região, recorrendo aos *shoppings centers* localizados em bairros próximos às suas residências. Nesse sentido, em um dos recortes de jornais do acervo do MUCA, encontra-se uma matéria do jornal O Dia, em dezembro de 2003, na qual o então diretor do Sindicato dos Lojistas do Município do Rio

²²¹ CONTENTE, Olyntho. Violência de César Maia aumenta tensão social. [S. l.: s. n., s. d.]. Acervo MUCA.

²²² CONTENTE, Olyntho. Violência de César Maia aumenta tensão social. [S. l.: s. n., s. d.]. Acervo MUCA

²²³ Ibid.

²²⁴ BENÍCIO, Eliane. Mais um dia de guerra entre guardas e camelôs. **O Povo**, [s. d.]. Acervo MUCA.

(Sindirio), Roberto Cury, alertava que naquele ano as vendas teriam despencado cerca de 25%, e, em razão disso, as lojas tiveram que deixar de contratar funcionários para o período natalino. O texto ainda aponta que

Temerosos com a possibilidade de novos confrontos e a perda de mais movimento, comerciantes defenderam trégua no período natalino. Em reunião do Conselho Comunitário de Segurança, formado por representantes da região, da PM e da Polícia Civil, realizada pelo dia 1º, muitos lojistas pediram o fim da repressão²²⁵.

Alguns casos de repressão violenta e de criminalização do período César Maia se tornaram emblemáticos para o MUCA, como o da própria liderança do movimento social, Maria dos Camelôs. Voltaremos a falar desse episódio brutal no capítulo 3, mas consideremos aqui o relato publicado pela Folha Universal em 07 de dezembro de 2003, em uma matéria intitulada “Cicatrizes de uma operação ‘cesariana’”:

Entre as versões para a origem cesariana existe uma que diz respeito a um ataque de loucura do imperador Nero, um dos doze césores romanos, que teria mandado abrir o ventre de sua mãe, Agripina, para conhecer de onde ele teria vindo. Séculos mais tarde, Maria de Lourdes do Carmo Santos, 30 anos presidente do Movimento Unido dos Camelôs, teve os pontos de sua cesárea abertos durante outra operação ‘cesariana’: a de repressão ao comércio ambulante no centro do Rio de Janeiro ordenada pelo prefeito César Eptácio Maia. No dia 30 de março, em uma das 48 ações da Guarda Municipal que tumultuaram o centro da cidade, Maria de Lourdes foi cercada entre as ruas do Ouvidor e da Uruguaiana e espancada pelos agentes.

— Sabia de outras pessoas que apanharam e foram presas nessas operações truculentas que a Guarda e os fiscais da prefeitura vinham fazendo. Mas, naquele dia foi a gota d’água. Não podia correr, pois estava de resguardo. Tinha 15 dias que havia feito uma cesariana com ligadura (das trompas) e, mesmo pedindo muito, os guardas me bateram. Os pontos abriram e senti muitas dores. Foi horrível! — conta indignada, Maria de Lourdes²²⁶.

Já em 05 de setembro de 2003, em mais uma operação de fiscalização da Prefeitura e um confronto entre a GM-Rio e os camelôs, o ambulante foi confundido com outro sujeito, que teria agredido o Guarda Municipal Sérgio Fernando Magalhães com uma barra de ferro, e, em retaliação, foi brutalmente espancado por outro agente e conduzido a 1ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro. Márcio

²²⁵ BRAGA, Elcio; KOPKE, Isabela. Lista negra na mira da Polícia. **O Dia**, dez. 2003. Acervo MUCA.

²²⁶ CICATRIZES de uma operação ‘cesariana’. **Folha Universal**, Seção Geral, p. 6A, 07 dez. 2003. Acervo MUCA.

possuía apenas 26 anos e foi torturado, com socos no rosto e golpes de cassetete, em plena luz do dia, por volta das 14 horas, na Rua do Carmo. Seu rosto ficou completamente deformado e as agressões chegaram a lhe perfurar o tímpano. Em depoimento registrado no acervo do MUCA, Márcio conta que

O guarda gritava comigo: ‘Você nunca mais vai esquecer o dia 5 de setembro, o dia em que você mais apanhou na vida!. Repete comigo: nunca mais vou bater num guarda municipal!’. [...] Eu estava vendendo minhas fitas de vídeo, quando um homem (Sérgio Magalhães) chegou se identificando como policial da Delegacia de Combate à Pirataria. Ele levou a minha bolsa e as de outros colegas, mas um camelô o reconheceu como guarda municipal. Começou a confusão. Saí correndo, mas encontrei um grupo de guardas, estes uniformizados, que me prenderam. Só um deles me bateu. Ele não deixava ninguém encostar em mim. Pedi pelo amor de Deus para não morrer.²²⁷

Márcio foi autuado, no lugar de um terceiro não identificado, por lesão corporal grave em face do Guarda Municipal, que teve uma fratura-ligação exposta no tornozelo, e preso em flagrante, conforme Registro de Ocorrência nº 003730/0001/03²²⁸. Durante 15 (quinze) dias não foi encontrado por seus familiares, razão pela qual a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro foi acionada. Somente após a intervenção do, à época, presidente da comissão, deputado Alessandro Molon, Márcio foi localizado e liberto. Não se teve notícias da punição do agente que o agrediu.

Em 07 de outubro de 2003, mais uma operação da Guarda Municipal deixou um camelô gravemente lesionado, tendo este registrado a ocorrência do crime – artigo 129, §1º, inciso I e III, do Código Penal – na 1ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro. Trata-se do então trabalhador ambulante Denys Teixeira Moço. O rapaz, assustado com a possível repressão violenta por parte de agentes municipais, correu em meio à confusão generalizada, e foi encurralado por guardas municipais na Rua do Ouvidor, onde foi espancado com o uso de cassetetes, vindo a sofrer uma lesão grave permanente em seu braço direito, na altura do cotovelo, conforme Registro de Ocorrência nº 004604/0001/2003, da 1ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro – Praça Mauá²²⁹.

A vítima foi socorrida no Hospital do Andaraí, por meios próprios, registrando o Boletim de Atendimento Médico nº 116.786, e ficou internada,

²²⁷ Acervo MUCA.

²²⁸ Registro de Ocorrência nº 003730/0001/2003. Acervo do MUCA.

²²⁹ Registro de Ocorrência nº 004604/0001/2003. Acervo MUCA.

aguardando a necessária intervenção cirúrgica. Dois meses após os fatos, a mãe de Denys, Solanice de Jesus Ferreira Moço, deu uma entrevista ao jornal Folha Universal, onde afirmou que

Meu filho defendeu o rosto com o braço e acabou sofrendo essa fratura. Agora ele está sem trabalhar e não consigo comprar nem o apoio (tipóia) que o médico pediu. Ele ficou tão traumatizado com toda essa violência que está pensando seriamente se voltará para as ruas para trabalhar.²³⁰

A lesão de natureza grave gerou a incapacidade laborativa do trabalhador, que só logrou obter o “Auxílio – Doença” da Previdência Social – Instituto Nacional de Seguro Social em 29 de janeiro de 2004, a contar da data de 09 de dezembro de 2003, sendo certo que recebeu o mesmo até pelo menos março do ano seguinte²³¹.

Outro episódio com grande relevância e desmembramentos importantes, segundo os integrantes do MUCA, ocorreu em 26 de novembro de 2003. Uma grande investida da Guarda Municipal foi fortemente combatida pelos trabalhadores ambulantes. O confronto se alastrou pelo Centro e um carro de fiscalização da Prefeitura foi incendiado. Segundo Maria de Lourdes do Carmo, coordenadora do MUCA-RJ, 36 (trinta e seis) trabalhadores ambulantes foram levados à 1ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro. Maria acompanhou os detidos e foi vítima de agressões dentro do próprio prédio da polícia militar, no hall dos elevadores, conforme Registro de Ocorrência nº 004834/0001/03²³², sendo encaminhada ao Hospital Souza Aguiar, em razão de lesão provocada por cassetete na cabeça e nas costas.

Dos 36 (trinta e seis) conduzidos a delegacia naquela ocasião, restaram 22 (vinte e dois) trabalhadores presos em flagrante, sendo imputados inicialmente pelo cometimento dos crimes de formação de quadrilha ou bando (pela antiga redação do artigo 288 do Código Penal²³³), de dano qualificado (pela antiga redação do artigo 163, parágrafo único, inciso III, do Código Penal²³⁴) e outros. Através da

²³⁰ CICATRIZES de uma operação ‘cesariana’. **Folha Universal**, 07 dez. 2003. Seção Geral, p. 6A. Acervo MUCA.

²³¹ Conforme constam nos documentos relativos ao Requerimento n.º 17248145 e ao Benefício n.º 5011571021 da Agência de Nilópolis da Previdência Social – Instituto Nacional de Seguro Social. Acervo MUCA.

²³² Registro de Ocorrência n.º 004834/0001/03. Acervo MUCA-RJ.

²³³ “Art. 288 - Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes: Pena - reclusão, de um a três anos. Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado”. BRASIL, 1940.

²³⁴ “Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. Dano qualificado: Parágrafo único - Se o crime é cometido: (...) III - contra o patrimônio da União, de Estado ou de Município”. Ibid.

pesquisa documental no acervo do MUCA e de consulta ao site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, se localizou o respectivo processo criminal nº 2003.001.142550-1 (numeração antiga), tramitado na 26ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, no qual 11 (onze) desses trabalhadores ambulantes foram denunciados.

No decorrer do processo houve um desmembramento, em virtude da desclassificação dos fatos e do consequente declínio de competência, para o II Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, gerando o processo de número 2004.800.028447-5 (numeração antiga). Ainda assim, 3 (três) acusados foram processados perante a 26ª Vara Criminal pela imputação do crime de dano qualificado ao patrimônio público nos autos originários. Um desses trabalhadores chegou a estar 105 (cento e cinco) dias preso preventivamente. No primeiro processo, tramitado perante o Juízo da 26ª Vara Criminal da Comarca da Capital, a absolvição dos acusados só se deu em 22 de junho de 2004, já o segundo processo só teve seu desfecho, em favor dos acusados, em junho de 2005.

Segundo informações prestadas à esta pesquisadora por Marcelo Sebastião Damasceno²³⁵, um dos camelôs presos no conflito, na data dos fatos, os camelôs haviam sido perseguidos durante toda a parte da manhã, gerando um intenso confronto que se espalhou por todo o centro da cidade. No entanto, as prisões só ocorreram na parte da tarde.

Conforme depoimento de Marcelo, no momento da prisão, este estava realizando sua refeição, comendo uma quentinha na Avenida Rio Branco, junto de outros trabalhadores, quando receberam a informação de que um coronel da Polícia Militar queria conversar com os camelôs. Foi então que perceberam que estavam cercados de policiais do Batalhão de Choque da PMERJ. Assustados, alguns camelôs correram e conseguiram se desvencilhar dos agentes. Aqueles que foram detidos foram conduzidos à 1ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro – Praça Mauá –, e lá foram autuados pelo cometimento de diversos delitos que não haviam cometido, pelo Delegado Marcus Druker Brandão, em razão de falsos testemunhos realizados pelos guardas municipais e alguns policiais civis. Marcelo ainda comentou que a tentativa de imputação de “formação de quadrilha ou bando” foi

²³⁵ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 17 de dezembro de 2022.

absurda, na medida em que eles saíram prendendo camelôs diversos que sequer se conheciam.

Logo após, os camelôs foram conduzidos para a carceragem da Polinter, na Praça Mauá. Marcelo informou que, chegando ao local, os trabalhadores ambulantes foram ameaçados por detentos do chamado “seguro”, pavilhão com celas separadas para, em tese, o resguardo dos presos ameaçados ou em risco perante a população carcerária. Ocorre que estavam às vésperas de uma rebelião, e os presos organizados em facções exigiram que os camelôs se juntassem a eles, caso contrário seriam os primeiros, nas palavras de Marcelo, “a entrar na faca”. O camelô contou que foi impossível dormir naquela noite e que no dia seguinte receberam uma visita da advogada popular Fernanda Vieira, a quem pediram ajuda para conseguir uma transferência urgente.

Na noite do dia 27 de novembro de 2003 os camelôs foram transferidos para uma cela na 20ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, em Vila Isabel. Segundo Marcelo, na manhã seguinte (28/11/2003), os camelôs alugaram uma televisão e assistiram com espanto e alívio uma reportagem sobre a rebelião ocorrida dentro da Polinter da Praça Mauá, que resultou na morte violenta de alguns presos, inclusive decapitados, e em um incêndio em parte do edifício. Marcelo chegou a estar 12 (doze) dias nessa cela, em condições precárias, ao lado de 21 (vinte e um) companheiros, quando se cumpriu seu alvará de soltura em virtude da concessão de liberdade provisória. Ele contou, ainda, que os camelôs foram responsabilizados e repreendidos por um buraco na estrutura da cela, o qual teria sido feito pelos presos que a ocupavam anteriormente.

Marcelo ficou profundamente marcado por essa experiência, que abalou não só o camelô, mas também a sua família:

Essa prisão que aconteceu em 2003 afetou a minha vida em vários aspectos. Eu passei a ter medo e ódio de guarda municipal, pela truculência com que eles agiam. Também passei a ser pessoalmente perseguido. Nós já éramos perseguidos antes, mas nós que fomos presos ficamos marcados, eles descobriam onde a gente estava trabalhando e juntavam de 20 a 30 agentes para nos caçar, para nos pegar. Então eu passei a ter que correr até sem mercadoria. Eu já descia do ônibus ali no Centro da cidade e se os guardas me viam, eu tinha que fugir. Viramos figurinhas marcadas, mas graças à Deus eles não conseguiram me pegar novamente. Infelizmente, depois disso, eles pegaram um amigo nosso em outro conflito, e esse camelô foi arrebatado, ficou 8-9 meses internado no Hospital. Quer dizer, nunca mais a vida é a mesma. Abala o emocional, eu ainda tenho os resquícios de tudo que eu passei no governo do César Maia, do Conde. O César Maia foi o pior dos prefeitos que passou por aí, e os outros que vieram depois, Eduardo Paes, tudo reproduz essa canalhice.

Me machucou muito que meu filho viveu isso também. Na época do ocorrido, meu filho tinha 4 (quatro) anos, e isso aí passou na televisão e ele me viu preso. Daí ele não quis dormir mais na cama, ficou 12 dias dormindo atrás do sofá, dizendo que estava me esperando voltar para casa. Isso afetou ele e nos afeta a hoje. Eu trabalho até hoje como camelô, agora em Bonsucesso, e vou ser sincero, quando eu vejo uma viatura da Guarda Municipal eu fico apreensivo atento, muito tenso, porque eu não sei qual vai ser a ação e as atitudes deles, porque, infelizmente, são muito covardes²³⁶.

Após esse conflito, o cenário se agravou com a prisão, no dia 04 de dezembro de 2003, do então camelô Edmilson Lima Pereira, reconhecido, inicialmente por meio de um retrato falado, como o suposto autor do homicídio contra o Guarda Municipal Marco Aurélio Ferreira dos Santos Silva, morto um dia antes. Edmilson foi preso e levado a 1ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, onde permaneceu incomunicável por cerca de 24 horas, quando foi levado a carceragem da Polinter, conforme denúncia apresentada ao Deputado Alessandro Molon, então presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, pelo Grupo Tortura Nunca Mais, a Central Única dos Trabalhadores, a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares e a Coordenação dos Movimentos Sociais do Rio de Janeiro²³⁷.

Segundo esta denúncia, durante esse período, Edmilson foi procurado por familiares e amigos, mas estes não obtiveram quaisquer informações, buscando, assim, a Defensoria Pública, no plantão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, o Defensor Leonardo Almeida entrou em contato com as Delegacias de Polícia no Centro da cidade e com a Polinter, mas também não logrou ser informado do paradeiro do camelô preso²³⁸.

Edmilson só foi localizado no dia seguinte e, quando os advogados conseguiram entrar em contato com ele, este lhes relatou ter sido vítima de tortura no interior da delegacia, possuindo marcas das agressões na região costal (lombar e dorsal), no ouvido esquerdo, com edemas por todo o corpo. As lesões corporais foram confirmadas 4 (quatro) dias após e registradas em Boletim de Atendimento Ambulatorial no Hospital Penitenciário Dr. Fabio Soares Maciel²³⁹. Além dos relatos de tortura por choques elétricos, que deixaram o camelô psicologicamente

²³⁶ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 17 de dezembro de 2022.

²³⁷ Acervo MUCA.

²³⁸ Ibid.

²³⁹ Ibid.

desestabilizado, havendo também queixa de paralisação do lado esquerdo de seu corpo.

Em entrevista para o jornal O Dia, o Guarda Municipal André da Costa Lima, testemunha do homicídio, no dia 03 de dezembro de 2003, relatou que ele, a vítima e um terceiro agente da GM-Rio buscavam localizar um suspeito que havia participado dos confrontos no final do mês de novembro, quando, na esquina da Rua dos Andradas com a Rua Leandro Martins, Edmilson, supostamente, teria atirado duas vezes contra a vítima, ocasionando sua morte. A testemunha ainda afirmou que o autor dos disparos, antes de se evadir, teria apontado a arma em sua direção, momento em que este se jogou no chão por detrás do balcão de um bar, onde colidiu com garrafas de vidro e cortou a sua mão²⁴⁰.

O caso foi amplamente divulgado pelos veículos jornalísticos da cidade, explorando a própria imagem do trabalhador acusado, que teve o rosto estampado em diversos jornais de alta circulação, como O Dia e Extra. As notícias trataram de conectar o homicídio com os conflitos, ocorridos dias antes, entre a guarda municipal e os camelôs, veiculando ainda informações do então comandante da GM-Rio, Coronel Carlos Moraes Antunes, de que haveria uma lista, elaborada por uma máfia de camelôs, com nomes de guardas marcados para morrer²⁴¹.

Edmilson foi denunciado perante o III Tribunal do Júri – 3º Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, respondendo à acusação de homicídio doloso nos autos do Processo Criminal nº 0141765-49.2003.8.19.0001 (numeração única) e ficou preso – somando a prisão temporária e a prisão preventiva decorrente do recebimento da denúncia por crime doloso contra a vida, conforme legislação da época – de 04 de dezembro de 2003 à 10 de março de 2004, tendo sido impronunciado, conforme antiga redação do artigo 409, do Código de Processo Penal, em 30 de março de 2004, pelo magistrado Sidney Rosa da Silva.

Ocorre que, conforme se comprovou nos autos do processo, se tratava de uma grande armação, com provas forjadas pela própria Guarda Municipal, para incriminar o camelô e criminalizar as práticas de resistência dos trabalhadores ambulantes às ações ilegais e abusivas por parte dos agentes municipais. Edmilson

²⁴⁰ BRAGA, Elcio; ROMEO, Madalena. Preso suspeito de matar guarda. *O Dia*, 05 dez. 2003. Seção Geral, p. 3. Acervo MUCA-RJ.

²⁴¹ BRAGA, Elcio; NATALÍCIO, Lúcio; ROMEO, Madalena. **Guardas marcados para morrer.** *O Dia*, 06 dez. 2003, Seção Geral, p. 3. Acervo MUCA-RJ; BRAGA, Elcio; KOPKE, Isabela. Lista negra na mira da polícia. *O Dia*, 2003. Acervo MUCA-RJ.

foi incriminado no lugar de um outro sujeito e, para tanto, guardas municipais realizaram um falso reconhecimento do acusado e trataram de alinhar seus depoimentos caluniosos. Segundo comunicações particulares de Maria dos Camelôs, a farsa começou a ser desmascarada em razão de uma gravação ambiental de uma conversa com um guarda municipal, que confessou ter mentido no seu depoimento, por instruções do próprio comando da GM-Rio²⁴².

O caso ganhou grande repercussão, e a defesa técnica, capitaneada pelo célebre advogado criminalista Nilo Batista, logrou realizar uma investigação defensiva, reunindo robustos elementos probatórios da denúncia caluniosa – artigo 339, do Código Penal Brasileiro – articulada pelos próprios agentes do poder público, em evidente tentativa não só de criminalização dos camelôs, mas também de ataque à administração da justiça.

Nesse sentido, vale transcrever trecho da assentada da audiência realizada em 10 de março de 2004, no Processo Criminal nº 2003.001.147735-5 (ou numeração única 0141765-49.2003.8.19.0001), na qual o Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal – III Tribunal do Júri da Comarca da Capital do Rio de Janeiro proferiu a decisão concedendo a liberdade provisória ao réu:

In Casu, o serviço policial foi péssimo, sem qualquer investigação que pudesse dar qualquer suporte para que se mantivesse o réu no cárcere. Por outro lado, o serviço da Guarda Municipal que é comandado por um Coronel da Polícia Militar deste Estado foi pior ainda, parecendo que tudo o que a Guarda Municipal fez, com reuniões para tirar dúvidas sobre reconhecimento, reuniões para a uniformização de depoimentos, mais era ato praticado por quem está do outro lado da Lei. Essas questões praticadas pela guarda municipal acabam e acabaram trazendo a este Magistrado a dúvida em relação aos indícios até então existentes e consequentemente quanto a necessidade de manutenção da custódia do réu. Entretanto, como aplicador da Lei, não posso fugir ao disposto na Lei Processual e diante das contradições verifico que não se tem mais nos autos os motivos que ensejaram a prisão preventiva. Volto a dizer que esses motivos foram jogados por terra por uma administração irresponsável do problema dentro da Guarda Municipal, administração esta que certamente deverá responder até o fim do processo junto ao Ministério Público, pois que desde já determino que se remeta a 1º Central de Inquérito cópia de todo o processado, inclusive os depoimentos desta data²⁴³.

Após esta audiência a Superintendência da Guarda Municipal, oficiada pelo Poder Judiciário, foi obrigada a entregar documentos que comprovaram a inocência de Edmilson e a farsa orquestrada. Tratava-se, principalmente, de um informe transmitido por fax, datado de 16 de fevereiro de 2004, pela Assessoria de Assuntos

²⁴² Comunicação particular realizada à pesquisadora em 15 de agosto de 2022.

²⁴³ Autos do Processo Criminal n.º 0141765-49.2003.8.19.0001 (numeração única). Acervo MUCA.

Internos da GM-Rio, difundindo informações colhidas pela Subsecretaria de Inteligência (SSINTE) e classificadas como B-2 (normalmente idônea/provavelmente verdadeira) à Polícia Militar, ao Grupamento de Ações Especiais (GAE) e ao Grupamento Tático Móvel (GTM), ambos da GM-Rio. O fax, que à época foi colocado em sigilo, apesar de reafirmar a suposta relação dos camelôs com a criminalidade, expunha que o autor do homicídio do guarda municipal Marco Aurélio Ferreira dos Santos Silva seria outro sujeito, supostamente um traficante conhecido como “Buda”²⁴⁴.

Causa um enorme espanto que essa informação tenha sido veiculada internamente nas divisões da Guarda Municipal, cerca de quase um mês antes da referida audiência de instrução, e conscientemente os agentes municipais tenham sustentado as versões mentirosas perante o Juízo, demonstrando a perversa intenção de perseguir os trabalhadores ambulantes que se envolviam nos conflitos provocados pelas operações da Guarda Municipal. E é ainda mais absurdo que esse mesmo caso tenha sido utilizado, posteriormente, pelo poder público municipal, como exemplo ilustrativo da violência de trabalhadores ambulantes contra guardas municipais, como se depreende da manifestação da Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio de sua Procuradoria Geral do Município, na Ação Civil Pública 0183579-89.2013.8.19.0001, em 14 de junho de 2013, quase 10 anos depois²⁴⁵.

No final de janeiro de 2004, outro camelô, Josué Deangeles Paixão Carvalho, foi preso injustamente em ação da Guarda Municipal. Josué trabalhava nas ruas como vendedor ambulante apenas a apenas 2 (dois) meses, vez que havia acabado de ficar desempregado e aguardava o prazo para o requerimento de seguro desemprego, quando foi detido e espancado por guardas municipais em uma das operações da GM-Rio no Centro da cidade.

Na ocasião, Josué havia guardado sua bancada e suas mercadorias – bijuterias – porque recebeu a informação de que havia um conflito ocorrendo entre guardas municipais e camelôs na Avenida Rio Branco, tendo decidido caminhar em direção à Rua Uruguaiana para fazer uma refeição. Enquanto aguardava numa barraca de cachorro-quente, avistou guardas correndo atrás de trabalhadores

²⁴⁴ Acervo MUCA.

²⁴⁵ RIO DE JANEIRO [município]. Procuradoria Geral do Município do Rio De Janeiro. **Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001**. Rio de Janeiro: TJRJ, 2013. p. 95.

ambulantes, um deles voltou e indagou se Josué era camelô, e ao receber a resposta afirmativa foi agredido por este.

O trabalhador acabou sendo preso “em flagrante” e denunciado por vários delitos, dano qualificado (art. 163, parágrafo único, inciso III, Código Penal), lesão corporal (art. 129, *caput*, Código Penal) em concurso com o emprego de artefato explosivo (c/c art. 16, parágrafo único, III, da Lei Federal nº 10.826/03, redação original), posto que os agentes municipais acusaram tê-lo visto atirando uma bomba caseira em uma viatura da corporação.

Josué, injustamente acusado, respondeu toda a instrução e julgamento do processo criminal nº 0005020-28.2004.8.19.0001 preso preventivamente, totalizando cerca de 6 (seis) meses de privação de liberdade, quando o juízo da 27ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro o absolveu com base no artigo 386, VI, Código Penal.

Não obstante o Juízo ter apontado na sentença que a defesa trouxe provas testemunhais de que o camelô em questão se encontrava em outro lugar no momento da explosão, além de confirmarem inequivocamente a versão de Josué em sede policial e judicial, o Ministério Público apelou da decisão. A sentença absolutória foi confirmada na 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 7 de dezembro de 2004, mas o acórdão só foi publicado em março de 2005. Por outro lado, as lesões do trabalhador ambulante nunca foram apuradas.

Mais um caso marcante de criminalização e violações de direitos humanos, que chocou e indignou os trabalhadores ambulantes, foi o de André Luís de Lima e Carlos Renato dos Santos Mota. No dia 7 de março de 2004, ambos os camelôs foram espancados e presos em um suposto flagrante, imputados de estarem portando materiais explosivos e violando o artigo 16, parágrafo único, III, da Lei Federal nº 10.826/03, em sua redação original, bem como de praticarem o crime de desacato, artigo 331 do Código Penal, conforme o Auto de Prisão em Flagrante que instaurou o procedimento investigativo 005-02674 na 5ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro – Gomes Freire²⁴⁶. Posteriormente, houve ainda um aditamento no procedimento para incluir a suposta prática de lesão corporal cometida pelos camelôs em face dos guardas municipais.

²⁴⁶ Acervo MUCA.

Segundo informações apuradas no referido procedimento administrativo, ambos os camelôs trabalhavam na Rua do Ouvidor, próximo à esquina da Rua Quitanda, quando avistaram um grupo de guardas municipais realizando uma operação de fiscalização ao comércio ambulante na Avenida Rio Branco. Por não possuírem a autorização do poder público para o exercício da atividade em área pública, os camelôs decidiram guardar suas mercadorias em um depósito na Rua do Rosário, e seguiram, posteriormente, a um bar situado na Praça XV.

Quando pensaram que o movimento dos guardas municipais havia cessado, retornaram em direção ao depósito, porém se depararam com um grupamento da GM-Rio e decidiram correr, ao lado de outros vendedores ambulantes, em sentido contrário, sendo assim perseguidos por esses agentes. Em função dessa perseguição, os dois camelôs entraram na livraria Al-farabi, então situada em um antigo casarão da Rua do Rosário, com o intuito de se protegerem, e se abrigaram em um dos banheiros do estabelecimento comercial.

Conforme o depoimento da sócia proprietária da livraria, Lilian Ribeiro Dias, em sede policial, em consonância com os depoimentos dos funcionários, o grupo de guardas municipais entrou na loja informando os presentes que se tratavam de “bandidos”, e alguns agentes se dirigiram até o banheiro. Após forçarem a porta de alumínio e jogarem spray de pimenta dentro do recinto, conseguiram invadir o banheiro e capturar os trabalhadores, quando ocorreram as agressões.

Embora as testemunhas da Guarda Municipal tenham afirmado que houve agressões mútuas em confronto corporal, as testemunhas, que eram completamente desinteressadas, afirmaram que, apesar de não presenciarem as agressões, os camelôs foram severamente lesionados, enquanto os guardas teriam apenas escoriações nas mãos. Já nos depoimentos dos imputados, ambos afirmaram que não podiam ver nada após o lançamento do spray no banheiro, e que os guardas, assim que adentraram no ambiente, deram início as cacetadas.

Segundo os arquivos, o camelô Carlos Renato teve o olho direito gravemente ferido. Ocorre que o mesmo já havia perdido anteriormente a visão do olho esquerdo, ao ser atingido por uma bola de gude lançada em outra ocasião por um guarda municipal. Em comunicação particular à essa pesquisadora, a coordenadora do MUCA, Maria dos Camelôs, afirmou que o caso demonstra a perversidade com

a qual agiam os agentes da GM-Rio, pois o objetivo dos guardas, ao elegerem o “olho bom” como alvo dos golpes, era de cegar definitivamente o camelô²⁴⁷.

Os dois trabalhadores ambulantes foram detidos e apresentados à 5ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro – Gomes Freire, e junto deles, os agentes municipais apresentaram uma bolsa branca supostamente apreendida com os detidos, contendo vestimentas, um par de calçados, um morteiro de linha de fogos pirotécnicos, um artefato de linha de fogos chamado popularmente de “cabeção de nego” e um artefato explosivo conhecido como “bomba de impacto”, em seu interior.

Na oitiva realizada na delegacia, os três guardas municipais que realizaram a detenção afirmaram veemente que a bolsa pertencia aos camelôs, no entanto os donos da livraria reconheceram a bolsa e as vestimentas como suas propriedades, não reconhecendo nenhum dos artefatos com potencial explosivo e lesivo. Ademais, todas as testemunhas desinteressadas, a proprietária do estabelecimento e seus funcionários confirmaram na delegacia que os trabalhadores ambulantes haviam entrado na livraria sem qualquer bolsa ou objetos nas mãos.

Ainda assim, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ofereceu a denúncia e os camelôs foram processados nos autos do Processo Criminal nº 0053802-66.2004.8.19.0001 (numeração antiga 2004.001.054625-6). Os trabalhadores só foram postos em liberdade no início de setembro de 2004, quando a acusação foi julgada improcedente pelo Juízo da 19ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com base na antiga redação do art. 386, IV, do CPP. Não satisfeito, o *Parquet* em exercício ainda apelou da sentença absolutória, tendo, inclusive o próprio Procurador de Justiça, Dr. Francisco Eduardo Marcondes Nabuco, opinado desfavoravelmente ao recurso, tamanho esforço criminalizador. O julgamento da Apelação Criminal nº 05937/2004, na Sétima Câmara Criminal do Estado do Rio de Janeiro, pela relatoria do desembargador Marco Aurélio Bellizze, confirmou a justa decisão de primeiro grau em 8 de março de 2005.

No início de janeiro de 2005, Rodrigo Fernando da Silva, jovem camelô que trabalhava nas ruas vendendo acessórios para celular há pelo menos 5 anos, foi brutalmente espancado pela Guarda Municipal e preso por falsas acusações. O camelô ficou cerca de um ano preso, em prisão preventiva, enquanto foi processado

²⁴⁷ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 10 de outubro de 2022.

injustamente nos autos do Processo Criminal nº 0000360-54.2005.8.19.0001 (numeração antiga 2005.001.000373-1), tramitado na 27ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro.

Segundo os depoimentos acostados nos autos, no dia dos fatos, Rodrigo estava indo pegar mercadoria na Rua do Rosário, quando os guardas municipais chegaram em dois micro-ônibus, e passaram a persegui-lo, ao lado de um colega, conhecido pelo apelido de Magrão. Os camelôs fugiram pela Rua Primeiro de Março, em direção à Marinha, e entraram em um ônibus, tentando escapar. Porém, os guardas municipais entraram no veículo e, na frente de todos, iniciaram o espancamento dos trabalhadores. Os agentes municipais só deixaram de agredir os camelôs após a intervenção de um soldado da Marinha, que vendo a confusão deu um disparo para o alto. Os guardas municipais forjaram o flagrante, apresentando uma bolsa que nunca esteve em posse de Rodrigo, e alegaram que o camelô estava comercializando CD's piratas, além de lhe imputarem os crimes de porte de artefato explosivo (uma bomba caseira) e de lesão corporal gravíssima em face de um guarda municipal, que teria sido atingido em um conflito horas antes.

Rodrigo foi levado para a Delegacia, onde passou toda a noite, em péssimas condições e com muita dor, em razão das agressões dos agentes municipais. Somente no dia seguinte foi levado ao Instituto Médico Legal (IML), tendo sido comprovadas as lesões corporais sofridas. O camelô foi, inclusive, internado e ficou com sequelas, tendo que usar por um longo período um dreno no pulmão. Rodrigo ainda narrou ao Juízo, na oportunidade do seu interrogatório, que quando houve a sua detenção, seu celular e sua carteira desapareceram, e que no dia seguinte seu cartão de crédito foi utilizado.

O camelô só foi posto em liberdade quando foi absolvido, um ano depois, em 17 de janeiro de 2006, no julgamento da apelação criminal nº 4755/2005 na Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pela relatoria do desembargador Valmir de Oliveira Silva. Por unanimidade os magistrados reformaram a decisão condenatória do Juízo de primeiro grau, com fulcro na redação original do art. 386, VI, do Código de Processo Penal, considerando que Rodrigo havia sido condenado sem provas suficientes.

Os casos narrados demonstram a criminalização de trabalhadores ambulantes, por meio de flagrantes forjados pela Guarda Municipal, e o uso de excessiva violência física, por parte dos agentes do poder público. Esses casos emblemáticos

para o Movimento Unido dos Camelôs não foram isolados, reforçando a afirmativa de que o governo de César Maia na Prefeitura carioca foi marcado por uma violência sistemática, que incluiu ações ilegais e abusivas, agressões injustas e torturas, além do evidente uso do aparato jurídico-penal contra os camelôs.

Segundo os camelôs que participaram da pesquisa, a perseguição na forma de uma “guerra” desenfreada, sem intervalos, só arrefeceu nos anos finais do governo de César Maia, mais especificamente na proximidade da recepção dos Jogos Pan-Americanos de 2007, quando a cidade carioca se converteria em palco do megaevento e vitrine no cenário internacional. De acordo com Maria dos Camelôs, a “limpeza urbana”, eufemismo para dar conta da remoção de diversos sujeitos do cenário urbano, ocorreu antes, logo após a cidade ser de fato escolhida como sede do megaevento, em 2002. Em suas palavras:

A gente sabe que a limpeza do Pan começou muito antes de 2007. Em 2003 o centro da cidade era palco de uma guerra entre camelôs e a guarda municipal, pegava fogo. Depois acho que a situação ficou insustentável até para a Prefeitura, não dava para continuar daquela forma, batalha campal todo dia, e a gente também estava se mexendo²⁴⁸.

Assim, os trabalhadores ambulantes foram percebendo não o fim da repressão, mas sim um refinamento das estratégias do poder público no controle do comércio ambulante. As ações repressivas passaram a ser mais objetivas, ocorrendo de forma intermitente – especialmente perto de datas festivas e de eventos promovidos ou impulsionados pelo poder público –, em pontos específicos da cidade, garantindo, assim, os interesses das elites capitalistas intermediadas pelo poder público. Os camelôs também relataram um aumento sazonal das ações repressivas, em razão das chamadas Operações de Verão, realizadas em conjunto pela Prefeitura e o Governo do Estado. Por outro lado, passou-se a adotar com maior frequência a realização de “estouros” de depósitos clandestinos, em um período em que os depósitos sequer eram regulamentados. Essas ações passaram a permitir a realização de grandes apreensões de mercadorias, dificultando e impedindo o trabalho ambulante.

Essa nova forma de agir do poder público foi consolidada pela primeira gestão de Eduardo Paes na Prefeitura do Rio de Janeiro. O novo prefeito prometeu maior diálogo com a categoria de trabalhadores e assumiu um discurso público mais

²⁴⁸ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 10 de outubro de 2022.

sensível a questão socioeconômica do trabalho informal, se comprometendo, inclusive, a ampliar as autorizações para o exercício da atividade comercial ambulante. Porém, Eduardo Paes insistiu em tratar o comércio ambulante como uma questão de “ordem pública”, dentro de um novo ciclo da política de *Choque de Ordem* – embora Eduardo Paes seja famoso por estabelecer declaradamente o projeto na cidade, César Maia já invocava a noção de “choque de ordem” em sua gestão²⁴⁹.

O então novo prefeito utilizou-se de sua experiência como subprefeito da Barra da Tijuca, no último mandato de seu antecessor, quando instituiu as “Caravanas da Legalidade”, pautadas nos princípios de lei e de ordem. Para tanto, Paes instituiu no seu primeiro dia de mandato, através do Decreto Municipal nº 30.339/2009, a Secretaria de Ordem Pública, um órgão teoricamente regulador e fiscalizador das atividades econômicas e das posturas municipais, com atuação no ordenamento do espaço público para a garantia do cumprimento das legislações municipais, entre essas, a Lei Municipal nº 1.876/92 - Lei do Comércio Ambulante e o, à época, recente Código de Posturas Municipais - Decreto Municipal nº 29.881/2008, deixado por César Maia²⁵⁰.

Em outubro de 2009, o prefeito carioca sancionou a Lei Complementar nº 100/2009, estabelecendo a GM-Rio como uma autarquia própria na estrutura da administração indireta e realizando a sua vinculação à recém-criada Secretaria de Ordem Pública. Um mês depois, o poder público disciplinou a estrutura organizacional da autarquia por meio do Decreto Municipal nº 31.346/2009.

Essas transformações, que garantiram maior adequação jurídica, autonomia e reforço a Guarda Municipal, ocorreram no mesmo período da eleição da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas 2016. O Brasil já havia se candidato a cidade-sede das Olimpíadas em 1997 (para sediar os Jogos Olímpicos de 2004) e em 2003 (para sediar os Jogos Olímpicos de 2012). No entanto, a imagem de insegurança da cidade carioca foi, ao lado da questão da infraestrutura, apontada

²⁴⁹ Consta, por exemplo, nos arquivos do Acervo MUCA uma matéria de jornal, publicada ainda em 2003, intitulada “Choque de ordem em Copacabana”, detalhando o Projeto Zona Sul Legal, inspirado na política de “tolerância zero”. In O GLOBO, Jornal. Choque de Ordem em Copacabana. Por Paulo Marquero e Selma Schmidt. Seção Rio, p. 10. Publicado em 16 de junho de 2003.

²⁵⁰ Informações do site oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. RIO DE JANEIRO [município]. **Estrutura da SEOP**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022b. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/seop/estrutura-da-seop>. Acesso em: 09 dez. 2022.

como motivo central para a frustração de tais candidaturas²⁵¹.

A conquista para sediar os Jogos Olímpicos de 2016 só veio após a demonstração da capacidade do poder público de “controlar” o espaço urbano nos Jogos Pan-Americanos de 2007, com uma política violenta de “asepsia”, de disciplina, de fiscalização, de restrição de fluxos e de militarização das áreas de insegurança da cidade²⁵². Assim, ao lado das instalações das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas da cidade, a renovada GM-Rio assumiu um importante papel para a construção dessa imagem de “lei e ordem” na cidade carioca.

O período em que a cidade do Rio de Janeiro recebeu um pacote de Megaeventos (Jogos Pan-Americanos, Jogos Mundiais Militares, Rio +20, Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, Copa do Mundo, Olimpíadas e Paraolimpíadas) foi marcado por uma série de remoções e repressões às figuras indesejadas em uma cidade que tratava de alcançar um patamar de *cidade global*, tais como moradores de rua, usuários de drogas, prostitutas, trabalhadores ambulantes ilegais etc²⁵³. E a Guarda Municipal cumpriu o papel de “força policial” do poder público municipal, atuando com extrema belicosidade contra esses sujeitos. Nesse sentido, apesar de algumas mudanças de estratégias nas operações da Prefeitura, os camelôs ressaltaram que houve uma continuidade na violência estatal enquanto marca de uma política voltada para oprimir os mais vulneráveis:

Registro da violência da guarda municipal contra os camelôs, durante a gestão do prefeito Cesar Maia no Rio de Janeiro (2001 – 2008). Neste contexto de repressão, nasce o Movimento Unidos dos Camelôs, que em 2010 completou 7 anos. Atualmente, o exército de Cesar já não está nas ruas, mas o Choque de Ordem promovido pelos novos ditadores Eduardo Paes e Rodrigo Bethlem continua esta mesma política de opressão aos trabalhadores informais.²⁵⁴

²⁵¹ GAFFNEY, Christopher. Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil. In: SANTOS JR., Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Orgs.). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

²⁵² Esse período foi também marcado por uma operação violenta e homicida da Polícia Militar (PMERJ) no Complexo do Alemão, que ficou conhecida como “Chacina do Pan”. A operação contou com uma cobertura sensacionalista da mídia e deixou pelo menos 19 mortos. Até o final dos Jogos Pan-Americanos se contabilizaram 43 mortos e 85 feridos. Sobre o tema ver ALVARENGA FILHO, José Rodrigues. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 111-117, 2016. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1163>. Acesso em: 04 mar. 2023.

²⁵³ Mais uma vez se ressalta que essa específica relação foi tratada em BONAN, 2017.

²⁵⁴ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **O Exército de Cesar**. Rio de Janeiro: MUCA, 2010a. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2010/07/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Um exemplo emblemático dessa atuação do “Choque de Ordem” foi o conflito ocorrido na Comunidade Anastácia, localizada na Rua General Caldwell, nº 32, no Centro do Rio de Janeiro, no dia 07 de novembro de 2009.

Segundo as denúncias do MUCA, a operação dos agentes municipais se iniciou na Avenida Presidente Vargas, por volta das 14:30, quando os camelôs correram para se refugiar na comunidade. Os moradores do local não permitiram a entrada dos guardas, no entanto, após cerca de uma hora, 4 micro-ônibus da GM-Rio chegaram ao local com um grande efetivo de agentes. Cerca de 40 guardas, munidos de cassetetes e bombas de efeito moral, invadiram as casas dos moradores da comunidade, sem qualquer autorização judicial ou situação de flagrância, e agrediram indistintamente camelôs e moradores da comunidade, atingindo inclusive mulheres, idosos e crianças²⁵⁵.

Os relatos do MUCA ainda apontam que na mesma operação, antes da invasão à Comunidade Anastácia, outro camelô já havia sido brutalmente agredido e teve seus direitos violados ao buscar a devida proteção, terminando por ser ele mesmo criminalizado:

Durante a operação de choque de ordem os guardas disseram ao vendedor Edson, que estava num triciclo, que ele teria perdido a mercadoria, então ele tombou o triciclo derramando as mercadorias no chão, então os guardas bateram muito no cidadão, o Dadá, líder dos camelôs da Central, encaminhou o Edson para 4ªDP, os inspetores mandaram ele ir para o Souza Aguiar, no hospital os guardas municipais deram voz de prisão ao Edson algemando e retirando-o numa viatura, ficaram rondando pela cidade aterrorizando, falaram que levariam num carro particular, no final levaram para 6ªDP, depois de muito tempo fizeram assinar que agrediu aos guardas municipais com pedradas e ainda teve que pagar uma fiança de trezentos reais.²⁵⁶

Os relatos de tortura seguiram chegando ao movimento social, embora houvesse muita dificuldade de registrá-los. O padrão seguia, e os camelôs, vítimas de violências macabras, terminavam autuados como autores de fatos criminosos:

MAIS UM CAMELÔ É TORTURADO PELA GUARDA MUNICIPAL

No dia 25 enquanto o Cordão do Bola Preta desfilava pela Rio Branco, uma operação dos guardas municipais cercaram as ruas Buenos Aires e Rosário e houve reação dos ambulantes que tentavam salvar suas mercadorias.

O ambulante Fabrício de 20 anos, que tinha terminado o expediente, de repente estava no meio da batalha e foi agarrado, levando um soco no nariz, nesta hora

²⁵⁵ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Crime da Guarda Municipal**. Rio de Janeiro: MUCA, 2009a. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/>. Acesso em: 20 mar. 2023; Os registros dos fatos estão também acostados na Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001, TJRJ. RIO DE JANEIRO [estado], 2013a.

²⁵⁶ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS, op. cit.

jogaram uma pedra nas costas do guarda Jota, apareceu um paisano que dizia ser polícia e levaram o rapaz para o ônibus da Guarda Municipal, sua mãe, que também é ambulante de doces na área, foi até o local pedir para que não batessem no seu filho, então estes chingaram de filho da p* e deram tapas na cara dele. Ela acompanhou no ônibus a detenção até o Souza Aguiar, só os guardas entraram com o Fabrício, eles ficaram com as receitas, as chapas de raio x e os remédios, zombando da cara do preso, perguntando se ele queria remedinho.

Após o hospital encaminharam para 5ª DP e não deixaram a mãe acompanhar, nesta viagem começaram a sessão de espancamentos e ameaças, depois foram para 1ª DP na praça Mauá, chegando no pátio da delegacia, em razão do preso não gritar com os espancamentos, resolveram usar a arma de choque elétrico, fazendo o rapaz se contorcer e gritar, então eles comentaram que o “viadinho” grita. Os agressores guardas municipais Barreto, Ítalo, Bispo dentre outros registraram a ocorrência como agressão do Fabrício contra os guardas municipais (...)²⁵⁷.

No ano de 2011, o Grupamento de Operações Especiais (GOE) da Guarda Municipal foi criado, para atuar em casos de calamidade pública, salvamento, resgate e no suporte às ações da Defesa Civil Municipal. A nova divisão da Guarda Municipal foi equipada com instrumentos de menor potencial ofensivo (IMPO), como lançadores de gás, granadas de efeito moral e, à época, até *tasers*, além de uniformes camuflados, capacetes e escudos. Essa força de elite, mais belicosa, da Guarda Municipal, passou a participar das operações de repressão ao comércio ambulante não autorizado, em nítido desvio de função. Os trabalhadores ambulantes do MUCA passaram a se referir aos agentes desse novo grupamento como “boinas pretas”, em referência ao “BOPE”, o Batalhão de Operações Especiais da PMERJ, espetacularizado pelo filme nacional *Tropa de Elite*.

O “choque de ordem” atuou com rigor em áreas específicas da cidade. A repressão dos camelôs que não lograram a regularização de seu trabalho (excluídos do novo cadastramento realizado pelo governo municipal) ou não se adequavam aos ditames da legislação teve como foco, além dos arredores das instalações desportivas, as ruas do centro do Rio de Janeiro e as calçadas e praias da Zona Sul. Mas também foi novidade o aumento da repressão em pontos determinados da Zona Norte, como nos bairros Tijuca e Méier, que receberam investimentos do setor privado para se transformar em polos gastronômicos.

Esse direcionamento é perceptível ao observar as regiões da cidade nas quais foram instituídas as Unidades de Ordem Pública, a partir de uma reestruturação organizacional da GM-Rio no ano de 2011. Segundo o sítio virtual da Prefeitura do

²⁵⁷ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Tortura em Camelô**. Rio de Janeiro: MUCA, 2011. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2011/03/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

Rio de Janeiro, ao todo são 10 unidades, 5 no Centro (Corredor Cultural, Lapa/Cruz Vermelha, Ouvidor/Cinelândia, Saara/Praça Tiradentes e Porto Maravilha), 3 na Zona Sul (Copacabana, Ipanema/Leblon, Flamengo/Catete/Glória), apenas 2 na Zona Norte (Tijuca e Méier), e nenhuma na Zona Oeste da cidade²⁵⁸.

O MUCA ressaltou ainda os conflitos entre a GM-Rio e os camelôs que passaram a ocorrer no período do Carnaval. O modelo adotado pelo poder público, calcado nas Parcerias Público-Privadas, por meio das “patrocinadoras oficiais” do evento – conforme mencionado no primeiro capítulo –, além de excluir diversos trabalhadores ambulantes da festa mais lucrativa do ano²⁵⁹, impôs diversas restrições que dificultaram a adequação dos camelôs até mesmo autorizados. O resultado foi uma perseguição violenta aos trabalhadores ambulantes que desafiaram as imposições do poder público e das empresas patrocinadoras do Carnaval Carioca.

Exemplo disso foi a violenta represália realizada pela GM-Rio contra os camelôs que trabalhavam na “Abertura Não Oficial do Carnaval Carioca”, no dia 3 de janeiro de 2016. A ação dos representantes do poder público foi resistida pelos vendedores, que receberam auxílio dos foliões, e, em consequência, a truculência dos agentes atingiu a todos de forma generalizada, incluindo esta pesquisadora que, por acaso, estava no local vendendo sacolés de fruta com cachaça. Segundo os trabalhadores que participaram da pesquisa, situações como essas se tornaram comuns no carnaval da cidade. A repressão ao comércio ambulante no carnaval se somou ainda a tentativa de controle de blocos de rua não oficiais (“blocos piratas”)²⁶⁰.

Além das truculentas ações do “Choque de Ordem” realizadas pela GM-Rio, com consequentes violações de direitos humanos e agressões à integridade física dos trabalhadores ambulantes, os camelôs seguiram sendo alvos de processos criminais.

²⁵⁸ RIO DE JANEIRO [município]. **Unidades de Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022a. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/unidades-de-ordem-publica>. Acesso em: 09 dez. 2022.

²⁵⁹ Sobre o impacto econômico do carnaval na renda dos trabalhadores ambulantes ver MACHADO, Fernanda Amin Sampaio; RODRIGUES, Juciano Martins; BONAN, Anna Cecília Faro; NUNES, Maria Júlia Moraes Pinto. A falta que o Carnaval faz. **Observatório das Metrópoles**, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/a-falta-que-o-carnaval-faz/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

²⁶⁰ BELLO; BONAN; TOLEDO, 2017.

A percepção dos camelôs do MUCA é de que houve uma redução – e não a extinção – das prisões, tanto daquelas resultantes dos conflitos com a GM-Rio na gestão de César Maia, como daquelas por pirataria. No entanto, o poder público seguiu utilizando o direito (e o processo) penal (ou o risco de ser processado criminalmente) como estratégia de intimidação.

Ainda no início da gestão do Paes, em fevereiro de 2009, a própria Maria dos Camelôs foi detida e levada para a delegacia, após defender trabalhadores ambulantes de uma ação dos guardas municipais. Após muitas conversas advogados e figuras públicas que se dirigiram ao local, a autoridade policial desistiu de enquadrar os fatos como “quadrilha” (antiga figura do crime de “associação criminosa”). Maria respondeu uma acusação de desacato (art. 331 do Código Penal), perante o 1º Juizado Especial Criminal de Botafogo, ao lado de três outros trabalhadores, nos autos do processo criminal n.º 0040301-69.2009.8.19.0001 (numeração antiga 2009.001.040309-3). Dois outros trabalhadores também responderam pelos crimes de lesão corporal leve (art. 129 do Código Penal).

Depois desse episódio, a Guarda Municipal seguiu realizando detenções, que, por sua vez, passaram a ser registradas pela Polícia Civil, sem *justa causa* (indícios de autoria e de materialidade), por meio de tipos penais de menor potencial ofensivo (nos termos da Lei Federal n.º 9.099/95), tais como resistência (art. 329, *caput*, Código Penal), desacato (art. 331, Código Penal), ameaça (art. 147, Código Penal) e lesões corporais leves (art. 129, *caput*, Código Penal). Nesses casos, embora não seja permitida a privação de liberdade, o processo penal funciona como uma ameaça e, por sua vez, penoso por natureza, como a própria sanção. Também vale ressaltar que tais casos, processados pelo rito sumaríssimo, permitem a aplicação de sanção sem processo como alternativa ao próprio processo, verdadeira antecipação “negociada” de pena, a chamada transação penal (art. 76 da Lei Federal n.º 9.099/95)²⁶¹. Conforme explica Maria dos Camelôs:

Depois do Paes, a gente percebeu que eles continuaram criando situações, levando para delegacia, autuando, mas passou a ter um pouco menos de prisão. Mas eles passaram a bater, tirar a mercadoria, levar para delegacia, fazer registros sem base nenhuma e soltar. Fazem isso principalmente com o camelô que não tem autorização ou com quem reage, quem tá ali denunciando as ações abusivas da Guarda. Na delegacia os camelôs não têm seus direitos respeitados, quase sempre tão sem advogados, aí são novamente agredidos, coagidos, assinam os papeis na pressão ali.

²⁶¹ Ver PRADO, Geraldo. **Transação penal**: alguns aspectos controvertidos. Novos diálogos sobre os juizados especiais criminais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

E depois tem que responder o processo, se não for arquivado, pode pagar multa, prestar serviço. Nisso o camelô já fica muito assustado, não vai para a rua trabalhar porque tá com medo. E as agressões que a gente sofre, os abusos de autoridade, isso eles não registram, não investiga.²⁶²

O combate à pirataria (art. 184, §2º, do Código Penal), por sua vez, seguiu criminalizando diversos trabalhadores através de uma lógica de atuação integrada da GM-Rio e da PMERJ, na gestão de Eduardo Paes em diante. No entanto, o movimento social relata que houve uma brusca queda de prisões cautelares com base somente nessa imputação. Outro dado interessante é que, segundo as informações prestadas pelos camelôs, as operações de combate não só à pirataria, como ao crime de receptação passaram a ocorrer com maior intensidade às vésperas de datas comemorativas, como o Natal e a Páscoa.

Ainda em 2017, esta pesquisadora, que acompanha o MUCA desde 2016, foi solicitada a assistir uma audiência de custódia, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, na qual figurava como ré uma camelô, presa em uma dessas operações pela imputação do crime de receptação qualificada, nas formas do artigo 180, § 1º e §2º do Código Penal²⁶³. Segundo o defensor público que a representou, o caso era simples e estava se repetindo com frequência naquele período: nas vésperas do feriado da Páscoa a polícia passou a perseguir os vendedores ambulantes que estariam comercializando caixas de bombom e ovos de chocolate provenientes de roubos de cargas. *In casu*, a trabalhadora não tinha a menor ciência de que os produtos eram oriundos do crime, pois trabalhava informalmente para um terceiro, percebendo R\$200,00 por semana para realizar as vendas das mercadorias que lhe eram entregues. Não obstante, foi tratada como uma criminosa perigosa, passou um dia inteiro na carceragem e esteve toda a audiência de custódia algemada, violando a Súmula Vinculante nº 11 do STF²⁶⁴, posto que a ré, uma

²⁶² Comunicação particular realizada à pesquisadora em 15 de agosto de 2022.

²⁶³ Código Penal Art. 180, § 1º - “Receptação Qualificada: Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime: (Redação dada pela Lei n.º 9.426, de 1996).

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa. (Redação dada pela Lei n.º 9.426, de 1996)

§ 2º - Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência. (Redação dada pela Lei n.º 9.426, de 1996)” BRASIL, 1940, grifos nossos.

²⁶⁴ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante n.º 11**. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. Brasília, DF:

jovem de porte pequeno na faixa dos 20-25 anos, não oferecia risco algum de fuga ou à integridade das pessoas e de si mesma. Finalmente, a juíza lhe concedeu a liberdade provisória, em razão da camelô ser ré primária, com residência fixa e possuir um filho ainda bebê, sendo esse último motivo considerado preponderante para a concessão de seu direito a responder ao processo criminal em liberdade.

De acordo com o MUCA, a mudança da gestão de Eduardo Paes para Marcello Crivella na Prefeitura (no ano de 2017), assim como as alterações da chefia do Poder Executivo do Estado, não fizeram diferenças contundentes na forma do poder público lidar com o comércio ambulante, pois os trabalhadores seguiram sendo alvos de repressão e criminalização. Conforme relata Maria dos Camelôs:

Olha, quando o Crivella chegou, no começo, até afrouxou sim um pouco a violência contra a gente, mas nossa avaliação é de que foi mais pela própria incapacidade dele de tocar as coisas, do que uma mudança mesmo. Acho que ele tava mais preocupado em favorecer as igrejas que lidar com as questões da cidade, e só fazia alguma coisa quando era cobrado. Tipo, ele até falou que ia dar trégua para os camelôs, aí os lojistas ameaçaram que não iam mais dar dinheiro para o “Centro Presente”, e aí voltou a ter remoção e repressão nas ruas. Já o governo do Estado não mudou né? Muda quem tá sentado na cadeira, mas é sempre a mesma política de segurança, com milícia e contra preto e pobre trabalhador.²⁶⁵

Crivella, havia se eleito com uma parcela de votos de camelôs, que apostavam na tentativa de mudança na política do Executivo municipal, mas terminou por ceder às pressões de lojistas e empresários que se queixavam da “desordem” nas ruas da cidade e atribuíam a responsabilidade aos trabalhadores ambulantes.

Ademais, o então prefeito seguiu tocando uma política de reforço institucional da “ordem pública”, colaborando para um maior policiamento urbano. Tão logo assumiu o cargo, Crivella realizou uma realocação dos órgãos na estrutura da Secretaria de Ordem Pública, através do Decreto nº 42.743/2017, e, meses depois, logrou a aprovação da Lei Municipal nº 6.235/2017, para instituir o Fundo Especial de Ordem Pública. É também no seu mandato que, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, se inicia o Programa “Rio + Seguro”, com a integração de guardas municipais e policiais militares em ações para, em tese, coibir

Supremo Tribunal Federal, 2008. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula760/false>. Acesso em: 06 mar. 2023.

²⁶⁵ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 15 de agosto de 2022.

a criminalidade e promover o ordenamento urbano em pontos estratégicos da cidade.

Além da inserção da PMERJ nas operações de fiscalização e repressão ao comércio ambulante, por meio de convênios como o “Rio + Seguro”, os trabalhadores ambulantes passaram a se deparar, por vezes, com policiais militares cedidos, atuando armados, à serviço da Guarda Municipal. Também passou a ser comum encontrar agentes da PMERJ ou da GM-Rio sem farda alguma e sem identificação, usando apenas o colete azul da “Ordem Pública”, à serviço do “Rio + Seguro” e de Operações conjuntas orquestradas pela Subsecretaria de Operações, vinculada à SEOP. Segundo o camelô André Pacheco, atual presidente da Associação de Trabalhadores Ambulantes da Lapa e integrante da coordenação do MUCA-RJ, como a Prefeitura não conseguiu armar a GM-Rio, pela forte resistência dos trabalhadores ambulantes, é por meio dessas manobras que o poder público vem inserindo o uso do armamento de fogo, vedado pelo artigo 30, inciso VII, da Lei Orgânica do Municipal²⁶⁶, para ameaçar os camelôs²⁶⁷.

Na campanha eleitoral de 2020, diante da disputa travada entre Crivella e Eduardo Paes, o segundo chegou a enviar um áudio, de sua própria autoria, por meio do aplicativo de mensagens instantâneas *Whats App*, à Maria do Carmo e aos trabalhadores ambulantes do MUCA-RJ, no qual prometia que se fosse eleito daria fim, em suas próprias palavras, “a covardia contra os camelôs”²⁶⁸. Essa mesma promessa integrou sua propaganda no horário eleitoral nas emissoras de televisão e consta em seu canal oficial na plataforma Youtube²⁶⁹. No entanto, após ser eleito e empossado mais uma vez no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes realizou mais uma reorganização da Secretaria de Ordem Pública, por meio

²⁶⁶ Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro; art. 30 - Compete ao Município: VII - instituir, conforme a lei dispuser, guardas municipais especializadas, que não façam uso de armas, integrantes da Administração Pública Direta, destinadas a: a) proteger seus bens, serviços e instalações; b) organizar, dirigir e fiscalizar o tráfego de veículos em seu território; c) assegurar o direito da comunidade de desfrutar ou utilizar os bens públicos, obedecendo as prescrições legais; d) proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico, cultural e ecológico do Município; e) oferecer apoio ao turista nacional e estrangeiro;”. RIO DE JANEIRO [município]. **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 04 mar. 2023. Grifos nossos.

²⁶⁷ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 15 de agosto de 2022.

²⁶⁸ Acervo MUCA.

²⁶⁹ EDUARDO Paes esclarece fake news sobre camelôs | Eduardo Paes. [S. l.: s. n.], 18 nov. 2020. 1 vídeo (1min). Publicado pelo canal Eduardo Paes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j47cCYCyDZc>. Acesso em: 04 mar. 2023.

do Decreto nº 48.633 de 18/03/2021, e manteve a sua conhecida linha dura de fiscalização e de repressão do comércio ambulante por meio desta pasta da Administração Pública.

A ambulante Nilzete Carolini Alves da Silva, mulher jovem e negra, quem atualmente integra a coordenação do MUCA e trabalha vendendo frutas nas ruas do Méier, foi uma das vítimas das ações violentas do poder público no primeiro ano da nova gestão de Eduardo Paes:

Dia 27 de outubro de 2021, eu tinha acabado de chegar no Méier, estava montando meu carrinho de frutas, e a fiscalização da SEOP chegou junto com os guardas municipais. Eles vieram até mim e disseram que iam levar a minha mercadoria. Eu tinha acabado de chegar e montar, não tinha vendido nada ainda. Eu pedi para eles me liberarem com as frutas, disse que iria embora e não voltaria para aquele ponto. Aí o fiscal da SEOP, de coquinho azul, disse que não, que minha mercadoria já estava apreendida e segurou meu carrinho. Quando ele segurou, ele puxou para baixo e jogou todas as minhas frutas no chão. Nessa começou uma grande confusão, porque a população, os moradores do Méier, viram e ficaram muito chocados com a situação, começaram a filmar. Aí chegou uma van da Guarda Municipal, já dando tiros de bala de borracha nas pessoas. Me acertou duas balas de borracha nas minhas pernas e acertou um senhor de idade, que é morador do bairro, e foi atingido na cabeça. Ele ficou caído no chão na hora. Isso gerou uma grande confusão, eu perdi toda a minha mercadoria e fui agredida. Eles também começaram a agredir as pessoas que trabalhavam nas lojas em volta, porque os lojistas conhecem a gente e ficaram chocados, tentaram nos defender. Os guardas entraram numa loja de roupa, a Habitual, e agrediram até o segurança. Foram na farmácia e jogaram todos os potes de creme no chão. Eles causaram uma grande confusão.

De acordo com o MUCA, o poder público vem, ao longo dos anos, expandindo as áreas de operações da fiscalização do comércio ambulante, o que refletiu em situações de violência em novos pontos da cidade, como o caso relatado acima. No entanto, a situação dos camelôs do Centro, área de maior concentração desses trabalhadores, continua sendo uma das mais dramática, em especial a partir da implementação do Programa “Reviver Centro”, instituído pela Lei Complementar 229/2021,

Segundo a Prefeitura, o “Reviver Centro” é um plano de recuperação urbanística, cultural, social e econômica da região central do Rio, que tem como objetivo o incentivo de moradia no Centro da cidade²⁷⁰. Porém, pautado no interesse do mercado imobiliário e reproduzindo a lógica de assepsia do espaço urbano, o programa iniciou uma série de remoções de trabalhadores das ruas do Centro da

²⁷⁰ RIO DE JANEIRO (município). **Reviver Centro**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022b. Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/reviver-centro/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

cidade, não só com realocações de pontos de trabalho, mas também com o cancelamento de autorizações (TUAPs) de diversos camelôs, que passaram a ter que correr do “rapa”. De acordo com o 1º relatório anual (2021-2022) do “Reviver Centro”, foram realizadas 6.120 abordagens de trabalhadores ambulantes e 11.200 mercadorias irregulares foram apreendidas²⁷¹. O documento ainda aponta que em apenas 01 ano houve 97,3% de redução do comércio irregular na Avenida Rio Branco, quando, em realidade, a prefeitura fechou as vagas do logradouro, não permitiu que os camelôs se regularizassem e os reprimiu violentamente.

Entre as muitas denúncias do MUCA sobre as repressões no Centro da cidade consta, no dia 22 de setembro de 2022, a seguinte publicação (instruída por um registro audiovisual) do movimento social na plataforma virtual *Instagram*:

DENÚNCIA! CAMELÔS E PEDESTRES LEVAM GÁ DE PIMENTA NO CENTRO DO RIO.

Na tarde da quarta-feira (21/09), camelôs do Centro do Rio de Janeiro, mais uma vez, foram vítimas da truculência da Guarda Municipal que acompanhava os fiscais da Secretaria de Ordem Pública em uma diligência de apreensão de mercadorias. Como se já não bastasse a violência de ter a mercadoria recolhida indevidamente, os trabalhadores da região e os pedestres que passavam pelo local no momento foram atingidos por spray de pimenta. Uma mulher portadora de deficiência foi uma das vítimas. No vídeo, a imagem está borrada, a pedido da vítima, que não quer ser identificada por medo de represália dos guardas.

A coordenadora do MUCA e do movimento @trabalhadoresemdireitos, @mariadoscamelos, esteve no local para acolher os trabalhadores. Ela lembrou das promessas de @eduardopaes em sua campanha eleitoral, quando ele prometeu que receberia os camelôs para dialogar. Isso nunca aconteceu. A GM segue a mesma linha de violência que já é velha conhecida da categoria.²⁷²

A atual gestão da Prefeitura tem não só mantido, como reforçado, cada vez mais, a política de repressão violenta aos trabalhadores ambulantes por meio dos agentes da SEOP e da GM-Rio. No entanto, o MUCA vem ressaltando que houve também uma intensificação de violações dos direitos fundamentais dos camelôs com o avanço das operações articuladas com a PMERJ, por meio do Programa “Rio + Seguro”, que se desenvolve na Zona Sul da cidade, e outros similares.

²⁷¹ PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Reviver Centro**: Relatório Anual 2021-2022. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022c. Disponível em: <https://reviver-centro-pcrj.hub.arcgis.com/documents/PCRJ::reviver-centro-relat%C3%B3rio-anual-2021-2022/explore>. Acesso em: 20 dez. 2022.

²⁷² MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **DENÚNCIA! CAMELÔS E PEDESTRES LEVAM GÁS DE PIMENTA NO CENTRO DO RIO**. Rio de Janeiro, 22 set. 2022e. Instagram: @mucarj. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ci0CD_bDJ1j/?hl=es. Acesso em: 04 mar. 2023.

Exemplo disso foi a recente operação realizada no bojo desse último programa, que contou com agentes da SEOP, da Guarda Municipal e da Polícia Militar, na fiscalização do comércio ambulante de Copacabana, no dia 16 de dezembro de 2022. Os camelôs da região levaram ao MUCA denúncias, instruídas por vídeos, de que os agentes do poder público atuaram de modo truculento e apreenderam mercadorias de forma irregular, isto é, sem obedecer à disciplina da Lei Municipal nº 1.876/1992, o que desencadeou uma reação dos trabalhadores. Os agentes estatais reprimiram violentamente os camelôs, com golpes de cassetetes e sprays de pimenta, atingindo também pedestres e lojistas. Pelo menos uma dezena de pessoas ficaram feridas, com escoriações, inclusive mulheres, e um trabalhador teve um corte na cabeça.

O conflito assustou não só os trabalhadores ambulantes, mas também os moradores do bairro, e chegou a ser pauta de jornais de grande circulação na cidade, como *O Globo*²⁷³, *Extra*²⁷⁴ e *O Dia*²⁷⁵. Nas matérias jornalísticas, a SEOP informou que, ao contrário do que demonstram os registros audiovisuais, o comportamento belicoso teria partido dos próprios camelôs e de que uma viatura da GM-Rio teria sido danificada no confronto, apontando mais uma vez os trabalhadores como agentes criminosos. A Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ, preocupada com o risco do aumento das violações de direitos humanos dos trabalhadores ambulantes, oficiou a prefeitura e a SEOP em 20 de dezembro de 2022, mas não obteve respostas.

Tal situação se deu ainda nas vésperas do início de mais um ciclo de Operações de Verão na cidade do Rio de Janeiro, ocorrendo ainda no presente momento da escrita desta tese. Com cerca de um mês de execução dessas operações, já se somam diversas denúncias de violências variadas, agressões físicas e apreensões irregulares de bens e mercadorias. Destaca-se abaixo alguns dos

²⁷³ ARAUJO, Camila. Fiscalização a camelôs termina em confusão na Zona sul do Rio. Por Camila Araújo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/12/fiscalizacao-a-camelos-termina-em-confusao-na-zona-sul-do-rio.ghtml>. Acesso em: 04 mar. 2023.

²⁷⁴ ARAUJO, Camila. Fiscalização a camelôs termina em confusão na Zona sul do Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2022. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/fiscalizacao-camelos-termina-em-confusao-na-zona-sul-do-rio-25630048.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

²⁷⁵ FREIRE, Ana Ferreira. Fiscalização termina em confusão entre agentes públicos e camelôs em Copacabana. **O Dia**, 18 dez. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/12/6542550-fiscalizacao-termina-em-confusao-entre-agentes-publicos-e-camelos-em-copacabana.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

recentes casos de violenta repressão e graves violações de direitos humanos por parte do poder público.

Na madrugada do dia 31 de dezembro de 2022, Silvani Fernandes da Silva, 41 anos, mulher negra, vendedora ambulante, foi injuriada, agredida, atirada ao piso, algemada e sujeitada por uma joelhada de um agente da Guarda Municipal – ato semelhante ao que levou a morte o afro-americano George Floyd em 25 de maio de 2020 –, além de ter seu material de trabalho quebrado, durante uma abordagem do poder público na orla da praia de Copacabana. O caso foi relatado em matéria publicada no dia 05 de janeiro de 2023, no jornal O Dia, instruída com a gravação dos fatos²⁷⁶. A camelô prestou o seguinte depoimento ao Movimento Unido dos Camelôs:

Meu nome é Silvani, eu sou camelô, trabalho na orla de Copacabana. No dia 30 [31] de dezembro para muitos já era festa, para mim foi um pesadelo. Às 02:30 da manhã, os guardas cercaram todos os camelôs, começaram a correr atrás de todos. Pegaram meu carrinho. Mesmo eu entregando o meu carrinho, ele jogou spray de pimenta na minha cara, eu caí no chão. No chão, ele me deu um chute nas minhas costas, tentou me algemar, jogou spray de pimenta novamente na minha cara. Eu estava no chão gritando “Eu vou morrer, eu vou morrer”. Ia morrer porque eu estava sem ar, eles estavam em cima de mim no chão. Uma guarda municipal feminina atravessou correndo a Av. Atlântica, e, vendo a cena deles em cima de mim, tirou eles de cima de mim e falou que estavam gravando. Eles ficaram desesperados e não achavam a chave das algemas para tirar da minha mão, porque eles me algemaram. Eu tô fazendo esse vídeo para mostrar a minha indignação, eu sou mãe de família, pago aluguel. Não somos ladrão, e eles tão tratando a gente como se fosse ladrão. A gente não é ladrão, a gente só quer trabalhar, só isso que a gente quer, só trabalhar! Não ser agredidos porque não somos bandidos.²⁷⁷

Em data precisa ainda não identificada, entre os dias 31 de dezembro de 2022 e 05 de janeiro de 2023, mais um trabalhador ambulante foi agredido brutalmente nas areias da praia de Copacabana. As agressões injustas foram filmadas por outros camelôs, que escondidos atrás de uma lona se assustaram com a “covardia”, e encaminhadas ao MUCA, que realizou nova publicação em suas redes sociais²⁷⁸. A respeito desse caso, o sr. Brenno Carnevale apenas pontuou que este estaria sendo

²⁷⁶ SILVA, Silvani Fernandes. Vídeo mostra o momento em que vendedora ambulante é agredida por guarda municipal em Copacabana. **O Dia**, Rio de Janeiro, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/01/6551388-video-mostra-momento-em-que-vendedora-ambulante-e-agredida-por-guarda-municipal-em-copacabana.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

²⁷⁷ Acervo MUCA.

²⁷⁸ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Aviso de cenas fortes!! [...]**. Rio de Janeiro, 06 jan. 2022f. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnFWCXXqFnu/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

apurado²⁷⁹. O Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal do Estado do Rio de Janeiro, a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin da Universidade Federal do Rio de Janeiro oficiaram em 17 de janeiro de 2023 a prefeitura, solicitando informações a respeito do caso. No entanto, até o presente momento, não houve respostas.

Na noite de 13 de janeiro de 2023, mais um camelô foi agredido por agentes do GOE da GM-Rio, desta vez com o uso de arma de choque elétrico, no calçadão da orla de Copacabana. Os fatos foram filmados por outros trabalhadores ambulantes e encaminhados ao MUCA²⁸⁰. Segundo os relatos dos comunicantes, o camelô teria sido levado para a delegacia, onde sofreu novas violências e ameaças e foi imputado como autor de condutas delitivas, e conduzido ao atendimento hospitalar, embora sem acesso a qualquer registro.

Já na noite de 17 de janeiro de 2023, o baleiro Lucas Yan Antunes Santos, trabalhador negro, de 29 anos, foi vítima da beligerância dos guardas municipais. Segundo relatos do camelô, na ocasião, o ponto de ônibus estava muito cheio e os motoristas estavam parando fora do ponto ou mesmo passando direto. A situação teria deixado os cidadãos incomodados e alguns jovens forçaram a porta de um ônibus, quando a Guarda Municipal chegou com truculência contra esses rapazes, em sua maioria negros e menores de idade. Lucas narrou que se indignou com a situação e, ao tentar defender os jovens, foi ofendido e humilhado pelos agentes públicos, quando, ao reagir, proferiu um xingamento e foi, em represália, agredido pelos guardas municipais com cacetadas. Nas gravações compartilhadas pelo MUCA, é possível observar que os golpes projetaram Lucas em direção a um ônibus já em movimento, colocando sua integridade e vida em risco, e, ainda assim, a violência prosseguiu²⁸¹.

²⁷⁹ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 06 de janeiro de 2023, por meio de mensagem na rede social *Instagram*.

²⁸⁰ Acervo MUCA.

²⁸¹ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **O trabalhador do vídeo se chama Lucas e teve a cabeça aberta pelas cassetadas [...]**. Rio de Janeiro, 25 jan. 2023b. *Instagram*: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cn2rA9yJ5eX/?hl=es>. Acesso em: 04 mar. 2023.

Em consequência, Lucas teve um corte na frente da cabeça e relata que, embora tenha sido levado para uma unidade de pronto atendimento, onde realizaram a sutura de sua ferida, não teve nenhum acesso ao registro. O mesmo ocorreu na delegacia, onde o baleiro firmou um termo circunstanciado sem tomar ciência de fato do que lhe estava sendo imputado, pois segundo ele: “Na delegacia a gente faz o que eles mandam porque a gente não tem nossos direitos respeitados e se não obedecer fica pior. A gente que é da rua sabe como funciona”²⁸². Em 30 de janeiro de 2022, Lucas foi atendido pelo Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUDEH/DPGERJ), onde obteve um ofício para a retirada de cópia do seu boletim de atendimento médico na UPA de Copacabana. No entanto, ao se dirigir duas vezes ao local, já munido do documento institucional, teve seu direito ao acesso do registro obstaculizado pelos servidores.

No domingo de 22 de janeiro de 2023, no bairro do Leme, próximo ao posto 2 da orla da praia, foi registrado outro episódio de violações de direitos e violências físicas por parte da guarda municipal contra trabalhadores do comércio informal. Segundo a versão oficial do Secretário de Ordem Pública, dr. Brenno Carnevale, divulgada pela sua rede social do instagram²⁸³, um cidadão teria tido um cordão de ouro furtado e buscado os agentes da PMERJ e da GM-Rio para comunicar o crime, porém, logo após, ao buscar realizar uma averiguação, os agentes do poder público encontraram supostamente os barraqueiros da praia junto de outros populares agredindo a vítima do furto, que teria, por sua vez, acusado (injustamente) os trabalhadores da barraca de furtá-lo. Diante dessa situação, os policiais militares e guardas municipais interviram usando *spray* de pimenta e bastão, armas supostamente “não letais”. Dois trabalhadores de barraca foram detidos.

O depoimento do dr. Brenno Carnevale segue em consonância com o Registro de Ocorrência nº 012-01030/2023 da 12ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro – Copacabana, que imputou aos dois trabalhadores detidos os crimes de lesão corporal (artigo 129 do Código Penal) e de resistência (artigo 329 do Código

²⁸² Comunicação particular realizada à pesquisadora em 28 de janeiro de 2022.

²⁸³ O pronunciamento foi publicado através da função de *story* da referida rede social, logo indisponível após 24 horas. No entanto, integrantes do MUCA realizaram a sua gravação, disponibilizando o material a pesquisadora. Acervo MUCA.

Penal)²⁸⁴. No entanto, o registro apenas menciona as agressões que os barraqueiros teriam ocasionado, inclusive citando os Boletins de Atendimento Médico dos policiais, e nada a respeito das violências contra esses trabalhadores.

Ocorre que o MUCA recebeu vídeos e relatos de trabalhadores vitimados na situação, entre eles os dos irmãos Vinicius Laureano Soares e Vivian Laureano Soares, ambos da barraca de número 80 da orla do Leme/Copacabana. De acordo com os irmãos, a polícia militar e os guardas municipais chegaram já empreendendo força física de modo indiscriminado a todos os trabalhadores presentes no local. Vivian, na condição de gestante, foi atingida por *spray* de pimenta no rosto, enquanto assistia um de seus colegas de trabalho levar choques elétricos. Os fatos foram amplamente noticiados nas mídias e, somente então, a SEOP, a GM-Rio e a PMERJ responderam que os fatos seriam apurados em sindicâncias²⁸⁵.

A barraqueira Vivian deu um depoimento comovente ao jornal RJTV, que também foi gravado e compartilhado nas redes sociais do MUCA²⁸⁶. O sítio de notícias Brasil de Fato publicou uma matéria com a transcrição de trechos do depoimento:

Na página do Movimento Unido dos Camelôs, o Muca, uma mulher gestante, identificada apenas como Vivian, e que estava no local, fez nesta segunda-feira (23) um relato sobre a ocorrência.

"Fomos acusados de roubo e um rapaz saiu, chamou a guarda, fiscalização e eles chegaram agredindo e tacando spray de pimenta em todo mundo. A todo momento eu gritava falando que estou gestante, mas eles não queriam saber. O meu sobrinho estava saindo do trabalho e eles vieram batendo em todo mundo, sem perguntar, sem averiguar. Vários ambulantes já passaram por isso", contou.

Vivian também disse que conhece o homem que foi agredido: "O Lucas é trabalhador, ele foi preso, algemado e levado para a delegacia. A humilhação que o garoto passou... Trabalhou o dia inteiro em barraca de praia, no sol de 40 graus, sem saber de nada. Levou mais de seis choques elétricos", completou ela²⁸⁷.

²⁸⁴ Registro de Ocorrência n.º 012-01030/2023 da 12ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro. Acervo MUCA.

²⁸⁵ COSTA, João Vitor. Confusão termina com pancadaria entre ambulantes, guardas municipais e PMs na Praia do Leme. **Extra**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/confusao-termina-com-pancadaria-entre-ambulantes-guardas-municipais-pms-na-praia-do-leme-25648594.html>; AGENTES públicos agredem civis na orla da Praia do Leme. **O Dia**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/01/6560949-agentes-publicos-agridem-civis-na-orla-da-praia-do-leme.html>. Acesso em: 04 mar. 2024; CALDAS, Fernanda. Seop e GM apuram conflito entre agentes e ambulantes na Praia do Leme. **Band**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/seop-e-gm-apuram-conflito-entre-agentes-e-ambulantes-na-praia-do-leme-16576825>. Acesso em: 23 jan. 2023.

²⁸⁶ SOUZA, Renata. **Covardia! Impossível não ficar com o coração apertado [...]**. Rio de Janeiro, 23 jan. 2023. Instagram: @renatasouzario. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnxFqp0JOKL/?hl=es>. Acesso em: 04 mar. 2023.

²⁸⁷ PM, guardas municipais e agentes da Seop agredem vendedor ambulante na zona sul do Rio. **Brasil de Fato**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/23/pm->

No dia 14 de fevereiro de 2023, dias antes do início do carnaval, ocorreu outro caso violento e escandaloso, promovido por uma Operação conjunta com agentes da GM-Rio, da SEOP, da Subprefeitura do Centro e da PMERJ contra trabalhadores ambulantes que vivem na Ocupação Habib's, na Gamboa, Centro da cidade. Os agentes do poder público invadiram o imóvel, que atualmente é o domicílio de cerca de 73 famílias, compostas majoritariamente por pessoas pobres e negras e com forte presença de mulheres e crianças²⁸⁸. Sem qualquer mandado judicial ou situação de flagrante que justificasse uma entrada forçada, e sem qualquer tentativa de estabelecer um diálogo com os moradores da ocupação, os agentes estatais invadiram com truculência a garagem da ocupação, no intuito de apreender bens e mercadorias dos trabalhadores ambulantes que ali residem.

Tão logo iniciaram a invasão, os agentes públicos impediram moradores de entrar em suas próprias casas. Assustados, os moradores que se encontravam dentro da ocupação tentaram conter a entrada forçada e ilegal, mas foram reprimidos violentamente. Além de utilizar da força física, cometendo agressões injustas, agentes do GOE atiraram bombas de gás lacrimogêneo e *spray* de pimenta nos moradores, atingindo inclusive as crianças e bebês de colo²⁸⁹. Fazendo o uso da força, a operação realizou apreensões irregulares de triciclos e mercadorias, sem a devida entrega do contra-lacre aos ambulantes. Em vídeo enviado ao MUCA é possível perceber que os agentes seguiram atacando os moradores, mesmo após a realização das apreensões²⁹⁰.

Esta pesquisadora, que esteve no local logo após os fatos, contabilizou pelo menos 10 pessoas levemente feridas na operação. As vítimas, com medo de represálias, preferiram não realizar os registros das ocorrências perante as autoridades competentes. No entanto, os integrantes do MUCA, que se deslocaram ao local, fizeram registros fotográficos e colheram relatos. Em contato com o

guardas-municipais-e-agentes-da-seop-agridem-vendedor-ambulante-na-zona-sul-do-rio. Acesso em: 23 jan. 2023.

²⁸⁸ O Relatório Missão de Denúncias de Violações do Direito à Moradia no Rio de Janeiro (Petrópolis e Rio de Janeiro) lançado no ano de 2022 pela Campanha Despejo Zero em Defesa da Vida na Cidade e no Campo e pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana apontou que há 70 crianças e adolescentes residindo na ocupação.

²⁸⁹ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. GRAVE! GUARDA MUNICIPAL E PM INVADIRAM HOJE A OCUPAÇÃO HABIB'S. Rio de Janeiro, 14 fev. 2023c. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CopitGyjfIL/?hl=es>. Acesso em: 04 mar. 2023.

²⁹⁰ Acervo MUCA.

depósito municipal e com o Centro de Controle Urbano (CCU), vinculado a SEOP, foi comunicado a esta pesquisadora que os bens apreendidos nunca haviam dado entrada no depósito da prefeitura, mais uma irregularidade. No final da tarde do mesmo dia, os pertences dos ambulantes foram devolvidos, após negociações entre representantes da Ocupação, o MUCA, a CDHAJ-OAB e a CDH da ALERJ com a SEOP.

Pela manhã, a Secretaria de Ordem Pública havia divulgado a operação em seu perfil na rede social do *Instagram*, veiculando a realização de um estouro de depósito clandestino na Gamboa. Ocorre que a Ocupação Habib's não é um depósito. O que a prefeitura chamou de depósito se trata apenas da garagem da moradia dos trabalhadores, na qual guardam seus veículos (os triciclos). Ao perceber o grave erro, a SEOP apagou a publicação de suas redes, mas o movimento social realizou *print* para registro e deu encaminhamento as denúncias²⁹¹.

Assim, o MUCA vem denunciando um processo contínuo, desde o início da década de 90 aos dias atuais, de violências, repressões e criminalizações de trabalhadores ambulantes, cidadãos pobres e vulnerabilizados que procuram trabalhar honestamente para garantir o sustento de suas famílias. Conforme denuncia Maria de Lourdes do Carmo, coordenadora do movimento social:

Desde o César Maia, a Prefeitura vem falando de “lei e ordem”, mas vem tratando os camelôs como bandidos, enquanto os seus próprios agentes infringem as normas, nos agredem, roubam nossas mercadorias, na cara de pau. Muda o prefeito e a situação só piora! Muitos de nós já apanhamos, já fomos presos. A gente é trabalhador, vem para a rua com nossas mercadorias debaixo de sol e de chuva, mas não temos nossos direitos garantidos. Em nome da “ordem pública” vale tudo? Até quando a gente vai ter que viver assim? Nós só queremos trabalhar. Não somos criminosos, camelô é trabalhador!”²⁹².

2.2 Camelô é caso de polícia?: o sistema penal e a perseguição aos trabalhadores ambulantes.

Após a reconstrução empírica do conflito e de observar um intenso processo de repressão e criminalização dos trabalhadores ambulantes do Rio de Janeiro, num contexto de imposição de uma nova agenda política (neoliberal) da década de 90 aos dias atuais, tratamos de compreender neste tópico como isso se dá no campo sócio jurídico, articulando o material empírico com o teórico.

²⁹¹ Ibid.

²⁹² Comunicação particular realizada à pesquisadora em 28 de janeiro de 2022.

Buscamos entender a partir de que arranjos sociais, econômicos, jurídicos e políticos a “camelotagem” pôde se converter em “caso de polícia”, fenômeno jurídico para além de sua forma, considerando as múltiplas dimensões sociais que o constituem. Trata-se ainda de verificar como medidas antijurídicas, tais quais as graves violações de direitos humanos e ilegalidades narradas no tópico anterior, se acomodam dentro de nossa realidade jurídico-política, convivendo com a aparência de uma ordem legal.

2.2.1 Ainda é sobre punição e estrutura social: o atual paradigma do sistema penal e o controle social dos camelôs.

Desde a primeira metade do século XX, as pesquisas da Sociologia Criminal da Escola de Frankfurt – ao que mais tarde viria se constituir o campo da Criminologia Crítica²⁹³, de origem marxista – apontaram que não se deve encarar os processos de criminalização e controle da conflitividade social como fenômenos atomizados, apartados da realidade social, econômica e política, muito menos sujeitos apenas a uma lógica dogmática jurídico-penal. Esses trabalhos foram fundamentais para compreender o sistema penal para além dos verbetes e ficções do Direito Penal clássico, de origem no pensamento iluminista, que até hoje tanto são repetidos nos cursos de Ciências Criminais nas Faculdades de Direito e nos instrumentos mobilizados pelos sistemas de justiça.

Foi através de perspectivas críticas e sociológicas que se percebeu que a passagem dos castigos corporais para a institucionalização do cárcere e as profundas transformações ocorridas nos sistemas punitivos entre os séculos XVIII e XIX decorriam mais das mudanças nas relações de reprodução da vida e das dinâmicas de poder, do que propriamente dos ideais iluministas, que informaram as novas formas jurídicas da pena.

Entre esses trabalhos científicos, se destacaram os estudos do economista Georg Rusche e do jurista Otto Kirchheimer, consagrados na obra seminal *Punição e Estrutura Social*²⁹⁴, a primeira obra publicada em língua inglesa do Instituto para o Estudo das Ciências Sociais de Frankfurt, em 1939, às vésperas da eclosão da

²⁹³ Marcado pelo lançamento da obra *The New Criminology*, de Taylor, Walton e Young, em 1973.

²⁹⁴ RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004. (Coleção Pensamento Criminológico, n. 3).

Segunda Guerra Mundial. Os autores demonstraram a conexão entre o sistema punitivo e o modelo econômico vigente em um dado contexto histórico, propondo que a compreensão do crime e as técnicas de controle social decorrem de processos socioeconômicos estratégicos.

Rusche e Kirchheimer assinalaram que “todo sistema de produção tende a descobrir formas punitivas que correspondem às suas relações de produção”, o que resulta na compreensão de que as “formas específicas de punição correspondem a um dado estágio de desenvolvimento econômico”²⁹⁵ de uma sociedade em concreto. Os autores concluíram que o sistema penal, no marco do capitalismo (e da modernidade), poderia ser traduzido como um “sistema econômico-mercado de trabalho-pena” que funciona como regulador da mão de obra, quer seja pela sua escassez ou pelo seu excesso²⁹⁶.

O modelo teórico apresentado por esses autores se caracteriza por não ser estático e imutável, ao contrário, exige a necessidade de os cientistas sociais observarem as transformações que se dão na estrutura social para a compreensão de um determinado sistema punitivo. No entanto, a proposta de Rusche e Kirchheimer só recebeu a devida atenção a partir da reedição de *Punição e Estrutura Social* nos Estados Unidos, em 1968.

Dario Melossi, sociólogo italiano, aponta que é justamente a partir do relançamento dessa obra que se produziu uma radical transformação nos estudos da sociologia penal no mundo ocidental, de modo que já no final do século XX era possível reunir uma vasta literatura acerca da “economia política da pena”²⁹⁷.

Importante e consagrado estudo nessa linha é consolidado pela obra *Cárcere e Fábrica*, publicada originalmente em 1977, pelo próprio Melossi, ao lado de Massimo Pavarini. Tais autores trataram de observar o processo de reestruturação do sistema punitivo no período do capitalismo fabril, definindo a relação *capital/trabalho assalariado* e o processo de *acumulação primitiva* como a chave para a compreensão da origem do sistema carcerário²⁹⁸.

²⁹⁵ Ibid., p. 20.

²⁹⁶ CASTRO, Carla Appolinário de. **Das fábricas aos cárceres**: mundo do trabalho em mutação e exclusão social. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

²⁹⁷ MELOSSI, Dario. Discussão à guisa de prefácio Cárcere, pós-fordismo e ciclo de produção da “canalha”. In: DI GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2017. (Coleção Pensamento Criminológico, v. 12).

²⁹⁸ MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2006.

Nesse trabalho paradigmático, os centros urbanos, de caráter predominantemente industrial, aparecem como um espaço de intervenção prioritária do sistema penal capitalista, operado a partir dos interesses das burguesias fabris. Mas o foco se encontra, sobretudo, na relação estabelecida entre o “cárcere” (modelo específico de punição) e a “fábrica” (modelo específico de produção) no seio do capitalismo industrial.

Em linhas gerais, os autores ressaltam duas dimensões do sistema punitivo-carcerário, intimamente conectadas, como duas faces da mesma moeda: uma econômico-política, na qual assinalam o resguardo do processo produtivo e de expansão do capital das burguesias industriais, outra ideológico-disciplinar, na qual se exerceria o controle social da classe operária. As conclusões apresentadas apontaram que o sistema punitivo capitalista (na forma do cárcere) se desenvolveu para estancar as perversas consequências do violento processo de formação do proletariado, domesticando a força produtiva e realizando a contenção da mão-de-obra excedente.

No entanto, apesar da grande relevância dessa obra para a compreensão do sistema punitivo-carcerário, hoje se torna necessário observar as profundas transformações no sistema de (re)produção do capital introduzidas pela nova razão neoliberal. Mudanças importantes foram sentidas no setor produtivo, como a perda da centralidade das fábricas (decadência da indústria tradicional), a financeirização da economia (e da vida), a expansão do setor de serviços nos centros urbanos (deslocamento da força produtiva), a relação de valorização e exploração capitalista da própria cidade (economia das cidades) e a proliferação do trabalho sem forma e/ou precário.

Como exposto no primeiro capítulo, segundo diversos pesquisadores das ciências humanas e sociais²⁹⁹, a classe trabalhadora passou por modificações que acompanharam o processo de desenvolvimento do capital, de modo que não é mais composta em sua maioria por operários e trabalhadores fabris, mas por um conjunto muito diverso e fragmentado de trabalhadores urbanos precarizados, em sua maioria não assalariados, despossuídos de bens e de direitos, em condições de vida indigna.

²⁹⁹ ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: UNICAMP, 2008.; BRAGA, 2017; HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.; STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 9-24, 2014; entre outros.

Entre esses autores, David Harvey³⁰⁰, talvez por sua condição de geógrafo, é o que vai dar maior atenção à relação estabelecida entre essa nova morfologia do trabalho neoliberal e o seu espaço social de exploração: a cidade. O autor aponta que as cidades se consolidaram como grandes centros da produção capitalista contemporânea, não só por materializarem o espaço de concentração da exploração do trabalho precarizado, mas também pela captura de sua própria produção pelo projeto de poder neoliberal. Em síntese, o geógrafo marxista demonstra que a produção da cidade passou a ser conduzida por uma governança empreendedora e empresarial, com vistas a privatização de todas as esferas públicas, a absorção máxima do excedente de produção e a reprodução do capital, em uma concorrência acirrada num mercado global de cidades.

Inspirada na leitura desse autor, inicialmente – no projeto dessa pesquisa – se travou a hipótese de que se o cárcere, em sua origem, tinha como objetivo o controle e a disciplina da mão de obra fabril, hoje, a figura clássica do operariado teria sido, gradativamente, substituída por uma massa pulverizada de trabalhadores urbanos precários, e, logo, o cárcere contemporâneo estaria destinado a disciplinar os sujeitos para a sua adequação a urbes apropriada pela lógica neoliberal.

Tentadora é a suposição de que na conhecida fórmula de associação e subordinação do cárcere à fábrica de Melossi e Pavarini³⁰¹, a “fábrica” estaria dando lugar a “cidade”, transpondo a conclusão de que o sistema punitivo neoliberal estaria destinado a disciplinar essa nova classe trabalhadora/urbana/precária, a fim de regular o bom funcionamento do sistema produtivo renovado. E talvez assim seja, mas essa afirmação seria uma correlação superficial e que não corresponde aos métodos dessa pesquisa.

Aliás, nesse ponto específico parece acertada a problematização de Antônio Negri, filósofo italiano, acerca dessa (sedutora) correlação direta entre a “fábrica” e a “cidade”, que tem se espalhado pelas ciências sociais, como se fosse possível realizar a sobreposição de uma categoria a outra, sem perceber alterações substanciais no mundo concreto. Não é a proposta aqui mergulhar a fundo nas categorias trabalhadas pelo autor, mas são pertinentes as críticas de que essa inflexão não se atenta para o fato de que a relação operário-fábrica não corresponde fielmente as relações estabelecidas pelos sujeitos que animam essas lutas sociais na

³⁰⁰ HARVEY, op. cit.

³⁰¹ MELOSSI; PAVARINI, 2006.

e com a cidade (e suas contradições), bem como deixa de “observar evidentes diferenças de eficácia imediata entre as lutas sociais e as lutas operárias”³⁰².

Do mesmo modo, Pierre Dardot e Christian Laval também fazem essa ressalva às análises marxistas ortodoxas do capitalismo neoliberal:

fechando-se numa concepção que faz da “lógica do capital” um motor autônomo da história, elas reduzem a história a uma repetição dos mesmos roteiros, com as mesmas personagens vestidas com novos figurinos e as mesmas intrigas situadas em novos cenários.³⁰³

Ora, essa tratativa de, no tempo presente, manter fidelidade a certas conclusões, elaboradas a partir de uma análise concreta em um dado contexto social histórico, é, ironicamente, a pura traição ao método marxista.

O retorno ao campo empírico da pesquisa pode elucidar melhor a discussão. Diferentemente das relações estabelecidas entre os operários e as fábricas, os trabalhadores urbanos e precários – como os camelôs – vivem a cidade não só a partir de sua relação laboral, ao contrário, é na cidade que desenvolvem plenamente todas as outras dimensões do ser, com todas suas contradições e antagonismos. A cidade, diferentemente da fábrica, não é apenas o local de (auto)exploração de sua força de trabalho, mas também é o espaço social onde externalizam toda a sua potência, inclusive contra os ditames da ordem do capital.

As relações sociais de trabalho aos quais os camelôs estão inseridos em nada se parecem com àquelas dos operários (proletariado clássico), aliás, vale ressaltar que esses trabalhadores já se encontravam presentes no próprio capitalismo fabril e, com frequência foram associados, na teoria marxista, aos estratos mais baixos da *superpopulação relativa excedente*, isto é, a massa *estagnada* e o *lumpemproletariado*. São trabalhadores, em sua maioria, autônomos (não assalariados e sem vínculo patronal), com condições de vida abaixo da média ou mesmo paupérrimos, extremamente fragmentados, com múltiplas versões, que dificultam, inclusive, a construção de uma identidade de classe e, mesmo, de categoria.

³⁰² NEGRI, Antonio. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. **Lugar Comum**, n. 25-26, p. 201-208, 2010. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/Dispositivo-metropole-A-Multid-o-e-a-metropole-Antonio-Negri.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

³⁰³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 19.

Tais sujeitos possuem uma figura muito ambígua em relação à ordem normativa brasileira, pois apenas uma minoria possui a autorização precária do poder público para o exercício da atividade, garantindo assim algum amparo legal, mas em sua maioria são trabalhadores que estão desafiando a ordem legal, comercializando seus mais variados produtos sem qualquer autorização para tanto, alguns, inclusive, mercadorias ilícitas – como é o caso da “pirataria”.

A própria atividade comercial ambulante é ambígua: alguns de fato chegam a produzir mercadorias (alimentos, artesanatos etc.), outros só participam do processo de circulação dessas. A atividade econômica, por sua vez, é regulamentada no ordenamento jurídico brasileiro em razão de uma perspectiva assistencialista do poder público (dar algum meio de subsistência aos pobres “excluídos”) e de sua expectativa de transitoriedade (a lógica de funcionar como um “amortecedor” das crises capitalistas), talvez em função de uma perspectiva otimista, dada no início do processo de reestruturação produtiva, de que esses sujeitos teriam, então, condições de migrar para os novos postos de trabalho no crescente setor de serviços.

No entanto, a evolução desse processo apontou para outra direção. Embora seja possível ver uma certa liquidez na categoria, de sujeitos que são ora atraídos, ora repelidos do mercado de trabalho assalariado, cada vez mais há novos camelôs disputando as ruas. E um grande contingente desses trabalhadores exerce há anos a atividade, sem a menor pretensão de entrar ou retornar ao mercado de trabalho formal, seja porque há uma total ausência de perspectiva de empregabilidade (desemprego crônico/estrutural), seja porque passaram a valorizar a autonomia (relativa) da camelotagem. Outrossim, a própria divisão entre mercado de trabalho formal e informal tem se flexibilizado, de modo que a informalidade vai, aos poucos, se transformando no padrão ou sendo incorporada na própria forma do trabalho contemporâneo.

E, se de um lado o poder público não considera que tal atividade econômica tenha fins lucrativos, por outro lado, com o avanço do neoliberalismo, cada vez mais se propõe aos vendedores ambulantes “formalizados” que assumam uma figura “empreendedora” nos seus “negócios”, assumindo a postura do novo sujeito neoliberal, incorporando subjetivamente a nova racionalidade global³⁰⁴.

³⁰⁴ Essa nova racionalidade é descrita em DARDOT; LAVAL, 2017.

O que se tem observado é que as autorizações do poder público, título precário de direito administrativo, já funcionam como um instrumento de regulação, de quais camelôs estão “dentro” e quais estão “fora” dos interesses capitalistas em um contexto socioeconômico específico, de modo que a forma jurídica direciona o modo como se dá a atuação e a intervenção estatal em relação a esses trabalhadores.

Por outro lado, não se ignora que, por vezes, os camelôs que estão “fora” da ordem normativa recebem alguma “folga” dos agentes estatais³⁰⁵, segundo os mesmos interesses da ordem econômica e política, porém, a forma jurídica se mantém sempre como um recurso à disposição quando há alterações nesses quadros de interesses.

Também é certo refletir que ainda que se realize o comércio ambulante sem a autorização do poder público, isto é, em discordância com a lei (direito positivo), tal fato, embora ilícito, não se constitui crime no ordenamento jurídico brasileiro, de modo que o processo de criminalização desses trabalhadores se dá por outras vias, com um verdadeiro esforço penalizador, por vezes, ilegal, conforme foram os escandalosos casos dos camelôs Edmilson Lima Pereira, Josué Deangeles Paixão Carvalho, André Luis de Lima e Carlos Renato dos Santos Motta, narrados no tópico anterior. Assim, há uma complexidade enorme ao se analisar os conflitos nos quais esses trabalhadores estão envolvidos à luz das tradicionais categorias jurídico-penais.

³⁰⁵ A respeito dessa aceitabilidade do comércio ambulante totalmente fora de “forma”, bem como dos arranjos para sua manutenção com o próprio poder público, diversos antropólogos têm trabalhado a partir da categoria de *ilegalismos* de Foucault. Nessa proposta, passam a observar uma gestão diferencial daquelas condutas opostas à lei. Isso porque a noção de ilegalidade é derivada do formalismo jurídico, dividindo o mundo entre o que está dentro e fora dele, mas a categoria do *ilegalismo*, por sua vez, emana movimentos, circulações ou interstícios inseridos nas dinâmicas de poder e disputas entre as elites, permitindo observar que um certo grau de “desvio” normativo pode ser interessante e, portanto, tolerável para uma determinada “ordem”. Foucault aponta que a sociedade punitiva, ancorada na institucionalização do cárcere e na sua expansão, se formou, em parte, em razão de uma impossibilidade de seguir compatibilizando (e explorando) os ilegalismos populares com o desenvolvimento da economia burguesa. A consagração do capitalismo industrial demandou suprimir o ilegalismo popular, em um cenário de ilegalismos sistemáticos, o que teria fortalecido uma campanha em prol da “legalidade” e imposto a condição de inimigo social ao desviante. No entanto, o que esses autores apontam é que o neoliberalismo, como uma nova etapa de desenvolvimento do modelo socioeconômico, uma nova ordem social, passa a (re)admitir um novo sistema de ilegalismos oscilante. Ver: PIRES, Lenin; HIRATA, Daniel Veloso; PIRES, Lenin; HIRATA, Daniel Veloso; MALDONADO, Salvador Aranda. Apresentação: Mercados Populares, Ilegalismos e suas Regulações pela Violência. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 50, p. 7-31, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/47749/30175>. Acesso em: 06 mar. 2023.; FOUCAULT, Michel. **A sociedade Punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015. p. 129-142.

Ainda que o conjunto total de camelôs possa gerar algum impacto positivo na economia neoliberal – como vimos no primeiro capítulo –, o que se percebeu é que o sistema penal tomou como alvo, via de regra, aqueles trabalhadores considerados desviantes e inúteis para a estratégia de classe dominante, ou seja, os trabalhadores que se encontram na clandestinidade. Desviantes porque insubordinados à ordem jurídico-política (não só penal), e inúteis do ponto de vista da economia política da cidade, no que tange a produção e a gestão do espaço público, dirigidas para a realização da circulação, da expansão e da acumulação do capital.

Assim, ainda que exista uma relação entre o “cárcere” e a “cidade”³⁰⁶, observando especificamente os conflitos desses trabalhadores, não se pode afirmar que a finalidade do cárcere aqui se encontra apenas na imposição de uma disciplina destinada a domesticar a mão-de-obra (seja ela excedente ou não) para o regular processo produtivo, como na obra de Melossi e Pavarini, até mesmo porque esses trabalhadores já estão inseridos, ainda que de modo indireto, no processo de valorização do capital no marco neoliberal, embora, por vezes, atrapalhem certos interesses capitalistas na produção e gestão do espaço urbano. As relações parecem hoje mais contraditórias. Se pensamos ainda na lógica disciplinar, talvez faça mais sentido invocar àquela disciplina que é discutida na obra *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*, trabalho publicado dois anos antes, em 1975, por Michel Foucault.

Aliás, o próprio Foucault parte de postulados edificados por Rusche e Kirchheimer, ao refletir sobre o sistema punitivo através da estrutura social e da economia política³⁰⁷. Todavia, desloca a questão para a microfísica do poder – não concentrado apenas no aparato estatal³⁰⁸ – que atua sobre e a partir do corpo. Assim, apesar das discordâncias epistêmicas, a pesquisa de Foucault não rechaça, *a priori*³⁰⁹, as descobertas dos pensadores aqui já referendados, mas, de forma mais

³⁰⁶ Esse ponto será retomado mais à frente, no tópico 2.2.3.

³⁰⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 27-28.

³⁰⁸ “Habría que evitar un esquematismo – esquematismo que por otra parte no está en el propio Marx – que consiste en localizar el poder en el aparato del Estado y en hacer del aparato de Estado el instrumento privilegiado, capital, mayor, casi único poder de una clase sobre otra. De hecho, el poder en su ejercicio va mucho más lejos, pasa por canales mucho más finos, es mucho más ambiguo, porque cada uno es en el fondo titular de un cierto poder y, en esta medida, vehicula el poder”. FOUCAULT, 1992, p. 127.

³⁰⁹ Em realidade, Foucault aponta críticas aos métodos de suas pesquisas, defendendo que os mesmos não permitiriam afirmar as conclusões a que chegaram.

ampla, nos apresenta a *economia política do corpo* que se desenvolve através das técnicas punitivas³¹⁰.

Assim, desde antes da grande transformação do neoliberalismo, Foucault já vinha contestando que o “poder não tem como única função reproduzir as relações de produção [,pois,] as redes de dominação e os circuitos da exploração se interferem, se sobrepõem e se reforçam, mas não são coincidentes”³¹¹. Não se trata de negar que o sistema penal está destinado a regular as relações sociais de produção (as diferentes formas de exploração que se dão no curso da história) e disciplinar os trabalhadores, no entanto, se percebe que o “castigo” não está exclusivamente direcionado para a manutenção desta específica relação de dominação.

O que o enorme esforço teórico de Foucault, ao tratar de remontar a história das penas, nos ajuda a compreender é que o sistema punitivo, em diferentes contextos históricos, passa por processos de reformas e refinamentos próprios para a *docilização* dos corpos, de modo que o corpo não deve ser apenas produtivo, mas, sobretudo, submisso. Assim, o aparato do sistema penal³¹² serve para subjugar, de antemão, os sujeitos à ordem dominante e neutralizar qualquer intento de resistência que possa florescer na potência desses corpos.

Como a ordem dominante não é estática, esse exercício de poder por meio do sistema penal está sempre em transformação. Ocorre que pensar na estruturação do sistema capitalista é pensar numa reestruturação de toda uma sociedade, que foi se dando de forma dinâmica, em processos muito complexos. Entre esses processos, Foucault vai também dar centralidade ao deslocamento do poder soberano, que emprega recursos e finaliza as estratégias de controle à conservação das próprias prerrogativas absolutas, para uma concepção de poder “governamental” que se dirige à população e aos fluxos produtivos que a perpassam, introduzindo assim o conceito de *governamentalidade*, qual seja, uma lógica de poder centrada no

³¹⁰ E o próprio Dario Melossi reconhece a importância da obra de Foucault para o pensamento criminológico: “O texto de Rusche e Kirchheimer [...] permitiu uma releitura da história da pena numa perspectiva marxista. O texto de Foucault [...] oferecia a possibilidade não só de dar a sua contribuição àquela interpretação, mas também de ir além dela, ingressando num espaço que escapava dos esquemas mais rígidos da leitura marxista. Após o trabalho de Foucault, desenvolveu-se uma ampla literatura [...] que procurou checar a veracidade empírica da hipótese de uma relação entre variáveis estruturais fundamentais, especialmente as de natureza socioeconômica, e a evolução das instituições penais” MELOSSI, 2017.

³¹¹ FOUCAULT, op. cit., 2010, p.127-128.

³¹² Vale ressaltar que Foucault, no amadurecimento da sua teoria, vai lançar seus olhos não só para outras instituições além do cárcere ou daquelas relacionadas ao sistema de justiça, como também para as relações de poder entre os indivíduos. No entanto, em função do recorte dessa pesquisa, interessa aqui a sua perspectiva especialmente sobre o aparato jurídico-penal.

modelo da soberania para uma prática de poder que se nutre da nova “ciência do governo”³¹³.

Na perspectiva foucaultiana, a *governamentalidade* representa a penetração da economia política na *razão de Estado*. O autor define esse conceito como o

conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma muito específica e também muito complexa de poder que tem como alvo a população, como forma principal de saber a economia política, e como instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança³¹⁴.

Assim,

No centro do projeto foucaultiano encontra-se a tentativa de reconstrução de uma genealogia das tecnologias de poder que nos permite decodificar a economia e as racionalidades internas ao sistema de controle. O objetivo principal é, pois, analisar os processos históricos de transformação dos dispositivos de repressão, perguntando sobretudo de que modo eles, abandonando progressivamente uma lógica baseada na negação e na destruição dos desvios, foram capazes de desenvolver uma função produtiva que os torna partícipes do processo histórico de afirmação do capitalismo³¹⁵.

Nesse sentido, Foucault, deixando de observar apenas o nascimento das prisões e atualizando o seu pensamento, percebeu que as mudanças na sociedade estariam introduzindo outras formas de controle, para além daquela disciplinadora. Em sua obra *O nascimento da biopolítica*, o autor observa que o desenvolvimento das atividades capitalistas exigiu certa mudança de perspectiva quanto às técnicas de controle social, de modo que a noção de disciplina foi gradativamente sobreposta por uma noção de segurança.

Foucault, então, introduz nesse *biopoder*, ao qual se refere ao longo da marcha do seu pensamento, não só o controle do corpo individual, esse *homem-corpo/máquina* a ser disciplinado para sua fixação social (*organo-disciplina*) – especialmente no que tange o trabalho e sua capacidade produtiva –, mas também uma outra forma de controle, destinada a cuidar do homem como espécie, sua circulação e sua sobrevivência físico-biológica, por meio de uma *biopolítica*³¹⁶.

³¹³ DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal**. 3. ed, Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2017. (Coleção Pensamento Criminológico, v. 12). p. 87.

³¹⁴ FOUCAULT, Michel. La governamentalità. In: FOUCAULT, Michel. *Poteri e strategie: L'assoggettamento dei corpi e l'elemento sfuggente*. Org. P. Della Vigna. Milão: Mimesis, 1994. p. 65.

³¹⁵ DE GIORGI, op. cit., p. 86.

³¹⁶ FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

No entanto, é preciso alertar, Foucault não propõe um abandono do controle disciplinar, que vigia, treina, utiliza e eventualmente pune os indivíduos. Pelo contrário, tratou de explicar que o controle dos corpos conjuga o controle dos corpos individualizados com o controle de um conjunto de corpos a que se denomina “população”, havendo, inclusive, instituições que operam em ambas as esferas de controle – a exemplo das agências policiais.

Como explica Alessandro De Giorgi,

[...] o controle disciplinar é imanente à governamentalidade e a biopolítica. Nele se condensa, na realidade, um conjunto de tecnologias e práticas de sujeição dos corpos a partir das quais pode se ganhar forma uma ciência do governo econômico das populações.

Na teoria foucaultiana, o *biopoder* se constitui como elemento fundamental para a ordenação do espaço e dos seres que o habitam no desenvolvimento do capitalismo, pois serve aos objetivos do capital, isto é, ao ajustamento da população aos processos econômicos, a segregação e estratificação social, a dominação e as relações hegemônicas, a disposição dos objetos e da população, o controle de fluxos, o próprio controle do crescimento das forças produtivas e a divisão desproporcional dos bens e riquezas.

As categorias *biopoder* e *biopolítica* passaram a marcar presença no pensamento contemporâneo, em diferentes autores, ainda que com suas particularidades³¹⁷. Não é o objetivo realizar nesse momento um aprofundamento das diferentes concepções dessas categorias, mas sim perceber que há uma maior preocupação do poder em lidar com a massa multiforme de indivíduos na medida em que o capitalismo se consolida e avança, isto é, a população passa a ser entendida como um problema político.

Esse tema ganha cada vez mais relevância no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, pois ainda que se considere o deslocamento e a absorção da mão-de-obra no novo mercado de trabalho, trabalho sem forma ou de forma precária, autônomo ou não, não é possível desconsiderar que há também um enorme contingente populacional de miseráveis completamente à margem, e que hoje serve de entrave aos interesses capitalistas.

³¹⁷ À exemplo de Giorgio Agamben ou de Hardt e Negri. Ver AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Tradutor Henrique Burigo, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2010; HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Não se trata mais apenas da contenção e disciplina de um *exército industrial de reservas* – clássica categoria marxista, que devemos lembrar, é localizada num determinado contexto histórico³¹⁸. Essa multidão de miseráveis é frequentemente encarada como verdadeiro estorvo para os movimentos de expansão do capital hegemônico e para a estratégia da classe dominante, em especial no que tange a gestão do espaço público.

Ainda no final do século XX, outro importante pesquisador a avançar na proposta de observar o componente econômico político do processo de criminalização/punição foi Loïc Wacquant³¹⁹, quem se propôs analisar o modelo punitivo circunscrito nos marcos da sociedade neoliberal. O sociólogo entrelaçou as dimensões econômica, política e social do sistema punitivo contemporâneo, a partir dos conflitos sociais nos centros urbanos – com especial atenção às realidades norte-americana e francesa.

Segundo Wacquant, na década de 70, a imposição de uma agenda neoliberal pela composição de forças hegemônicas no capitalismo global incidiu em um maior esgarçamento das relações sociais de trabalho³²⁰. Em diálogo com essa obra, a criminóloga brasileira Vera Malaguti Batista afirma que a

liberdade irrestrita do capital financeiro despedaçou as redes de segurança societárias, detonando um processo de polarização que não pode mais ser contido pelas estruturas legais do Welfare State, criando condições de desigualdades assustadoras³²¹.

Novamente, se reafirma a importância da gradativa, porém radical, dessocialização do trabalho assalariado que se deu, nas últimas décadas, em todo o mundo. Wacquant argumenta que o trabalho perdeu a sua forma estável, suas

³¹⁸ NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz. **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

³¹⁹ WACQUANT, Louïc. **A tempestade global da lei e ordem**: sobre punição e neoliberalismo. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 20, n. 41, fev. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000100002. Acesso em: 05 mar. 2023. WACQUANT, Louïc. A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social. **Fractal Revista de Psicologia**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 01-10, Jan./Jun. 2008; WACQUANT, Louïc. Rumo à militarização da marginalização urbana. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, ano 1, n. 15-16. Rio de Janeiro: Editora Revan, p. 203-220, 2007a; WACQUANT, Louïc. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Martins Filho et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005; WACQUANT, Louïc. **Punir os Pobres**: A Nova Gestão Penal da Miséria nos Estados Unidos. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007b. WACQUANT, Louïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

³²⁰ WACQUANT, 2007b.

³²¹ BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 80.

garantias, seu amparo normativo, e deixou de ser capaz de dar a segurança ao cidadão³²². O efeito desse fenômeno nos países periféricos, que sequer desfrutaram das benesses do Estado de Bem-Estar Social, e já eram marcados por uma profunda falta de segurança nas relações de trabalho e por uma intensa alocação de mão de obra, majoritariamente negra e pobre, no mercado informal, foi ainda mais gravoso.

O desemprego estrutural e a insuficiência da seguridade social para acudir a população excluída do mercado de trabalho e de consumo repercutiram no aprofundamento da intensa desigualdade social, da brusca precarização da vida e das situações de marginalidade. Essa dinâmica socioeconômica impulsionou – embora não tenha condicionado – os excluídos ao mercado informal de trabalho e a criminalidade, a fim de garantir suas condições materiais de vida, em linguagem popular, seu *ganha-pão*. O comércio ambulante foi, inclusive, expressamente citado por Wacquant em seu livro *Os condenados da cidade*, como uma alternativa de negócio rentável a esses cidadãos³²³.

Em resposta a esse processo, o Estado abdicou do seu papel de garantidor da inclusão social e passou a responder com políticas criminais cada vez mais severas e belicosas, pretensamente legitimadas por um discurso falsário da garantia da segurança. É dizer, a forma do Estado capitalista lidar com esse excesso de mão de obra, que se deslocou para as atividades entendidas como “marginais” e se espalhou pelo espaço urbano, foi o aumento da repressão e a criminalização da pobreza. O que Wacquant demonstra é que o resultado desse fenômeno foi uma verdadeira caça aos pobres através do aparato jurídico-penal³²⁴, que, por sua vez, se distribuiu de forma desigual pelo território das cidades.

O sociólogo e criminologista Jock Young analisa que essa expansão do poder punitivo é resultado da marca da modernidade recente: a exclusão. Em sua visão, após a derrocada do *Welfare State*, a modernidade inclusiva deu lugar a uma modernidade excludente, marcada por dois aspectos fundamentais. O primeiro, que tem raízes na revolução cultural de 1960-70, é a centralidade da individualidade, já o segundo, é a desagregação social provocada pelas agendas neoliberais, que aprofunda o foco no indivíduo. Além da primazia do indivíduo, Young ressalta a competitividade e o consumismo como pilares dessa modernidade renovada. E

³²² WACQUANT, 2008.

³²³ WACQUANT, 2005, p. 66.

³²⁴ WACQUANT, 2007b.

aponta que tanto o crescimento da violência e da criminalidade, quanto o aumento e rigidez das reações punitivas, possuem a mesma raiz:

ambas derivam de deslocamentos no mercado de trabalho: uma de um mercado que exclui a participação como trabalhador, mas estimula a voracidade como consumidor; a outra, de um mercado que inclui, mas só de maneira precária. Vale dizer, ambas derivam do tormento da exclusão e da inclusão precária³²⁵.

Alessandro de Giorgi, criminólogo italiano, também buscou verificar a atualidade da *economia política da pena* nessa sociedade renovada pela razão neoliberal. Em sua obra *A miséria governada através do sistema penal*, o autor tratou de, cuidadosamente, colocar em diálogo as perspectivas da criminologia marxista e as colaborações do pensamento crítico foucaultiano, ao observar as transformações sociais de reprodução da vida ocorridas nos primeiros anos da década de 70. A conclusão de De Giorgi é de que o sistema punitivo contemporâneo se adaptou às novas demandas do renovado modelo produtivo e se apresentou como uma alternativa de governança da miséria no mundo globalizado e pós-fordista³²⁶.

No entanto, De Giorgi sustenta que a chave do problema está na nova forma de lidar com o *excesso* (da população) na sociedade neoliberal. Argumentando pelo fim da classe trabalhadora (vinculada a noção de *excesso positivo*), o sociólogo sustenta que o sistema punitivo da “disciplina da carência” vai dar lugar a um sistema de controle da *multidão*, um agrupamento indistinguível entre *excesso positivo* e *excesso negativo*³²⁷.

Ao trabalhar com a categoria de *multidão*, popularizada por outro pensador italiano, Antônio Negri, o autor explica que

Não é no nível da fenomenologia do trabalho que podemos compreender o significado do excesso pós-fordista, mas sim no nível da sua “ontologia”: são os *pressupostos* da produtividade do trabalho que hoje excedem a relação capitalista e não as determinações concretas desta produtividade. No nível constitutivo, ontológico, a força de trabalho contemporânea se configura como totalidade produtiva indistinta, como conjunto de potencialidades cooperativas que escapam a qualquer regulamentação: nesse sentido, ela é uma *multidão*³²⁸.

³²⁵ YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**. Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002. p. 26.

³²⁶ DE GIORGI, 2017.

³²⁷ DE GIORGI, 2017, p. 85-116.

³²⁸ Ibid., p. 80-81. Grifos do autor.

O conceito de *multidão* é então resgatado da teoria política clássica³²⁹, em detrimento do conceito de *classe*, para indicar uma força de trabalho abrangente, cujas determinações escapam a qualquer capacidade de individualização da parte do comando capitalista, bem como de expressão ou representação completa da complexidade da nova força produtiva. Não obstante, não é pretensão dessa pesquisa dissecar (ou elaborar uma crítica profunda à) essa categoria teórica, que se de um lado traz novos horizontes para se pensar o lugar dos sujeitos na sociedade neoliberal, por outro lado parece incorrer, contraditoriamente, numa certa ilusão de demarcar um sujeito “alternativo/revolucionário” tal qual a ideia de *classe operária* no marxismo tradicional ou mesmo do *precariado* por alguns marxistas contemporâneos³³⁰.

No entanto, é a partir dessa compreensão que De Giorgi afirma que o sistema punitivo neoliberal abandona, progressivamente, a ideologia disciplinar, vez que não faz mais sentido do ponto de vista das estratégias do poder dominante. Em suas palavras,

O que vemos então não é mais a definição disciplinar dos espaços e tempos de controle distintos dos espaços e tempos do não-controle, mas sim o explodir de uma obsessão quase desesperada de vigilância total, de gestão do imprevisto, de antecipação do possível. Quando afirmamos que o controle pós-fordista assume progressivamente a forma de um simulacro, não pretendemos desmaterializá-lo, nem mesmo subestimar a violência que o inspira e as consequências factuais que daí derivam. As novas estratégias de segregação urbana, de destruição do espaço público, de encarceramento em massa e de limitação do acesso à informação são fenômenos extremamente reais. [...] Assim como é impossível não ver até que ponto este arsenal de violência do controle que vemos desenvolver-se na sociedade

³²⁹ Aparece, pelo menos, em Espinoza, Hobbes e Maquiavel. Ver ESPINOZA, Baruch de. **Tratado político**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004; HOBBS, Thomas. **De Cive**. Elementos filosóficos a respeito do cidadão. Tradução do latim por Ingeborg Soler. Petrópolis: Vozes, 1993. Coleção Clássicos do Pensamento Político; MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília, DF: SciELO-Editora UnB, 2008.

³³⁰ Nesse sentido, vale transcrever as críticas de Pierre Dardot e Christian Laval: “Compreender isso requer desfazer-se da ilusão de que o sujeito alternativo poderia ser encontrado de uma forma ou de outra como “já aí”, à maneira de um dado que quando muito se deve ativar ou estimular. Uma primeira forma dessa ilusão, da qual o marxismo sofreu no passado, é a de uma localização ontológica do sujeito da emancipação humana: haveria no ser social um local determinado que levaria a opressão a seu cúmulo, ou seja, uma classe que seria ao mesmo tempo uma “não classe”, uma “classe universal” que realizaria em suas condições de existência a “perda total do homem” e à qual caberia, por consequência, realizar a “reconquista total” do homem. Essa ilusão se apoia na ideia de um privilégio ontológico de exterioridade, em virtude do qual esse sujeito social estaria situado num “fora” radical relativamente às relações de poder em que sempre são pegos os atores de uma sociedade. Encontramos semelhante ilusão de exterioridade na tese de uma “autonomia ontológica da multidão”, defendida por Michael Hardt e Antonio Negri”. DARDOT; LAVAL, 2017, p. 387-388. Assim, nessa pesquisa científica ainda mobilizamos o conceito de *classe*, no entanto compreendendo que essa não é pré-constituída e que se forja e se reconhece nos processos das lutas sociais.

contemporânea demonstra toda a sua pobreza diante da riqueza de subjetividades produtivas que pretende controlar. Aqui, a incapacidade de compreender e governar o real determina a transição a um poder de controle do excesso que *não é mais produção, mas sim pura destruição de subjetividades*³³¹.

A respeito do *excesso* vale transcrever os ensinamentos da jurista e criminóloga brasileira, Vera Regina Pereira de Andrade,

Em linhas gerais, o controle penal do capitalismo globalizado neoliberal está às voltas, simultaneamente, com os problemas de estabilização da ordem e de controle da criminalidade, num contexto em que ordem e criminalidade apresentam limites confusos e superpostos, gerados/agravados por um quadro crescente de desemprego (estrutural), aumento da pobreza e exclusão social, individualismo e intolerância para com o *outro*. Esse quadro traduz o “regime do excesso”: excesso de pessoas tratadas como verdadeiro lixo humano, o excedente da economia de mercado globalizada, uma *underclass*, a “multidão”, os “novos impuros”³³².

A perspectiva desses diferentes quadros teórico-críticos demonstra, sobretudo, que os sistemas punitivos – nos quais se inserem as leis penais, os juízos criminais, as instituições penais, as agências de fiscalização, repressão e de informação e outros muitos dispositivos – estão destinados a cumprir uma função de controle social, isto é, estruturar e garantir determinada ordem econômica e social³³³.

A interlocução desses autores, em variadas abordagens teórico-metodológicas, é de suma importância para a produção de novos conhecimentos acerca do sistema penal. Nesse sentido, registra-se o feliz encontro com o prefácio de Melossi, *Cárcere, pós-fordismo e ciclo de produção da “canalha”*, na obra *A miséria governada através do sistema penal*, de De Giorgi.

Melossi³³⁴ ressalta, apesar do fascínio com a tese de seu contrerrâneo, que as estratégias de controle social disciplinar não foram abandonadas, ao contrário, seguiriam operando ao lado de outras estratégias dirigidas ao conjunto da população. O autor aponta, na crítica que aqui interessa, que há um certo entusiasmo de uma observação dirigida ao futuro, que deixa de observar os efeitos cíclicos da economia e a necessária permanência de estratégias de controle, em razão das variáveis internas e externas do processo de produção em cada contexto histórico e local específico.

³³¹ DE GIORGI, 2017, p. 114-115. Grifos do autor.

³³² ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2012. p. 311.

³³³ BATISTA, 2011, p. 21.

³³⁴ MELOSSI, 2017.

Retornando ao campo empírico, o que se percebeu nesta pesquisa é que o sistema penal (em sentido amplo) tem articulado diferentes formas e estratégias de controle social aos trabalhadores ambulantes do Rio de Janeiro e, de fato, servido para cumprir diversificadas demandas da ordem capitalista, seja para regular/disciplinar/submeter a força produtiva, seja para conter ou administrar a enorme pluralidade de sujeitos – e seus interesses antagônicos – que habitam as cidades.

Entre o início da década de 90 e o final da década de 2000, o poder estatal, ao mesmo tempo que implementava uma feroz agenda neoliberal no Rio de Janeiro, se utilizou largamente das agências e dos dispositivos penais para punir/disciplinar os camelôs desviantes, fosse para adequá-los ao tipo de camelotagem permitida e correspondente aos interesses do capital, ou para coibi-los no exercício da atividade, e, especialmente, para *docilizá-los*. Para tanto, o poder público municipal mobilizou os guardas municipais e pôde contar com a operacionalidade das agências policiais, vinculadas ao poder estatal. As diversas prisões de trabalhadores ambulantes ocorridas objetivavam castrar as táticas de resistência desses sujeitos frente ao novo modelo de cidade que se impunha, principalmente a resistência física, o embate.

No entanto, essa estratégia de controle social foi combinada com várias outras, que visavam diretamente a todo um agrupamento de sujeitos (os camelôs), como a regulamentação do comércio ambulante, a imposição de diversas obrigações, a cobrança de taxas e a aplicação de multas, a fiscalização ostensiva, o controle dos seus fluxos no espaço urbano, as apreensões de mercadorias, as práticas constantes de violência dirigidas a toda a categoria (como nas operações do “rapa”).

Com o tempo essas estratégias têm se intensificado. Desde o primeiro ciclo de governo do Eduardo Paes, a política de *Choque de Ordem* anunciada tratou de dar conta de um controle severo das ruas da cidade. Também houve um aumento considerável nas tecnologias de vigilância e repressão, novas formas de monitoramento, a instalação de câmeras por todo centro urbano, a informatização dos processos administrativos dos trabalhadores ambulantes (nos sistemas Cadastro Único do Comércio Ambulantes – CUCA e Carioca Digital) e a reunião de seus dados em crachás com *QR code*, entre outras.

Porém, não é possível afirmar que houve um abandono das práticas de criminalização e de punição propriamente ditas, seja com caráter disciplinador, seja

para realizar contenções das desordens urbanas, ou ainda para dar conta de realizar varreduras na cidade. A perseguição criminal é instrumentalizada sempre que “se faz necessário”, e, por vezes, se torna mais intensa. Exemplo disso está nas operações realizadas nas vésperas de datas festivas, que terminam por criminalizar diversos trabalhadores pelas práticas de delitos como receptação ou de violação de direito autoral (“pirataria”) ou ainda na imputação de crimes de menor potencial ofensivo aos camelôs mais reativos, como os delitos de desacato, lesão corporal, ameaça e outros. A partir da costura entre o empírico e o teórico (um concreto pensado), se propõe que no atual paradigma do sistema penal é possível identificar camadas sobrepostas de técnicas e estratégias de controle, que ainda repercutem em um violento processo de repressão e criminalização dos trabalhadores, de acordo com os interesses, as vezes até mesmo difusos e contraditórios, das elites dominantes no marco do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Isso se dá por vários motivos que reafirmam a importância de observar os conflitos concretos dentro de uma ordem específica. Primeiro, é fundamental compreender que os interesses que operam dentro da ordem hegemônica também são dinâmicos e, por vezes, se colidem, se redirecionam ou se transmutam. Além disso, cada sociedade possui sua própria política e matriz econômica, no entanto, inserida em um sistema econômico globalizado. Por fim, é necessário reconhecer que no curso da história não há um botão de *restart*, de modo que, embora possamos perceber eventos marcantes, não há uma transformação repentina em toda a estrutura social, ao contrário, suas transformações se dão de forma tão gradual que é possível identificar diferentes “temporalidades” em um mesmo espaço-tempo.

2.2.2 O sistema penal e o contexto brasileiro: a marca da colonialidade e o racismo estrutural

A teoria crítica do direito vem, mundo afora, questionando o quanto a lei serve para provocar exclusões e opressões, o quanto é descolada da materialidade, criando verdadeiras ficções jurídicas a partir de categorias “universais”, em especial a de “liberdade” e “igualdade”, o quanto presta de instrumento de controle social e político das classes dominantes e o quanto sufoca as possibilidades de ação dos movimentos insurgentes.

Nos países centrais, durante o desenvolvimento do sistema socioeconômico liberal/capitalista, o modelo posto em prática foi o de sacralização da norma, obedecendo a uma espécie de estratégia de classe, isto é, colocando os operadores do direito à serviço da defesa dos interesses e valores guardados e legitimados por ela³³⁵. Porém, essa não parece ser exatamente a mesma fórmula aplicada nos países periféricos. Não se nega que a lei aqui seja área de domínio das elites, e que os discursos técnico-jurídicos sirvam, na maioria dos casos, para a manutenção da ordem, no entanto, não se pode afirmar que a lei, nesses contextos, seja sacra. Há uma proliferação de desvios legais, em múltiplas dimensões da sociedade, inclusive por parte do próprio poder legal.

Para compreender o tema é necessário dar um passo bem atrás e observar a importância dos estudos sobre o colonialismo ainda hoje. A invasão portuguesa e a colonização do Brasil ocorreram no contexto do surgimento de um sistema-mundo, no final do século XV e início do século XVI, impulsionado pelas expansões marítimas europeias. Sem o colonialismo o processo de centralização econômica de uma economia-mundo como é o capitalismo jamais poderia ter se consolidado³³⁶. Assim, o colonialismo é central para se compreender o processo e o fenômeno conhecido como modernidade, e como os países “periféricos” se inserem nos mesmos. É dizer: a modernidade não surgiu na Europa e se difundiu pelo mundo posteriormente, ela emergiu justamente quando a expansão europeia avançou sobre os demais continentes, impondo suas “conquistas” e o domínio de territórios.

Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes, sociólogos portugueses, explicam a existência de uma demarcação de uma linha abissal que separa as sociedades e as formas de sociabilidade metropolitanas daquelas coloniais, que “invisivelmente” justifica um dualismo normativo metrópole/colônia, a partir de um falso universalismo³³⁷. Essa linha abissal também se reflete no padrão de governação das sociedades. Embora, no discurso, reclame a aplicação universal de princípios, na prática o corpo político metropolitano se funda na lógica da

³³⁵ HERKENHOFF, João Baptista. **Para onde vai o Direito?** Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2001. p. 16.

³³⁶ QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, Paris: UNESCO, n. 134, 1992. p. 23.

³³⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel. **Demodiversidad: imaginar nuevas posibilidades democráticas**. Madrid: Ediciones Akal, 2018.

regulação/emancipação, enquanto nas sociedades coloniais esse corpo tem como base a lógica da apropriação/violência.

Já Aníbal Quijano, sociólogo e teórico-político peruano, ao analisar as relações entre os países centrais e periféricos (outrora metrópoles e colônias) cunhou a categoria da *colonialidade*, que se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial, em uma hierarquia global dos povos, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala societal³³⁸.

Nesse sentido, a *matriz colonial de poder* se expressa nas relações assimétricas impostas pelas elites brancas – colonizadores e seus semelhantes –, mas não só no que tange a dominação econômica, como também na dominação política, cultural e epistêmica. Esse padrão de relações assimétricas de poder se fundamentou em classificações intersubjetivas hierárquicas e duais: centro/periferia; civilizados/bárbaros; brancos/não-brancos; proprietários/não-proprietários, formal/informal. A demarcação desses polos expressa a relação de subalternidade, manifestada não só entre a metrópoles e as colônias, mas entre os sujeitos no interior das últimas³³⁹.

Na medida em que se compreende que os sistemas punitivos estão intimamente conectados a estrutura social, torna-se necessário observar as especificidades da formação da estrutura brasileira e a operacionalidade da ordem jurídico-penal para a sua manutenção e/ou reforma³⁴⁰, sem presumir que há uma reprodução fiel da mesma lógica que opera nos Estados inseridos no centro do poder global hegemônico. Essa é uma tarefa essencial para não incorrer no equívoco de fazer correlações desassociadas da realidade e, sobretudo, para buscar sair das

³³⁸ QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

³³⁹ MUNCH, Marcela. **Direitos Humanos e a Colonização do Urbano: Vila Autódromo na disputa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

³⁴⁰ Entende-se que a ordem jurídica estabelecida permite inúmeras reformas que acompanham a dinâmica própria do poder já “constituído”, mas nunca a ruptura real que emana de um poder constituinte, que por sua vez, nunca é completamente capturado, embora possa ser disciplinado ou contido. Nesse sentido, CHUEIRI, Vera Karam de; GODOY, Miguel G. Constitucionalismo e democracia: soberania e poder constituinte. **Revista Direito GV**, v. 6, p. 159-174, 2010; NEGRI, Antonio. **O Poder Constituinte**. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. RESTREPO, Ricardo Sanín, **Teoria Crítica Constitucional 2: Del existencialismo popular a la verdad de la democracia**. 1. ed. Quito: Corte Constitucional para el período de transición, 2011.

amarras do que os estudiosos do pensamento crítico latino-americano chamam de *colonialidade do saber*³⁴¹.

Vale trazer a lição de Vera Regina Pereira de Andrade:

O que estou dizendo é que nós herdamos um modelo prisional, do centro para a periferia, de uma realidade diferente da nossa, e que quando este modelo foi recepcionado aqui produziu uma funcionalidade específica, mais violenta, e nós continuamos olhando esta pena de prisão com o olhar do centro do mundo. Somos latino-americanos, somos colônia, somos periferia, mas nos consideramos europeus porque enxergamos nossa realidade com o olhar eurocêntrico. Entretanto, aqui nós temos que fazer a leitura da nossa sociedade [...].³⁴²

O progresso de expansão e de acumulação de capital da sociedade brasileira se deu, como já mencionado no primeiro capítulo, por meio de uma violenta estrutura escravocrata, marcada pela divisão racial do trabalho e pela coisificação de homens e mulheres não brancos. O negro escravizado não era considerado uma pessoa humana em sua plenitude e, portanto, não era “sujeito de direitos”, uma ficção jurídica para tratar alguém com o mínimo de dignidade. Aos senhores de engenho se garantia a propriedade de seus escravos e o direito de dispor de seus corpos, inclusive puni-los a partir de uma lógica feudal – privada e sem limites das garantias de direitos.

Ademais, os proprietários de escravos possuíam um constante medo dos possíveis levantes de negros oprimidos. Principalmente após a revolução do Haiti (1791-1804), todo e qualquer intento de sublevação de escravos passou a ser reprimido de forma contundente, e seus participantes punidos cruelmente. Nesse sentido, o medo das insurreições do povo negro foi a argamassa da construção da arquitetura institucional de repressão no Brasil³⁴³. Não bastasse todas as espoliações possíveis, o negro deveria ser severamente disciplinado e controlado.

A despeito dos ideais liberais que circulavam pela Europa, o período das Luzes europeias no Brasil não significou uma real ruptura do ponto de vista ideológico e político, o que criou distorções profundas nas formas e nas práticas jurídicas. Segundo a historiadora brasileira Gizlene Neder, isso decorre das próprias particularidades do iluminismo lusitano, da relação estabelecida entre a metrópole

³⁴¹ QUIJANO, op. cit.

³⁴² ANDRADE, 2012, p. 311.

³⁴³ BATISTA, 2003, p. 21-23.

e a colônia e da influência epistemológica que manteve certa continuidade mesmo após a “emancipação política” representada pela independência do país em 1822³⁴⁴.

Se em Portugal as ideias iluministas foram apropriadas e traduzidas em um sentido conservador, próprio de um Estado absoluto, no Brasil, mais do que uma “fonte inspiradora”, este pensamento ibérico se tornou uma matriz fundamental. Desse modo, a autora, dialogando com Gisálio Cerqueira, aponta que o que houve no Brasil foi uma espécie de absolutismo ilustrado, repleto de ambiguidades, ambivalências e contradições, na forma de uma modernização política conservadora³⁴⁵.

Os colonizadores não se importaram em trazer a barbárie à colônia, ao contrário, essa serviu de alicerce para a manutenção do modelo socioeconômico pautado no regime de escravidão e do domínio das elites, o que impactou diretamente nas formas e práticas do sistema punitivo brasileiro. O compromisso de “humanização” ou “civilização” da pena por meio do cárcere, tanto defendido por penalistas clássicos como Beccaria³⁴⁶, encontrou enorme resistência das elites coloniais e locais. As penas corporais, baseadas no suplício, e as penas capitais, de morte, seguiram sendo costumeiramente aplicadas na colônia, enquanto por toda Europa ocorria uma grande transformação nos sistemas punitivos no século XVIII.

Como bem elucida a pesquisadora feminista interseccional Carla Akotirene:

Embora não merecesse atenção central por parte das autoridades coloniais, a desorganização, insegurança e falta de higiene presentes nessa época eram tão absurdas como as da atualidade, havia uma diferença crucial na relação delito/cárcere: a prisão não era absoluta. As mesmas serviam apenas como lugares improvisados, para a detenção de suspeitos à espera de julgamentos, ou ainda para condenados que aguardavam a execução da sentença. Tanto que o castigo e o controle social da colonialidade não tinham essa obsessão por esse espaço de privação de liberdade. [...] Assim, a descontinuidade da prisão é dada pelo fato de o encarceramento de populações específicas durante o período colonial ter sido uma prática social regulada pelo costume e não pela lei³⁴⁷.

³⁴⁴ NEDER, Gizlene. **Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro**: obediência e submissão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

³⁴⁵ NEDER, 2007.

³⁴⁶ BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa; revisão de Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

³⁴⁷ SILVA, Carla Adriana Santos. **Ó Pa Í, Prezada!:** Racismo e Sexismo Institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2014. p. 64.

Mesmo após a independência brasileira e a institucionalização do cárcere no país, essa estrutura se manteve com pequenas alterações. A primeira Constituição do Brasil, em 1824, em seu artigo 179, n. 19, proibiu os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e penas cruéis, porém a ordem normativa garantiu tal proteção apenas aos homens livres, conforme o texto legal do Código Criminal de 1830, prevendo tais penas aos sujeitos escravizados. Assim, o direito criminal da colônia cuidou de incorporar a responsabilização penal de um sujeito sem direitos, o escravo.

Vale reproduzir os questionamentos do historiador Ricardo Alexandre Ferreira, em *Crimes em comum*, obra que remonta a relação histórica entre o sistema penal imperial brasileiro e a escravidão: “[...] como o escravo, considerado coisa, poderia ter descumprido o contrato social, pactuado por pessoas – assim definidas por terem nascido iguais e livres?”³⁴⁸. Essa contradição à época já não passava despercebida. Tais questionamentos eram inclusive mobilizados nos tribunais por jovens advogados abolicionistas, inspirados pelos ideais e teorias iluministas, como Joaquim Nabuco³⁴⁹.

Os penalistas latino-americanos Nilo Batista e Eugênio Raúl Zaffaroni ressaltaram, ainda, que, nos debates parlamentares sobre a elaboração do que seria o Código Criminal Brasileiro de 1830, seguiu-se também na contramão das propostas de Beccaria em relação à pena capital (art. 38), prevista para os líderes de insurreição de escravos³⁵⁰ (art. 113, se escravo e art. 114, se pessoa livre), aos homicidas (art. 192) e ao roubo com morte (art. 271)³⁵¹. Por vezes, aos trabalhadores livres condenados por homicídio se impunham penas alternativas à pena de morte, o que não ocorria nos casos de escravos acusados e condenados pelo mesmo crime. Já em 1835, o Império Brasileiro, por meio do governo regencial, promulgou a pavorosa “lei nefanda” (LIM nº 4/1835), destinada apenas aos escravos que viessem a matar, ferir ou cometer outra qualquer ofensa física contra

³⁴⁸ FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum: escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888)**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 20.

³⁴⁹ NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³⁵⁰ Beccaria não se opunha à pena capital por crimes políticos, no entanto a insurreição de escravos não era considerada crime político, e sim contra a “segurança interna do Império e pública tranquilidade”. BECCARIA, 2005.

³⁵¹ BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugênio Raúl *et al.* **Direito penal brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006. v. 1, p. 436; NEDER, 2007, p. 195.

seus senhores, endurecendo as previsões de penas cruéis e a pena de morte. A referida normativa se manteve vigente por cerca de 40 anos.

Paralelamente, a consagração da institucionalização do modelo punitivista carcerário no Brasil se deu com a construção da Casa de Correção em 1834, a primeira penitenciária do Estado brasileiro, em substituição a prisão clerical do Aljube. Influenciado pelo movimento transnacional pela reforma das prisões, o poder imperial brasileiro combinou dispositivos arquitetônicos de prisões modernas de diferentes nacionalidades e tratou de reproduzir o plano panóptico de Jeremy Bentham, tanto estudado por Foucault – embora o orçamento tenha se esgotado antes de finalizarem duas das quatro partes do plano³⁵².

Segundo Manoel Barros da Motta, a Casa de Correção era, ao mesmo tempo, o espelho invertido da nova sociedade, fundada na igualdade jurídica e na liberdade, e da sociedade antiga, escravista³⁵³. De um lado, consagrava algumas instituições jurídicas liberais, e de outro, na sua face escravista, impunha o castigo físico, a continuidade da violência sistemática dos senhores sobre os corpos dos escravos, e encarregava o Estado de punir os escravos rebeldes a mando daqueles.

Em junho de 1856, o sistema penal brasileiro ganhou um novo estabelecimento na antiga capital, que se ocupava de presos provisórios, em sua maioria sujeitos não brancos, escravos forros. Trata-se da Casa de Detenção, construída a partir de uma parte do andar térreo da Casa de Correção, um verdadeiro calabouço, onde se ergueu uma espécie de purgatório penal a partir de práticas extralegais³⁵⁴. A Casa de Detenção deu, em realidade, o substrato necessário para a continuidade da disciplina por meio do suplício dos corpos não brancos (negros, indígenas e mestiços), mesmo após a abolição (incompleta até os dias atuais) da escravidão.

Com a promulgação da Lei Federal nº 3.353 – Lei Áurea, em 1888, cerca de um milhão de escravos foram libertados e, um ano após, um golpe militar instaurou a Primeira República no Brasil. Essas transformações na estrutura produtiva e política no país exigiram alterações no ordenamento jurídico-penal, no entanto, pouco alterou a operacionalidade prática do sistema punitivo. Ao contrário, a partir do Código Criminal de 1890, o sistema penal foi readaptado as novas exigências da

³⁵² MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da razão punitiva: o nascimento da prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

³⁵³ Ibid., p. 175.

³⁵⁴ CHAZKEL, 2009.

ordem liberal-republicana, sem perder de vista o controle social dirigido a uma enorme parcela racializada da população. Uma das estratégias encontradas foi a definição e perseguição de pequenos delitos, as chamadas contravenções. Conforme narra a historiadora Amy Chazkel:

Uma preocupação emergente, mas aguda com pequenos crimes, marcou a transição do Império para a República. Apenas alguns meses após a queda da monarquia, os poderes executivo e judiciário do novo governo republicano já discutiam “a divisão das infrações da Lei Penal em crimes e contravenções” no campo da teoria jurídica e no da prática policial. Diversamente do Código Criminal de 1830, o Código Penal de 1890 continha um subgrupo de infrações descritas explicitamente como contravenções. Muitos dos artigos assim definidos no Código Penal de 1890 já eram proibidos no que lhe antecedeu, enquanto outros eram apenas informalmente punidos, mas não classificados oficialmente como infrações criminais. Esta categoria jurídica exercia um efeito poderoso na jurisprudência criminal e na prática policial; ela ganhou uso corrente como instrumento para classificar tipos de comportamento – tais como jogo, prostituição, comércio ambulante sem licença e vadiagem – considerados por muitos como prejudiciais à sociedade, mas cujas definições, sempre vagas, conferiam um poder extraordinário para aqueles encarregados de fazer valer a lei no cotidiano. No final, recaiu sobre a polícia a responsabilidade de compensar a vagueza da lei a respeito dos pequenos crimes. Apesar da tendência de mais de meio século de se profissionalizar o policiamento da cidade, nas décadas iniciais da Primeira República carioca, os policiais eram os que detinham, cada vez mais, o poder de definir políticas e aplicar a justiça nas ruas³⁵⁵.

Desse modo, tal qual alude a antropóloga brasileira Juliana Borges, podemos ver aí o embrião, articulado cada vez mais ao desenho de uma Justiça que tem como braço de ação a polícia, o início do que viria, em décadas seguintes, como marcada criminalização³⁵⁶. Os agentes da ponta do sistema penal brasileiro – a polícia – sempre possuíram enorme espaço de atuação e discricionariedade em suas práticas. E no trecho acima destacado (em grifo) é ainda possível perceber que já naquela época o comércio ambulante no Brasil era tratado como caso de polícia, formal ou informalmente, e, assim, trabalhadores ambulantes, em sua maioria negros, também compunham a população encarcerada na Casa de Detenção.

Enquanto na Casa de Correção se propunha disciplinar os presos condenados em juízo, repetindo os padrões das penitenciárias das antigas metrópoles, ainda que mantendo contradições ao modelo liberal, na Casa de Detenção se puniam, de forma severa, presos não condenados, acusados de pequenos delitos ou apenas desvios “morais” e pessoas que somente careciam de assistência social (como mendigos e

³⁵⁵ CHAZKEL, 2009.

³⁵⁶ BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019. (Coleção Feminismos Plurais / Coord. Djamila Ribeiro). p. 74.

órfãos). Essa dualidade demonstra que não havia na origem do sistema carcerário brasileiro uma exclusividade ou preponderância do exercício do poder ideológico-disciplinar voltado para a domesticação da força de trabalho como na Europa.

A Casa de Detenção se materializou como um instrumento poderoso de controle social, voltado para a contenção e a subordinação dos corpos desviantes (em sua maioria de pele escura), por meio do suplício e do trabalho forçado, o que garantia a manutenção da exploração gratuita da força produtiva dos corpos não brancos e a neutralização de outras formas de viver – temos como exemplo disso a perseguição à capoeira, às religiões de matriz africana, ao comércio ambulante não autorizado, ou qualquer conduta que enquadrasse em suposta “vadiagem”.

Assim, se produziu um profundo distanciamento entre as normas jurídico-penais (o tal plano do dever ser) e as práticas concretas do sistema penal, que tinham como alvo preferencial sujeitos inseridos numa, como provoca Franz Fanon, zona do não ser³⁵⁷. É o que nos mostra a continuidade do funcionamento da Casa de Detenção após o fim do império e da abolição da escravidão:

[...] além dos detentos que esperavam transferência para as colônias penais, a Casa de Detenção também abrigava indivíduos indiciados por ofensas que cumpriam pequenas sentenças informalmente e outros que esperavam julgamento. Ao longo do período, várias pessoas foram detidas na Casa de Detenção “sem motivo declarado”. [...] A população da Casa de Detenção é um testemunho da forma como a polícia do Rio de Janeiro agia fora da lei, ainda que de maneira padronizada e previsível. Em direta e inequívoca violação dos princípios mais básicos da jurisprudência criminal, a polícia, rotineiramente, prendia pessoas por “serem” algo e não por cometerem algum crime. Ao longo do período coberto por este artigo, os exemplos nos registros de entrada da Casa de Detenção são fartos: “por ser um gatuno conhecido”; “por ser jogador”; “por ser gatuno e desordeiro”; “por ser um desordeiro incorrigível”; e o ambíguo “por ser vagabundo”³⁵⁸.

O fim da escravidão e a instauração da República não romperam jamais o ordenamento socioeconômico e cultural moldados pela sua formação escravocrata³⁵⁹, e o sistema punitivo brasileiro deu conta de incorporar todas as contradições para se manter *funcional* àquela sociedade³⁶⁰.

Embora o sistema penal se apresentasse, artificialmente, dentro de uma ordem liberal, a ausência de um empenho exclusivo de práticas corretivas típicas do

³⁵⁷ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

³⁵⁸ CHAZKEL, 2009.

³⁵⁹ ALMEIDA, 2019; SILVA, C., 2014.

³⁶⁰ BATISTA, 2003.

capitalismo fabril também pode ser compreendida pela própria ausência de demanda do modelo produtivo que se desenvolveu no país.

A matriz produtiva brasileira seguiu concentrada no setor agrário e em outras atividades pré-capitalistas, em forte dependência com o mercado mundial, ou seja, focada na exportação de produção de alimentos e matérias-primas. Além disso, a elite local se apropriava de grande parte do excedente, desviando-a da inversão industrial, de modo que o país passou por um processo de industrialização tardio. Desse modo, a figura tradicional do proletário operário demorou a se apresentar no país. Esses pontos também explicam por que o sistema punitivo brasileiro insistiu em priorizar as colônias penais agrícolas até o início do século XX, enquanto testava os modelos da Casa de Correção e da Casa de Detenção³⁶¹.

O processo de formação da classe trabalhadora e a forma do Estado, mediado pelos interesses das elites, lidar com o excesso da população no Brasil (e na América Latina como um todo), não se assemelham ao padrão hegemônico europeu – quiçá poderia encontrar pontes de conexão com o sul da Europa.

Lélia González, importante intelectual e ativista do movimento negro brasileiro, tratou de observar esses pontos, atenta as gritantes diferenças na economia política latino-americana. A autora explica que a economia política brasileira se desenvolveu a partir da coexistência de três processos de acumulação qualitativamente distintos (capital comercial, capital industrial competitivo e capital industrial monopolista), no entanto, sob a hegemonia do capital industrial monopolista, o que produziu diferentes efeitos quanto à exploração e administração da força de trabalho³⁶².

González, dialogando com José Nun, expôs as profundas diferenças da formação e função do que se considera, na teoria marxista, como *superpopulação excedente relativa* na América Latina e no Brasil:

Um desenvolvimento capitalista desigual e dependente, que combina diversos processos de acumulação, gera uma superpopulação relativa com referência à forma de produção hegemônica, e que atua, em parte, como um exército industrial de reserva e, em parte, como uma massa marginal³⁶³.

³⁶¹ SILVA, 2014.

³⁶² GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Orgs. Flavia Ríos & Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

³⁶³ NUN, 1978, p. 156.

Essa *massa marginal*, formada por diferentes categorias de trabalhadores, rurais e urbanos, por conta própria ou sob patrão, assalariados sem direitos, em trabalhos sem forma ou em trabalhos ocasionais, intermitente ou por temporada, fizeram e fazem parte do processo de acumulação, expansão e circulação do capital nacional, no entanto, são considerados, por vezes, não funcionais ou afuncionais para o capital hegemônico. E é justamente nesse agrupamento populacional que o comércio ambulante sempre esteve localizado.

Se no tópico anterior vimos que o *excesso negativo* (e sua fusão com o *excesso positivo*) passa a ser uma questão central no controle social nos países europeus a partir da entrada das agendas neoliberais na economia política, na América Latina, por sua vez, essa preocupação sempre esteve presente. E no Brasil, especificamente, esse *excesso* marginalizado foi/é composto majoritariamente por pessoas não brancas, em especial aquelas de pele mais escura³⁶⁴.

González ainda apontou a proposição de Carlos Hasenbalg, apoiada na distinção estabelecida por Nico Poulantzas, sobre o aspecto dual da reprodução ampliada das classes sociais, no qual, de um lado, se preocupa com a reprodução dos lugares das classes (aspecto principal) e, de outro, com a reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares (aspecto subordinado):

A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação-qualificação-submissão) e a distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais em que as relações de produção capitalistas — ou outras relações de produção, no caso — são as dominantes. Outrossim, o racismo, como articulação ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação, é o determinante primário da posição dos não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Como se verá se o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, então a reprodução de uma divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para preconceito e elementos subjetivos³⁶⁵.

Assim, é fundamental compreender que o racismo, desde o período da escravidão até os dias atuais, é um elemento constitutivo de nossa estrutura social e, logo, do nosso sistema penal. O corpo negro assumiu, historicamente, uma função de mão de obra indispensável e ao mesmo tempo descartável. Trabalhadoras e trabalhadores negros foram praticamente imobilizados no escalão mais inferior da

³⁶⁴ NUN, 1978.

³⁶⁵ HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**, p. 113-4 apud GONZALEZ, 2020, p. 30.

hierarquia social brasileira – rígida e naturalizada. Ao povo negro, que gradualmente foi se concentrando nos centros urbanos, restou a pobreza, a favelização, a informalidade e o controle punitivo.

Segundo Silvio de Almeida, intelectual jurista brasileiro e atualmente Ministro dos Direitos Humanos, o racismo pertence a uma estrutura global e moderna e a *divisão racial do trabalho* pode ainda ser amplamente constatada nas sociedades contemporâneas, pois mesmo em países onde o racismo não é abertamente praticado pelo Estado ou em que há leis antirracistas, indivíduos racializados recebem salários menores, ocupam postos de trabalho subalternos e estão mais expostos a trabalhos insalubres ou precarizados³⁶⁶. O autor descreve o racismo como uma ideologia que molda o inconsciente:

Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. [...] Pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados. [...] *A ideologia, portanto, não é uma representação da realidade material, das relações concretas, mas a representação da relação que temos com essas relações concretas.* [...] O racismo é uma ideologia, desde que se considere que toda ideologia só pode subsistir se estiver ancorada em práticas sociais concretas³⁶⁷.

Já Sueli Carneiro, filósofa e ativista antirracista, se empresta da categoria de *dispositivos* de Foucault, para construir o conceito de *dispositivo racial*, no qual propõe observar as estratégias de manutenção das relações de força, que sustentam e são sustentadas por tipos de saberes, entre brancos e não brancos, e que repercutem em toda rede de instituições, discursos, leis etc³⁶⁸. Trata-se de pensar o racismo como uma verdadeira tecnologia de poder.

Seja encarado como *ideologia* ou como um *dispositivo*, se denota que o racismo fundou, ao passar do tempo, poderosos discursos e instrumentos para a manutenção da subordinação da população negra e dos privilégios das elites brancas, informando inclusive teorias “científicas” sobre uma suposta supremacia racial branca. No campo das ciências criminológicas é possível observar esse

³⁶⁶ ALMEIDA, 2019, p. 106.

³⁶⁷ Ibid., p. 64-67.

³⁶⁸ CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

fenômeno de modo escancarado quando nos atentamos ao positivismo criminológico, que tratou de criar uma noção de periculosidade diretamente vinculada a questão biológica e das “raças”³⁶⁹.

No Brasil, a questão do negro se tornou central na construção do paradigma etiológico da criminologia brasileira. O positivismo criminológico, com influência na Escola Italiana (à exemplo dos autores Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Rafeale Garofalo), foi traduzido por diversos “intelectuais”, como Clóvis Beviláqua, Sílvio Romero, Afrânio Peixoto, Leonídio Ribeiro, no entanto, seu maior expoente foi Raymundo Nina Rodrigues, situado na Bahia, a pequena África brasileira. Conforme assinala Batista:

Nina Rodrigues escreveu um artigo intitulado *Os negros maometanos no Brasil*, no *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro* de 2 de novembro de 1900, em que se refere à rebelião escrava na Bahia de 1835. O seu surpreendente trabalho revela a profunda ambiguidade da sua produção intelectual: foi ele quem fundou, ao lado da Medicina-Legal e da Antropologia Brasileira, a escola positivista, com suas traduções e incorporações do lombrosianismo e do social-darwinismo. No entanto, tinha uma espécie de curiosidade apaixonada pela vida africana no Brasil. Sua trajetória reflete um pouco esta grande contradição brasileira com relação a sua africanidade: perceber intensamente a sua presença e a sua força, tratando sempre de dominá-la. No seu caso, trabalhando a teoria da hierarquização das raças, estigmatizando a “raça negra” para que o fim da escravidão em si não representasse uma ruptura social. O controle social e a opressão se justificariam então pelo discurso científico.³⁷⁰

Destarte, o processo de racionalização e desenvolvimento do direito penal brasileiro terminou se dando através de uma relação conflituosa entre as Escolas Clássica e Positivista e, nas palavras da professora Thula Pires, *o modelo de controle social se consolidou a partir de um aparato violento, arbitrário, seletivo e hierarquizante (racista, sexista e classista)*³⁷¹. É evidente que, com o passar do tempo, novas linhas de pensamento passaram a influir na criminologia e no direito penal brasileiro, no entanto, elementos fundantes dessas matrizes permaneceram na ordem social e jurídica-penal.

³⁶⁹ Ver GÓES, Luciano. A “tradução” do paradigma etiológico de criminologia no Brasil: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem. 2015. Dissertação (mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

³⁷⁰ BATISTA, Vera Malaguti. Op. cit., (2003) 2014, p. 225-226.

³⁷¹ PIRES, Thula. Criminalização do Racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. p. 231.

Compreender que o racismo é uma realidade social no Brasil – sem cair no violento mito da *democracia racial* denunciado por Abdias Nascimento em 1977³⁷² – deve ser uma premissa para qualquer análise acerca da classe trabalhadora brasileira, bem como sobre quais tipos de controle social o sistema penal pátrio exerce sobre a mesma. A partir de uma análise histórica e econômico-política do processo de conformação do sistema punitivo brasileiro, se torna evidente que seus objetivos nunca estiveram exclusivamente destinados a disciplina corretiva para a regulação da produção, mas sobretudo para manter a exploração fundada na pilhagem e a subordinação dos corpos não brancos, o que explica profundos desvios normativos nas práticas das agências do sistema penal.

Se na obra *Vigiar e Punir*, de Foucault, nos deparamos com os castigos físicos e as penas cruéis infligidas sobre o corpo, além das práticas de tortura para a obtenção de confissões, como um padrão até o século XVIII³⁷³ – quando se inicia poderosas transformações político-econômicas, filosóficas e sociais na sociedade europeia –, no Brasil essas práticas se perpetuam até os dias atuais, de modo extralegal, contra os corpos não brancos, em especial a partir da atuação das agências de polícia.

Nas palavras da antropóloga Juliana Borges:

Se pensarmos na realidade nas periferias e nas favelas hoje, e nas constantes violações de direitos humanos presentes em denúncias de ações de um braço indispensável da justiça criminal, que é a polícia, inclusive sendo celebrada em filmes de grande sucesso nacional, podemos afirmar que a tortura permanece como via, não ligada diretamente ao Judiciário, mas como prática constante do aparato de vigilância e repressão. A prática ainda é, infelizmente, recorrente no país e, ao meu ver, mantém os fortes laços com o processo de formação do Estado brasileiro³⁷⁴.

Nesse sentido, a jurista e criminóloga Vera Regina Pereira de Andrade nos alerta,

Quando vamos ler Foucault, por exemplo, temos que ler com extremo cuidado o deslocamento que Foucault trabalha, em relação à punição moderna europeia e sobretudo francesa, deslocamento do corpo para a alma, porque a tradição punitiva brasileira atesta, antes e depois da prisão, uma continuidade, antes que uma ruptura com a infligência de dor corporal [...].³⁷⁵

³⁷² Ver NASCIMENTO, Abdias do. **Racial democracy in Brazil: myth or reality?** Ile-Ife: University of Ife, 1977.

³⁷³ FOUCAULT, 2010.

³⁷⁴ BORGES, 2019, p. 37.

³⁷⁵ ANDRADE, 2012, p. 310.

É somente nesse contexto, a partir dessa estrutura social, que as práticas de espancamento e outras torturas contra os trabalhadores ambulantes, descritas no primeiro tópico desse capítulo, podem encontrar abrigo. Temos no Brasil a normalização de castigos físicos não mais como penas jurisdicionalizadas, mas como recursos próprios das agências de repressão, não mais na lógica da individualização penal, mas sim numa generalização enquanto tática de controle social repressivo, atingindo determinados segmentos da população.

Deste modo, não parece estranho que Foucault tenha mencionado pela primeira vez o conceito, já abordado, de *biopolítica* numa conferência ministrada em 1974 no Brasil, mais especificamente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A palestra foi publicada posteriormente com o nome de *O Nascimento da Medicina Social*, apontando um deslocamento significativo nas estratégias do (bio)poder³⁷⁶. É talvez em solo latino-americano que o autor tenha logrado “encaixar as peças” para dar início a sistematização teórica de uma outra dinâmica do exercício de poder para o controle social, na qual o poder se exerce por meio de tecnologias dirigidas a um conjunto de corpos.

Em seu clássico *Em defesa da sociedade*, Foucault explica que as transformações socioeconômicas ocorridas a partir do século XIX impactaram numa mudança na concepção de soberania, que se descolou do poder de tirar a vida para se centrar no “fazer viver”/ “deixar morrer”, isto é, no exercício do poder sobre a vida. Diante dessa constatação, o autor se questiona “como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder?”³⁷⁷.

É justamente nesse ponto que a lógica do biopoder permite a introdução do racismo nos mecanismos de controle do Estado. Segundo Foucault,

no contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de incumbir; uma maneira de defesa, no interior da população, de uns grupos em relação aos outros.³⁷⁸

Batista corrobora com essa ideia afirmando que é na compreensão do excesso de biopoder sobre o direito soberano, nessa tecnologia de poder que tem como

³⁷⁶ FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

³⁷⁷ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 214.

³⁷⁸ Ibid.

objeto e objetivo a vida, que o poder da morte será exercido através da noção de raça e do racismo³⁷⁹. E Almeida explica que a outra função do racismo é permitir que se estabeleça uma relação positiva com a morte do outro³⁸⁰, pois, nas palavras de Foucault:

[...] Quando vocês tem uma sociedade de normalização, quando vocês tem um poder que é, ao menos em toda sua superfície e primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo.³⁸¹

Para Foucault o marco inicial dessa fusão entre morte e política, por meio do racismo enquanto mecanismo do *biopoder*, se deu no genocídio colonizador. Porém, se o racismo foi uma invenção da colonização, este se tornou um discurso científico, introduzido nas próprias razões do Estado – *racismo de Estado* – a partir do século XIX, e teve, na perspectiva do autor, a sua expressão mais aguda no Estado nazista alemão.

O Holocausto parece ter sido eleito como o episódio mais assustador da história moderna ocidental. No entanto, como bem pontuou Almeida, em diálogo com Aimé Césaire,

a perplexidade da Europa com o nazismo veio da percepção de que o assassinato e a tortura como práticas políticas poderiam ser repetidas em território europeu, contra os brancos, e não apenas nos territórios colonizados, contra os povos “não civilizados”³⁸².

O colonialismo europeu, por sua vez, é com frequência relativizado e não recebe o mesmo tratamento no campo das políticas de memória e justiça que o Holocausto. Ao contrário, ainda hoje é possível perceber discursos que veiculam um “orgulho colonizador” nos mais diversos ambientes europeus. Mas é precisamente no mundo colonial que *a racionalidade ocidental se encarna na síntese entre massacre e burocracia*³⁸³.

A tarefa de dar centralidade a experiência da colonização na discussão sobre o exercício do poder sobre a vida e a morte – a partir da discussão sobre o conceito de *soberania* – foi encarada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, que realiza um verdadeiro salto na discussão e propõe as novas categorias de

³⁷⁹ BATISTA, 2003, p. 156.

³⁸⁰ ALMEIDA, Silvio Luiz de. Op. cit., 2019, p. 115.

³⁸¹ FOUCAULT, Michel. Op. cit., 2010, p. 218.

³⁸² ALMEIDA, Silvio Luiz de. Op. cit., 2019, p. 117.

³⁸³ Ibid., p. 118; MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1, 2018. p. 31.

necropoder/necropolítica. Para tanto, além do diálogo com Foucault, Mbembe traz para sua reflexão teórica outro autor europeu que mobilizou a categoria de *biopolítica*, o filósofo italiano Giorgio Agamben.

Em sua obra *Homo Sacer: o poder soberano e vida nua*, Agamben demonstra a existência de bolsões de excepcionalidade dentro do Estado de Direito, a partir de uma *biopolítica* própria, que opera para uma anulação e exterminação das classes mais vulneráveis e para o controle da vida³⁸⁴. No entanto, o autor segue por outro caminho ao analisar a experiência do Estado nazista e apresenta um estudo sobre o *Estado de exceção*, um dispositivo de suspensão do Direito para o uso da força, que, por meio do recurso a noção de emergência, permite a “eliminação física [...] de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”³⁸⁵.

O que Mbembe percebe é que na experiência de governança colonial há uma reconfiguração do conceito de soberania, que passa a fundir a noção de *biopoder* com as categorias de *estado de exceção* e *estado de sítio*. Isso ocorre porque “o estado de exceção e as relações de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar”³⁸⁶. Não se trata apenas do “deixar morrer”, mas sim de impor a morte de uns (matar) enquanto exigência para o “fazer viver” de outros. O autor explica que é nas colônias que a exceção se transforma em regra, que a emergência se torna permanente, sendo sempre (re)criada a partir de uma noção ficcional do inimigo³⁸⁷.

Nas palavras de Almeida,

O colonialismo, portanto, dá ao mundo um novo modelo de administração, que não se ampara no equilíbrio entre a vida e a morte, entre o “fazer viver, deixar morrer”; o colonialismo não mais tem como base a decisão sobre a vida e a morte, mas tão somente o exercício da morte, sobre as formas de ceifar a vida ou de colocá-la em permanente contato com a morte. Não se trata somente do biopoder e nem da biopolítica quando se fala da experiência do colonialismo e do *apartheid*, mas daquilo que Achille Mbembe chama de *necropoder* e *necropolítica*, em que guerra, política, homicídio e suicídio tornam-se indistinguíveis.³⁸⁸

A violência e o terror do Estado se tornam recursos essenciais de um exercício de poder que se desenvolve à margem da lei, em um “cenário” de permanente tensão

³⁸⁴ AGAMBEN, 2010.

³⁸⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 13.

³⁸⁶ MBEMBE, 2018, p. 17.

³⁸⁷ Ibid., p. 31.

³⁸⁸ ALMEIDA, 2019, p. 117. Grifos do autor.

de guerra. O racismo, por sua vez, opera a marcação dos inimigos cujos corpos não possuem garantias ou limites contra o poder estatal.

É aí que se revela o necropoder: nesse espaço que a norma jurídica não alcança, no qual o direito estatal é incapaz de domesticar o direito de matar, aquele que sob o velho direito internacional é chamado de direito de guerra. A peculiaridade do terror colonial é que ele não se dá diante de uma ameaça concreta ou de uma guerra declarada; a guerra tem regras, na guerra há limites. Mas e na ameaça de guerra? Qual o limite a ser observado em situações de emergência, em que sei que estou perto da guerra e que meu inimigo está próximo? Não seria um dever atacar primeiro para preservar a vida dos meus semelhantes e manter a “paz”? É nesse espaço de dúvida, paranoia, loucura que o modelo colonial de terror se impõe. A iminência da guerra, a emergência de um conflito e o estresse absoluto dão a tônica para o mundo contemporâneo em que a vida é subjugada ao poder da morte.³⁸⁹

Do ponto de vista jurídico-penal não se trata apenas do chamado *direito penal do inimigo* (ou do *autor*), teorizado pelo jurista alemão Gunther Jakobs³⁹⁰. Esse, por vezes, também se apresenta de modo camuflado em normativas de defesa e combate à pretensas “guerras”, a exemplo da política de guerra às drogas empreendida no país, introduzindo diversos instrumentos legais para pôr em prática uma verdadeira *política criminal com derramamento de sangue*³⁹¹. Mas a *necropolítica* vai além, pois também se desenvolve para fora dos quadros do direito, mobilizando a sua própria suspensão. Conforme explica Mbembe, “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’”³⁹².

Entretanto, se a *necropolítica* extrapola os marcos legais e se apresenta nos próprios desvios normativos, por outro lado, não está desassociada do direito, se o analisamos numa perspectiva crítica e sociológica, que observa os sistemas jurídicos através do seu “fazer”, da sua dinâmica social, da sua operacionalidade, das relações estruturais que o conformam. Nesse sentido, o direito passa a operar em “harmonia” com o seu próprio tensionamento, sem que exista uma ruptura de fato.

³⁸⁹ ALMEIDA, 2019, p. 119-120.

³⁹⁰ Ver JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito penal do inimigo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

³⁹¹ BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade, v. 3, p. 77-94, 1998.

³⁹² MBEMBE, 2018, p. 38.

Assim, a regressão, aqui realizada, acerca da evolução do sistema punitivo pátrio, do período colonial aos tempos da República, possui menos a função de um registro histórico, e mais de mapeamento dos elementos estruturais da formação desse sistema. Trata-se, então, de evitar o *presenteísmo constante*, que hipertrofia o presente, dilacerando os seus laços com o passado, o que, no limite, reflete a própria destruição da noção de história³⁹³.

O que se percebe é que a ocupação colonial inaugura uma forma específica de dominação que costura os poderes *disciplinar*, *biopolítico* e *necropolítico*, e que não se encerra no século XIX. Ao contrário, encontra novas formas de se perpetuar. E é possível observar a continuidade da dominação neocolonial especialmente através do sistema punitivo e das políticas criminais e de segurança pública.

Essa terrível permanência nos tempos contemporâneos, já no marco das relações neoliberais, foi muito bem trabalhada nas dissertações *Corpo Negro caído no chão*, de Ana Luiza Pinheiro Flauzina³⁹⁴, e *UPP – a redução da favela a três letras*, de Marielle Franco³⁹⁵, não por acaso pesquisas de mulheres negras. Ambas ressaltaram que é perante os corpos negros e as suas territorialidades que o aparelho estatal repressivo revela a sua mais perversa face, para além do cárcere, o extermínio. Importante registrar que a recém citada Marielle Franco, quando vereadora do Município do Rio de Janeiro, foi também vítima dessa política de barbárie, um dia após ter indagado “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”³⁹⁶.

O pavoroso quadro do sistema punitivo brasileiro, marcado pela colonialidade e pelo racismo, foi agravado com a entrada das agendas neoliberais na gestão político-econômica do Brasil e das suas cidades. A política de (in)segurança cresceu ainda mais no vácuo da política social, ou, por vezes, tomou sua forma e seu lugar, atingindo principalmente os trabalhadores precários urbanos, pobres e negros. Nem

³⁹³ HOBBSAWM, Eric. O Presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 43, p. 103-112, nov. 1995b.

³⁹⁴ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

³⁹⁵ FRANCO, Marielle. *UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

³⁹⁶ CARIELLO, Gabriel; ROMEO, Madalena. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe? escreveu Marielle um dia antes de ser morta. *O Globo*, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/quantos-mais-vaao-precisar-morrer-para-que-essa-guerra-acabe-escreveu-marielle-um-dia-antes-de-ser-morta-22491127>. Acesso em: 05 mar. 2023.

mesmo a gestão de Lula-Dilma no governo federal (2003-2016) – apesar da criação de políticas redistributivas não só de renda, como o *Bolsa Família*, mas de acesso a bens e direitos, à exemplo dos Programas *Minha Casa, Minha Vida* e *Luz para Todos* – conseguiu estabelecer um freio nesse processo.

Ao contrário, ao tentar combinar políticas públicas para o povo com a agenda neoliberal exigida pelo mercado global, uma das principais contradições estabelecidas se deu no reforço das agências punitivas, em evidente continuidade ao modelo anterior da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). Isso permitiu que os interesses da classe dominante e sua ingerência nas estruturas institucionais mantivessem a perseguição dos trabalhadores precários, negros e pobres não só por meio do sistema penal formal, mas também por meio do exercício do *necropoder* fora dos quadros legais, vide os exemplos mais notórios das chacinas ocorridas no mesmo período nos territórios favelados e periféricos.

As violações aos direitos dos mais pobres e a persistência de uma *necropolítica* sobre os corpos negros, não representam um defeito/falha do sistema criminal brasileiro, mas um produto de elementos estruturais desse próprio sistema, e que possui objetivos ou funções não declaradas formalmente.

Nesse sentido, Eugénio Raúl Zaffaroni, quem tem em seu currículo as experiências de magistratura na Corte Constitucional da Argentina e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, nos alerta que não se pode olvidar que, em razão de nossa condição periférica no sistema-mundo, os nossos sistemas penais se materializam como verdadeiros instrumentos de dominação neocolonial³⁹⁷. O penalista aponta que se verifica “na operacionalidade social dos sistemas penais latino-americanos, um violentíssimo exercício de poder à margem de qualquer legalidade”³⁹⁸. E complementa que esse exercício de poder é caracterizado pelo signo e pelo fato da “morte”, de modo que os sistemas punitivos de nossa região conduzem um “genocídio em marcha, em ato”³⁹⁹.

Assim como Zaffaroni, a criminóloga Lola Aniyar de Castro demonstra com precisão a conformação de um *sistema penal subterrâneo* (agências extraoficiais), funcionando sob um *sistema penal aparente* (agências oficiais) na América Latina,

³⁹⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**: a perda da legitimidade do sistema penal. Tradução Vânia Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

³⁹⁸ Ibid., p. 29.

³⁹⁹ Ibid., p. 171-172.

que articulados, operam em função da seletividade classista do controle social⁴⁰⁰. O pensamento de ambos os autores aponta para uma total deslegitimação no penalismo latino-americano, decorrente da evidência dos próprios fatos, vez que a legalidade não é respeitada nem mesmo no âmbito do sistema penal formal.

Conforme explica Andrade:

A deslegitimação da prisão está inserida, portanto, numa dimensão mais ampla, que é a deslegitimação do sistema penal (do modelo punitivo moderno ocidental como um todo), no âmbito de uma estrutura social. O que o criticismo produziu, o que a Historiografia e a Criminologia da reação social e crítica produziram foi certa leitura da crise da prisão e do sistema penal como uma crise estrutural, e não meramente conjuntural, significando que o modelo é que está em cheque, porque a contradição entre o prometido, o descumprido e o realmente cumprido é inerente ao modelo.⁴⁰¹

No Brasil esse fenômeno pode ser constatado a partir de diversas práticas jurídico-penais. A generalização e a manutenção prolongada da prisão preventiva pelo Poder Judiciário ocorrem sem obedecer a sua disciplina legal e seus princípios, como a excepcionalidade, a provisoriedade e a provisionalidade⁴⁰². Na prática, diversos acusados, em sua maioria negros, passam a cumprir uma espécie de pena privativa de liberdade antecipada, tal como ocorria na Casa de Detenção do período imperial até a Primeira República. Igual se dá com a execução provisória da pena, que se consolidou como uma prática comum, mesmo nos períodos em que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal atestou expressamente sua inconstitucionalidade por violação ao princípio da presunção de inocência⁴⁰³. E o que falar das péssimas condições de execução das penas em um sistema carcerário que já foi declarado em *estado de coisas inconstitucional*, mas que segue expandindo sua população por meio das decisões dos juízos de competência da

⁴⁰⁰ CASTRO, 2005, p. 96 e 128-132.

⁴⁰¹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Op. cit., (2012) 2017, p.311.

⁴⁰² LOPES JR, Aury. **Direito Processo Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 983-1052.

⁴⁰³ O STF passou a considerar a execução provisória da pena inconstitucional a partir do julgamento do *Habeas Corpus* 84.078 (MG), no ano de 2009. Essa posição do tribunal constitucional mudou, em meio a contexto político sensível (o curso das operações Lava Jato e a condenação em primeira instância do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva), por meio do julgamento no Plenário do *Habeas Corpus* 126.292, em 2016, porém foi novamente revista nos julgamentos das Ações Diretas de Constitucionalidade n.º 43, 44 e 54. No entanto, essa oscilação não causou tanto impacto para a prática forense, que seguiu expedindo cartas de execução de sentenças provisórias.

justiça penal?⁴⁰⁴. Esses são alguns exemplos⁴⁰⁵, que ocorrem por meio de decisões jurídicas formais, mas com o diferencial de atingir uma parcela massiva e racializada da população.

Esse *modus operandi* do sistema de justiça penal tem como consequência um verdadeiro *encarceramento em massa* que tem como alvo preferencial sujeitos pobres, periféricos e não brancos, em especial os negros⁴⁰⁶. Segundo o relatório nacional consolidado do 12º ciclo da coleta (Dezembro/21 a Junho/22) do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN, a população carcerária já atinge o número de 837.443 pessoas, sendo que 215.029 são apenados/as sem nenhuma condenação (sequer em 1ª instância) e 147.000 são apenados/as em execução provisória da pena, ou seja, somando esses dados, se conclui que 43,23% dos apenados/as não possuem condenações transitadas em julgado⁴⁰⁷. Segundo o mesmo relatório, cerca de 452.888 apenados/as são pessoas negras (pretas e pardas), porém esse é um dado parcial, pois constam mais de 170.265 apenados/as sem cor identificada nos registros⁴⁰⁸. Ademais, os dados

⁴⁰⁴ Em 2015, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 347, o STF considerou a situação prisional no país um “estado de coisas inconstitucional” – categoria do constitucionalismo latino-americano –, com “violação massiva de direitos fundamentais” da população prisional, por omissão do poder público. No entanto, a decisão judicial e os esforços tomados pelo Conselho Nacional de Justiça não ter detiveram a superlotação e a insalubridade das penitenciárias brasileiras, conforme os relatórios do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) vinculado ao mesmo órgão e dos relatórios do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN).

⁴⁰⁵ É possível também citar a realização cotidiana do reconhecimento fotográfico dos acusados, um procedimento até então não regulamentado no ordenamento pátrio, como meio de produção de prova no processo penal; a relativização do direito fundamental a inviolabilidade do domicílio nas periferias e favelas; a aberração dos mandados de busca e apreensão genéricos para operações policiais em territórios “instáveis”, entre outros.

⁴⁰⁶ BORGES, 2019.

⁴⁰⁷ BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **12º Ciclo INFOPEN**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-junho-2022.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

⁴⁰⁸ Esses números não se apresentam de forma absoluta. No Painel de Monitoramento do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), vinculado ao Conselho Nacional de Justiça, em 04 de dezembro de 2022 registravam-se 1.373.732 execuções penais em tramitação, sendo 788.356 pessoas em cumprimento de penas privativas de liberdade, excluindo os mais de 400 mil presos/as provisórios (execução provisória + prisão preventiva) segundo o Portal BNMP, vinculado ao mesmo órgão, os internados em medida de segurança e os beneficiários de suspensão condicional da pena e livramento condicional. O SEEU, embora permita a aplicação de filtro sobre gênero e faixa etária para a pesquisa, não oferece ferramenta para analisar o recorte racial. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Estatísticas de Execução Penal. Brasília, DF: CNJ, 2022b. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=f8f79a16-35a2-43fe-a751-34ba131ffc1f&sheet=74a59799-5069-461d-a546-91259016a931&lang=pt-BR&opt=currsel>. Acesso em: 04 dez. 2022.

comprovam que o perfil majoritário dessa população é também de baixa renda e baixa escolaridade.

Essa criminalização seletiva, que se inicia no campo das políticas criminais, com a seleção das condutas a serem criminalizadas ou dos bens a serem tutelados pela justiça penal, e que desemboca nas decisões judiciais, isto é, na aplicação concreta da justiça penal, resguarda a operacionalidade do sistema punitivo pátrio para a manutenção da dominação neocolonial/neoliberal. E essa seletividade é parte também do exercício do *necropoder*, na medida em que os apenados são expostos constantemente, no próprio cárcere, aos riscos de morte⁴⁰⁹, como no relato do camelô Marcelo Sebastião Damasceno, preso em um conflito com a GM-Rio e ameaçado de morte em seu primeiro dia no cárcere, conforme exposto no início deste capítulo.

E, se de um lado o sistema de justiça atua disfarçadamente como instrumento de um mortífero controle social, em contradição interna com as próprias normas jurídicas, em especial as de ordem constitucional, por outro lado, é no campo da segurança pública que se expõe de forma mais nítida o exercício da *necropolítica*. O que dizer, por exemplo, da caveira, símbolo da morte, utilizado por agências oficiais de nossa segurança pública? Assim, os próprios “agentes da lei”, em especial aqueles que estão na ponta, são os que operam, de modo mais explícito, à revelia da ordem legal, e exercem o poder da morte (ou da ameaça da morte, do contato com a morte) contra os cidadãos mais vulnerabilizados.

É, pois, dentro desse específico sistema punitivo que se deu e que se dá a perseguição e criminalização dos trabalhadores ambulantes da cidade do Rio de Janeiro. O trabalho ambulante no Brasil é historicamente exercido por pessoas pobres e negras, excluídas do mercado formal de trabalho e que resistem, apesar de todas as contradições de precarização, através da própria autonomia, na prática de “se virar”. Embora a camelotagem não seja crime, o aparato bélico repressivo é constantemente dirigido a essa categoria de trabalhadores, que são penalizados por fora do próprio sistema de justiça, a partir das atuações dos agentes do poder público, inclusive por meio de práticas cruéis como a tortura e a ameaça de morte (*sistema penal subterrâneo*).

⁴⁰⁹ FLAUZINA, 2006.

Por outro lado, quando tratamos de criminalização propriamente dita, como nos casos de trabalhadores acusados de pirataria ou de receptação, ou mesmo nos casos decorrentes dos conflitos diretos entre camelôs e guardas municipais, detalhados no primeiro tópico desse capítulo, os processos criminais costumam não seguir a garantia constitucional do *devido processo legal* (art. 5º, inciso LIV, CRFB/1988), de modo que se desenvolvem repletos de vícios insanáveis, isto é, de nulidades decorrentes de violações de direitos constitucionais⁴¹⁰. O primeiro tópico desse capítulo traz demonstrações concretas dessa dinâmica, como flagrantes forjados, provas ilícitas, prisões preventivas infundadas, acusações sem justa causa etc.

Assim, para compreender a constante violência estatal a qual os trabalhadores ambulantes cariocas estão submetidos, é importante notar que o Estado brasileiro sempre se caracterizou como um Estado punitivo, de autoritarismo penal, com efeitos de negação/suspensão de direitos pelo intermédio das forças coercitivas estatais, tendo como alvo prioritário os corpos de trabalhadores negros e periféricos. Desse modo, é crucial para entender a questão criminal do Brasil e a operacionalidade do sistema penal pátrio observar não só o recorte de “classe”, mas também de “raça”, numa perspectiva interseccional e decolonial. Somente assim é possível compreender a violência sistemática contra os trabalhadores ambulantes e como a camelotagem se torna “caso de polícia”.

2.2.3 Lei e ordem no espaço: a municipalização da segurança e militarização da cidade.

Entre os anos 1920 e 1930 a Escola de Chicago tornou-se conhecida e respeitada no mundo ocidental em virtude da difusão de estudos sociológicos sobre o espaço urbano – a cidade como laboratório social –, em especial aqueles trabalhos que estabeleceram relação entre a organização do espaço e a criminalidade, uma espécie de criminologia ecológica.

Robert Park, importante autor da “primeira” Escola de Chicago, desenvolveu a chamada Teoria da Ecologia Humana, na qual propunha uma analogia entre a organização da vida vegetal e a da vida humana em sociedade, importando e

⁴¹⁰ Acerca dos vícios insanáveis, ver: LOPES JR, 2020.

adaptando métodos de investigação das ciências naturais às ciências sociais. Compreendendo que a vida coletiva se dá num processo de adaptação consistente da interação entre meio-ambiente, população e organização, para o autor, o comportamento humano seria moldado e limitado pelas condições sociais existentes nos meios físico e social⁴¹¹. Assim, o crime passou a ser considerado um fenômeno ambiental, produto do processo de urbanização acelerada, determinado por uma espécie de desorganização social e espacial.

A partir desse pontapé, Ernest Burgess⁴¹² explorou a questão da criminalidade e do espaço urbano por meio dos conceitos de *invasão*, *dominação* e *sucessão* – oriundos das ciências naturais – para desenvolver a Teoria das Zonas Concêntricas. Divulgada no artigo *The Growth of the City*, publicado originalmente em 1925, a teoria baseou-se na divisão de Chicago em cinco zonas concêntricas – a partir do centro da cidade como marco zero – com características próprias e intensa mobilidade, avançando umas sobre o território das outras. A conclusão dos autores, após a pesquisa empírica, foi de que as zonas de transição seriam o principal *locus* da criminalidade, em razão do processo de desorganização social das mesmas.

Em 1929, Clifford Shaw publicou sua pesquisa *Delinquency Areas*, que buscou explicar a distribuição geográfica do delito, ressaltando a importância etiológica do fator ambiental e suas estreitas correlações com índices de delinquência. Empreendendo um teste da hipótese de Park e Burgess, concluiu que (i) quanto mais próxima é a localização da zona em relação ao centro da cidade, maior será sua taxa de criminalidade; (ii) as taxas mais altas correspondem aos locais nos quais há maior deterioração do espaço físico e população empobrecida; e (iii) as transformações na zona de transição não necessariamente representam redução das taxas de criminalidade⁴¹³.

Seguindo a linha do determinismo ambiental, os ecologistas viam uma imposição do meio físico e social nas infrações penais. Dessa forma, somente a intervenção do poder público poderia diminuir a criminalidade, mediante o rígido

⁴¹¹ PARK, Robert E. The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. **American journal of sociology**, v. 20, n. 5, p. 577-612, 1915. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/212433>. Acesso em: 05 mar. 2023.

⁴¹² BURGESS, Ernest W. The growth of the city: an introduction to a research project. **Urban ecology**. Springer, Boston, MA, p. 71-78, 2008. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-73412-5_5. Acesso em: 05 mar. 2023.

⁴¹³ SHAW, Clifford R. **Delinquency Areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

controle social, policial e urbano, nas áreas mais pobres da cidade e nas áreas de fluxos intensos⁴¹⁴.

Tais teorias foram fundamentais para a redefinição da política criminal e de segurança pública, bem como do modo de operação das agências do sistema penal, posto que se adequavam bem a estratégia de classe burguesa no exercício do controle dos territórios pauperizados e da população pobre e periférica. No entanto, com o passar dos anos, essas proposições teóricas foram cientificamente refutadas, em especial pela criminologia da reação social que realizou uma concreta ruptura com o paradigma etiológico.

Primeiramente, os ecologistas seguiam a perspectiva funcionalista da sociedade consensual, não observando as diversidades dos grupos sociais e ignorando a existência da conflitividade social. Desse modo, propagavam a ideia de uma cultura unificada, sem diferenciar as múltiplas vivências dos habitantes nas cidades fragmentadas pela divisão de classes, gênero, raça ou etnia⁴¹⁵. Ademais, tais teorias possuem uma contradição interna, pois ao mesmo tempo que afirmam ser o comportamento individual determinado pela desorganização social e pela “simbiose” do grupo social, também atribuem ao indivíduo a liberdade de ação – elemento necessário para a responsabilização penal.

Outro grave problema é que tais teorias assimilaram a criminalidade ao espaço, sem observar que o campo de análise definido foi correspondente apenas à violência urbana e a criminalidade aparente, sem se atentar às *cifras ocultas* ou *cifra negra*⁴¹⁶ e aos chamados *crimes de colarinho branco*⁴¹⁷. O resultado foi promover não só uma visão extremamente classista da questão criminal, como também de falhar na análise etiológica, pois não tratou de explicar a criminalidade produzida fora das zonas consideradas delitivas e nem as condutas não-delitivas, de comunhão e solidariedade, que ocorriam nessas áreas.

Não obstante, a Teoria Ecológica renasceu entre os anos 70 e 90, diante de um novo processo de urbanização intenso e predatório e do aumento das estatísticas criminais, e produziu um grande arsenal de teorias derivadas, que persistem até

⁴¹⁴ FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

⁴¹⁵ BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

⁴¹⁶ Ver THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?** O Crime e o Criminoso: Entes Políticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 9-10.

⁴¹⁷ Ver SUTHERLAND, Edwin. **Crime de colarinho branco**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

hoje, com a chancela do discurso científico, na elaboração de políticas públicas de ordenamento urbano e na atuação do sistema penal.

Em 1982, o cientista político James Q. Wilson e o psicólogo e criminólogo George Kelling publicaram um estudo sobre a *Teoria das Janelas Quebradas* na revista *Atlantic Monthly*, com o título *The Police and Neighbourhood Safety (A Polícia e a Segurança da Comunidade)*. O trabalho defendia, a partir da metáfora das janelas quebradas, uma forte influência do ambiente urbano na taxa de criminalidade, argumentando que a prevenção ao crime exige uma administração ordeira de toda a cidade, em especial dos pequenos delitos⁴¹⁸.

Em 1990, o então prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, inspirado nessa teoria, colocou em prática o projeto de *tolerância zero*, com uma das maiores forças policiais municipais do mundo. Essa experiência pode ser considerada como um paradigma do novo tratamento da questão criminal à luz do chamado *eficientismo penal*, disseminado globalmente a partir do início da década de 90. Nas palavras de Vera Regina Pereira de Andrade,

Se o criticismo domina o campo criminológico desde a década de 60 até a década de 80 do século XX, na virada da década de 90, nós temos uma reação que é a emergência e a consolidação do chamado eficientismo penal (que nós conhecemos como movimento de lei e ordem), ou seja, um eixo de controle penal e de política criminal que vai postular o inverso, vai postular a maximização do controle penal, com a consolidação do chamado Estado Penal (Wacquant), com o agigantamento do policiamento e do encarceramento, ao proclamá-los como caminho único em face do “aumento dos índices de criminalidade”. O eficientismo se consolida, então, como modelo de controle penal correspondente ao capitalismo neoliberal, que domina o mundo ocidental na virada da década de 80 para a década de 90, com absoluta hegemonia em relação às políticas criminais alternativas, decorrentes do abolicionismo e do minimalismo (e também de uma deslegitimação intrassistêmica da pena de prisão, que é feita pela própria ONU, a partir da Segunda Grande Guerra Mundial)⁴¹⁹.

Wacquant se dedicou a estudar detalhadamente esse modelo de segurança pública e de política criminal, mostrando como ele se dá a partir do vínculo entre neoliberalismo e o tratamento punitivo da insegurança⁴²⁰. Apesar do sociólogo apontar que o agigantamento do Estado penal não contribui com a redução da taxa

⁴¹⁸ WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken windows. The police and neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, v. 249, n. 3, p. 29-38, 1982. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

⁴¹⁹ ANDRADE, 2012.

⁴²⁰ WACQUANT, 2001.

de criminalidade, tal modelo passou a ser amplamente estudado, defendido, promovido e importado como a chave para a redução da violência nos centros metropolitanos, incitando, inclusive, uma valorização pelas agências policiais no âmbito da administração municipal. Segundo o autor:

Por todo o continente, há não apenas um agudo medo público da infecciosa criminalidade urbana, que cresceu lado a lado com disparidades econômicas na esteira do retorno do governo democrático e do descompromisso social do Estado, como também uma intensa preocupação política com os domínios e as categorias do problema. Há também um conjunto comum de soluções punitivas: a ampliação dos poderes e das prerrogativas da polícia, centrados em infrações de rua e infrações associadas às drogas; a aceleração e o endurecimento do processo judicial; a expansão da prisão como depósito; a normalização da "penalidade de emergência" aplicada de maneira diferencial através do espaço social e físico, inspiradas ou legitimadas por panaceias vindas dos Estados Unidos, graças à diligente ação de diplomatas estadunidenses, órgãos judiciais americanos no exterior e de seus aliados locais, e à sede de políticos estrangeiros por lemas e medidas para a imposição da lei embrulhadas no mana dos Estados Unidos⁴²¹

A tal política de “tolerância zero” se difundiu especialmente nas sociedades latino-americanas. Segundo o mesmo autor, a rede de institutos de consultoria, encarregadas da missão de difundir o modelo punitivo *made in USA*, teve um papel fundamental para esse fenômeno, destacando o desenvolvimento, do “Inter-American Policy Exchange (IAPE), um programa concebido para exportar suas estratégias favoritas de combate ao crime para a América Latina como parte de um pacote de políticas neoliberais, pelo Manhattan Institute”⁴²². O IAPE passou a dialogar e oferecer consultorias diretamente à governos municipais de países da América Latina, promovendo seus remédios pró-mercado e pró-policimento urbano. De acordo com Wacquant:

[...] as sociedades latinoamericanas que se haviam envolvido na experimentação precoce de uma desregulação econômica radical (isto é, rerregulação em favor de empresas multinacionais) e depois caído sob a tutela de organizações financeiras internacionais que impunham dogmas monetaristas, constituíam um terreno mais propício para a adoção de versões severas do populismo penal e a importação de estratégias estadunidenses de combate ao crime⁴²³.

Assim, se de um lado a agenda neoliberal esgarçou as relações sociais de trabalho, desmontou o sistema de seguridade social, ampliou a desigualdade e a miséria, impulsionou os sujeitos vulnerabilizados ao mercado informal e a

⁴²¹ WACQUANT, 2012.

⁴²² WACQUANT, 2012.

⁴²³ Ibid.

criminalidade urbana, por outro lado, ofereceu como solução o agigantamento do Estado Penal, com reforços contundentes na segurança pública das cidades, promovendo, inclusive, a defesa da instituição de fortes agências policiais na esfera municipal, a fim de garantir a “lei e a ordem” no espaço urbano.

Esse movimento global de tratamento da questão criminal e da segurança pública por meio do controle urbano, como parte do pacote de políticas neoliberais, ocorreu não somente como resposta ao aumento da criminalidade urbana, mas também como um reflexo da centralidade que a “cidade” passou a ter não só na economia política local, mas também na economia política global.

De acordo com David Harvey, autor já mencionado nesta pesquisa, a urbanização, ao longo da história do capitalismo, tem sido um meio fundamental para a absorção dos excedentes de capital e de trabalho. No entanto, no marco do neoliberalismo, da financeirização desmedida da economia e do desemprego em massa, a urbanização desenfreada ganhou um papel particularmente ativo na ampliação dos espaços de atividade capitalista lucrativa⁴²⁴, e essa dinâmica foi principalmente aprofundada pela resignificação da centralidade econômica das metrópoles no sistema produtivo internacional, na forma do que a socióloga holandesa Saskia Sassen chamou de *cidade global*⁴²⁵.

A partir da década de 90, as grandes metrópoles passaram a se constituir como um ponto intermediário entre a economia nacional e a economia mundial em uma competição no mercado global de investimentos, um verdadeiro mercado de cidades. Conforme mencionado em pesquisa anterior:

A redução de barreiras espaciais, pelo fenômeno da globalização, ampliou o aumento da concorrência entre as cidades pelo capital destinado ao desenvolvimento, e essa intensa competição interurbana impôs ao planejamento urbano a priorização de chamarizes para o mercado, a fim de receber e manter benefícios. [...] Nessa corrida pelo mercado global de cidades, a governança urbana se orienta muito mais para a oferta de um “ambiente favorável aos negócios” do que para a vida do cidadão comum, e muito menos para a observância dos direitos desses. Dessa forma, a cidade global, glamourizada pela mídia – vale ressaltar que as técnicas de informação foram essenciais para tal processo – e por muitos intelectuais, impôs na realidade uma versão cruel: ampliou a precarização do trabalho, o aumento do desemprego, a polarização dos papéis sociais, o recuo nas políticas sociais, privatizações e mercantilizações de serviços públicos, violações aos direitos e a distribuição desigual dos sujeitos e objetos no espaço⁴²⁶.

⁴²⁴ HARVEY, 2014, p. 33 e 92.

⁴²⁵ SASSEN, 1998.

⁴²⁶ BONAN, 2017, p. 55.

Para reconfigurar a paisagem e reproduzir o padrão de *cidade global*, apto a disputar o efervescente mercado internacional de investimentos urbanos, o poder público das cidades localizadas em países periféricos, passou a realizar verdadeiras “varreduras” nos espaços urbanos. Tal como apontou Mike Davis, em sua obra *Planeta Favela*, a necessidade dos capitalistas em intervir constantemente no espaço urbano e se adequar ao padrão de cidade exigido pelo mercado global, impôs uma série de remoções de tudo aquilo que fosse considerado um *entrave urbano* para os interesses capitalistas, incluindo a população pobre, negra e periférica, a quem o autor chamou de *entraves humanos*⁴²⁷. O autor chegou a citar expressamente o caso dos vendedores ambulantes expulsos das praças centrais de capitais de países periféricos, como o caso de Manila, capital de Filipinas⁴²⁸.

A releitura das teorias ecológicas por meio do *eficientismo penal* e a promoção de *tolerância zero* em relação aos desvios e através do rígido controle sobre os territórios serviu bem a esse propósito e possibilitou a realização de apagamentos no cenário urbano. A suposta promoção de “lei e ordem” foi apresentada como política de segurança pública, apta a dar conta do aumento da criminalidade urbana, mas também serviu como alicerce para os processos de (re)urbanização das cidades latino-americanas no início da década de 90 em diante.

Do ponto de vista da cidade, a expansão do sistema penal, incluindo aí as forças de segurança pública, passou a ser responsável pela contenção territorial dos “sujeitos indesejáveis”, em sua maioria corpos não-brancos (negros, indígenas e outros) e periféricos, resguardando também a divisão racial do espaço⁴²⁹. Assim, o sistema penal se pôs a serviço da implementação das estratégias capitalistas de produção e de gestão do espaço. O novo modelo repressivo passou a se dirigir a uma massa de sujeitos considerados inadequados e “inutilizáveis”, na ótica do capital, com vistas a conter, restringir e redirecionar a sua expansão e/ou mobilidade⁴³⁰. Tratou-se não só de um expressivo aumento do controle de exceção nas áreas periféricas, mas também do controle do fluxo desses corpos fora delas. Eis aqui uma conexão palpável entre a cidade e o cárcere, ou melhor, a cidade e o sistema penal como um todo.

⁴²⁷ DAVIS, 2015, p. 105-106.

⁴²⁸ Ibid.

⁴²⁹ Sobre o conceito de divisão racial do espaço ver: SANTOS, 2012.

⁴³⁰ HAERBART, Rogério. **Viver no limite**: território/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 215.

Com vistas a atender as novas demandas da economia política capitalista, a cidade vem sendo, cada vez mais, sitiada, repleta de muros visíveis e invisíveis, de vigilância e fiscalização ostensiva, de repressão bélica, através de recursos humanos e tecnológicos, para controlar e disciplinar a produção do e no próprio espaço social urbano. Essa tendência de securitização e expansão da militarização das cidades, enquanto um fenômeno global, foi tratada cuidadosamente na obra *Cidades Sitiadas*, do geógrafo britânico Stephen Graham, apresentando o modelo de *urbanismo militar*, que se propagou no marco do neoliberalismo e gerou novos espaços estatais de violência. Segundo o autor,

[...] o novo urbanismo militar vai muito além de uma preocupação com as tecnologias, doutrinas e táticas militares/de segurança necessárias para uma tentativa de controlar, pacificar ou se aproveitar das populações ou dos espaços demonizados. Vai além das complexas intersecções de cultura visual e tecnologias de controle militar, além das tensões entre comunidade urbanas e nacionais. Ele faz uso dos poderes do Estado para reconfigurar violentamente ou apagar o espaço urbano, como um meio de aliviar supostas ameaças, de abrir espaço para exigências da formação da cidade global, da produção neoliberal ou da criação de uma *tábula rasa* urbana capaz de gerar bolhas extremamente lucrativas de especulação imobiliária⁴³¹.

E para cumprir os objetivos declarados e não declarados dessa política, que encontra interfaces entre o planejamento urbano, a segurança pública e o tratamento da questão criminal, criou-se uma demanda contundente por instituir corpos “policiais” nas esferas municipais, desencadeando um processo, ainda em curso, de verdadeira municipalização da segurança pública. Além disso, a criação de “polícias municipais” atende também a uma ampliação da exploração econômica da segurança pública, tendo o próprio David Harvey ressaltado que os gastos militares (e da segurança pública de modo geral) caminham ao lado da urbanização na absorção de excedentes do capitalismo⁴³².

No início da década de 90, a cidade do Rio de Janeiro tentava se projetar no mercado global de cidades, implementando um novo modelo de planejamento estratégico, direcionado a extração máxima de lucros pela iniciativa privada sobre o espaço urbano⁴³³. Nesse cenário, a instituição de uma agência policial em escala municipal se tornou profundamente útil para o poder público da cidade, uma vez que garantiria ao governo local um braço coercitivo, com maior autonomia, para a

⁴³¹ GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. Trad. Alyne Azuma. – 1º ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. p. 149-150.

⁴³² HARVEY, 2014, p. 33.

⁴³³ BONAN, 2017; VAINER, 2013.

condução das novas políticas urbanas e para a repressão das tentativas populares de resistência às políticas excludentes.

Aproveitando-se do cenário de “crise da segurança pública”, difundida não só pelas mídias, mas também por supostos especialistas da área, o poder público municipal incorporou os discursos das teorias criminológicas de “lei e ordem” e defendeu a instituição de uma agência de segurança pública própria, um aparato coercitivo municipal a controlar o ambiente urbano, que atendesse diretamente as suas demandas e trabalhasse de forma integrada com a Polícia Militar na prevenção e no combate aos pequenos delitos, qual seja, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Da década de 90 em diante, cada vez mais o poder público da cidade do Rio de Janeiro dirigiu esforços para produção asséptica e ordenada do espaço, criando e reforçando, para tanto, seu aparato coercitivo próprio, a Guarda Municipal. Assim, o poder público municipal integrou o falsário discurso do *full enforcement*. No entanto, na prática atuou de modo seletivo, tanto em relação às áreas específicas de intervenção (e seu modo dependendo da área) como em relação aos sujeitos alvos da vigilância e do controle rígido. Essa ampliação dos poderes e das prerrogativas de polícia e o reforço no combate as infrações de rua serviram principalmente para reprimir os precarizados, os excluídos, os marginalizados, sob o discurso de que um ambiente urbano ordeiro e higienizado auxiliaria a transformar o Rio de Janeiro em uma cidade mais segura. O argumento principal era de que toda e qualquer infração deveria ser perseguida pelo poder estatal, inclusive os pequenos delitos e as infrações administrativas.

Esse “corpo policial” municipal passou a ser dirigido principalmente para coibir o comércio ambulante. A política de “tolerância zero” executada pela GM-Rio tinha como alvo preferencial os trabalhadores que exerciam a atividade. Vejamos trecho de matéria publicada pelo jornal da Inverta, Cooperativa de Trabalhadores em Serviços Editoriais e Noticiosos:

A repressão aos trabalhadores informais, “a liberação das ruas” é o um dos carros-chefes da Prefeitura do Rio. E sua Guarda é instruída para isso; a prática tolerância zero, transplantada da Prefeitura de Nova Iorque, é aplicada ‘exemplarmente’ em cima dos camelôs. Que trabalham sob o sol de 40°, sobressaltados, com as mercadorias nas mãos ou nos para-quedas” a fim de escapar dos Homens de Cezar e seus cassetetes⁴³⁴.

⁴³⁴ COOPERATIVA INVERTA. **Passeata em solidariedade aos camelôs presos no Rio**. Por Gilka Sabino e ZF. Publicada em dezembro de 2003. Acervo MUCA-RJ.

Como é possível auferir, antes mesmo da gestão de Eduardo Paes, já no governo de César Maia encontramos registros de inspiração do poder público municipal carioca na política conduzida por Rudolph Giuliani, enquanto prefeito de Nova York no início da década de 90. Ocorre que o ex-prefeito estrangeiro comandava uma das maiores forças policiais municipais do mundo, em razão de um modelo de distribuição de competência da segurança pública completamente diverso do definido pela ordem constitucional brasileira. Assim, da primeira à última gestão de César Maia na Prefeitura, a Guarda Municipal atuou belicosamente contra os camelôs, supostamente em defesa da legalidade e em prol do ordenamento urbano, porém, a própria GM-Rio era sujeita à diversos questionamentos quanto a sua legalidade.

Embora a Lei Municipal nº 1.887/92, sancionada pelo prefeito Marcello Alencar, já criasse uma série de determinações autorizando o Poder Executivo à criação de uma Guarda Municipal, a corporação só foi oficialmente implementada e regulamentada através do Decreto Municipal nº 12.000 de 1993, com um forte discurso de integralização da segurança e segurança preventiva, causando profundas discussões a respeito da sua constitucionalidade. Trataremos a seguir dessa discussão.

A Constituição da República Federativa do Brasil trata da matéria e dos órgãos que compõem a Segurança Pública em seu artigo 144. O texto legal dispõe que são órgãos de segurança pública: “I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares; VI – polícias penais federal, estaduais e distrital”.⁴³⁵ Cabe explicar que as polícias penais foram inseridas somente no ano de 2019, por meio da Emenda Constitucional nº 104. Assim, a ordem constitucional nunca mencionou as Guardas Municipais como órgãos policiais vinculados a segurança pública propriamente dita, mas a sua previsão se encontra no §8º, do mesmo dispositivo constitucional, com o seguinte texto: os “Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”.⁴³⁶

O constitucionalista José Afonso da Silva, ainda no final da década de 80, explicou que:

⁴³⁵ BRASIL, 1988.

⁴³⁶ BRASIL, 1988.

Os constituintes recusaram várias propostas no sentido de instituir alguma forma de polícia municipal. Com isso, os Municípios não ficaram com nenhuma específica responsabilidade pela segurança pública. Ficaram com a responsabilidade por ela na medida em que sendo entidade estatal não podem eximir-se de ajuda aos Estados no cumprimento dessa função. Contudo, não se lhes autorizou a instituição de órgão policial de segurança e menos ainda de polícia judiciária⁴³⁷.

Conforme apontou o autor, em virtude das próprias discussões travadas na Assembleia Constituinte, a doutrina majoritária e a jurisprudência dominante passaram a compreender o rol dos incisos do artigo 144 da CRFB/88 como taxativo e a Guarda Municipal como um órgão *sui generis*, vinculado a administração pública indireta, com atribuições de polícia administrativa. Embora a Guarda Municipal tenha recebido atribuições no campo da segurança pública, qual seja, na promoção da ordem pública para a proteção dos bens, serviços e instalações dos municípios, o texto constitucional não a instituiu como órgão integrante da Segurança Pública propriamente dita. Nessa esteira de pensamento, também se posicionaram autores como Alvaro Lazzarini⁴³⁸, Toshio Mukai⁴³⁹ e Diogo de Figueiredo Moreira Neto⁴⁴⁰.

Ademais, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro foi constituída em contraste com a sua *forma jurídica*, não só extrapolando os limites normativos, como realizando verdadeiros desvios constitucionais. A leitura da Lei Municipal nº 1.887/1992 aponta que a origem da GM-Rio está numa cisão da Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB, destacando o seu corpo de vigilantes para a criação de uma empresa pública denominada Empresa Municipal de Vigilância, que, por meio de delegação, cumpriria a atividade-fim da Guarda Municipal. A referida lei municipal ainda previu diversas outras atribuições a essa empresa pública, para além daquelas definidas no texto constitucional, e normativas posteriores trataram de seguir ampliando os poderes da GM-Rio. Entre tais normas, o Decreto Municipal nº 17.931/1999 previu expressamente a atuação da Guarda Municipal na fiscalização e apreensão de mercadorias dos ambulantes e camelôs.

⁴³⁷ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989. p. 652.

⁴³⁸ LAZZARINI, Alvaro. Da Segurança Pública na Constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, v. 26, n. 104, out/dez, 1989. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181942>. Acesso em: 07 mar. 2023. p. 236 e et. seq.

⁴³⁹ MUKAI, Toshio. **Administração Pública na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva: 1989. p. 42.

⁴⁴⁰ NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1989. p. 358

O tema foi objeto de diversas críticas. A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGERJ) se posicionou, ainda em 1993, pela inconstitucionalidade da Lei 1.887/92, no Parecer nº 16/93 - PGERJ, de lavra do Procurador Milton Flaks. A posição exarada pela PGERJ foi de que os municípios teriam a faculdade de instituir a Guarda Municipal e a competência para organizá-la, no entanto, os seus limites de atribuições deveriam obedecer a ordem constitucional, às leis federais, naquilo que é competência privativa da União⁴⁴¹, e, sobretudo, às leis estaduais, considerando que “todos os demais poderes para dispor sobre segurança pública continuam remanescentes para os Estados, na forma do art. 25, §1º, da Constituição e de acordo [...] com a tradição republicana”⁴⁴². Desse modo, a Procuradoria considerou inconstitucional a ampliação das atribuições da Guarda Municipal, ainda que analógicas ou compatíveis, por meio de legislação municipal, no caso a Lei Municipal nº 1.887/92.

O referido parecer técnico ainda apontou *perplexidade*⁴⁴³ em relação a forma que a GM-Rio foi constituída, tendo em vista que o município do Rio de Janeiro a instituiu por meio de uma empresa de vigilância, que, embora fosse pública, estava sujeita ao regime de direito privado. Segundo a análise da PGERJ, a delegação do poder de polícia administrativa a uma entidade de direito privado, *ainda que constituída pelo Poder Público (empresa pública, sociedade de economia mista)* não seria constitucional. Nas palavras do Procurador Milton Flaks,

Incompreensível é que o Estado possa delegar a prática de atos executórios do poder de polícia, que pressupõem o *ius imperii*, a entidade de direito privado, ainda que por ele criada. É que, ao instituí-la, optando por atuar como personalidade de direito privado, o Estado se despe precisamente do seu poder de império, nivelando-se ao particular⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ Em matéria de segurança pública: “a) polícia federal e polícias rodoviárias e ferroviárias federais (CF, art. 22, XXII); b) empresas privadas e corpos orgânicos de vigilância que prestam serviços de custódia e transporte de valores de instituições financeiras (CF, art. 22, VI e VII); c) normais gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpo de bombeiros militares (CF, art. 22, XXI); d) sistema nacional de segurança pública, de modo a homogeneizar e coordenar a atuação dos órgãos previstos nas cinco alíneas do art. 144, da CF, a fim de garantir a eficiência de suas atividades (CF, art. 144, §7º);”

⁴⁴² FLAKS, Milton. Parecer n.º 16/93. Processo n.º E-14/31.956/93. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, v. 47, 1994. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MjgwNA%2C%2C>. Acesso em: 04 mar. 2023. p. 142.

⁴⁴³ FLAKS, 1994, p. 144.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 145.

A confusa redação da Lei Municipal 1.887/92 chamou a atenção do Procurador, que exarou a seguinte interpretação:

No afã de legitimar atribuições não previstas, quer na Constituição, quer na Lei Orgânica do Município, o legislador municipal pretendeu, ao que parece, criar duas corporações distintas dentro da mesma empresa pública, ambas sob o comando único e sujeitas à idêntica disciplina: a guarda municipal propriamente dita e um corpo de vigilantes privados⁴⁴⁵.

Embora o citado parecer técnico da PGERJ não questionasse a atuação da Guarda Municipal na repressão do comércio ambulante, em virtude da garantia da autoexecutoriedade dos atos administrativos – no caso a coibição da ocupação dos logradouros públicos pelo comércio irregular –, certo é que considerou que a Prefeitura do Rio de Janeiro tratou de criar, contrariando a ordem constitucional, um estranho corpo híbrido com força policial, por meio de uma entidade de direito privado, para executar funções que não são atinentes à exploração de atividade econômica.

A duvidosa natureza jurídica da Guarda Municipal do Rio de Janeiro gerou discussões a respeito dos limites de sua competência, que se estenderam ao longo dos anos. Uma década após a sua criação, no ano de 2003, a Lei Municipal nº 1.876/92 foi questionada por duas representações por inconstitucionalidade propostas pela Procuradoria Geral de Justiça e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB)⁴⁴⁶, que trataram de discutir, no núcleo das ações, a (im)possibilidade das aplicações de multas pela Guarda Municipal. Em 2007, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro julgou as representações, decidindo pela constitucionalidade da referida norma. No entanto, a questão relativa à inadequação da *forma jurídica* da GM-Rio não havia sido, de todo, solucionada.

Ainda em 2003, havia sido aprovada a Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 16, inserindo em seu artigo 30, inciso VII, texto que incluía a Guarda Municipal, à época, este estranho corpo híbrido gerido por uma entidade de direito privado, na Administração Direta do Município. No entanto, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro declarou a inconstitucionalidade da referida emenda, por meio do julgamento da RI nº 170/2003.

⁴⁴⁵ Ibid., p. 147.

⁴⁴⁶ Processos n.º 2003.007.00109 e 2003.007.00146 no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Apesar dessas contradições no plano jurídico, a Guarda Municipal carioca não deixou de ser reforçada, ao contrário, se despenderam fortes investimentos na sua expansão e estruturas. Segundo o Jornal A Nova Democracia, já em dezembro de 2003, a Guarda Municipal possuía a seguinte estrutura:

[...] Criada por César Maia há dez anos, conta agora com mais de cinco mil guardas e se divide em oito grupamentos especiais: Grupamento de Apoio ao Turista (GAT), Grupamento de Ronda Escolar (GRE), Grupamento de Cães da Guarda (GCG), Grupamento de Ações Especiais (GAE), Grupamento Tático Móvel (GTM), Grupamento de Defesa Ambiental (GDA), Grupamento Especial da Praia (GEP) e Coordenadoria de Trânsito (Ctran). São justamente o GAE e o GTM que se envolvem diretamente na repressão aos trabalhadores⁴⁴⁷.

Nesse período, houve também um investimento em equipamentos bélicos para as operações dos guardas municipais:

[...] “os guardas do GAE – assim como os do GTM – utilizam equipamentos de proteção, como coletes antitímpano feitos de policarbonato e revestidos com lona para amenizar a força dos golpes. Eles usam ainda capacetes de fibra de carbono com protetor de nuca, caneleiras, cotoveleiras, bastão longo e tonfa, também um tipo de bastão, só que com recursos para dar mais agilidade, articulação e mobilidade ao guarda nas técnicas de defesa e imobilização”, como informa o sítio [da prefeitura]⁴⁴⁸.

Somente em 2009, o prefeito Eduardo Paes, em exercício no seu primeiro mandato, sancionou a Lei Complementar nº 100, extinguindo a Empresa Municipal de Vigilância S.A. e criando a autarquia denominada Guarda Municipal na estrutura da Administração Indireta, o que selou, pelo menos, a discussão acerca da inconstitucionalidade proveniente de uma guarda administrada por entidade de direito privado. Com a referida normativa, Paes tratou de estabelecer reforços contundentes à GM-Rio, estabelecendo um novo rol de funções institucionais, a transferência de patrimônio e o regime jurídico dos servidores e cargos. Entre as missões institucionais da GM-Rio se determinou, no artigo 2º, inciso XII, da LC nº 100/2009, “vigiar os espaços públicos, tornando-os mais seguros em colaboração com os órgãos responsáveis pela segurança pública em nível federal ou estadual”⁴⁴⁹, incorporando a retórica de uma espécie de segurança preventiva e integrada.

⁴⁴⁷ OLIVEIRA, João Henrique. É a prefeitura que agride os camelôs no Rio. **A Nova Democracia**, dez. 2003, p. 16. [Violência Policial contra o povo]. Acervo MUCA. Grifos do autor.

⁴⁴⁸ Ibid.

⁴⁴⁹ RIO DE JANEIRO [município]. **Lei Complementar n.º 100, de 15 de outubro de outubro de 2009**. Extingue a Empresa Municipal de Vigilância S.A., cria a autarquia denominada guarda municipal na estrutura da administração indireta e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2009. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2009/10/100/lei-complementar-n-100-2009-extingue-a-empresa-municipal-de->

As aspirações do poder público municipal encontraram abrigo em um deslocamento conceitual da segurança pública, gestado desde a década de 90 e intensificado na virada dos anos 2000, qual seja,

uma nova concepção de cooperação e de co-responsabilidade dos três níveis de poder, federal, estadual e municipal, na formulação de políticas de Segurança Pública e a criação ou a ampliação de diferentes instituições, ou regulamentações consideradas relevantes para a segurança dos municípios⁴⁵⁰.

Desse modo, a Prefeitura carioca encontrou respaldo na tendência de discursos científicos da segurança pública no cenário nacional e de um recente arcabouço normativo e institucional.

Em 1997, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), pelo Decreto nº 2.315/97. A pasta, subordinada ao Ministério da Justiça, teve sua estrutura regimental estabelecida pelo Decreto nº 4.720/2003, assumindo uma perspectiva de segurança integrada entre os diferentes entes federativos, incluindo os municípios. Conforme explica a pesquisadora Kátia Sento Sé Mello,

O ano de 2000 foi marcante pela implementação de algumas iniciativas que conferiram singularidade não somente ao segundo mandato do governo FHC – presidente do Brasil entre 1995 e 2002 –, mas que iriam se alargar durante a gestão do governo Lula e publicizar a participação dos municípios no debate sobre segurança pública: o Plano Nacional de Segurança Pública e o Plano de Prevenção da Violência Urbana (Piaps). Este último, gerenciado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, reunia projetos do governo federal para regiões consideradas violentas. Era com as prefeituras que o Piaps entrava em contato para a viabilização de projetos e recursos federais, reconhecendo claramente a relevância do governo local na prevenção da criminalidade⁴⁵¹.

Em 2005 a SENASP editou um Guia para a prevenção do crime e da violência nos municípios e nele reconheceu que

O município tem um papel fundamental na atuação da prevenção da violência e criminalidade, que consiste na realização de ações que visam reduzir os fatores de risco e aumentar os de proteção, que afetam a incidência do crime e da violência e seu impacto sobre os indivíduos, famílias, grupos e comunidades, especialmente em locais (bairros/regiões) e junto a grupos em situação de vulnerabilidade criminal.⁴⁵²

vigilancia-s-a-cria-a-autarquia-denominada-guarda-municipal-na-estrutura-da-administracao-indireta-e-da-outras-providencias. Acesso em; 07 mar. 2023.

⁴⁵⁰ MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs**. Niterói: Editora da UFF, 2011. p. 56.

⁴⁵¹ MELLO, 2011, p. 58.

⁴⁵² BRASIL. Ministério da Justiça. **Guia para prevenção do crime e da violência nos municípios**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2005.

Desde então, as Guardas Municipais vêm sendo incluídas nos Planos Nacionais de Segurança Pública implementados pelo Poder Executivo federal, fortalecendo cada vez mais o discurso de que o órgão seria integrante das forças de segurança pública.

Além de instituir a nova GM-Rio, por meio da Lei Complementar nº 100, ainda no ano de 2009, o prefeito Eduardo Paes tratou de estabelecer uma política de segurança pública maquiada pelo vago conceito de “ordem pública”, demarcando a nova linha política no Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012 (o Rio “Pós-2016”), que tinha como missão a preparação da cidade para as Olimpíadas de 2016. No referido documento trouxe as seguintes diretrizes: (i) ampliar as ações de ordenamento do espaço público através da integração dos diversos órgãos municipais e de parcerias com outras esferas de governo; (ii) coibir novas ocupações ilegais e a expansão horizontal ou vertical das comunidades estabelecidas, a partir do uso efetivo de ecolimites e de um monitoramento aerofotográfico constante; (iii) reformar, reequipar e aumentar o efetivo da Guarda Municipal; e (iv) multiplicar o uso de câmeras de vigilância a fim de garantir uma ação mais efetiva da Guarda Municipal e das forças de segurança que atuam na cidade⁴⁵³.

Conforme analisado em pesquisa anterior,

O planejamento trouxe um diagnóstico realizado pelo poder público que proclamava que a cidade do Rio de Janeiro vinha sofrendo com a ocupação desordenada dos espaços públicos, pelos transportes, estacionamentos, publicidades, construções e negócios irregulares na cidade (destacando o comércio ambulante), e que esse cenário de proliferação da desordem urbana e ilegalidade favoreceria a ocorrência de pequenos delitos e uma maior criminalidade. Para lidar com essa situação o poder público municipal decidiu implementar a política de Choque de Ordem com três eixos de iniciativas estratégicas, sendo elas as ações de ordenamento, a modernização da Guarda Municipal e a implementação de uma forte rede de câmeras de vigilância. O projeto previa o fortalecimento das ações de fiscalização e monitoramento da ordem pública e do controle urbano, através do aperfeiçoamento e automatização de rotinas de fiscalização, informatização de processos, uso de tecnologia móvel e implementação de uma base única de dados cadastrais. Além disso, consistia em ampliar a abrangência de atuação da Guarda Municipal, aumentar o seu efetivo, modernizar seus procedimentos e sua infraestrutura (inspetorias e Centro de Controle Operacional – CCO), através da renovação da frota de veículos, sistemas de informação e aquisição de armas ditas “não-letais”. Entre os resultados esperados estavam a restauração da ordem pública na cidade, o fomento a uma

⁴⁵³ RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. **Plano Estratégico do Rio de Janeiro 2009-2012. Pós 2016: O Rio mais Integrado e Competitivo**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2009^a.

suposta cultura de “civilidade”, a melhoria da eficiência da Guarda Municipal, a redução da ilegalidade e o aumento da sensação de segurança da população⁴⁵⁴.

Aderindo a uma política de assepsia do ordenamento urbano, publicizada como uma participação da Prefeitura no campo da segurança pública, Eduardo Paes articulou sua linha política de “tolerância zero”, instituída pelo “Choque de Ordem” por meio do Decreto 30.339/2009, com o governo estadual, à época representado pelo então governador Sérgio Cabral – atualmente preso em razão de condenações por diversos crimes contra a administração pública, incluindo o delito de corrupção. Visando à preparação do Rio de Janeiro para a recepção dos megaeventos, Cabral tratou de contratar a empresa de consultoria do ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, para desenhar as novas políticas de segurança pública, tendo afirmado que

“Nós temos o trabalho dele como referência, já que muito do conceito das nossas RISP (Regiões Integradas de Segurança Pública) foi baseado no modelo que ele criou para Nova York e que se mantém até hoje. Ele é um grande especialista no assunto. Pegou Nova York, em 1992, com índices altíssimos de criminalidade, e entregou a cidade, em 2000, com índices extraordinários para a população, o que o consagrou como o grande prefeito da história de Nova York”, disse.⁴⁵⁵

Na passagem de Rudolph Giuliani ao Rio de Janeiro, em dezembro de 2009, o prefeito Eduardo Paes o acompanhou em uma visita à sede da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, o Batalhão localizado em São Cristóvão, ao lado do então Secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, e do, à época, comandante da guarda do Rio, Ricardo Pacheco⁴⁵⁶, um evento simbólico da política que se anunciava.

A política de “Choque de Ordem” implementada pela Prefeitura, com apoio contundente de diferentes esferas do poder público, passou a causar preocupação diante dos muitos relatos de violência envolvendo os agentes da Guarda Municipal, em especial contra os trabalhadores ambulantes. Os fatos levaram o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a instaurar, por intermédio da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania, o Inquérito Civil nº 11.499, posteriormente desmembrado, com vistas a apurar os efeitos do denominado

⁴⁵⁴ BONAN, 2017, p. 123.

⁴⁵⁵ GOVERNO do Rio contrata ex-prefeito de Nova York para ajudar na segurança. **G1**, Rio de Janeiro, 03 dez. 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL1402463-5606,00-GOVERNO+DO+RIO+CONTRATA+EXPREFEITO+DE+NOVA+YORK+PARA+AJUDAR+N A+SEGURANCA.html>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁴⁵⁶ GOVERNO, 2009.

“Choque de Ordem”, sobre os vendedores ambulantes da Cidade do Rio de Janeiro⁴⁵⁷.

Em 2011, como mencionado no primeiro tópico deste capítulo, a Prefeitura carioca reorganizou a estrutura da Guarda Municipal, criando as Unidades de Ordem Pública (UOP), garantindo, assim, patrulhamento fixo em áreas específicas da cidade, com especial atenção ao centro e a zona sul. No mesmo ano ocorreu também a criação do Grupamento de Operações Especiais (GOE) da Guarda Municipal, principal grupamento operativo nas grandes ações de repressão ao comércio ambulante por parte da GM-Rio. Segundo o próprio Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, essa força de elite da Guarda Municipal assumiu a violência como um método⁴⁵⁸, realizando operações truculentas na cidade. Conforme apurado pelo *Parquet*,

O treinamento do "BOPE" da Guarda Municipal, de seus "homens de preto", se dá de acordo com os mesmos métodos utilizados pelas forças policiais de elite, conforme se vê do vídeo postado pela Guarda Municipal em seu sítio. As imagens mostram dezenas de Guardas correndo em fila, ao mesmo tempo em que cantam o sugestivo hino: "TIRO E BOMBA NO CENTRO DA CIDADE ... NÓIS SE PREPARA PARA A REALIDADE!" [...] De notar-se que a comparação com o BOPE da Polícia Militar é feita pelo próprio Inspetor Carlos Cristo, Comandante do GOE: "COMO O BOPE É PARA O GOVERNO DO ESTADO, O GOE SERÁ PARA O MUNICÍPIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. OU SEJA, O EXECUTIVO VAI TER NA MÃO UM EFETIVO PRONTO PARA AGIR EM QUALQUER SITUAÇÃO".⁴⁵⁹

O texto acima foi extraído da Ação Civil Pública (ACP) nº 0183579-89.2013.8.19.0001, ajuizada em 29 de maio de 2013, pela 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro em face da Guarda Municipal e do Município do Rio de Janeiro, resultante do Inquérito Civil nº 11.499 citado anteriormente.

Nesta ação judicial, ainda pendente de julgamento, o Ministério Público originalmente contestou tanto o desvio de função e de competência da Guarda Municipal na fiscalização das atividades econômicas do mercado informal, em especial do comércio ambulante, como o porte de armas ditas “não-letais” (inclusive contestando essa não letalidade) na atuação da Guarda Municipal. O

⁴⁵⁷ RIO DE JANEIRO [estado]. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001**. Rio de Janeiro: TJRJ, 2013a. p. 3.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 9.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 9-10.

Parquet ressaltou ainda a reiterada violência das ações da corporação frente aos camelôs e as múltiplas violações de seus direitos humanos.

Segundo a petição inicial, o “Choque de Ordem” representou um escalonamento da militarização do controle urbano, uma linha de política urbanística adotada pela Prefeitura, que passou a executar atos de “limpeza social”, bem como a extrapolar suas competências no âmbito da distribuição da segurança pública. O reforço das forças coercitivas do município do Rio de Janeiro foi expressivo:

Para que se tenha uma ideia da potência do braço militarizado do Município e da prioridade dada pela Administração aos imperativos de "ordem", o atual efetivo da Guarda Municipal corresponde ao de alguns Batalhões de Polícia Militar reunidos e é, por exemplo, superior ao número de professores municipais do ensino pré-escolar. 4 Trata-se de uma das maiores Guardas Municipais do País. Só no Centro da Cidade, são 469 Guardas Municipais com atuação ininterrupta (24 horas por dia, toda a semana), munidos de radiotransmissores, smartphones acoplados a mini-impressoras, diversas viaturas e motos e armas "não-letais" (cassetetes, pistolas a laser e sprays de pimenta). Seu orçamento, em 2013, é da ordem de R\$ 345.573.944,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta e quatro reais - doc. anexo), superior, por exemplo, ao orçamento das Secretarias Municipais de Administração, Fazenda, Urbanismo, Meio Ambientes, Esporte e Lazer, Trabalho e Emprego, Transportes, Cultura, Turismo, Ciência e Tecnologia e Proteção e Defesa do Consumidor. Se comparado ao orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, o orçamento da Guarda é inferior em apenas 10%.⁴⁶⁰

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ainda observou que esse reforço direcionado à Guarda Municipal e esse aumento do uso da violência contra os trabalhadores ambulantes foi turbinado pelos preparativos para a recepção dos megaeventos na cidade, em especial à Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, tendo inclusive chamado a atenção das autoridades internacionais:

[...] tem-se que a sociedade carioca como um todo se vê afrontada pelas violentas e custosas operações realizadas pela Guarda Municipal, estando fartamente demonstrado que tais ações afastaram-se da legalidade, da proporcionalidade, da necessidade e da moderação, assumindo o nítido propósito de amedrontar, humilhar e expulsar aqueles que mercadejam de forma ambulante no Rio de Janeiro. Tais ações, custeadas por recursos públicos oriundos da sociedade, representam grave violação aos valores fundamentais do Estado Democrático de Direito e sinalizam, inclusive em âmbito internacional, que, em nossa Cidade, segmentos pobres e excluídos podem ser humilhados, agredidos e violentados. Nesse sentido, inclusive, são as recentes declarações da Comissão de Direitos Humanos da ONU, em inspeção realizada em nossa Cidade:

"ONU teme "limpeza social" por causa das Olimpíadas no Rio. A afirmação é da comissão de Direitos Humanos, em visita ao Brasil. Ela advertiu sobre o risco de

⁴⁶⁰ RIO DE JANEIRO [estado], 2013b, p. 7-8.

"limpar as ruas" para a Copa do Mundo de 2014 e para as competições olímpicas de 2016. E falou sobre o perigo do uso "excessivo" da força. [...] Seu diagnóstico é implacável: "Existe um vínculo direto entre a segurança e os direitos humanos"⁴⁶¹

Um dos debates centrais se tornou a questão do armamento dos agentes da GM-Rio, tanto com relação às armas ditas “não letais”, quanto em relação às armas de fogo. Isso porque no Município do Rio de Janeiro havia vedação expressa do uso de armas, de qualquer natureza, pelas guardas municipais, conforme texto anterior da Lei Orgânica Municipal: “Art. 30: [...]VII - instituir, conforme a Lei dispuser, guardas municipais especializadas, que não façam uso de armas, destinadas a [...]”⁴⁶². Não por isso o poder público deixou de investir e armar a GM-Rio com as armas ditas “não letais”, como o caso do *spray* de pimenta, usado desde dezembro de 2003⁴⁶³. A política de “Choque de Ordem” de Eduardo Paes intensificou esse processo. Entre 2009 e 2013, o poder público municipal armou a GM-Rio com armas “menos letais”, sem respaldo legal, causando preocupação ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Em 14 de junho de 2013, a Prefeitura informou ao Juízo, por meio da Procuradoria Geral do Município, nos autos da ACP nº 0183579-89.2013.8.19.0001, que teria sido sancionada a Lei Complementar Municipal nº 129, dispondo sobre o uso de armas não letais pela Guarda Municipal do Rio de Janeiro. No entanto, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro chamou à atenção de que se tratava de uma manobra jurídica para induzir o Juízo a erro, pois o veto do Chefe do Executivo Municipal só foi analisado pelo Legislativo posteriormente, em 06 de agosto de 2013⁴⁶⁴.

A Prefeitura ainda alegou que

O uso de equipamentos de proteção pela GUARDA MUNICIPAL está formalmente regulado em Convênio celebrado com a União Federal no âmbito de programa destinado ao enfrentamento da violência urbana, PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – e tem expressa autorização do Exército Brasileiro, instituição com competência para dispor sobre o uso de armas não letais.⁴⁶⁵

⁴⁶¹ RIO DE JANEIRO [estado], 2013b, p. 57-59.

⁴⁶² RIO DE JANEIRO, 1990.

⁴⁶³ CI EMV/GM-RIO/DOP n.º 634/2009, 3 de junho de 2009. Documento acostado na Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001, TJRJ. RIO DE JANEIRO [estado], 2013b, p. 126.

⁴⁶⁴ RIO DE JANEIRO [estado], 2013b, p. 273.

⁴⁶⁵ RIO DE JANEIRO [município], 2013a, p. 95.

A Prefeitura se referia ao Convênio SENASP/MJ nº 039/2009 firmado com o governo federal, por intermédio do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de “qualificar” a ação preventiva e repressiva contra o comércio ambulante ilegal e viabilizar a aquisição de equipamentos supostamente “não letais”. A Nota Técnica (proposta 051782/2009) do PRONASCI, favorável a celebração do convênio, concluía que:

Após a análise da proposta, recomendamos que os investimentos em tecnologias de baixa letalidade, focalizem preferencialmente em equipamentos de defesa pessoal e armas de baixa letalidade de uso individual e comum, visando apenas defesa própria e de terceiros, conforme item 4.1.

Não existe impedimento legal ou técnico para que o município utilize tecnologias constantes no item 4.2. Todavia vale ressaltar que atribuições referentes ao controle de distúrbios e enfrentamentos são ações de lato (não será alto?) risco e exigem treinamento especializado e acúmulo de experiência. O uso deve ser restrito a grupos especializados e mediante rigoroso controle.

Quanto o poder de repressão do município para exercer o ordenamento do solo e consequentes conflitos com ambulantes, nota-se que investimentos são fundamentais, porém com enfoque não apenas na aquisição de tecnologias de baixa letalidade, mas também na mediação pacífica de conflitos⁴⁶⁶.

Ocorre que na realidade o grupo especializado da GM-Rio, seja o Grupamento de Ações Especiais (GAE), que opera desde 2002, seja o Grupamento de Operações Especiais (GOE), a tal tropa de elite criada em 2011, não vêm obedecendo as recomendações de enfoque na mediação pacífica. E, ao contrário de utilizar as tecnologias “menos letais” para defesa pessoal ou de outrem, as estão utilizando para agredir reiteradamente os trabalhadores ambulantes, como relatado fartamente nessa pesquisa. O próprio Ministério Público Estadual apontou, à época, que o uso das armas “menos letais” pela GM-Rio não cumpria as diretrizes de legalidade, de necessidade, de proporcionalidade, de moderação e de respeito aos direitos humanos, que vinham elencadas no Anexo I da Portaria Interministerial nº 4.226/2010, que disciplinava o uso da força e o emprego de armamentos⁴⁶⁷.

Em setembro de 2013, a 22ª Câmara Cível do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro concedeu uma liminar na referida ação civil pública para a suspensão do uso das tecnologias “não letais”. O pedido de liminar havia sido originalmente negado pelo Juízo de 1º grau, a 6ª Vara de Fazenda Pública da Capital. No entanto, em recurso de Agravo de Instrumento, o Ministério Público Estadual logrou obter

⁴⁶⁶ RIO DE JANEIRO [município], 2013a, p. 96.

⁴⁶⁷ Ibid., p. 14-21.

a tutela de emergência para vedar aos Guardas Municipais a utilização de armas “não-letais”, entendendo o Juízo não ser necessário mencionar as armas de fogo, por determinação expressa na lei. A decisão do Tribunal, em unanimidade, deu provimento ao agravo para conceder parcialmente a tutela jurisdicional pleiteada, nos seguintes termos:

Agravo de Instrumento. Ação Civil Pública. Pedido liminar, no sentido de afastar os agentes da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, do serviço de fiscalização de ambulantes, sendo estes obstados a apreender mercadorias. Uso de armas não letais tasers e spray de pimenta que merece ser coibido, diante do poder ofensivo que pode causar sobre a população. Necessidade de maior capacitação e cursos de especialização pelos Agentes. Recurso parcialmente provido.⁴⁶⁸

Todavia, a GM-Rio seguiu utilizando outras armas supostamente “não letais”, não citadas expressamente na decisão judicial, como o uso de bombas de efeito moral e armas de disparo de bala de borracha. Em razão de diversas notícias de novos casos de violência e de utilização de armas “menos letais” por parte da GM-Rio, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, requereu, em agosto de 2015, sua habilitação como assistente litisconsorcial nos autos da Ação Civil Pública nº 0183579-89.2013.8.19.0001, tratando de informar o Juízo o descumprimento reiterado da decisão judicial que concedeu a medida liminar⁴⁶⁹.

Resulta que o uso de armas “menos letais” se tornou uma diretriz para a segurança pública nacional, considerando que essas novas tecnologias viriam para substituir as armas letais (tradicionais) e impactar na redução de letalidade das próprias forças de segurança pública. É o que está disposto na Lei Federal nº 13.060, promulgada em 22 de dezembro de 2014, e que disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. O artigo 4º da lei especificou que “consideram-se instrumentos de menor potencial ofensivo aqueles projetados especificamente para, com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes, conter, debilitar ou

⁴⁶⁸ RIO DE JANEIRO [estado]. Tribunal de Justiça (22. Câmara Cível). **Agravo de Instrumento n.º 0034809-60.2013.8.19.0000**. Agravante: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Agravados: Guarda Municipal do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro, Relator: Des. Carlos Eduardo Moreira da Silva, 26 set. 2013c. Disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/EJURIS/ProcessarConsJuris.aspx?PageSeq=0&Version=1.1.19.0>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁴⁶⁹ RIO DE JANEIRO [estado]. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. **Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001**. Rio de Janeiro: TJRJ, 2013b. p. 484-518.

incapacitar temporariamente pessoas”⁴⁷⁰. Já o artigo 2º da mesma norma, pontuou que as forças de segurança pública deveriam priorizar o uso desses instrumentos, alternativos às armas de maior potencial lesivo.

No entanto, embora o texto legal refira-se à um uso racional e proporcional da força, o que tem se visto na prática é o uso desmensurado das armas ditas “não letais”, em ocasiões em que antes sequer se usariam armas. Isto é, em vez dessas tecnologias serem incorporadas para uso alternativo, passaram a ser utilizada como uso complementar, ampliando ainda mais o poder bélico das forças de segurança.

As tentativas de garantir o uso dessas armas ditas “não letais” e até mesmo de armas de fogo, por parte da base do Executivo no Legislativo, foram muitas. A matéria foi objeto de um Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal, posteriormente arquivado, o PELOM nº 15/2010, de autoria do então vereador Chiquinho Brazão, que pretendia realizar a seguinte alteração no artigo 30, inciso VII, da referida norma:

Art. 1º - O Inciso VII do Art. 30 da Lei Orgânica passara a vigorar com a seguinte redação, acrescido da alínea “ f ”.

Art.30.

VII – instituir, conforme a Lei dispuser guardas municipais especializadas, integrantes da Administração Pública Direta, destinadas a:

f) apoiar com a utilização de armas não-letais a execução das suas atribuições relacionadas nos itens deste inciso, conforme a necessidade de intervenção a ser realizada, de acordo a estrita determinação do comando superior.” (NR)⁴⁷¹

Já em 2013 o, à época, vereador Jorge Manaia, propôs o projeto de lei complementar nº 14/2013 a fim de regulamentar o uso das armas ditas “não-letais” pela Guarda Municipal. No ano seguinte, surgiu o Projeto de Emenda à Lei Orgânica (PELOM) nº 16/2014, de autoria do então vereador Jorge Felipe, visando inserir um parágrafo único no artigo 30, inciso VIII da referida lei com o seguinte texto:

⁴⁷⁰ BRASIL. **Lei Federal n.º 13.060, de 22 de dezembro 2014**. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13060.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁴⁷¹ RIO DE JANEIRO [município]. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 15/2010**. Altera dispositivos da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2010b. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/e156baa31cae7158832566ec0018d83c/7693f09b064e9ddd832577e4005deec7?OpenDocument&CollapseView>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Para os efeitos do inciso VII deste artigo, assegurar-se-á aos guardas municipais o uso de armas de potencial ofensivo não letal destinadas apenas a evitar ações de agressões aos agentes de segurança pública e debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas em flagrante delito.⁴⁷²

Os então vereadores Jones Moura, Thiago K. Ribeiro, Dr. Jairinho, Junior Da Lucinha, Carlos Bolsonaro, Renato Moura, Alexandre Arraes, Rosa Fernandes e Rafael Aloisio Freitas propuseram uma emenda a esse projeto, buscando autorizar o uso também de armas de fogo.

Nesse mesmo sentido, Carlos Bolsonaro apresentou o PELOM nº 29/2015, com o objetivo de retirar qualquer menção sobre armas da redação do artigo 30, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, a proposta terminou arquivada. Já o vereador Jonas Moura, apresentou o PELOM nº 12/2017, também arquivado, que trazia a propositura do seguinte texto:

Art. 1º Fica modificado o inciso VII do art. 30 da Lei Orgânica Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. Compete ao Município:

[...]

VII – instituir guarda municipal especializada, de caráter civil, uniformizada e armada, conforme previsto em Lei Federal, destinadas a [...].⁴⁷³

No ano de 2017, enfim, a base do governo municipal na Câmara Municipal do Rio de Janeiro logrou aprovar um substitutivo do PELOM nº 16/2014, promulgando a Emenda à Lei Orgânica nº 28, de 21 de junho de 2017, estabelecendo o seguinte texto, em vigência:

Art. 1º O art. 30 da Lei Orgânica do Município passa a vigor pelas disposições que se seguem, com o acréscimo do parágrafo único:

Art. 30.

[...]

VII - instituir, conforme a lei dispuser, guardas municipais especializadas, que não façam uso de armas de fogo, destinadas a [...].⁴⁷⁴

⁴⁷² RIO DE JANEIRO [município]. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 16/2014**. Altera a redação do inciso VII e acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei Orgânica do Município. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2014. Disponível em: <http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/processo-legislativo/legislatura-9/pelom>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁴⁷³ RIO DE JANEIRO [município]. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 12/2017**. Modifica o inciso VII do art. 30 da Lei Orgânica Municipal, suprimindo o termo "que não façam uso de armas". Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2017b. Disponível em: <http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/processo-legislativo/legislatura-10/pelom>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁴⁷⁴ RIO DE JANEIRO [município]. **Emenda à Lei Orgânica n.º 28/2017**. Altera a redação do inciso VII e acrescenta Parágrafo único ao art. 30 da Lei Orgânica do Município. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2017c. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=345536>. Acesso em: 07 mar. 2023.

À época da votação, a bancada municipal do Partido Socialismo e Liberdade na Câmara dos Vereadores empregou forte resistência a permissão do armamento não-letal, tendo em junho divulgado a nota “O camelô é quem vai sofrer”. A articulação do partido ajudou a evitar, já naquela ocasião, a aprovação do emprego das armas de fogo. A vereadora Marielle Franco, então, se pronunciou: “Mais armas vulnerabilizam o cidadão e não colocam nem o guarda nem o carioca em segurança. Espero que não se utilizem do medo e da sensação de fragilidade da sociedade para nos expor ainda mais”⁴⁷⁵.

Após a aprovação do novo texto legal, a Prefeitura logrou derrubar a liminar que vedava o uso de armas de menor potencial ofensivo pelos agentes da GM-Rio. No entanto, seguiram as tentativas de autorizar o uso de armas de fogo por agentes desse órgão. Nesse sentido, ainda está em tramitação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o PELOM nº 23/2018, de autoria do vereador Jones Moura, com vistas a autorizar o armamento da GM-Rio, a partir da seguinte alteração normativa:

Art. 1º Fica modificado o inciso VII do art. 30. da Lei Orgânica Municipal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. Compete ao Município:

[...]

VII – instituir, conforme a lei dispuser, guardas municipais especializadas, de caráter civil, uniformizadas e que façam uso de armas de fogo no patrulhamento preventivo urbano, destinadas a:

[...]

Art. 2º Acrescenta os §§ 2º e 3º, renumerando o atual parágrafo único, com as seguintes redações:

§ 2º São garantidos aos guardas municipais a capacitação e o respectivo treinamento para a utilização da arma de fogo, bem como dos equipamentos de menor potencial ofensivo.

§ 3º A Guarda Municipal deverá emitir carteira de identidade funcional aos seus agentes, com fê pública e validade em todo território nacional, fazendo constar a devida autorização do porte de arma de fogo.” (NR)⁴⁷⁶

Ocorre que, desde a promulgação da Lei Federal nº 10.816/2003, o Estatuto do Desarmamento, há previsão que permite porte de armas aos integrantes da guarda municipal com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes, quando em

⁴⁷⁵ MARINATTO, Luã. Secretário de Ordem Pública do Rio diz que guardas usarão pistola até 2018. **O Globo**, 15 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/secretario-de-ordem-publica-do-rio-diz-que-guardas-usarao-pistola-ate-2018-21948404>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁴⁷⁶ RIO DE JANEIRO [município]. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 23/2018**. Altera a redação do inciso vii do art. 30 da lei orgânica Municipal e acrescenta o §§ 2º e 3º, renumerando o atual parágrafo único. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2018c. Disponível em: <http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/processo-legislativo/legislatura-10/pelom>. Acesso em: 07 mar. 2023.

serviço, conforme artigo 6º, inciso IV, da referida norma. O texto legal foi posteriormente revisado pela Medida Provisória nº 157/2003 e pela Lei Federal nº 10.867/2004, para redefinir os limites para mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes. O referido dispositivo normativo foi alvo de diversas ações no Supremo Tribunal Federal, questionando a sua constitucionalidade, tais como Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5948 e 5538, ajuizadas, respectivamente, pelos partidos Democratas (DEM) e Verde (PV), e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 38, ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Porém, as demandas buscavam, em seu núcleo central, derrubar os limites estabelecidos pela norma – objetivo que foi alcançado somente em 2018.

A busca incessante pelo armamento da GM-Rio foi também impulsionada pela aprovação da Lei Federal nº 13.022/2014. A instituição do Estatuto Geral das Guardas Municipais, embora tenha sido uma conquista desses servidores, estabeleceu diversos dispositivos reforçando a narrativa de que tais agentes integrariam a segurança pública propriamente dita, em especial no que se refere a previsão de armamento ostensivo, tais como armas de fogo. A nova normativa trouxe o seguinte texto legal:

art. 16. Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei. Parágrafo único. Suspende-se o direito ao porte de arma de fogo em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente.⁴⁷⁷

Assim, a referida lei ampliou o amparo normativo das tratativas do poder público carioca em equipar a Guarda Municipal com armas de fogo.

Essa insistência em implementar o uso de armas de fogo na GM-Rio está diretamente conectada à pretensão do Executivo Municipal em participar ativamente do policiamento ostensivo urbano, extrapolando as competências constitucionais determinadas pelo artigo 144, *caput* e §8º da Constituição Federal de 1988. Esse objetivo fica evidente nas próprias declarações veiculadas por representantes da prefeitura. Em 2017, o então Secretário de Ordem Pública da

⁴⁷⁷ BRASIL. **Lei n.º 13.022, de 8 de agosto de 2014.** Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Brasília, DF: Presidência da República, 2014b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.

gestão de Marcelo Crivella, o coronel da reserva Paulo César Amêndola⁴⁷⁸, deu a seguinte declaração:

O prefeito [Crivella] no começo era contra, embora fosse favorável a usar os equipamentos não-letais, mas hoje já autorizou. O guarda tem que ter capacidade total, e não parcial, de superar as situações de violência com as quais pode se confrontar na cidade. Se o bandido comete o crime com arma de fogo, como o guarda municipal vai transpor esse desafio? Só com meios idênticos ao do marginal.⁴⁷⁹

Há muitas perguntas a serem feitas diante desse pronunciamento, como o que seria “transpor esse desafio”? Ou ainda quem seriam esses “bandidos” ou “marginais” a serem confrontados pela GM-Rio? Mas aqui cabe ressaltar, apesar do combate à criminalidade não ser a função constitucional da Guarda Municipal, a evidente afirmação desta como órgão integrante da segurança pública propriamente dita e da possibilidade da cooperação dos Municípios no policiamento ostensivo.

A Secretaria de Ordem Pública do Município do Rio de Janeiro passou inclusive a elaborar planejamentos estratégicos de segurança pública. Na gestão de Marcelo Crivella na Prefeitura chegou a ser criado, em 2017, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), com vistas a definir e pôr em prática ações para a redução dos índices de criminalidade urbana. O GGIM tinha como missão atuar na prevenção primária aliviando, segundo declarações de representantes da prefeitura, a sobrecarga da Polícia Militar, que poderia concentrar esforços em ocorrências mais graves⁴⁸⁰.

Crivella também foi o responsável por sancionar a Lei Municipal nº 6.235/2017, pela qual se instituiu o Fundo Especial de Ordem Pública (FEOP), que além de contar com a dotação orçamentária destinada pelo poder público, abriu a possibilidade de doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organizações, nacionais ou estrangeiras, públicas e

⁴⁷⁸ Paulo César Amêndola, ex-Secretário de Ordem Pública na gestão de Crivella, é coronel reformado da Polícia Militar do Rio de Janeiro e notoriamente conhecido por sua atuação ativa durante o período da Ditadura Militar, tendo sido apontado em casos de sequestros e torturas. O coronel foi responsável pela criação do BOPE da PMERJ e foi o primeiro comandante da GM-Rio, ainda no governo de César Maia. A bancada municipal do PSOL carioca chegou a protocolar o Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2017 com vistas a declarar Amêndola pessoa *non grata* no município do Rio de Janeiro.

⁴⁷⁹ MARINATTO, 2017.

⁴⁸⁰ ROCHA, Lucas. Prefeitura instala Gabinete de Gestão Integrada para atuar na segurança pública. **Rio Prefeitura Notícias**, 05 abr. 2017. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=6899930>. Acesso em: 07 mar. 2023.

privadas. Parte desse fundo passou a ser utilizado para realizar a contribuição da Prefeitura do Rio de Janeiro no convênio do Programa “Segurança Presente”⁴⁸¹, por meio da parceria com o Governo do Estado e a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio), demonstrando o evidente interesse do Executivo Municipal em colaborar no campo da segurança pública. Os policiais militares à serviço do “Segurança Presente” passaram a cooperar nas operações de ordem pública e a atuar em ações contra a “pirataria” e o crime de “receptação”, em especial às vésperas de eventos festivos na cidade.

A partir dessa mesma lógica, foram instituídos no Rio de Janeiro diversos programas, à exemplo do “Rio + Seguro”, mencionado no primeiro tópico deste capítulo, que instauraram convênios entre as diferentes esferas do poder federativo para maior integração da segurança pública. Deixou de se tratar apenas da possibilidade de um guarda municipal efetivar uma prisão em flagrante – o que sim é permitido por lei a qualquer cidadão nos termos do artigo 301 do Código de Processo Penal⁴⁸² – e passou a se efetuar operações conjuntas, articuladas entre as “forças de segurança pública”, nas quais a GM-Rio contribui não só na prevenção, mas também na repressão contra as condutas delitivas, o que vem fortalecendo o discurso da Prefeitura de que a Guarda Municipal deveria estar armada.

O programa “Rio + Seguro” surgiu como proposta de efetivar a cooperação do município na segurança pública, prevista no Plano Estratégico 2017-2020 do Município do Rio de Janeiro⁴⁸³. Dentre as diretrizes e metas desse planejamento destacou-se a promessa do *Rio Seguro e Vigilante*, inovando na previsão expressa de colaboração das forças municipais no combate aos pequenos delitos. A partir dessas diretrizes, em outubro de 2017, na Câmara de Vereadores, o então vereador

⁴⁸¹ O Programa “Segurança Presente” foi iniciado no Centro da cidade do Rio de Janeiro, em 2015, como uma espécie de “operação”, e hoje o se expandiu para diversas regiões da cidade e para outros municípios do Estado, como Niterói. O Programa instituiu um modelo de vigilância aproximada e combate aos pequenos delitos em locais estratégicos, com a participação de policiais militares da ativa e da reserva, policiais civis e de agentes civis egressos das Forças Armadas. Para muitos dos agentes da segurança pública o programa foi percebido como um “bico” atrativo, vez que oferecia melhor remuneração do que a realização de horas extras em sua própria lotação. O estabelecimento do “Segurança Presente”, idealizado desde o início junto de empresários e lojistas, se deu através de financiamento privado, por meio de um convênio firmado entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, o Sistema Fecomercio e outros parceiros, e que vem sendo renovado desde então. A partir de 2016 a própria Prefeitura passou a integrar e colaborar ativamente com o programa.

⁴⁸² “Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito”. BRASIL, 1940.

⁴⁸³ RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017-2020**: Rio 2020: mais solidário e mais humano. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2017a..

Marcelo Arar, do Partido Trabalhista Brasileiro, propôs o projeto *Rio Mais Seguro*, apoiado pelo prefeito e pelo então secretário de ordem pública, coronel da reserva Paulo César Amêndola.

O projeto instituído em 27 de novembro de 2017, pelo Decreto-Lei nº 43.979, tal como o Programa “Segurança Presente”, oferece remuneração à agentes de segurança de folga para que eles reforcem o policiamento em determinados locais, entendidos como estratégicos. No entanto, permite o recrutamento não só de policiais militares, mas também de guardas municipais a atuar nestas áreas. A articulação pretendida, além de dar novos contornos as funções da GM-Rio, também ampliou a margem de mobilização e ação conjunta de diversos órgãos municipais, como a Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (SECONSERMA), a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB), a Companhia Municipal de Energia e Iluminação (RIOLUZ), a Fundação Parque e Jardins (FPJ), a Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (F/CLF), a Coordenadoria de Gestão de Espaços Urbanos (F/CGEU), a Subsecretaria de Vigilância, Fiscalização Sanitária e Controle de Zoonoses (S/SUBVISA) e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH)⁴⁸⁴.

O bairro de Copacabana (com extensão ao Leme), na Zona Sul do Rio de Janeiro, cartão postal da cidade carioca, foi eleito como laboratório para implementação do projeto, que se iniciou em 03 de dezembro de 2017, sob a supervisão do Coronel Paulo César Amêndola e sob a coordenação do Coronel Lúcio Flávio Baracho de Souza⁴⁸⁵. O “Rio + Seguro” passou a otimizar os guardas municipais em atividade cotidiana em patrulhas conjuntas com os agentes da PMERJ do 19º Batalhão, com vistas a atender às metas de redução da criminalidade, da violência urbana e da desordem. Posteriormente, foi disseminado para outras áreas específicas da cidade (Fundão/Ilha do Governador e Jacarepaguá, por exemplo) – e fortalecido na gestão do prefeito Eduardo Paes (2020 até os dias atuais).

⁴⁸⁴ RIO DE JANEIRO [município]. **Decreto Rio n.º 43979, de 27 de novembro de 2017**. Fica instituído o projeto piloto do PROGRAMA RIO MAIS SEGURO e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2017d. <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4398/43979/decreto-n-43979-2017-fica-instituido-o-projeto-piloto-do-programa-rio-mais-seguro-e-da-outras-providencias?q=43979>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁴⁸⁵ RIBEIRO, Geraldo. Equipes do Rio + Seguro começam a atuar em Copacabana e no Leme. **O Globo**, 03 dez. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/equipes-do-rio-seguro-comecam-atuar-em-copacabana-no-leme-22144079>. Acesso em: 07 mar. 2023.

O Programa foi implementado em conjunto com um fortalecimento da parceria com a iniciativa privada na implementação de políticas de segurança pública – tal qual o “Segurança Presente” –, a partir do Fundo Especial de Ordem Pública (FEOP) e da instalação de mais de mil câmeras de vigilância pela cidade, por meio do Centro de Operações Rio (COR), em parceria com o empresariado.

No entanto, o que se percebe é que a instituição do referido Programa criou ainda mais confusão ou mesmo fusão dos conceitos de “ordem pública” com o de “segurança pública”, repetindo as premissas dos movimentos de “lei e ordem” e de “tolerância zero” a pequenas infrações ou comportamentos entendidos como desviantes como fundamentos do combate à criminalidade. Embora o “Rio + Seguro” seja um programa de colaboração no campo da segurança pública, seus principais focos são a fiscalização e controle do comércio ambulante e informal, o encaminhamento das pessoas em situação de rua, o atendimento de demandas sobre perturbação do sossego e a conservação das ruas e praças dos bairros.

Essa mistura de funções e competências pode ser auferida inclusive na divulgação dos resultados obtidos pelo Programa “Rio + Seguro”. Em seu primeiro ano de atuação, por exemplo, no período de 2017-2018, por meio do convênio se contabilizou: 439 prisões em flagrante, 335 apreensões, 501 ocorrências, 108 cumprimentos de mandados judiciais, 4.858 podas de árvores, 1.435 remoções de veículos, 4.282 autuações, 9.406 atendimentos à população em situação de rua, 178 acolhimentos, 566 vistorias em estabelecimentos comerciais, 4.157 monitoramentos de pessoas em atitude suspeita, 1.741 inspeções de vigilância sanitária e 3.165 serviços de manutenção de iluminação pública⁴⁸⁶.

Programas de colaboração do município no campo da segurança pública, como o citado acima, foram, em tese, respaldados pela aprovação da Lei Federal nº 13.675/2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública, incorporando as guardas municipais como integrantes operacionais, conforme o seguinte texto:

Art. 9º É instituído o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), que tem como órgão central o Ministério Extraordinário da Segurança Pública e é integrado pelos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição Federal, pelos agentes penitenciários, pelas guardas municipais e pelos demais integrantes estratégicos e operacionais, que atuarão nos limites de suas competências, de forma cooperativa, sistêmica e harmônica.
[...]

⁴⁸⁶ RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. **Relatório Gerencial Rio+Seguro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Ordem Pública: Subsecretaria de Operações, Rio de Janeiro, 2018a.

§ 2º São integrantes operacionais do Susp:

[...]

VII - guardas municipais;⁴⁸⁷

No entanto, a norma de natureza infraconstitucional é hierarquicamente inferior aos ditames constitucionais. Logo, o caminho adequado para o reconhecimento da Guarda Municipal enquanto integrante da segurança pública propriamente dita, em nossa ordem constitucional, só poderia se dar mediante uma Emenda Constitucional – tal qual realizado com as polícias penais. Mas, em que pese a aparente inconstitucionalidade da norma supracitada, o Supremo Tribunal Federal vem, em diversas ocasiões, reforçando uma interpretação extensiva do artigo 144, §8º, da Constituição Federal de 1988, que vem conferindo um alargamento de competências/funções das Guardas Municipais.

Como exemplo, podemos citar que em junho de 2018, o Ministro Alexandre de Moraes, na relatoria das já mencionadas ADIs 5948 e 5538 e da ADC 38 deferiu uma medida cautelar para invalidar os trechos de dispositivos do Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826/2003), que autorizavam o porte de arma de fogo apenas para os integrantes de guardas municipais das capitais dos estados e dos municípios com mais de 500 mil habitantes e para os guardas municipais dos municípios com mais de 50 mil e menos de 500 mil habitantes, quando em serviço. Já em 26 de fevereiro de 2021, por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais os mesmos dispositivos que proibiam ou restringiam o uso de armas de fogo segundo o número de habitantes das cidades.

O voto vencedor, do ministro relator Alexandre de Moraes, apontou que os dispositivos questionados estabeleciam uma distinção de tratamento não razoável, desrespeitando os princípios da igualdade e da eficiência. O Ministro argumentou pela presença efetiva das guardas municipais no sistema de segurança pública do país, citando a Lei Federal nº 13.675/2018. Ainda apontou a decisão do STF no Recurso Extraordinário (RE) 846854, com repercussão geral, em que o Plenário

⁴⁸⁷ BRASIL. **Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018.** Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar n.º 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei n.º 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei n.º 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei n.º 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

reconheceu que as guardas municipais executam atividade de segurança pública essencial ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade⁴⁸⁸.

Desse modo, podemos perceber que da década de 90 para os dias atuais houve um forte apelo pela integração da segurança pública no cenário nacional, impactando também num processo de municipalização da segurança pública e de expansão da militarização das cidades brasileiras, a qual o Rio de Janeiro não é exceção. A lógica de um *eficientismo penal*, disseminado em todas as esferas federativas, vem mais uma vez trazer a sua armadilha: o estabelecimento de um corpo policial municipal disfarçado de “segurança preventiva”. A sedução é tamanha que uns por ingenuidade e outros por malícia vêm inclusive reforçando a ideia de colaboração das forças municipais também no combate à criminalidade. O apelo popular faz com que, inclusive, setores políticos de esquerda incorporem o discurso.

Esse novo papel que vem sendo atribuído as Guardas Municipais, de participação ativa no campo da segurança pública, vem, cada vez mais, vulnerabilizando e ampliando o processo de criminalização e perseguição violenta aos trabalhadores ambulantes, tratados historicamente, pelo poder público e pelos agentes da GM-Rio como personagens “fora da lei”. Ao mesmo tempo em que o poder público insiste em afirmar e instituir a atuação da GM-Rio no campo da segurança pública, também mantém os agentes desse órgão na fiscalização e repressão do comércio ambulante, como se a “camelotagem” fosse algum crime e os camelôs marginais perigosos. O que temos percebido é que o poder estatal tem tratado a “camelotagem” como caso de polícia, pois, de um lado, a GM-Rio já vem se comportando, materialmente, como uma polícia municipal, e de outro lado, a própria PMERJ vem participando de ações de “ordenamento urbano” focadas na repressão do comércio ambulante.

Apesar da disseminação de teorias criminológicas baseadas do *eficientismo penal*, na busca incessante por perseguir as pequenas infrações (a “tolerância zero”)

⁴⁸⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **ADI 5538/DF**. CONSTITUCIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS RESTRITIVAS AO PORTE DE ARMA À INTEGRANTES DE GUARDAS MUNICIPAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE E ISONOMIA EM CRITÉRIO MERAMENTE DEMOGRÁFICO QUE IGNORA A OCORRÊNCIA DE CRIMES GRAVES NOS DIVERSOS E DIFERENTES MUNICÍPIOS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. [...]. Requerente: Partido Verde; DEMOCRATAS. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 18 maio 2021. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur446397/false>. Acesso em: 07 mar. 2023.

e criar uma imagem de “lei e ordem”, o que se tem percebido é que todo esse processo está muito mais dirigido a uma “limpeza social”, isto é, a realização de apagamentos urbanos profundos, com o objetivo de refundar a paisagem da cidade carioca e explorá-la conforme os interesses capitalistas do momento. Não é mera coincidência vermos propostas de políticas públicas de revitalização urbana casada com expansão de controle repressivo, de municipalização da segurança pública, de militarização da cidade. Tratar o comércio ambulante como caso de polícia tem menos a ver com o combate à criminalidade, e mais a ver com o controle social urbano. Fortalecer as guardas municipais é também garantir ao poder público maior autonomia e eficiência em realizar processos de remoções no tabuleiro da cidade.

Nesse sentido, percebe-se que por trás do debate da segurança pública, há outros objetivos não declarados, em reordenar e reconduzir o sistema penal – as quais as forças de segurança fazem parte – com vistas a atender interesses da ordem do capital na própria produção do espaço (da cidade). Assim, a “segurança nacional” está se tornando o ponto de vista através do qual a condição urbana é enquadrada, julgada, analisada e, conseqüentemente, projetada⁴⁸⁹. A esse fenômeno que ocorre na segurança pública, diretamente direcionado a um *planejamento urbano predatório* que visa eliminar sujeitos indesejáveis, supostos *inimigos internos*, o geógrafo Stephan Graham chamou de *renovação autoritária*⁴⁹⁰. Nesse processo,

Os “inimigos internos”, as pessoas consideradas de risco, sem valor ou fora de lugar – os afro-americanos de Nova Orleans, os problemáticos moradores dos *banlieues* de Paris, os ciganos acampados nos subúrbios de Nápoles ou Roma, **os favelados às margens dos pontos turísticos do Rio de Janeiro**, os imigrantes sem visto, os pedintes, os sem-teto, **os vendedores de rua em toda parte** – se tornam cada vez mais descartáveis, agredidos, forçosamente excluídos.⁴⁹¹

Essa perseguição desenfreada ao “inimigo ambulante”, por meio do aparato jurídico-penal, foi se tornando cena comum nas *cidades globais*⁴⁹². Recentemente, em uma visita a Buenos Aires, capital da Argentina, esta pesquisadora teve a oportunidade de conhecer a *Feria Artesanal Paseo a la Resistencia*, local ocupado

⁴⁸⁹ PARR, Adrian. One Nation under Surveillance. *Journal of Theoretical Humanities*, v. 11, n. 1, 2006, p. 100 apud GRAHAM, 2016, p. 163.

⁴⁹⁰ GRAHAM, p. 163-165.

⁴⁹¹ Ibid., p. 164. Grifos nossos.

⁴⁹² SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

e autogerido por trabalhadores ambulantes artesãos no centro da cidade. Na ocasião pôde ouvir dos trabalhadores a história de resistência à repressão policial e de luta pela garantia de seus direitos.

Segundo os vendedores ambulantes do *Paseo de la Resistencia*, em 15 de novembro de 2002, o governo da cidade autônoma de Buenos Aires tomou a decisão política de expulsar todos os artesãos da rua Florida, uma via turística central, por meio de uma brutal repressão policial. Os trabalhadores passaram a se articular, com vistas a manter suas fontes de trabalho e renda, mas as relações cotidianas com a polícia ficaram cada vez mais tensas. Dois meses após conflitos recorrentes, em 5 de janeiro de 2003, o poder público de Buenos Aires instalou definitivamente um operativo constante (24 horas) de infantaria policial para coibir o comércio ambulante na localidade⁴⁹³.

Já em 14 de março de 2003, essa mesma infantaria organizou uma incursão com força desproporcional, ao que os trabalhadores ambulantes se referiram como “*a la mejor manera de la ditadura*”. As forças policiais dispararam projéteis de goma de borracha, quebraram os materiais de trabalho dos vendedores, os agrediram e, por fim, realizaram detenções. Somente após essa violenta investida por parte do governo, os trabalhadores conseguiram apoio o bastante para pressionar o poder público e abrir um canal de diálogo. A luta organizada desses trabalhadores permitiu que em 24 de julho de 2003 fosse aberto finalmente o *Paseo de la Resistencia*, onde estabeleceram uma feira de artesanato permanente. Ali também se germinou a *Frente de Artesanos y Artistas em Lucha* (FAAL). Essa organização se consolidou a partir de uma mobilização de ação direta contra a Casa de San Juan, em protesto à violenta repressão contra uma manifestação motivada pela apreensão irregular das mercadorias de dois artesãos.

Mais uma vez à título de ilustração, pois não faz parte dos objetivos dessa pesquisa realizar uma análise comparada, esta pesquisadora também teve a oportunidade de ouvir relatos de prisões e violências sofridas por integrantes do *Sindicato de Manteros de Madrid*, organização sindical de trabalhadores ambulantes localizada em Lavapies, no Centro da cidade de Madrid, na Espanha. Na loja Pantera, marca desenvolvida pelo sindicato para arrecadar fundos para a luta dos trabalhadores, se encontra um mural de fotos com imagens de ações

⁴⁹³ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 13 de janeiro de 2023. Os trabalhadores também apresentaram documentos e recortes de jornais confirmando seus relatos.

repressivas do poder público e de manifestações dos trabalhadores reivindicando seus direitos. O atendente da loja, ao ser perguntado sobre a defesa dos trabalhadores do comércio ambulante, respondeu “*sobrevivir no es delito*”.

É evidente que os conflitos envolvendo o comércio ambulante madrileno – popularmente conhecido como *top manta* – possui outras complexidades, próprias do desenvolvimento específico daquela sociedade, como, por exemplo, o perfil de trabalhadores imigrantes e “*sin papeles*”, em sua maioria oriundos de países africanos, com forte representação de senegaleses.

No entanto, o padrão de reprodução de uma violência sistemática e de marginalização dos vendedores ambulantes possui algumas semelhanças. Os *manteros* (vendedores ambulantes) são excluídos do acesso ao sistema de seguridade social e ao mercado de trabalho formal, pela condição ilegal ou irregular, e, ao buscarem um meio de subsistências no comércio ambulante, sem uma “forma jurídica” que o ampare, ao contrário, o proíbe, esses terminam por ser reprimidos e criminalizados.

Um dos casos emblemáticos do conflito entre os trabalhadores ambulantes e o poder público em Madrid, foi o caso do *mantero* Mame Mbayé, senegalês, de 35 anos, que veio a falecer em 15 de março de 2018, durante uma perseguição policial. Segundo relatos dos trabalhadores ambulantes do Sindicato Pantera, Mbayé estava junto a dois companheiros na Plaza Mayor de Madrid, vendendo seus produtos, quando foram abordados por três agentes da Polícia Municipal, que realizavam uma operação de controle naquela tarde. Em virtude do tratamento truculento e belicoso dado pelos agentes municipais contra essa população e da própria condição de ilegalidade, os *manteros* decidiram correr em fuga, e na perseguição Mbayé sofreu um infarto de miocárdio com parada cardiorrespiratória e caiu morto na Calle del Oso, no bairro de Lavapies.

O que se observa é que, naquelas cidades que reproduzem um padrão de *cidade global*, o sistema penal tem operado para abafar e conter as desordens urbanas geradas nas camadas inferiores da estrutura social, em função de uma intensa desregulamentação do mercado de trabalho, da decomposição da rede de segurança social⁴⁹⁴ e da necessidade de explorar economicamente cada vez mais o espaço urbano⁴⁹⁵. Esse quadro é ainda agravado pelos problemas sociais de cada

⁴⁹⁴ WACQUANT, 2007, p. 203.

⁴⁹⁵ Esse ponto será retomado a frente. Ver HARVEY, 2014.

localidade em seu contexto específico – no caso das cidades latino-americanas a desigualdade social abissal que as constituem, no caso madrileno a extrema vulnerabilidade dos imigrantes na Europa e, em ambos os casos, o racismo estrutural⁴⁹⁶.

A política de segurança, controle e contenção de determinados sujeitos, marcados, no contexto brasileiro, especialmente pela negritude e precariedade, está intimamente ligada à concepção de cidade, primeiro enquanto território, vez que determina o fluxo desse conjunto de indivíduos no espaço urbano, e segundo enquanto espaço da produção de subjetividade, pois implica na divisão de papéis sociais a partir de sua demarcação territorial. Observando por esse prisma, o processo de municipalização da segurança pública no país e de expansão da (já profunda) militarização na cidade do Rio de Janeiro tem permitido o avanço de políticas higienistas e segregadoras conduzidas pelo próprio poder público municipal.

Enquanto se realiza uma releitura do papel da Guardas Municipal, se ignora o extenso histórico de violações de direitos humanos dos trabalhadores ambulantes – uma categoria majoritariamente pobre e negra – por parte dos agentes desse órgão. Embora esse processo se dê através da promessa de “lei e de ordem” ou de mais segurança para a cidade carioca, se percebe um aprofundamento das situações de risco e de insegurança vividas pelos camelôs, cidadãos historicamente marginalizados e perseguidos. Na prática, esse pretense “novo corpo policial municipal” tem servido para realizar o controle social nos territórios de acordo com os interesses capitalistas que conduzem o planejamento estratégico da cidade⁴⁹⁷, se utilizando, inclusive, do exercício do *necropoder* contra alvos determinados, entre eles, os camelôs.

Trata-se também da criação de novos espaços estatais de guerra e de violência, intrinsecamente conectados à violência política neoliberal, às geografias contemporâneas de desapropriação e ao planejamento urbano enquanto destruição. É o que Graham chama de *urbicídio*, um processo de matar a cidade, que tem como alvos os “condenados da terra depois do fim da história”.⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ Vale mencionar que a luta antirracista é a principal bandeira do Sindicato Pantera, em Madrid, e a proibição do comércio ambulante costuma ser denunciada pelos *manteros* como uma determinação do racismo institucional: *el racismo institucional condena la manta* estampa as camisas expostas na vitrine da loja da organização.

⁴⁹⁷ BONAN, 2017; HARVEY, 2014.

⁴⁹⁸ GRAHAM, 2016, p. 149-151.

2.2.4 A construção do camelô como “inimigo”: difusão estratégica do medo e etiquetamento dos ambulantes.

Na década de 90, marco temporal inicial de análise desta pesquisa, houve um alinhamento de todas as entidades federativas incidentes na gestão carioca – governos federal, estadual e municipal – na implementação de uma agenda de “primeira linha” neoliberal. E, se de um lado, o poder público se preocupava em redefinir a paisagem urbana da cidade, com vistas a atrair investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, por outro lado, cada vez mais desempregados e desamparados passaram a buscar meios de sobrevivência – lícitos e ilícitos – nas ruas dessa mesma cidade, revelando um conflito antagônico de interesses e prioridades.

Para lidar com essa massa de sujeitos indesejáveis aos interesses hegemônicos – da ordem do capital – o poder público optou, conforme vem sendo aqui demonstrado, por intensificar o processo de repressão e de controle social por meio de seu aparato bélico e penal. A expansão do sistema penal, a securitização de todos os espaços públicos, a municipalização da segurança e a militarização das cidades tiveram como fundamento a elevação das taxas de criminalidade, impulsionada pelos crimes patrimoniais e, principalmente, de tráfico de drogas⁴⁹⁹. Conforme apontado, esse processo caminhou ao lado de um aprofundamento das violações de direitos dos supostos autores de delitos ou mesmo de figuras que sequer cometeram quaisquer delitos e de uma busca incessante por legitimar, perante a população, o exercício do *necropoder* por parte das agências estatais.

Se tratamos de entender os interesses e objetivos não declarados do sistema penal, que movimentam os processos de criminalização e de repressão truculenta aos camelôs, nos falta compreender como há uma espécie de aceitação social ou indiferença da sociedade perante uma sistemática violência estatal. As perguntas que esse tópico busca responder são, dentro desse processo, “como ocorre a legitimação popular de ações flagrantemente ilegais e de violências brutais contra os trabalhadores ambulantes?” e/ou “como os camelôs deixam de ser vistos como trabalhadores desamparados, vítimas da crise estrutural, para serem encarados e tratados como criminosos?”.

⁴⁹⁹ BATISTA, 2003.

Em parte, as pistas para a elucidação dessas perguntas já se encontram soltas ao longo desse capítulo, em especial quando abordadas as questões relativas ao sistema penal brasileiro, marcado por uma desigualdade crônica, resultante de sua estrutura colonial classista, racista e sexista. Essa não é só a estrutura do sistema penal, mas sim a estrutura de toda uma sociedade. Vale lembrar que o sistema punitivo está sempre intimamente conectado à uma estrutura social⁵⁰⁰. Mas como o poder dominante consegue mobilizar os dispositivos dessa estrutura para reinventar constantemente as narrativas que realizam a manutenção do *status quo*? Que tipo de discurso auxilia a construção de uma legitimidade popular a respeito das violações de direitos dos sujeitos marcados como indesejáveis?

É aqui que se recorre a um conhecido e poderoso instrumento do controle social: o medo – do outro, da crise, do caos. Assistimos a uma constante reinvenção do medo nas linhas confusas da história. Para citar algumas: o medo dos índios na colonização da América Latina, o medo dos escravos pelos seus senhores, o medo dos judeus na Alemanha nazista, o medo dos imigrantes nos grandes fluxos internacionais, o medo dos comunistas que colapsaram em golpes de Estado em toda a nossa região, o medo dos pobres sentido pela classe média e pelos ricos etc.

O início da década de 90 foi marcado pela fabricação de uma crise de segurança pública e de uma forte onda – uma *tsunami* – de medo, em um período de disputas eleitorais em que, nas palavras da socióloga e criminóloga Vera Malaguti Batista, “um projeto hegemônico “global” usava todas as suas armas para aprofundar no Brasil um modelo radical de mercado com que Adam Smith nem sonhara”⁵⁰¹.

É diante desse contexto que, na obra *O medo na cidade do Rio de Janeiro – Dois tempos de uma história*, Batista trata de compreender, no campo simbólico, os discursos e as representações alegóricas que sustentam uma pretensa legitimidade do monopólio do exercício da violência e das estratégias autoritárias de controle social. Para tanto, a autora realiza uma abordagem histórica diacrônica, conectando a propagação do medo na corte imperial – já sediada no Rio de Janeiro – durante a Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835, com a onda de pânico eclodida na cidade carioca no início da década de 90.

⁵⁰⁰ RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004.

⁵⁰¹ BATISTA, 2003, p. 19.

Retornando à ambiência da corte imperial durante a Revolta dos Malês na Bahia, em 1835, após a revolução do Haiti (1791-1804), a autora aponta que o medo tomou conta dos “senhores”, de modo que todo e qualquer intento de sublevação de escravos passou a ser reprimido de forma contundente, e seus participantes punidos cruelmente. Não bastasse todas as espoliações possíveis, o corpo negro deveria ser severamente disciplinado e controlado. O medo das insurreições do povo negro pode ser, então, encarado como uma argamassa da edificação da arquitetura institucional de repressão brasileira⁵⁰².

O que a socióloga argumenta, ao deslocar a sua análise para um segundo momento, mais contemporâneo – passando pelo período da Ditadura e se localizando no início da década de 90 –, é que esse medo permaneceu e se converteu num poderoso instrumento de manutenção de uma política de controle social violenta e autoritária, que, via de regra, tem como destinatários as camadas populares, majoritariamente compostas por cidadãos negros e empobrecidos.

Por meio de uma verdadeira radiografia do medo, Batista demonstra como ele se transfigura em sentimento, em afeto, em política econômica, em projetos de lei, em fragmentos discursivos, em cenários, em políticas sanitárias⁵⁰³, contaminando toda a sociedade carioca. Segundo Wacquant, que assina o prefácio da obra, através da análise realizada pela autora, é possível compreender como a violência criminal se transformou em obsessão nos nossos tempos e por que as políticas punitivas concebidas para as domesticar estão fadadas ao fracasso, no Rio de Janeiro não menos que em outras cidades globais⁵⁰⁴.

Analisando a *Violência Política no Rio de Janeiro* no mesmo período histórico, o cientista social e antropólogo Luis Eduardo Soares também dá centralidade à cultura do medo nas disputas eleitorais que sacudiram o começo dos anos 90, culminando com a instituição e consolidação da Operação Rio no campo da segurança pública. Em sua pesquisa, Soares ressalta a importância da teatralidade da ordem discursiva, recheada de cargas simbólicas e ideológicas, que, difundindo o medo, sustentam uma política de violência⁵⁰⁵.

⁵⁰² Ibid, p. 21-23.

⁵⁰³ BATISTA, 2003, p. 8.

⁵⁰⁴ WACQUANT, Loïc. Raízes do medo do outro na sociedade urbana [Prefácio]. In: BATISTA, 2003.

⁵⁰⁵ SOARES, Luiz Eduardo. Violência e política no Rio de Janeiro. In: SOARES, Luiz Eduardo et al (orgs.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996. p. 309.

A difusão estratégica do medo fez e faz parte da construção de uma falsa legitimidade para as perversões do sistema penal brasileiro, para o exercício do *necropoder*, para a instituição de estados de emergência e de exceção, onde há flexibilizações ou mesmo suspensões de direitos. O pavor dos que nada têm e que assola os que algo têm é também o que possibilita a criação e a consolidação de políticas criminais e de segurança pública violentas e seletivas contra a população negra, trabalhadora e periférica. Nas palavras de Andrade, “trata-se, esse campo do medo e da criminalização da pobreza, da bifurcação ‘dura’ do controle penal que, impiedosa e onipresente, afunda o fosso da seletividade e da morte”⁵⁰⁶.

A pesquisadora e psicóloga Cecília Coimbra também se debruçou sobre a (re)produção do medo, que marcou a inauguração da década de 90, e seus efeitos na sociedade:

Cada vez mais, nesses anos 90, o medo e a insegurança são produzidos e ligados diretamente a certos espaços públicos e aos miseráveis. Sob novas fisionomias e utilizando algumas das estratégias dos anos 60/70, as políticas de segurança pública hoje na América Latina, fortalecem processos onde “juizes” e “autores” são pessoas necessárias à “limpeza” do corpo social “enfermo”; [...] Para esses “enfermos” - percebidos como perigosos e ameaçadores - são forjadas identidades (como se todos os pobres fossem iguais), onde suas formas de sentir, viver e agir são tornadas homogêneas, percebidas como inferiores e por isto, desqualificadas. [...] A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria - já que não pode ser mais escondida e/ou administrada - deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação - através de programas e projetos sociais emergenciais - mas pelo extermínio daqueles que a expõem incomodando os “olhos, ouvidos e narizes” das classes mais abastadas⁵⁰⁷.

Coimbra aponta que a difusão proposital do medo implicou em consequências estéticas graves na formação de subjetividades – em particular as das elites e da classe média –, que sedimentaram as condições suficientes para justificar a eliminação de supostos “inimigos”, inclusive ao arripio da lei. Esse pavor foi estrategicamente direcionado a certos sujeitos, excluídos do padrão de dominação, enquadrados na figura do “outro” ameaçador: os miseráveis, os favelados, os traficantes, os pivetes, os marginais, os imigrantes, os camelôs etc.

A partir dessa produção de identidades, o “outro” ou o “estranho” causa um temor por sua capacidade de ruptura dos padrões, sua elasticidade, seu caráter

⁵⁰⁶ ANDRADE, 2012, p.168.

⁵⁰⁷ COIMBRA, Cecília Maria B. Produção do Medo e da Insegurança. In: COIMBRA, Cecília Maria B. **Discursos Sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividade**: violência urbana e alguns de seus efeitos. [S. l.]: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/texto64.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

transgressor, sua afronta ao poder e à ordem. Diante disso, o filósofo e sociólogo Zygmunt Bauman explica que “o poder político oferecerá sua habitual partilha de oportunidades para o curto-circuito dos pólos: para proteger sua própria emancipação através da sedução, os próximos do primeiro pólo” – as elites opressoras – “procurarão o domínio pelo medo sobre os do segundo polo” – os oprimidos, a quem foram negados os recursos de construção da identidade e os instrumentos da cidadania –, “ajudando e favorecendo, assim, sua indústria suburbana de horrores”⁵⁰⁸.

É a partir da cultura do medo, que é também um projeto político, que os sujeitos pauperizados e excluídos do acesso aos direitos sociais, em virtude de uma agressiva agenda neoliberal, se tornam não só indesejáveis, mas assustadores e, portanto, perigosos. Esses sujeitos passam, então, a ser incluídos pela sua própria exclusão no espetáculo do medo⁵⁰⁹. Nesse espetáculo, a mídia aparece como um equipamento social fundamental para construção das subjetividades coletivas, reforçando, a partir da instrumentalização do medo, os papéis sociais de uma sociedade extremamente desigual. Conforme ensina Coimbra:

A mídia hoje, através de formas espetaculares e dramáticas, produz as “identidades”, as simpatias e antipatias, os prós e os contras. Trabalha-se unicamente com dois valores: o bom e o mal e, na medida em que isto prevalece, fica-se privado do “discurso matizado e argumentativo”. Ou seja, empobrecendo os acontecimentos, anulam-se as multiplicidades e diferenças e, impõe-se uma forma maniqueísta e dicotômica de pensar, sentir e agir. Assim, pela produção e circulação de signos, imagens, subjetividades e “pelo recalcamento de certas realidades”, os meios de comunicação de massa “simulam padrões consensuais de conduta”, produzindo existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões, sadios e enfermos, os acima de qualquer suspeita e os suspeitos, perigosos e infames. [...] A linguagem, as atitudes, comportamentos e sentimentos violentos nos envolvem cotidianamente. Vivemos numa cultura do medo, da insegurança, da paranóia, enfim; e esta atmosfera domina a todos. Como se pudéssemos evitar e ignorar esta brutal realidade nos fechamos em nossas ruas particulares, condomínios, casas, apartamentos e imaginamos que não há fome, miséria, indigência, marginalizados. Entramos rapidamente na “política da indiferença” e voltamos para dentro de nós mesmos e de nossa família. O mundo, seus problemas não nos dizem respeito. Esta “indiferença”, um dos efeitos do medo e da insegurança, faz com que aplaudamos os “exterminadores” e todos aqueles que se ocupam da “limpeza social” necessária às nossas cidades. Tornamos-nos cúmplices pela nossa omissão e pela “lei do silêncio” que ajudamos a construir/fortalecer⁵¹⁰.

⁵⁰⁸ BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1998. p. 48.

⁵⁰⁹ BATISTA, 2003, p. 20. nota de rodapé 9.

⁵¹⁰ COIMBRA, 2007.

Não é de hoje que a exposição do crime, do criminoso e da barbárie punitiva movimentam os sentimentos morais da sociedade. Se no período medieval os castigos físicos eram realizados em praça pública, como verdadeiros espetáculos⁵¹¹, a partir da institucionalização do cárcere, a pena foi retirada dos olhos dos cidadãos (se tornou invisível) e o foco se centrou no horror do crime, na figura do criminoso, e na ação policial (o que está visível). A política do espetáculo e a construção imagética da violência servem para que a barbárie seja um objeto de consumo⁵¹². Acometida pelo *mal-estar da civilização*⁵¹³, nossa sociedade seguiu consumindo, como *voyeurs*, a espetacularização do delito e de sua reação social.

Na contemporaneidade, não só a criminalidade passou a ser tratada como produto a ser explorado economicamente, com alta rentabilidade, pelos meios de comunicação, mas também a própria imagem e a retórica da insegurança. O medo passou a movimentar toda uma economia de securitização, onde o que importa é a produção e contenção de novos riscos, ou seja, na sociedade contemporânea, a gestão dos riscos ou da insegurança foi se tornando um modo de gestão da vida coletiva⁵¹⁴.

Essa experiência jornalística, extremamente seletiva e estigmatizante na abordagem do crime e da insegurança, o *populismo penal midiático*, operando numa perspectiva conservadora clássica, vem realizando um corte na sociedade, separando os “cidadãos de bem” daqueles considerados desviantes⁵¹⁵. Àqueles que não se enquadram no padrão social hegemônico e não seguem a cartilha por ele ditada são apontados como verdadeiras ameaças a serem neutralizadas. E, para lidar com esses “inimigos” fabricados e o pânico gerado, a mídia hegemônica (“o diário da cidade”) tende a apelar para soluções falaciosas, como o aumento da repressão, por meio de ampla militarização, e punições mais duras, através de uma penologia autoritária⁵¹⁶.

Esse *modus operandi* das mídias hegemônicas, que constantemente difundem o medo na sociedade, possui consequências drásticas no campo social, moral,

⁵¹¹ FOUCAULT, 2010.

⁵¹² GRAHAM, 2016, p. 131-137.

⁵¹³ FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: LeBooks Editora, 2019.

⁵¹⁴ Sobre o tema ver EWALD, François. Risk in contemporary society. **Conn. Ins. LJ**, v. 6, p. 365-381, 1999.

⁵¹⁵ GOMES, Luiz Flávio; ALMEIDA, Debora de Souza de. Populismo penal midiático: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção Saberes Monográficos. Coordenadores Alice Bianchini, Ivan Marques e Luiz Flávio Gomes).

⁵¹⁶ GRAHAM, 2016, p. 101-107.

cultural e político, em especial no que concerne as políticas de controle social. O medo se apresenta como um catalisador para os processos de marginalização e criminalização de determinados modos de vida, considerados pela cultura dominante como *subculturas delinquentes*⁵¹⁷, e de *etiquetamento* de sujeitos enquanto desviantes e reprodutores de comportamentos criminosos.

Desde a década de 60, as teorias do *labelling approach* – etiquetamento, rotulação, reação social, interacionismo simbólico – vêm apontando que o desvio (o fato social “crime”) e a criminalidade não são qualidades intrínsecas de uma conduta humana ou entidades ontológicas pré-constituídas à reação social (e penal), mas sim verdadeiras ficções, construídas a partir da interação entre a pessoa que comete um ato e aquelas que reagem a ele⁵¹⁸. Trata-se da atribuição de etiquetas ou rótulos a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social, isto é, processos formais e informais de definição e seleção, primária e secundária – nos quais a mídia também está inserida.

Na América Latina, a criminóloga venezuelana Lola Aniyar de Castro demonstrou em sua obra *Criminologia da reação social* o perverso processo de criminalização das classes subalternizadas, a partir de interações sociais desiguais e de estigmas produzidos pela ordem dominante⁵¹⁹. No Brasil, o jurista criminalista Augusto Thompson demonstrou em sua obra *Quem são os criminosos?*⁵²⁰ os processos de discriminação social que operam no sistema penal pátrio, desvelando um distinto tratamento dado aos indivíduos em situações de vulnerabilidade. Esses processos de criminalização se iniciam antes mesmo da ocorrência do delito, vez

⁵¹⁷ Desde a virada sociológica da criminologia, o crime passou a ser visto como um fato social e o comportamento criminoso passou a ser compreendido como consequência de um processo que se desenvolve no seio de um grupo social, produzindo-se a partir da interação dos indivíduos entre si e com a norma. Essa perspectiva permitiu a inauguração de estudos de valores, culturas e subculturas em conflitos no campo criminológico. Pelas lentes das teorias das subculturas criminais, a delinquência passou a ser compreendida a partir das relações entre culturas hegemônicas/dominantes e subculturas. A subcultura delinquente, por sua vez, traduziria um comportamento de transgressão que é determinado por um subsistema de conhecimento, crenças, valores e atitudes que possibilitam, permitem ou determinam formas particulares de comportamento transgressor em situações específicas. No entanto, tais teorias mantiveram a manutenção do paradigma etiológico (centrado nas causas/motivações), ainda que de conteúdo social, no campo da criminologia e impactaram diretamente numa associação do crime à pobreza, sem considerar as relações sociais conflituosas de classe, raça e gênero. Sobre as teorias das subculturas criminais ver a obra paradigmática COHEN, Albert K. **Delinquent Boys: The Culture of the Gang**. New York: The Free Press, 1955.

⁵¹⁸ BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

⁵¹⁹ CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da reação social**. Tradução Ester Kosovski. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983.

⁵²⁰ THOMPSON, 2007.

que estão intimamente ligados à produção de identidades e demarcação dos sujeitos em nossa sociedade.

Porém, parece que esses alertas foram solene e propositalmente ignorados. Do ponto de vista do poder dominante, não haveria qualquer interesse, já que sua demanda é pela segurança da ordem estabelecida, a qual esses processos criminalizantes servem. Do ponto de vista da população, a demanda é pela segurança dos seus bens e dos seus corpos, movida por uma razão neoliberal individualista e subjetivamente amedrontada⁵²¹. Uma sociedade extremamente desigual e profundamente apavorada não permite espaço para esse debate. Os conhecimentos produzidos no campo da criminologia crítica são desprezados tal qual as profecias de Cassandra, na mitologia grega⁵²². O resultado é a barbárie.

A equação “aumento e alarma (midiático) da criminalidade = medo e insegurança = demanda por segurança = expansão do controle penal” obedece às ilusões da infância criminológica (Criminologia positivista) quando ainda se acreditava em Papai Noel (sistema penal) distribuindo presentes (combatendo e reduzindo a criminalidade, ressocializando criminosos e promovendo segurança).

Essa ilusão, radicalmente desconstruída na maturidade criminológica (Criminologias críticas), cresceu, no entanto, maliciosamente e, despida da ingenuidade da fantasia infantil, sobreviveu na nudez aberta do mercado econômico, político e midiático, tornando-se um produto: uma ilusão lucrativa com a mais-valia da dor e da morte. [...] Esse mercado polifacetado e internamente cúmplice sabe que Papai Noel não existe, mas sua função é exatamente perpetuar o ilusionismo.⁵²³

Assim, a mídia tradicional e seus shows de horrores, propagando medo e discursos segregadores, auxiliaram num processo de manutenção e de expansão do sistema penal, por meio da naturalização da violência generalizada, da criação de inimigos a partir de um recorte de raça e classe, de uma estética monocromática, de uma cartografia da cidade hierarquizada, e de uma intensa criminalização da pobreza.

O pavor da violência urbana e a criminalização instrumental da pobreza, apontando sempre para a desordem e a criminalidade, criou uma forte demanda social por “limpeza, varredura, esconderijo, eliminação”⁵²⁴. O medo se tornou,

⁵²¹ ANDRADE, 2012, p. 168-169.

⁵²² Na mitologia grega, Cassandra é uma profetisa que recebe do deus Apolo o dom de anunciar profecias, no entanto, sem o dom da persuasão. Durante a Guerra de Tróia, Cassandra teria profetizado o que ocorreria caso os troianos levassem o cavalo de madeira para dentro das muralhas, porém, seus avisos não só foram desacreditados, como foi considerada louca. Tróia sucumbiu, os gregos tomaram a cidade e Cassandra foi entregue como despojo de guerra ao rei grego Agamémnon.

⁵²³ ANDRADE, 2012, p. 162.

⁵²⁴ Ibid., p. 163.

então, o substrato subjetivo para as políticas higienistas no campo do controle social, incluindo não só a segurança pública, mas também o ordenamento urbano.

E é exatamente porque desordem e criminalidade estão embaralhadas que o controle penal contemporâneo precisa produzir assepsia social, justificada em nome da necessidade de controle do “risco” ou do “perigo” do crime, controle de grupos construídos como desordeiros e perigosos, e que culmina por revalidar a importância daquele campo da criminalização já considerada insignificante por princípios minimalistas, como as contravenções penais, sobretudo de mendicância e vadiagem, invocando-se cada vez mais o poder configurador, verticalizante e militarizado que se exerce na antessala do sistema penal.

É nesse campo que se exacerba o maniqueísmo criminal, o fortalecimento de um *nós* contra o *outro*, “*outsiders* antecipados”, e a radical relação de exterioridade que os “cidadãos de bem” mantém para com a problemática criminal, então fortemente moralizada⁵²⁵.

A presença do “outro selvagem e urbano” como uma ameaça constante às elites (e aqueles que a eles buscam se assemelhar) – ainda que, por vezes, invisível pela própria segregação do espaço urbano – tem legitimado as ações governamentais de fortificação, militarização, securitização e controle de acesso. Pois, *o material psicossocial bruto que se alimenta das ameaças imaginárias é manipulado com muita facilidade e transformado em formas fóbicas*⁵²⁶. O medo, difundido sistematicamente pelos discursos oficiais e pelas mais diversas mídias, se tornou um elemento essencial para a suposta legitimação das políticas repressivas/punitivas, possibilitando a efetiva utilização do poder coercitivo para fins de limpar, ou no eufemismo dos discursos oficiais, ordenar a cidade.

E é a partir desse fenômeno que se possibilitou o processo de criminalização dos trabalhadores ambulantes na cidade do Rio de Janeiro. Diante do contexto inaugural da década de 90, Batista declara:

O resultado concreto da vitória do pacto sinistro [entre o poder econômico, as forças conservadoras e as mídias] é uma política econômica de exclusão (desemprego, fim de direitos trabalhistas, etc) e uma política de segurança pública que faz coroar os saudosistas dos anos setenta: **exterminio, opressão policial contra marginalizados do tipo camelôs e flanelinhas, perseguição a consumidores de drogas, etc.**⁵²⁷

Embora a prática da camelotagem muitas vezes ocorra fora dos marcos da legalidade, isto é, em desacordo com as *formas jurídicas* estabelecidas para o exercício da atividade comercial ambulante, este ilícito, por si só, não é crime, mas

⁵²⁵ Ibid., p. 166.

⁵²⁶ GRAHAM, 2016, p. 103.

⁵²⁷ BATISTA, 2003, p. 20. Grifos nossos.

apenas uma infração administrativa. No entanto, o poder público tratou de reforçar a figura dos empobrecidos vendedores ambulantes dentro do quadro da marginalidade urbana. Fossem eles delinquentes ou não, acabaram por sofrer uma estigmatização enquanto *classe perigosa de comportamento subcriminoso* – categorias mobilizadas por Alessandro de Giorgi⁵²⁸.

A Prefeitura do Rio de Janeiro, com forte apoio das mídias, passou a veicular discursos aterrorizadores, como se os camelôs, em especial os sem autorização do poder público para o exercício da atividade, fossem sujeitos perigosos, a fim de conferir algum apoio popular à perseguição violenta a esses trabalhadores e trabalhadoras. A tentativa de associação da imagem dos ambulantes ao “mundo do crime” se deu de diversas formas, supostas ligações com o tráfico, contrabando, pirataria, receptação, furtos, roubos e até mesmo homicídios – como vimos no primeiro tópico deste capítulo. Vinculou-se a ideia de “periculosidade” aos trabalhadores, justificando a atuação dos grupamentos especializados e do chamado “uso da força progressiva”, incluindo o uso de armamento, contra esses cidadãos.

As mídias tradicionais, além de veicular os discursos do poder público municipal, como expusemos fartamente no tópico 2.1 dessa pesquisa, passaram a reproduzir as notícias acerca dos conflitos vividos pelos trabalhadores ambulantes nas seções de “casos de polícia” e ao lado de notícias sobre a criminalidade. Por exemplo, uma matéria publicada no Jornal Extra, em 7 de dezembro de 2001, veiculou a seguinte manchete: “Pânico no Centro do Rio: Assaltos e confrontos entre guardas municipais e camelôs espalham o medo”. A matéria jornalística, em meio a informações sobre roubos a mão armada e tiroteios ocorridos no dia anterior no Centro da cidade, traz a seguinte informação descontextualizada: “Além disso, ambulantes atacaram um grupo de guardas municipais, ferindo dois sem gravidade, durante uma operação contra o comércio ilegal nas ruas Sete de Setembro, da Quitanda e do Ouvidor”⁵²⁹. Não há informações sobre as motivações do confronto ou qualquer outro detalhe sobre o mesmo, equiparando a ação dos ambulantes aos assaltantes, enquanto agentes da insegurança e da desordem.

Paralelamente as ações de resistência dos trabalhadores ambulantes foram retratadas como embates entre lados inimigos, uma guerra entre o Estado e os arruaceiros marginais. Nos arquivos do MUCA encontramos diversas manchetes

⁵²⁸ DE GIORGI, 2006.

⁵²⁹ PÂNICO no Centro do Rio. Seção Geral. **Extra**, 07 dez. 2001. Acervo do MUCA.

nesse sentido: “Mais um dia de batalha campal no Centro”, “Mais um dia de tensão”, “Guardas enfrentam bando de piratas no centro”, “Confrontos no Centro terminam com 9 feridos”, “Ruas do Centro tem mais um dia se pancadaria”, “Pedradas nas ruas do Centro”, “Uma guerra anunciada no Centro”.

Essa narrativa, estabelecida na virada da década de 90 para os anos 2000 se mantém até os dias atuais. Ainda que o poder público seja, atualmente, mais comedido ao se referir aos camelôs como “marginais”, os discursos que invocam o sentimento de medo, a noção de periculosidade e a projeção de riscos são mobilizados sempre que necessário. Um bom exemplo se encontra na petição da Procuradoria Geral do Município na ACP nº 0183579-89.2013.8.19.0001, protocolada em 14 de junho de 2013, com o objetivo de justificar o uso de armamento pela GM-Rio no bojo das operações de fiscalização do comércio ambulante:

O MUNICÍPIO e a sua GUARDA MUNICIPAL juntam matéria jornalística de 16.9.2011, e outras, que levantam a hipótese de camelôs terem a proteção de milicianos.

Como enfrentar, sem equipamento algum de defesa, esse verdadeiro desafio à ordem pública, que nem as forças policiais civil e militar, com a participação do MP, consegue conter??

Ademais, o próprio MP, que exerce função investigativa, deve saber, como sabe a matéria jornalística, que entre os produtos vendidos por camelôs há mercadorias resultantes de práticas criminosas, como contrabando, venda de produto de roubo de carga e pirataria.

Os Fiscais de Atividades Econômicas, quando saem às ruas para fiscalizar as atividades dos camelôs, não podem ser amparados por guardas desprotegidos, sob pena de se transformarem em vítimas de agressões que lhes poderão custar a própria vida.

Consta inclusive registro de morte de integrantes da Guarda Municipal (Marco Aurélio Ferreira dos Santos Silva), após ser alvejado por dois tiros em confronto com camelôs na Rua dos Andradas no Centro da Cidade. Outro integrante foi atingido por um tiro na mão.

O MP parece querer a proteção do direito da prática da desordem urbana (?), ou até, no limite, da livre atuação de criminosos.⁵³⁰

Além de citar matérias jornalísticas com meras ilações, a Prefeitura chegou a mencionar o caso da morte do guarda Marco Aurélio Ferreira dos Santos Lima, relatando fatos sabidamente inverídicos, conforme foi demonstrado nesta pesquisa, e novamente criminalizando os trabalhadores ambulantes. Assim, o Executivo Municipal tem alimentado certos meios de comunicação e usado as próprias

⁵³⁰ RIO DE JANEIRO [município], 2013a, p. 95.

reportagens para reafirmar sua postura belicosa contra supostos delinquentes, que são, em realidade, trabalhadores.

Mais recentemente, percebemos a mobilização dessa mesma estratégia, que anuncia mais uma rodada de ataques aos camelôs. Tão logo foi anunciada a intensificação da fiscalização no Centro da Cidade pelo Prefeito Eduardo Paes, na abertura do ano legislativo de 2023, o jornal online Diário do Rio publicou uma matéria com a seguinte manchete: “Hostilidade ambulante: Camelôs clandestinos ameaçam comerciantes no Centro”. A matéria publicada exalta o retorno das grandes operações no Centro da cidade, conduzidas pelo novo Subprefeito Alberto Szafran e levanta novamente a hipótese de que milicianos estariam controlando o comércio ambulante do Centro da cidade, alugando ponto, cobrando taxa dos camelôs e ameaçando os comerciantes. Mas, em vez de exigir investigação dos fatos e combate a milícia, o pedido veiculado é de repressão aos ambulantes irregulares, confundidos com aqueles que os exploram. Frisa-se no texto jornalístico o depoimento de uma empresária não identificada: “Comerciantes tradicionais do Centro Histórico também sentem medo. ‘A gente tem que fingir que não viu, pois senão sobra para quem paga impostos e abre as portas. Não pode confiar neles. Tem muito bandido ali’, relata uma empresária, que não se identificou por medo dos ambulantes”⁵³¹.

Como é possível perceber a partir do material teórico e empírico já exposto, em especial das matérias jornalísticas apontadas ao longo da pesquisa, a política de enfrentamento ao comércio ambulante foi, e ainda é, acompanhada de uma política de difusão do medo, a fim de buscar forjar não só uma aceitação popular do recrudescimento das forças punitivas, com ações cada vez mais expostas, mas de incitar nas camadas populares a própria demanda por mais repressão.

Essas estratégias de difusão do temor fazem com que, na continuidade de valores e de estruturas erguidas desde o período escravista, a noção de “ordem” seja sempre sobreposta à de “justiça”⁵³². Assim, sob o pretexto da manutenção da ordem se edificam variadas políticas autoritárias de controle social. A suposta proteção à “ordem” muitas vezes chega a romper com os limites da lei, de modo que essa “ordem” que se professa não é uma ordem normativa, mas sim a ordem cristalizada

⁵³¹ RAITER, Amanda. Hostilidade ambulante: Camelôs clandestinos ameaçam comerciantes no Centro. **Diário do Rio**, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://diariodorio.com/hostilidade-ambulante-camelos-clandestinos-ameacam-comerciantes-no-centro/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁵³² NEDER, 2007.

nas relações de poder. Desse modo, uma série de operações urbanas, sejam elas de ordenamento urbano ou de segurança pública, foram e são autorizadas a usar de toda a força coercitiva, inclusive contraditória ao direito, para obter seus resultados.

Diante disso, vale lembrar da crítica do criminólogo Alessandro Baratta, que alerta que na sociedade capitalista pouco parece importar a segurança de direitos, mas sim a tal “segurança pública”, que se traduz muito mais na segurança das relações de poder pré-estabelecidas⁵³³.

⁵³³ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

3 O CAMELÔ É MEU AMIGO, MEXEU COM ELE, MEXEU COMIGO!: DA REPRESSÃO À LUTA POR DIREITOS

Eu tô bolado mano, hoje eu tô que tô
Eu peço paz pros camelôs
 MC Bó do Catarina e outros

Nosso ponto de partida nesse capítulo é uma comunicação particular feita por Maria dos Camelôs à esta pesquisadora:

O movimento resiste a criminalização na rua, a gente está sempre nas ruas, se organizando, fazendo o que a gente sabe fazer, o que a gente aprendeu na luta, na resistência, ocupando gabinetes do Prefeito, dos secretários, fazendo ato, fechando rua, fechando avenida, fechando trânsito, fazendo a discussão na rua com os trabalhadores, com os parlamentares, é o que a gente sabe fazer. Mas a gente conta com o apoio de parceiros, o pessoal dos direitos humanos, a defensoria, e, principalmente, a advocacia popular. Fomos aprendendo a importância desses instrumentos, de vocês do jurídico, tomando porrada. Com essa rede, nós passamos a formalizar as denúncias ao Ministério Público e nos defender nos tribunais. Além de todo o trabalho para defender os camelôs processados e soltar os presos, a gente chegou a abrir inquérito, entrar com ação contra a Prefeitura, fazer ofícios para vários órgãos, muita coisa! E aí fazia ato enquanto tava fazendo tudo isso e botando na mídia.⁵³⁴

A liderança do Movimento Unido dos Camelôs ressalta em sua fala a importância da mediação jurídica para o movimento social, não só para resistir aos processos de criminalização, mas também como instrumento que integra o seu repertório de ações coletivas⁵³⁵. Ao longo da trajetória do movimento social, passou

⁵³⁴ Comunicação particular em 04 de julho de 2021.

⁵³⁵ O debate sobre repertório de ações coletivas é bem estruturado por Charles Tilly, que trabalha, por meio da sociologia histórica, os elementos mediadores da ação coletiva e da política contestatória. O autor, que tem base na teoria crítica marxista, aborda o processo revolucionário, passando pela organização, mobilização a partir de seus acordos, oportunidades, repertório de ação coletiva, para finalmente chegar à revolução. É, então, da preocupação de Tilly observar como os interesses compartilhados, a organização geral e a mobilização permitem uma ação coletiva de agrupamentos de sujeitos em vistas de alcançar suas aspirações comuns. Além do que, o autor analisa como estas relações se dão com o governo e os poderes instituídos e criam novas dinâmicas que repercutem nos próprios modos de ação coletiva. Tilly ainda frisa o caráter mutável da organização da produção que impacta diretamente nas classes sociais, no entanto, observando que fora da organização da produção, também há múltiplas alterações de classes de interesses. Assim, o autor avança sobre um estudo da ação coletiva, no qual traz considerações dos meios com que as pessoas agem juntas na busca de concretizar seus interesses compartilhados. Ver TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Chicago: McGraw-Hill Humanities, 1978; TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência política**, n. 3, p. 133-160, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>. Acesso em: 27 mar. 2023.

a ser, inclusive, do desejo dos seus integrantes a composição de um departamento jurídico (popular), vinculado ao próprio movimento, para defender os camelôs que são agredidos, presos ou que tenham suas mercadorias apreendidas e para prestar orientações aos trabalhadores ambulantes⁵³⁶, proposta que consta também no atual projeto do Centro de Referência dos Camelôs no Rio de Janeiro.

Diante dessas colocações e de tudo que observamos no capítulo anterior, isto é, de uma intervenção estatal abusiva e violenta, que se utiliza das *formas jurídicas* para resguardar a manutenção da ordem e de interesses particulares, em especial de matriz econômica (os interesses dos capitalistas), passamos a nos questionar sobre quais as reais possibilidades no campo do Direito para as lutas dos trabalhadores ambulantes organizados no MUCA. Assim, esse capítulo busca observar, a partir da articulação entre o empírico e o teórico, como o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) vem concebendo e disputando o Direito no decorrer de suas práticas de luta.

No primeiro tópico, trabalhamos especificamente o impacto da própria exclusão social (e normativa) e da repressão (violenta, ilegal e ilegítima) na organização e mobilização dos camelôs pelos seus direitos ao longo da história do MUCA. Trata-se de observar o conflito como um campo que possibilita ao movimento social uma disputa na ordem jurídico-política, que, além de expor a incoerência e a falsidade da ordem jurídico-legal, permite a reivindicação de direitos compreendidos pela própria categoria.

Já no segundo tópico, tratamos de analisar concretamente o papel da assessoria jurídica popular para o movimento social, considerando o destaque feito pela própria liderança do MUCA. Buscamos observar de modo detalhado as estratégias de mediação jurídica que se dão na ordem jurídico-legal e de práticas jurídico-políticas mobilizadas por advogadas populares ao longo da caminhada do movimento social. Essa articulação entre o movimento social e a assessoria jurídica popular possibilita um alargamento da arena de disputa pelo Direito e por direitos.

Deixamos para o terceiro tópico a tentativa de apresentar caminhos para se pensar criticamente o Direito a partir do conflito pesquisado. Assim, realizamos um levantamento de chaves teóricas na crítica jurídica e buscamos tencioná-las no campo empírico, a fim de apontar uma perspectiva sobre o Direito que possa fazer

⁵³⁶ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **O MUCA chegou**. Rio de Janeiro: MUCA, 2009d. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/2009/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

sentido para as lutas dos camelôs do MUCA. É no contraste da teoria com o campo que vamos verificar até que ponto se dá a disputa pelo Direito e propor alternativas para o pensamento crítico jurídico.

3.1 “Tira a mão da minha mercadoria”: da repressão e criminalização à mobilização.

Apesar da década de 90 ter sido marcada pelo início do processo de regularização/formalização seletiva de vendedores de rua – acompanhado de um deslocamento de parcela desses trabalhadores para “camelódromos” – e pelo desenho de uma nova política de repressão ao mercado informal, atrelada a criação e definição de competências da Guarda Municipal, foi entre a década de 2000-2010 que esse modelo se consolidou, diminuindo as possibilidades de negociação da categoria com o poder público municipal⁵³⁷. A cidade do Rio de Janeiro passou a ser efetivamente marcada pela imposição de uma “ordem pública” pautada cada vez mais na militarização do espaço urbano e por uma agenda política de assepsia social – higienização, embranquecimento, gentrificação, embelezamento etc.

No início dos anos 2000 já haviam algumas associações e sindicatos de trabalhadores informais e ambulantes, que tiveram sua importância nas disputas travadas sobre a regulamentação do comércio ambulante entre as décadas de 80-90, mas a articulação política nas ruas do Rio de Janeiro havia se tornado mais escassa. Foi diante do recrudescimento da política repressiva comandada pela segunda gestão do Prefeito César Maia que os camelôs, sofrendo, literalmente, na pele as negações aos seus direitos, passaram a se unir para resistir às investidas da Guarda Municipal. Embora não estivessem em uma articulação política formalmente instituída e organizada, os camelôs passaram a criar estratégias de defesa e a colaborar uns com os outros nas ruas. A tática dos camelôs era, principalmente, a resistência física, isto é, o confronto direto com os agentes municipais.

Concebemos que as tais “batalhas campais” que tomaram conta das manchetes de jornais daquele período retratam o início da construção de um verdadeiro campo político de atuação coletiva. O ato de resistir é um ato político, que traz consigo uma potência ativa e positiva, que produz novos arranjos nas

⁵³⁷ HIRATA, 2014.

relações sociais e políticas. A resistência coletiva, quando tomada de forma consciente, conectando cada indivíduo que se reconhece na luta, é capaz de tensionar e, por vezes, até mesmo romper com as relações de poder pré-estabelecidas⁵³⁸.

O “direito” de resistência já foi objeto de profundas reflexões no campo da filosofia política, a discussão sobre sua própria existência e seus limites é, inclusive, facilmente encontrada no repertório dos teóricos do Estado Absolutista e do Estado Moderno⁵³⁹. Tratar da resistência é observar o âmago da tensão alojada na própria noção de Estado e de ordem constitucional, pois trata-se da tentativa de clausura do poder criador (o poder popular), que escapa as ficções criadas (o Estado, o contrato social, o Direito Positivo etc)⁵⁴⁰.

A forma moderna do Estado burguês tratou de engolir o “direito” de resistência, na medida em que constituiu o Estado como a expressão imaginária de um corpo político – em tese, soma e síntese de toda a sociedade – detentor exclusivo do uso legítimo da força/violência e instância máxima da determinação sobre o que é de “Direito” (na perspectiva juspositivista, o que é legal). É difícil de pensar em ficção mais covarde, pois no plano material implica na concentração de todo o uso da violência nas mãos do poder dominante, que, nas relações dentro e com o Estado, possuem maior força para fazer valer os seus interesses. Assim, o Estado, por definição, se torna violento, apesar do esforço em “regrar” o uso dessa violência por meio das chamadas garantias constitucionais, especialmente no que tange à salvaguarda dos valores primordiais do pensamento liberal, isto é, a propriedade privada e a liberdade (dos que tem propriedade).

Nessa concepção, a insurgência popular, com toda sua originalidade e inalienabilidade, foi diluída e domesticada, rompendo o nexo histórico entre o poder

⁵³⁸ Essa abordagem se afasta das concepções limitadas de resistência dos modernos contratualistas transcendentais, e se aproxima mais da perspectiva de Spinoza, de Maquiavel e das contribuições de Marx, pensadores que não permitiram a clausura da potência criativa na forma do Estado. Também dialoga com trabalhos de pensadores contemporâneos, que vem repensando a teoria política crítica e apontando novos horizontes das lutas por emancipação, como Negri, Hardt, Dardot e Laval. Ver SPINOZA, 2004; MAQUIAVEL, 2007; MARX, 1978; HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Commonwealth**. Paris: Stock, 2012; HARDT, Michael; NEGRI, Antonio, **Multitude**. Paris: La Découverte, 2004.

⁵³⁹ LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Martins Fontes, 1998; HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: ed. Nova cultural, 2000 (Coleção Os Pensadores); entre outros.

⁵⁴⁰ CHUEIRI, Vera Karam de. Constituição Radical: Uma Ideia e Uma Prática. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013. NEGRI, 1999; DARDOT; LAVAL, 2017.

constituente, o “direito” de resistência e o poder constituído. O discurso proposto é de que há de se respeitar aquilo que foi sacramentado de modo estático, logo, não aberto às novas insurgências. O legítimo poder de resistência e a dialética do princípio da negação, isto é, de negar e suspender a norma positiva, gerando, através de sua radicalidade, potência criativa, foram suprimidos⁵⁴¹.

Os liberais contratualistas, que seguiram a esteira de John Locke⁵⁴², foram comedidos em resguardar o “direito” de resistência (e de desobediência civil) tão somente diante da ação ilegal e abusiva (quebra do pacto contratual) do Estado contra o cidadão, não sendo muito honestos sobre o fato de que quem confere o manto da legalidade ou não da ação é, via de regra, o próprio Estado, vez que detém o monopólio da administração (judicial) dos conflitos na sociedade, o que se torna um grave problema no plano prático. Além do que, as discussões do pós-guerra foram caminhando para uma reformulação de que a resistência só seria legítima se fosse pacífica⁵⁴³, abrindo espaço para a criminalização de uma série de práticas de resistência e até mesmo da incontrollável fúria despertada pela indignação (a reação explosiva).

Por outro lado, ao olhar para a nossa realidade, não podemos nos olvidar de que os Estados latino-americanos foram constituídos a partir de uma razão autoritária, que edificou uma estrutura violenta para garantir a exploração de trabalho forçada de corpos não-brancos. No Brasil, país fundando na matriz colonial do poder⁵⁴⁴, as práticas de resistência dos sujeitos pobres e negros sempre foram rigorosamente punidas, ao passo que o Estado sempre operou fora dos marcos da legalidade⁵⁴⁵.

No início da década de 2000, os trabalhadores ambulantes vinham sendo submetidos a uma sistemática e intensa violência estatal, por um corpo policial que atuava em contradição com a sua forma jurídico-constitucional, tanto pela sua duvidosa natureza jurídica como pela redefinição dos limites de sua competência. Ainda que houvesse a justificativa do combate aos pequenos delitos ou de ordenamento urbano por parte do poder público, as práticas conduzidas pela GM-

⁵⁴¹ NEGRI, Antonio. **O Poder Constituinte**. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

⁵⁴² LOCKE, 1998.

⁵⁴³ BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

⁵⁴⁴ QUIJANO; 2002, 2005.

⁵⁴⁵ NEDER, 1997.

Rio eram revestidas de ilegalidade e se dirigiam à toda uma categoria de trabalhadores, independente da presença concreta do desvio. Desse modo, as (re)ações dos camelôs consistiam no exercício legítimo do direito de resistir, isto é, de se opor aos atos ilegais, abusivos e violentos por parte do Estado, ainda que consideremos os marcos da teoria liberal.

No entanto, as práticas de resistência dos camelôs foram severamente reprimidas pela GM-Rio e criminalizadas, não só por meio da imputação dos tipos penais de resistência, desobediência e desacato (arts. 329, 330 e 331, todos do Código Penal)⁵⁴⁶ – marcas do autoritarismo penal brasileiro⁵⁴⁷ –, como por uma série de outros crimes selecionados na legislação penal, conforme já exposto nesta pesquisa. Os camelôs, embora tenham começado a se organizar para resistir, nos confrontos da cidade, não estavam em posição de paridade para enfrentar o Estado, que não é representado aqui somente pelos guardas municipais e pela violência que empregavam, mas por toda a máquina punitiva estatal, da qual esses eram, muitas vezes, apenas uma porta de entrada.

É nesse contexto conflitivo, de constante tensão entre os camelôs e o poder público, de escalonamento da violência contra ambulantes, de criminalização e de violações de direitos fundamentais desses trabalhadores, que surge o Movimento Unido dos Camelôs. Maria dos Camelôs, fundadora e coordenadora geral do

⁵⁴⁶ A construção jurídico-política de tais tipos penais é de debate controvertido. Ocorre que a criminalização das condutas descritas por tais dispositivos legais enfraquece o cidadão perante o Estado, permitindo por vezes um autoritarismo punitivo frente àqueles que se insurgem, por motivações diversas, inclusive ideológicas, contra ações estatais. Nesse sentido, o Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos, composto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, já recomendou que países a ela associados extingam as “leis de desacato”, posto que são incompatíveis com o artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos – Pacto San José de Costa Rica. Alguns tantos países já seguiram essa recomendação, tais como Argentina (1993), Paraguai (1997), Chile (2001-2005), Costa Rica (2002), Peru (2003), Honduras (2005), Guatemala (2006), Panamá (2007), Nicarágua (2007), Uruguai (2009), Bolívia (2012) e Equador (2014), seja pela via legislativa, seja pela via judicial. A posição desta Corte, como se pode notar, é antiga e impulsionou uma série de defesas com fundamento da atipicidade da conduta descrita pelos arts. 329, 330 e 331 do Código Penal, por meio da tese de inconveniência. Porém, após muitas posições controvertidas, idas e vindas, o STJ e o STF vêm reafirmando a compatibilidade das tipificações destas condutas ao nosso ordenamento jurídico, incluindo aí os tratados internacionais, a exemplo do julgado HC n. 379.269/MS. Não obstante, devemos ter cautela quando enfrentamos situações descritas como resistência, desobediência ou desacato, a fim de limitar as margens da configuração típica, para que essa não invada a dimensão inalienável da cidadania. Ver EKLUND, Luis Alejandro Gutierrez; SANCHEZ, Ian Miranda; MOLINA, Carlos Andres Peredo; BALDIVIESO, Camila Calvi. Las Leyes de desacato y la difamación criminal en America Latina. **Revista Internacional de Derechos Humanos**, ano VI, n. 6, p. 125-127, 2016. ISSN: 2422-7188/2016.

⁵⁴⁷ FRAGOSO, Christiano Falk. **Autoritarismo e sistema penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

movimento desde sua origem, é a grande guardiã dessa história e interlocutora direta nesta pesquisa.

Ao comentar a fundação do movimento social, a liderança popular costuma retratar também a sua história, na medida em que compreende a luta dos camelôs como a sua própria luta de vida, de sofrimento, de batalha e de superação. Essa identificação e esse pertencimento estabelecido na relação do sujeito individual com o sujeito coletivo é justamente o fio invisível que costura o movimento social, no qual todos os atores, múltiplos e diversos, são atravessados por um corte intersubjetivo (de dores, de anseios, de sonhos etc.) e se veem caminhando juntos no mesmo plano.

Nascida e criada no interior de Minas Gerais, Maria do Carmo se mudou para Japeri, Rio de Janeiro, aos 17 anos quando assumiu um posto de trabalho informal como empregada doméstica. Nos seus primeiros anos na cidade carioca, Maria vivia de aluguel e se deslocava de Japeri à Zona Sul para limpar a casa de terceiros, ao mesmo tempo que cuidava de seus dois primeiros filhos com muita dificuldade, vez que era mal remunerada. Maria passava o dia trabalhando, recebendo maus tratos dos patrões, e quando chegava em casa, era vítima de violências do seu ex-marido.

Após conseguir sair do relacionamento abusivo e em situação de extrema vulnerabilidade econômica, Maria decidiu buscar outra alternativa de trabalho para sustentar sua família. Em novembro de 1996, ela foi convidada por uma amiga a trabalhar no Camelódromo da Uruguaiana, já em dezembro foi para as ruas do Centro, com suas próprias mercadorias, se tornando camelô, profissão que exerce a mais de 25 anos e com a qual sustenta até hoje seus 4 filhos. Embora tenha tido outras fontes de renda nesse período, Maria nunca deixou seu ofício principal, a “camelotagem”, sempre no Centro da cidade, onde ainda hoje possui uma barraca de roupas e acessórios na esquina da Rua Miguel Couto com a Avenida Rio Branco.

Ao longo desses anos, Maria trabalhou com diferentes mercadorias e a maior parte do tempo sem a autorização do poder público, à mercê da repressão nos confrontos decorrentes dos “rapas”. Durante anos ela se sentiu obrigada a fugir dos guardas municipais, preocupada com seus filhos e com o sustento de sua casa, embora tivesse consciência do que a política repressiva representava para toda uma categoria de trabalhadores. Entre 2002-2003, diante do aumento da política repressiva da gestão de César Maia, Maria passou a adotar uma nova postura, mais ativa e combativa, quando uma violência brutal do Estado a atingiu.

Meu pai morreu em 2001 e eu fiquei muito mal. Mas aí eu fiquei grávida do Kauê [2002] e tinha mais um filho para sustentar. E não dava mais para ficar assim, com medo da guarda, de perder mercadoria, de sofrer agressão. O camelô é trabalhador, trabalha honestamente para levar o pão para casa. Sabíamos que eles estavam errados de nos reprimir. E estava muito violento, violento mesmo, espancamento na rua. Aquilo tudo começou a mexer muito comigo. Eu comecei a usar o fato de estar grávida para defender outros camelôs da Guarda, eu sentia que isso me protegia um pouco. Teve uma vez que os guardas vieram tomar a mercadoria de um companheiro da rua com muita truculência. Eu comecei a gritar e a chamar atenção dos outros camelôs e das pessoas que estavam passando, com um barrigão enorme. Daí começou uma grande discussão e a gente conseguiu recuperar todas as bermudas que o companheiro vendia. Outra vez eles disseram que iam levar uns meninos, que tavam ali trabalhando, em vez de estar no tráfico que é o caminho de muitos jovens negros, e eu não deixei, disse que tinham que me levar junto, entrei no micro-ônibus da guarda, isso grávida. A população vinha ajudar. Os guardas se incomodavam muito com isso, eles sentiam raiva, dava para sentir no olhar deles. Aí já em 2003, quando meu filho nasceu, eu vim trabalhar na rua com ele, mas tinha muito conflito violento, bomba de gás, gente correndo, explosão. Minha mãe me viu correndo com ele no colo na TV, porque naquela época tinha muita imprensa, e falou para eu não trazer mais ele para rua. Eu passei a deixar ele com ela para poder trabalhar. Ela estava certa. Um pouco depois... sei lá... uma semana depois, ou seja, uns 15-20 dias depois que eu tinha voltado a trabalhar, rolou um conflito na rua com a guarda municipal, e eu fiquei esperando meus companheiros para não deixar eles serem pegos pela Guarda sozinhos. Só que deu uma confusão, todo mundo correu e eu acabei correndo, mas não consegui mais correr porque estava recém-operada. A Guarda veio, me pegou e me bateu, quebrou meu nariz, machucou meu braço, abriram meus pontos e eu fiquei muito machucada. Voltei para o hospital. Para mim isso foi a pior parte, muito dolorido. Eu já tinha visto camelô apanhando, mas eu nunca tinha sido vítima de tanta violência. Até hoje quando falo disso eu me emociono muito, porque eu tava num período muito frágil da minha vida, num pós-parto, pós-operatório, e eu fui agredida e espancada pela Guarda Municipal. Foi muito covarde. Mas aquilo foi para mim o estopim. O MUCA nasce depois dessa agressão que eu tive, né. Eu fui para o médico e depois fui para casa ficar esperando minha recuperação e pensando no que fazer para evitar que isso continuasse acontecendo. Quando eu voltei para a rua, chamei uma reunião dos camelôs, acho que teve umas 30 pessoas nessa primeira, a maioria eram companheiros conhecidos do Centro. A gente decidiu se organizar e buscar uma alternativa para mudar essa política e sair dessa guerra. Nossa luta era, e é até hoje, ter nosso respeito enquanto trabalhador.⁵⁴⁸

A extrema violência estatal que atingiu Maria dos Camelôs, uma mulher trabalhadora que havia acabado de dar à luz, também vitimava outras centenas de

⁵⁴⁸ CARMO, Maria Lourdes do. Comunicação particular em 03 de setembro de 2019. Embora essa seja uma comunicação particular realizada no bojo da pesquisa de campo, Maria costuma relatar com frequência essa história, com poucas variações, em diversas entrevistas públicas, tendo inclusive registrado a mesma em um artigo de sua autoria. Ver CARMO, Maria de Lourdes do. O movimento dos camelôs pelo trabalho e pela cidadania. In: BELLO, Enzo; PAROLA, Giulia; TOLEDO, Bianca Rodrigues (org.). **Direito à Cidade**: regularização fundiária. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017; BONAN, 2017, p. 133-134; SILVA, Gerardo; CORSINI, Leonora. O MUCA e a luta dos camelôs no Rio de Janeiro: com a palavra, Maria dos Camelôs. **Uninômade**, 28 set. 2020. Disponível em: <https://uninomade.net/o-muca-e-a-luta-dos-camelos-no-rio-de-janeiro-com-a-palavra-maria-dos-camelos/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

camelôs. A política de combate ao comércio informal, marcada pela determinação das fronteiras do legal e do ilegal e de uma violência desmensurada, também impactou diretamente na relação dos trabalhadores entre si, possibilitando a organização coletiva de sujeitos pertencentes a uma categoria extremamente fragmentada – inclusive pela própria lógica de individualidade e competitividade imposta pela razão do mercado. O movimento se insurge nessa relação de conflito, marcada pela negação dos direitos do trabalho e pela adoção de uma linha política extremamente repressiva, típica de um Estado penal que está pronto para abrir mão das garantias fundamentais dos cidadãos.

Eu ainda não tinha formação política, mas sabia que o que acontecia era errado. A gente tava tentando sobreviver e tava sendo massacrados, criminalizados. A guarda, na época, era ilegal e eles espancavam a gente e não acontecia nada. Eu vivi isso na pele e por isso decidi lutar. A gente viu que era importante buscar apoio e quando chegamos na CUT fomos muito bem acolhidos e ali eu comecei a minha formação. Foi tudo quando a gente tava na luta. O movimento nasceu e naquele processo fui entendendo a relação entre as bandeiras do movimento, o direito ao trabalho e o fim da repressão, no fundo é a mesma bandeira contra uma política de desigualdade, de exclusão, que a gente vive na sociedade capitalista. Foi nesse processo que eu também entendi o que era a luta de classes. Nós, camelôs, não somos bandidos, somos trabalhadores. Por isso temos que nos organizar enquanto classe trabalhadora para lutar pelos nossos direitos, pela nossa dignidade. Os trabalhadores informais são a principal força de trabalho que sustenta a economia desse país, então a construção de uma sociedade justa passa necessariamente por olhar para esses trabalhadores⁵⁴⁹.

É nesse processo de luta e de resistência, motivado por uma profunda negação de direitos e uma intensa perseguição, que Maria, ao lado de seus companheiros, se identificou enquanto parte da classe trabalhadora, ressaltando as identidades de camelô e de trabalhadora informal. A mudança da política do poder público em relação ao comércio ambulante e a imposição de novas *formas jurídicas* (novos marcos legais e novos modos de aplicação dos instrumentos normativos já existentes), que tratavam de alterar forçosamente as relações sociais previamente estabelecidas (da própria dinâmica do comércio informal, majoritariamente constituído por pessoas negras e pobres) impulsionaram não só um processo de mobilização dos trabalhadores afetados, mas também um despertar de consciência desses sujeitos para a totalidade das relações sociais nas quais estão inseridos. Foi no conflito, injusto e violento, que brotou a luta coletiva.

⁵⁴⁹ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 23 de novembro de 2019.

Ao se organizarem no Movimento Unido dos Camelôs, os trabalhadores ambulantes deram início a uma série de ações coletivas. A primeira manifestação do MUCA foi realizada dia 1 de julho de 2003, data em que marca o aniversário do movimento. Mais de uma centena de camelôs realizaram uma passeata pelas ruas do Centro da cidade e se concentraram em um grande ato na Cinelândia, com faixas, carro de som e apoios de parlamentares.

Aquele foi um momento muito importante, nós percebemos que tínhamos voz e que éramos muitos, sofrendo as mesmas dores, e iam ter que nos escutar. Foi muito lindo ver a caravana de trabalhadores chegando de várias partes da cidade e principalmente a força dos companheiros ali do Centro, que estavam no olho do furacão. Foi a primeira vez que eu subi em um carro de som, com a bandeira do Brasil nas costas e falei no microfone⁵⁵⁰.

Uma semana depois o movimento organizou uma passeata ainda maior, saindo da Candelária em direção a sede da Prefeitura, com mais de mil trabalhadores: “Ali a gente deu o nosso recado: estávamos organizados. Mostramos para o poder público que a luta era séria, que não íamos desistir, que eles não iam nos reprimir calados, que a gente ia lutar pelos nossos direitos.”⁵⁵¹

A luta por direitos passava não só pelo fim da repressão e pelo direito ao trabalho e às condições dignas de vida, mas também por participação política. Os trabalhadores ambulantes organizados adotaram uma cidadania ativa, formulando propostas e reivindicando a participação nos centros de decisão das políticas públicas afetas ao comércio ambulante. No dia 31 de julho de 2003, o movimento entregou na Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização da Prefeitura a cópia de um Plano de Emergência, onde sugeriu a liberação de trechos da Avenida Rio Branco, do Largo da Carioca e das ruas 7 de Setembro e 13 de Maio⁵⁵². Esse foi o primeiro de muitos projetos e planos entregues a Prefeitura, elaborados pelos próprios camelôs com as assistências da rede de entidades, organizações e instituições que o movimento foi construindo ao longo de sua história.

O movimento também passou a receber apoio de parlamentares na Câmara dos Vereadores, conquistando espaço para discutir a política em instâncias do Estado. As ações do MUCA nas ruas e nos espaços institucionais começaram a ter espaço em algumas mídias, em especial aquelas de sindicatos. No jornal Povo,

⁵⁵⁰ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 22 de outubro de 2020.

⁵⁵¹ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 22 de outubro de 2020.

⁵⁵² BENÍCIO, Eliane. Ambulantes organizam-se. **Jornal Povo Cidade**, 18 set. 2003. p. 3. Acervo MUCA.

publicado em 18 de setembro de 2003, o movimento ganhou destaque na matéria “Ambulantes organizam-se”:

O Movimento Unido dos Camelôs promete lotar as galerias e o plenário da Câmara dos Vereadores amanhã, data que têm audiência pública marcada para discutir a questão do comércio ambulante nas ruas do Rio. Do lado de fora da Câmara, na Cinelândia, outras centenas de trabalhadores informais deverão se concentrar para um ato público, reivindicando a retirada da Guarda Municipal das ruas e a apuração de arbitrariedades de agentes da Guarda”⁵⁵³

O MUCA foi organizando a categoria dos camelôs, ao passo que a política violenta e violadora de direitos de César Maia foi avançando pelas ruas da cidade. No entanto, a movimentação dos ambulantes não arrefeceu de imediato a política de repressão conduzida pelo poder público, ao contrário, a prefeitura passou a agir com ainda mais rigor e disseminar seus discursos aterrorizadores e criminalizantes, como resposta para suas ações políticas. Guardas e camelôs foram colocados em polos opostos e os confrontos seguiram ocorrendo. Vejamos o texto veiculado no dia seguinte no mesmo periódico supramencionado:

Na Câmara, um grupo debatia a liberação do trabalho à noite. Nas ruas, ocorria novo confronto.

Camelôs do Centro tiveram uma sexta-feira agitada. Pela manhã, menos de 24 horas depois de enfrentar a Guarda Municipal (GM) na Rua Sete de Setembro e no Largo da Carioca, cerca de 250 ambulantes participaram de uma audiência pública na Câmara Municipal convocada pelo vereador Edson Santos (PT) para discutir a regulamentação do projeto de lei n.º 1310/03, que cria o comércio ambulante noturno na cidade. Representantes de órgãos municipais e estaduais e do Ministério da Ação Social foram convidados, mas não compareceram ao plenário da Câmara.

Fora do prédio, na Cinelândia, outro grupo se preparava para um ato público observado por 32 policiais militares do 5º e 13º BPMs e do Getam. Tudo parecia sob controle até que parte do grupo resolveu se separar e seguir pela Avenida Rio Branco. Por volta das 12:40, na esquina da Rua Almirante Barroso, os camelôs entraram em confronto com três guardas municipais.⁵⁵⁴

Em um dos atos do movimento, ainda naquele ano, apoiado pela Central Única dos Trabalhadores e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, do Trabalho e da Previdência Social do Rio de Janeiro, mais de 5 mil folhetos com a inscrição “Tire as mãos de minha mercadoria. Apreensão irregular é roubo” foram colados por ruas e postes do Centro da cidade. À época, um dos principais argumentos em favor da categoria se encontrava na atipicidade constitucional da Guarda Municipal,

⁵⁵³ BENÍCIO, Eliane. Ambulantes organizam-se. **Jornal Povo Cidade**, 18 set. 2003. p. 3. Acervo MUCA.

⁵⁵⁴ BENÍCIO, Eliane. Mais um dia de guerra entre guardas e camelôs. **Jornal Povo Cidade**, 19 set. 2003. s/p. Acervo MUCA.

em contradição com a sua *forma jurídica* adequada. Em reportagem selecionada no acervo do MUCA se encontra um depoimento do então presidente da CUT Jaime Ramos a respeito desse ato: “Os camelôs são reflexos de um gravíssimo problema social. Mas o prefeito procura tratar esses excluídos como se fossem marginais e, para fazer isso, usou uma organização paramilitar, clandestina e ilegal”⁵⁵⁵. Em contrapartida, a resposta do Comandante da Guarda, Carlos Antunes, novamente afirmou a criminalização desses trabalhadores: “Ele diz que a guarda só reprime camelôs ilegais ou aqueles que vendem nas ruas mercadorias roubadas ou piratas: Isso seria a mesma coisa que o Comando Vermelho espalhar panfletos reclamando da PM”⁵⁵⁶.

Em outro recorte de jornal do acervo do MUCA, uma matéria narra que os camelôs teriam apelado ao então subsecretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Marcelo Itagiba, levando as diversas ocorrências de violência contra os trabalhadores ambulantes cometidas pela GM-Rio e pedindo a apuração dos registros feitos nas delegacias do Centro da cidade (na 1ª - Praça Mauá e 5ª DP – Delegacia Legal). A respeito desse fato, vale novamente ver as respostas do então comandante da GM-Rio, Carlos Antunes:

O Comandante da Guarda, Coronel Carlos Moraes Antunes, negou as acusações, argumentando que o seu efetivo ‘vem sofrendo com a ação de verdadeiras quadrilhas’. [...] No que depender do comandante da corporação a solução está distante. ‘Não sento para conversar com bandidos. Quem toca fogo em um guarda não é trabalhador’, afirma Moraes. Ele disse que a apuração fará a verdade vir a tona⁵⁵⁷.

Os trabalhadores ambulantes perceberam que Prefeitura começou a mapear aqueles que participavam das ações do movimento social e a persegui-los. Os guardas deixaram de “só” agredir os trabalhadores ambulantes e começaram a efetuar prisões em flagrante, muitas vezes por meio de situações forjadas. Esse expediente passou a ser utilizado especialmente contra aqueles camelôs que participavam das atividades do movimento social, tratando de instrumentalizar o “efeito dissuasor” do direito penal, por vias espantosamente ilegais.

No primeiro tópico do capítulo anterior narramos um episódio ocorrido em 26 de novembro de 2003, no qual diversos camelôs foram presos numa ação do

⁵⁵⁵ CUT apoia camelôs do Rio contra a Prefeitura. [S. l.: s. n, s. d]. Acervo MUCA.

⁵⁵⁶ Ibid.

⁵⁵⁷ CAMELÔS apelam a subsecretário por fim da repressão. [S. l.: s. n, s. d]. Acervo MUCA.

poder público carioca. Esse evento foi o conflito mais violento daquele ano e teve um impacto profundo na mobilização dos camelôs do MUCA. O relato de Maria dos Camelôs acerca deste episódio é revelador e aborda, inclusive, sua perspectiva sobre os confrontos e as múltiplas práticas de resistência e de luta:

Depois que o movimento nasceu teve ainda mais conflito! O movimento nunca organizou quebra-quebra na cidade. Mas os camelôs estavam se sentindo mais fortes, porque tinha gente olhando para gente, apoiando, estávamos fazendo barulho. A guarda vinha para cima, atacar, tirar mercadoria, dar porrada mesmo e a gente não aceitava, enfrentava e isso virava uma briga. Então, assim, o bicho pegava. Eu lembro que a Rua do Ouvidor, que é um corredor apertado, virava uma cena desses filmes de guerra, com barricada, a rua trancada com fogo. Naquela época tinha muita reação, “bateu, levou”, era também uma forma de resistir. Só que os guardas vinham com cassetete, com escudo, e eram muito violentos. Os camelôs apanhavam muito, como eu que fui espancada porque não consegui correr. Então o movimento tentava ajudar esses trabalhadores, que estavam sendo agredidos. Nisso veio a prisão dos 23. Naquele ano [2003] a gente tinha se organizado para fazer um acampamento, um ato político, no Centro da cidade. Montar uma barraca e dialogar com a sociedade, reivindicando os nossos direitos, espaço para trabalhar e o fim da repressão. Juntamos vários apoiadores, tinha gente do MST, até parlamentares, íamos ter falas. Mas houve um confronto entre guardas e camelôs ali perto. Aí virou uma guerra na esquina da Presidente Vargas e Rio Branco. Os policiais chegaram e levaram 37 detidos. Eu não tava detida, mas fiz questão de ir junto. Os guardas não queriam deixar, mas eu fui. Aí fomos os 38 para lá, passamos a noite na delegacia. Teve uma confusão e eu apanhei lá dentro. De manhã encaminharam 23 camelôs para a Polinter e o resto foi liberado. Eles sarquearam todo mundo, e ficaram com os que já tinham algum tipo de passagem. Nós começamos a fazer muitos atos e a denunciar em todos os lugares. Foi quando também precisamos muito de apoio jurídico, quando conheci a importância da rede de advogados populares. Tirar os camelôs da cadeia deu muito trabalho, foi muita luta.⁵⁵⁸

Maria dos Camelôs sempre repete que foram 37 camelôs detidos, 23 presos naquele conflito, tal como no depoimento acima. Todavia, ao conseguir localizar e analisar o processo referente ao caso, identificamos que em realidade se tratava de 22 presos. Ao que Maria, posteriormente, explicou:

Teve um camelô preso um dia antes, nós contabilizamos junto para defender todos. Dali para frente a gente passou a lutar muito contra a criminalização dos camelôs. Eram 23 companheiros nossos que estavam presos. Ainda teve o caso do Grande, que armaram para ele um homicídio, logo em seguida.⁵⁵⁹

Segundo informações prestadas pela Dr. Fernanda Maria da Costa Vieira, advogada popular que integrou a defesa técnica dos camelôs no processo dos “23” (autos de nº 2003.001.142550-1 e nº 2004.800.028447-5 – ambos na numeração

⁵⁵⁸ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 04 de julho de 2021.

⁵⁵⁹ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 18 de setembro de 2022.

antiga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), havia uma nítida aplicação da lógica neoliberal de segurança pública instituída, o poder público “queria dar um basta” na mobilização dos trabalhadores, ao passo que buscava realizar suas intervenções de reordenamento urbano, priorizando os interesses de mercado. O movimento social, por sua vez, era identificado como um grande agitador da massa de trabalhadores ambulantes, de modo que aqueles que participavam dos atos e protestos ficaram como “cartas marcadas”. E o caso de Edmilson Lima Pereira (o “Grande”) – acusado injustamente de ter matado um Guarda Municipal – nos autos de nº 0141765-49.2003.8.19.0001 – (numeração única), era o que faltava para o poder público consolidar de vez a sua narrativa, de que a organização dos camelôs não se passava de uma organização criminosa⁵⁶⁰.

Naquela época, além da repressão violenta, as prisões de trabalhadores ambulantes já ocorriam. Através do pretenso “combate à pirataria”, frequentemente camelôs eram presos e processados por violações de direitos autorais. No entanto, esse episódio marcou uma nova etapa no processo de criminalização dos trabalhadores ambulantes. O direito penal foi notadamente instrumentalizado para atingir a organização dos trabalhadores, para difundir o medo na categoria e calar suas práticas de resistência. O Estado assumiu uma verdadeira forma leviatânica⁵⁶¹ e, por meio de uma combinação perversa entre o falseamento dos fatos e a ficção jurídico-penal (a forma crime), tratou de desmobilizar a movimentação dos camelôs:

O Comandante da Guarda, Carlos Moraes Antunes, afirmou que a população não deve temer fazer compras no Centro devido aos recentes confrontos com camelôs. Ele observou que os graves incidentes provocados pelos ambulantes tiveram consequências e que inibirá novas ações. “Os que participaram do tumulto da semana passada estão presos. O assassino do guarda também”, disse Antunes⁵⁶².

A Prefeitura tratou de intimidar a categoria, e o MUCA sentiu esse efeito em seus atos subsequentes, que tiveram uma redução no número de trabalhadores – que antes dos eventos mencionados já chegava à casa do milhar. Além disso, outra estratégia adotada pelo poder público para o esvaziamento dos atos foi a de realizar operações de repressão ao comércio ambulante em turno anterior as manifestações

⁵⁶⁰ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 03 de novembro de 2022.

⁵⁶¹ HOBBS, 2000.

⁵⁶² BRAGA, Elcio; ROMEO, Madalena. Preso suspeito de matar guarda. **O Dia**, Seção Geral, 05 dez. 2003. p. 3. Acervo MUCA.

políticas, deixando a “pista livre” no horário em que elas ocorreriam. Como os camelôs são autônomos e não possuem instrumentos fundamentais de pressão próprios da luta dos trabalhadores – como o direito de greve – não podiam deixar de trabalhar e, assim, garantir seus meios de subsistência, para militar pelos seus direitos. Essa estratégia foi percebida em um ato marcado logo após a “prisão dos 23”:

Entre protestar e vender, os camelôs preferiram a segunda opção. Marcada para as 14h, na Candelária, a saída da passeata em defesa dos ambulantes só ocorreu as 15h30. Menos de 70 manifestantes iniciaram a caminhada em direção à Cinelândia. Em torno deles, havia 120 PMs. O grupo ocupou 3 faixas da Avenida Rio Branco, enquanto duas serviam ao trânsito.

“Foi estratégia da Guarda. Fez repressão pela manhã. Ninguém trabalhou. À tarde, deixou a área livre. O pessoal está precisando ganhar dinheiro”, justificou o vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Darby Igayara, 48 anos. A corporação, porém, creditou o fracasso do ato à desmobilização da categoria.

Pelo caminho, mais camelôs aderiram ao protesto, totalizando quase 250 pessoas. A maioria, porém, continuou vendendo nas calçadas [...] O ato terminou em discursos nas escadarias da Câmara dos Vereadores. Os líderes prometeram entrar com recurso segunda-feira para libertar os 23 presos nos distúrbios da semana passada.⁵⁶³

A criminalização (formalmente dita) dos trabalhadores ambulantes impulsionou o movimento social a se articular com mais intensidade para disputar outros espaços, em especial o Judiciário, considerando a necessária *mediação jurídica* instituída pela “prisão dos 23”. Para tanto, o MUCA contou com o apoio de advogados da CUT e de advogadas populares, em uma rede que foi se conformando a partir daquele evento – trataremos desse tema no próximo tópico deste capítulo. Nas ruas, o movimento ecoava uma forte pressão ao Tribunal de Justiça pela liberdade dos “23”. É o que observamos em um recorte de matéria jornalística, intitulada “Camelôs fazem manifestação pela libertação de presos”, presente no acervo do MUCA:

Aproximadamente 50 pessoas fizeram ontem à tarde passeata pela libertação de 22 ambulantes presos desde quarta-feira na Polinter, após confronto com guardas municipais. Os manifestantes fecharam meia pista da Avenida Rio Branco e seguiram até o Tribunal de Justiça, onde foi votado o pedido de *habeas corpus*. O juiz Joel Pereira dos Santos, da 26ª Vara Criminal, negou a solicitação. Quinta-feira, a Justiça também não concedeu relaxamento de prisão, por falta de informações sobre os presos.⁵⁶⁴

⁵⁶³ BRAGA, Elcio; ROMEO, Madalena. **Guardas marcados para morrer**. *O Dia*, 06 dez. 2003. Acervo MUCA.

⁵⁶⁴ Jornal não identificado. **Camelôs fazem manifestação pela libertação de presos**. [S. l.: s. a: s. d.] Acervo MUCA.

Em um outro recorte de jornal, encontramos uma fala de Maria dos Camelôs, nesse mesmo protesto:

Estamos aqui para pressionar as autoridades e ajudar os parentes das vítimas a organizarem suas defesas. Estamos instruindo sobre tudo, desde os documentos que são necessários. Acho um absurdo essa agressão da Guarda Municipal. Afinal o Prefeito tinha que nos aplaudir por estarmos lutando e gerando nossos próprios empregos.⁵⁶⁵

A prisão dos trabalhadores afetou profundamente as suas famílias, muitas ficaram em extrema vulnerabilidade socioeconômica, inclusive passando fome. O MUCA tratou de organizar atividades com as mulheres dos presos, prestar assistência junto da sua rede de apoio e cobrar do Estado a garantia de subsistência dessas famílias.

Além da representante do sindicato [movimento], estavam presentes integrantes do Movimento Unido dos Camelôs, incluindo mulheres e outros parentes dos presos. A maior reclamação deles era a falta de condições de sustento das famílias sem a renda do trabalho informal.

Estou passando necessidade. Só quem trabalha lá em casa é meu marido e, com ele preso, não tenho de onde tirar dinheiro. Tenho uma filha de 1 ano e 4 meses que está sem leite para tomar e usando fralda de pano, porque não há mais descartável lá em casa. Já cortaram minha luz e meu aluguel vence semana que vem. Não sei mais o que eu faço. Se ele não puder vender as mercadorias, a prefeitura é que vai ter que me sustentar _ disse a dona-de-casa Gisana Braga, 20 anos.⁵⁶⁶

Somente após uma mobilização intensa nas ruas e nos espaços institucionais, com apoio de parlamentares, entidades e de uma rede de advogados populares, os camelôs deixaram a prisão. A maioria dos camelôs saíram na segunda quinzena após os fatos, através de um *habeas corpus*, e, segundo a Dra. Fernanda Maria da Costa Vieira, o último a ter sua liberdade restabelecida foi aquele que mais se enquadrava no perfil majoritário do sistema carcerário: jovem, negro, pobre, de baixa escolaridade⁵⁶⁷. A liberdade dos “23” foi uma conquista muito importante para o movimento, e o MUCA passou a intervir em outros casos de camelôs presos, muitas vezes através de flagrantes forjados – como vimos no primeiro tópico do capítulo anterior.

Mas não foram só as prisões que abalaram o MUCA. Os trabalhadores encarcerados também eram vítimas de torturas, demonstrando um grau de

⁵⁶⁵ CARMO, Maria Lourdes do. **Camelôs fazem passeata no Centro**. [S. l.: s. d.]. Acervo MUCA.

⁵⁶⁶ Jornal não identificado. **Camelôs fazem passeata no Centro**. [S. l.: s. a: s. d.]. Acervo MUCA.

⁵⁶⁷ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 16 de setembro de 2022.

perversidade dos agentes do Estado. O movimento social passou a procurar diversas instituições de defesa dos Direitos Humanos, como a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ, o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, entre outras e vocalizar essas denúncias nos espaços institucionais e na imprensa.

Camelôs acusam Guarda de tortura

Militantes do Movimento Unidos dos Camelôs denunciaram ontem na Secretaria de Segurança Pública do Centro, torturas sofridas por Edmilson Lima Pereira na 1ª DP (Praça Mauá). Ele foi apontado como suspeito de matar o guarda municipal Marco Aurélio Ferreira. De acordo com uma das coordenadoras, Maria de Lourdes Santos, Edimilson teria sido preso dia 4, feito exame de corpo de delito e retornado a 1ª DP, onde teria levado choques elétricos. Da agressão teriam participado agentes. Só no dia seguinte, foi encaminhado à Polinter. Ele agora está na 20ª DP (Grajaú) O Subsecretario Paulo Souto prometeu investigar⁵⁶⁸.

O caso de André Luiz Lima e Carlos Renato dos Santos (Ratinho), camelôs que foram brutalmente espancados e presos, também incitaram uma forte mobilização do MUCA. O rosto espancado de Ratinho, quem quase restou definitivamente cego, estampou cartazes do MUCA em uma campanha contra a violência da Guarda Municipal, com os seguintes dizeres:

A PRÓXIMA VÍTIMA DA “GUARDA MUNICIPAL PIRATA” (Lei 1887/92 – Cria a Empresa Municipal de Vigilância S/A) PODE SER VOCÊ!

Carlos Renato, depois de espancado, foi preso. Os Guardas Municipais invadiram a loja, roubaram a bolsa do proprietário da loja, espancaram violentamente os camelôs, simularam explosivos na bolsa e ESTÃO SOLTOS.

- Os guardas de Cesar **espancam, torturam, roubam.**

Nas delegacias, o que eles dizem são **ordens.**

- O que as autoridades de Segurança Pública e o Poder Judiciário **estão esperando para tomar providência?**

MUCA – Movimento Unido dos Camelôs, CUT/RJ e outros.⁵⁶⁹

Além disso, os camelôs passaram a se preocupar não só com os riscos de prisão ou de violações às suas integridades físicas, mas também a imensa exposição ao risco de morte – a tal *necropolítica* –, tanto em razão das agressões por parte dos agentes municipais, como pelos riscos enfrentados nas situações de fuga. Nesse sentido, em 24 de setembro de 2003, a morte do vendedor de castanhas André, sergipano, jovem de 19 anos, vítima de um atropelamento na Av. Atlântica durante

⁵⁶⁸ Jornal não identificado. **Camelôs acusam Guarda de tortura.** [S. l.: s. a: s. d.]. Acervo MUCA.

⁵⁶⁹ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS, CUT/RJ; outros. **A próxima vítima da “Guarda Municipal Pirata pode ser você!** Secretaria de Imprensa – CUT/RJ, junho de 2004, Acervo MUCA. Grifo no original.

uma fuga de uma ação dos guardas municipais, criou uma forte comoção no movimento. Uma semana após os fatos, o MUCA realizou uma grande mobilização, com um dia inteiro de programação, em memória do rapaz e pela paz para os camelôs. As atividades se iniciaram às 8 horas da manhã, quando ambulantes se reuniram para uma panfletagem nos semáforos do Centro da cidade. Às 10 horas da manhã as mulheres camelôs se integraram à Caminhada das Flores, distribuindo rosas brancas pela Avenida Presidente Vargas, no percurso entre a Candelária e o Saara. Já às 15 horas o movimento realizou um grande ato ecumênico na Candelária⁵⁷⁰.

Entre os anos de 2003-2007, Maria dos Camelôs relata que o movimento teve uma atuação intensa no combate ao encarceramento e à violência contra os trabalhadores ambulantes. Em 2004, o MUCA chegou a mandar uma carta para o presidente em exercício Luiz Inácio Lula da Silva, com o assunto “Providências urgentes contra a violência da guarda municipal do Rio de Janeiro”⁵⁷¹. Até julho de 2006, a liderança do movimento já havia contabilizado 230 camelôs presos na cidade⁵⁷². Diante disto, o MUCA lançou uma campanha permanente, com apoio da CUT-RJ, contra a criminalização dos camelôs, quando passaram a entoar as palavras de ordem “camelô não é ladrão, camelô é profissão”. A campanha se realizou em uma série de atos políticos e produziu diversos materiais como panfletos, camisas, cartazes, faixas e manifesto.

O MUCA também passou a realizar, interna e externamente, amplos debates sobre a segurança pública e sobre a justiça penal e para isso organizou atividades diversas de formação política, tanto com a CUT-RJ como com advogadas populares, integrantes de outros movimentos e pesquisadores. Esses debates também tiveram suas tensões. A CUT e alguns integrantes do movimento adotavam uma linha de discurso mais legalista em relação a “camelotagem”, recriminando os camelôs que vendiam produtos “piratas” ou oriundos de fontes ilícitas (o caso da receptação ou contrabando), além do que, entendiam que os camelôs não deveriam entrar em vias de fato com a Guarda Municipal. Essa posição tencionava com

⁵⁷⁰ Jornal não identificado. **Camelôs farão ato ecumênico no Centro**. [S. l.: s. a: s. d.]. Acervo MUCA.

⁵⁷¹ Acervo MUCA.

⁵⁷² COZETTI, Nestor; SANTIAGO, Cláudia. Terceiro aniversário do MUCA. **Rede de Jornalistas Populares – RENAJP**, jul. 2006. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/p/terceiro-aniversario-do-muca.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

diversos trabalhadores que adotavam outras condutas e estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, com o acúmulo que teve nas lutas, Maria dos Camelôs explica:

Muitas vezes no jornal, nos atos que a gente fazia, saía notícia com fala da CUT falando isso. Mas essa nunca foi a posição do MUCA. O movimento nunca disse que era contra a pirataria ou carga de origem duvidosa, que tem muito na rua. Não que a gente seja a favor, mas é que o debate é outro. O camelô é um trabalhador que tá na luta para sobreviver, tem camelô que já tem mais estrutura, mas tem camelô que está passando fome. Prender pessoas por vender mercadoria pirata eu acho que é errado, porque de um lado é uma empresa grande com lucros e do outro é só alguém trabalhando para comprar o pão. Você não vê grandes operações, todo dia, para evitar roubo de carga ou para estourar depósito de produção de pirataria. O que tem é operação na rua para pegar camelô. Do mesmo jeito que faz operação na favela para pegar traficante e não vai atrás dos políticos e empresários envolvidos. E muitos dos meninos, jovens negros camelôs, que vendem mercadoria pirata, tão no comércio ambulante para não estar no tráfico. E aí o Estado vai lá e criminaliza ele do mesmo jeito. O moleque já fica fichado e é jogado para o mundo do crime. Antes da internet muita gente só conseguia ter acesso a um filme se fosse pelo camelô, acho difícil alguém nunca ter visto um DVD ou ouvido um CD pirata. Tem cantor que só ficou conhecido porque os camelôs levaram para rua. Então você ver trabalhador sendo preso por isso não é justo. O MUCA sempre tentou ajudar todos os camelôs presos, quando a gente recebia pedido de ajuda, não só os casos forjados e de quem batia de frente, mas também de pirataria.⁵⁷³

As informações prestadas pela liderança do MUCA à esta pesquisadora estão de acordo com sua posição em uma entrevista concedida, em nome do movimento social, a Nestor Cozetti, da Rede de Jornalistas Populares, ainda no ano de 2006, quando o MUCA completava 3 anos de lutas:

Nestor - Como os camelôs podem se defender do modo como são criminalizados ao revenderem os produtos chamados 'piratas'?

Maria - Em primeiro lugar, eu não defendo a pirataria, eu defendo o direito ao trabalho, ou seja, defendo os trabalhadores. O direito universal ao trabalho, a ganhar o sustento de sua família. Apesar de achar que isso é uma besteira, o questionamento de que é pirataria, porque você vai à loja comprar um cd, por exemplo, e ele custa R\$ 50, 60 e até 70 reais, e aí você, que é pobre, não vai poder comprar. E, neste caso de alto preço, estará sem o direito de ter acesso a essa cultura. O que parece feito de propósito, o preço, para somente o rico ter acesso.

Nestor - Quais as razões que levam os ambulantes a fazer este tipo de trabalho?

Maria - O desemprego. Mas quero deixar bem claro que esta prática não é somente dos vendedores ambulantes. Todos sabemos que os estudantes tiram cópias de livros e isto também é pirataria, mesmo que não seja para vender. Enfim, todo mundo faz cópias de produtos, inclusive alguns para vender, para sobreviver.⁵⁷⁴

⁵⁷³ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 16 de setembro de 2022.

⁵⁷⁴ COZETTI; SANTIAGO, 2006.

Desse modo, o movimento passou a questionar também a lei penal, isso é, o processo de seleção das condutas a serem criminalizadas (*criminalização primária*), e a sua aplicação na realidade (*criminalização secundária*), entendendo que nem tudo o que está no campo do direito é de fato justo e que o direito penal opera de modo diferenciado dentro do quadro de desigualdades sociais. A percepção de que o direito penal capturava as estratégias de sobrevivência e práticas cotidianas dos camelôs, pela condição de trabalhadores informais, via de regra, negros e pobres, na forma do “crime”, se tornou evidente. Mas o movimento percebeu que, naquele período, a máquina repressiva do Estado tinha outros interesses por trás desse processo. Conforme explica, mais uma vez, Maria dos Camelôs:

A gente sabe que na prisão a maioria que tá lá é negro e pobre. Só depois daquele horror da lava-jato que a gente viu os empresários e políticos sendo preso, mas mesmo assim porque tinham motivos políticos de perseguir o PT. O “normal” é a prisão do jovem preto favelado. A prisão dos camelôs tem muito a ver com isso. Em 2003, eles começaram a “limpar” a cidade, para o Pan, e a gente era alvo, assim como os moradores de rua, as pessoas que moravam em ocupações e cortiços, os meninos da favela que iam a praia. Foi nessa época que eles começaram a entrar nos ônibus para sarquear as pessoas pretas que estavam indo para zona sul. Então a gente entendeu que a nossa luta tinha a ver com as outras lutas do povo trabalhador da cidade. A gente começou a fazer muita coisa junto com outros movimentos, participar de atividades para discutir a política de toda a cidade, principalmente sobre o que tava rolando com o Pan.⁵⁷⁵

O MUCA passou a integrar o Comitê Social do Pan e a realizar diversas ações coletivas, ao lado de outros movimentos e entidades, em oposição a política higienista e de repressão imposta no reordenamento da cidade carioca. Entre 2003-2007, o movimento social foi um dos protagonistas na luta e resistência contra as remoções que ocorriam na cidade. Entre essas ações, ressalta-se aqui uma ocupação de um imóvel na Avenida 1º de Março, próximo à Praça XV, liderada pelo MUCA, com o objetivo de reivindicar os direitos dos trabalhadores ambulantes, denunciar a repressão violenta da Guarda Municipal e os impactos dos Jogos Pan-americanos aos camelôs e exigir a participação do movimento na definição das políticas de reordenamento urbano na cidade. Os camelôs estenderam faixas na entrada da ocupação com imagens adaptadas da mascote dos Jogos Pan-americano de 2007, o “Kauê”, representando-o no corpo de um guarda municipal, com frases como “Kauê espanca e prende camelôs”, “O povo precisa mais de pão do que de Pan” e “Kauê

⁵⁷⁵ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 16 de setembro de 2022.

mata nos hospitais sem atendimento”. Maria dos Camelôs conta que em função disto foi chamada para depor, ao lado de diversas lideranças de ocupações que também integravam o Comitê Social do Pan, na polícia federal, mas que não possui registros do procedimento, que terminou por ser arquivado com apoio dos advogados da CUT⁵⁷⁶.

Ao final da gestão de César Maia, em 2008, o MUCA já havia acumulado um profundo debate não só sobre segurança pública e o papel da justiça penal, como já mobilizava intensas discussões sobre a política social e urbana da cidade carioca, realizando leituras e avaliações políticas de forma mais ampla, conectando as questões do trabalho informal não só com as políticas repressivas e práticas penais, mas também com o acesso a todos os direitos sociais e urbanos. E foi com esse espírito que o movimento social adentrou a gestão do prefeito subsequente, Eduardo Paes.

Conforme demonstrado, a primeira gestão de Paes demarcou um reajuste das estratégias de repressão ao comércio ambulante, mas que manteve como base a violência aos trabalhadores ambulantes, em especial pela instituição formal do “Choque de Ordem” e pela criação da Secretaria de Ordem Pública. Nesse sentido, os camelôs passaram a demandar que a questão do comércio ambulante não fosse tratada como mera questão de “ordem pública”, mas sim dentro da política municipal de trabalho e de assistência social. Logo no primeiro mês da gestão de Paes o movimento encheu as ruas para se opor a reformada linha política de “tolerância zero” promovida pela SEOP:

Centenas de camelôs participaram nesta quinta-feira (29 [de janeiro de 2009]) de uma passeata, da Candelária à Cinelândia, reivindicando o direito ao trabalho e à sobrevivência.

“É preciso acabar com esta covardia praticada contra pessoas que querem e precisam trabalhar. É impossível que o prefeito não veja que este é um problema social. Apreender mercadorias, prender camelôs arbitrariamente e usar a violência da Guarda Municipal são ações intoleráveis. Nós não vamos mais deixar as ruas, vamos ampliar a mobilização até que os trabalhadores ambulantes recuperem o direito ao trabalho. Camelô não é bandido, camelô é trabalhador ” disse o vice-presidente da CUT-RJ, Darby Igayara, um dos organizadores do evento.

A manifestação foi organizada pelo Muca (Movimento Unido dos Camelôs) e pela CUT-RJ. Várias faixas foram estampadas pelos camelôs, entre as quais se destacavam as que diziam “Uma outra ordem é possível”, “Camelô não é bandido, camelô é trabalhador”, Chega de discriminação contra o camelô” e “Eduardo Caos”. A coordenadora do Muca, Maria de Lourdes, já na Cinelândia, falou da importância de cada camelô se comprometer em ajudar na mobilização e lembrou que, de agora

⁵⁷⁶ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 16 de setembro de 2022.

em diante, os camelôs ocuparão as ruas de forma permanente até que suas reivindicações sejam atendidas.

Vários camelôs também discursaram, sempre denunciando o "choque de ordem" do prefeito como uma ação discriminatória contra os trabalhadores do comércio informal. Um documento reivindicando o direito ao trabalho e denunciando a violência sofrida pelos camelôs do Rio de Janeiro foi entregue ao vereador Adilson Pires (PT), líder da bancada do governo na Câmara.⁵⁷⁷

Semanas após essa manifestação, em fevereiro de 2009, ocorreu a detenção de Maria dos Camelôs, quando apenas defendia os trabalhadores ambulantes dos agentes do "Choque de Ordem", na Zona Sul do Rio de Janeiro. Para Maria, a articulação do movimento foi essencial para a manutenção da sua liberdade e de outros trabalhadores:

Eles queriam prender a gente por quadrilha. Mas naquela época a gente já tinha muita força política. Eu chamei todo mundo. Foi vereador, deputado, um monte de políticos na delegacia. O delegado ficou com os olhos arregalados e ainda falou que só faltava o Lula. Eu disse que já tinha mandado avisar para o Lula que não precisava vir, porque o delegado ia me soltar. Depois disso acho que eles começaram a pegar mais leve com a caneta na delegacia, continuaram fichando os camelôs, mas sem levar preso. A gente tinha passado toda gestão do César Maia fazendo muito barulho quando tinha prisão dos nossos companheiros.⁵⁷⁸

Após esse fato, o movimento social tratou de negociar com a Prefeitura a retirada da fiscalização do comércio ambulante da SEOP (na qual a GM-Rio também está vinculada), o fim da repressão e melhores condições de trabalho, considerando o apoio do Partido dos Trabalhadores à gestão de Eduardo Paes. Nesse sentido, o MUCA participou de uma audiência pública com o poder municipal, em junho de 2009, e se reuniu com o prefeito e o então Secretário de Ordem Pública Rodrigo Bethlem, em setembro do mesmo ano. No entanto, a violência da Guarda Municipal continuou avançando pelas ruas da cidade, o que causou indignação ao movimento:

A pergunta que fica em nossos pensamentos é: será que o prefeito e a SEOP não tem controle sobre a Guarda Municipal ou eles tratam um acordo com os ambulantes e depois não cumprem e nós mais uma vez sofremos discriminações?

A Guarda Municipal interessa a bagunça, pois assim podem cobrar propina para que os ambulantes possam trabalhar? A violência e o desrespeito continuará sendo a prática da Guarda Municipal? A Guarda Municipal conseguiu o direito de ser

⁵⁷⁷ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Camelô não é ladrão. Camelô... **CUT/RJ Notícias**, 30 jan. 2009. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/camelao-nao-e-ladrao-camelao-e-profissao-83b8>. Acesso em: 24 mar. 2023.

⁵⁷⁸ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 16 de setembro de 2022.

estatutária com o objetivo de oprimir a população que precisa buscar as ruas para conseguir o sustento de suas famílias?⁵⁷⁹

O argumento de que a GM-Rio era um órgão por si só ilegal perdeu força, considerando a refundação do órgão por Paes, que o adequou ao menos a sua *forma jurídica* constitucional. Porém, o movimento seguiu discutindo a violência da Guarda Municipal, a participação dos seus agentes nas atividades de fiscalização do comércio ambulante, a usurpação de competências das forças de segurança pública propriamente dita e o uso de equipamentos de menor potencial lesivo, com a consciência de que a atuação do poder público municipal tinha como base a discriminação de certos sujeitos na sociedade, marcados pela informalidade, pela negritude e pela pobreza.

Naquele mesmo ano, o caso espantoso da perseguição aos camelôs que levou a invasão ilegal da Comunidade Anastácia e vitimou diversas famílias com brutal violência da GM-Rio, com o uso de armas “menos letais”, mobilizou mais uma vez os trabalhadores do MUCA, que prestaram a pronta assistência aos moradores do local, camelôs ou não:

Após a agressão as vítimas e os agressores foram para a 4ª Delegacia de Polícia, havendo grande revolta das pessoas que gritavam por justiça e os guardas municipais ficaram dentro da delegacia, os feridos no pátio esperando providências e a multidão gritando por Justiça. Os inspetores não fizeram registro de depoimento dos guardas municipais e só fizeram registro de ocorrência após a reportagem da TV Record e disseram que não tinham condições de encaminhar para o exame de corpo de delito. O MUCA orientou os feridos a registrarem o boletim de atendimento no Souza Aguiar e tirar fotos dos ferimentos e arquivar fotos dos guardas e das violências e levarem no Fórum dos Ambulantes nesta terça-feira, quando estarão presentes defensores públicos para encaminhar recursos judiciais. Só às 23h. os feridos se encaminharam ao Souza Aguiar. [...] Solicitamos aos parlamentares que tenham solidariedade a população vítima desta Guarda Municipal transgressora dos direitos fundamentais consagrados na nossa Constituição e façam uma investigação para punir com demissão estes “servidores” que massacram a população humilde.⁵⁸⁰

Como se depreende do texto, o MUCA apontou expressamente as violações de direitos fundamentais dos moradores da ocupação, reivindicando a proteção constitucional, além do que, exigiu a responsabilização dos guardas municipais. Embora os camelôs desconfiassem do sistema de justiça (em especial do sistema penal), exigiam, por sua vez, Justiça, inclusive buscando algum amparo na

⁵⁷⁹ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Violência no Centro**. Rio de Janeiro: MUCA, 2009b. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/2009/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

⁵⁸⁰ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS, 2009a.

Constituição Federal. Os camelôs do MUCA sabiam que tanto do ponto de vista da ordem jurídico-legal, como da ordem jurídico-política, as ações da GM-Rio atingiam frontalmente os direitos humanos. E o MUCA já acumulava, desde a gestão de César Maia, uma intensa atuação nos encaminhamentos institucionais dessas demandas, com o apoio da Defensoria Pública e de advogados populares. O acompanhamento do movimento em casos de violações de direitos humanos e/ou de criminalização se manteve frequente:

MAIS UM CAMELÔ ESPANCADO NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Na tarde do dia 8 de dezembro, numa perseguição pessoal o guarda-municipal, Vítor, agrediu o camelô Maurílio, na rua da Assembleia. Ele já havia terminado o trabalho e estava entrando numa loja quando foi abordado por uma guarnição, que derrubou o rapaz no chão e começaram a chutar, torceram o braço e tentaram algemá-lo, imobilizaram com uma gravata e torcendo o braço levaram para a viatura, então o Vítor quis ir ao lado do preso, este reclamou das ameaças e agressões que estava sofrendo. Esta perseguição estava ocorrendo pelo fato deste camelô ter fugido com sua mercadoria das tentativas de apreendê-las, por parte deste guarda, o camelô correu pela rua da Quitanda conseguindo se salvar. Mas numa atitude covarde, sem mercadoria a Guarda Municipal atua com violência e mantém guardas com atitudes revanchistas sem respeito a dignidade da pessoa humana.

Na delegacia (1ªdp) os guardas tentaram coagir uma testemunha que foi presa em razão de reclamar da agressão dos guardas municipais, um office boy de nome Gabriel, mas a Maria acompanhou o caso e estava presente na delegacia exigindo que a ocorrência tivesse o tratamento adequado, impedindo a coação da testemunha e foi cumprido o exame de corpo de delito, também foi feita uma denúncia a corregedoria da Guarda Municipal e a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ. Entendemos que a população deve se manifestar contra a violência para inibir estes casos freqüentes de desrespeito aos trabalhadores. Observamos um crescimento da militarização na cidade com guardas e suas armas de choque e porretes, com despreparo psicológico, sem o conhecimento dos direitos humanos, apenas preparados para bater nas pessoas pobres e manter uma ordem opressora.⁵⁸¹

Enquanto o “Choque de Ordem” avançava pelas ruas da cidade, o movimento social seguia recebendo relatos de torturas cometidas contra camelôs. No início de 2011, o MUCA se uniu a outros movimentos e organizações sociais de defesa dos direitos humanos, prevenção e combate à tortura que pressionavam a abertura da Comissão da Memória, Verdade e Justiça (instaurada em novembro daquele ano). Conforme se pronunciou o movimento, diante de mais um caso de tortura de um jovem camelô:

⁵⁸¹ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Camelôs espancado no Centro**. Rio de Janeiro: MUCA, 2011a. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2011/12/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

[...] A sociedade não pode tolerar a tortura, que é crime inafiançável na nossa Constituição, mas é praticado por nossas polícias, devemos realizar a Comissão da Verdade e condenar as torturas do período da ditadura, não podemos aceitar que um ser humano detido nas mãos do Estado sofra estas violações do artigo 1º, III- a dignidade da pessoa humana, fundamento da nação na Constituição.

Um Estado sendo governado pelo Partido dos Trabalhadores que sofreu e lutou contra estes crimes, que tem uma presidente que foi torturada, deveria fazer uma ampla campanha e apoiar todas as condenações em relação a estas práticas abomináveis.⁵⁸²

Ocorre que, apesar das brutais operações do “Choque de Ordem” e das violações dos direitos dos camelôs, o MUCA percebeu mais dificuldades de mobilizar a categoria no início da gestão de Eduardo Paes. Em um texto publicado no antigo blog do movimento, encontramos uma postagem, de 31 de outubro de 2009, destacando a necessidade de união e mobilização dos trabalhadores ambulantes:

Realizamos os esforços necessários, escrevemos os panfletos pedimos apoio da CUT, do sindicato dos bancários, dos petroleiros de Caxias, ao Sindiennergia. Conseguimos cartazes, carro de som, entregamos panfletos e conversamos com os camelôs nas ruas. Fomos a Tijuca, Madureira, Catete e etc.

No dia 29 a ausência dos que sofrem com a repressão da Guarda Municipal. Sabemos que houve a publicação da listagem dos cadastrados com a pontuação no dia 27 e muitos estavam preparando recursos e que foram "avisados" que a presença neste ato poderia significar a eliminação da chance de ser selecionado.

Mas demonstramos a população e a Prefeitura que o MUCA quer dar um basta a violência da Guarda Municipal, lutamos pelo respeito e a dignidade do camelô.

A luta só será eficaz com a presença e a coragem das pessoas que trabalham nas ruas, vamos nos reunir no Fórum dos Ambulantes, rua Treze de Maio n.º 13/ 802 nesta terça-feira dia 3, com a Defensoria Pública e a RENAP (rede de advogados populares) às 15h, para discutir nossa atuação quanto ao cadastramento e a violência da Guarda Municipal.

Agradecemos também a presença do deputado Paulo Ramos no início da manifestação, ele ofereceu o apoio da Comissão do Trabalho da Alerj, esteve o Léo representando o mandato do deputado Marcelo Freixo disponibilizando o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

O vereador Reimont e vários assessores do seu gabinete estiveram presente, logo após a abertura com o discurso do presidente da CUT-RJ Darby o vereador Reimont pronunciou seu apoio irrestrito a luta dos ambulantes.

Temos que registrar a presença de alguns diretores da CUT, a presidente do CAMTRA e algumas militantes desta entidade, as advogadas da RENAP. Alguns militantes do Fórum dos Ambulantes.

A luta continua, poderíamos aproveitar o momento para refletir sobre a participação, a união e a coragem, que são elementos fundamentais para as vitórias nas batalhas que virão.⁵⁸³

⁵⁸² MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Tortura em Camelô**. Rio de Janeiro: MUCA, 2011b. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2011/03/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

⁵⁸³ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Medo e Submissão**. Rio de Janeiro: MUCA, 2009c. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

Segundo informações prestadas por Maria dos Camelôs, a mudança nas estratégias do poder público na condução da política repressiva impactou na mobilização da categoria. A Prefeitura, que já estava em meio a uma série de megaeventos, tratou de realizar seus processos de remoção e apagamento do cenário urbano controlando a intensidade da agitação dos trabalhadores ambulantes nas ruas. De acordo com a liderança, isso ocorreu de dois modos, primeiro na política de recadastramento dos camelôs com a liberação de novas autorizações, depois com a reorganização das operações dos agentes públicos em segmentos de área e intervalos temporais. Em suas palavras,

Quando o Paes chegou teve o recadastramento, muita gente ficou na expectativa de tirar a licença, porque ele tinha prometido regularizar muita gente. E, na época, a gente soube que a Prefeitura ameaçou que os camelôs que ficassem participando de atos não iam ganhar a TUAP, muita gente ficou com medo. Depois quem ganhou a autorização ficou com medo de perder, porque eles podem tirar a qualquer hora. Também aumentou mais a divisão na rua entre quem tava ilegal e quem não tava. O discurso da prefeitura fez muita gente que ganhou licença para trabalhar começar a pensar só em si mesmo. Hoje tem camelô com licença que fala que não quer mais camelô na rua, pensando nas vendas. Então isso foi a primeira coisa. Mas teve outra coisa. Na época do César Maia a repressão tinha como foco o Centro e, quando iam fazer operação, os guardas atacavam em todas as ruas de uma vez, virava uma guerra, e a gente conseguia juntar todo mundo. Com o Paes, eles começaram a mexer com cada setor separado, tanto no Centro, como em outras partes da cidade, Zona Sul principalmente. Tipo faz um dia no Largo da Carioca, aí dias depois faz na praça XV, aí depois vai para Copacabana, tumultua tudo lá na zona sul, e depois volta para outro ponto do Centro. A gente passou a agir em cada região que sofria a repressão, correndo de um lado para o outro, tentando organizar os camelôs, cada grupo tinha uma situação e queria que seu problema fosse resolvido. Aí ficou mais difícil juntar todos os camelôs de uma vez, fazer um debate amplo sobre a política.⁵⁸⁴

O que percebemos é que ambas as estratégias trataram de fragmentar a categoria, dificultando a organização dos trabalhadores ambulantes. O MUCA, no entanto, seguiu se movimentando pela cidade e lutando pelos direitos de todos os camelôs.

No primeiro ano da gestão de Eduardo Paes também havia se iniciado uma forte mobilização pela reforma da Lei Municipal nº 1.876/92, gestada dentro do Fórum dos Ambulantes, com a participação de vereadores como Reimont (pelo PT), Leonel Brizola (pelo PDT) e Clarissa Garotinho (pelo PMDB). Os camelôs perceberam que, apesar do recadastramento, mesmo trabalhadores que ganhavam a autorização para o exercício da “camelotagem” não conseguiam se adequar a

⁵⁸⁴ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 16 de setembro de 2022.

legislação, que estava muito defasada, e terminavam por receber multas e outras sanções administrativas, quando não viravam alvo do recorrente abuso de autoridade dos guardas municipais.

No ano seguinte, a partir dos debates realizados entre a categoria foi criado o Projeto de Lei (PL) nº 779/2010, firmado por diversos vereadores, de distintos espectros políticos, mas que foi principalmente encampado pelo então vereador Reimont, que presidiu por diversas vezes na Câmara Municipal as Comissões Especiais Temporárias sobre o comércio ambulante. O MUCA, que, à época, criou uma relação estreita com o mandato de Reimont, foi o principal protagonista nas discussões travadas no legislativo municipal, tendo participado de muitas audiências públicas e reuniões. Já nas ruas, o movimento fazia pressão pela aprovação do projeto de lei e o fim da repressão, organizando frequentes atos políticos com a categoria. Somente após 7 anos de luta, foi possível a aprovação do novo texto legal – lei municipal nº 6.272/2017 – uma grande conquista para o movimento e todos os trabalhadores ambulantes. Em pesquisa anterior, esta pesquisadora realizou uma entrevista com o então vereador Reimont, que esteve muito próximo do movimento social entre 2009-2018, tratando de entender como havia se dado essa articulação. E o relato do parlamentar, espontaneamente, partiu do processo de criminalização e repressão dos trabalhadores ambulantes:

Eu, quando fui eleito em 2008, não tinha nenhuma relação com os ambulantes, a não ser aquilo que de certa forma machucava todos nós que passávamos no centro do Rio de Janeiro, que era o confronto que acontecia entre a guarda municipal e os camelôs, de pedra voando para todos os lados. Aí quando eu fui eleito em 2008... em 2009 eu tomei posse no dia 8 de janeiro, e pensei que o meu intuito era construir um mandato muito voltado para a defesa da educação. Isso era muito importante e tinha pano para manga. Mas começaram a bater na minha porta muitas outras demandas distintas da educação, apesar de que a educação não é uma caixinha fechada. Então, no início de fevereiro, eu estava no gabinete, e nem tinha aberto o gabinete ainda, estava reunindo os assessores, quando o telefone tocou e me disseram que tinha alguém me chamando. Quando atendi era uma moça muito nervosa, que disse o seguinte: “Olha só vereador, eu não votei em você, não te conheço, não sei quem você é, mas você é do PT, e eu também sou. E se você está disposto a honrar um mandato petista, você tem que vir aqui pra 5ª Delegacia de Polícia, na Gomes Freire, porque estão acontecendo arbitrariedade com os trabalhadores das ruas da cidade!”. Eu fiquei muito impactado com a notícia, e não sabia muito bem o que fazer. Para mim era tudo muito novo, mas no impulso levantei e fui para lá. Encontrei um grupo de camelôs sendo colocado na parede pelo delegado que empurrava eles para assumirem que eles haviam agredido a Guarda Municipal. Essa moça era a Maria.⁵⁸⁵

⁵⁸⁵ Entrevista concedida a essa pesquisadora no dia 19 de janeiro de 2017, que se encontra disponível em REIMONT apud BONAN, 2017, p. 142.

O episódio narrado pelo vereador trata da detenção de Maria dos Camelôs no início de 2009, já relatada nesta pesquisa. Foi a partir desse chamado, para auxiliar os trabalhadores ambulantes detidos, que o parlamentar passou a ser introduzido no debate do comércio ambulante. Aquele era o seu primeiro mandato na vereança e o MUCA já acumulava um intenso debate a respeito dos direitos dos camelôs, inclusive costurando alianças dentro da Câmara Municipal, em especial com parlamentares do Partido dos Trabalhadores. Reimont, então, tomou a iniciativa de organizar espaços de discussão dentro do Legislativo Municipal para tratar dos temas da “camelotagem” junto ao movimento social e à categoria dos trabalhadores ambulantes:

Quando a gente pensou nesse processo buscamos ver como o parlamento poderia ajudar isso. E aí foi quando a gente descobriu que era importante participar das comissões especiais, com apoio de vereadores que topem discutir o tema. Consegui adesão de alguns vereadores, e abrimos a comissão especial para discutir essa lei. Os vereadores assinaram como um pacto de solidariedade. Ou seja, eles assinaram, mas não queriam participar da comissão. Eles esperavam apenas reciprocidade, mas deixaram na minha mão. Acabamos criando um instrumento extra-oficial que seria uma comissão com participação da sociedade civil, e os camelôs toparam participar com a gente. É o que chamo de “presentatividade”, diferente de representatividade, é o que difere a democracia representativa para a democracia participativa. Nós então continuamos nessa luta e fizemos alguns encontros para além da comissão, que foram encontros com os camelôs para estudar a nossa lei. O marco dessa discussão é que nós fizemos uma grande assembleia de dois dias dos camelôs, com assessoria do SEBRAE. Foram dois dias, mais de 300 camelôs, no sindicato (SINTEL) na Tijuca, no início de 2010. E apresentamos o PL 779, que tramita com muita dificuldade. No governo do Eduardo Paes não conseguimos passar. [...] ⁵⁸⁶

Enquanto resistiam ao “Choque de Ordem” e lutavam pelo direito ao trabalho das e dos camelôs, o movimento social também manteve sua articulação com outros movimentos e organizações das lutas sociais da cidade do Rio de Janeiro, que entre os anos de 2009-2016 foram sacudidas por políticas excludentes, decorrentes da implementação do modelo de “cidade olímpica”. Como já mencionado, os camelôs foram diretamente afetados e as remoções de seus postos de trabalho ocasionaram reiterados casos de repressão e de violações de direitos. Assim, o MUCA foi um importante ator na organização coletiva das resistências e lutas sociais durante o intenso ciclo de megaeventos sediados na cidade carioca.

No ano de 2010, o movimento participou da fundação do Fórum Social Urbano e lançou o um manifesto intitulado *A Cidade é Nossa!*:

⁵⁸⁶ Ibid., p. 143.

A CIDADE É NÓS MANIFESTO A CIDADE É NOSSA.

Nós, as pessoas que vivemos nas cidades, deveríamos ser o principal a ser considerado nos projetos de urbanização, mas os planos são feitos para os negócios, os investimentos, a roda da fortuna. Então, nós moradores das cidades somos apenas acessórios, nossos trabalhos, meios de transporte e moradia são pensados com objetivo de criar um ambiente saudável para as empresas, criando segurança para os investimentos.

A segurança da vida, a felicidade, são pequenos detalhes que eles procuram remediar conforme as possibilidades. Mas os lucros têm que ser garantidos, a qualquer custo, conforme observamos nesta última crise do capitalismo, quando o dinheiro do povo foi usado para cobrir as negociações temerárias dos banqueiros.

A ONU vem a nossa cidade com o Fórum Mundial Urbano discutir como devem ser o planejamento das cidades. Com certeza não vão questionar a essência de todos os erros, que está no egoísmo e no roubo que representa a propriedade privada do capital.

A humanidade com seu trabalho, com seus conhecimentos, constrói as empresas que usam matérias primas do planeta Terra, essas riquezas naturais deveriam pertencer e beneficiar a todos. Porém, o sistema capitalista tem a lógica de apropriação das riquezas, de incentivo ao consumismo e individualismo exagerado. Fazer ruim para durar pouco e vender sempre mais, mudar o estilo, a moda para promover o desejo de se comprar o novo, sempre mais e mais. Enquanto não frearmos esta lógica não adiantará planos para conter o monstro. As empresas corrompem os políticos, fazem suas campanhas e exigem ser a prioridade do Estado.

Nós estamos realizando o Fórum Social Urbano para demonstrar o óbvio, que esta doença chamada capitalismo, faz de tudo para esconder. Outra cidade é possível fora desta lógica, é só socializar, aceitar que todas as riquezas devem pertencer a todos, devem ser administradas pelos mais competentes trabalhadores, deve haver participação de todos os interessados na gestão das riquezas. O estado deve estimular a educação, o conhecimento, a liberdade, a livre iniciativa, a autonomia das empresas, estas devem ser geridas pelos trabalhadores e devem ter autonomia de gerir seu capital, mas o capital deve pertencer ou beneficiar a vida. Quando começarmos a pensar na gestão da sociedade, com democracia, liberdade, autonomia e solidariedade, então estaremos construindo um mundo melhor, uma cidade que possa propiciar a felicidade.

Além de denunciar as crueldades que este sistema vem fazendo com as pessoas, devemos denunciar qual é o cerne da questão e qual é o caminho, que alternativa trará solução para tantas vidas excluídas de um mínimo de conforto, mas poderemos obter mais que o conforto material, nós poderemos realizar uma sociedade saudável, poderemos propiciar, com a educação e com a cultura da solidariedade, a feliz cidade que todos desejamos.⁵⁸⁷

O radical manifesto ainda não mencionava o termo *direito à cidade*, que, embora encontre raízes em um texto publicado pelo sociólogo e filósofo Henri Lefebvre, ainda em 1968, voltou para as agendas dos fóruns de discussão urbana no início dos anos 2000⁵⁸⁸ e foi popularizado naquele acelerado período de disputas

⁵⁸⁷ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **A Cidade é Nós! Manifesto A Cidade é Nossa!** Rio de Janeiro: MUCA, 2010. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/>. Acesso em: 27 mar. 2023

⁵⁸⁸ Ainda em 2001, o Fórum Social Mundial passou a defender uma forte agenda do Direito à Cidade. Em 2005, o Brasil, através de seu Ministro das Cidades, aderiu a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, dirigida ao fortalecimento dos processos, reivindicações e lutas urbanas. Entre as

políticas sobre a questão urbana, marcado especialmente pela publicação em português do livro *Cidades Rebeldes*, do geógrafo David Harvey, no ano de 2014⁵⁸⁹. Os movimentos sociais urbanos reivindicavam efetiva participação política na produção e gestão pública do espaço urbano, além de verdadeiro acesso à uma gama de direitos sociais, desafiando o choque de neoliberalização embutido no modelo de *cidade global*. As cidades estavam borbulhando e diversos autores passaram a teorizar sobre aquele fenômeno⁵⁹⁰, apresentando o *direito à cidade* enquanto uma categoria de luta para esses movimentos.

Foi, então, no contexto dos megaeventos, quando o *direito à cidade* ressurgiu com força nos espaços coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro, se apresentando como uma ferramenta para as disputas políticas dos movimentos sociais, que o MUCA o incorporou⁵⁹¹ e assumiu um papel ainda mais engajado em outras pautas que não eram especificamente do trabalho ambulante, mas que afetavam diretamente a vida dos camelôs, ampliando também suas estratégias de mobilização:

Após as reflexões no Fórum Social Urbano, nos aproximando de outras lutas como pela moradia e o direito a cidade. Agora temos que reunir as forças, os companheiros e companheiras para traçar nossos rumos. Vamos colocar o questionário nas ruas, aquele elaborado junto com a Defensoria Pública, para levantar dados concretos do que vem acontecendo com os camelôs.

Faremos uma ampla reunião no dia 15 de abril e vamos eleger uma coordenação do MUCA e encaminhar nossas lutas. Vamos esperar as licenças até quando? O cadastramento foi feito, mas sabemos que na área da Tijuca haverá a distribuição de TUAPs, mas no Centro e Madureira teremos que esperar, enquanto isso continuamos correndo da Guarda Municipal ou pagamos arrego, ou taxas para associações, ou diárias para feiras. Precisamos construir e fortalecer uma representação autêntica, que defenda os interesses da maioria dos trabalhadores. O MUCA já demonstrou várias vezes estar ao lado dos que enfrentam dificuldades.

Com o pretexto de organizar a cidade para a Copa do Mundo continuarão as arbitrariedades do Choque de Ordem e os ambulantes continuarão a serem

disposições do instrumento, em seu artigo XV encontramos menção expressa sobre o trabalho ambulante: “As cidades se comprometem a promover a integração progressiva do comércio informal que realizam as pessoas com pouca renda ou desempregadas, evitando a eliminação e disposição de espaços para o exercício de políticas adequadas para sua incorporação na economia urbana”. Disponível em: <https://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/08/Carta-Mundial-pelo-Direito-%C3%A0-Cidade.pdf> Acesso em: 27 mar. 2023.

⁵⁸⁹ HARVEY, 2014.

⁵⁹⁰ Um ano antes da publicação da obra citada, havia sido publicada outra obra com o mesmo título, por uma série de autores internacionais, David Harvey, Erminia Maricato, Mike Davis, Ruy Braga, Slavoj Žižek, Mauro Luis Iasi, Felipe Brito, Carlos Vainer, Venício A. de Lima, Jorge Luiz Souto Maior, João Alexandre Peschanski, Lincoln Secco, Leonardo Sakamoto, MPL São Paulo, Pedro Rocha de Oliveira e Silvia Viana, todos abordando as chamadas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Ver HARVEY, David *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo Editorial, 2013.

⁵⁹¹ Esse tema foi tratado de forma mais aprofundada em pesquisa anterior já mencionada. Ver BONAN, 2017.

perseguidos, só com nossa organização e com nossa luta, através da participação em assembléias é que poderemos conquistar o respeito das autoridades e dos cidadãos. Vamos defender nosso direito ao trabalho e a cidade.

Eles deveriam colocar em ordem os serviços públicos de Educação, as escolas municipais estão piores, os hospitais e postos de saúde continuam ruins e os transportes também sempre lotados, com engarrafamentos e muito desrespeito aos cidadãos pobres na nossa cidade.

A nossa voz pode ser o MUCA depende de sua participação, o medo e a submissão constroem nossa desunião. Quando homens e mulheres enfrentarem seus problemas com coragem e determinação haverá possibilidade de conquistar uma cidade digna para nós e nossos filhos.

Convidamos a todos os trabalhadores ambulantes para reunião dia 15 de abril às 16hs na av. Presidente Vargas 502 /15º andar, no auditório da Central Única dos Trabalhadores.⁵⁹²

Além do *direito à cidade*, o MUCA chegou a dialogar com uma certa noção sobre a produção e o direito do *comum*⁵⁹³, outra chave de leitura teórica que se apresentava naquele cenário. Em realidade, o próprio David Harvey tratou de dialogar com a categoria do *comum* para a sua construção teórica sobre o *direito à cidade*⁵⁹⁴. O contato dos integrantes do MUCA com o *comum* se deu a partir dos diálogos entre o movimento social e a Universidade Nômade (UniNômade), uma rede de ativistas e pesquisadores críticos. No entanto, acreditamos que a noção de *comum* não pegou entre os camelôs em função de uma certa erudição dos discursos de seus comunicadores, que dificultaram a compreensão dos trabalhadores ambulantes acerca da concepção teórica e relevância prática da categoria – de tal sorte que não vamos aprofundá-la, embora acreditamos que o *direito do comum*⁵⁹⁵ poderia ser uma boa ferramenta para o movimento social⁵⁹⁶.

Durante aqueles anos, o movimento participou ativamente do Fórum Social Urbano e do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, tendo inclusive participado

⁵⁹² MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **A hora é essa**. Rio de Janeiro: MUCA, 2010c. Publicado em 28 de março de 2010. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

⁵⁹³ Esse “comum” pode ser compreendido como categoria do pensamento político crítico, que não só demarca seu conteúdo filosófico sobre a prática (concreto) e a reflexão (abstrato) das experiências e vivências de “comuns”, como também reflete o poder dos sujeitos coletivos nas práticas e lutas que propõem novos modelos de pensar e organizar a sociedade. Assim, o “comum”, enquanto fio condutor dos processos de resistência na cidade, permitiria compreender os mesmos como verdadeiras fontes de instituição e de direito. Ver DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

⁵⁹⁴ Apesar das discordâncias teóricas e metodológicas, Harvey trabalhou com as perspectivas de Hardt e Negri para a fundamentação de seu conceito de “direito à cidade”. HAVEY, 2014, p. 134.

⁵⁹⁵ Ver DARDOT; LAVAL, 2017.

⁵⁹⁶ Nesse sentido, registra-se uma sugestão aos pesquisadores e ativistas que trabalham com a categoria a realização de oficinas pedagógicas populares que busquem aproximar os trabalhadores ambulantes de tais leituras, o que foi extensamente realizado para a introdução do debate sobre os “direitos humanos” e sobre o “direito à cidade” junto ao Movimento Unido dos Camelôs.

do levantamento e da análise de dados para a elaboração dos dossiês “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”⁵⁹⁷. Com a colaboração do MUCA foi possível lançar, pelo Comitê Popular e pela Plataforma Dhesca Brasil, o “Dossiê de Violações ao Direito ao Trabalho e ao Direito à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro”, no ano de 2014⁵⁹⁸. As organizações foram a campo realizar diretamente o levantamento das violações de direitos humanos dos trabalhadores ambulantes e o MUCA levou as bandeiras de lutas da categoria para dentro da ampla discussão sobre os impactos dos megaeventos na cidade carioca.

Organizações de direitos humanos fazem missão para ouvir denúncias de camelôs no Rio de Janeiro.

Os trabalhadores informais do Rio de Janeiro têm tido muitas queixas sobre a atuação da Prefeitura do Rio no cerceamento do seu direito ao trabalho. Por isso, através do Movimento Unido dos Camelôs (Muca), vão organizar uma missão que contará com a presença da Plataforma Dhesca e do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas na próxima terça-feira (9/9), no Centro da cidade.

“Nós saímos de casa cedo para batalhar o sustento das nossas famílias e ainda somos chamados de bandidos. Foi só passar a Copa que a Prefeitura aumentou a covardia contra os camelôs”, disse Maria dos Camelôs, do Muca. “A Guarda Municipal persegue os que trabalham com protocolo no Centro. O Choque de Ordem invade e destrói os depósitos, rouba mercadorias, barracas e equipamentos de trabalho. Não vamos tolerar mais essa situação”, finalizou.

As entidades oficiaram a Prefeitura do Rio e esperam ser recebidas pelo prefeito Eduardo Paes no dia seguinte à missão, na quarta-feira (10). Após essa reunião, pretende-se fazer um pronunciamento com o balanço da missão.

Os camelôs querem que haja uma revisão do cadastramento feito por Rodrigo Bethlem, ex-secretário municipal de Ordem Pública denunciado por corrupção; a construção e a legalização de depósitos para guardar barracas e mercadorias; a revisão da Lei 1876/92 na Câmara de Vereadores, para garantir o aumento de autorizações e critérios mais justos para o comércio ambulante; e que a Guarda Municipal seja afastada da fiscalização do comércio ambulante, já que essa não é sua função legal.⁵⁹⁹

Ainda através da articulação do Comitê Popular, o movimento organizou atividades nas Jornadas de Lutas dos Jogos da Exclusão, realizadas em agosto de 2016. Além disso, o MUCA prestou forte apoio às ocupações de moradia da cidade, à Comunidade do Morro da Previdência, à Comunidade da Vila Autódromo e à

⁵⁹⁷ O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro lançou diversas versões desse dossiê ao longo dos anos de 2012 a 2016, atualizando as informações sobre as violações dos direitos humanos na cidade, no contexto dos megaeventos. Esses dossiês são possíveis de acessar no sítio online Memórias das Olimpíadas, da Fundação Rui Barbosa, que se encontra Disponível em: <http://www.memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

⁵⁹⁸ COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO; PLATAFORMA DHESCA BRASIL, 2014

⁵⁹⁹ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. Organizações de direitos humanos fazem missão para ouvir denúncias de camelôs no Rio de Janeiro nesta terça (9/9). Publicado em 07 de setembro de 2014. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/page/3/>.

Aldeia Maracanã, ameaçadas de remoções. Essas são apenas pinceladas que buscam evidenciar sentidos sobre a organização do MUCA no contexto dos megaeventos (2009-2016), tendo em vista que foram muitas as ações coletivas colocadas em prática pelo movimento social. Segundo Maria dos Camelôs, o principal legado da Copa e das Olimpíadas foram as articulações das lutas sociais urbanas e a ampliação do repertório de ações coletivas:

Época da Copa e das Olimpíadas a gente fez muita luta. Porque tinha remoção para todos os lados, e não era só remoção de camelô. A gente se organizou no Fórum Social Urbano e no Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas e deu para fazer muita coisa. Eu tive muito aprendizado ali. O MUCA já participava de outras lutas, como a de moradia, muitos camelôs moram em ocupação, eu mesma morei na Chiquinha Gonzaga, e também tinha a luta pela saúde, a gente discutiu muito os hospitais no Comitê Popular do Pan, mas acho que foi ali que fortaleceu muito essa articulação. A gente passou a discutir muitas pautas com os camelôs, direito à moradia, transporte, educação, saúde, cultura, com a ajuda dessas articulações com os outros movimentos. O legado da Copa e das Olimpíadas para a gente foi esse, porque de resto foi tudo muito ruim. A gente viveu muita repressão e dificuldade de trabalhar, tanto que chamávamos de Jogos da Exclusão.⁶⁰⁰

Esse período também foi marcado, como já observamos, pela introdução da política de mercantilização do Carnaval de rua do Rio de Janeiro, uma tentativa de enfiar a lógica dos megaeventos internacionais na maior festa popular do país, uma marca da identidade cultural carioca. O MUCA passou a organizar os trabalhadores ambulantes para resistir a esse modelo de privatização do carnaval, que os impede de trabalhar livremente e os coloca na mira da repressão, realizando diversas ações políticas com blocos de carnaval da cidade.

No primeiro tópico do segundo capítulo comentamos sobre um episódio de violenta repressão da GM-Rio aos camelôs na “Abertura Não Oficial do Carnaval Carioca”, em 03 de janeiro de 2016. Para seguir nessa ilustração, trazemos aqui uma ação coletiva, construída com a participação do movimento, a partir de uma articulação que se deu em decorrência daqueles fatos. A excessiva belicosidade dos agentes contra os camelôs, e até mesmo contra os foliões que estavam no local, motivou o “Ocupa Carnaval”, uma ocupação cultural organizada por uma frente artística de militantes de esquerda, a construir com o MUCA o “CamelAto”. O protesto, que ocorreu em 03 de fevereiro de 2016 no Centro da cidade, se utilizou de intervenções artísticas e de elementos próprios do carnaval, como o tom satírico das paródias das marchinhas, para denunciar a violência sistemática que atinge os

⁶⁰⁰ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 10 de junho de 2022.

camelôs e exigir os direitos desses trabalhadores. Na ocasião, após uma concentração com diversas falas de integrantes do MUCA, os músicos do “BlocAto Nada Deve Parecer Impossível de Mudar” tocaram seus instrumentos para camelôs e foliões que caminharam entoando “Se você for sentinela, o camelô se esfola, guarda marrom e amarela, o camelô se esfola”.

Desde então, o MUCA tem contado com um forte apoio dos blocos de carnaval da cidade carioca, que trazem elementos lúdicos para as manifestações dos camelôs, são ativos nas campanhas do movimento e participam de ações de arrecadação de recursos, alimentos e outros itens essenciais, voltadas para atender à necessidade dos trabalhadores ambulantes, impedidos de trabalhar.

Ainda no final do longo ciclo da primeira gestão municipal de Eduardo Paes, se iniciou uma forte mobilização pelo armamento da GM-Rio e essa passou a ser uma das principais preocupações dos camelôs, que já sofriam com a intensa violência de seus agentes e com processos de criminalização. Segundo a coordenação do MUCA, a partir de 2014, após a criação da Lei Geral da Guarda Municipal (Lei Federal n.º 13.022/2014), um dos principais eixos de mobilização do movimento passou a ser barrar as inúmeras tentativas de armar a Guarda Municipal carioca. “Nós já somos o alvo, seria como botar uma arma na nossa cabeça”, diz André Pacheco, integrante da coordenação do movimento⁶⁰¹.

Como vimos, o debate sobre uma pretensa “segurança pública municipal” se intensificou muito naqueles anos no cenário nacional e a gestão municipal seguinte, de Marcelo Crivella, embora tenha permitido um pouco mais de flexibilidade nas ruas, em especial no início de governo, turbinou a pauta do armamento (letal, de fogo) da GM-Rio. O movimento, que já tinha empreendido fortes mobilizações contra o uso do armamento “menos letal”, realizou diversas manifestações públicas com vistas a obstaculizar um perigo real aos camelôs, entrar em rota de colisão com guardas municipais portando armas de fogo pelas ruas da cidade. De acordo com Maria dos Camelôs, “Resistir ao projeto da Guarda Armada é questão de vida ou morte”.⁶⁰²

Em agosto de 2020, em um contexto de isolamento social ocasionado pela pandemia do Covid-19, o MUCA lançou uma campanha chamada #GuardaArmadaNão, usando de estratégias de comunicação de redes, em ambiente

⁶⁰¹ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 07 de novembro de 2020.

⁶⁰² Comunicação particular realizada à pesquisadora em 07 de novembro de 2020

virtual. O objetivo do movimento era não só impedir a tramitação e aprovação do PELOM n.º 23/2018, de autoria do vereador Jones Moura, mas também mobilizar um debate político com a sociedade carioca, fortalecendo a luta contra o armamento da GM-Rio. A campanha cresceu de forma orgânica e, com as flexibilizações das medidas sanitárias, também alcançou as ruas. Com a pressão do movimento, a proposta foi retirada algumas vezes de pauta e ainda hoje o projeto se encontra pendente de votação. A mobilização se mantém, nas ruas e nas redes, porém a intensidade do fluxo da campanha é variável, pois se intensifica quando o movimento avalia que há ameaças mais concretas.

Vale destacar que a #GuardaArmadaNão marca um uso mais ativo das novas plataformas virtuais de comunicação pelo MUCA, que já buscava pautar a imprensa e possuía *blogs* para difundir seus ideais de luta e suas ações coletivas, tratando de conscientizar e mobilizar a sociedade civil. Convidamos o assessor de comunicação do MUCA-RJ, Guilherme Faro Bonan, para detalhar a campanha:

Em âmbito nacional estava acontecendo um movimento de várias Guardas Municipais estarem sendo armadas com arma de fogo. E havia um PL [PELOM n.º 23/2018] tramitando na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro no mesmo sentido, que estava preocupando muito os camelôs. Alguns guardas municipais começaram a vir nas nossas redes para atacar. E, percebemos que existia uma campanha interna entre os guardas municipais, promovida pelo próprio vereador, com grupos em facebook, que a gente começou a mapear. O movimento social pautou, com urgência, a necessidade de barrar o PL [PELOM n.º 23/2018]. E tinha a pandemia. Nossa proposta foi criar uma contra narrativa para pressionar o máximo possível os parlamentares e o Executivo desmontando o discurso de que a Guarda Municipal armada seria mais eficiente na segurança pública. E a ideia era trazer essa contra narrativa de um lugar, de uma visão, que é a dos camelôs, de um povo marginalizado. Fizemos uma grande reunião com nossos parceiros parlamentares para articular apoio e implementamos uma série de ações. Fizemos diversas *lives* com especialistas, representantes políticos e figuras públicas para discutir o tema. Foi feita uma logo já trazendo a *hashtag* criada, para mobilizar nas redes. O legal da *hashtag* é que ela produz também um arquivo de memória virtual, se você procurar lá, encontra milhares de menções. A gente também fazia registros dos camelôs segurando a placa com a logo da campanha e dando seu depoimento contra o armamento da GM-Rio, ampliando as vozes desses trabalhadores. Dentro da campanha a gente implementou uma brincadeira de “desafios”, que se iniciou com as figuras públicas desafiando umas às outras a dizer porque a guarda não deveria ser armada. A ideia inicial era ser a nível municipal, mas fomos ganhando apoio de parlamentares em esfera estadual e federal. Também criamos um site de pressão, numa parceria com o Meu Rio, onde as pessoas podiam pressionar enviando e-mails para os parlamentares votarem contra o projeto. Quando teve a flexibilização, fizemos vários atos, distribuíamos panfletos, enquanto também entregávamos cestas básicas, para ajudar os camelôs na pandemia. E chegamos a fazer releases sobre os atos que estávamos promovendo e jogando para a imprensa. A campanha cresceu de forma bem orgânica, nas redes e nas ruas. A ideia era mobilizar tanto a categoria, mas também a sociedade civil como um todo nesse debate. E de fato a gente alcançou

esse resultado, criando um engajamento de diversos grupos políticos, afinando e costurando com as parcerias já existentes, criando acumulo para o debate. O MUCA também conseguiu, através da sua assessoria jurídica, trazer temas mais complexos como a inconstitucionalidade das funções exercidas pela guarda, trazendo referências mais robustas para dentro da campanha. A proposta de construir uma outra narrativa deu muito certo e a gente percebeu que incomodou bastante a Guarda Municipal e a Prefeitura.⁶⁰³

As ações coletivas organizadas pelo MUCA foram essenciais para frear a escalada de militarização da cidade carioca. Segundo declara Maria dos Camelôs, “Se não fosse pelo MUCA, eles já tinham armado a Guarda, sempre foram os camelôs na linha de frente contra o armamento, a gente fez muito ato na rua, entregou panfleto, discutiu com a categoria e sempre encheu as galerias com faixas, protestando, nas sessões da Câmara, nem na pandemia a gente parou, porque começamos a usar mais as redes sociais também”⁶⁰⁴.

Em março de 2021, o MUCA participou de uma audiência pública na Câmara dos Vereadores e aproveitou o momento para apelar aos parlamentares pelo voto contrário ao armamento da GM-Rio, pautando não só o perigo de vida aos trabalhadores ambulantes, frequentemente criminalizados e expostos à violência estatal, mas também a incoerência em investir em armamento, num momento em que a prioridade deveria ser de investimentos em vacinas, em subsídios aos trabalhadores vulnerabilizados e outras medidas para a efetivação de direitos durante a pandemia do COVID-19. Os camelôs rechaçaram, mais uma vez, a associação do comércio ambulante à “bandidagem” e ressaltaram que essa aparente incoerência, em realidade, demonstrava a *necropolítica* que atinge os trabalhadores ambulantes, relembrando o “Choque de Ordem” e as políticas de exclusão das Olimpíadas:

Em audiência pública realizada pela Comissão de Cultura da Câmara de Vereadores do Rio, no dia 11 de março, o Inspetor Geral, José Ricardo, fez um discurso absurdo de criminalização dos trabalhadores camelôs, nos apontando como uma organização criminosa responsável pela desordem pública da cidade. Para o Inspetor Geral, aí estaria um dos principais motivos para armar a guarda municipal: combater os camelôs e suas atividades.

Teremos, então, um renovado Choque de Ordem com armas letais?

A fala do representante da Guarda Municipal é absurda em muitos sentidos. O primeiro deles está na criminalização de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que lutam para garantir as condições de vida de suas famílias, por meio da comercialização de produtos nas ruas. Quem nunca se viu precisando de algo na rua e que só conseguiu com o camelô? Em segundo lugar, ao culpar os camelôs pela

⁶⁰³ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 13 de outubro de 2022.

⁶⁰⁴ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 10 de outubro de 2022.

desordem pública do Rio de Janeiro, o Inspetor Geral mostra total desconhecimento da cidade – a desordem no Rio de Janeiro é causada pela pobreza, pela violência dos agentes do Estado, pela ausência de políticas públicas de moradia, de trabalho, de saúde, de transporte, de cultura.

Com essa fala escancarada de ódio aos camelôs, cai a farsa do respeito à vida e da compreensão sobre a necessidade de sobrevivência das pessoas desempregadas, e entra em cena a militarização da cidade e a segregação das pessoas mais vulneráveis que devem ficar nos seus guetos, onde a polícia militar entra atirando e matando, o que chamamos de necropolítica: é o Estado tendo a morte como política para determinados grupos.

O vereador Jones Moura, autor do projeto que emenda a Lei Orgânica do Município, sustenta argumentos semelhantes e diz que o armamento é mero instrumento de trabalho e que estamos reduzindo o debate. Para o vereador, o papel da Guarda Municipal é contribuir para a segurança pública e esse mero instrumento de trabalho – ou seja, arma letal! – pode ajudar a evitar a “violência dos bandidos”. Quem é o bandido que eles pretendem combater? Pelas falas do Inspetor Geral, o bandido é o camelô.

Todo esse discurso busca suscitar o medo das pessoas para apresentar a “solução”: mais autoritarismo, mais força, mais capacidade de matar – um discurso típico da extrema-direita.

O Movimento Unido dos Camelôs, que organiza a campanha #GuardaArmadaNão, estava presente nessa audiência pública demonstrando a insensibilidade do governo Eduardo Paes, que durante a grave crise sanitária e econômica causada pela pandemia decide apoiar um projeto no legislativo para armar a Guarda Municipal. Todo esse processo é ainda mais autoritário, dado o momento em que as reuniões não podem ser presenciais, quando os mais atingidos não poderão se manifestar.

Apelamos aos parlamentares: a hora é de investir na compra de vacinas, de aumentar as condições do isolamento social, garantir o auxílio emergencial, oferecer renda básica aos cariocas e promover campanhas para doação de cestas básicas e materiais de higiene. Também temos que cuidar do aumento da oferta de transportes públicos para evitar aglomerações, entre diversas outras medidas que podem ser organizadas para conter a propagação da covid 19 e evitar o colapso dos serviços públicos de saúde.

Assistimos ao desespero das pessoas que precisam trabalhar para prover sua subsistência, a angústia das pessoas que buscam atendimento no serviço de saúde, mas ao invés da prefeitura responder as necessidades mais urgentes da população, vemos a discussão da utilização de armas pelos guardas municipais.

Parece que o prefeito Eduardo Paes deseja reeditar o Choque de Ordem, de triste lembrança para os camelôs e para as famílias que perderam suas moradias na grande campanha de remoção que preparou a cidade para a Copa do Mundo e para as Olimpíadas.

#GuardaArmadaNão⁶⁰⁵

O retorno de Eduardo Paes à Prefeitura do Rio de Janeiro, no ano de 2021, marcou uma recondução da política de remoção e repressão ao comércio informal. Ao iniciar seu novo governo implementando o Projeto Reviver Centro, a 1º fase de ordenação do comércio ambulante no Centro da cidade, removeu centenas de

⁶⁰⁵ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Haverá novo choque de ordem com a guarda municipal armada?** Rio de Janeiro: MUCA, 2021a. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/tag/guardaarmadanao/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

trabalhadores da região. Dessa vez, no lugar de regularizar uma parcela dos ambulantes, a Prefeitura realizou cancelamentos de autorizações naquela região e colocou os agentes municipais para impedir os camelôs irregulares de trabalhar. Diante disso, o MUCA vem, nos últimos dois anos, realizando diversas mobilizações contra a política de enfrentamento ao comércio ambulante no Centro, incluindo passeatas, ocupações de espaços públicos, com trancamentos de vias etc.

No primeiro capítulo, ao apresentar o movimento social, trouxemos um pouco da atuação do MUCA na discussão do Programa “Reviver Centro”, com destaque a defesa dos camelôs retirados do Largo da Carioca. O movimento chegou a trancar a via do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT Carioca), na altura da Avenida Rio Branco com a Rua Nilo Peçanha, duas vezes, para exigir o diálogo com a categoria, o direito ao trabalho e o fim da violência contra os trabalhadores ambulantes. No primeiro ato político com os camelôs da região, em 24 de junho de 2021, os manifestantes levaram uma grande faixa com os dizeres “Reviver Centro com os Camelôs” e uma caixa de som, pela qual transmitiram os áudios do Prefeito Eduardo Paes com suas promessas de campanha para os ambulantes, além de distribuírem cestas básicas para os trabalhadores impedidos de exercer seu “ganha-pão”⁶⁰⁶. Já em 27 de outubro de 2021, após a Prefeitura descumprir os combinados firmados em reunião realizada em 29 de junho daquele ano, com o Secretário de Ordem Pública, Brenno Carnevale, o Comando da GM-Rio e o movimento social, o MUCA realizou novo protesto nos mesmos moldes do anterior⁶⁰⁷. Os camelôs removidos há dois anos não foram reassentados em sua totalidade, e seguem como alvos de repressão dos agentes estatais.

O MUCA continua lutando nas ruas com a campanha “Reviver Centro com os Camelôs” e discutindo a matéria nos espaços institucionais, inclusive com a própria Prefeitura, em reuniões com a SEOP. Em 24 de março de 2022, o movimento realizou a “Marcha dos Camelôs” pelas ruas do Centro da cidade, que

⁶⁰⁶ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **MUCA - Movimento Unido dos Camelôs está se manifestando nessa quinta-feira desde 9h contra a expulsão dos camelôs do Corredor Cultural [...]**. Rio de Janeiro, 24 jun. 2021b. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQgdcO3Jemm/>. Acesso em: 24 mar. 2023. e MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Nós do MUCA reivindicamos diálogo com a Prefeitura do Rio para implementação do programa Reviver Centro [...]**. Rio de Janeiro, 24 jun. 2021c. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQhAxdgpDld/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

⁶⁰⁷ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Movimento Unido dos Camelôs (MUCA-RJ) está em negociação com a Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro (SEOP) [...]**. Rio de Janeiro, 27 out. 2021d. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVjD-eVJF-Q/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

foi fortemente reprimida pelos agentes do Grupamento de Operações Especiais (GOE) da GM-Rio. No entanto, à violência do poder público não intimidou os camelôs do MUCA, que assim se pronunciaram:

Hoje tivemos a Marcha dos Camelôs um ato pacífico em defesa de nossos direitos... obviamente a Guarda Municipal não conseguiu se conter e a pedido do prefeito @eduardopaes tivemos um momento de truculência.

A gente quer deixar claro que isso não nos assusta, que estaremos nas ruas tanto trabalhando como também manifestando.

Agradecemos a todos que cooperaram e vamos em frente. Amanhã trazemos mais novidades e as repercussões após nossa mobilização. O MUCA está mais forte do que nunca. Vamos em frente!!⁶⁰⁸

O retorno da repressão e a dificuldade dos camelôs em exercerem suas atividades laborais fizeram com que o movimento criasse uma grande bandeira, da cor preta, com os dizeres “SOS CAMELÔS!”, em letras brancas, que segundo Maria dos Camelôs representa “um pedido de paz no meio de tanta guerra”⁶⁰⁹. O “bandeirão” passou a ser utilizado em diversos atos políticos do movimento social na nova gestão do Eduardo Paes. Já em 23 de dezembro de 2022, às vésperas das comemorações natalinas, o MUCA levou uma árvore de natal decorada com cartas dos trabalhadores ambulantes da cidade ao gabinete do Prefeito Eduardo Paes. As cartas, coletadas nas ruas pelo movimento, continham desejos dos camelôs para o ano de 2023, como mais diálogo, menos violência e garantia de uma vida digna⁶¹⁰.

Naquele final de ano, os camelôs também passaram a lidar com as truculentas “Operações Verão 2022-23”. O ritmo empreendido pela Prefeitura na condução dessas operações, com incessantes ações violentas (todos os dias ao longo do verão), e a tentativa de criminalizar os camelôs que passaram a resistir às violações de seus direitos, incluindo às agressões físicas, conforme detalhado no segundo capítulo, indignou os camelôs de Copacabana, que chegaram a protagonizar cenas de resistência física aos injustos, atirando pedras em direção às viaturas da GM-Rio, como nos velhos tempos de César Maia:

⁶⁰⁸ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Hoje tivemos a Marcha dos Camelôs um ato pacífico em defesa de nossos direitos [...]**. Rio de Janeiro, 24 mar. 2022g. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbgL-NpsKjI/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

⁶⁰⁹ Comunicação particular realizada à pesquisadora 07 de outubro de 2020.

⁶¹⁰ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Dito e feito!! Hoje, 23/12/2022, nós do movimento @trabalhadoresdireitos e do Movimento Unido dos Camelôs entregamos essa árvore de Natal [...]**. Rio de Janeiro, 23 dez. 2022h. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cmg-l8JL0zL/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

Ambulantes revoltados contra a campanha de criminalização de sua profissão promovida pela Guarda Municipal (GM) do Rio de Janeiro responderam às covardias cometidas diariamente e atiraram pedras contra os agentes, atingindo um deles, e destruindo pelo menos três viaturas, na noite de 6 de março, no bairro de Copacabana.

Um agente foi encaminhado ao Hospital Miguel Couto, na Gávea. De acordo com a Secretaria de Ordem Pública (Seop), o “Setor de Inteligência” já tinha identificado que “alguns ambulantes planejavam os ataques contra os agentes da Guarda Municipal e da Seop”.

A revolta dos trabalhadores contra o prefeito Eduardo Paes (PSD) não é recente, uma vez que são diários os abusos contra os ambulantes. No dia 18 de janeiro, camelôs de toda a cidade do Rio de Janeiro realizaram um grande protesto no bairro de Copacabana contra as frequentes agressões e roubos de mercadorias por policiais da GM. Repudiando a repressão policial, eles fecharam uma via movimentada do bairro turístico⁶¹¹.

O MUCA, que vem recebendo as denúncias dos trabalhadores ambulantes do bairro de Copacabana desde o início da “Operação Verão 2022-23”, passou a organizar a luta de mais de uma centena de camelôs naquela região, com uma intensa agenda de atividades para combater às violências cometidas não só pelos agentes da GM-Rio e da SEOP, como da PMERJ, que hoje apoiam as ações de “controle urbano” por meio dos convênios firmados entre a Prefeitura e o Estado, e da própria Polícia Civil, que nas delegacias tende a abafar os abusos dos agentes estatais e incriminar os próprios camelôs pelas suas práticas de resistência.

A manifestação política citada no texto acima, realizada em 18 de janeiro de 2023, foi a primeiro de quatro ações coletivas organizadas pelo MUCA com os ambulantes de Copacabana no curto período de duas semanas, de muita pressão à Prefeitura. O ato, ocorrido pela manhã na Praça Serzedelo Correa, reuniu centenas de trabalhadores, vítimas das ações arbitrárias do poder público nas Operações de Verão. Os militantes do MUCA conduziram uma imagem de São Sebastião, padroeiro da cidade, durante o ato, lembrando que o santo também fora perseguido em prol dos seus ideais.

“Seguimos aguardando que o prefeito cumpra suas promessas de campanha e dê melhores condições de trabalho para a categoria. Ele segue sem dialogar e, pior, atuando com extrema violência contra ambulantes. Dia 20 é dia de São Sebastião e a gente está com essa imagem do santo padroeiro do Rio de Janeiro aqui para proteger os camelôs. O Eduardo Paes sempre anda com essa imagem debaixo do braço e nós queremos pedir ao prefeito que deixe os camelôs trabalharem. Somos trabalhadores! Vamos estar sempre na luta para colocar comida no prato dos nossos

⁶¹¹ MARIA, Giovanna. RJ: Ambulantes atiram pedras contra agentes e destroem três viaturas. **A Nova Democracia**, 07 mar. 2023. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/rj-revidando-covardia-da-guarda-municipal-ambulantes-atiram-pedras-contr-agentes-e-destroem-tres-viaturas/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

filhos! Não vamos abaixar a cabeça! Não vamos deixar nossos filhos serem marginalizados. Vamos continuar lutando por direitos! Camelo é trabalhador!”, bradava Maria dos Camelôs durante a caminhada pela orla de Copacabana.⁶¹²

Os manifestantes foram impedidos de utilizar o carro de som por agentes da Polícia Militar, embora os agentes não tenham apresentado fundamentos legais para esse impedimento, mesmo quando questionados por advogados da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ, bem como pelos representantes da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, também presentes.

Os camelôs caminharam, pela Avenida Atlântica, entoando as palavras de ordem “Não é mole não! O Eduardo não quer deixar o trabalhador ganhar o pão” e “Queremos trabalhar!”. Juntos carregaram faixas e cartazes com os dizeres: “Camelo não é saco de pancada!”, “A comida dos meus filhos importa”, “Pelo fim da violência!” e “Pelo direito à legalização!”. Considerando que o bairro de Copacabana é área de especial interesse turístico, habitada por muitos estrangeiros, também protestaram com uma faixa escrita em inglês “*Not Robbers*”. Durante o ato, o MUCA recolheu assinaturas para um manifesto civil, encaminhado posteriormente à Prefeitura. A manifestação dos camelôs teve grande repercussão na mídia e chegou a ser coberta pelo jornal televisivo RJTV⁶¹³.

Diante da continuidade das denúncias recebidas pelo movimento, incluindo agressões físicas, com uso de armas “menos letais”, como *spray* de pimenta e choque elétrico, e registros de ocorrência contra trabalhadores ambulantes lavrados na 12ª Delegacia de Polícia de Copacabana, o MUCA realizou, uma semana após o primeiro ato, uma reunião com os camelôs da região. Ali mesmo encaminharam um novo protesto:

Na quarta-feira (25) fizemos uma mobilização espontânea em Copacabana diante de mais dias violentos para nossa categoria. A sensação é que estamos incomodando o poder público, mas ao em vez de querer conversar conosco preferem intensificar as

⁶¹² CAMELÔS realizam ato no Rio por melhores condições de trabalho. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/19/camelos-realizam-ato-no-rio-por-melhores-condicoes-de-trabalho>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶¹³ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Ontem nós camelôs realizamos uma potente manifestação pelas ruas de Copacabana para exigir diálogo com a prefeitura da capital fluminense e questionar as “ações arbitrárias” do governo municipal [...]**. Rio de Janeiro, 19 jan. 2023d. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnmndeWqWQx/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

agressões e criam uma narrativa para marginalizar trabalhadores. Vamos desmascarar o prefeito @eduardopaes e o secretário @brennocarnevale.

As agressões físicas violentas realizadas pela Secretaria de Ordem Pública da Prefeitura do Rio (@seop.rio) são vistas aqui em postagens diárias com pauladas, socos, chutes e armas de choque.

A Prefeitura não quer papo com camelô, sua política é da violência. O povo quer trabalhar depois de anos sofrendo com a pandemia. O trabalho informal do Rio de Janeiro aumentou nesses últimos anos e precisa ser visto com maior sensibilidade, visto que somos trabalhadores e movimentamos a economia da cidade.

É papel do poder público garantir emprego.

Queremos Trabalhar, basta de violência!!⁶¹⁴

Já em 29 de janeiro de 2023, o MUCA realizou, às 06 horas da manhã, o ato “Amanhecer com os Camelôs”, com falas públicas dos trabalhadores ambulantes e intervenção no espaço da orla de Copacabana. Os camelôs pregaram diversas cruzes com a palavra “fome” na areia da praia, além de afixar uma faixa com os dizeres “Amanhecer com os Camelôs contra à violência da ‘Operação Verão’ de Eduardo Paes”. Nas redes sociais, o MUCA comentou a ação: “[...] A união que se instaura entre os camelôs em Copacabana segue cada vez se reforçando mais ainda, hoje nos acolhemos para dar continuidade a luta. Não vamos parar, essa é a nossa decisão. Resistir para existir, trabalhar para se sustentar!!”⁶¹⁵.

Apenas dois dias depois, em 31 de janeiro do mesmo ano, o movimento social ocupou o andar do gabinete do Prefeito no edifício-sede do governo municipal, na Cidade Nova, com um grupo composto majoritariamente por mulheres camelôs, que denunciaram a extrema vulnerabilidade a qual estavam submetidas frente à repressão desenfreada das “Operações de Verão 2022-23”⁶¹⁶. Essa ação foi detalhada no terceiro tópico do primeiro capítulo e resultou em uma conquista importante para os trabalhadores ambulantes, a simplificação do procedimento para a recuperação das mercadorias apreendidas. No entanto, a principal pauta, pelo fim da perseguição e violência aos vendedores de rua de

⁶¹⁴ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Na quarta-feira (25) fizemos uma mobilização espontânea em Copacabana diante de mais dias violentos para nossa categoria [...]**. Instagram: @mucarj. Rio de Janeiro, 27 jan. 2023e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cn7Rx5MsIsa/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶¹⁵ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Algumas imagens do ato de hoje, "Amanhecer com os Camelôs"**. Instagram: @mucarj. Rio de Janeiro, 29 jan. 2023f. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoABoHILayX/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶¹⁶ MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Ontem (31) após ocuparmos o Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro para conseguirmos conversar com o secretário da Ordem Pública fomos recebidos e de tantas relatos essa chamou a atenção por detalhar a luta de uma mãe camelô [...]**. Instagram: @mucarj. Rio de Janeiro, 01 fev. 2023g. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoH0pZ8DP20/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Copacabana, não foi atendida e esses trabalhadores seguem ameaçados pela constante repressão dos agentes estatais naquela localidade.

Já o caso estarrecedor – narrado no primeiro tópico do segundo capítulo – da violenta invasão da Ocupação Habib's, na Gamboa, por agentes da GM-Rio e da PMERJ, com o objetivo de apreender mercadorias de ambulantes às vésperas do início do Carnaval Carioca, também refletiu em rápida mobilização dos militantes do MUCA. Maria dos Camelôs foi uma das primeiras a chegar no local, tendo acionado a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, a Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária da OAB-RJ, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin – UFRJ e mandatos de parlamentares. Com o apoio dessas instituições e ao lado de representantes da ocupação, de outros movimentos e de mandatos parlamentares, como o de Mônica Cunha (PSOL), Luciana Boiteux (PSOL) e Marina do MST (PT), o MUCA negociou a devolução de todas as mercadorias apreendidas ilegalmente no mesmo dia.

No entanto, o movimento ainda está cobrando a apuração e a responsabilização devidas dos excessos e das violências cometidas pelo poder público contra os camelôs e moradores da ocupação. O MUCA levou as denúncias para o Diretório Municipal do PSOL Carioca e à liderança de sua bancada municipal, tendo colaborado ativamente com a elaboração de um requerimento de informações, exigindo explicações sobre o caso à Prefeitura. O documento foi entregue pela vereadora Mônica Benício (PSOL) e o Presidente do PSOL Carioca, Juan Leal, ao Secretário de Ordem Pública, Brenno Carnevale, no dia 16 de fevereiro de 2023.

A intensa mobilização do MUCA nos primeiros meses de 2023 garantiu que os ambulantes conseguissem trabalhar em paz no carnaval de rua deste ano, bem como forçou o poder público a abrir um diálogo acerca de uma antiga demanda da categoria, a regulamentação dos depósitos de mercadorias e materiais de trabalho dos camelôs. Assim, o MUCA vem se utilizando das agitações causadas pelos conflitos entre os trabalhadores ambulantes e os agentes públicos, para organizar a categoria, lutar pelos seus direitos e pautar suas propostas de políticas públicas em relação ao comércio informal.

Nosso objetivo nesse tópico foi demonstrar como os trabalhadores ambulantes da cidade vem reagindo à política de repressão ao comércio ambulante por parte da Prefeitura e como o MUCA vem organizando a luta por direitos desses

trabalhadores num cenário de marginalização, perseguição, violência e até mesmo de criminalização propriamente dita. De acordo com Maria dos Camelôs, o impacto dessa política tocada pelo poder público municipal, é uma faca de dois gumes:

Essa política de violência da Prefeitura às vezes deixa muitos camelôs assustados, com medo de se manifestar e ser ainda mais perseguido. A gente viu isso principalmente quando teve muita prisão em 2003 e também no começo do Choque de Ordem em 2009. Mas, ao mesmo tempo, por incrível que pareça, quando tem uma repressão grande, criminalização mesmo, é o momento que a gente consegue fazer algumas coisas no setor em que estão acontecendo aquelas ações abusivas da Prefeitura. Então, o momento que a gente consegue fazer mais atividades, organizar os trabalhadores, é o momento de resistir das operações da Prefeitura. A repressão é, infelizmente, dizer isso é ruim, um mobilizador da categoria. Os camelôs estão preocupados em ganhar o pão de todo dia, a categoria muitas vezes não tem tempo de se mobilizar. Quando os guardas vêm reprimir, quando existem grandes apreensões de mercadoria, quando tem violência, prisão, perseguição mesmo, é o momento que a gente consegue aglutinar os camelôs para fazer alguma ação contra a prefeitura e travar a discussão sobre o que está acontecendo, sobre a covardia do poder público contra os trabalhadores. A gente percebe que é por isso que a Prefeitura não faz ações em vários lugares ao mesmo tempo. Primeiro porque não tem efetivo para fazer. Mas, principalmente, porque se mexer com todo mundo ao mesmo tempo, a gente consegue fazer uma movimentação com muitos trabalhadores de uma vez, o movimento fica muito grande e a gente consegue reverter a situação e pautar mais a política para garantir nossos direitos.⁶¹⁷

Desse modo, a intensificação do conflito tem sido encarada pelo movimento social como própria condição para o acirramento de suas lutas por direitos. É nesse conflito, que se dá no plano concreto, que o movimento social, a partir de um repertório de ações coletivas, disputa o âmbito jurídico-político. Maria dos Camelôs é precisa ao afirmar “pautar mais a política para garantir nossos direitos”. A reivindicação por direitos de sujeitos “sem direitos” (sem proteção legal) violentados pelo Estado, seja através das próprias fórmulas do Direito (moderno, burguês, positivo), seja por meio de suas suspensões ou violações, expõe a total deslegitimação da ordem jurídica, ao passo que, dialeticamente, permite a proposição de novas chaves de interpretação do “Direito”, assim como a criação de novos direitos. É daí que o MUCA fala em luta por direitos.

3.2 Mediação jurídica em movimento: a atuação da assessoria jurídica popular e o Movimento Unido dos Camelôs.

⁶¹⁷ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 20 de janeiro de 2023.

Desde que o MUCA foi fundado, em julho de 2003, a Central Única dos Trabalhadores – CUT ofereceu apoio jurídico ao movimento. O advogado da entidade, dr. Jorge Bulcão Coelho, foi extremamente ativo na defesa dos trabalhadores ambulantes. Segundo Maria dos Camelôs, dr. Bulcão redigiu inúmeros ofícios e documentos para o MUCA, acompanhou dezenas de detenções de ambulantes nas delegacias e patrocinou diversas causas de camelôs processados, inclusive de processos contra ela mesma⁶¹⁸.

No entanto, a liderança do MUCA aponta que quando houve a “prisão dos 23” – detalhada no primeiro tópico do segundo capítulo –, em novembro de 2003, foi necessária a articulação de uma rede mais ampla, que pudesse dar conta da defesa técnica de todos os camelôs. Junto do advogado da CUT, Bulcão, o MUCA acionou a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares. O movimento também buscou apoio do MST, quando o dirigente José Luís Patrola entrou em contato com a dra. Fernanda Maria da Costa Vieira. Além da atuação da própria Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, oito advogados foram substabelecidos no processo criminal de n.º 0136949-24.2003.8.19.0001 (numeração antiga 2003.001.142550-1). O trabalho incansável dessa rede de advogados populares foi decisivo para as solturas e absolvições de todos os trabalhadores. Ressalta-se ainda a atuação da dra. Fernanda Vieira na transferência dos presos, ameaçados por uma rebelião, da Polinter da Praça Mauá à 20ª Delegacia de Polícia do Rio de Janeiro, em Vila Isabel.

Conforme já mencionado na pesquisa, logo após o episódio da “prisão dos 23”, houve a prisão do camelô Edmilson Lima Pereira, conhecido como Grande, falsamente acusado de ter cometido um homicídio contra um guarda municipal. O caso, que contou com provas forjadas pela guarda municipal, foi instrumentalizado pelo poder público para criminalizar de vez os camelôs da cidade, com a disseminação da notícia de que uma organização criminosa, formada por ambulantes, estaria executando uma lista de guardas marcados para morrer. Hoje o caso teria sido lido como evidente *lawfare*⁶¹⁹ contra os trabalhadores ambulantes.

⁶¹⁸ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 10 de dezembro de 2022.

⁶¹⁹ Embora o termo *lawfare* tenha se popularizado no Brasil após a proliferação de “maxiprocessos” no bojo da Operação Lava Jato em 2016 e da prisão do Lula em 2018, o conceito foi introduzido em 2001 pelo General da Força Aérea dos Estados Unidos da América, Charles Dunlap Jr., que o definiu como “a estratégia de usar – ou não usar – o Direito como um substituto dos meios militares tradicionais para alcançar um objetivo de combate bélico”. DUNLAP JR., Charles J. *Lawfare Today and Tomorrow*. In: PEDROZO, Pete; WOLLSSCHLAEGER, Daria P. (edits.). **International Law**

Para compor a defesa técnica de Edmilson, além da participação da dra. Fernanda Maria da Costa Vieira e do dr. Jorge Bulcão Coelho, o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, João Pedro Stédile, entrevistou junto ao advogado dr. Nilo Batista, um dos intelectuais criminalistas mais respeitados na América Latina, que já havia sido ex-governador do Estado do Rio de Janeiro⁶²⁰. O brilhantismo técnico e o peso político de Nilo Batista foram essenciais para desmascarar a farsa montada pela GM-Rio.

Na medida em que o Estado avançou sobre o comércio ambulante, se utilizando das ferramentas do sistema penal propriamente dito, criminalizando os camelôs e efetuando prisões injustas, o MUCA passou a estabelecer uma relação cada vez mais estreita com a advocacia popular, em especial pela interlocução com as dras. Fernanda Maria da Costa Vieira e Mariana Trotta Dallalana Quintans. Entre os anos de 2003 e 2007, as advogadas populares receberam, com frequência, processos criminais de camelôs imputados pelas práticas de violação de direito autoral⁶²¹ (“pirataria”) e de receptação qualificada⁶²², muitas vezes em concurso material de crimes.

A dra. Fernanda Vieira destacou que, no ano de 2005, houve um pico nos processos criminais, em função de uma intensificação do combate à “pirataria” por meio da nova Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Propriedade Imaterial (DRCPIM)⁶²³, uma divisão especializada criada em 2003 a partir do Decreto Estadual n.º 33.535/2003. Naquele ano, ambas as advogadas, dras. Fernanda Vieira e Mariana Trotta, ocupavam a função do magistério no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva, que ficava localizada na Rua Gonçalves Dias, n.º 46, no Centro da Cidade, bem no “olho do furacão” dos conflitos entre a GM-Rio e os trabalhadores ambulantes.

and Changing Character of War. Disponível em: http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3090&context=faculty_scholarship. Acesso em: 26 mar. 2023. p. 315. SANTORO, Antônio Eduardo Ramires.; TAVARES, Natalia Lucero Frias. El uso del sistema penal como lawfare político. **Revista Jurídica**, ano 17, n. 1, nov. 2019. Disponível em: https://www.palermo.edu/derecho/revista_juridica/pub-17/Revista_Juridica_Ano1-N17_06.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶²⁰ VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Comunicação particular realizada à pesquisadora em 03 de novembro de 2022.

⁶²¹ Na forma do artigo 184, §2º, do Código Penal.

⁶²² Na forma do artigo 180, §1º e §2º, do Código Penal.

⁶²³ VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Comunicação particular realizada à pesquisadora em 03 de novembro de 2022.

Esta pesquisadora teve acesso a parte do “arquivo-morto” dos processos criminais contra camelôs defendidos pelas advogadas no respectivo ano (2005) pela Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva, que estavam armazenados no acervo do MUCA, tendo analisado seis processos referente às imputações de violação de direito autoral e/ou de receptação qualificada – Processos de n.º 2005.001.026194-0, 2005.001.074.811-6, 2005.001.010031-1, 2005.001.039083-0, 2005.001.046959-8, 2005.001.040552-3, numerações antigas do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Todos os processos tinham como acusados homens negros (pretos e pardos), pobres, de 1º grau de escolaridade incompleto e jovens (05 processos tinham acusados entre 19-25 anos e 1 processo tinha como acusado de 30 anos). Conforme expresso ao Poder Judiciário pelas advogadas:

Ressalta-se que o paciente integra essa massa de excluídos sociais, que não foram, não são e não serão absorvidos pela formalidade do mundo do trabalho. A crise estrutural do trabalho, vem empurrando milhares de seres humanos a informalidade, coloca na ordem do dia a questão da sobrevivência humana.

Como nos alerta o professor argentino, um dos maiores penalistas vivo, Eugênio Raúl Zaffaroni, trata-se de um perfil social que apresenta sua vulnerabilidade estampada no rosto: pertence à camada social mais pobre, negro, da faixa etária dos 19 a 25 anos, desempregado e recusado pelo serviço militar por excesso de contingente.

Se por um lado o Estado mostra-se incapaz de absorver essa juventude, seja no sistema educacional, seja no mercado formal de trabalho, por outro, as penaliza exatamente por não estarem inseridas na formalidade. Trata-se da penalização da miséria de que nos fala o sociólogo francês Loïc Wacquant.

Tal penalização vem sendo demonstrada de forma cristalina na repressão efetuada ao comércio ambulante. No entanto, o trabalho informal do ambulante vem sendo a forma que essa massa de excluídos sociais encontrou para garantir um bem jurídico fundamental, qual seja: a dignidade humana.⁶²⁴

Em comum os feitos que processavam a “pirataria” possuíam a marca da violência aos trabalhadores no momento da prisão em flagrante e a conversão desta em prisão preventiva, com base na “prevenção da ordem pública” (art. 312, primeira parte, do Código Penal). A respeito do requisito da “ordem pública” as advogadas mobilizavam nos tribunais, nas práticas, chaves teóricas alinhadas com os referenciais desta pesquisa:

O requisito de ordem pública confere à sociedade uma falsa sensação de segurança, pois como nos ensina a professora Vera Malaguti, em seu artigo sobre o “Medo na cidade”, vivemos sobre à égide do Estado Penal que se fortalece através das imagens divulgadas na mídia que potencializam o medo em nossa sociedade, portanto

⁶²⁴ VIERA, Fernanda Maria da Costa; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Inicial do HC TJ/RJ n.º 2005.059.02194. Grifo no original.

fortalecendo o controle social sobre as camadas pobres de nosso país [...] Assim, percebe-se a construção social desse imaginário de desordem, bem como de periculosidade, vem sendo potencializado pela mídia. O discurso de ordem pública é uma falácia utilizada como mecanismo de controle das massas urbanas, em detrimento de posições que preconizam a solução dos problemas estruturais.

Essa *seletividade* do sistema penal, que, no caso brasileiro, voltar-se-á para a população *negra, pobre e nordestina*, em sua grande maioria representantes da *juventude* e do *sexo masculino*, representa o que Gizlene Neder chama de *extermínio ideológico*, que *implica a formulação de um discurso justificador destas práticas calcado numa concepção racista e xenofóbica de 'limpeza social', tão em voga nos tempos atuais*. (NEDER, Gizlene. **Violência e cidadania**. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 1994, p. 12).

Tal estratégia, *seletiva e penalizadora*, também se observa no plano jurídico. Não podemos e não devemos nos esquecer do massacre da Casa de Custódia em Benfica, onde 68% dos presos assassinados poderiam estar cumprindo pena alternativa. Nosso Judiciário cada vez mais absorve valores do senso comum marcados por um horror/terror à pobreza, adotando medidas mais rígidas no campo penal. [...] Tal processo de criminalização apresenta-se de forma perversa na quebra de um princípio basilar do direito penal: o princípio da inocência. Isto porque os requisitos previstos no nosso estatuto processual penal para prisão cautelar devem ser analisados caso a caso, sob pena de se subjugar o princípio norteador de qualquer conceito de justiça.⁶²⁵

Na maioria dos casos a prisão cautelar não se justificava legalmente, seja pela ausência de *justa causa* da demanda, seja porque não havia qualquer critério de proporcionalidade da medida, posto que a condenação pelos crimes provavelmente acarretaria conversão de pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, nos termos do art. 44 do Código Penal. Como já mencionado, o sistema penal tratava de antecipar a pena aos camelôs por meio da prisão preventiva, a qual, em tese, deveria ser exceção à luz da perspectiva do processo penal democrático⁶²⁶. Desse modo, em todos os processos analisados as advogadas peticionaram pela liberdade provisória dos acusados, dos 06 processos, em 04 deles foi necessário impetrar *habeas corpus*, considerando a negativa do Juízo de 1º grau. A respeito do tema, vale transcrever trecho da petição de liberdade provisória protocolada pelas advogadas do Centro de Assessoria Jurídica Evandro Lins e Silva nos autos do Processo n.º 2005.001.026194-0 (numeração antiga do TJRJ):

O sociólogo americano Jock Young, em seu livro “A sociedade excludente” (YOUNG, J. A sociedade excludente. Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002), aponta para o fato de que a descrença social na ação da Justiça gera um ethos social que amplia o esgarçamento entre os membros da sociedade.

⁶²⁵ VIERA, Fernanda Maria da Costa; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Inicial do HC TJ/RJ n.º 2005.059.02194. Grifo no original. Grifo no original

⁶²⁶ LOPES JR, Aury., 2020.

A crise da meritocracia, expressão da certeza de que os prêmios não são distribuídos por mérito e sim por outras clivagens, mina qualquer senso comum de justiça. O preço, como nos alerta o autor, é a sedimentação por toda a sociedade da regra do vale-tudo, uma verdadeira ausência do sentimento de coletividade e democracia.

Sendo assim, podemos dizer que os efeitos sociais da manutenção de um inocente preso até que se realize o seu julgamento, para ser posto enfim em liberdade, não atinge somente a pessoa do acusado ou de seus familiares, mas afeta de maneira silenciosa, imperceptível aos olhos, e, no entanto, mais violenta, toda a sociedade, pois rompe com um dos sustentáculos da vida em sociedade: o senso de justiça e de que as regras são iguais para todos. [...]

Quando em 1780, aproximadamente, Cesare Beccaria escreveu *Dos Delitos e das Penas*, o autor, representante do iluminismo, acreditava ser possível criar um sistema penal que se sustentasse nos princípios da razão humana. Sua meta foi romper com a lógica da vingança que marcou o início das ações punitivas.

Passados tantos séculos dessa obra, o que se percebe é o crescimento das ações vingativas, fazendo com que a prisão seja o princípio e não a exceção no sistema penal. O Poder Judiciário exerce um papel fundante na ruptura com tal lógica. Cabe ao Judiciário negar o acautelamento preventivo da pessoa que está sendo acusada, em especial quando se sabe que nossas delegacias de polícia vivem enormes carências humanas e materiais para a realização do trabalho de investigação.⁶²⁷

Nos tribunais, as advogadas dras. Mariana Trotta e Fernanda Vieira travaram fortes debates acerca de questões materiais e processuais no tratamento jurídico-penal relativo aos crimes de “violação de direito autoral”, instrumentalizando as discussões jurisprudenciais, dogmáticas e criminológicas pertinentes ao tema naquela época. Entre as principais teses jurídicas levantadas pelas alegações das advogadas populares nos respectivos processos, se encontram i) a ausência de *justa causa* da demanda, em razão da falta de prova técnica da materialidade do delito; ii) ausência de legitimidade da parte/ausência de oferta de queixa do ofendido; iii) o princípio da insignificância e vedação do *bis in idem*; iv) atipicidade por erro de tipo diante da ausência de dolo específico. Não pretendemos aprofundar o debate de cada uma dessas teses jurídicas, que movimentam discussões complexas sobre categorias próprias do direito penal material e do direito penal processual – por óbvias limitações da pesquisa –, no entanto, cabe realizar alguns apontamentos.

Em todos os processos analisados os laudos periciais dos materiais apreendidos (CD's e DVD's supostamente “piratas”) apenas mencionavam características gerais dos itens, apontando a quantidade de réplicas e exemplificando algumas das supostas fontes originais. Essa “falha” na produção de prova por parte do poder estatal teria como consequência, por óbvio, a ausência de

⁶²⁷ CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA EVANDRO LINS E SILVA. Petição de Liberdade Provisória Fernanda Maria da Costa Vieira e Mariana Trotta Dallalana Quintans. Fls. 32-33 dos autos do Processo n.º 2005.001.026194-0 (numeração antiga TJRJ)

prova técnica da materialidade do delito, necessária para aferição da violação do bem jurídico tutelado, o direito autoral. A correta e concreta apuração do delito em voga demanda uma análise pormenorizada de cada item com a especificação do direito autoral violado. Logo, a impossibilidade de se prestar de prova técnica tosca deveria acarretar ausência de *justa causa* (indícios de autoria e materialidade), impedindo o processamento do feito, sob pena de perseguição injusta pelo Estado⁶²⁸.

À época, a *justa causa* não se encontrava expressa no texto legal como condição da ação penal – sua inserção no artigo 395, inciso III, do Código de Processo Penal se deu com o advento da Lei Federal n.º 11.719/2008 –, no entanto sua aplicabilidade já encontrava respaldo no artigo 43, inciso III, do Código de Processo Penal. A tese defensiva tinha, então, boa entrada nos Tribunais do Poder Judiciário e, segundo Dra. Fernanda Vieira, era uma das mais aceitas nas defesas dos camelôs, à exemplo da sentença exarada pela douta juíza Sirley Abreu Biondi nos analisados autos do Processo n.º 2005.001.010031-1 (numeração antiga do TJRJ)⁶²⁹:

I) A Informação Prévia de fls. 15 e o Auto de Apreensão de fls. 11 fazem menção à apreensão de 101 VCD's de filmes e shows diversos que foram arrecadados em poder do indiciado, na rua, **NÃO** discriminando tais títulos, as produtoras e as distribuidores, o que significa dizer que não há **DESCRIÇÃO** detalhada de tais objetos, o que soa como verdadeiro **ABSURDO**, estando a demonstrar evidente **DESCASO** em formalizar o Auto de Apreensão sem deixar margem à qualquer dúvida; II) Encaminhado o material apreendido para exame, até o momento não veio aos autos o respectivo laudo, havendo apenas manifestação prévia do perito criminal (fls 13), afirmando que o material apreendido é FALSIFICADO, inexistindo motivação para a conclusão que ali consta, como foi feito o exame individual de cada item, enfim, inexistindo os mínimos esclarecimentos para uma pela tão importante, que é um laudo. Esquece-se a polícia técnica que já necessidade de ser explicado, mesmo que de forma reduzida, como se chegou a conclusão de que tais objetos eram falsificados. Foram eles comparados com os originais? Continham tais CD's e DVD's títulos? Quais os títulos, nomes dos filmes, identificação das distribuidoras e produtoras das fitas originais???? [...] **falta aos autos prova técnica da materialidade do delito, que é o laudo de forma minuciosa com a descrição individual de cada CD ou VCD apreendido, ressaltando-se que o laudo prévio que está acostado às fls. 11 é imprestável como salientado no corpo desta decisão.** Por todo o exposto, **REJEITO A DENÚNCIA** nos termos do art. 43, III do C. P. Penal.⁶³⁰

⁶²⁸ CHOUKR, Fauzi Hassan. Justa causa: reflexões em torno da obra de Afrânio Silva Jardim. In: BASTOS, Marcelo Lessa; AMORIN, Pierre Souto Maior Coutinho de. **Tributo a Afrânio Silva Jardim**: escritos e estudos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 165-181.

⁶²⁹ VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Comunicação particular em 03 de novembro de 2022.

⁶³⁰ Sentença. Juíza de Direito Sirley Abreu Biondi. 21º Vara Criminal da Capital. Processo n.º 2005.001.010031-1 (numeração antiga do TJRJ), fls. 59-60. Grifo no original.

A dra. Fernanda Vieira também apontou que, naqueles anos, ainda se travavam muitas disputas acerca de quem teria a legitimidade para a propositura da ação nos casos de “violação de direito autoral”⁶³¹. A mudança na lei penal sobre o tema, mais especificamente no artigo 186 do Código Penal, era recente. Até a promulgação da Lei Federal nº 10.695 de 1º de julho de 2003 – data que coincide com o nascimento do MUCA – os crimes de “pirataria” se procediam mediante queixa-crime, isto é, ação penal privada movida pelo ofendido, o titular do direito autoral violado. No entanto, a aprovação do novo texto legal passou a determinar que a pretensão persecutória de uma série de condutas delitivas descritas nos reformados §1º e §2º do artigo 184 do Código Penal, que implicavam os trabalhadores ambulantes, deveria ser promovida mediante ação penal pública incondicionada, resultando na própria obrigatoriedade de o Ministério Público propor a ação penal.

Embora essa tese defensiva estivesse enfraquecida pela Lei Federal n.º 10.695/2003, a irrazoabilidade da nova normativa permitiu, por um tempo, discutir nos órgãos jurisdicionais ao menos a notificação dos titulares dos direitos autorais supostamente violados, a fim de que esses trouxessem evidências que comprovassem a lesão ao bem jurídico tutelado. Ainda que o Juízo não considerasse o *Parquet* ilegítimo para a propositura da ação penal, alguns magistrados, como Geraldo Prado, exigiam a identificação dos titulares dos direitos autorais e suas manifestações acerca da existência ou não de autorização para a reprodução, total ou em parte, de suas obras, justamente pela necessária comprovação da tipicidade do fato:

Bem jurídico tutelado propriedade imaterial - que exige o fiel cumprimento da determinação do artigo 530-C do Código de Processo Penal, sem o que se instaura dúvida a respeito da materialidade do crime. Isso porque, anônimos os titulares dos direitos autorais, é impossível aferir se houve ou não autorização de sua parte para a reprodução de suas obras - análise que condiciona a tipicidade do fato - ou até mesmo se as obras contrafeitas já caíram no domínio público (EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE 0002100-62.2007.8.19.0038 (2009.054.00357) - DES. GERALDO PRADO - Julgamento: 31/03/2011 - QUINTA CÂMARA CRIMINAL).

Diante dessas discussões no Tribunal do Estado do Rio de Janeiro, entidades e associações patronais passaram a se habilitar como representantes das “vítimas”

⁶³¹ VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Comunicação particular em 03 de novembro de 2022.

nos procedimentos criminais contra camelôs acusados de “pirataria”⁶³². Por exemplo, no Processo n.º 2005.001.039083-0 (numeração antiga do TJRJ), analisado por esta pesquisadora, a Associação de Defesa da Propriedade Intelectual – ADEPI, órgão associativo das empresas produtoras e distribuidoras de obras cinematográficas, se habilitou, ainda em fase pré-processual, para representar as vítimas de direitos autorais violados relativos a 182 VCD’s apreendidos, sem qualquer especificação⁶³³.

As disputas pela interpretação e aplicação da norma jurídico-penal nos casos de “pirataria” se arrastaram nos tribunais ao longo dos anos, porém, penderam mais uma vez contra os despossuídos. Em 2016, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula n.º 574/STJ determinando que

Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.⁶³⁴

Outra tese que, naqueles tempos, provocava maior sensibilização do Juízo em relação aos camelôs processados por “pirataria” era a aplicação do princípio da insignificância. O referido princípio incide na aferição do relevo material da tipicidade penal e garante, por sua vez, o princípio da intervenção mínima do direito penal, exigindo um certo grau de afetação do bem jurídico tutelado e de reprovabilidade da conduta para a configuração do crime. Ou seja, o princípio se constitui como uma máxima da interpretação típica. Desse modo, quando há uma presença mínima de ofensividade da conduta e reduzido grau de reprovação do comportamento do agente não se justifica a deflagração de perseguição penal, diante da inexpressividade da lesão jurídica provocada⁶³⁵.

⁶³² VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Comunicação particular em 03 de novembro de 2022.

⁶³³ Processo n.º 2005.001.039083-0 (numeração antiga do TJRJ), fls. 94. Acervo do MUCA/RJ.

⁶³⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 574**. Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2016. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/Sumula_574_575_2016_terceira_secaol.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶³⁵ Ver PELUSO, Vinicius de Toledo Piza. A objetividade do princípio da insignificância. **Boletim do IBCCRIM**, v. 9, 2001; LOPES, Maurício A. Ribeiro. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**. Belo Horizonte: Ed. RT, 2. ed., 2000; VICO MAÑAS, Carlos. **O Princípio da Insignificância como Excludente da Tipicidade no Direito Penal**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1994; ASSIS TOLEDO, Francisco de. **Princípios Básicos de Direito Penal**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1989. p. 121-122.

Nesse sentido, as advogadas argumentavam:

Os operadores do Direito, sob pena de acompanharmos a uma erosão no edifício que se concebe como Justiça, devem se postar cada vez mais ao lado do ideário da existência de uma Justiça capaz de construir uma convivência mais harmônica e menos desigual na sociedade. Diante do que foi manifestado, a máquina jurídico-penal do Estado não deveria ter sido acionada, devido a inexpressividade da lesão jurídica provocada, por outra volta, não se deve olvidar que tal conduta se mostre reprovável, sob o ponto de vista de sua repercussão social.⁶³⁶

Por vezes, as advogadas articulavam a tese de aplicação do princípio da insignificância com o protesto pela vedação de sanção em *bis in idem*, considerando que além da perda econômica que significava a apreensão das mercadorias e os dias sem trabalhar, os camelôs ainda eram de fato encarcerados cautelarmente e passavam dias sofrendo nas “masmorras do Estado”. As advogadas tratavam, assim, de apresentar uma perspectiva de um direito penal mínimo, justo, legítimo, que não excede a vida social⁶³⁷, em contraposição às perversas práticas jurídico-penais dirigidas para punir os pobres⁶³⁸.

A defesa técnica dos camelôs encaminhados pelo MUCA também se amparava na interpretação de que a justa adequação típica do delito previsto no art. 184, §2º do Código Penal exigiria a presença de dolo específico, qual seja, a vontade de praticar aquelas ações, com consciência de que o original ou cópia foi produzido ou reproduzido com “violação de direito autoral”⁶³⁹. As advogadas alegavam que os trabalhadores ambulantes eram desconhecedores de elementar do tipo penal, de modo que não teriam condições de se autodeterminar frente à ilicitude da ação. Trata-se de alegação de erro de tipo, situação em que não há dolo, elementar subjetiva do tipo penal, nos termos do artigo 20 do Código Penal: “o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei”. Não havendo modalidade culposa do crime de “violação ao direito autoral”, o fato seria atípico. Eis aqui uma boa disputa da dogmática jurídico-penal.

⁶³⁶ VIERA, Fernanda Maria da Costa; QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Referente à Razões de Apelação n.º 2006.050.01140, 8ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Processo Originário n.º 2005.001.026194-0 (numeração antiga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro).

⁶³⁷ As advogadas buscavam amparo na melhor doutrina penal de matriz espanhola. Ver HANS-HEINRICH, Jescheck. **Tratado de derecho penal**. Granada: Manzanares Samaniego, 1993. v.1 (Parte general); MIR PUIG, Santiago. **Derecho Penal**: Parte general. Barcelona: Reppertor, 1998.

⁶³⁸ WACQUANT, 2003.

⁶³⁹ Ver DELMANTO, Celso *et al.* **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 438.

Em meados dos anos 2000, as teses defensivas apresentadas acima possuíam maior recepção nos julgamentos de causas criminais relativas à “pirataria”, especialmente quando se tratando de camelôs, em situação de vulnerabilidade social, imputados por um volume de mercadorias avaliadas em valor reduzido. Porém, mais uma vez o Poder Judiciário tratou de frear as discussões no campo jurídico e, em 2013, o Superior Tribunal de Justiça instituiu a Súmula n.º 502/STJ: “Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs ‘piratas’”⁶⁴⁰.

As edições dessas súmulas pelo Superior Tribunal de Justiça, tratando especificamente sobre “pirataria” nos casos de CDs e DVDs falsificados, anos após o trânsito em julgado dos processos avaliados, demonstram que essas teses arguidas pelas defesas técnicas de trabalhadores ambulantes causaram ampla discussão no sistema de justiça, ao ponto de serem “barradas” pela consolidação de uma posição do Poder Judiciário brasileiro, que impôs interpretação mais desfavorável aos trabalhadores ambulantes vulnerabilizados.

Ainda no “arquivo-morto” analisado por esta pesquisadora, foram encontrados dois processos criminais, referentes ao ano de 2005, de trabalhadores ambulantes criminalizados injustamente pela imputação de roubo qualificado, nas formas do artigo 157, §2º, incisos I e/ou II, do Código Penal, sendo um processo de conhecimento (Processo de n.º 2005.001.001726-2 – numeração antiga do TJRJ) e outro um processo de execução (Tombo na Vara de Execuções Penais 2005.01060/8). Em ambos os casos, os camelôs acusados eram jovens, negros, pobres e de baixa escolaridade e teriam sido selecionados por mero preconceito, acusados de participar de investidas criminosas de assalto com simulação de porte de arma de fogo. No curso do primeiro processo, as advogadas lograram obter a absolvição do camelô acusado, em razão da total ausência de lastro probatório mínimo. Já no segundo, considerando a fase de execução, a defesa obteve o livramento condicional do trabalhador ambulante penalizado.

⁶⁴⁰ Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 502**. Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2013. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=%28sumula+502%29+E+%28%22Terceira+Secao%22%29.org.&operador=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Cumpra ainda salientar que as advogadas dras. Fernanda Vieira e Mariana Trotta levaram também para o Centro de Assessoria Universitária Evandro Lins e Silva a defesa de 11 (onze) dos trabalhadores inicialmente detidos no episódio da “prisão dos 23”, após a desclassificação dos fatos para prosseguimento do feito no II Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, nos autos do Processo n.º 2004.800.028447-5 (numeração antiga TJRJ). Também foi durante aquele período na Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva, que ambas as advogadas assumiram a defesa técnica do camelô Rodrigo Fernando da Silva, quem foi brutalmente espancado pela GM-Rio e esteve preso, preventivamente durante quase 1 (um) ano, enquanto foi processado com base em falsas acusações, conforme os autos do Processo Criminal n.º 0000360-54.2005.8.19.0001 (numeração antiga 2005.001.000373-1), tramitado na 27ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Rio de Janeiro – ambos os casos foram expostos no primeiro tópico do segundo capítulo.

No ano de 2006, após deixarem a Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva, as dras. Fernanda Vieira e Mariana Trotta, que vinham também se articulando na Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP), decidiram fundar, no Rio de Janeiro, o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, que contou com o reforço posterior das dras. Ana Claudia Diogo Tavares e Aline Caldeira Lopes. A organização passou a atuar na assessoria jurídica aos movimentos sociais e na defesa dos direitos humanos em três eixos principais: criminalização da pobreza e dos movimentos sociais; acesso à terra e proteção do território quilombola; e moradia urbana⁶⁴¹. A defesa dos processos dos camelôs criminalizados e a mediação jurídica junto ao Movimento Unido dos Camelôs passaram a integrar o primeiro eixo de atuação da organização.

O Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola seguiu recebendo frequentemente processos criminais contra trabalhadores ambulantes, acusados principalmente de “pirataria” até o ano de 2007. E manteve postura combativa nos tribunais, trazendo as teses mais alinhadas a perspectiva do *garantismo*⁶⁴² e do

⁶⁴¹ CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR MARIANA CRIOLA. Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais. **Fundo Brasil**, 2008. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/centro-de-assessoria-juridica-popular-mariana-criola/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶⁴² Ver FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. (Coleção Estado e Constituição, v. 11. Org. José Luis Bolzan de Moraes e Lenio Luiz Streck); IPPOLITO, Dario. O garantismo de Luigi Ferrajoli. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)**, v. 3, n. 1, 2011.

*minimalismo penal*⁶⁴³. No entanto, as advogadas não mantinham qualquer crença ilusória no sistema de justiça penal. Tratavam de disputar, junto com os camelôs, o próprio instrumento do direito. Nesse sentido, vale registrar um trecho das Razões de Apelação n.º 2008.050.00004 (numeração antiga do TJRJ), apresentadas à Quinta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na qual jurisdicionava o Desembargador Geraldo Prado:

Entretanto, como bem alerta os juristas Nilo Batista, E. Raul Zaffaroni, Alejandro Alagia e Alejandro Slokarm na obra *Direito Penal Brasileiro* “(...) em alguma medida, toda burocracia acaba por esquecer seus objetivos, substituindo-os pela reiteração ritual, finalizando geralmente por fazer o mais simples”. Ou seja, infelizmente tal perspectiva se revela no campo das ações judiciais criminais em reiteradas condenações e a não absorção de teses que encontram respaldo em nossa melhor doutrina.⁶⁴⁴

Diante da persistente perseguição aos trabalhadores ambulantes e a partir da relação estabelecida entre o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola e o Movimento Unido dos Camelôs, as advogadas populares elaboraram o Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais”, que ganhou por duas vezes o Edital Anual do Fundo Brasil no eixo “Garantia do Estado de Direito e Justiça Criminal”, nos anos de 2008 e 2009. As duas versões do Projeto tinham como objetivos principais o combate à violência do Estado e a reversão das prisões cautelares dos camelôs, “trabalhadores que sobrevivem do trabalho informal ante o cenário de desemprego no Brasil”⁶⁴⁵. As advogadas especificavam que a atuação buscava fomentar “uma nova interpretação do judiciário e do poder público [...] capaz de garantir os direitos, em especial os que se voltam para as garantias do devido processo legal (ampla defesa, presunção de inocência, contraditório) estabelecidos na Constituição da República de 1988”⁶⁴⁶.

O recorte do Projeto apontou para a atuação nos processos criminais de “pirataria”, considerando que as advogadas populares vinham monitorando e

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5007536>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶⁴³ Ver ANDRADE, 2012; HANS-HEINRICH, 1993; MIR PUIG, 1998; ZAFFARONI, 2001.

⁶⁴⁴ Processo n.º: 0006595-03.2006.8.19.0001, Razões de Apelação n.º 2008.050.00004 (numeração antiga do TJRJ). Quinta Câmara Criminal do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁴⁵ CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR MARIANA CRIOLA. Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais. **Fundo Brasil**, 2009. Disponível em <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/centro-de-assessoria-juridica-popular-mariana-criola-2/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶⁴⁶ CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR MARIANA CRIOLA, 2008.

combatendo, desde 2003, junto ao MUCA, o aumento de prisões preventivas, juridicamente incabíveis, de camelôs imputados pela “violação de direito autoral”. Tal como esta pesquisadora, as advogadas do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola também apontaram, no escopo do Projeto, que a perseguição criminal de trabalhadores ambulantes, por meio do suposto “combate à pirataria”, estava associada a política repressiva do governo municipal, iniciada pela Prefeitura de César Maia:

A repressão propagada pelo executivo municipal do Rio de Janeiro ao trabalho informal pode ser notada a partir de meados da década de 1990 e se reflete no crescimento das prisões em flagrante por pirataria. As prisões demonstram a criminalização da pobreza pelo poder público, e são acompanhadas de violência física pelos guardas municipais contra os trabalhadores, em sua maioria jovens de baixa escolaridade. Ao judiciário coube o papel de sedimentar essa política de criminalização, já que o crime, em razão da ausência de periculosidade, em sua grande maioria de pequeno dano, pode ser enquadrado no princípio da bagatela, e permite a suspensão condicional do processo ou pena alternativa.⁶⁴⁷

Assim, o Projeto previa o levantamento de dados sobre prisões cautelares de trabalhadores ambulantes e ingressos com pedidos de liberdade provisória e *habeas corpus* em favor dos trabalhadores presos em flagrante ou preventivamente, especialmente nos crimes de “pirataria”. No entanto, conforme verificamos no segundo capítulo, foi justamente naquele período que houve uma queda no uso recorrente das prisões cautelares contra camelôs. Embora os camelôs ainda fossem criminalizados, as advogadas registraram uma baixa na demanda de relaxamento de prisão e de liberdade provisória. Na avaliação das advogadas do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola essa mudança de postura do Poder Judiciário poderia estar relacionada ao monitoramento do trabalho exercido pela organização junto aos processos criminais de “pirataria”⁶⁴⁸.

Além da defesa dos camelôs incriminados por delitos contra a propriedade intelectual, no bojo do Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais”, as advogadas do Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola também realizaram a defesa técnica da ação penal em face da liderança do MUCA, Maria de Lourdes do Carmo Santos

⁶⁴⁷ CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR MARIANA CRIOLA, 2008.

⁶⁴⁸ QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. **Relatório final de atividades do Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais” apoiado pelo Fundo Brasil**. Rio de Janeiro: Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, 2010.

e de outros trabalhadores ambulantes presos no ano de 2009, em decorrência do conflito ocasionado pela política de “Choque de Ordem” da Prefeitura Municipal (Processo n.º 2009.001.040309-3 – numeração antiga do TJRJ) – episódio detalhado no primeiro tópico do segundo capítulo. As advogadas, que acompanharam o caso desde as detenções, de forma ágil, despacharam com a Promotora competente e conseguiram convencê-la do necessário arquivamento do mesmo.

Apesar da importância da atuação das advogadas populares na defesa técnica dos processos criminais contra trabalhadores ambulantes, o papel da assessoria jurídica popular para o MUCA não se resumiu a uma assistência “defensiva” nos tribunais. Ao contrário. Temos como exemplo disso a ação de indenização por danos morais sofridos pelo trabalhador ambulante Rodrigo Fernando da Silva (Processo n.º 2009.001047265-0 – numeração antiga do TJRJ). As advogadas populares dras. Mariana Trotta e Fernanda Vieira não só atuaram na defesa de Rodrigo nos autos do processo criminal, como após o seu término, ajuizaram essa ação civil, com vistas a indenizar o camelô pelas violências sofridas e pelo tempo que restou injustamente preso. Essa atuação não se restringiu a casos individualizados. Vejamos.

Quando, ainda em 2003, se intensificou o processo de criminalização dos camelôs na cidade do Rio de Janeiro, e o MUCA buscou a articulação de uma rede de apoio de advogados populares, defensores públicos e de instituições de defesa dos direitos humanos, o movimento passou a demandar e cobrar formalmente dos órgãos estatais, e principalmente, do sistema de justiça, a prestação da tutela das garantias fundamentais dos camelôs e a responsabilização pelas injustiças sofridas.

Entre os documentos do acervo do MUCA, esta pesquisadora encontrou uma das Representações Criminais encaminhada, ainda no ano de 2004, ao Procurador Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro pelo Movimento Unido dos Camelôs, com as firmas dos, então, coordenadores Marias de Lourdes do Carmo Santos, Idison José da Silva, Jubbervan Pereira de Menezes e Robson Maciel Pereira. A peça, instruída com um vasto lastro probatório acerca da violência estatal contra os trabalhadores ambulantes, requeria a instauração de um inquérito para apurar a responsabilidade do Executivo Municipal, da Chefia da Guarda e dos membros da Guarda Municipal nas ações repressivas contra trabalhadores ambulantes.

Analisando a cópia de todos os documentos, esta pesquisadora percebeu que houve um trabalho prévio a elaboração da Representação Criminal, com a participação ativa dos advogados populares e das instituições de defesa dos direitos humanos, de construção das evidências das violências e abusos de autoridade contra os camelôs. Ocorre que, segundo os relatos dos trabalhadores ambulantes que participaram da pesquisa e da advogada dra. Fernanda Vieira⁶⁴⁹, na maioria das vezes, os casos de violações de direitos dos desses cidadãos não são registrados pela Polícia Civil e quando são registrados na Corregedoria da GM-Rio não se facilita o acesso à essas sindicâncias. Esse fenômeno é explicado por Augusto Thompson:

Importante motivação a engrossar a hipótese, encontramos-la no espírito de corpo dos membros da instituição policial. Quem trabalha no ramo sabe que, a qualquer momento, pode encontrar-se envolvido em evento no qual se veja apontado como infrator de algum dispositivo penal. Semelhante expectativa é inerente à profissão. Como a própria polícia apura os delitos atribuídos a policiais, compreende-se que tal circunstância crie uma atitude de protecionismo dos colegas que atuam como autoridade repressora relativamente aos colegas que são acusados, uma vez que as posições, num amanhã próximo e provável, poderão estar invertidas. Vigora, então, uma forte coesão funcional, sendo considerados aqueles que recusam endossá-la como maus companheiros, traidores da classe, indignos de pertencer a seus quadros, condenados a viver em ostracismo e, até, em regime de perseguição. Ora, a maneira mais expedita de inviabilizar-se a punição do autor de um delito é deixar de registrar o fato criminoso. Uma forma atenuada, ou habilidosa, largamente empregada, de executar a manobra consiste em: “Instaurar sindicância administrativa sumária e avocar o inquérito para a Corregedoria de Polícia são as principais providências que a polícia tom a para investigar crimes e arbitrariedades em que figuram policiais como autores ou envolvidos”. Em vez do registro no livro de ocorrência, apela-se para uma parte disciplinar, que correrá no âmbito interno da Secretaria de Segurança, obviada assim a submissão do problema à fiscalização do Ministério Público e do Juiz.⁶⁵⁰

Desse modo, uma importante atuação dos e das advogadas populares para o MUCA trata-se do acompanhamento dos camelôs nas Delegacias de Polícia não só para coibir novas violências e falsas imputações aos trabalhadores, como também para garantir a realização do Registro de Ocorrência das injustas agressões cometidas pelos agentes da GM-Rio, em especial considerando que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro não atende em instância policial. De outro lado, as instituições de defesa dos direitos humanos contribuem no levantamento de evidências oficiando e requerendo informações sobre os episódios de violência e outras violações de direitos dos camelôs. Essas atuações conjuntas foram essenciais

⁶⁴⁹ VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. Comunicação particular em 03 de novembro de 2022.

⁶⁵⁰ THOMPSON, 2007, p. 9-10.

para a entrada em diversas Representações Criminais e o acompanhamento dos respectivos procedimentos administrativos, garantindo a efetiva instauração de Inquéritos acerca da questão da repressão do comércio ambulante e a tomada de ação por parte do Ministério Público Estadual.

A pressão de advogados e defensores dos direitos humanos, da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, da Defensoria Pública e da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, sob o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro impulsionou que a Procuradoria Geral de Justiça determinasse nos autos do Processo Administrativo n.º MP 2003.001.23063.00 a proposição de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra as antigas redações do §1º do artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.876/92 (tanto da sua redação original, como daquela outra atribuída pela Lei Municipal n.º 2.612/97), que atribuía à Empresa Municipal de Vigilância, pessoa jurídica de direito privado, a administração da Guarda Municipal carioca e outras funções igualmente típicas e indelegáveis, nenhuma delas respeitante à exploração de atividade econômica, bem como do inciso IV do artigo 11 da respectiva norma, que destinava à Empresa Municipal de Vigilâncias os recursos provenientes da participação nas multas aplicadas por seus servidores. Comentamos sobre essa Representação de Inconstitucionalidade, que tramitou no Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sob o n.º 2003.007.001146, e foi julgada improcedente somente no ano de 2007, no item 2.2.3 desta pesquisa.

Essa mobilização de estratégias jurídico-políticas por esses atores que se uniram aos camelôs também fez com que, em 29 de outubro de 2003, a Portaria n.º 1951/03 do MPERJ finalmente instaurasse um Inquérito Civil na 3ª Promotoria de Justiça de Proteção aos Interesses Difusos e Direitos Coletivos – Defesa da Cidadania, com base no procedimento administrativo n.º 123/01, que tinha como origem uma representação ainda do ano de 1994. O objeto desse inquérito foi o cumprimento efetivo da Lei Municipal n.º 1.876/1992, mormente quanto à elaboração de um plano para a organização do comércio ambulante no município do Rio de Janeiro⁶⁵¹.

Em 2009, uma forte articulação provocou a instauração e o andamento do Inquérito n.º 11.499 da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania – Capital, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, para apurar a política de

⁶⁵¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Procedimento Administrativo n.º 123/01, Portaria n.º 1951/2003. Acervo MUCA.

“Choque de Ordem” da gestão de Eduardo Paes na Prefeitura, a remoção compulsória da população de rua e a repressão ao comércio ambulante. O referido inquérito foi motivado por representações apresentadas perante o MPERJ pelo Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola no bojo do mencionado Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais”, em parceria com o MUCA.

Na primeira versão do Projeto, em 2008, constava nas “atividades principais” não só as defesas dos camelôs presos cautelarmente por “pirataria”, mas também a apresentação de representações contra a política repressiva da Guarda Municipal⁶⁵². Já em 2009, com a renovação do Projeto pelo Edital Anual do Fundo Brasil, as advogadas populares listaram entre as suas “atividades principais” o ingresso de uma ação popular contra a política repressiva da Prefeitura⁶⁵³. A pretensão era derrubar a política de “Choque de Ordem” e retirar a GM-Rio da fiscalização do comércio ambulantes, garantindo o direito do trabalho e a dignidade desses cidadãos. Desde então, o movimento social e as advogadas populares buscaram provocar as investigações e formular uma rede que possibilitasse a entrada da medida judicial.

Em 18 de dezembro de 2009 foi realizada uma reunião na a Subprocuradoria de Direitos Humanos do Ministério Público, com o Centro de Assessoria Popular Mariana Criola, o movimento Unido dos Camelôs (MUCA), representantes do Fórum Permanente do Comércio Ambulante e representantes da Associação de Quiosqueiros da Orla Marítima, para discutir os termos da representação entregue ao representante do Ministério Público, Dr. Leonardo Chaves. As advogadas populares e os representantes dos trabalhadores ambulantes requereram informações sobre o andamento das denúncias feitas com relação à violência da Guarda Municipal e a repressão do comércio ambulante e discutiram a política de choque de ordem do executivo municipal e estadual. Também foi debatida a prática de apreensões de mercadorias por guardas municipais sem a entrega do devido auto de infração ou contra lacre e discutida a possibilidade de realização de um Seminário interinstitucional com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro acerca do tema⁶⁵⁴.

⁶⁵² CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR MARIANA CRIOLA, 2008.

⁶⁵³ CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR MARIANA CRIOLA, 2009.

⁶⁵⁴ QUINTANS; VIEIRA, 2010.

Conforme o Relatório final de atividades do Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais”, apresentado em 08 de fevereiro de 2010, também foi apresentada outra representação abordando quatro pontos acerca da política de “Choque de Ordem” contra o comércio ambulante: i) o processo de privatização da orla e exclusão de trabalhadores informais⁶⁵⁵; ii) a remoção arbitrária dos trabalhadores ambulantes do Largo da Carioca⁶⁵⁶; iii) a violência da guarda municipal na comunidade Anastácia⁶⁵⁷; iv) irregularidade das apreensões de mercadorias e agressões físicas pela guarda municipal⁶⁵⁸.

Já em 22 de dezembro de 2009, ocorreu uma reunião no Núcleo de Moradia Urbana e Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com o Centro de Assessoria Popular Mariana Criola, o Movimento Unido dos Camelôs, a Associação de Quiosqueiros e os defensores públicos Dra. Maria Lúcia Pontes e Dr. Alexandre Mendes. As advogadas populares buscavam debater as ações

⁶⁵⁵ As advogadas argumentavam que os trabalhadores ambulantes vinham sendo removidos da orla marítima, em razão de um processo de privatização iniciado pela licitação que permitiu o controle da gestão das praias pela Empresa Orla Rio. Ainda apontavam que em razão das irregularidades do processo licitatório foi interposta uma Ação Popular na Justiça Federal de n.º 2000.51.01013719-0, cuja sentença monocrática foi favorável aos autores da ação para cancelar o processo de licitação, tendo o Tribunal, em sede de apelo, mantido a vigência da licitação apenas nas praias do Leme e Copacabana.

⁶⁵⁶ As advogadas noticiaram que diversos camelôs que trabalhavam há mais de 10 anos de forma regular, com autorização do município carioca, foram removidos arbitrariamente pelo “Choque de Ordem”, a qual reputavam como ação inconstitucional. Segundo as advogadas “O constrangimento aos trabalhadores ambulantes que trabalhavam no largo da carioca foi tão intenso que culminou com a morte de Albertina Pereira Mello após receber a notificação de que teria 01 dia para desocupar o local ‘sob pena de apreensão das mercadorias e equipamentos, sem prejuízo das multas previstas em lei’”.

⁶⁵⁷ As advogadas acompanharam o caso já relatado nesta pesquisa e apontaram a necessidade da Procuradoria garantir a devida apuração dos fatos, registrados na 4ª Delegacia de Polícia (R.O n.º 5656/2009), além de comunicar que a operação da Guarda Municipal foi denunciada também pelos moradores na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ e encaminhada à Defensoria Pública.

⁶⁵⁸ As advogadas apontaram a irregularidade das apreensões de mercadorias realizadas por guardas municipais, agentes que não possuem competência para exercer tal atividade, sem a emissão do devido auto de apreensão, conforme determinado no parágrafo único do artigo 50 da Lei 1876/1992. E trouxeram a baila os seguintes fatos: “Conforme admitiram os próprios “guardas” ser praxe em determinadas ocasiões, como na ocorrência do trabalhador informal Rogério Rodrigues Barreto (RO no. 004-06022/2009[...]), vendedor ambulante de balas que portava nota fiscal de sua mercadoria e a teve apreendida sem a devida lavratura em 26/11/2009. Ao requerer o direito a obter o referido auto de infração, foi covardemente agredido, apesar de informar que fazia uso de medicamentos por ter problemas de saúde. Entre a população revoltada com mais uma das inúmeras violações arbitrárias da guarda municipal, Roberta Gonçalves Torres, que passava no momento das agressões dos “guardas” se prontificou a ser testemunha na delegacia, o que evitou que o trabalhador fosse autuado apenas como “autor do fato”, transformando-se de “vítima” em agressor, como também é de praxe nos registros de ocorrência nas delegacias de polícia quando alguém sofre agressões físicas pela guarda municipal”.

abusivas da Guarda Municipal, casando o debate das remoções de moradias e de trabalhadores ambulantes nas áreas de especial interesse econômico, em especial o Centro da cidade, e apontando que muitos camelôs são moradores de ocupações urbanas. Nesta reunião o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola apontou que:

Um outro ponto levantado por nós, foi a necessidade de um tratamento diferenciado pela Defensoria Pública acerca do processo de criminalização do trabalhador ambulante. Partimos do pressuposto que, embora as ações sejam 3 individuais, a criminalização se volta para uma categoria social, que se encontra extremamente vulnerável: os trabalhadores informais. Nossa proposta foi no sentido de que houvesse uma indicação por parte da Defensoria Geral de atuação do Núcleo de Direitos Humanos na defesa mais organizada dos camelôs. Em razão de nossa proposta foi acordada uma reunião com o Defensor Público Geral.⁶⁵⁹

A referida reunião com o Defensor Público Geral ocorreu no dia 13 de janeiro de 2010, com a presença do Coordenador dos Núcleos especializados da Defensoria, da coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e de defensores do Núcleo de Fazenda Pública da Defensoria do Estado do Rio de Janeiro e de defensores do Núcleo de Moradia Urbana e Terras, bem como de representantes do Fórum Permanente de Comércio Ambulante e do Centro de Assessoria Popular Mariana Criola. Diversos encaminhamentos saíram dessa reunião – e foram efetivados com o decorrer do tempo: i) a criação de um GT para atuar no sentido de produzir orientações gerais aos defensores públicos sobre o tratamento jurídico das situações que envolvem trabalhadores ambulantes, com a participação ativa do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, considerando a situação de vulnerabilidade social desses sujeitos; ii) a realização de um Seminário para aprofundar o debate sobre o tema entre os defensores; iii) um estudo sobre a possibilidade de uma ação coletiva com vistas a prevenir a atuação belicosa da GM-Rio contra os trabalhadores ambulantes; iv) a sistematização pela Defensoria Pública das demandas dos trabalhadores ambulantes para a recuperação de objetos apreendidos irregularmente, a partir da interlocução com o Fórum Permanente do Comércio Ambulante, articulação que reunia diversas representações de camelôs, entre elas o MUCA⁶⁶⁰.

Essa rede que foi se tecendo e fortalecendo no contexto do Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os

⁶⁵⁹ QUINTANS; VIEIRA, 2010.

⁶⁶⁰ Ibid.

trabalhadores informais”, coordenado pelo Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, foi fundamental para dar efetividade às investigações propostas e abrir caminho para intervenções jurídicas a respeito das concretas demandas dos camelôs. Conforme as próprias advogadas populares:

Acreditamos que o objetivo principal ao fazermos o projeto foi alcançado na medida em que conseguimos estabelecer uma rede com o Ministério Público (direitos humanos) e Defensoria Pública para produzirmos um debate acerca da atual política de choque de ordem que vem representando uma série de violações ao trabalho informal, que pela sua própria natureza já se encontra em posição vulnerável. Apesar de não termos realizado a medida judicial ainda no período de vigência do projeto, muitos contatos foram estabelecidos e acreditamos que ainda nesse ano (2010) conseguiremos uma ação judicial em conjunto com a defensoria Pública que possibilite discutir judicialmente os abusos da Guarda municipal, uma das maiores preocupações dos trabalhadores ambulantes, tanto com relação às agressões físicas, quanto à apreensão de mercadorias.⁶⁶¹

Paralelamente, o MUCA vinha mobilizando os camelôs e a sociedade civil para cobrar uma ação dos órgãos competentes contra a violenta política de “Choque de Ordem”. Em 2011, um fato político mobilizou os trabalhadores ambulantes do MUCA ao redor do já existente Inquérito Civil n.º 11.499 da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania da Capital, a prisão do Delegado Carlos Oliveira, implicado em investigações sobre tráfico de armas e organizações criminosas. Ocorre que o delegado era até então orientador das políticas operacionais da SEOP (Secretaria Especial de Ordem Pública do Município). Os camelôs trataram de provocar o Ministério Público Estadual quanto ao fato, levando a suspeita de que a presença de policiais milicianos na SEOP estaria promovendo um conluio entre a Guarda Municipal e a Polícia Civil, que prejudicaria os trabalhadores ambulantes vítimas de violências, impedindo o devido encaminhamento dos fatos nas Delegacias de Polícia. O MUCA chegou a oficiar o Promotor de Justiça responsável pelo inquérito, juntando novas evidências no procedimento investigativo:

AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CIDADANIA-CAPITAL
Senhor Promotor de Justiça, Rogério Pacheco Alves,
Nós, do MUCA-Movimento Unido dos Camelôs, estamos esperançosos que o Inquérito Civil n.º 11.499, possa obter resultados quanto à defesa dos direitos dos cidadãos que exercem o trabalho informal na nossa cidade, para tanto trazemos algumas observações que podem indicar algumas perspectivas merecedoras de investigações, como : as ocorrências em delegacias policiais (em anexo) envolvendo

⁶⁶¹ QUINTANS; VIEIRA, 2010.

guardas municipais e ambulantes, há evidências que determinados guardas promovem sistematicamente agressões e desaparecem com as mercadorias apreendidas, nós temos ocorrências antigas, mas caso esta promotoria solicite a Polícia Civil poderá compreender às reincidências destas mesmas “autoridades”, que apesar de diversas denúncias nunca são punidas, os processos administrativos disciplinares são arquivados e estes guardas continuam nas ruas a cometer as mesmas atrocidades. Entendemos também que há o cerceamento do direito de defesa dos atingidos pelas operações de “Choque de Ordem” devido ao conluio entre a SEOP e a Polícia Civil, pois quando os agredidos pelos guardas municipais ou funcionários da SEOP vão as delegacias registrar ocorrência estas são negadas ou quando a fazem na sua maioria registram o agredido como o agressor. Mas o noticiário recente demonstrou como isto acontece, a prisão do delegado Carlos Oliveira, que era o recente subsecretário operacional da SEOP e que estava empregando policiais bandidos e milicianos nesta secretaria, demonstra o nível de respeito aos direitos humanos, que nós somos tratados. [...] Contamos com a capacidade desta instituição fazer face aos desafios que precisam ser enfrentados, para tornar nossa sociedade mais justa e que a Prefeitura da nossa cidade possa cumprir com o ordenamento urbano sem cometer estas arbitrariedades ora denunciadas.⁶⁶²

A pressão política, a articulação de uma rede de instituições, com a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública, e a colaboração do MUCA no próprio procedimento investigativo permitiram o andamento do Inquérito Civil n.º 11.499 da 7ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Cidadania da Capital e o seu desmembramento para apurar especificamente o impacto do “Choque de Ordem” sobre os vendedores ambulantes (Inquérito Civil 2012.00610453). Esses procedimentos deram o substrato para a Procuradoria Geral de Justiça promover, em maio de 2013, a Ação Civil Pública (ACP) n.º 0183579-89.2013.8.19.0001, detalhada no item 2.2.3 desta pesquisa.

Esta Ação Civil Pública tem sido avaliada pelos integrantes do MUCA como um instrumento de batalha nos tribunais, considerada uma das principais medidas judiciais interpostas em favor dos camelôs do Rio de Janeiro. Inúmeros casos de agressões injustas e violações de direitos humanos por guardas municipais, no contexto do “Choque de Ordem” e dos megaeventos sediados na cidade carioca, passaram a instruir a ação. Conforme apontamos, entre os anos de 2013 e 2017, uma liminar concedida nesta ação garantiu a suspensão do uso de armas de “menor potencial ofensivo” pela GM-Rio, evitando, neste período, que os camelôs sofressem violências ainda mais agudas por parte dos agentes municipais.

⁶⁶² MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Denúncia ao Ministério Público**. Rio de Janeiro: MUCA, 2011c. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2011/02/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

Atualmente, a referida ação se encontra conclusa para julgamento, tendo como discussão central a atuação da GM-Rio na fiscalização do comércio ambulante. Diversas instituições, como o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUDEH-DERJ), a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PRDC), o Núcleo de Assessoria Jurídica Luiza Mahin da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NAJUP Luiza Mahin-UFRJ) e a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, e representações de camelôs, entre elas o MUCA, participam de um Grupo de Trabalho para acompanhar e definir as estratégias de atuação nesta causa, que antes de estar no “universo jurídico”, se encontra no mais amplo “universo social”. Cabe ressaltar que o NAJUP Luiza Mahin-UFRJ, é composto hoje pelas mesmas advogadas populares que compunham o Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, e que hoje exercem, em conformidade com o magistério, a assessoria jurídica popular universitária com diversos estudantes da UFRJ, por meio de projetos de extensão.

O que se percebe é que, com o passar dos anos, a rede estabelecida entre o movimento social e as instituições de defesa dos direitos humanos, que contaram com a habilidosa articulação das advogadas populares do extinto Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, se mantém ainda hoje ativa. E o MUCA segue, até os dias atuais, contando com essas parcerias e interlocuções para as intervenções e mediações jurídicas estratégicas para o movimento, não restritas a referida Ação Civil Pública. Essa rede tem permitido os camelôs não só se defenderem das violências e tentativas de criminalização, como também mobilizarem instrumentos jurídicos e disputarem o “direito dos tribunais” a partir da própria elasticidade da lei.

Não iremos avançar na análise pormenorizada de ações prestadas por assessorias jurídicas populares ao MUCA após o ano de 2017, considerando que esta pesquisadora passou a atuar ativamente nesse campo junto ao movimento a partir de tal ano. No entanto, a fim de ilustrar a continuidade do trabalho ativo das dras. Mariana Trotta e Fernanda Vieira junto ao movimento social, vale frisar a recente representação apresentada pelo NAJUP Luiza Mahin – UFRJ e o MUCA à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania do Rio de Janeiro, em 23 de março de 2022, a fim de questionar violação aos direitos fundamentais dos camelôs impedidos de trabalhar no Centro da cidade, em função das edições

dos seguintes decretos do Executivo Municipal carioca: Decreto RIO nº 48.806, Decreto RIO nº 48987 e Decreto RIO nº 50174⁶⁶³.

Outra importante dimensão de atuação da assessoria jurídica popular para o MUCA se encontra nas atividades de formação por meio de instrumentos pedagógicos da educação popular⁶⁶⁴, fundamentada nos métodos de Paulo Freire⁶⁶⁵, o jurista que se tornou pedagogo. Segundo Maria dos Camelôs:

Tudo que eu sei de direito aprendi com a Fernanda, com a Mariana, com advogadas populares, que vinham dar oficinas para a gente, discutir os assuntos. Eu fiquei um tempo na Chiquinha Gonzaga também e ali a gente fazia muitas rodas de conversa, sempre com o ‘pessoal dos direitos humanos’. Isso tudo foi muito importante, porque a gente precisa saber dos nossos direitos para poder cobrar, para discutir uma lei da Prefeitura, por exemplo. E tem muita coisa que a gente sabe, mas não sabe que sabe, e quando se junta, conversa, com quem tem esse conhecimento mais técnico também, fica mais claro. Os poderosos não querem que a gente saiba dos nossos direitos, porque assim eles podem tratar a gente como se não tivesse nenhum. Nós, camelôs, somos trabalhadores “sem direitos”, mas todo ser humano tem direitos, inclusive de trabalhar, e isso todo mundo sabe. Então a gente precisa reclamar!⁶⁶⁶.

Retomando o Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais”, do antigo Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, temos como exemplo uma oficina de “Direitos Humanos e Trabalho Informal” realizada, no dia 03 de fevereiro de 2010, pelas advogadas populares na Ocupação Chiquinha Gonzaga, localizada na região da Central do Brasil, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Considerando que muitos dos moradores da ocupação se sustentam através do comércio ambulante, a proposta das advogadas era trabalhar com sujeitos que sofrem uma dupla discriminação e perseguição, relativas à negativa do o direito ao trabalho e do direito à moradia. Cerca de 30 trabalhadores participaram da reunião, na qual compartilharam relatos de experiências, percepções, dificuldades e preocupações, caminhando para uma avaliação mais ampla da conjuntura política municipal, tendo como ponto de partida as remoções de moradias e do comércio ambulante na zona central da cidade. As advogadas populares assumiram como estratégia a apresentação dos direitos fundamentais, ressaltando as garantias constitucionais ao

⁶⁶³ Acervo MUCA.

⁶⁶⁴ Ver BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: ed. Brasiliense, 2006. Coleção Primeiro Passos.

⁶⁶⁵ Ver FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

⁶⁶⁶ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 03 nov. 2022.

trabalho e à moradia, e uma discussão mais ampla sobre a às políticas municipais de “Choque de Ordem”, que permitisse levantar pontos sobre como os trabalhadores poderiam resistir às arbitrariedades promovidas pelo Poder Público, prestando orientações sobre encaminhamentos de denúncias⁶⁶⁷.

Nesse sentido, percebemos que a assessoria jurídica popular (tanto na advocacia popular como na assessoria jurídica popular universitária) vem exercendo um importante papel para o Movimento Unido dos Camelôs, que ultrapassa a assistência jurídica tradicional, movimentando mecanismos institucionais, jurídicos, extrajurídicos e políticos. Ao incorporar atividades de orientação jurídica e de educação popular, a assessoria jurídica popular não só oferece ferramentas emancipatórias como permite que novas ferramentas sejam constituídas, a partir da discussão dos próprios sujeitos sobre os seus problemas reais⁶⁶⁸. O Direito passou a ser encarado e pensado pelos próprios camelôs do MUCA, não só reivindicando as bandeiras pré-existentes dos direitos humanos, e especialmente do direito ao trabalho, mas também exigindo a participação política na criação de leis, nas suas regulamentações e em sua aplicação pelo poder público. Assim, considera-se que essa relação instituída entre o movimento social e a assessoria jurídica popular tem possibilitado ao MUCA a mobilização de um verdadeiro repertório jurídico em favor da luta coletiva dos camelôs.

3.3 O Direito e o Movimento Unido dos Camelôs: reflexões críticas, teóricas e práticas em favor da luta coletiva.

Finalmente, diante de tudo que já foi colocado, tentamos trazer algumas abordagens sobre o Direito, que façam sentido para as lutas dos camelôs do MUCA. Partimos da crítica ao próprio Direito (burguês, moderno, positivo), para refletir sobre novos horizontes e possibilidades do campo jurídico em favor da luta coletiva dos camelôs, já tendo como base os dois tópicos anteriores que demonstram

⁶⁶⁷ QUINTANS; VIEIRA, 2010.

⁶⁶⁸ RIBAS, Luiz Otávio. **Direito insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil (1960-2010)**. 2015. 427 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015; RIBAS, Luiz Otávio. **Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960 - 2000)**. 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

empiricamente um repertório jurídico mobilizado pelo Movimento Unido dos Camelôs. Tratamos de observar, então, na costura entre empírico e teórico, que possível Direito é esse, invocado por trabalhadores ambulantes caracterizados pela ausência ou precariedade de direitos e submetidos à violência do Estado, muitas vezes, por meio do próprio ordenamento jurídico. É diante dessa contradição que nos questionamos: está mesmo o Direito em disputa?

É importante explicar que não se pretende defender aqui uma leitura correta sobre o Direito, nem muito menos criar uma Teoria do Direito a partir do conflito analisado, mas sim levantar alguns quadros teóricos que possam dialogar com as práticas de lutas (no e pelo Direito) dos trabalhadores ambulantes organizados no MUCA e apontar possíveis direções para trabalhar o Direito com o movimento social (o que se encontra em coerência com os métodos propostos).

Iniciamos a introdução do segundo capítulo com alusão ao episódio da decepção do jovem Karl Marx, ainda estudante de direito, com o sequestro da Lei pelas elites dominantes (no caso a burguesia inglesa), que, para fazer valer seus interesses, perverteram a ordem jurídica pré-estabelecida, em detrimento dos mais vulneráveis (os pobres habitantes das florestas)⁶⁶⁹. Ao descrever o processo de completa inversão de justiça na qual práticas costumeiras foram criminalizadas em prol de interesses particulares, o jovem Marx ilustrou uma das cenas mais comuns nas faculdades de Direito: a desilusão e indignação dos estudantes mais críticos com o próprio campo jurídico.

É interessante observar que, nesse texto, a posição do jovem pensador ainda era de tencionar o que se compreende como Direito, ao se contrapor à lei referente ao furto de madeira, flertando, inclusive, com uma perspectiva mais *jusnaturalista*, invocando a violação de um direito comum dos miseráveis, dos oprimidos, dos despossuídos. No entanto, ao longo da sua obra, Marx foi se afastando das discussões teóricas e disputas políticas do pensamento jurídico, e passou a se referir ao Direito da forma que foi imposto pelo Estado Moderno: o ordenamento jurídico burguês⁶⁷⁰.

Em algumas passagens dos textos mais “maduros” de Marx essa perspectiva fica mais exposta, como, por exemplo, na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, em que o pensador ressalta que é (in)justamente através do Direito (da

⁶⁶⁹ MARX, 2017a

⁶⁷⁰ LYRA FILHO, Roberto. Marx e o Direito. *Educação e Sociedade*, v. 6, n. 18, p. 97–115, 1984.

Lei) que as pessoas se tornam proprietárias das forças produtivas⁶⁷¹, ou ainda, ao lado de Friederich Engels em *Ideologia Alemã*, em que aponta a completa subordinação do Direito Privado às relações econômicas, frisando a inexistência de uma história própria do Direito⁶⁷².

Como mencionamos, Marx não se debruçou propriamente sobre uma teoria do Direito, pois, ao perceber que a ordem jurídica, em última instância, expressava os interesses determinados pelas relações de poder (na leitura marxista: de produção), não reputava qualquer potência emancipatória por essa via. Ao contrário. Na evolução do pensamento do autor, o Direito passou a ser lido, embora não tenha sido tratado de forma sistemática, como verdadeiro instrumento de manutenção da ordem socioeconômica, ou seja, das relações sociais de produção.

A principal obra que tem referenciado os pensadores marxistas sobre uma possível Teoria do Direito à luz de Marx é de autoria do jurista soviético Evgeni Pachukanis, quem tratou de aprofundar um estudo no campo⁶⁷³. Mais do que uma teoria crítica do Direito, seu estudo se apresenta como verdadeira teoria crítica ao Direito (burguês), e aponta para a sua necessária superação na construção de uma sociedade mais justa e materialmente igualitária. A teoria jurídica pachukaniana constrói uma compreensão do Direito a partir da crítica aos conceitos jurídicos, priorizando o debate acerca da *forma jurídica*, o que, para o autor, seria “o átomo da teoria jurídica”.

Para Pachukanis, o fenômeno jurídico é relacional, uma espécie de mediação da sociabilidade (a mediação jurídica). Assim, a existência do Direito não é determinada pelo seu conteúdo normativo, porque antes o “jurídico” já é realizado enquanto relação jurídica. Essa relação, que é especificamente burguesa, se dá numa equivalência entre sujeitos, cujo pressuposto é a circulação de mercadorias (pautada no valor de troca), de tal forma que a lei ou a *forma jurídica* é produção posterior, historicamente condicionada pela relação mercantil instituída na sociedade capitalista. É nessa relação social de equivalências que o jurista soviético encontrou a juridicidade.

Logo, Pachukanis compreendeu que as figuras jurídicas são “produzidas” a partir da esfera de circulação de mercadorias, como decorrência necessária de seu

⁶⁷¹ MARX, 1978.

⁶⁷² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

⁶⁷³ PACHUKANIS, 2017.

próprio movimento. Assim, segundo a tradução pachukaniana mais badalada no Brasil, do filósofo marxista Márcio Bilharino Naves, “a forma jurídica corresponde, portanto, à relação entre proprietários, numa troca equivalente, ou seja, a uma relação capitalista”⁶⁷⁴. Essas relações sociais “jurídicas” seriam, então, seladas por acordos entre “sujeitos de direito” abstraídos de suas condições concretas, formalmente “livres e iguais” entre si.

Essa abstração dos sujeitos (que fala mais sobre a equivalência do que da liberdade e da igualdade jurídica em si) decorreria de um processo simultâneo entre a emergência da propriedade privada, a ruptura do laço comunitário da produção/apropriação e a atomização/reconexão dos indivíduos na relação de troca. Na relação jurídica, que é, antes uma forma social, os sujeitos (que em realidade possuem inúmeras assimetrias no plano concreto) passam a se apresentar de modo equivalente se colocando uns para os outros como dotados de uma vontade autônoma representante de suas respectivas propriedades. O Estado, por sua vez, surge como um “outro sujeito” externo e impessoal com vistas a garantir a relação entre sujeitos equivalentes, como uma decorrência lógica da própria *forma jurídica* das relações sociais.

O pensamento de Pachukanis explica, a estruturalidade social do Direito, incluindo aí a singularidade e a universalização do sujeito de direito, da igualdade formal, do contrato mercantil, da propriedade privada, etc. No entanto, Pachukanis tem sido muito lido no Brasil a partir de uma leitura estruturalista althusseriana⁶⁷⁵ que impõe certo descolamento das análises das formas sociais, a partir de uma compreensão de sobredeterminação entre à base e a superestrutura⁶⁷⁶. Nessa perspectiva o capitalismo é, antes de tudo, um “modo de produção” econômico que, como tal, é independente do Direito e gera a ordem jurídica de que necessita a cada estágio de seu autodesenvolvimento. Portanto, o Direito se apresenta como um reflexo das relações econômicas da sociedade capitalista, partindo da premissa de que o modo de produção da vida material condicionaria toda a vida social, cultural, política e espiritual em geral⁶⁷⁷.

⁶⁷⁴ NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 54-58.

⁶⁷⁵ Com base especialmente na obra ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

⁶⁷⁶ À exemplo dos estudos de Márcio Bilharino Naves. Ver NAVES, 2000.

⁶⁷⁷ MARX, 1984.

Tal leitura da obra pachukaniana impõe um exagerado determinismo econômico sobre a ordem jurídica, que estaria condicionada tão somente pela esfera da circulação de mercadorias (de troca). Não estamos em total acordo. Entendemos que o fator econômico não pode ser encarado como o único determinante, pois, ainda que seja o prevalente, a ordem jurídica é atravessada por diversos outros fatores (orientações políticas e/ou filosóficas, questões de gênero, raça e sexualidade, religiões, lutas por poder, aspectos culturais, etc.) que exercem influência sobre o curso das lutas históricas e que, na maior parte dos casos, determina, conjuntamente, a sua forma. Assim, nossa compreensão é de que o Direito é condicionado pelo fator econômico (que no marco na crítica latino-americana é constituído por um “modo de produção” marcado, por si só, pela divisão social entre classe, raça e gênero – questões que Pachukanis estava longe de desenvolver), mas não é exclusivamente por ele determinado.

Em realidade, não há consenso na teoria crítica acerca da subordinação, por completo, da “superestrutura” à base, nem mesmo que o Direito esteja de fato localizado na “superestrutura” da sociedade, ou mesmo que exista essa separação entre “infra” e “superestrutura”. Essa é uma seara de intensas fricções acadêmicas, onde podemos encontrar diversos autores (marxistas ortodoxos e aqueles das mais diversas heterodoxias) que permitem discutir, sem cair em idealismos, as possíveis imbricações entre a ordem jurídica (legal e política) e a ordem socioeconômica (preponderante em última instância para qualquer pensador marxista).

Temos, como exemplo, Nicos Poulantzas, pensador grego que, à luz do marxismo estruturalista francês (seguindo a esteira de Louis Althusser, porém inovando-a), se opôs às propostas de Pachukanis que impunham a determinação da “superestrutura” pela base. Para o autor, haveria uma autonomia relativa dos níveis superestruturais, na medida em que esses apresentam determinações específicas e dinâmicas próprias, não restritas às relações sociais de produção, mas vinculadas a estas pelo caráter político e ideológico da relação entre Estado e a sociedade na égide do capitalismo⁶⁷⁸.

O problema se localizaria, então, na própria discussão sobre a forma do Estado capitalista, que é, por sua vez, a forma do Estado de Direito. Observando

⁶⁷⁸ POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. Tradução R. Lima. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

por esse aspecto, o Direito (burguês, moderno, positivo) é percebido como um sistema de normas (com alguma lógica e coerência) que edifica e é edificado na figura do Estado e que se relaciona, a partir de uma dimensão política, com as bases materiais da estrutura social. Segundo Poulantzas, essa relação ou mediação entre os elementos estruturais (infra e superestrutura) se daria através da abstração e universalização de certos valores, especialmente os de liberdade e igualdade formais, que permitiriam a construção do sujeito jurídico (de direitos) e a inserção do trabalhador na realidade jurídica. Essa leitura permite o autor avançar sua reflexão sobre a ordem jurídico-política, intimamente conectada com a ordem jurídico-legal, e também abre algum espaço para uma discussão acerca da “luta de classes” no seio do Estado.

Encontramos outra perspectiva que nos pareceu muito interessante. Na obra *Senhores e Caçadores*, o historiador marxista Edward Palmer Thompson apresenta os conflitos da sociedade inglesa no contexto de disputas pelos usos e domínios da floresta e da elaboração e aprovação da Lei Negra (1723), uma norma jurídica que possibilitou a inauguração de um período de execuções capitais de rigor inédito naquela sociedade, mas que também instaurou um intenso processo de organização e resistência de sujeitos subalternizados⁶⁷⁹. A historiografia apresentada pelo autor, que poderia ser localizada na história social do crime, permite a chegar a algumas conclusões que apontam para outros caminhos possíveis para as teorias críticas marxistas a respeito do Direito e da formação da identidade de classe nas lutas travadas pelos domínios da Lei.

Ao deslocar o Direito da “superestrutura” da sociedade, ou seja, romper com a crença de que há uma sobredeterminação da *forma jurídica* à realidade socioeconômica, a análise de Thompson aponta para duas interessantes conclusões para essa pesquisa. Primeiro, a necessidade de encarar a Lei (o direito positivo) como uma expressão histórica e dinâmica, compreensível somente no confronto com os aspectos da totalidade da sociedade na qual está inserida e de acordo com a experiência concreta dos agentes sociais. Segundo, ao expor que o Direito não é um mero reflexo das relações sociais de produção e observar que a *forma jurídica* também produz impactos profundos nas relações estabelecidas em sociedade, o autor demonstra que o Direito é em realidade produto e processo dos conflitos

⁶⁷⁹ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

sociais, das disputas entre sujeitos inseridos em relações de poder nos mais diversos campos da vida social. Assim, Thompson abre também caminho para uma discussão acerca dos domínios da Lei e da relação desta com a luta de classes – regressaremos a essa leitura mais à frente.

Já o pensamento crítico latino-americano também se desvinculou dessa separação e determinação, em via unilateral, da superestrutura pela base. Nesse sentido, trazemos os ensinamentos do filósofo argentino Enrique Domingo Dussel, para quem “Marx não se alinharia, pois, pela alegoria de uma infraestrutura como o solo e uma superestrutura como a casa e o teto. Sua metáfora é um círculo: um ponto da circunferência determina outro, mas é, por seu turno, determinado, ainda que cada tipo de determinação seja diferente: umas são materiais, outras práticas, outras consuntivas”. Dussel defende que a crítica marxiana se funda na totalidade, na qual há “mútuas determinações que operam sincrônica e diacronicamente, em muitos graus de determinação determinantes determinadas”⁶⁸⁰.

Os esforços teóricos de diversos pensadores marxistas para entender o imbróglio do Direito através das pistas de Marx são complexos e apontam para distintos caminhos, como ilustramos aqui por meio dessas opostas visões. A teoria crítica anticapitalista que se desenvolveu após a década de 60, mais descompromissada com a contraditória tentativa de ler a realidade através dos olhos de apenas um intelectual (de Marx), menos apegada às discussões sobre as determinações das estruturas sociais e mais interessada em discutir outros aspectos sociais e políticos para além da questão econômica, criou novas rotas de análise para o problema do Direito.

O pensamento de Foucault e sua teoria crítica do (ao) poder, por exemplo, apontaram que a criação de um Estado de Direito seria condição da ordem liberal, ou seja, o estabelecimento e o funcionamento do capitalismo não seriam predeterminados, pois dependeriam das ações políticas e das instituições jurídicas⁶⁸¹.

Atualmente, grande parte da teoria crítica anticapitalista (não necessariamente marxista) já até abandonou essa separação entre “infraestrutura” e “superestrutura”. Dardot e Laval, por exemplo, conectam a ordem jurídica

⁶⁸⁰ DUSSEL, Enrique Domingo. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 47.

⁶⁸¹ FOUCAULT, 2008.

diretamente as relações sociais de produção: “Ora, longe de pertencer a uma “superestrutura” condenada a exprimir ou obstruir o econômico, o jurídico pertence de imediato às relações de produção, na medida em que molda o econômico a partir de dentro”.⁶⁸²

Nós não estamos querendo nos fechar em uma caixinha teórica, muito menos antes de voltar para o campo, vez que estamos tratando, em realidade, de fazer levantamentos de interpretações possíveis acerca do Direito que façam sentido para as práticas jurídico-políticas do MUCA. De qualquer forma, é possível encontrar pontos de contato entre as perspectivas críticas supramencionadas, sem se perder nas divergências sobre a metáfora da “infra-superestrutura” – embora esse não seja um tema de menor relevância na teoria crítica marxista.

O Direito, em uma aproximação crítica, pode ser entendido como um importante instrumento à serviço dos interesses dominantes (capitalistas), um mecanismo essencial para mediar as variadas relações sociais (em especial as de produção e de apropriação), direcionar as ações e tomadas de decisão a partir de uma razão liberal/colonial (hoje neoliberal/neocolonial) e manter a costura do tecido social de acordo com as relações de poder (especialmente as relações sociais de produção) estabelecidas. Desse modo, esse Direito, eminentemente burguês, tem cumprido, ao longo da história, um papel fundamental na garantia do domínio estabelecido e das relações assimétricas de poder.

A burguesia que consolidou seu poder durante a era das revoluções viu na positivação do Direito (ou na sua constitucionalização) não só a possibilidade de redefinir as regras sociais em favor de seus interesses, mas também a oportunidade de criar um arcabouço normativo para neutralizar todo e qualquer intento de transformação na estrutura da sociedade e na correlação de forças nos centros de poder. Nesse sentido, o Direito se constitui como um importante instrumento político e de controle social, pois garante uma intervenção verticalizada, de cima para baixo, “legitimada” pelas ficções das teorias do Estado Moderno, nos conflitos vividos em sociedade – esse aspecto do fenômeno jurídico ficou evidente em nossa observação no segundo capítulo.

Com o devir do Estado burguês (e sua forma constitucionalizada), todo o arsenal ético e político revolucionário que alimentava as insurreições contra a antiga

⁶⁸² DARDOT; LAVAL, 2017, p. 22.

ordem social, passou a ser engessado na forma da lei, ou pelo menos, na forma da Lei Maior (a Constituição). Com o progressivo abandono do *jusnaturalismo*, que antes fundamentou as lutas políticas por justiça e que foram a base dos direitos humanos, o novo Direito (constitucional e positivado) assumiu, então, um caráter conservador: somente o que foi/está posto pela nova ordem dominante poderia ser considerado Direito⁶⁸³.

Assim, tudo aquilo que pertence a ordem jurídica foi acomodado no seio do Estado: criar leis, interpretar leis, aplicar leis, efetivar leis, controlar as leis. E é de se perceber que o Direito Positivo não só enclausurou a potência popular numa ordem jurídico-legal posta (o que está na lei), como tratou de abafar a existência de uma ordem jurídico-política, que, na perspectiva *juspositivista*, só teria alguma relevância dentro das próprias determinações legais previamente estabelecidas (o processo legislativo formalmente constituído e o processo de interpretação judicial ilustram isso). Assim, a potência máxima do poder popular (constituente) tratou de ser absorvida pelo Estado⁶⁸⁴.

É evidente que o *juspositivismo*, desde sua primeira fase no século XIX (a Escola da Exegese), também trazia seu arsenal teórico para uma possível concretização dos ideais de justiça ou de paz (ideais abstratos comuns no pensamento moderno, especialmente a partir do idealismo transcendental kantiano). O Direito Positivo vinha aparentemente para reger a intervenção estatal nos conflitos sociais e garantir uma solução validada pelo fictício contrato social ou por conceitos pretensamente universais, advindos da racionalidade humana. Naquela época isso soava como uma boa medida contra o autoritarismo experienciado nos séculos anteriores.

Também é importante perceber que o pensamento *juspositivista* se ergueu junto a uma virada de tendência do próprio pensamento filosófico como um todo. Na construção desse pensamento, que é também dinâmica, que acontece no processo histórico, alguns juristas positivistas, que defendiam o primado da Lei, chegaram a fazer aberturas para os “fatos sociais” no universo jurídico. Talvez a maior expressão disso seja um texto sensibilizador da segunda fase do jurista

⁶⁸³ Mesmo nos países em que adotaram o modelo de Common Law (pautado nos costumes consolidados da sociedade, como o Direito consuetudinário inglês), não deixaram de vincular as decisões judiciais a uma Constituição, além do que acomodaram em seus sistemas de justiça um Direito legislado denominado Statute Law, que seria o Direito estatutário ou legislativo.

⁶⁸⁴ Ver NEGRI, 1999.

alemão Rudolf von Ihering, intitulado *A Luta pelo Direito*, no qual trata de despertar um “sentimento jurídico”, que nasce da própria injustiça, e que, através da luta, seria capaz de criar o Direito (a lei)⁶⁸⁵.

Em que pese essas considerações – que possuem mais o intuito de assumir uma honestidade intelectual do que qualquer coisa –, foi a partir do Direito Positivo que se ergueu toda uma problemática Ciência Jurídica, que até hoje é a matriz tradicional do pensamento jurídico ocidental. Com o decorrer do pensamento *juspositivista*, o Direito passou a ser reduzido ao conjunto de normas e técnicas específicas de interpretação e aplicação da lei. Toda a complexidade do fenômeno jurídico foi reduzida ao debate legalista/formalista e suas outras dimensões foram empurradas para fora da Ciência Jurídica⁶⁸⁶. Os fatos e valores, sociais, filosóficos e políticos que geram, movimentam e dão suporte ao Direito foram entregues a outros campos do saber, a sociologia, a filosofia, a ciência política. Criou-se, assim, uma percepção fragmentada da realidade, insuficiente, que oculta que o fenômeno jurídico é mais amplo que a sua forma. O discurso legalista empurrou a essência do Direito para debaixo do tapete.

A consolidação do Estado de Direito (moderno, burguês, positivo) e de sua forma constitucionalizada, no centro da hegemonia ocidental, caminhou lado a lado da valorização da *forma jurídica*, da primazia da lei, da racionalidade científica e do manto da neutralidade. O Direito fechado em si mesmo, nessa perspectiva, dá a entender que a norma é algo acabado, posto e incontestável, e que somente pode ser interpretada por sujeitos autorizados pelo novo conhecimento técnico-jurídico. Essa sacralização da norma fez e faz parte da estratégia de classe burguesa, posto que coloca os operadores do Direito à serviço da defesa dos interesses e valores guardados e legitimados pela mesma⁶⁸⁷. Assim, se mascarou o fato de que o Direito está, em realidade, destinado para a manutenção da sociedade fundada na divisão social do trabalho, com vistas a produção incessante de mercadorias e o processo de circulação, expansão e acumulação de capital.

Mas é importante perceber que nem mesmo o maior esforço de criar uma Teoria Pura do Direito, expresso pela grande obra de Hans Kelsen com o mesmo

⁶⁸⁵ Ver IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

⁶⁸⁶ AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

⁶⁸⁷ HERKENHOFF, 2001, p. 16.

nome, conseguiu eliminar um espaço de disputa política dentro do Direito. Ao contrário, Kelsen, um dos maiores expoentes do positivismo jurídico (mais especificamente do positivismo metodológico), afirmava que a validade do ordenamento jurídico se encontra simplesmente numa ficção útil sobre a qual se assenta o discurso jurídico. Desse modo, o autor reconhecia o caráter subjetivo, aberto a compreensões éticas, políticas e morais, da interpretação judicial e a impossibilidade de uma completa racionalização dos processos decisórios, em função da impossibilidade lógica de existirem valores racionalmente corretos⁶⁸⁸. Infelizmente, parece que muitos juristas não chegam a ler ou compreender o último capítulo de sua obra.

Ocorre que o idealismo jurídico que toma a *forma jurídica* como se Direito fosse, em sua totalidade, foi amplamente disseminado e criou uma espécie de fetichismo jurídico, que vem reproduzindo no imaginário coletivo a compreensão de que o Direito é tão somente um conjunto de normas editadas por indivíduos imbuídos de poder para tal, a partir de um suposto contrato social, e que se movimenta de forma mecânica por meio de juízes técnicos e imparciais⁶⁸⁹. Desse modo, consolidou-se uma crença de que é puramente através da lei que a sociedade se organiza e regula as relações sociais, eliminando espaço para discutir a realidade do fenômeno jurídico.

O *juspositivismo*, desde sua origem, gerou diversas reações críticas ao longo da história. Poderíamos citar a Escola francesa de Livre Investigação Científica do Direito, principiada pelo jurista francês François Gény; a Jurisprudência dos Interesses (em contraposição a Jurisprudência dos Conceitos), que teve como expoente o jurista alemão de ascendência russa Philipp Heck; a Escola ou Movimento do Direito Livre, protagonizada especialmente por juízes alemães, e que teve seu maior destaque com o jurista austríaco Eugen Ehrlich; o Realismo Jurídico norte-americano, que pode ser bem exemplificado pelo pensamento de Karl N. Llewellyn. Todas essas perspectivas teóricas mencionadas apontavam para a importância de não reduzir o fenômeno jurídico a letra da lei e dialogaram, de

⁶⁸⁸ KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

⁶⁸⁹ MIAILLE, Michel. *Droit Constitutionnel et Marxisme/Direito Constitucional e Marxismo*. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 1, n. 2, 2014.

certa forma, com a possibilidade de construir uma sociologia jurídica, que aparece de forma declarada nos estudos de Max Weber⁶⁹⁰.

O campo da sociologia jurídica se constituiu, desde então, como uma arena de disputas do campo jurídico, que foi bastante animada pelo deslocamento útil da pergunta ontológica “o que é o direito?” para questionamentos capazes de expor as contradições da ordem jurídica na realidade como “para que serve o Direito?” e “como funciona o Direito?”. No entanto, tais questionamentos não permitem caminhar para a superação do Direito (burguês, moderno, positivo), assim, a crítica se coloca um tanto quanto limitada em relação a abertura de novos horizontes para além dessa instituição.

Por outro lado, partindo da própria premissa *juspositivista* que é a aceitabilidade dogmática da validade (e legitimidade) do Direito (burguês, moderno, positivo), em especial do Direito constitucional, diversos autores passaram a trabalhar com as possíveis aberturas dos discursos jurídicos, tratando de incluir os valores sociais nos processos de interpretação que conferem os sentidos da norma jurídica, o que se torna coerente inclusive com a análise kelseniana. A partir de diversas chaves de leituras teóricas, o campo da filosofia da hermenêutica e da filosofia da linguagem⁶⁹¹ criaram reais possibilidades de trabalhar nas brechas da ordem jurídico-legal (explorando sua porosidade) e esticar ao máximo os limites da lei (considerando sua elasticidade), porém, não encararam o verdadeiro problema do fenômeno jurídico e sua relação com a estrutura social, de modo que não apontaram para uma possibilidade de ultrapassar, de fato, o ordenamento jurídico burguês.

Feito tais apontamentos, voltemos as contribuições da teoria crítica marxista ao Direito, àquelas que de fato propõem alguma possibilidade de emancipação das amarras da *forma jurídica* burguesa. Parte do problema que levou a ausência da construção de uma verdadeira teoria do Direito marxista, que poderia ter se

⁶⁹⁰ Essa breve sistematização faz parte dos debates em sala de aula da disciplina de Sociologia Jurídica ministrada pela Professora Maria José Fariñas Dulce, no Máster em Derechos Humanos da Universidad Carlos III de Madrid, onde esta pesquisadora realizou um período de mobilidade acadêmica, na modalidade de Doutorado Sandúiche, pelo Programa CAPES/Print.

⁶⁹¹ Temos como bom exemplo disso, em solo nacional, os esforços teóricos de Luis Alberto Warat, trabalhando a partir das próprias aberturas kelsenianas aos discursos jurídicos, e de Tercio Sampaio Ferraz Junior, que trouxe importante distinção entre a zetética e a dogmática, a partir das propostas hermenêuticas do jurista alemão Theodor Viehweg. Ver: WARAT, Luis Alberto. **Mitos e Teorias na Interpretação das Leis**. Porto Alegre: Síntese, 1979; FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 1988.

desenvolvido muito bem a partir da obra de Pachukanis, se encontra na própria experiência socialista soviética, que terminou cristalizando um Direito Socialista, formal e constitucional, ao mesmo tempo em que promoveu um processo de perseguição aterrorizador contra os inimigos de classe (ou qualquer um que supostamente fosse enquadrado nesses termos, como o próprio Pachukanis). O Direito Socialista, que teve como principal marco a promulgação da segunda Constituição Soviética em 1936 (período Stalinista), na qual foi decretado o suposto fim da luta de classes, logo, o fim da transição, foi abandonando a crítica sobre o fenômeno e a *forma jurídica* e as discussões se voltaram para os problemas do Direito no Estado Socialista.

Para muitos, a experiência do socialismo soviético se tornou uma grande frustração com as próprias teorias marxistas, o que nos parece certa ingenuidade, já que toda teoria ganha vida própria no curso do processo histórico das práticas sociais concretas. Nem mesmo uma teoria fundada na *práxis*, como é a proposta marxista, está blindada de ganhar novas formas na sua aplicação no mundo real. Toda vez que damos um passo em uma nova direção, o “mundo sai do lugar” e abre novas contradições a serem encaradas. Talvez esse tenha sido o motivo de Marx não ter se colocado em nenhuma obrigação de pensar concretamente a sociedade comunista (o final da transição para uma sociedade materialmente justa e igualitária), o que deixou como tarefa para a imaginação e ação dos sujeitos reais da revolução.

As profundas contradições da experiência socialista soviética e daquilo que foi se formulando e apresentando como Direito Socialista afastaram o pensamento crítico europeu das leituras marxistas⁶⁹². No entanto, não por coincidência, foi nos territórios de resistência da América Latina⁶⁹³, marcada pela perversa estrutura

⁶⁹² Embora o intelectual insurgente Ricardo Prestes Pazello aponte que algumas contribuições importantes permaneceram resistentes por aquelas bandas: “Enquanto isso, na Europa ocidental, contínuos afastamentos vão se dando, de autores que inicialmente advogam o marxismo ou dele estão muito próximos intelectualmente (como nos exemplos de António Manuel Hespanha, Michel Miaille, Bernard Edelman, dentre outros). Ainda assim, apesar de tal abandono gradativo, subsistem movimentos jurídicos progressistas, dando sobrevida a algumas interpretações marxistas a respeito do direito. É o caso italiano do “uso alternativo do direito”, em que autores como Pietro Barcellona e Giuseppe Cotturri chegam a propor uma “reapropriação social da função normativa” e uma justiça de classe. Também é o caso da Espanha e o seu respectivo “uso alternativo do direito” (com propostas neomarxistas como as de Nicolás María López Calera ou Juan-Ramón Capella)”. PAZELLO, Ricardo Prestes. Direito insurgente: fundamentações marxistas desde a América Latina. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 1555-1597, 2018.

⁶⁹³ ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia**: cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Madrid: Baladre, 2011.

moderna/colonial, de abissal desigualdade social (de classe, raça e gênero)⁶⁹⁴, que a teoria crítica marxista do e ao Direito encontrou solo fértil para se desenvolver, apresentando outras miradas possíveis para se pensar o fenômeno jurídico. Aliás, muitos dos pensadores europeus que não abraçaram a teoria do garantismo positivista e que mantiveram uma postura crítica a própria instituição do Direito, mantiveram um profícuo contato com as experiências de lutas sociais que brotaram na América Latina⁶⁹⁵.

Por questões de limitações dessa pesquisa, não retomaremos o histórico da imensa diversidade de formulações teóricas que tiveram como base o diálogo entre o Direito e o marxismo na América Latina, mas principalmente porque isso já foi feito, de forma extremamente detalhada, pelo intelectual brasileiro do “Direito Insurgente”, Ricardo Prestes Pazello, em sua tese de doutorado⁶⁹⁶.

O referido autor, que tratou de propor uma concepção teórica entre o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao Direito, abordou não só as teorias críticas marxistas pertinentes, mas também múltiplas concepções da crítica jurídica latino-americana, passando por autores como Jesús Antonio de la Torre Rangel, Ignacio Ellacuría, Óscar Correias, Alejandro Rosillo Martínez, Antonio Salamanca, Carlos Rivera Lugo, entre outros, para finalmente avançar sobre o pensamento crítico jurídico brasileiro, também repleto de leituras teóricas inovadoras e versáteis, enquanto táticas para os movimentos populares.

Considerando a localização do conflito/da luta na qual a presente tese se debruça, vamos dar centralidade à crítica jurídica brasileira, isso porque tais pensamentos estão intrinsecamente ligados às lutas populares inscritas em nossa realidade social e política (o que está em consonância com o próprio pensamento crítico latino-americano, ou seja, pensar desde seu local e valorizar os saberes produzidos nesse contexto).

⁶⁹⁴ DE SOUSA SANTOS, Boaventura; MENDES, José Manuel. **Demodiversidad**: imaginar nuevas posibilidades democráticas. Ediciones Akal, 2018.

⁶⁹⁵ Deixamos como exemplo o estudo de Boaventura de Sousa Santos que, na década de 70, realizou uma pesquisa de campo em uma favela do Rio de Janeiro, apelidada por ele de Pasárgada, em referência ao poeta Manoel Bandeira. O pesquisador, a partir das relações sociais estabelecidas na comunidade, observou um “direito alternativo” que nascia das lutas sociais e que se contrapunha a norma escrita, destacando sua importância para a resistência dos moradores do local contra a violência externa e a política de remoções. Ver SANTOS, Boaventura de Sousa. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUTO, C.; FALCÃO, J. (org.). **Sociologia e direito**: textos básicos de sociologia jurídica. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1980. p. 109-117.

⁶⁹⁶ PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares**: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito. 2014. Tese (doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

O surgimento da primeira geração da teoria crítica do Direito no Brasil se deu em meio a pavorosa ditadura militar, de modo que os intelectuais à época tiveram que dar conta de diversos desafios e riscos para produzir um pensamento crítico naquele contexto de “caça aos comunistas”. Segundo Pazello, pertencem a essa geração “heroica” Roberto Lyra Filho, Luis Alberto Warat, Luiz Fernando Coelho, Roberto Aguiar e João Batista Herkenhoff⁶⁹⁷. Já a segunda geração de críticos do direito no país decorre do processo de transição democrática acordada, um período no qual se possibilitou a construção de uma nova ordem jurídica constitucional, sem ao todo realizar uma radical ruptura⁶⁹⁸, e que trouxe uma gama de possibilidades para a luta política no campo jurídico brasileiro, que ficaram conhecidas como Movimento de Direito Alternativo (MDA), além das vertentes de Pluralismo Jurídico. E, a partir da década de 90, há um avanço de práticas jurídicas insurgentes que vão dar base para a conformação de um Direito Insurgente. Vamos tratar de dar alguns destaques.

Em primeiro ponto, pegando o fio da meada da primeira geração da crítica jurídica brasileira, ressaltamos a obra de Roberto Lyra Filho, que ainda na década de 70 deu início a Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR). Naquela época, o jurista se engajou ativamente na luta contra a repressão política da ditadura militar e desenvolveu uma obra radicalmente crítica com uma base marxiana (ainda que dialogasse com a reminiscência da dialética hegeliana), por isso seu trabalho se difundiu não só entre advogados militantes como entre pensadores influentes.

Lyra Filho foi criador de uma teoria cunhada de “humanismo dialético” que, fundamentada em uma concepção específica de dialética (de afirmação, negação e negação da negação), trata de afirmar um horizonte de superação em direção à emancipação das classes espoliadas e oprimidas. Essa última etapa não era, para o autor, mera desconstrução analítica, mas sim uma contribuição criativa para instituir uma *práxis* libertadora. Essa é a base do seu pensamento e com a qual tratou de inovar no marxismo jurídico, trazendo um novo olhar sobre o que seria o ou viria a ser o Direito⁶⁹⁹. Assim, o autor passou a olhar o fenômeno jurídico para além do seu produto (que não debate especificamente como *forma jurídica*), o caracterizando como um

⁶⁹⁷ PAZELLO, 2014, p. 409.

⁶⁹⁸ Ver PILATTI, 2013.

⁶⁹⁹ COSTA, Alexandre Araújo; COELHO, Inocência Mártires. **Teoria dialética do direito: a filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho**. Brasília: Faculdade de Direito (UnB), 2017. p. 3-5.

processo, dentro do processo histórico: não é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-ser que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes e que definha nas explorações e opressões que o contradizem, mas de cujas próprias contradições brotarão as novas conquistas⁷⁰⁰.

Desse modo, Lyra Filho assumiu uma posição crítica quando ao Direito Positivo, vez que enviesado pelos interesses das classes dominantes e estruturado para a manutenção do sistema capitalista. Porém, vislumbrou a possibilidade de entender um Direito para além do sistema jurídico burguês, não em uma perspectiva de pluralismo, mas de própria autenticidade, fundamentada na luta de classes:

A lei sempre emana do Estado e permanece, em última análise, ligada à classe dominante, pois o Estado, como sistema de órgãos que regem a sociedade politicamente organizada, fica sob o controle daqueles que comandam o processo econômico, na qualidade de proprietários dos meios de produção. Embora as leis apresentem contradições, que não nos permitem rejeitá-las sem exame, como pura expressão dos interesses daquela classe, também não se pode afirmar, ingênua ou manhosamente, que toda legislação seja Direito autêntico, legítimo e indiscutível. Nesta última alternativa, nós nos deixaríamos embrulhar nos “pacotes” legislativos, ditados pela simples conveniência do poder em exercício. A legislação abrange, sempre, em maior ou menor grau, Direito e Antidireito: isto é, Direito propriamente dito, reto e correto, e negação do Direito, entortado pelos interesses classísticos e caprichos continuístas do poder estabelecido⁷⁰¹.

Assim, o jurista apontou que a identificação do Direito com o Direito Estatal possui, em realidade, um viés ideológico estimulado pelas classes dominantes. O imaginário coletivo terminaria moldado por uma razão liberal, que não permitiria enxergar que, se as classes estão em conflito e possuem interesses distintos e antagônicos, as suas próprias concepções de justiça, inerentes ao Direito, também serão conflitivas. Portanto, seria necessário romper com esse idealismo jurídico, que tem como finalidade o controle das classes espoliadas e oprimidas:

O arcabouço de normas fixa-se nas instituições sociais (armação estabilizada e sistemática das práticas normatizadas), formando um tipo de organização, cuja legitimidade é também presumida e que, por isso mesmo, se reserva os instrumentos de controle social, para evitar que a pirâmide se desconjunte e vá por terra. Estes meios materiais de controle revestem à ordem com sistemas de crenças (ideologias), consideradas válidas, úteis e eminentemente saudáveis e que são, por assim dizer, a “alma” das instituições estabelecidas, isto é, o “espírito” da ordem social, com a máscara de cultura do “povo”⁷⁰².

⁷⁰⁰ LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito?** 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003, p. 86.

⁷⁰¹ Ibid., p. 3.

⁷⁰² LYRA FILHO, 2003, p. 57.

Logo, a proposta de Lyra Filho tratou de romper com essa perspectiva. Para o autor o Direito não poderia se reduzir à meras formas ideológicas sacralizadas pelo sistema capitalista. E, mais do que isso, no contexto do capitalismo tardio/periférico, o Direito teria o dever de realização da justiça social concreta, considerando as especificidades das lutas políticas enraizadas nesse contexto. O jurista propunha, então, uma terceira via entre o *jusnaturalismo* e o *juspositivismo*, na qual deu centralidade aos reais conflitos que, no plano jurídico-político, seriam os propulsores do “processo de libertação constante” da história dos sujeitos encarnados. Nesse sentido, a apropriação dos direitos humanos e de outras fórmulas já positivadas não foi um problema para Lyra Filho.

Inspirado no “epigrama hegeliano nº 3” de Marx⁷⁰³, Lyra Filho vai encontrar a potência desse Direito nas ruas, fundamento que irá desenvolver como “Direito Achado na Rua”. Desse modo, o Direito que “não é”, mas sim que se faz em um “processo histórico de libertação” emana “da rua, no clamor dos espoliados e oprimidos e sua filtragem nas normas costumeiras e legais tanto pode gerar produtos autênticos [...] quanto produtos falsificados”⁷⁰⁴. Assim, o Direito deve ser compreendido como o modelo mais avançado da legítima organização social da liberdade, fruto das relações conflituosas de classes e grupos sociais antagônicos, tendo como arena, por excelência, a rua.

As propostas de Lyra Filho seguem até os dias atuais inspirando o pensamento e as práticas de muitos juristas engajados com as lutas populares. Hoje, o “Direito Achado na Rua” tem se desenvolvido enquanto um campo de estudos empíricos e críticos voltados para uma *práxis* emancipatória, com principal referência nas discussões que o professor José Geraldo de Sousa Júnior – quem conviveu com Lyra Filho ainda na NAIR – toca ao lado de outros pesquisadores e estudantes na Universidade de Brasília (UnB). Retomaremos esse debate um pouco mais a frente, já no regresso ao campo empírico.

De forma sintética, buscamos agora trazer algumas considerações sobre a segunda geração da crítica jurídica brasileira, partindo do Movimento do Direito

⁷⁰³ “Kant e Fichte buscavam o país distante,/ Pelo gosto de andar lá no mundo da lua,/ Mas eu tento só ver, sem viés deformante,/ O que pude encontrar bem no meio da rua”. LYRA FILHO, Roberto. “Desordem e processo: um posfácio explicativo”. In: LYRA, Doreodó Araújo (org.). Desordem e processo: estudos sobre direito em homenagem a Roberto Lyra Filho. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986. p. 312, *apud* PAZELLO, 2014, p. 422.

⁷⁰⁴ *Ibid.*, p. 425.

Alternativo. O MDA é entendido como um movimento por não ter se restringido a estudos teóricos e propostas acadêmicas, ao contrário, se desenvolveu a partir de práticas de juristas engajados. Nessa chave encontramos a atuação de magistrados “alternativos” que tratavam de buscar uma prática progressista que pudesse concretizar, nas palavras do juiz Amilton Bueno de Carvalho, “um direito mais justo e igualitário, mais comprometido com a classe trabalhadora”, aproveitando-se do lugar privilegiado que ocupavam: o de fazer uma leitura “oficial” da Lei e, através da decisão judicial (que é espécie de *forma jurídica*), efetivar direitos⁷⁰⁵. Tal prática, que incluía, em especial, a releitura e a garimpagem jurídica, se referia ao “uso alternativo do direito” e fundamentou uma série de publicações de “juristas orgânicos”.

Já o próprio Direito Alternativo foi teorizado por Edmundo Lima Arruda Júnior, que tratou de elaborar uma sistematização crítica do que seria esse outro Direito. Com base em uma releitura gramsciana, o Direito Alternativo conclamava os juristas (e não só magistrados) a se colocarem como “intelectuais orgânicos da transformação”, que pudessem operar de forma contra-hegemônica no plano de instituição do Direito (positivo), isto é, naquilo que já está instituído/positivado. Ademais, esse quadro teórico também sinalizava para a possibilidade de explorar o plano daquilo ainda não instituído, o “instituinte negado”, intimamente conectado com as lutas por novos direitos⁷⁰⁶.

Diversas práticas jurídico-políticas surgiram na esteira do Direito Alternativo, o que abriu campo para as variadas formulações teóricas que se seguiram (embora menos comprometidas em criar de fato uma Teoria do Direito). Em síntese, o Direito Alternativo caracteriza-se por: i) a crítica a ideia de neutralidade da lei (entendida como veículo dos interesses das classes dominantes); ii) o julgamento enquanto um ato ideológico (e a possibilidade de exercê-lo em favor da classe trabalhadora), iii) a justiça social como fim do direito; iv) o direito enquanto instrumento de luta; v) o uso ou o desuso da lei em favor dos subalternizados. No entanto, essas propostas estavam muito mais conectadas à disputa no espaço

⁷⁰⁵ CARVALHO, Amilton Bueno de. **Magistratura e direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1992. p. 36-37.

⁷⁰⁶ ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. Direito alternativo no Brasil: alguns informes e balanços preliminares. In: ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. (org.). **Lições de direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, vol. 2, 1992. p. 159-177.

institucional e, de certa forma, validaram a *forma jurídica* burguesa. Em síntese, terminaram apontando para a busca por efetivar e/ou positivizar direitos.

Ainda na segunda geração da crítica jurídica brasileira, o Pluralismo Jurídico, por sua vez, buscou se afirmar enquanto um paradigma, sem deixar de lado as questões de fato, os casos concretos. Seus teóricos se esforçaram em uma construção epistemológica, um conjunto próprio de instrumentos cognitivos, com fundamentos materiais e formais. As premissas básicas desse quadro teórico são a crítica à universalidade e a ruptura com a ideia de “monismo jurídico”, isto é, com a imposição de um único Direito estatal. Daí que a defesa do Pluralismo Jurídico incide em uma pluralidade de sistemas jurídicos simultânea, assumindo que grupos sociais criam direito e mecanismos de resolução de conflitos.

O principal expoente do Pluralismo Jurídico no Brasil é Antônio Carlos Wolkmer, quem, a partir de uma construção teórica muito eclética (reunindo Marx, Weber e o pensamento latino-americano), constrói uma proposta de pluralismo jurídico comunitário-participativo, apresentando fontes jurídicas “participativas”, dentro, fora e contra o Estado⁷⁰⁷. Em resumo, Wolkmer busca uma projeção paradigmática de juridicidade para as condições do capitalismo periférico latino-americano e brasileiro. Para tanto, sua proposta é uma cultura jurídica instituinte e plural. Segundo o autor,

Dir-se-á que pensar hoje o pluralismo, é pensar um pluralismo difuso de novo tipo, marcado por uma perspectiva participativa e interdisciplinar, um pluralismo ampliado que no contexto da complexidade periférica latino-americana e brasileira não rompe de todo com a presença do poder estatal, e muito menos a exclui.⁷⁰⁸

Se antes a antropologia jurídica já sinalizava para uma possibilidade de “dualismo” jurídico, em função da relação colônia e metrópole, o Pluralismo Jurídico emerge com força junto as propostas descoloniais e as lutas multiculturais ou interculturais. Foi, inclusive, reconhecido legalmente pelo Novo Constitucionalismo Latino-americano, o que nos levanta questionamentos sobre um possível conflito conceitual na medida que passou a ser incorporado num sistema jurídico oficial (um possível encontro de sistemas por meio da Constituição?). As teorias vinculadas ao Pluralismo Jurídico frequentemente são questionadas pela

⁷⁰⁷ WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3 ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

⁷⁰⁸ Ibid., p. 343.

fragilidade dos critérios de juridicidade, pelo nível de tensão e choque das diferentes esferas de juridicidade – na qual o lado mais frágil costuma “levar a pior” –, pelos conflitos de competência, pela extensão dos seus limites (preocupação com o que já foi instituído), pela possibilidade de abertura de sistemas jurídicos “privados” (inclusive transnacionais, para além do Estado), por não propor efetiva ruptura com o Direito oficial (garantia do Direito estatal-capitalista), entre outros pontos.

Para Pazello, tanto o MDA como o Pluralismo Jurídico tiveram sua importância no processo de sair dos “escombros da crítica jurídica” brasileira. No entanto, em razão das próprias limitações de suas críticas (e o autor as discute extensamente), ambos terminaram desembocando em modelos teórico constitucionais contraditórios e que não criaram verdadeiros horizontes para a ruptura com o sistema capitalista, haja visto que o Direito Alternativo aportou no garantismo constitucional e o Pluralismo Jurídico foi incorporado pelo Novo Constitucionalismo Latino-americano, atualmente imerso a repletas contradições. Em suas palavras,

Pois bem, dos debates entre alternativistas e pluralistas concluímos que eles partiram de um ímpeto crítico antidogmatista (portanto, zetético), mas criaram uma fundamentação do jurídico pelo seu uso. Ante o refluxo do uso estratégico-crítico do direito, também refluiria a concepção do fenômeno jurídico para terrenos normativistas. Daí que seu desdobramento não pôde ser outro senão o da fixação constitucional, seja via o garantismo dos juristas orgânico constitucionais, seja via o novo constitucionalismo latino-americano. A crítica ao direito se empalidece e transmuta-se em crítica do direito, ou seja, aquela que assume os pressupostos sociais que tornam o fenômeno jurídico possível. Esta condição de possibilidade são as ruínas da sociabilidade capitalista e, portanto, trata-se de uma crítica sob escombros⁷⁰⁹.

A crítica de Pazello é feita com base na obra de Pachukanis, e, embora dialogue com os trabalhos de outros juristas marxistas brasileiros, como Márcio Bilharino Naves⁷¹⁰, Alysson Leandro Mascaro⁷¹¹ e Celso Naoto Kashiura Júnior⁷¹², busca realizar um giro “descolonial” em sua própria leitura, que deixa de lado a discussão proposta pelas determinações entre “infra-superestrutura”, para se concentrar na relação entre a essência e a aparência da *forma jurídica*. Essa saída de Pazello permite encarar as determinações da *forma jurídica* sem desprezar a

⁷⁰⁹ PAZELLO, 2014, p. 421.

⁷¹⁰ NAVES, 2000.

⁷¹¹ MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁷¹² Ver KASHIURA JÚNIOR, Celso Naoto. **Sujeito de direito e capitalismo**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

influência do próprio Direito nas relações sociais de produção, assim como articular uma discussão sobre classe, raça e gênero, observando dimensões concretas da ideologia⁷¹³.

Mas Pazello não se limita apenas a apresentar sua visão “crítica ao direito como relação jurídica enfronhada nas relações sociais de cariz burguês”⁷¹⁴, pois também acredita ser fundamental apresentar um projeto político para as lutas emancipatórias dos movimentos populares. Para tanto, o autor realiza um enorme esforço teórico com vistas a elaboração conceitual do chamado “Direito Insurgente”, tratando de consolidar, através de uma perspectiva marxista e descolonial, uma concepção teórica com raízes em diversas reflexões de juristas latino-americanos/brasileiros que se engajaram nas lutas populares na década de 90 e que pensaram o Direito a partir de suas práticas jurídico-políticas.

Pazello conta como grande parceiro nessa tarefa o pesquisador, professor e assessor jurídico popular⁷¹⁵ Luiz Otávio Ribas, quem se dedicou a pesquisar empiricamente e com fundamento na teoria crítica marxista a atuação e relação de advogados, professores e estudantes de Direito com os movimentos sociais. São essas referências empíricas que permitem a fundamentação prática do “Direito Insurgente”. Ribas observando práticas jurídico-políticas inovadoras trata de consolidar um conceito teórico de “práticas jurídicas insurgentes”. Segundo o autor o termo “práticas jurídicas insurgentes”

[...] é trabalhado expressamente por Jesus Antonio de la Torre Rangel (1990). São contribuições diretas, porém, os conceitos de “práxis” de Adolfo Sánchez Vasquez (2007) e de “prática jurídica” de Antonio Manuel [H]Espanha (1978), assim como a ideia de direito insurgente trabalhada pelos advogados populares Celso Soares (2008), Jacques Távora Alfonsín (1989), Miguel Lanzelloti Baldez (1989) e Thomaz Miguel Pressburguer (1990), entre outros. A tese é compartilhada com o pesquisador Ricardo Prestes Pazello (2014).⁷¹⁶

Assim, é importante perceber que tanto Pazello como Ribas não são os criadores do “Direito Insurgente”, pois o mesmo já existia enquanto práxis de

⁷¹³ PAZELLO, 2014.

⁷¹⁴ Ibid, p. 212.

⁷¹⁵ Como o próprio se define. RIBAS, 2015, p. 24-25.

⁷¹⁶ Ibid., p. 163. Ver referências do original: ALFONSIN, Jacques Távora. **Das legalidades injustas às (i)legalidades justas**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013; HESPANHA, Antonio Manuel. **A história do Direito na história social**. Lisboa: Horizonte, 1978; PRESSBURGUER, Miguel *et al.* **Direito insurgente: o direito dos oprimidos**. Rio de Janeiro: AJUP; FASE, 1990; PAZELLO, 2014; outras obras referenciadas no corpo do texto não foram de fato incluídas na listagem bibliográfica da tese.

diversos atores sociais que faziam do Direito um campo político e que também deixaram suas colaborações teóricas colocadas, embora não sistemática.

De forma resumida, a tese central defendida pelos autores reafirma a associação do Direito à *forma mercadoria* e a universalização do circuito de trocas, considerando que a relação jurídica fundada na equivalência é a essência da *forma jurídica*, que se apresenta em formas aparentes como as leis ou as decisões judiciais. Consequentemente, não seria possível buscar compreender o fenômeno jurídico para além das próprias estruturas do capital, pois o Direito seria necessariamente uma forma histórica (datada) a ser superada por uma dialética (da contradição, dos opostos) que aponta para a sua ruptura, e não para a sua continuidade. Assim, segundo os autores, não existiria Direito nem antes, nem depois do capitalismo. Conforme explica Pazello,

Neste sentido, o fenômeno jurídico não expressa a não ser aparentemente dimensões como as da norma, da justiça, da decisão ou outras; logo, sob essa ótica, apenas são cabíveis usos políticos para o direito entendido como forma jurídica aparente, ao passo que para sua forma jurídica essencial resta tão somente a ontológica relação social capitalista.⁷¹⁷

É, por isso mesmo, que Pazello se contrapõe às perspectivas teóricas de Lyra Filho, fundamentação do “Direito Achado na Rua”, ao que o autor, de modo provocativo, responde com uma crítica ao “direito achado n’O Capital”⁷¹⁸. O autor ainda ressalta que a crença de que o capitalismo possa “vir-a-ser”

[...] superado atacando-se tão somente a subsunção formal, como quando se exalta um horizonte de transição baseado na propriedade – necessariamente jurídica – coletiva dos meios de produção, é uma estratégia juridicista. É preciso, portanto, lutar pela reapropriação das condições materiais da produção pelas massas (e não a mera reapropriação do poder normativo).⁷¹⁹

A principal linha de argumentação de Pazello e de Ribas é que os defensores do “Direito Achado na Rua” (assim como alternativistas e pluralistas) estariam confundindo os usos do Direito com a própria definição de Direito. Nesse sentido, os intelectuais insurgentes vão defender que somente é possível fazer um uso ou um desuso tático do Direito, isto é, um uso político:

⁷¹⁷ PAZELLO, Ricardo Prestes. A práxis da assessoria jurídica popular como vetor para o estudo da relação entre Direito e movimentos populares: ensaio sobre o Direito insurgente. **Caderno eletrônico de ciências sociais**, v. 4, n. 2, p. 94-117, Vitória, 2016.

⁷¹⁸ PAZELLO, 2014, p. 141-174.

⁷¹⁹ PAZELLO, 2018.

Mais do que uma teoria sobre um outro direito, o direito insurgente indica a viabilidade de uma teoria da fricção jurídica. O uso insurgente do direito que as experiências da assessoria jurídica popular nos legaram parece-nos a solução teórica para este aparente impasse. Sob o prisma da transição (ou seja, da historicidade do capitalismo que permite concluir por um trânsito do capital ao não capital e, por consequência, do direito ao não direito), o direito insurgente se concretiza, como uso e não como sistema, tendo por finalidade permitir o seu próprio desaparecimento. A característica assistemática do direito insurgente é coerente com a multiplicidade de qualificações que podem ser dadas ao uso do direito, um pouco na esteira das teorias críticas latino-americanas, mas um pouco para além delas também. Os usos político, tático, revolucionário, insurgente, dentre outros (para não citarmos os tradicionais usos alternativo e plural, com os quais não nos identificamos) são sinalizadores da multiplicidade restritiva do mesmo. Portanto, um uso restrito do direito, ou seja, um (des)uso⁷²⁰.

Uma boa sistematização desses possíveis (des)usos do Direito pode ser encontrada no artigo de coautoria de Pazello e Ribas intitulado *Direito Insurgente: (des)uso tático do Direito*, do qual extraímos a citação acima. Assim, os autores apresentam os seguintes possíveis usos e desusos do Direito (burguês, moderno, positivo), os quais tratamos de sintetizar:

- i) uso combativo do direito: refere-se à luta pela efetivação de conquistas normativas objetivas e pelo uso dos remédios constitucionais e outras garantias já positivadas, como por exemplo, o positivismo de combate;
- ii) uso relido do direito: releitura dos pressupostos interpretativos em uma subversão da legalidade que permite chegar em outros resultados que não os previstos pela norma, por exemplo, o método da garimpagem jurídica e variadas técnicas de hermenêutica;
- iii) uso assimétrico do direito: tática relacional de reapropriação do poder normativo pelos subalternizados (em realidade de reapropriação da consciência do justo), e aproximação do discurso jurídico às práticas comunitárias, sem, contudo, reduzi-las a relações sociais jurídicas (aqui seria possível enquadrar as propostas do Pluralismo Jurídico ou mesmo do Direito Achado na Rua, desde que cientes apenas do uso político);
- iv) uso dual do direito: destacamento do uso assimétrico do direito, isto é, organização política e confronto direto com a ordem que adquire

⁷²⁰ RIBAS, Luiz Otávio; PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito Insurgente: (des)uso tático do direito*. In: KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; MELO, Tarso (orgs.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. São Paulo: Outras Expressões: Editorial Dobra, 2015. p. 149.

condições mínimas equivalentes, com vistas a sua superação (situações excepcionais e transitórias);

- v) uso negativo do direito: é o desuso literal do direito, sua negação, com objetivo de desnudar o caráter histórico e localizado do fenômeno jurídico a fim de caminhar para a extinção da *forma jurídica* (horizonte revolucionário)⁷²¹.

Por fim, os pesquisadores do “Direito Insurgente” dão centralidade em sua concepção teórica à Assessoria Jurídica Popular e sua relação com os movimentos sociais, o maior exemplo das “práticas jurídicas insurgentes”. Segundo Pazello:

Se os escombros da crítica jurídica requerem a engenharia marxista, não menos demandam, igualmente, novos alicerces, fundados na *práxis*. A experiência histórica da assessoria jurídica popular (AJP) é o complemento definitivo para se falar da insurgência (anti)jurídica. É, portanto, na assessoria jurídica popular que a insurgência encontra o ‘jurídico’⁷²².

Ribas, por sua vez, contribui fundamentalmente para apontar essa conexão entre Assessoria Jurídica Popular⁷²³ (universitária ou não, além da atuação de advogados populares e, militantes de direitos humanos e outros atores) e o “Direito Insurgente”. O pesquisador vem trabalhando o tema e amadurecendo suas leituras e proposições desde a graduação, passando por sua monografia jurídica de especialização na Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁷²⁴, por sua dissertação de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina⁷²⁵, para culminar em sua Tese de Doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, na qual realiza uma extensa pesquisa de campo com observação participante e entrevistas em profundidade com diversos advogados e assessores jurídico

⁷²¹ RIBAS; PAZELLO, 2015.

⁷²² PAZELLO, 2018.

⁷²³ O autor define, ainda no início de sua análise, a Assessoria Jurídica Popular como: “A assessoria jurídica popular é uma prática jurídica que precisa ser compreendida em diálogo com inúmeras denominações utilizadas para descrever movimentos de acesso e também de democratização da justiça. Alguns exemplos são a educação popular em direitos humanos, extensão popular, serviços legais inovadores, serviços legais alternativos (*servicios legales alternativos*), apoio ou auxílio jurídico legal (*legal aid*), política judicial (*advocacy*), atuação estratégica em direitos humanos, advocacia em direito público, incidência em centros de poder e tantas outras. O termo é reivindicado, pelo menos, por duas redes nacionais, uma de advogados e outra de estudantes universitários: RENAP; e Rede Nacional de Assessoria Jurídica Universitária Popular (RENAJU)”. RIBAS, 2015, p. 25.

⁷²⁴ RIBAS, Luiz Otávio. **Assessoria jurídica popular universitária e direitos humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1980-2000)**. 2008. Monografia (Especialização em Direitos Humanos) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

⁷²⁵ RIBAS, 2009.

populares, e aponta para as *práxis* das AJUPs como possíveis bases materiais para a chave de leitura teórica do Direito Insurgente⁷²⁶.

Sua conclusão, ao costurar o empírico e o teórico, é que:

O direito insurgente encontra espaço na advocacia popular por meio das práticas jurídicas insurgentes de assessoria jurídica popular. Observou-se que este conceito não consta somente como atribuição, mas que também é reivindicado por alguns dos advogados e advogadas entrevistados, embora tenham muitas vezes sentidos diferentes. Houve cuidado de selecionar os entrevistados também com este critério, aqueles que o reivindicam e outros que não. A riqueza está no encontro da tese como atribuição e reivindicação, inclusive a constatação de que é possível perceber as práticas jurídicas insurgentes no depoimento de alguns que não as reivindicam.⁷²⁷

Cabe mencionar que Ribas já parte de um prévio acúmulo teórico sobre as práticas de assessoria jurídica popular⁷²⁸. O pesquisador também trata de se aprofundar no campo, trazendo novos aportes teóricos e realizando diálogos interdisciplinares, como em interessante artigo com Ricardo Nery Falbo em que realizam uma interlocução entre a Assessoria Jurídica Popular e a teoria da ação política de Charles Tilly⁷²⁹.

Tendo trabalhado as principais vertentes da crítica jurídica brasileira, regressamos agora ao campo empírico, onde se instaura verdadeiramente o conflito. Buscamos observar tanto os discursos e a compreensão que os camelôs da coordenação do MUCA possuem sobre o Direito, como as práticas que se desenvolvem na relação do movimento social com o universo jurídico (incluindo a assessoria jurídica popular), tratando de dialogar com as perspectivas teóricas apresentadas e explorar seus limites e suas contradições.

Segundo Maria de Lourdes do Carmo, desde que o MUCA surgiu, antes mesmo de qualquer oficina de formação, os camelôs se uniram para lutar por um Direito anterior, fundamental, o direito de trabalhar⁷³⁰. No entanto, esse conteúdo apareceu, ao longo da pesquisa, diversas vezes, nas práticas e nas falas de todos os

⁷²⁶ RIBAS, 2015.

⁷²⁷ Ibid., p. 196.

⁷²⁸ Ver JUNQUEIRA, Eliane Botelho. *Los abogados populares: en busca de una identidad. El otro derecho*, v. 26, p. 193-227, 2002; LUZ, Vladimir de Carvalho. **Assessoria jurídica popular no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005; TORELLY, Marcelo. **Assessoria jurídica popular: leituras fundamentais e novos debates**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009; FRIGO, Darci; PRIOSTE, Fernando; ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio. **Justiça e direitos humanos: experiências de assessoria jurídica popular**. Curitiba: Terra de Direitos, 2010.

⁷²⁹ FALBO, Ricardo Nery; RIBAS, Luiz Otávio. Advocacia e lutas emancipatórias: o que há de político na advocacia?. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 507-555, 2017.

⁷³⁰ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 03 de novembro de 2022.

companheiros da coordenação do MUCA acompanhado da ideia de “trabalhar livremente” e “ocupar as ruas”. Vejamos, por exemplo, a comunicação do camelô Ramon Luis de Menezes,

Eu trabalho na rua, sou camelô, vendedor de frutas, e faço parte do Movimento Unido dos Camelôs, porque estamos na luta para afirmar a importância da gente estar na rua, que é o espaço de todo mundo, ocupando as calçadas, trabalhando, porque é a forma que encontramos de levar o nosso sustento para a casa. O que eu entendo como Direito, né, é o direito de trabalhar, e a gente bate muito nessa tecla, é a gente poder estar na rua, sem repressão, podendo levar nossas mercadorias livremente para a população. Camelô é trabalhador... trabalhar é o básico né, para ter acesso a qualquer coisa. A gente tem o direito de trabalhar, é nosso direito, mas somos vistos e tratados pelo sistema, pelo governo, como... vamos dizer... bandidos, marginais, porque essa é a forma que a gente tem de driblar o sistema, essa desigualdade social. Essa coisa de dizer que é informal e não deixar trabalhar... a prefeitura vir reprimir... não abrir vaga... aí tem a lei que impede o camelô de ocupar a calçada... tá errado. Isso não pode tirar o direito de trabalhar livremente nas ruas, que é como entendo o Direito. Então, nós, do movimento, lutamos por um direito que é nosso e que ninguém pode tirar.⁷³¹

No decorrer da pesquisa, percebemos que todos os trabalhadores do MUCA, inclusive a própria liderança Maria dos Camelôs, reivindicavam um direito, que na perspectiva marxista, está conectado a própria ontologia do ser, o de trabalhar (“o básico né”), e que “ninguém pode tirar”. Assim, negar o “direito de trabalhar” seria negar o próprio “ser”. Desse modo, para os camelôs a obstrução desse direito é a obstrução de todo o resto, de qualquer quadro possível de uma sociedade com direitos, justa e igualitária. Esse ponto é extremamente interessante, na medida em que a *forma jurídica* burguesa (em sua essência e aparência) aprisiona o trabalho (na sua forma explorada) e insere o trabalhador numa categoria universalizada de “sujeito de direitos”, porém ao mesmo tempo o nosso sistema socioeconômico (de capitalismo tardio ou periférico) deixa de “fora” diversos sujeitos “sem direitos”.

O pulo do gato dos capitalistas é que o Direito (burguês, moderno, positivo) serve de controle social para todos (“livres e iguais” em uma relação jurídica de equivalentes) e dá os tratamentos previamente selecionados a cada um desses sujeitos conforme sua posição na divisão social do trabalho (que deve ser lida pela intersecção de classe, raça e gênero) – a contradição e a deslegitimação do Direito ficam expostas. Aos camelôs é negado o acesso a formalização (à *forma jurídica* do trabalho), assim, são despidos de direitos e caem na rota da repressão violenta e

⁷³¹ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 12 de setembro de 2022.

até mesmo da criminalização (se tornam verdadeiras vítimas⁷³² do Direito burguês) – conforme vimos no capítulo segundo.

Em contrapartida, há uma notória percepção entre a coordenação do movimento de que a lei (o Direito positivo) nem sempre é justa e correta. Na concepção do “justo”, do que é de “Direito”, para os trabalhadores ambulantes o “trabalhar livremente” ou o “trabalhar nas ruas” se colocaria em oposição ao, para usar a expressão de Lyra Filho, “direito do capital”⁷³³. Lyra Filho, como jurista marxista, tinha predileção pelo direito criminal e pelo direito do trabalho (nenhuma novidade, mais uma vez, essa relação entre os críticos), a esse último trataria, inclusive como sinônimo de “direito popular”, “direito proletário” ou “direito socialista”. Mas aqui não se trata do “direito do trabalho”, e sim do “direito ao trabalho”, mais especificamente esse que não está instituído pelas leis (ou melhor, pela Constituição Federal), senão pela relação histórica dos trabalhadores ambulantes com as ruas (espaço de excelência dos conflitos, na perspectiva de Lyra Filho), o direito de “trabalhar livremente” e de “ocupar as ruas”.

Algumas considerações precisam ser feitas, a fim de nos anteciparmos a confusões. Quando os camelôs organizados no MUCA (e aqui tratamos especificamente deles) falam em “trabalhar livremente” não se trata de nenhuma fetichização pelo “trabalho livre” ou de *glamourização* da autonomia, que vem, inclusive servindo aos interesses do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Embora na vigência do sistema neoliberal cada vez mais percebemos o aumento da informalidade e a mudança da morfologia do trabalho (o que pode representar ajustes nas formas contratuais, em favor dos próprios capitalistas), o que percebemos é que há apenas uma falsa promessa de liberdade e o trabalho se torna cada vez mais explorado, mais indigno, mais cerceado, mais submisso. E, devemos lembrar, que o Direito burguês já caminha para dar as devidas *formas jurídicas* neoliberais correspondentes a esse novo “trabalho livre”, como a figura no microempreendedor – tema que foi abordado no primeiro tópico do primeiro capítulo.

Além disso, quando se fala em “trabalhar livremente” trata-se de atingir especialmente disposições concretas como a não autorização para o exercício do

⁷³² DUSSEL, Enrique. **20 tesis de politica**. 2. ed. Mexico: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para La Educación de Adultos en América Latina e Caribe, 2006.

⁷³³ LYRA FILHO, Roberto. **Direito do capital e direito do trabalho**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor: Instituto dos Advogados do RS, 1982. p. 29.

comércio ambulante e a repressão dos camelôs, ou seja, trata-se de se opor a negação e realizar, o que para Lyra Filho, seria a negação da negação. Dito de outro modo, o “direito de trabalhar livremente”, carrega em si a contestação à própria *forma jurídica* burguesa, que fundamenta (apenas aparentemente, porque na essência do fenômeno observamos que se trata da tutela de interesses das classes dominantes) a repressão e a criminalização dos camelôs. Assim, tal Direito precisa ser considerado no contexto relacional, histórico e concreto dos trabalhadores ambulantes, que emana de suas práticas, seus modos de (ganhar a) vida e de suas lutas sociais – aqui encontramos uma possível interlocução com a perspectiva crítica de Edward Thompson, mas demandaria maiores elaborações, como veremos.

A respeito do “direito de ocupar as ruas”, esse esteve durante o período da recepção dos megaeventos na cidade carioca muito conectado ao “direito à cidade”. Considerando que David Harvey propôs essa categoria sem qualquer imersão aprofundada na teoria do Direito, mas apenas como instrumento de luta política (dialogando com uma noção de direitos humanos e uma noção de democracia) e que houve um “boom” da categoria em meio aos movimentos sociais urbanos, os pesquisadores do “Direito Achado na Rua” aceitaram bem essa proposta que dialogava com a potência que Lyra Filho viu justamente nas ruas. No entanto, ressaltamos que “o direito à cidade” foi mais utilizado pelo movimento durante os conflitos localizados em um período específico (o que não quer dizer que não possa ou deva ser mobilizado novamente enquanto categoria para disputar a ordem jurídico-política). Hoje, a pauta central pelo “direito de trabalhar” foi reforçada⁷³⁴, sendo inerente a ela o “direito de ocupar as ruas”, que é o espaço comum dos sujeitos em luta.

No compartilhamento desse ideal que é o “direito de trabalhar”, o MUCA vem mobilizando os trabalhadores ambulantes numa luta que, segundo eles mesmos, é por direitos – tal qual exposto empiricamente no início deste capítulo – o que demonstra uma atuação no movimento na ordem jurídico-política e que, por vezes, incide na ordem jurídico-legal. Mas que não trata simplesmente da demanda por positivação e efetivação de direitos já positivados (embora isso também seja, por vezes, estrategicamente demandado, como, por exemplo, a reforma da Lei

⁷³⁴ O que está muito conectado ao debate mais amplo sobre o próprio “boom” da informalidade, à participação do MUCA na construção do Movimento Trabalhadores Sem Direitos e às esperanças que foram renovadas pela eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022.

Municipal n.º 1.876/92, de fato conquistada, ou nas lutas pela efetivação dos direitos humanos), mas sim de reconhecer um direito autêntico, um “vir-a-ser” do “Direito”, que não se sustenta nas normas e não depende das mesmas.

Assim, esse “direito de trabalhar” legitima práticas que são contra a lei, mas que são, sobretudo, alternativas para a realização da justiça social e que emanam da própria organização e das lutas dos trabalhadores ambulantes. Conforme colocou o camelô Ramon, trata-se de “driblar o sistema, essa desigualdade social”, sendo assim, uma espécie de “direito antissistêmico”, que é exercido desde o momento em que os camelôs disputam as ruas, se rebelando contra a norma, mas que ganha capacidade de produzir alguma juridicidade no processo de organização social e política desses mesmos trabalhadores.

É, através desse Direito achado nas ruas (nas calçadas, nos becos, nas vielas, nas praças, na areia da praia etc.), na auto-organização e na autogestão dos camelôs em relação ao espaço urbano, na própria dinâmica de relações do comércio ambulante, que o MUCA tem logrado intervir na realidade social. Não só para a construção de uma legitimidade das práticas dos camelôs e de apoio da sociedade civil, mas também para a mediação com o poder estatal, garantindo resoluções favoráveis aos camelôs, que nem sempre condizem com a norma. Em nossa pesquisa de campo, percebemos diversas vezes que as negociações e os acordos com a Prefeitura se dão a partir de uma sensibilização e de um reconhecimento da justa demanda dos trabalhadores ambulantes, que está fundamentada nesse “direito de trabalhar” – que, como mencionamos, está além do “direito ao trabalho”.

Exemplo disso, é quando o movimento social negocia com a Prefeitura a não intervenção em uma determinada área, que permite camelôs não regularizados seguirem trabalhando, ou ainda, quando se conquista a facilitação do processo de regularização (de outorga das autorizações) por meio de brechas, flexibilização ou mesmo desconsideração dos critérios dispostos na Lei Municipal n.º 1.876/1992, sem que haja de fato alteração da norma. O que na chave foucaultiana poderia ser lido como “ilegalismos” (próprios da dinâmica dual não revelada do sistema jurídico burguês) se apresenta aqui como verdadeiro “Direito”, autêntico, correto, justo. E que colocados nesse prisma, possuem uma força política importante para as lutas do MUCA.

Portanto, acreditamos que a chave teórica do “Direito Achado na Rua” permite observar a organização político-jurídica dos trabalhadores do MUCA, bem

como a forma que esses se relacionam com o Direito posto, seja na sua reivindicação, seja na sua negação, trazendo a possibilidade de reflexão e de imaginação (trabalho vivo, criativo) de um “vir-a-ser jurídico”, isto é, de horizontes para novos modelos de juridicidade⁷³⁵. Ademais, o “Direito Achado na Rua” pressupõe a abertura democrática do sistema jurídico à múltiplas interpretações de direitos e resoluções de conflitos sociais pela porosidade entre ordenamentos jurídicos hegemônicos e contra-hegemônicos, constituídos e instituídos pela prática dos movimentos sociais⁷³⁶. O que estamos dizendo é que como “ferramenta teórica”, o “Direito Achado na Rua” se coloca como bom instrumento para as práticas de luta do MUCA, o que não necessariamente nos vincula a toda defesa do modelo teórico.

É evidente que surgem contradições dessa análise. E, que bom, pois as contradições são as brechas necessárias para qualquer pensamento se manter vivo, em movimento. Por isso mesmo, devemos explorá-las avançando no campo. O que percebemos é que, embora a teoria de Lyra Filho aponte para a construção de um “outro Direito”, buscando conferir critérios de juridicidade às práticas jurídico-políticas dos sujeitos em movimento, não vislumbramos empiricamente o terceiro momento de sua construção dialética, a superação. Em que pese o fato de que existam conquistas (ou concessões, dependendo do lado de quem se esteja olhando), seja por meio do uso ou do desuso do Direito (burguês, moderno, positivo), não há de fato uma ruptura com a ordem jurídica que está posta, e sim, fricção que pode levar a fissura. O “Direito Achado na Rua” ou convive em contraposição ou é incorporado pelo Direito oficial/estatal, não chegando a superá-lo.

A resposta, então, poderia ser dada pela crítica realizada por Ribas e Pazello⁷³⁷ na sistematização do “Direito Insurgente”, ressaltando apenas a possibilidade de fazer um uso político do “Direito Achado na Rua”. E esse é o gatilho que nos faz seguir avançando em nossa observação sobre as práticas jurídico-políticas do MUCA.

⁷³⁵ SOUZA JÚNIOR. José Geraldo. **Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua – Experiências Populares Emancipatórias de Criação do Direito**. 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008^a.

⁷³⁶ SOUZA JÚNIOR. José Geraldo. Por uma concepção alargada de Acesso à Justiça. **Revista Jurídica da Presidência da República**, Brasília, v. 10, n. 90, ed. especial, maio de 2008b.

⁷³⁷ RIBAS; PAZELLO, 2015.

As propostas do “Direito Insurgente” encontram um lugar privilegiado no campo empírico dessa pesquisa, especialmente na relação estabelecida entre a assessoria jurídica popular e o MUCA. Vale frisar que a própria advogada popular Fernanda Vieira assumiu estar alinhada a uma perspectiva de prática jurídica insurgente⁷³⁸. Todo o segundo tópico desse capítulo traz um material empírico que confirma essa afirmação, demonstrando usos políticos evidentes do Direito (burguês, moderno, positivo), como táticas de “positivismo de combate”⁷³⁹ nos tribunais (não só, mas especialmente frente aos processos de criminalização, onde o garantismo penal é uma trincheira clássica de defesa dos oprimidos), a busca por sensibilizar Promotores e Magistrados a realizar releituras da norma mais favoráveis aos camelôs, as articulações e provocações das instituições por acesso à justiça e, principalmente, a prática de uma educação jurídica popular junto ao MUCA.

Apesar da importância da assistência jurídica técnica e politizada para o movimento social, ao nosso ver, o ponto auge desse “Direito Insurgente” se encontra justamente nas práticas pedagógicas emancipatórias. A educação popular tem possibilitado a apropriação de instrumentos e discursos jurídicos pelos próprios camelôs. Desse modo, o MUCA passou a mobilizar um repertório jurídico nas suas ações coletivas, potencializando suas lutas em uma realidade na qual a mediação jurídica é necessária. O que observamos é que as relações e as práticas que se desenvolveram entre as assessoras jurídicas populares e o MUCA trouxeram maior fundamentação às contestações e reivindicações jurídico-políticas por parte trabalhadores ambulantes – o que se demonstrou empiricamente no primeiro tópico deste capítulo.

O principal campo de mobilização política do Direito (burguês, moderno, positivo) passou a ser o próprio Direito Constitucional, com um debate acentuado sobre o direito ao trabalho e os direitos humanos. Essa se tornou uma arena importante frente à repressão violenta, à criminalização e as múltiplas violações de direitos dos trabalhadores ambulantes. A agenda dos direitos humanos se

⁷³⁸ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 03 de novembro de 2022.

⁷³⁹ PRESSBURGER, Thomaz Miguel. Direito, a alternativa. *In*: OAB/RJ. **Perspectiva sociológica do direito**: dez anos de pesquisa. Rio de Janeiro: Thex: OAB/RJ; Universidade Estácio de Sá, 1995. p. 21-35.

transformou nas mãos dos camelôs, sobretudo, em uma agenda social e política⁷⁴⁰. Ademais, temos a própria exigência de efetivos direitos políticos, participação democrática, reconhecimento de cidadania, formulações próprias da ordem jurídica constitucional.

A questão da repressão pela GM-Rio foi paulatinamente discutida à luz do texto constitucional, conforme largamente exposto nessa pesquisa e ainda se encontra, inclusive, em discussão na ACP n.º 0183579-89.2013.8.19.0001 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Esse debate não ficou restrito aos tribunais, os camelôs o levaram para as ruas, de modo ainda mais aprofundado quando se iniciaram as propostas de armamento dos agentes municipais. Além da “Constituição como arma”, o MUCA também se apropriou dos conceitos jurídicos e previsões das legislações infraconstitucionais, especialmente daquelas legislações municipais que possuem afetação ao comércio ambulante. Nessa senda, temos como exemplo as demandas por efetivo cumprimento dos direitos previstos na Lei do Comércio Ambulante (Lei municipal n.º 1876/1992)⁷⁴¹ e da promessa nunca regulamentada da Lei dos Depósitos (Lei Municipal n.º 6.426/2018).

Não vamos nos estender pontuando cada “prática jurídica insurgente” do movimento social, que já se encontram apresentadas no texto desta pesquisa (e a estruturação aqui foi proposital, deixar o campo falar antes). O que queremos evidenciar é que os camelôs organizados no MUCA vêm mobilizando categorias jurídicas em suas lutas sociais e políticas. No entanto, sem necessariamente cair no

⁷⁴⁰ Nesse ponto seria possível realizar um diálogo com a teoria crítica dos Direitos Humanos do jurista Joaquín Herrera Flores. Ver HERRERA FLORES, Joaquim. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

⁷⁴¹ Alguns exemplos: “(i) tornar público o critério usado para definir o número de vagas para camelôs e trabalhadores ambulantes por região administrativa; (ii) oferecer critérios precisos para dar prioridade aos trabalhadores que comprovadamente exercem a atividade comercial ambulante nos cadastramentos efetuados pelo poder público e reparar as falhas do cadastramento [...], concedendo a autorização de trabalho imediata a esses trabalhadores; (iii) que toda e qualquer decisão do poder público em relação ao comércio ambulante seja discutida com a comissão representativa da categoria e que essa comissão seja formada de forma plural entre os trabalhadores; (iv) aumento do número de vagas de venda ambulante, conforme preconizado na norma; (v) que a aplicação de multas pela fiscalização seja realizada em conformidade com a lei, isto é, contabilizando duas notificações antes da multa, feitas de forma presencial, abordando os trabalhadores e explicando a irregularidade averiguada, além de constar na multa as informações do oficial que a emitir (nome, matrícula e a identificação da Inspeção de Regional de Licenciamento e Fiscalização – IRLF); (vi) que a apreensão de mercadoria seja feita segundo a forma jurídica preconiza, isto é, com o lacre e a emissão do auto de apreensão para que o trabalhador possa recuperar suas mercadorias posteriormente (com a apresentação das notas fiscais), vii) que a fiscalização do comércio ambulante seja feita pela Coordenação de Licenciamento e Fiscalização (CLF) e pela Coordenação de Controle Urbano (CCU), afastando a Guarda Municipal dessa atividade”. BONAN, 2017, p. 137.

conto da defesa irrestrita da *forma jurídica* burguesa. Nas palavras de Maria dos Camelôs:

Nós já conversamos sobre isso, né? São eles que fazem as leis para proteger os interesses deles. A lei não é feita para a gente, é para os ricos. E depois tem muita coisa que tá na lei, que a gente conquista na marra, que não é cumprida. Também os juízes, a maioria, é contra a gente. Então a gente sabe que a luta é maior do que isso, que é contra um sistema. Acho que quem sofre sabe que a lei, às vezes, não serve para nada. E muita gente até fica desmotivado com isso. Mas tem a política, a nossa luta política, do movimento. Eu aprendi muita coisa na luta, também morei em ocupação. E a gente fazia oficinas e foi aí que eu aprendi que a Constituição podia ser uma arma nossa, porque tem os direitos humanos que não são garantidos de verdade. Tem o mínimo ali que diz que a gente tem que ter, e eles não dão nem isso. Então é uma bandeira política para gente, lutar também por esses direitos que não são respeitados. E a gente tem que cobrar o que tá na lei, que é bom para gente. Aquilo que não tá, a gente tem que se movimentar para conseguir. A gente pensa o que dá para colocar na lei, o que dá para cobrar, conversa com vocês do jurídico, com a Defensoria, com o Ministério Público, com os Vereadores, vai cobrar da Prefeitura. É complicado. O negócio lá dos depósitos, aprovaram a lei lá em 2018, até hoje não regulamentaram. O que a gente vai fazer? Cobrar né? Agora quando a lei é ruim, a gente faz o contrário. Tenta derrubar, vê como flexibilizar. É uma disputa... e que bom que a gente tem nossos parceiros⁷⁴².

Essa afirmação, entretanto, está ligada diretamente ao Direito “do capital”, haja visto que já verificamos que os camelôs possuem alguma compreensão de que possuem um “direito de trabalhar” que não é necessariamente determinado pela *forma jurídica* burguesa.

Assim, nossa imersão no campo e nos estudos teóricos apontou para a possibilidade de o Movimento Unido dos Camelôs explorar “a disputa pelo Direito” a partir de duas chaves da teoria crítica jurídica brasileira. São elas, o “Direito Achado na Rua”, movimentado principalmente por grupos de estudiosos da Universidade de Brasília (UnB), com base na Teoria Dialética do Direito de Lyra Filho e nas práticas das lutas populares, e o chamado “Direito Insurgente”, com base no pensamento de Pachukanis e nas práticas dos movimentos sociais em diálogo com a assessoria jurídica popular.

Porém, encontramos choques fundamentais entre essas chaves teóricas. Percebemos que o “Direito Achado na Rua” aparece muito mais na forma de um uso político do Direito, podendo ser enquadrado em táticas de uso próprias da leitura do “Direito Insurgente”. Este, por sua vez, não dá conta de reconhecer a própria perspectiva dos sujeitos em movimento sobre o que seria o “Direito”,

⁷⁴² Comunicação particular realizada à pesquisadora em 03 de novembro de 2022.

atribuindo certa falsidade ou ingenuidade a essas proposições, o que não nos parece de fato muito emancipatório (muito menos para uma teoria que reivindica a educação popular). Haveria que se tratar de refletir sobre as próprias compreensões dos sujeitos sobre o Direito e confrontá-las com os elementos que configuram o fenômeno jurídico, buscando explorar as contradições.

E se aquilo que os camelôs chamam de “Direito” e disputam como se assim fosse for semente do algo novo a ser criado na transformação social (num processo revolucionário, de ruptura), isto é, fora da relação social mercantil de equivalentes? E como esse “Direito” dos camelôs se relaciona com o Direito (burguês, moderno, positivo)? É possível imaginar um outro “Direito” em outro contexto histórico, social, econômico, cultural, político, filosófico, etc. distinto? E isso não se trata apenas de uma questão de linguagem, ou seja, do que chamamos ou não de “Direito”, mas da relação vista entre o fenômeno jurídico e a sua forma, bem como onde localizamos a juridicidade.

É claro que a *forma jurídica* é determinada no seu contexto histórico e material, o fenômeno jurídico hoje (na égide do capitalismo/neoliberalismo) é um, que se expressa por meio dessa forma. Mas o próprio fenômeno jurídico, que é social, deve ser lido historicamente, de forma dinâmica, em constante mutação, a partir de suas especificidades concretas e, para além da sua forma. Se a juridicidade for somente colocada na relação jurídica burguesa (pautada na equivalência, no valor de troca), expressa por sua *forma jurídica*, não haverá nenhum movimento histórico nela, ela estará estática. E é aí que encontramos um verdadeiro nó. A contradição vai se dar no campo da historicidade.

Quando a análise pachukaniana, “Direito Insurgente” proposto por Ribas e Pazello, faz a correspondência direta entre o fenômeno jurídico e a sua forma (pautada especialmente na discussão sobre a “aparência e essência”), aponta a determinação completa do Direito às relações sociais de produção, afirmando que, para as lutas emancipatórias/anticapitalistas, só resta ao Direito (nessa concepção, sempre burguês) o seu uso político. É dizer, a luta só pode se enveredar pelo “jurídico” de modo tático, sem se perder nele (sem que ele mesmo se torne a estratégia), pois a luta é também contra o Direito. A correlação nessa perspectiva é direta, fim do Capital, fim do Direito.

Porém, essa leitura aponta para dois problemas. O primeiro é que não permite considerar dentro do fenômeno jurídico as dinâmicas próprias das lutas sociais que

se dão na ordem jurídico-política, que exploram não só as fricções, mas chegam a provocar verdadeiras fissuras, alterando as *formas jurídicas* para além das determinações das relações tipicamente capitalistas (de troca). O segundo é que tais conclusões derivam de uma certa compreensão de história e de dialética, a partir de leitura de Marx, muito questionada por defender uma espécie de síntese no próprio curso material da história, o que costuma ser criticado como a promessa de um “fim da história” (que aqui é o “fim do Direito”) que se daria na emancipação dos homens e das mulheres.

Por outro lado, o “humanismo dialético” de Lyra Filho, base do “Direito Achado na Rua” também trabalha com uma concepção específica de história e de dialética, que tem como base um diálogo entre Marx e Hegel, buscando traçar coexistências, rupturas e continuidades a partir da “negação da negação”. A teoria lyriana não nega a condição superestrutural do Direito (burguês, moderno, positivo), mas é na sua leitura a respeito de uma relação dialética entre “infraestrutura” e “superestrutura” que encontra a possibilidade de trabalhar, para além da porosidade e elasticidade da lei, o próprio devir do Direito⁷⁴³. No entanto, a dialética de Lyra Filho é quase que religiosa, extremamente idealista. E aquilo que se oferece como superação, na verdade não chega a se materializar no plano concreto.

Restamos num impasse. Diante disso, buscamos um rápido retorno ao campo e questionamos a professora e advogada popular Mariana Trotta, personagem presente e ativa nos conflitos narrados nessa pesquisa, sobre suas perspectivas acerca do Direito, levando a contradição encontrada. Certamente, aproveitamos o fato de que nossa interlocutora é uma intelectual engajada, que está refletindo constantemente sobre suas práticas ao lado dos movimentos sociais. Sem tratar de se fechar em qualquer concepção teórica, a direção apontada foi de que um caminho possível, em construção, para o diálogo proposto entre as chaves teóricas levantadas seria uma releitura de Pachukanis e de sua crítica a *forma jurídica*, à luz da perspectiva do materialismo histórico de Thompson⁷⁴⁴.

No mesmo dia, também levamos o problema formulado para a coordenação do MUCA, seguindo nossa proposta metodológica de inserção dos sujeitos na

⁷⁴³ “[...] à dialética, ao devenir do direito, num processo ininterrupto de determinações infraestruturais, influência do retorno do produto superestrutural e dupla presença de contradições, na resultante e na base”. COSTA; COELHO, 2017, p. 25.

⁷⁴⁴ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 20 de março de 2023.

pesquisa. O problema prático e teórico (sim, também o problema teórico) foi colocado à liderança Maria dos Camelôs, que não demorou a apontar uma direção, em total conexão com a sugestão de Trotta, sem que ambas tivessem realizado qualquer comunicação:

Olha, isso que você tá falando... A gente precisa pensar no que eu tô entendendo... nessa contradição do Direito, da nossa luta política e o que a gente entende como Direito. Porque é verdade...a gente prega uma coisa, que é diferente daquilo que a gente sabe como é, do Direito. A gente sabe porque tem alguma formação, mas é mais porque a gente vive essa contradição né... A gente fez um curso recentemente, aquele dos movimentos lá na UERJ. E numa das oficinas ficaram falando sobre o período da escravidão, que já tinha vendedor ambulante, que não eram sujeitos, que não tinham direitos. A gente caminhou ali naquela região do Portuária. E eu fiquei vendo aquela história e pensando que era a nossa história, sabe? Então, não sei... Mas acho que o Direito, isso que a gente entende como Direito, tem a ver com isso, com essa experiência nossa na história, na luta. Com a nossa caminhada para um mundo mais justo e as coisas nem sempre mudam, mas também mudam. É um processo né? Fiquei pensando que a gente precisa fazer isso de trazer a história pro movimento.⁷⁴⁵

A fala de Maria dos Camelôs dialoga diretamente com a perspectiva da obra de Thompson. Isso porque o historiador inglês possui uma compreensão de história pautada não só em sua “estruturação”, mas também em uma “processualidade” (um fator de movimento), valorizando as experiências e as agências dos sujeitos concretos (inseridos em relações sociais, culturais e políticas específicas) no processo histórico (que é estruturado e aberto).

Assim, em Thompson o materialismo histórico aparece como articulação necessária entre modos de interrogação em dois planos, um relativo às formas sociais e outro à própria historicidade (processualidade histórica da materialização das formas sociais)⁷⁴⁶, a relação desses planos é, no entanto, complexa e contraditória. E é aqui que surge uma perspectiva prática de dialética. Para o autor a dialética não se trata de tentar apreender o objeto como constituído por contradições estruturalmente determinadas em uma relação tópica (infra-superestrutura), tampouco observá-lo pela simples posição de polaridade. Em sua perspectiva o objeto está todo tempo em movimento e a sua determinação não se dá *a priori*, mas sim através das contradições que o constituem de modo coexistente. Desse modo, a dialética não deve ser entendida como uma lei, mas como um “hábito

⁷⁴⁵ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 20 de março de 2023.

⁷⁴⁶ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

[uma prática] de pensamento (em opostos coexistentes ou ‘contrários’)” e como “expectativa da lógica do processo”⁷⁴⁷.

Além do que, já mencionamos que Thompson rompe com a noção economicista de determinação, posto que para o autor “fenômenos sociais e culturais não correm atrás dos econômicos após longa demora: estão, na sua origem, imersos no mesmo nexos relacional”⁷⁴⁸. Assim, as relações sociais (frisa-se) de produção não são vistas meramente como econômicas, pois estão entrelaçadas com todos os outros aspectos da vida social (tudo aquilo que foi jogado por grande parte da teoria marxista para a “superestrutura”). A determinação então é deslocada para a fixação de limites e o exercício de pressões da lógica do processo social, compreendendo que os sujeitos se relacionam com a estrutura social. Nessa relação, os sujeitos possuem agência e tomam parte do processo histórico, com todas as suas contradições.

Essas perspectivas apontam para possíveis soluções dos problemas que encontramos na dialética idealista de Lyra Filho e na leitura pachukaniana feita com base no estruturalismo althusseriano, bem como ajuda a compreender o choque entre aquilo que identificamos no campo empírico que ora se apresentava próximo à uma concepção de “Direito Achado na Rua”, ora próximo à uma concepção de “Direito Insurgente”. Nesse sentido, o que se estava entendendo como um grande nó, talvez seja a possibilidade de desatá-lo, a própria contradição.

Entendemos que a obra de Pachukanis traz uma compreensão próxima ao retrato fiel do Direito na sociedade capitalista, de modo que uma perspectiva crítica sobre o Direito no momento histórico presente deve tratar de considerar e/ou enfrentar suas colocações. Lyra Filho tem como um dos pontos frágeis de sua teoria o não enfrentamento das colocações de Pachukanis, um diálogo que poderia ter sido muito frutífero para a crítica jurídica marxista brasileira. As perspectivas de Pazello e Ribas, por sua vez, se fundamentam essencialmente na leitura pachukaniana, mas sem problematizá-las, ou seja, as tomam como premissa.

No entanto, a obra de Pachukanis também traz seus limites para se pensar o Direito em seu processo histórico, justamente porque não compreende uma história própria do “jurídico”, ao contrário, ele se apresenta como uma forma histórica

⁷⁴⁷Ibid., p. 153.

⁷⁴⁸ THOMPSON, Edward Palmer. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

específica e datada. No entanto, o materialismo histórico proposto por Thompson pode levar a releituras interessantes dessa obra. Encontramos, nesse sentido, os estudos do pesquisador Vinicius Lima da Silva, que vem tratando de trabalhar uma leitura thompsoniana da teoria jurídica de Pachukanis. As críticas colocadas pelo autor são as seguintes:

Vê-se, assim, que o fulcro da interrogação pachukaniana do Direito como forma social reside na definição da equivalência enquanto relação social determinante da juridicidade. Todavia, como fora desenvolvido anteriormente, o conhecimento histórico constitui-se de uma interação complementar e necessária entre distintos graus de abstração. Por esta razão, encapsular o Direito ao modo de interrogação empregado por Pachukanis importaria estabelecer sua redução ou sobreposição conceitual à forma jurídica, isto é, uma identidade quanto à determinação entre ambos. Essa sobreposição obstaculizaria a visualização do Direito como um fenômeno complexo que, por isso, só pode ser investigado quando inserido na processualidade histórica. Portanto, o argumento pachukaniano, segundo o qual a equivalência determina historicamente a forma jurídica, é o ponto de partida para uma análise do Direito. Não obstante, esse, como uma totalidade, trata-se de um fenômeno muito mais complexo e concreto que a análise das determinações de sua forma pode apreender, motivo pelo qual só pode ser adequadamente interrogado quando mediado por conceitos próprios ao nível de abstração de sua historicidade. [...] Essas distinções conceituais não são um problema teórico menor ou de mera nomenclatura, mas têm o profundo efeito de expandir a investigação do Direito para além do estreito momento da circulação mercantil. Portanto, o aspecto fundamental é observar o limite da crítica pachukaniana à forma jurídica: a interrogação formal não esgota o horizonte de investigação do Direito.⁷⁴⁹

A partir de Thompson, o Direito deve ser encarado não só como seu produto, mas como processo histórico em contraditório, pois sua determinação não pode ser explicada pela sua expressão enquanto *forma jurídica*. E a historicidade não se realiza como um desdobramento lógico das formas sociais, mas sim a partir de conflitos, lutas, resistências, interesses contraditórios, tensões, choques de expectativas etc., de modo que o conflito é o motor do movimento de concreção histórica da *forma jurídica*. Nessa perspectiva, as lutas sociais devem ser encaradas como as chaves mestras para abrir as portas do conhecimento acerca do fenômeno jurídico, que é anterior a sua forma. O Direito (burguês, moderno, positivo) é tal como é porque é determinado não somente pelo modo de produção capitalista (no qual está diretamente imbricado), mas pelos conflitos que se instauram em diversos níveis, intimamente conectados, que historicamente o condicionam como *forma jurídica* burguesa.

⁷⁴⁹ SILVA, Vinicius Lima da. Direito e historicidade: uma abordagem thompsoniana de Pachukanis. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 1615-1644, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Zxp4LXPKn8c6dYtMBzfxBcH/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

Nesse sentido, esclarecedora é a passagem de Thompson:

Pois constatee que o Direito não se mantinha polidamente num "nível", mas estava em cada nível: estava imbricado no modo de produção e nas próprias relações de produção (como direitos de propriedade, definições da prática agrária), e estava simultaneamente presente na filosofia de Locke; intrometia-se bruscamente em categorias estranhas, reaparecendo emperucado e togado num disfarce de ideologia; dançava uma quadrilha com a religião, moralizando sobre o teatro de Tyburn; era um braço da política e a política era um de seus braços; era uma disciplina acadêmica, sujeita ao rigor de sua própria lógica autônoma; contribuía para as definições da identidade tanto de governantes como de governados; acima de tudo, fornecia uma arena para luta de classes, nas noções alternativas do Direito se degladiavam”⁷⁵⁰

O caminho de Thompson é, então, observar os domínios da lei, em uma noção ampliada de legalidade, já que não é sobreposta àquela de *forma jurídica* estabelecida por Pachukanis. Conforme argumenta Silva:

Por legalidade entendo o processo institucional - legislativo, judicial e executivo -, social - expectativas informadas, resumidamente, por termos culturais e ideológicos - e político - hegemonia - de cristalização de relações de poder. Portanto, a legalidade constitui a mediação analítica entre a interrogação formal e da historicidade, de sorte que o conhecimento - histórico - do Direito compreende a articulação relacional e contraditória entre forma jurídica e legalidade. Uma acepção processual da legalidade não define sua expressão e alcance nos limites semânticos do texto normativo, porque as relações de poder particulares que nele foram fixadas não se detêm em sua materialização normativa, mas subsistem em termos de expectativas e hegemonia. Portanto, a juridicidade da relação entre sujeitos equivalentes tem sua expressão, do ponto de vista da legalidade, mediada por conflitos próprios à concretude desigual e assimétrica extrajurídica do sujeito social. Na legalidade há a conformação da existência jurídica da forma sujeito de direito.⁷⁵¹

É nessa esfera de legalidade, que também regula, em certa medida, as relações sociais de produção e a conferem alguma legitimidade, que se instaura uma arena de conflitos⁷⁵². É daí, por exemplo, que vem as conquistas/concessões do campo do direito do trabalho e dos direitos humanos. Se é o antagonismo que está na dimensão da política que determina a historicidade própria do processo institucional e social de cristalização do poder no campo da legalidade, faz sentido falar em disputa pelo Direito.

É, pois, entendendo a lei (ou a legalidade) como uma arena de conflitos, que os camelôs do MUCA, a partir da negação ou do uso da *forma jurídica* burguesa, vem disputando o Direito nesse contexto de intensa repressão e criminalização dos trabalhadores ambulantes. Aqui faz sentido conclamar o “direito de trabalhar

⁷⁵⁰ THOMPSON, 1981, p. 110.

⁷⁵¹ SILVA, 2021.

⁷⁵² THOMPSON, 1997.

livremente” e o “direito de ocupar as ruas”, os direitos humanos, o “direito à cidade”, o “direito do comum”, entre tantos outros direitos que venham a se colocar enquanto bandeira de luta para os camelôs, assim como é coerente a utilização dos instrumentos legais já consolidados em favor desses mesmos trabalhadores.

A disputa dentro da esfera da legalidade pode não ser o suficiente para uma ruptura com as relações jurídicas de equivalência estabelecidas no marco capitalista (o que exige a transformação do próprio modelo socioeconômico e a reestruturação de toda a sociedade), mas pode ser um campo no qual constantes fissuras são provocadas no próprio processo histórico do Direito (que, por sua vez, também produz impacto nas relações sociais de produção e de apropriação). A leitura ganha sentido na luta política do MUCA, pois compreende o movimento social como sujeito ativo no processo histórico do próprio Direito, disputando firmemente o espaço de conflito da lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da longa extensão do trabalho, tratamos aqui de fazer considerações finais e apresentar algumas conclusões teóricas e práticas de forma sintética, sem muitas delongas. Não iremos retomar cada ponto colocado no decorrer do texto que foi resultado do processo de pesquisa (que como pontuamos desde a introdução é repleto de caminhos e descaminhos), mas trazer os principais apontamentos (que foram selecionados pelos camelôs do MUCA como contribuições importantes para suas lutas) e prestar alguns esclarecimentos.

Primeiramente, importa perceber que identificamos uma intensa mudança no mundo do trabalho (inclusive na sua *forma jurídica*), um reflexo profundo das transformações do sistema socioeconômico capitalista (na sua atual estruturação neoliberal). Nesse sentido, a categoria da informalidade precisa ser repensada a partir da nova morfologia do trabalho, não devendo mais ser definida enquanto um conceito residual. Acreditamos ser importante novos estudos, com orientação na teoria crítica marxista, que possam enfrentar de fato o problema da nova forma social do trabalho (e seu impacto na teoria do valor) na sociedade neoliberal, o que já tem sido levado em conta por alguns pesquisadores, principalmente da sociologia do trabalho. Desse modo, indicamos a importância da continuidade desses esforços de reflexão teórica.

No entanto, observamos que a informalidade e os “trabalhadores sem direitos” sempre estiveram presentes em nossa sociedade capitalista periférica, de modo que o trabalho informal sempre agregou algum valor ao capital (seja na esfera de produção, seja na esfera de circulação de mercadorias). As discussões sobre a nova forma social do trabalho em nossa região deveriam, inclusive, partir disso. Nessa senda, o trabalho ambulante possui uma presença histórica na realidade brasileira, desde o período da escravidão, que não pode ser desconsiderada ao encarar os conflitos sociais protagonizados pelos camelôs.

Também observamos que a condição informal, aqui em relação a ausência ou contraposição à *forma jurídica* do trabalho ambulante (a autorização de uso especial da área pública para o exercício da atividade profissional), vem se consubstanciando como uma fronteira de exclusão normativa (legal e ilegal), que, por outro lado, inclui socialmente os camelôs em zonas de vulnerabilidade. É dessa

forma que o poder público carioca vem, desde a década de 90 aos dias atuais, realizando o controle social urbano e (re)movendo os trabalhadores ambulantes no tabuleiro da cidade conforme os desvirtuados interesses da classe dominante.

Ao mergulhar de forma mais profunda na política repressiva contra o comércio informal e no fenômeno da criminalização dos camelôs na cidade do Rio de Janeiro, compreendemos que o uso recorrente do sistema penal (em sentido amplo) contra esses sujeitos é a expressão concreta desse controle social que se dá através da imposição da *forma jurídica* e que mostra a sua face mais perversa através do aparato jurídico-penal propriamente dito, inclusive (e contraditoriamente) de forma ilegal, com múltiplas violações de garantias e direitos humanos. Entendemos ser impossível analisar o papel do Direito aqui sem considerar a estrutura social, ou seja, os múltiplos atravessamentos de distintas dimensões sociais (especialmente da ordem socioeconômica) no próprio “jurídico”.

Observamos ainda que a aproximação desse “controle sócio-penal” (repressão + criminalização) sobre os camelôs pode ser realizada a partir de diversos quadros teóricos que, na nossa concepção, apontam mais para uma sobreposição de camadas de variados interesses dominantes e de distintos modos de exercício de poder no marco de um sistema capitalista periférico (*in casu* o brasileiro). O que percebemos, no cruzamento entre empírico e teórico, é que o poder estatal, através do sistema penal, tem articulado diferentes formas e estratégias de controle social dos trabalhadores ambulantes do Rio de Janeiro e servido para cumprir diversificadas demandas da ordem capitalista contemporânea, seja para disciplinar (regular/submeter) a força produtiva, seja para conter ou administrar a enorme pluralidade de sujeitos (com interesses conflitantes) que habitam as cidades e suas possíveis agitações, ou até mesmo para eliminar sujeitos indesejados.

Também analisamos que os discursos de “lei” e de “ordem” (o eficientismo penal) que se proliferaram a partir da década de 90 nas grandes cidades dos países periféricos, como reprodução da política criminal e de segurança pública de “tolerância zero” norte-americana, têm íntima conexão não só com a tentativa de conter a massa de trabalhadores diante do desemprego estrutural e da insuficiência da seguridade social (que é respondida pelo Estado penal), mas também com a produção do espaço social urbano (da cidade), favorecendo os interesses capitalistas

(tanto especulativos como de absorção de excedentes de produção) e ampliando a militarização das cidades.

Desse modo, observamos que o processo de municipalização da segurança pública se trata de uma expansão do sistema penal que, embora se apresente como uma promessa de segurança preventiva ou comunitária, tem como objetivo dar maior eficiência a política de repressão violenta e de criminalização (dos negros e pobres, dos despossuídos, dos deserdados da cidade) que já vem sendo realizada pelo poder público municipal, vulnerabilizando ainda mais a categoria dos trabalhadores ambulantes. Nesse sentido, é fundamental seguir mantendo resistência à proposta de armamento da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Ainda pontuamos que essa brutal política de controle social (repressiva e punitiva) busca sua legitimidade perante a sociedade através de uma estratégica difusão do medo, que, no nosso caso, está intimamente conectada ao racismo (podendo ser lido como ideologia ou como um dispositivo de poder, dependendo da chave teórica mobilizada, mas que poderiam expressar algo muito semelhante), em função da própria estrutura socioeconômica brasileira (com origens em um sistema de produção escravista). Nesse ponto, observamos empiricamente a construção dessa figura do camelô que deixa de ser visto como um trabalhador vítima da sociedade para ser encarado (e tratado) como um marginal ou criminoso, ressaltando o papel que as mídias tradicionais tiveram nesse processo.

Aqui é importante prestar esclarecimentos. O segundo capítulo é onde se encontra o maior grau de heterodoxia dessa pesquisa, em especial pelo diálogo com Foucault e autores que trabalharam posteriormente em cima de suas categorias. Trabalhamos aqui com diferentes quadros teóricos, inclusive colocando eles em diálogo, confrontando suas ideias. Isso se deu porque o campo empírico exigiu, mas tampouco abrimos mão de ter um modelo teórico explicativo delimitado. Ocorre que a própria criminologia crítica latino-americana e brasileira, que tem base marxista, permitem essas interlocuções. A defesa de um purismo teórico colocaria em xeque toda a criminologia crítica que emergiu em nossa região, não só pelo diálogo entre o pensamento foucaultiano e a teoria marxista, mas a começar pelo uso imbricado das categorias de Estado, com fulcro na concepção da filosofia política europeia, e a de controle social com base nas perspectivas sociológicas norte-americanas.

Fato é que uma atualização da criminologia crítica com fundamento puramente na teoria marxista, incorporando todos os elementos que se desenvolveram no atual estágio do sistema capitalista em nossa específica realidade social, não seria um trabalho possível em apenas um doutorado (que tem um período de realização delimitado), mas sim em toda uma vida de pesquisas. Nesse sentido, usamos categorias de Foucault (e de outros autores não marxistas) da mesma forma que o próprio utiliza o pensamento marxista, sempre na medida que lhe é útil, fazendo as adaptações necessárias.

E, embora tenhamos um alinhamento com a teoria crítica marxista, tampouco fetichizamos a obra de Marx, como se ela fosse completa, muito menos para se olhar o mundo concreto de hoje e as realidades das sociedades de capitalismo tardio e periférico. Aliás, forçar em demasia o enquadramento da teoria no campo empírico iria contra o próprio método de Marx, é por isso mesmo que aceitamos algum grau de heterodoxia.

Assim, a nossa preocupação maior no segundo capítulo foi trazer um panorama bem amplo a respeito da política repressiva e do fenômeno da criminalização dos camelôs, trabalhando com todos os dados que levantamos no campo empírico, o que exigiu trazer outras chaves teóricas naquilo que a teoria crítica marxista ainda não havia se debruçado ou pouco havia avançado. Isso permitiu uma maior compreensão da operacionalidade do sistema sócio punitivo em relação aos conflitos vividos pelos trabalhadores ambulantes da cidade carioca, o que era um dos nossos objetivos na pesquisa.

Chegamos, inclusive, a perceber mudanças/refinamentos nas estratégias do poder estatal ao longo da história de lutas do MUCA, especialmente a partir do final da década de 2000. O poder público foi deixando de realizar operações diárias na mesma localidade para agir com operações estratégicas, intervaladas no tempo e no espaço, não só investindo na repressão truculenta nas ruas como em estouros de depósitos. O Estado deixou de realizar prisões (ilegais) recorrentes contra os camelôs e passou a se utilizar prioritariamente de imputações (muitas vezes infundadas) em tipos penais de menor potencial ofensivo. Isto é, a repressão e a criminalização dos camelôs da cidade do Rio de Janeiro se mantiveram ao longo dos últimos 30 anos, entretanto, foi reformada.

Se no segundo capítulo observamos como o Direito se apresenta – imbricado na política (social, econômica, urbana etc.) – enquanto um veículo de opressão,

instrumento das classes dominantes na mediação (e, por vezes, intensificação) dos conflitos, já no terceiro capítulo tratamos de inverter nosso olhar, isto é, pensar desde baixo, a partir das experiências de resistência e de lutas dos sujeitos oprimidos. Buscou-se, então, observar as disputas que o MUCA, enquanto um sujeito ativo, realiza em torno do Direito, tendo em vista que o mesmo não se resume a sua *forma jurídica*, ao contrário, é um fenômeno social amplo e complexo (essa sempre foi uma premissa do trabalho, embora não tivéssemos a certeza do grau de amplitude e complexidade do próprio fenômeno). Queríamos também entender as reais possibilidades que o “jurídico” oferece para as lutas dos camelôs organizados no MUCA.

Observamos que a “luta por direitos” do movimento social brota não só de uma negação ao acesso aos direitos mais básicos, mas também da violência que o Estado, através do próprio Direito, imprime aos trabalhadores ambulantes e que os insere em uma disputa na ordem jurídica. O MUCA não só surge de um cenário extremamente conflitivo e violento, como recebe impacto direto das políticas repressivas tocadas pelo poder público e dos processos de criminalização dos camelôs da cidade do Rio de Janeiro em sua dinâmica de organização, mobilização e ação coletiva.

Assim, percebemos que o MUCA vem se utilizando de um repertório jurídico (nas ruas, no parlamento, no sistema de justiça, etc). Nesse sentido, consideramos não só a luta política do movimento social, que mobiliza discursos jurídicos e leituras próprias sobre o Direito, mas também a atuação da assessoria jurídica popular junto ao MUCA, observando desde as mediações jurídicas nos tribunais, passando pela provocação aos órgãos oficiais e articulações com as instituições de defesa dos direitos humanos, até as práticas de educação popular com os camelôs.

Também identificamos que as bandeiras das “lutas por direitos” dos camelôs foram se construindo a partir das relações sociais e políticas do próprio movimento social ao longo de sua história. Embora o “direito de trabalhar livremente e de ocupar as ruas” e o “fim da repressão e criminalização dos camelôs” sempre estiveram na agenda do MUCA, a proximidade do movimento com a entidade sindical CUT aprofundou com os camelôs o debate sobre o “direito ao trabalho”, assim como as práticas de educação popular promovidas pelo Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola trouxeram um maior acúmulo no movimento sobre os “direitos humanos”, já as agendas de lutas sociais e políticas dos movimentos

sociais durante o período de reurbanização da cidade carioca e recepção dos megaeventos inseriram o MUCA na discussão sobre o “direito à cidade”. Atualmente, o “direito ao trabalho” tem ganhado espaço privilegiado nas discussões do movimento social, em função da participação do MUCA na composição do Movimento Trabalhadores Sem Direitos e da recondução do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal.

Finalmente, tratamos de apresentar, na costura entre empírico e teórico, uma perspectiva crítica do Direito, considerando as práticas jurídico-políticas do MUCA e as próprias concepções que os camelôs do movimento possuem acerca do Direito.

Para tanto, caminhamos pela teoria crítica do/ao Direito, evidenciando o que está oculto na *forma jurídica* burguesa, a relação jurídica instituída em uma equivalência entre sujeitos “livres” e “iguais”, aptos a estabelecerem relações de troca tipicamente capitalistas. No entanto, nossos estudos apontaram que a questão do Direito não pode ser compreendida simplesmente por uma suposta determinação da metáfora marxiana sobre a “infra” e a “superestrutura”, na medida que o fenômeno jurídico está diretamente imbricado nas relações sociais de produção e de apropriação.

Passamos, então, a discutir, a partir da crítica jurídica brasileira possíveis perspectivas alternativas do Direito, a fim de encontrar chaves teóricas críticas que pudessem fortalecer as lutas sociais e políticas (e “por direitos”) dos camelôs da cidade carioca. Encontramos possibilidades de trabalhar com o movimento social as reflexões teóricas do “Direito Achado na Rua”, com base no humanismo dialético de Roberto Lyra Filho, e do “Direito Insurgente”, conforme a sistematização de Ricardo Prestes Pazello e Luiz Otávio Ribas, de um lado valorizando os modos de organização social dos próprios camelôs e suas leituras sobre o Direito (uma terceira via), e por outro lado, apresentando a possibilidade de usos táticos (e políticos) do Direito por meio de práticas jurídicas insurgentes. Mas nessas leituras encontramos apenas respostas parciais (e contraditórias) para o que nosso campo empírico sinalizou.

Foi na obra *Senhores e Caçadores* do historiador inglês Edward Palmer Thompson que descobrimos uma possibilidade de costura das nossas reflexões. O autor realizou uma imersão no estudo dos “domínios da lei” justamente a partir de uma história social do crime, observando um processo de criminalização que instaurou lutas, tensões e resistências que se travaram no plano jurídico-político da

sociedade inglesa ainda em 1723. Encontramos conexões com o que vimos no nosso campo empírico, nessa contradição entre as políticas repressivas (formalmente revestidas de legalidade, embora muitas vezes em contraste com a própria lei), a criminalização dos camelôs (que expõe nitidamente o papel da *forma jurídica*) e a própria luta por direitos (numa arena de conflitos que disputa os próprios domínios da lei), embora em um outro contexto histórico, social, cultural, etc. Portanto, reafirmando a importância de apreender esse fenômeno empiricamente, dentro de suas específicas contradições.

Quando Maria dos Camelôs resgatou a história da escravidão na sua fala, já no final da pesquisa, apontou para um processo de disputas históricas que se travaram no plano da legalidade, já que os escravos (como vimos) sequer eram considerados formalmente “sujeitos de direito”, embora tivessem deveres e possibilidade de serem punidos por meio da *forma jurídica*. Era também nessa contradição do Direito imperial que os advogados abolicionistas tencionavam nos tribunais. Assim, já era possível pensar num espaço de conflito (ainda que reduzido) na lei, em um momento histórico e social específico, no qual se desenvolveu o cruel modelo de produção escravocrata brasileiro.

Negros e negras escravizados, por sua vez, organizavam suas lutas e resistências contra uma opressão que também era “jurídica”, na medida em que havia alguma inserção (a penal) desses sujeitos no ordenamento jurídico. Quando houve o processo de reestruturação econômica, o processo histórico da abolição e a população negra passou a integrar a categoria jurídica “sujeitos de direito” na forma da lei, se instauraram novos processos de lutas nessa arena de conflitos da legalidade. Nesse ponto, a conquista dos direitos da população negra vem sendo constituída no processo histórico dessas lutas. E, de acordo com Maria dos Camelôs, a luta por direitos dos trabalhadores ambulantes vem justamente daí.

A história nos ajuda a pensar justamente esse contraste entre a repressão/criminalização e a luta por direitos que se perseguiu ao longo da pesquisa e que encontra espelhado especialmente no segundo capítulo e no terceiro capítulo. Entender como essa disputa pelo Direito brota no conflito e pensar o próprio Direito a partir dessa disputa nos parece o caminho para avançar numa crítica jurídica brasileira que faça sentido aos movimentos sociais. O que acreditamos permitir não só uma possível releitura da obra de Pachukanis, mas também avançar em relação as perspectivas críticas colocadas pelo “Direito Achado na Rua” e mesmo pelo

“Direito Insurgente”. É evidente que para isso se demandam estudos mais profundos, mas trazem direções, apontamentos que são importantes, inclusive para os desdobramentos da pesquisa.

O alargamento da concepção do próprio Direito encontrado em Thompson, insere novos elementos para analisar o fenômeno jurídico e abre espaço para discutir outras relações de poder ou padrões de dominação, que não estão necessariamente determinados, mas enfronhados nas relações sociais de produção, e que o impactam diretamente no seu curso histórico. Destarte, é possível compreender que os conflitos que se dão, em cada contexto histórico e cultural específico em que se desenvolvem as relações sociais de produção, são o que de fato movimentam o fenômeno jurídico, em mediação dialética com a *forma jurídica*. Reconhece-se um espaço real de disputa (uma arena) no Direito, na medida em que insere os conflitos que se dão na ordem social e política (o autor fala, inclusive, em luta de classes), no próprio fenômeno jurídico.

Portanto, compreendemos o Direito como um fenômeno social complexo e dinâmico que não se reduz à sua *forma jurídica*, mas que está inserido no quadro das relações sociais de produção de homens e mulheres em uma determinada sociedade. Também concluímos que o Direito precisa ser encarado a partir de sua dialética e sua processualidade histórica, isto é, não só como um produto, mas como um processo. Desse modo, podemos dizer que o Direito é uma relação social histórica movimentada por conflitos de interesses antagônicos, manifestando-se, em última instância, em favor daqueles que detém o poder para formulá-lo e exigir o seu cumprimento.

Concluímos que é no campo de disputa pelos domínios da lei que se insere a luta por direitos dos camelôs, buscando não só trabalhar nas brechas da *forma jurídica*, mas provocar até mesmo fissuras que manifestem um Direito desde baixo, resultante do processo histórico de lutas dos trabalhadores ambulantes. Essa leitura, embora possa parecer juridicista, fortalece a luta política do MUCA na medida em que reconhece a própria experiência e agência dos trabalhadores ambulantes em relação ao Direito.

O MUCA tirou algumas conclusões práticas ao final da pesquisa. Considerando a violência sistemática e a criminalização dos camelôs da cidade do Rio de Janeiro, encaminhamos a elaboração de um dossiê sobre os casos mais recentes, ocorridos durante o verão de 2022/2023, em articulação com as

instituições de defesa dos direitos humanos. O movimento social ainda considerou importante buscar meios de viabilizar uma estrutura para a realização de atendimentos e orientações jurídicas aos camelôs no novo Centro de Referência dos Camelôs do Rio de Janeiro, fortalecendo as parcerias com as assessorias jurídicas populares.

Foi decidido que o MUCA vai trabalhar também com um eixo de memória, resgatando a luta por direitos dos vendedores ambulantes ao longo da história do Brasil, com especial atenção para os marcadores sociais de raça, classe e gênero, bem como promovendo a história de lutas do próprio movimento social. O movimento irá realizar esforços no sentido de catalogar todo o seu acervo historiográfico a fim de preservar a sua memória coletiva e de disponibilizar o material (físico e virtual) a outros pesquisadores. Foi aventada a possibilidade de produzir um documentário sobre a história da luta por direitos do MUCA, além de realizar oficinas de contação de histórias com a sociedade civil.

APÊNDICE – O MUCA-RJ E A PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia excitou um estado de emergência sem igual na história brasileira, e obviamente desencadeou uma série de discussões a respeito da necessária intervenção do Estado na esfera socioeconômica⁷⁵³. A balança novamente pesou a favor dos empresários e especuladores, permitindo um processo de demissões em massa e flexibilizações dos contratos trabalhistas. E, se a pandemia representou um baque para o mercado de trabalho formal, para os trabalhadores informais foi ainda pior. Sem políticas públicas efetivas de assistência social, houve um aprofundamento da vulnerabilidade desses trabalhadores.

As políticas públicas de assistência aos mais pobres foram demasiado limitadas e tocaram apenas a “ponta do iceberg” do problema. O auxílio instituído, pela pressão da população e do parlamento, na gestão de Bolsonaro no governo federal, não levou em consideração que a população vulnerável vive em famílias numerosas e o “teto” do auxílio não as atendia integralmente, além disso, o benefício não atendeu às múltiplas realidades regionais e o efetivo poder de compra do valor concedido em cada uma delas.

Vale ressaltar que, no ano de 2021, o auxílio teve grande redução, chegando ao valor máximo vergonhoso de R\$ 375,00 – para família monoparental dirigida por mulher – e o valor padrão de R\$ 150,00 por indivíduo beneficiado. De acordo com estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made/USP), o auxílio emergencial rebaixado não possibilitou a mesma proteção social contra a perda da renda ocorrida no ano anterior. Com a implementação da versão reduzida do benefício, 5,4 milhões de brasileiros passaram a viver em situação de pobreza, e 9,1 milhões, em extrema pobreza. A pesquisa ainda revelou que houve um aumento nos hiatos de gênero e raça, aprofundando a vulnerabilidade econômica das mulheres negras⁷⁵⁴.

⁷⁵³ DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. [S. l.]: Terra sem amos, 2020. p. 12. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁷⁵⁴ NASSIF-PIRES, Luíza Nassif-Pires; CARDOSO, Luísa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. **Nota de Política Econômica**, São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades – MADE FEA/USP, n. 10, 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

Somente após disputas travadas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo e a proximidade do período eleitoral, no ano de 2022, é que se retornou ao valor inicial de R\$ 600,00 reais, podendo chegar ao teto de R\$1.200,00, instituindo então o Auxílio Brasil – hoje extinto pela reinauguração, no novo governo de Lula, do Bolsa Família, uma política pública muito mais abrangente e integrada. Ademais, vale pontuar que muitos trabalhadores informais tiveram dificuldades (falta de informações e documentações, analfabetismo, ausência de letramento digital e acesso à internet etc.), com o cadastramento no CadÚnico, meio pelo qual aqueles que possuíam direito ao auxílio deveriam se inscrever.

Para os trabalhadores ambulantes a pandemia foi devastadora. Muitos ficaram diante do terrível dilema entre expor a si mesmo e seus familiares ao risco da contaminação pelo novo coronavírus e a condenação à miséria e a fome. Por outro lado, a necessária política de isolamento social e esvaziamento das ruas afetou diretamente na percepção de renda dos camelôs que desafiaram os riscos de ir para as ruas. Segundo análise dos dados do IBGE pela Gênero e Número, a maioria dos ambulantes do país dependeram de auxílio financeiro para sobreviver durante a pandemia: 70% dos ambulantes receberam o benefício, e mulheres foram 42% entre os beneficiários⁷⁵⁵. Diversas pesquisas apontaram que a categoria foi uma das que mais sofreu com a crise socioeconômica intensificada pela pandemia⁷⁵⁶.

No Rio de Janeiro, a aprovação do Projeto de Lei Municipal nº 1.728/2020, que alterou a Lei Municipal nº 5.358 de 2011, ampliando o programa Cartão Família Carioca durante estado de calamidade pública ou de emergência, não garantiu de imediato a implementação dos pagamentos do que seria o auxílio complementar ao federal. Em contrapartida, a gestão do então Prefeito Marcelo Crivella ofertou um apoio com cestas básicas restrito tão somente aos trabalhadores ambulantes cadastrados pela prefeitura, isto é, uma enxuta parcela da realidade do comércio ambulante. Vale ainda mencionar que as cestas básicas não foram inicialmente estendidas aos auxiliares dos titulares da TUAP. Somente em 2021, após as eleições municipais e a posse do novo-antigo prefeito Eduardo Paes, é que se iniciou o pagamento das parcelas sob o título de Auxílio Carioca.

⁷⁵⁵ FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da; MARTINS, Flávia Bozza. Fome, medo e falta de renda: a vida das ambulantes no primeiro ano de pandemia. **Gênero e Número**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/ambulantes-pandemia/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

⁷⁵⁶

Diante dessa dura realidade, o MUCA/RJ coordenou uma série de ações para atender a emergência das famílias das e dos trabalhadores ambulantes, que ficaram em condições de extrema pobreza, assegurando a manutenção de condições mínimas de vida e lutando na defesa dos direitos desses cidadãos.

A primeira ação do movimento social, ainda no início da pandemia, foi lançar um financiamento coletivo, com apoio do Observatório das Metrópoles, intitulado de “Vaquinha dos Camelôs”⁷⁵⁷. O objetivo do MUCA-RJ era de arrecadar 25 mil reais para distribuir entre cotas de R\$250,00 para 100 trabalhadores ambulantes em vulnerabilidade. Desse modo, o movimento abriu uma lista de inscrição para os camelôs que estivessem nessas condições. Com 218 apoiadores, o MUCA-RJ conseguiu alcançar a marca de R\$28.233,90, superando a meta. Todo o valor arrecadado foi repartido entre os trabalhadores, considerando que houve o cadastramento de uma lista de espera.

Em paralelo, o MUCA-RJ executou o projeto “Somos todos Camelôs contra a Covid-19”, selecionado por meio de edital lançado pelo Fórum Nacional pela Reforma Urbana. Os valores percebidos pelo movimento foram revertidos não só para a distribuição de cestas básicas (de alimentos e produtos de higiene), como para o lançamento de campanha de conscientização e de suporte para o cumprimento das medidas sanitárias pelos camelôs, para a estruturação de um apoio ao cadastramento no CadÚnico, tendo em vista a obtenção do auxílio emergencial pelos camelôs, e para promover atos exigindo do poder público municipal a atenção a totalidade de trabalhadores ambulantes (incluindo os irregulares e os auxiliares), por meio da sanção e execução das novas determinações do Cartão Família Carioca durante estado de calamidade pública ou de emergência.

O movimento lançou ainda uma grande campanha “Camelôs na Luta Contra o Coronavírus”, financiada pelo Instituto Unibanco e realizada junto às ONGs Justiça Global e Ação Cidadania. Por meio dessa parceria foi possível realizar uma distribuição de cestas básicas (de alimentos e produtos de higiene) que conseguiu atender cerca de 4 mil famílias por 4 meses seguidos.

Em abril de 2021, com a flexibilização das medidas sanitárias, o MUCA organizou dois atos. O primeiro ocorreu em frente à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, com o objetivo de reivindicar o pagamento do Auxílio Carioca para

⁷⁵⁷ Disponível em: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/vaquinha-dos-camelos>. Acesso em: 07 mar. 2023.

todos os ambulantes, incluindo os auxiliares e os irregulares (sem autorização), bem como a isenção das taxas exigidas para o comércio ambulante (TUAP). Na segunda manifestação, pelas ruas do Centro do Rio, o movimento social cobrou também o fim da política de “tolerância zero” para camelôs daquela região, considerando que já havia sido autorizado o retorno de ambulantes fixos e itinerantes nas praias da zona sul da cidade, ainda que com horário reduzido. Foi com essa pressão que parte das demandas dos camelôs foram atendidas. O poder público municipal acatou a inclusão dos auxiliares na assistência social prevista, bem como garantiram a isenção das taxas de uso especial da área pública (TUAPs) durante o período da pandemia.

Já nas vésperas do período de carnaval de 2022, com o aumento dos índices de contaminação pelo novo coronavírus, os trabalhadores ambulantes foram diretamente atingidos com o cancelamento do Carnaval de Rua pela Prefeitura, que realizou apenas a manutenção dos desfiles de carnaval da Avenida da Sapucaí (Sambódromo), em data posterior, e de eventos privados realizados em locais fechados, contrariando as próprias recomendações sanitárias contra a COVID-19 e radicalizando sua já conhecida lógica de privatização do carnaval. Para, supostamente, lidar com o negativo impacto econômico para a categoria – considerando que o evento é, notoriamente, essencial para a renda anual dos camelôs – a Prefeitura ofertou somente um auxílio de R\$500 e apenas para os trabalhadores cadastrados pela Ambev, patrocinadora oficial do carnaval carioca, com a chancela da Riotur e da *Dream Factory*, no ano de 2020, quando havia ocorrido o último carnaval.

Diante do absurdo de vincular o pagamento do auxílio do carnaval carioca à submissão de cadastramento dos trabalhadores ambulantes em edital anterior da iniciativa privada, bem como do baixo valor concedido, o MUCA lançou junto da Garagem Delas⁷⁵⁸, com apoio da rede de ativismo Meu Rio, a campanha “Auxílio Camelô, Já! Fome só de Carnaval”.

⁷⁵⁸ A Garagem Delas é um espaço de cultura e resistência administrado por mulheres ambulantes. O local, situado na Rua da Carioca 75, Centro – RJ, é palco de diversos eventos culturais, como ensaios e apresentações de blocos, rodas de samba, forrós e festas variadas, oportunizando trabalho para as mulheres que são ambulantes de eventos na cidade do Rio de Janeiro. Durante a pandemia, a Garagem Delas organizou diversas ações sociais de distribuição de cestas básicas para camelôs, contando inclusive com apoio do MUCA-RJ, e de café da manhã solidário para a população de rua.

A referida campanha contou com diversas estratégias. Foi criada uma pressão nas redes sociais por meio de uma onda de compartilhamentos coordenada pela Meu Rio. Trabalhando com um componente lúdico, também foi lançada uma paródia da tradicional marchinha “Allah-la” Ô em apoio aos camelôs:

O camelô ôôôôôô / Não tem caô ôôôôôô / o camelô ôôôôôô / Não tem caô ôôôôôô /
No Rio de Janeiro já tá tudo muito caro / E sem a nossa festa vai ficar bem
complicado / O camelô ôôôôôô / Oh que horror ôôôôôô / Queremos o auxílio / E
agora a gente vai ter que chamar / Dudu! Dudu! Dudu, meu bom Dudu / Manda a
grana pra ioiô / Manda a grana para iaiá / Dudu, meu bom Dudu!⁷⁵⁹

No bojo da campanha, o MUCA participou da organização de um ato em 15 de fevereiro de 2022, o “TricicloAto”, com os camelôs de eventos. Na manifestação dezenas de trabalhadores ambulantes ocuparam a Avenida Presidente Vargas com seus triciclos e seguiram o percurso da Candelária à sede da Prefeitura na Cidade Nova, portando cartazes e proferindo palavras de ordem. A coordenação do movimento social se adiantou a chegada na prefeitura e ocupou o andar da Secretaria de Fazenda e Planejamento, exigindo uma reunião com o Secretário da pasta, Pedro Paulo. Após a pressão, quem recebeu o movimento foi o Secretário de Ordem Pública, Brenno Carnevale, e Alex Costa, ex-secretário da mesma pasta, que trataram de receber as demandas dos camelôs.

Ainda considerando esse contexto, o movimento social lançou, em mais uma parceria com a Garagem Delas, o financiamento coletivo “Carnaval é Sustento”, por meio da plataforma Benfeitoria⁷⁶⁰. A campanha contou com 67 apoiadores e arrecadou R\$7.981,00, que foram distribuídos a mulheres camelôs, em razão da condição de maior vulnerabilidade. Além dessa atuação conjunta, o MUCA-RJ distribuiu, de forma independente, grandes quantidades de cestas básicas com apoio de diversos blocos, como o Boitatá, casas de shows e eventos, como o Circo Voador, projetos culturais, como o CasaBloco, e projetos sociais, como o Elo Solidário.

Segundo Maria dos Camelôs, ainda hoje as e os trabalhadores ambulantes estão tentando se recuperar após o período da pandemia, considerando a brusca queda nas suas condições socioeconômicas:

A gente fez tudo que deu para fazer na pandemia, teve muita luta. E a gente tem que seguir lutando mais, porque a pandemia passou, mas os problemas ficaram. Muitos

⁷⁵⁹ Disponível em: <https://auxiliocamelos.meurio.org.br/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

⁷⁶⁰ Disponível em: <https://benfeitoria.com/projeto/carnavalesustento>. Acesso em: 07 mar. 2023.

camelôs não conseguiram pagar seus aluguéis, foram morar na casa de parentes, amigos, vizinhos ou até mesmo na rua. Muitos trabalhadores pegaram empréstimos onde deu pra pegar, ficaram com dívidas e agora estão tentando se recuperar, mas o governo não se sensibiliza. Mal tinha retornado o movimento nas ruas, e já veio o Reviver Centro, um monte de remoção na cidade. Não abrem vagas novas e as operações continuam. Apreendem mercadorias, esculacham, estouram depósitos. E agora tem mais gente trabalhando na rua, porque muita gente ficou desempregada na pandemia e a rua é o lugar de se virar. Se não fosse o trabalho informal a gente tava perdido. É o nosso trabalho que vem segurando a economia⁷⁶¹

A coordenadora do MUCA-RJ tem razão quando se refere a importância do trabalho informal no contexto pós-pandemia. Segundo informou Adriana Beringuy, coordenadora de Trabalho e Rendimento do IBGE, ao jornal *Estadão*, o trabalho informal se recuperou com mais velocidade que o trabalho formal, que só começou a se recuperar no segundo trimestre de 2022, de modo que foi a informalidade que manteve a manutenção do total de ocupados no mercado de trabalho:

“A gente tem um mercado de trabalho que vem se recuperando desde o fim de 2020. A recuperação foi baseada no mercado informal ao longo de todo o ano de 2021, e, a partir do final de 2021, a gente começa a ter também uma expansão da parte formal na ocupação”, disse a coordenadora do IBGE. “Não significa que a informalidade parou de crescer.” [...] “Não necessariamente a gente está tendo uma substituição, trabalhadores informais passando a ser formais. O que a gente percebe é que embora tenha crescimento da ocupação com carteira, a alta da informalidade permanece em curso”.⁷⁶²

Nesse sentido, é urgente que o Estado, nas suas diversas esferas federativas, passe a promover políticas públicas focadas na categoria de trabalhadores informais, entre esses as e os trabalhadores ambulantes. Para os capitalistas que adoram transformar as vidas em números, tentando achatar a realidade de desigualdade brutal que vivemos, sequer há escapatória. É impossível ignorar que os próprios números demonstram que a recuperação econômica do país após os ciclos da pandemia passa necessariamente pela valorização do trabalho informal.

⁷⁶¹ Comunicação particular realizada à pesquisadora em 21 de fevereiro de 2023.

⁷⁶² NEDER, Vinicius. Brasil tem recorde de 39,3 milhões de trabalhadores informais. *Estadão*, 20 jul. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/brasil-recorde-trabalhadores-informais-segundo-trimestre-2022/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Tradução Henrique Burigo, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

AGENTES públicos agridem civis na orla da Praia do Leme. **O Dia**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/01/6560949-agentes-publicos-agridem-civis-na-orla-da-praia-do-leme.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ALCÂNTARA, André; COMARU, Francisco; SAMPAIO, Geilson; ITIKAWA, Luciana; KOHARA, Luiz; FERRO, Maria Carolina. **Ambulantes e Direito à Cidade**: trajetórias de vida, organização e políticas públicas. São Paulo: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, 2013. (Projeto Trabalho Informal e Direito à Cidade).

ALFONSIN, Jacques Távora. **Das legalidades injustas às (i)legalidades justas**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais/ Coord. Djamila Ribeiro).

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

ALVARENGA FILHO, José Rodrigues. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 111-117, 2016. Disponível em: <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/1163>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende; NUNES, Tiago de Garcia; CASTRO, Carla Appollinário de. Empreendedorismo Tupiniquim: notas para uma reflexão. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 1, 2002, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: CONINTER, 2002.

AMORIM, Daniela; RIBEIRO, Flávia. Informalidade cresce e é recorde em 20 estados. **Estadão**, Rio de Janeiro, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/02/15/informalidade-cresce-e-e-recorde-em-20-estados.htm#:~:text=No%20ano%20de%202019%2C%20a,pessoas%20entre%20os%20trabalhadores%20ocupados>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho. *In*: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009

_____. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: UNICAMP, 2008. 212 p.

ARAÚJO, Camila. Fiscalização a camelôs termina em confusão na Zona sul do Rio. Por Camila Araújo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 dez. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/12/fiscalizacao-a-camelos-termina-em-confusao-na-zona-sul-do-rio.ghml>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. Direito alternativo no Brasil: alguns informes e balanços preliminares. *In*: ARRUDA JÚNIOR, Edmundo Lima de. (org.). **Lições de direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, vol. 2, 1992. p. 159-177.

ASSIS TOLEDO, Francisco de. **Princípios Básicos de Direito Penal**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1989. p. 121-122.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000.

BACKHEUSER, Everardo. Comércio ambulante e ocupações de rua no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 6, n. 1, p. 3-29, 1944.

BALESTRO, Moisés; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 13, n. 2, 2019.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica. *In*: FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de (orgs.) **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 79-98.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 12. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. Política criminal com derramamento de sangue. **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, v. 3, p. 77-94, 1998.

_____; ZAFFARONI, Eugênio Raúl et al. **Direito penal brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006. v. 1.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1998.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Lucia Guidicini e Alessandro Berti Contessa; revisão de Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BELLAGIO International Declaration of Street Vendors 1995. União Europeia: [s. n.], 1995. Disponível em: <https://europa.eu/capacity4dev/iesf/documents/bellagio-international-declaration-street-vendors-1995>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BELLO, Enzo. **A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

_____; BONAN, Anna Cecília F.; TOLEDO, Bianca. Eu quero é botar... meu bloco na rua! Direito à cidade e cultura em carnavais de luta. In: ALVAREZ, Alejandro Montiel; TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski; FELONIUK, Wagner Silveira. (orgs.). **Perspectivas do discurso jurídico**: novos desafios culturais do século XXI. Porto Alegre: DM, 2017. p. 146- 162.

_____; CAPELA, Gustavo Moreira; e KELLER, Rene José. Contrarreforma Neoliberal do Estado e Imobilismo Social no Brasil: Trabalho Flexível Pós-Golpe

de 2016. In: CUNHA, José Ricardo (org.). **Teorias críticas e crítica ao direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020. v. 2.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992

BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. **O problema da crise capitalista em O capital de Marx**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BOLSONARO, Jair Messias. **O Caminho da Prosperidade: propostas de plano de governo**. Brasília, DF: [s. n.], 2018.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAN, Anna Cecília Faro. **Camelôs Rebeldes: A dimensão sócio-espacial do Direito na Cidade em disputa**. 2017. Dissertação (mestrado em Direito Constitucional) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019. (Coleção Feminismos Plurais / Coord. Djamila Ribeiro).

BOSCHI, Renato. **Variedades de capitalismo, política e desenvolvimento na América Latina**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**. Boitempo Editorial, 2017.

_____. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: ed. Brasiliense, 2006. Coleção Primeiro Passos.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **12º Ciclo INFOPEN**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-junho-2022.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Estatísticas de Execução Penal**. Brasília, DF: CNJ, 2022b. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=f8f79a16-35a2-43fe-a751-34ba131ffc1f&sheet=74a59799-5069-461d-a546-91259016a931&lang=pt-BR&opt=currsel>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). **ADI 5538/DF. CONSTITUCIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMAS RESTRITIVAS AO PORTE DE ARMA À INTEGRANTES DE GUARDAS MUNICIPAIS. AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE E ISONOMIA EM CRITÉRIO MERAMENTE DEMOGRÁFICO QUE IGNORA A OCORRÊNCIA DE CRIMES GRAVES NOS DIVERSOS E DIFERENTES MUNICÍPIOS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**. [...]. Requerente: Partido Verde; DEMOCRATAS. Relator: Min. Alexandre de Moraes, 18 maio 2021. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur446397/false>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. Governo Federal. Estatísticas do Portal do Empreendedor. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 03 mar. 2023.

_____. **Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018**. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp);

altera a Lei Complementar n.º 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei n.º 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei n.º 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei n.º 12.681, de 4 de julho de 2012. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

_____. **Lei Federal n.º 13.060, de 22 de dezembro 2014.** Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113060.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.

_____. **Lei n.º 13.022, de 8 de agosto de 2014.** Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Brasília, DF: Presidência da República, 2014b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm. Acesso em: 07 mar. 2023.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 574.** Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2016. Disponível em: https://www.stj.jus.br/internet_docs/biblioteca/clippinglegislacao/Sumula_574_575_2016_terceira_secao.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Súmula 502.** Presentes a materialidade e a autoria, afigura-se típica, em relação ao crime previsto no art. 184, § 2º, do CP, a conduta de expor à venda CDs e DVDs piratas. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2013. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=%28sumula+502%29+E+%28%22Terceira+Secao%22%29.org.&operador=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO>. Acesso em: 26 mar. 2023.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante n.º 11**. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2008. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula760/false>. Acesso em: 06 mar. 2023.

_____. Ministério da Justiça. **Guia para prevenção do crime e da violência nos municípios**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2005.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.

_____. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 04 mar. 2023.

BURGESS, Ernest W. The growth of the city: an introduction to a research project. **Urban ecology**. Springer, Boston, MA, p. 71-78, 2008. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-0-387-73412-5_5. Acesso em: 05 mar. 2023.

CALDAS, Fernanda. Seop e GM apuram conflito entre agentes e ambulantes na Praia do Leme. **Band**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/bandnews-fm/rio-de-janeiro/noticias/seop-e-gm-apuram-conflito-entre-agentes-e-ambulantes-na-praia-do-leme-16576825>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CAMELÔS realizam ato no Rio por melhores condições de trabalho. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 19 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/19/camelos-realizam-ato-no-rio-por-melhores-condicoes-de-trabalho>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CARIELLO, Gabriel; ROMEO, Madalena. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe? escreveu Marielle um dia antes de ser morta. **O Globo**, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/quantos-mais-vaoprecisar-morrer-para-que-essa-guerra-acabe-escreveu-marielle-um-dia-antes-de-ser-morta-22491127>. Acesso em: 05 mar. 2023.

CARMO, Maria de Lourdes do. **MUCA encontra Lula em sua passagem pelo Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 30 mar. 2022. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbvbGPPpMxM/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

_____. O movimento dos camelôs pelo trabalho e pela cidadania. In: BELLO, Enzo; PAROLA, Giulia; TOLEDO, Bianca Rodrigues (org.). **Direito à Cidade: regularização fundiária**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **The city and the grassroots: a cross-cultural theory of urban social movements**. Univ of California Press, 1983.

_____. **A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTRO, Carla Appollinario de. **Crítica à razão empreendedora: a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, 2013.

_____. **Das fábricas aos cárceres: mundo do trabalho em mutação e exclusão social**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005. (Coleção Pensamentos Criminológicos, v. 10).

_____. **Criminologia da reação social**. Tradução Ester Kosovski. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1983.

CARVALHO, Amilton Bueno de. **Magistratura e direito alternativo**. São Paulo: Acadêmica, 1992.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Camelô não é ladrão. Camelô... CUT/RJ Notícias**, 30 jan. 2009. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/camelao-nao-e-ladrao-camelao-e-profissao-83b8>. Acesso em: 24 mar. 2023.

CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR MARIANA CRIOLA. **Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais. Fundo Brasil**, 2008. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/centro-de-assessoria-juridica-popular-mariana-criola/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CENTRO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR MARIANA CRIOLA. **Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais. Fundo Brasil**, 2009. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/centro-de-assessoria-juridica-popular-mariana-criola-2/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CHAZKEL, Amy. Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República. In: MAIA, Clarissa Nunes; SÁ NETO, Flávio de; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz (orgs.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2009.

CHESNAIS, Francis. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOUKR, Fauzi Hassan. Justa causa: reflexões em torno da obra de Afrânio Silva Jardim. In: BASTOS, Marcelo Lessa; AMORIN, Pierre Souto Maior Coutinho de. **Tributo a Afrânio Silva Jardim: escritos e estudos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 165-181.

CHUEIRI, Vera Karam de. Constituição Radical: Uma Ideia e Uma Prática. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, n. 58, p. 25-36, 2013.

_____; GODOY, Miguel G. Constitucionalismo e democracia: soberania e poder constituinte. **Revista Direito GV**, v. 6, p. 159-174, 2010.

COHEN, Albert K. **Delinquent Boys: The Culture of the Gang**. New York: The Free Press, 1955.

COIMBRA, Cecília Maria B. Produção do Medo e da Insegurança. In: COIMBRA, Cecília Maria B. **Discursos Sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividade: violência urbana e alguns de seus efeitos**. [S. l.]: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/texto64.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

COMITÊ INVISÍVEL. **Motim e destituição agora**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO; PLATAFORMA DHESCA BRASIL. **Dossiê Violações ao Direito ao Trabalho e ao Direito à Cidade dos Camelôs no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, set. 2014. Disponível em:

https://observatoriodasmetropoles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/Dossi%E A_Camel%F4s_2014.pdf. Acesso em: 04 mar .2023.

CORSI, Francisco Luiz. A Crise do Capitalismo Global. *In*: SANTOS, Agnaldo dos; ____; CAMARGO, José Maragongi; VIERIA, Rosângela Lima (orgs.). **Crise do capitalismo global no mundo e no Brasil**. Bauru, SP: Canal6, 2013.

COSTA, Alexandre Araújo; COELHO, Inocêncio Mártires. **Teoria dialética do direito**: a filosofia jurídica de Roberto Lyra Filho. Brasília: Faculdade de Direito (UnB), 2017.

COSTA, Daiane. Crise empurra mais 200 mil pessoas para o trabalho na rua. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-empurra-mais-200-mil-pessoas-para-trabalho-na-rua-22678103>. Acesso em: 03 mar. 2023.

COSTA, João Vitor. Confusão termina com pancadaria entre ambulantes, guardas municipais e PMs na Praia do Leme. **Extra**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/confusao-termina-com-pancadaria-entre-ambulantes-guardas-municipais-pms-na-praia-do-leme-25648594.html>

COZETTI, Nestor; SANTIAGO, Cláudia. Terceiro aniversário do MUCA. **Rede de Jornalistas Populares – RENAJORP**, jul. 2006. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/p/terceiro-aniversario-do-muca.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

CUNHA, Joana. Meio milhão de brasileiros vendem comida na rua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jan. 2018. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1948561-meio-milhao-de-brasileiros-vende-comida-na-rua.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____ *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. [S. l.]: Terra sem amos, 2020. p. 12.
Disponível em:
<https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

DELMANTO, Celso *et al.* **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DE GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal**. 3. ed, Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2017. (Coleção Pensamento Criminológico, v. 12).

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **A difícil rota do desenvolvimento**: empresários e a agenda pós-neoliberal. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

DUNLAP JR., Charles J. Lawfare Today and Tomorrow. *In*: PEDROZO, Pete; WOLLSSCHLAEGER, Daria P. (edits.). **International Law and Changing Character of War**. Disponível em:
http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3090&context=faculty_scholarship. Acesso em: 26 mar. 2023.

DUSSEL, Enrique Domingo. **20 tesis de política**. 2. ed. Mexico: Siglo XXI: Centro de Cooperación Regional para La Educación de Adultos en América Latina e Caribe, 2006.

_____. **A produção teórica de Marx**: um comentário aos Grundrisse. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

EKLUND, Luis Alejandro Gutierrez; SANCHEZ, Ian Miranda; MOLINA, Carlos Andres Peredo; BALDIVIESO, Camila Calvi. Las Leyes de desacato y la difamación criminal en America Latina. **Revista Internacional de Derechos Humanos**, ano VI, n. 6, p. 125-127, 2016. ISSN: 2422-7188/2016.

ESPINOZA, Baruch de. **Tratado político**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004. v. 440.

EDUARDO Paes esclarece fake news sobre camelôs | Eduardo Paes. [S. l.: s. n.], 18 nov. 2020. 1 vídeo (1min). Publicado pelo canal Eduardo Paes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j47cCYCydZc>. Acesso em: 04 mar. 2023.

EWALD, François. Risk in contemporary society. **Conn. Ins. LJ**, v. 6, p. 365-381, 1999.

FALBO, Ricardo Nery. Pensamento crítico, pesquisa empírica e emancipação teórica do direito. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 14, p. 259-290, 2016.

_____. A contribuição da Teoria Crítica para o Direito. In: BELLO, Enzo. ENGELMANN, Wilson. **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015

_____; RIBAS, Luiz Otávio. Advocacia e lutas emancipatórias: o que há de político na advocacia?. **Revista Direito e Práxis**, v. 8, p. 507-555, 2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRAJOLI, Luigi. **Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011. (Coleção Estado e Constituição, v. 11. Org. José Luis Bolzan de Moraes e Lenio Luiz Streck).

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1988.

FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da; MARTINS, Flávia Bozza. Fome, medo e falta de renda: a vida das ambulantes no primeiro ano de pandemia. **Gênero e Número**, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/ambulantes-pandemia/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Crimes em comum**: escravidão e liberdade sob a pena do Estado imperial brasileiro (1830-1888). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FERREIRA, Thaísa Duarte. **As associações de criminalidade à figura do camelô**: um estudo através da Teoria Ator-Rede. 2014. Dissertação (Mestrado em psicologia social) - apresentada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FLAKS, Milton. Parecer n.º 16/93. Processo n.º E-14/31.956/93. **Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro**, v. 47, 1994. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MjgwNA%2C%2C>. Acesso em: 04 mar. 2023.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão**: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n; 41, p. 221-229, maio/ago. de 2004.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade Punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhe. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **O Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. La governamentalità. *In*: FOUCAULT, Michel. **Poteri e strategie**: L'assoggetamento dei corpi e l'elemento sfuggente. Org. P. Della Vigna. Milão: Mimesis, 1994.

_____. **Microfísica del poder**: Genealogía del poder n.º1. Org. Julia Varela y Fernando Alvarez-Uría. 3. ed. Madrid: Ediciones Endymión, 1992.

_____. O nascimento da medicina social: *In*: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre. A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, 2004.

FRAGOSO, Christiano Falk. **Autoritarismo e sistema penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

FREIRE, Ana Ferreira. Fiscalização termina em confusão entre agentes públicos e camelôs em Copacabana. **O Dia**, 18 dez. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/12/6542550-fiscalizacao-termina-em-confusao-entre-agentes-publicos-e-camelos-em-copacabana.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 34-41.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: LeBooks Editora, 2019.

FRIGO, Darci; PRIOSTE, Fernando; ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio. **Justiça e direitos humanos**: experiências de assessoria jurídica popular. Curitiba: Terra de Direitos, 2010.

GAFFNEY, Christopher. Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil. In: SANTOS JR., Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Orgs.). **Brasil**: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão. “Não pense em crise, trabalhe”: o jogo da história na trama da língua. **Fórum Linguístico**, v. 15, n. 1, p. 2891-2902, 2018.

GERALDO, Pedro Heitor Barros; FONTAINHA, Fernando de Castro. Apresentação – por uma sociologia empírica do direito. In: GERALDO, Pedro

Heitor Barros; FONTAINHA, Fernando de Castro (org.). **Sociologia Empírica do Direito**. Curitiba: Juruá, 2015.

GÓES, Luciano. **A "tradução" do paradigma etiológico de criminologia no Brasil**: um diálogo entre Cesare Lombroso e Nina Rodrigues da perspectiva centro-margem. 2015. Dissertação (mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GOHN, Mara da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

GOMES, Luiz Flávio; ALMEIDA, Debora de Souza de. **Populismo penal midiático**: caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico. São Paulo: Saraiva, 2013. (Coleção Saberes Monográficos. Coordenadores Alice Bianchini, Ivan Marques e Luiz Flávio Gomes).

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Orgs. Flavia Ríos & Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. Tradução Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

GRESPLAN, Jorge Luis. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GOVERNO do Rio contrata ex-prefeito de Nova York para ajudar na segurança. **G1**, Rio de Janeiro, 03 dez. 2009. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,MUL1402463-5606,00->

GOVERNO+DO+RIO+CONTRATA+EXPREFEITO+DE+NOVA+YORK+PAR
A+AJUDAR+NA+SEGURANCA.html. Acesso em: 07 mar. 2023.

HAERBART, Rogério. **Viver no limite**: território/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HANS-HEINRICH, Jescheck. **Tratado de derecho penal**. Granada: Manzanares Samaniego, 1993.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____; NEGRI, Antonio. **Commonwelth**. Paris: Stock, 2012.

_____; NEGRI, Antonio, **Multitude**. Paris: La Découverte, 2004.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Trad. Rogério Bettoni. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David *et al.* **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Boitempo Editorial, 2013

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HERKENHOFF, João Baptista. **Para onde vai o Direito?** Porto Alegre: Livraria do Advogado Ed., 2001.

HERRERA FLORES, Joaquim. **A reinvenção dos direitos humanos.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HESPANHA, Antonio Manuel. **A história do Direito na história social.** Lisboa: Horizonte, 1978

HIRATA, Daniel. Street commerce as a ‘problem’ in the cities of Rio de Janeiro e São Paulo. **Vibrant**, Virtual Braz, v. 11, n. 1, p. 96-117, 2014.

HIRSCH, Joachim. **Teoria Materialista do Estado.** Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBBS, Thomas. **De Cive.** Elementos filosóficos a respeito do cidadão. Tradução do latim por Ingeborg Soler. Petrópolis: Vozes, 1993. Coleção Clássicos do Pensamento Político.

HOBBS, Thomas. **Leviatã.** São Paulo: ed. Nova cultural, 2000. Coleção Os Pensadores.

HOBBS, Eric. **A Era dos extremos: o breve século XX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995a.

HIRSCH. O Presente como história: escrever a história de seu próprio tempo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 43, p. 103-112, nov. 1995b.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão.** Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo direito.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

ILO. **Women and men in the informal economy: a statistical Picture.** 3. ed. Geneva: ILO, 2018. Disponível em:

https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang--en/index.htm. Acesso em: 03 mar. 2023.

IPPOLITO, Dario. O garantismo de Luigi Ferrajoli. **Revista de Estudos Constitucionais**, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD), v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5007536>. Acesso em: 26 mar. 2023.

JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito penal do inimigo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

JARDIM, Guilherme Duarte. Mapeamento da produção de pesquisa em direito no Brasil (1998-2012). In: ENCONTRO DE PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITO, 4. 2014, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: REED, 2014. p. 173-192.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. Los abogados populares: en busca de una identidad. **El otro derecho**, v. 26, p. 193-227, 2002.

KASHIURA JÚNIOR, Celso Naoto. **Sujeito de direito e capitalismo**. São Paulo: Outras Expressões; Dobra Universitário, 2014.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAUTIER, Bruno. **L'économie informelle dans le tiers monde**. 2. ed. Paris: Éditions La Découverte, 2004.

_____. Informalidade das relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Caderno CRH**, v. 6, n. 18, 1993.

_____; DE MIRAS, Claude, MORICE, Alain. **L'État et l'informel**. Paris, L'Harmattan, 1991.

LAZZARINI, Alvaro. Da Segurança Pública na Constituição de 1988. **Revista de Informação Legislativa**, v. 26, n. 104, out/dez, 1989. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181942>. Acesso em 07 mar. 2023.

LEFEBRVE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES JR, Aury. **Direito Processo Penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

LOPES, Maurício A. Ribeiro. **Princípio da Insignificância no Direito Penal**. Belo Horizonte: Ed. RT, 2. ed., 2000.

LUZ, Vladimir de Carvalho. **Assessoria jurídica popular no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito?** 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. A nova escola jurídica brasileira. **Revista Notícia do Direito Brasileiro**, Nova Série, Brasília, n. 7, p. 497-507, 2000.

_____. Marx e o Direito. **Educação e Sociedade**, v. 6, n. 18, p. 97-115, 1984.

_____. **Direito do capital e direito do trabalho**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor: Instituto dos Advogados do RS, 1982.

_____. Carta a um Jovem Criminólogo: Teoria, Práxis e Táticas Atuais. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, v. 28, 1979.

MACHADO, Fernanda Amim Sampaio. **Ei você aí, me dá um dinheiro aí?: conflitos, disputas e resistências na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

_____; RODRIGUES, Juciano Martins; BONAN, Anna Cecília Faro; NUNES, Maria Júlia Moraes Pinto. A falta que o Carnaval faz. **Observatório das Metrópoles**, 18 fev. 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/a-falta-que-o-carnaval-faz/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

MAFRA, Patrícia D. **A “pista” e o “camelódromo”:** Camelôs no Centro do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Veja como foi o primeiro ano do governo de Marcelo Crivella. **O Globo**, Rio, Rio de Janeiro, 31 dez. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/veja-como-foi-primeiro-ano-do-governo-de-marcelo-crivella-22242707>. Acesso em: 04 mar. 2023.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital:** os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: UNICAMP: Ensaio, 1990.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio.** Brasília, DF: SciELO-Editora UnB, 2008.

MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (orgs). **Dossiê Mulheres Negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/LivroDossi%c3%aa_mulheres_negras-retrato_das_condi%c3%a7%c3%b5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil. Acesso em: 03 mar. 2023.

MARCUSE, Hebert. **O Homem Unidimensional**: A ideologia na Sociedade Industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MARIA, Giovanna. RJ: Ambulantes atiram pedras contra agentes e destroem três viaturas. **A Nova Democracia**, 07 mar. 2023. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/rj-revidando-covardia-da-guarda-municipal-ambulantes-atiram-pedras-contra-agentes-e-destroem-tres-viaturas/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARINATTO, Luã. Secretário de Ordem Pública do Rio diz que guardas usarão pistola até 2018. **O Globo**, 15 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/secretario-de-ordem-publica-do-rio-diz-que-guardas-usarao-pistola-ate-2018-21948404>. Acesso em: 07 mar. 2023.

MARTIN, Maria. A versão suavizada de Marcelo Crivella decola no Rio com a crise do PMDB carioca. **El Pais Brasil**, Rio de Janeiro, 29 set. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1474998409_666777.html. Acesso em: 04 mar. 2023.

MARX, Karl. **Os Despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017a

_____. Gazeta renana, Colônia, n. 300, 27 de out. 1842. Suplemento. *In*: MARX, Karl. **Os Despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017b.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, tomo 2.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins fontes, 1983.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos** (1818-1883). Seleção de textos de José Arthur Giannotti; Traduções de José Carlos Bruni *et al.*; 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. [Coleção Os Pensadores].

_____; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018a.

_____. **Política e crise do capitalismo atual:** aportes teóricos. Revista Direito e Práxis, v. 9, n. 1, p. 46-69, 2018b.

_____. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 15. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** 19. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2005.

MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidade e conflito:** guardas municipais e camelôs. Niterói: Editora da UFF, 2011.

MELOSSI, Dario. Discussão à guisa de prefácio Cárcere, pós-fordismo e ciclo de produção da “canalha”. In: DI GIORGI, Alessandro. **A miséria governada através do sistema penal.** 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2017. (Coleção Pensamento Criminológico, v. 12).

_____; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário** (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2006.

MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. [Texto para discussão n.º 773].

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIAILLE, Michel. Droit Constitutionnel et Marxisme/Direito Constitucional e Marxismo. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 1, n. 2, 2014.

MIR PUIG, Santiago. **Derecho Penal: Parte general**. Barcelona: Reppertor, 1998.

MIRANDA ROSA, Felipe Augusto. **Sociologia do direito: o fenômeno jurídico como fato social**. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2004.

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da razão punitiva: o nascimento da prisão no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Aviso de cenas fortes!! [...]**. Rio de Janeiro, 06 jan. 2023a. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnFWCXXqFnu/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **O trabalhador do vídeo se chama Lucas e teve a cabeça aberta pelas cassetadas [...]**. Rio de Janeiro, 25 jan. 2023b. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cn2rA9yJ5eX/?hl=es>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **GRAVE! GUARDA MUNICIPAL E PM INVADIRAM HOJE A OCUPAÇÃO HABIB'S**. Rio de Janeiro, 14 fev. 2023c. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CopitGyjfIL/?hl=es>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **Ontem nós camelôs realizamos uma potente manifestação pelas ruas de Copacabana para exigir diálogo com a prefeitura da capital fluminense e questionar as “ações arbitrárias” do governo municipal [...].** Rio de Janeiro, 19 jan. 2023d. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnmndeWqWQx/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

_____. **Na quarta-feira (25) fizemos uma mobilização espontânea em Copacabana diante de mais dias violentos para nossa categoria [...].** Instagram: @mucarj. Rio de Janeiro, 27 jan. 2023e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cn7Rx5MsIsa/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

_____. **Algumas imagens do ato de hoje, "Amanhecer com os Camelôs".** Instagram: @mucarj. Rio de Janeiro, 29 jan. 2023f. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoABoHILayX/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

_____. **Ontem (31) após ocuparmos o Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro para conseguirmos conversar com o secretário da Ordem Pública fomos recebidos e de tantas relatos essa chamou a atenção por detalhar a luta de uma mãe camelô [...].** Instagram: @mucarj. Rio de Janeiro, 01 fev. 2023g. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CoH0pZ8DP20/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. Manifesto Camelôs pela Democracia. Rio de Janeiro: MUCA, 2022a. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **MUCA Envia Propostas para Equipe de Transição do Governo Lula.** Rio de Janeiro: MUCA, 2022b. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **Movimento Unido dos Camelôs (MUCA) vem por meio desta mensagem informar que está ocupando o imóvel localizado à Rua do Teatro [...].** Rio de Janeiro, 11 jul. 2022c. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cf4NPmWjxFT/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **Ontem as e os camelôs do MUCA-RJ foram desalojados ilegalmente [...]**. Rio de Janeiro, 12 jul. 2022d. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cf7es7YBwUv/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **DENÚNCIA! CAMELÔS E PEDESTRES LEVAM GÁS DE PIMENTA NO CENTRO DO RIO.** Rio de Janeiro, 22 set. 2022e. Instagram: @mucarj. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Ci0CD_bDJ1j/?hl=es. Acesso em: 04 mar. 2023.

MOVIMENTO UNIDO DOS CAMELÔS. **Aviso de cenas fortes!! [...]**. Rio de Janeiro, 06 jan. 2022f. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnFWCXXqFnu/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **Hoje tivemos a Marcha dos Camelôs um ato pacífico em defesa de nossos direitos [...]**. Rio de Janeiro, 24 mar. 2022g. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbgL-NpsKjI/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **Dito e feito!! Hoje, 23/12/2022, nós do movimento @trabalhadoresdireitos e do Movimento Unido dos Camelôs entregamos essa árvore de Natal [...]**. Rio de Janeiro, 23 dez. 2022h. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cmg-l8JL0zL/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **Haverá novo choque de ordem com a guarda municipal armada?** Rio de Janeiro: MUCA, 2021a. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/tag/guardaarmadanao/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **MUCA - Movimento Unido dos Camelôs está se manifestando nessa quinta-feira desde 9h contra a expulsão dos camelôs do Corredor Cultural [...]**. Rio de Janeiro, 24 jun. 2021b. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQgdcO3Jemm/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **Nós do MUCA reivindicamos diálogo com a Prefeitura do Rio para implementação do programa Reviver Centro [...]**. Rio de Janeiro, 24 jun. 2021c. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQhAxdgpDld/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **Movimento Unido dos Camelôs (MUCA-RJ) está em negociação com a Secretaria Municipal de Ordem Pública do Rio de Janeiro (SEOP) [...]**. Rio de Janeiro, 27 out. 2021d. Instagram: @mucarj. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVjD-eVJF-Q/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **Propostas ao Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: MUCA, 2020. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/page/2/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **Tortura em Camelô**. Rio de Janeiro: MUCA, 2011. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2011/03/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

_____. **A CUT e o MUCA**. Rio de Janeiro: MUCA, 2012. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/p/cut-e-o-muca.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **Camelôs espancado no Centro**. Rio de Janeiro: MUCA, 2011a. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2011/12/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **Tortura em Camelô**. Rio de Janeiro: MUCA, 2011b. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2011/03/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **Denúncia ao Ministério Público**. Rio de Janeiro: MUCA, 2011c. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2011/02/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. **O Exército de Cesar.** Rio de Janeiro: MUCA, 2010a. Disponível em: <https://movimentounidodoscamelos.wordpress.com/2010/07/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

_____. **A Cidade é Nós! Manifesto A Cidade é Nossa!** Rio de Janeiro: MUCA, 2010b. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. **A hora é essa.** Rio de Janeiro: MUCA, 2010c. Publicado em 28 de março de 2010. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____. **Crime da Guarda Municipal.** Rio de Janeiro: MUCA, 2009a. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/>. Acesso em: 20 mar. 2023

_____. **Violência no Centro.** Rio de Janeiro: MUCA, 2009b. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/2009/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **Medo e Submissão.** Rio de Janeiro: MUCA, 2009c. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

_____. **O MUCA chegou.** Rio de Janeiro: MUCA, 2009d. Disponível em: <http://camelos-unidos.blogspot.com/2009/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

_____; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Camelôs:** panorama das condições de trabalho de homens e mulheres no centro do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, MUCA, 2019. [Projeto Viver, Morar e Trabalhar no Centro]. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Camel%C3%B4s-na-%C3%A1rea-central-jan-2019.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023. p. 37.

_____; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **8M também é dia internacional das mulheres camelôs** [Infográfico]. Rio de Janeiro: Observatório

das Metrópoles, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Infogr%C3%A1fico-8M-Camel%C3%B4s.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

MST. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **Cozinha Solidária**. [S. l.]: MST, 2023. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

MUKAI, Toshio. **Administração Pública na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva: 1989.

MUNCH, Marcela. **Direitos Humanos e a Colonização do Urbano: Vila Autódromo na disputa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

NABUCO, Joaquim. **A escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **Racial democracy in Brazil: myth or reality?** Ile-Ife: University of Ife, 1977.

NASSIF-PIRES, Luiza Nassif-Pires; CARDOSO, Luísa; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. **Nota de Política Econômica**, São Paulo: Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades – MADE FEA/USP, n. 10, 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2000.

NEDER, Gizlene. **Iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro: obediência e submissão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, v. 2, n. 3, 1997.

NEDER, Vinicius. Brasil tem recorde de 39,3 milhões de trabalhadores informais. **Estadão**, 20 jul. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/brasil-recorde-trabalhadores-informais-segundo-trimestre-2022/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

NEGRI, Antonio. Dispositivo metrópole. A multidão e a metrópole. **Lugar Comum**, n. 25-26, p. 201-208, 2010. Disponível em: <https://forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/Dispositivo-metropole-A-Multid-o-e-a-metropole-Antonio-Negri.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

_____. **O Poder Constituinte**. Tradução de Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

‘NOVO’ mercado tem cada vez mais pessoas trabalhando em veículos, ambulantes e entregadores. **Rede Brasil Atual**, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/novo-mercado-tem-cada-vez-mais-pessoas-trabalhando-em-veiculos-ambulantes-e-entregadores/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

NUN, José. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz. **Populações marginais**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PARK, Robert E. The city: Suggestions for the investigation of human behavior in the city environment. **American journal of sociology**, v. 20, n. 5, p. 577-612, 1915. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/212433>. Acesso em: 05 mar. 2023.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente**: fundamentações marxistas desde a América Latina. *Revista Direito e Práxis*, v. 9, p. 1555-1597, 2018.

PAZELLO, Ricardo Prestes. **Direito insurgente e movimentos populares**: o giro descolonial do poder e a crítica marxista ao direito. 2014. Tese (doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

PILATTI, Adriano. Constituintes, Golpes e Constituições: os caminhos e descaminhos da formação constitucional do Brasil desde o período colonial. In: GOMES, M. E. (org.). **A Constituição de 1988, 25 anos**: a construção da democracia & liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da Constituinte. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

PIRES, Lenin. **Arreglar não é pedir arrego**: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. 2010. Tese (doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PIRES, Lenin; HIRATA, Daniel Veloso; MALDONADO, Salvador Aranda. Apresentação: Mercados Populares, Illegalismos e suas Regulações pela Violência. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 50, p. 7-31, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/47749/30175>. Acesso em: 06 mar. 2023.

PIRES, Thula. **Criminalização do Racismo**: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PELUSO, Vinicius de Toledo Piza. A objetividade do princípio da insignificância. **Boletim do IBCCRIM**, v. 9, 2001.

PM, guardas municipais e agentes da Seop agredem vendedor ambulante na zona sul do Rio. **Brasil de Fato**, 23 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/23/pm-guardas-municipais-e-agentes-da-seop-agridem-vendedor-ambulante-na-zona-sul-do-rio>. Acesso em: 23 jan. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. Tradução R. Lima. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1980.

PRESSBURGUER, Miguel *et al.* **Direito insurgente**: o direito dos oprimidos. Rio de Janeiro: AJUP; FASE, 1990.

PRESSBURGER, Thomaz Miguel. Direito, a alternativa. *In*: OAB/RJ. **Perspectiva sociológica do direito**: dez anos de pesquisa. Rio de Janeiro: Thex: OAB/RJ; Universidade Estácio de Sá, 1995. p. 21-35.

PROJETO Cozinha Solidária começa a funcionar no centro do Rio de Janeiro nesta sexta-feira (26). **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2021/11/26/projeto-cozinha-solidaria-comeca-a-funcionar-no-centro-do-rio-de-janeiro-nesta-sexta-feira-26>. Acesso em: 04 mar. 2023.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade Ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/108928>. Acesso em: 03 mar. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, v. 37, n. 17, p. 4-28, 2002.

_____; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, Paris: UNESCO, n. 134, 1992.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; VIEIRA, Fernanda Maria da Costa. **Relatório final de atividades do Projeto “Acesso à justiça: um caminho para o combate à violência institucional contra os trabalhadores informais” apoiado pelo Fundo Brasil.** Rio de Janeiro: Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, 2010.

RAITER, Amanda. Hostilidade ambulante: Camelôs clandestinos ameaçam comerciantes no Centro. **Diário do Rio**, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://diariodorio.com/hostilidade-ambulante-camelos-clandestinos-ameacam-comerciantes-no-centro/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RESTREPO, Ricardo Sanín. **Teoria Crítica Constitucional 2: Del existencialismo popular a la verdad de la democracia.** 1. ed. Quito: Corte Constitucional para el período de transición, 2011.

RIBAS, Luiz Otávio. **Direito insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil (1960-2010).** 2015. 427 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. **Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960 - 2000).** 2012.

148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RIBAS, Luiz Otávio. **Assessoria jurídica popular universitária e direitos humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1980-2000)**. 2008. Monografia (Especialização

_____; PAZELLO, Ricardo Prestes. *Direito Insurgente: (des)uso tático do direito*. In: KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; MELO, Tarso (orgs.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões: Editorial Dobra, 2015.

RAP do trabalhador. Intérprete: MC Magalhães. Compositor: MC Magalhães. In: *A Cuca: O Som Alucinante*. Intérprete: DJ Evolução; DJ Renato Bruno. Rio de Janeiro: Universal Music Group, 1988. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6SR05Pbgc47Se8Ppor2js2?si=Imm2SBuuSVaf5rN-9hHBpQ>.

RIBEIRO, Bruna; WERNECK, Mariana. Novo cadastro de Crivella põe em risco o direito ao trabalho dos camelôs. **Observatório de Metrôpoles**, Rio de Janeiro, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/camelos-do-centro-do-rio-podem-viver-novo-choque-de-ordem/>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIBEIRO, Geraldo. Equipes do Rio + Seguro começam a atuar em Copacabana e no Leme. **O Globo**, 03 dez. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/equipes-do-rio-seguro-comecam-atuar-em-copacabana-no-leme-22144079>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [estado]. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001**. Rio de Janeiro: TJRJ, 2013a.

RIO DE JANEIRO [estado]. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. **Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001**. Rio de Janeiro: TJRJ, 2013c.

RIO DE JANEIRO [estado]. Tribunal de Justiça (22. Câmara Cível). Agravo de Instrumento n.º 0034809-60.2013.8.19.0000. Agravante: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Agravados: Guarda Municipal do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro, Relator: Des. Carlos Eduardo Moreira da Silva, 26 set. 2013d. Disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/EJURIS/ProcessarConsJuris.aspx?PageSeq=0&Version=1.1.19.0>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Unidades de Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022a. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/unidades-de-ordem-publica>. Acesso em: 09 dez. 2022.

RIO DE JANEIRO (município). **Reviver Centro**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022b. Disponível em: <https://carioca.rio/servicos/reviver-centro/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Reviver Centro**: Relatório Anual 2021-2022. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022c. Disponível em: <https://reviver-centro-perj.hub.arcgis.com/documents/PCRJ::reviver-centro-relat%C3%B3rio-anual-2021-2022/explore>. Acesso em: 20 dez. 2022.

RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. Ambulante Legal: 41 ambulantes recebem autorização para trabalhar. **Rio Prefeitura Notícias**, 7 ago. 2020a. Disponível em: <https://prefeitura.rio/fazenda/ambulante-legal-41-ambulantes-recebem-autorizacao-para-trabalhar/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Estrutura da SEOP**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2022b. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/seop/estrutura-da-seop>. Acesso em: 09 dez. 2022.

RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. Crivella diz que novo código sanitário vai gerar mais empregos. **Rio Prefeitura Notícias**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://prefeitura.rio/saude/crivella-diz-que-novo-codigo-sanitario-vai-gerar-mais-empregos-2/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. **Relatório Gerencial Rio+Seguro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Ordem Pública: Subsecretaria de Operações, Rio de Janeiro, 2018a.

RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. Prefeitura lança o programa Ambulante Legal. **Rio Prefeitura Notícias**, 6 ago. 2018b. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=8237973>. Acesso em: 04 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 23/2018**. Altera a redação do inciso vii do art. 30 da lei orgânica Municipal e acrescenta o §§ 2º e 3º, renumerando o atual parágrafo único. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2018c. Disponível em: <http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/processo-legislativo/legislatura-10/pelom>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017-2020**: Rio 2020: mais solidário e mais humano. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2017a.

RIO DE JANEIRO [município]. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 12/2017**. Modifica o inciso VII do art. 30 da Lei Orgânica Municipal, suprimindo o termo "que não façam uso de armas". Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2017b. Disponível em: <http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/processo-legislativo/legislatura-10/pelom>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Emenda à Lei Orgânica n.º 28/2017**. Altera a redação do inciso VII e acrescenta Parágrafo único ao art. 30 da Lei Orgânica do Município. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2017c. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=345536>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Decreto Rio n.º 43979, de 27 de novembro de 2017**. Fica instituído o projeto piloto do PROGRAMA RIO MAIS SEGURO e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2017d.

<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4398/43979/decreto-n-43979-2017-fica-instituido-o-projeto-piloto-do-programa-rio-mais-seguro-e-da-outras-providencias?q=43979>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 16/2014**. Altera a redação do inciso VII e acrescenta parágrafo ao art. 30 da Lei Orgânica do Município. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2014. Disponível em: <http://www.camara.rio/atividade-parlamentar/processo-legislativo/legislatura-9/pelom>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. Procuradoria Geral do Município do Rio De Janeiro. **Ação Civil Pública n.º 0183579-89.2013.8.19.0001**. Rio de Janeiro: TJRJ, 2013.

RIO DE JANEIRO [município]. Secretaria Municipal de Ordem Pública. **Proposta para um plano municipal de ordem pública (diagnóstico e proposições)**. Rio de Janeiro: SEOP, 2010a. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/c%20/document_library/get_file?uuid=db98a6e4-98a5-4df3-8de7-d4f620142ec&groupId=91293. Acesso em: 04 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica n.º 15/2010**. Altera dispositivos da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2010b. Disponível em: <http://aplicnt.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/e156baa31cae7158832566ec0018d83c/7693f09b064e9ddd832577e4005deec7?OpenDocument&CollapseView>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. Prefeitura. **Plano Estratégico do Rio de Janeiro 2009-2012**. Pós 2016: O Rio mais Integrado e Competitivo. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2009a.

RIO DE JANEIRO [município]. **Lei Complementar n.º 100, de 15 de outubro de outubro de 2009**. Extingue a Empresa Municipal de Vigilância S.A., cria a autarquia denominada guarda municipal na estrutura da administração indireta e dá

outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2009b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-complementar/2009/10/100/lei-complementar-n-100-2009-extingue-a-empresa-municipal-de-vigilancia-s-a-cria-a-autarquia-denominada-guarda-municipal-na-estrutura-da-administracao-indireta-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Lei n.º 1876, de 29 de junho de 1992**. Dispõe sobre o comércio ambulante no município e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 1992. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/1992/187/1876/lei-ordinaria-n-1876-1992-dispoe-sobre-o-comercio-ambulante-no-municipio-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 04 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO [município]. **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 04 mar. 2023.

RIZEK, Cibele Saliba; OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROCHA, Lucas. Prefeitura instala Gabinete de Gestão Integrada para atuar na segurança pública. **Rio Prefeitura Notícias**, 05 abr. 2017. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=6899930>. Acesso em: 07 mar. 2023.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e Estrutura Social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004. (Coleção Pensamento Criminológico, n. 3).

SANTORO, Antônio Eduardo Ramires.; TAVARES, Natalia Lucero Frias. El uso del sistema penal como lawfare político. **Revista Jurídica**, ano 17, n. 1, nov. 2019.

Disponível em: https://www.palermo.edu/derecho/revista_juridica/pub-17/Revista_Juridica_Ano1-N17_06.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel. **Demodiversidad**: imaginar nuevas posibilidades democráticas. Madrid: Ediciones Akal, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUTO, C.; FALCÃO, J. (org.). **Sociologia e direito**: textos básicos de sociologia jurídica. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1980. p. 109-117.

SANTOS, Milton. **Por outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. USP, 2012.

SANTOS, Hudson S. dos; OLIVEIRA, Márcia C. S. de. Trabalho informal no Brasil: uma questão de “opção”? **Revista Vox**, n. 05, p. 27-40, 2018.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCHWARCZ, L. M. Pela história: um país de futuro ou branqueado. In: SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SHAW, Clifford R. **Delinquency Areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

SILVA, Alaiane de Fátima dos Santos; SANTOS, Iana Amora; SILVA, Eleutéria Amora da. **Trabalhadoras ambulantes**: vida, trabalho e direitos. Rio de Janeiro: CAMTRA, 2011. Disponível em: <https://camtra.org.br/wp-content/uploads/2018/10/livro-trabalhadoras-ambulantes-vida-trabalho-e-direitos.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

SILVA, Carla Adriana Santos. **Ó Pa Í, Prezada!:** Racismo e Sexismo Institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador: UFBA, 2014.

SILVA, Gabriel Borges. **Entre precariedades e os “direitos” que delas advém:** uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SILVA, Gerardo; CORSINI, Leonora. O MUCA e a luta dos camelôs no Rio de Janeiro: com a palavra, Maria dos Camelôs. **Uninômade**, 28 set. 2020. Disponível em: <https://uninomade.net/o-muca-e-a-luta-dos-camelos-no-rio-de-janeiro-com-a-palavra-maria-dos-camelos/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

SILVA, Silvani Fernandes. Vídeo mostra o momento em que vendedora ambulante é agredida por guarda municipal em Copacabana. **O Dia**, Rio de Janeiro, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2023/01/6551388-video-mostra-momento-em-que-vendedora-ambulante-e-agredida-por-guarda-municipal-em-copacabana.html>. Acesso em: 04 mar. 2023.

SILVA, Vinicius Lima da. Direito e historicidade: uma abordagem thompsoniana de Pachukanis. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, p. 1615-1644, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Zxp4LXPKn8c6dYtMBzfxBcH/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo:** reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLAIBI FILHO, Nagib. Ocupação da via pública por ambulante e camelô. **Ensaio Jurídico – o Direito em Revista**, Niterói, Instituto Brasileiro de Atualização Judiciária, v. 5, p. 103-107, 1998.

SLEE, Tom. **Uberização: A nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. Violência e política no Rio de Janeiro. *In*: SOARES, Luiz Eduardo *et al* (orgs.). **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

SOUZA, Davisson de. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 2, 2005.

SOUZA, Jessé. **(Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é “ser gente”?** Lua Nova, n. 59, p. 51-73, 2003.

SOUZA JÚNIOR. José Geraldo. **Direito como Liberdade: O Direito Achado na Rua – Experiências Populares Emancipatórias de Criação do Direito**. 2008. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008a.

SOUZA JÚNIOR. José Geraldo. Por uma concepção alargada de Acesso à Justiça. **Revista Jurídica da Presidência da República**, Brasília, v. 10, n. 90, ed. especial, maio de 2008b.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 103, p. 9-24, 2014.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.

SUTHERLAND, Edwin. **Crime de colarinho branco**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in) visíveis da produção capitalista. **Revista outubro**, v. 7, p. 49-60, 2002.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?** O Crime e o Criminoso: Entes Políticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Senhores e Caçadores**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de classes sin classes?. *In*: THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**. Barcelona: Ed. Critica, 1979.

_____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Chicago: McGraw-Hill Humanities, 1978.

_____. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência política**, n. 3, p. 133-160, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1677>. Acesso em: 27 mar. 2023.

TONELO, Iuri. **A crise capitalista e suas formas**. São Paulo: Edições Iskra, 2016.

TORELLY, Marcelo. **Assessoria jurídica popular: leituras fundamentais e novos debates**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels**. 2010. 244 fls. Dissertação de Mestrado (Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VAINER, Carlos. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO URBANO, 14., 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

VICO MAÑAS, Carlos. **O Princípio da Insignificância como Excludente da Tipicidade no Direito Penal**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1994

WACQUANT, Louïc. A tempestade global da lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, fev. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000100002. Acesso em: 05 mar. 2023.

_____. A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social. **Fractal Revista de Psicologia**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 01-10, Jan./Jun. 2008.

_____. Rumo à militarização da marginalização urbana. **Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade**, ano 1, n. 15-16. Rio de Janeiro: Editora Revan, p. 203-220, 2007a.

_____. **Punir os Pobres: A Nova Gestão Penal da Miséria nos Estados Unidos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007b.

_____. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Martins Filho *et al.* 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice et al. **La reestructuración capitalista y el sistema-mundo**. New York: Fernand Braudel Center for the Study of Economies, Historical Systems, and Civilizations, State University of New York at Binghamton, 1995.

WARAT, Luis Alberto. **Mitos e Teorias na Interpretação das Leis**. Porto Alegre: Síntese, 1979

WERNECK, Antônio. Pesquisa da Fecomércio mostra que trabalho informal cresceu 28% na cidade em um ano. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 set. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pesquisa-da-fecomercio-mostra-que-trabalho-informal-cresceu-28-na-cidade-em-um-ano-1-21840674>. Acesso em: 03 mar. 2023.

WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna. Trabalho ambulante feminino na dianteira da vulnerabilidade. **Observatório das Metrópoles**, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/trabalho-ambulante-feminino-na-dianteira-da-vulnerabilidade/>. Acesso em: 03 mar. 2023.

WILSON, James Q.; KELLING, George L. Broken windows. The police and neighborhood safety. **Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, p. 29-38, 1982. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>. Acesso em: 04 mar. 2023.

WINTOUR, Nora; COSTA, Emily de Andrade; PINHEIRO, Marina Brito; VANNUCHI, Máira Villas Boas. **Copa do Mundo para Todos: o retrato dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014**. Rio de Janeiro: StreetNet Internacional, 2012. Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/04/1-publicacao_SN_small_pt_001.pdf. Acesso em: 04 mar. 2023.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**. 3 ed. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente.** Exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas:** a perda da legitimidade do sistema penal. Tradução Vânia Romano Pedrosa, Amir Lopez da Conceição. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. Derecho Penal. Parte General. Buenos Aires: Ediar, 2000.

ZIBECHI, Raúl. **Territorios en resistencia:** cartografía política de las periferias urbanas latinoamericanas. Madrid: Baladre, 2011.